UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

JULIANE CARAVIERI MARTINS GAMBA

**Trabalho digno e direitos humanos no MERCOSUL:
vicissitudes da integração latino-americana**

SÃO PAULO

2014

JULIANE CARAVIERI MARTINS GAMBA

**Trabalho digno e direitos humanos no MERCOSUL:
vicissitudes da integração latino-americana**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências, no Programa Integração da América Latina.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Economia e Estado na América Latina

Orientador: Prof. Dr. Julio Manuel Pires

SÃO PAULO

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho,
por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e
pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Documentação
Universidade de São Paulo

Gamba, Juliane Caravieri Martins
Trabalho digno e direitos humanos no MERCOSUL: vicissitudes da
integração latino-americana
Orientador: Prof. Dr. Julio Manuel Pires, São Paulo, 2014

Tese (Doutorado)
Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina
Universidade de São Paulo, 2014

Juliane Caravieri Martins Gamba

Título: Trabalho digno e direitos humanos no MERCOSUL: vicissitudes da integração latino-americana

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciências no Programa Integração da América Latina

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

À Deus, Inteligência
Suprema, causa primária de
todas as coisas,
à minha querida família:
Ilza, João, Leandro e
Fabiana, e
à Mila, minha companheira
de patas

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela viabilização deste Doutorado mesmo em face das diversas adversidades sofridas nos últimos tempos, pois consegui concluir a pesquisa de pé e de cabeça erguida, olhando o futuro no horizonte!

À minha família, pelo incentivo, carinho, apoio e motivação.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro para a realização da pesquisa no curso de Doutorado.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP), por terem proporcionado um significativo ambiente de debates e estudos acadêmicos que me possibilitou maior compreensão da trajetória histórica e das perspectivas atuais do Continente Latino-americano.

Agradeço ao Prof. Dr. Julio Manuel Pires pelo acolhimento humano quando aceitou minha orientação, mesmo já estando em andamento a pesquisa, e durante o desenrolar de todo o processo até o presente momento.

Agradeço à Prof^a Dr^a Maria Cristina Cacciamali da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) e ao Prof. Dr. Jorge Luiz Souto Maior da Faculdade de Direito (FD), ambos da Universidade de São Paulo, que participaram de minha banca de qualificação, contribuindo significativamente para o aprimoramento desta pesquisa.

Aos funcionários do PROLAM, Rodrigo Bronze e William Almeida, pelo prestimoso auxílio sempre que necessário, principalmente nas etapas finais para a conclusão deste doutoramento.

Aos Professores Doutores integrantes da Banca Examinadora, pela solicitude em participar deste significativo momento da vida acadêmica, contribuindo para o meu crescimento pessoal e profissional.

Aos meus amigos *Prolanianos*, em especial a Maria Margarida Cintra Nepomuceno, Rita de Cássia Marques Lima de Castro e a Antonio Walber Matias Muniz, e a todos os demais colegas, pois juntos trilhamos uma importante etapa em nossas vidas.

À minha amiga Zélia Maria Cardoso Montal que me ajudou muito na finalização desta tese em face das adversidades que sofri nos últimos meses, de modo que nossa amizade vem se fortalecendo a cada dia desde os tempos do Mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Agradeço, ainda, a Regiane Nitsch Bressan - que foi aluna do PROLAM/USP e atualmente é docente na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) - pelo precioso e providencial auxílio acerca da formatação das tabelas para sua inclusão na tese.

Enfim, agradeço a todos que, com solicitude e boa intenção, colaboraram para a execução deste trabalho, em especial a Rafael Nascimento Reis, Secretário de Comunicação e Relações Institucionais do Parlamento do MERCOSUL, em Montevidéu, e a Alvaro Coronel Raimúndez, Assessor no Ministério do Trabalho do Uruguai, em Montevidéu, pois me forneceram documentos importantes acerca da temática trabalhista no MERCOSUL, contribuindo para a finalização da pesquisa.

“É mediante o trabalho que o homem deve procurar-se o pão cotidiano e contribuir para o progresso contínuo das ciências e da técnica e sobretudo para a incessante elevação cultural e moral da sociedade, na qual vive em comunidade com os próprios irmãos. [...] somente o homem tem capacidade para o trabalho e somente o homem o realiza preenchendo ao mesmo tempo com ele a sua existência sobre a Terra”.

São João Paulo II
Encíclica Laborem Exercens

“La historia y el derecho del trabajo siguen su marcha. Es probable que en una fecha próxima o lejana se transforme nuestro actual derecho del trabajo. Nos parece, empero, que habrá de conservarse su mensaje: el trabajo no es una mercancía, el hombre que lo presta es un ser libre, que tiene todos los atributos y merece todas las consideraciones que corresponden a la persona humana”.

Mario de La Cueva
Historia, Instituciones y Principios Esenciales del Derecho Mexicano del Trabajo

“O Homem dos direitos humanos é, pois, um sujeito soberano. Como homo juridicus, é titular de uma dignidade própria, nasce livre, dotado de razão e titular de direitos. É um sujeito nos dois sentidos do termo: o de um ser sujeitado ao respeito da lei e protegido por ela; e o de um ‘eu’ atuante, capaz de fixar para si mesmo suas próprias leis e devendo, como tal, responder por seus atos”.

Alain Supiot
Homo Juridicus

GAMBA, Juliane Caravieri Martins. **Trabalho digno e direitos humanos no MERCOSUL: vicissitudes da integração latino-americana**. 2014. 360p., Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RESUMO

Nos primórdios da civilização, o trabalho era a atividade ligada à pesca, à caça, à coleta de frutos e à plantação de alimentos destinados ao sustento do homem na vida em comunidade. A partir do desenvolvimento do capitalismo industrial, houve a divisão social e técnica do trabalho que transformou este ato, inicialmente tão natural, numa engrenagem do processo de produção e o ser humano passou a ser um apêndice das máquinas sujeito a precárias condições de trabalho. Tal sociedade de consumo conferiu aos trabalhadores o mesmo valor que se atribui às máquinas e aos instrumentos de produção, esvaziando sua dignidade humana. Nesse contexto, a pesquisa analisou – *de modo comparativo e crítico* – se os direitos humanos trabalhistas e o trabalho digno estão sendo implementados no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), enquanto processo de integração regional que envolve países possuidores de realidades socioeconômicas diferenciadas, destacando-se, no estudo, o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Como Hannah Arendt apregoeou no final de “A Condição Humana”, na sociedade capitalista houve a vitória do *animal laborans* sobre o *homo faber* com o triunfo do consumo sobre o uso e do metabolismo sobre a durabilidade das coisas, havendo a mitigação da dignidade do trabalhador. Porém, o trabalho humano possui características peculiares, devendo ser considerado com critérios que extrapolam os aspectos puramente econômicos. Segundo Felice Battaglia, na “Filosofia do Trabalho”, o trabalho é uma realidade poliédrica captada parcialmente pelas diferentes Ciências (Física, Biologia, Economia etc.), mas o trabalho do homem deve estar em consonância com os limites impostos pela sua própria dignidade. Então, o trabalho humano não pode ser tratado na condição de mercadoria ou insumo de produção como o capitalismo impõe, pois ele se apresenta como um valor necessário para a existência digna do trabalhador. Não basta a concessão de um trabalho ao ser humano, é imprescindível a garantia e a concretização da concepção de trabalho digno que respeita a pessoa humana em sua integralidade físico-psíquica como ser único e insubstituível. No caso do MERCOSUL, a tutela jurídica do trabalho digno e dos direitos humanos trabalhistas nas ordens jurídicas internas dos países integrantes do bloco, bem como em tratados internacionais por eles ratificados não garantirá, por si só, sua efetivação no mundo do trabalho. É imperiosa a existência de efetivo “querer político” dos governantes dos Estados-membros para a concretização do trabalho digno no MERCOSUL rumo a uma integração regional mais solidária para os povos latino-americanos.

Palavras-chave: capitalismo; trabalho digno; direitos humanos; integração regional; MERCOSUL.

GAMBA, Juliane Caravieri Martins. **Decent work and human rights in MERCOSUR: vicissitudes of latin american integration**. 2014. 360p., Doctoral dissertation (PhD). Postgraduate Program for Latin American Integration at University of São Paulo, São Paulo.

ABSTRACT

In the dawn of civilization, human activity was linked to fishing, hunting, collecting fruits and the planting of food, all that intended for the sustenance in community life. As the industrial capitalism developed, a social and technical division of labor emerged and transformed this act, initially so natural, in a gear of the production process. Therefore, the human being has become an appendage of the machines, subject to substandard working conditions. Such consumer society has given workers the same value attributed to the machines and the instruments of production, emptying them of their human dignity. In this context, this research has analyzed – *in a comparative and critical way* – if labor human rights and a decent work are being implemented in the Southern Common Market (MERCOSUR) as a process of regional integration that involves differentiated socioeconomic realities of countries, most notably, in this study, Brazil, Argentina, Paraguay and Uruguay. As Hannah Arendt proclaimed at the end of her work “The Human Condition”, in capitalist society there was the victory of the *animal laborans* over the *homo faber*, and the triumph of the consumption over the use as well as the metabolism over the durability of things, leading to the mitigation of the dignity of the workers. However, the human labor has peculiar characteristics, and should be considered with criteria that go beyond the purely economic aspects. According to Felice Battaglia in his “Philosophy of Work”, the work is a polyhedral reality partially captured by different sciences (Physics, Biology, Economics, etc.), but the human labor must be in line with the limits imposed by his own dignity. So, it cannot be treated as goods or production input as capitalism imposes, because it presents itself as a required value for a worthy existence of the worker. It is not enough to grant labor to human beings; it is indispensable to guarantee the design and implementation of decent work, which respects the human person in its psychic-physical entirety as an unique and irreplaceable being. In the case of MERCOSUR, the legal protection of decent work and labor human rights in internal legal orders of the Member Countries, as well as in international treaties ratified by them, will not, by itself, ensure its effectuation in the world of work. It is vital for the existence of an effective “political demanding” of the rulers’ Member States for the implementation of a decent work in the MERCOSUR regional integration towards greater solidarity to the peoples of Latin America.

Keywords: capitalism; decent work; human rights; regional integration; MERCOSUR.

GAMBA, Juliane Caravieri Martins. **Trabajo decente y los derechos humanos en el MERCOSUR: vicisitudes de la integración latinoamericana**. 2014. 360p. Tesis (Doctorado) para el Programa de Posgrado en Integración Latinoamericana, Universidad de São Paulo, São Paulo.

RESUMEN

En los albores de la civilización, el trabajo era una actividad ligada a la pesca, caza, recolección de frutos y la siembra de alimentos destinados al sustento del hombre en la vida comunitaria. Desde el desarrollo del capitalismo industrial, hubo una división social y técnica del trabajo, que ha transformado a este acto, inicialmente natural, en un proceso de producción; así, el ser humano se ha convertido en un apéndice de las máquinas, sujeto a condiciones laborales deficientes. Dicha sociedad de consumo ha dado a los trabajadores el mismo valor que se atribuye a las máquinas y a los instrumentos de producción, vaciándolos de su dignidad humana. En este contexto, esta investigación ha analizado – *de modo comparativo y crítico* – si los derechos humanos laborales y el trabajo decente se están implementando en el Mercado Común del Sur (MERCOSUR) como un proceso de integración regional que involucra países de diferentes realidades socioeconómicas, en este estudio en particular: Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay. Hannah Arendt ha proclamado, al final de su obra “La Condición Humana”, que en la sociedad capitalista hubo la victoria del *animal laborans* sobre el *homo faber*, con el triunfo del consumo sobre el uso y del metabolismo sobre la durabilidad de las cosas, llevando a la mitigación de la dignidad del trabajador. Sin embargo, el trabajo humano tiene características peculiares y debe ser considerado con criterios que van más allá de los aspectos puramente económicos. Según Felice Battaglia en su obra “La Filosofía del Trabajo”, el trabajo es una realidad multifacética capturada parcialmente por diferentes ciencias (Física, Biología, Economía, etc.), pero el trabajo debe estar en consonancia con los límites impuestos por su propia dignidad. Así, el trabajo humano no puede ser tratado en la misma condición de una mercancía o de insumos productivos como impone el capitalismo, ya que el se presenta como un valor necesario para la existencia digna del trabajador. No es suficiente otorgar un trabajo a los seres humanos, es indispensable que se provea la garantía y la implementación de un trabajo decente, que respete a la persona humana en su totalidad psíquico-física, como un ser único e irremplazable. En el caso del MERCOSUR, la protección jurídica del trabajo decente y de los derechos humanos laborales en los ordenamientos jurídicos internos de los países miembros, así como en los tratados internacionales ratificados por ellos, no podrá, por sí misma, garantizar su realización en el mundo del trabajo. Es vital que exista un efectivo “querer político” por los gobernantes de los Estados Miembros para la aplicación del trabajo decente en la integración regional del MERCOSUR hacia una mayor solidaridad con los pueblos de América Latina.

Palabras claves: capitalismo; trabajo decente; derechos humanos; integración regional; MERCOSUR.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	A América Espanhola no Século XVIII.....	54
Quadro 1	Características da Atual Estratégia de Reestruturação Capitalista.....	66
Quadro 2	Reestruturação Capitalista e Efeitos sobre o Mundo do Trabalho.....	67
Quadro 3	Convenções da OIT nos Países Integrantes do MERCOSUL.....	172
Quadro 4	Principais Pactos do Sistema Global e Regional Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos Aplicáveis nos Países Integrantes do MERCOSUL.....	220
Quadro 5	Matérias Trabalhistas previstas nas Convenções da OIT, no MERCOSUL e nos seus Países-membros.....	259
Gráfico 1	Custo e Cobertura dos Programas de Transferência Condicional de Renda na América Latina.....	293

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	MERCOSUL: Força de Trabalho (15-64 anos).....	326
Tabela 1.1	MERCOSUL: Força de Trabalho Masculina (15-64 anos).....	326
Tabela 1.2	MERCOSUL: Força de Trabalho Feminina (15-64 anos).....	327
Tabela 1.3	MERCOSUL: Força de Trabalho Juvenil (15-24 anos).....	327
Tabela 1.4	MERCOSUL: Força de Trabalho Juvenil Masculina (15-24 anos).....	328
Tabela 1.5	MERCOSUL: Força de Trabalho Juvenil Feminina (15-24 anos).....	328
Tabela 2	MERCOSUL: Taxa de Inatividade Juvenil (15-24 anos).....	329
Tabela 2.1	MERCOSUL: Taxa de Inatividade Juvenil Masculina (15-24 anos).....	329
Tabela 2.2	MERCOSUL: Taxa de Inatividade Juvenil Feminina (15-24 anos).....	330
Tabela 2.3	MERCOSUL: Taxa de Inatividade (15-64 anos).....	330
Tabela 2.4	MERCOSUL: Taxa de Inatividade Masculina (15-64 anos).....	331
Tabela 2.5	MERCOSUL: Taxa de Inatividade Feminina (15-64 anos).....	331
Tabela 3	Brasil: Emprego por Setor.....	332
Tabela 3.1	Argentina: Emprego por Setor.....	332
Tabela 3.2	Paraguai: Emprego por Setor.....	333
Tabela 3.3	Uruguai: Emprego por Setor.....	333
Tabela 3.4	Brasil: Emprego Masculino por Setor.....	334
Tabela 3.5	Argentina: Emprego Masculino por Setor.....	334
Tabela 3.6	Paraguai: Emprego Masculino por Setor.....	335
Tabela 3.7	Uruguai: Emprego Masculino por Setor.....	335
Tabela 3.8	Brasil: Emprego Feminino por Setor.....	336
Tabela 3.9	Argentina: Emprego Feminino por Setor.....	336
Tabela 3.10	Paraguai: Emprego Feminino por Setor.....	337
Tabela 3.11	Uruguai: Emprego Feminino por Setor.....	337
Tabela 4	Brasil: Emprego por Setores Econômicos (CIU, Rev. 2, 1968).....	338
Tabela 4.1	Argentina: Emprego por Setores Econômicos (CIU, Rev. 2, 1968)	338
Tabela 4.2	Paraguai: Emprego por Setores Econômicos (CIU, Rev. 2, 1968)	339
Tabela 4.3	Uruguai: Emprego por Setores Econômicos (CIU, Rev. 2, 1968)	339
Tabela 4.4	Brasil: Emprego Masculino por Setores Econômicos (CIU, Rev. 2, 1968)	340

Tabela 4.5	Argentina: Emprego Masculino por Setores Econômicos (CIU, Rev. 2, 1968)	340
Tabela 4.6	Paraguai: Emprego Masculino por Setores Econômicos (CIU, Rev. 2, 1968)	341
Tabela 4.7	Uruguai: Emprego Masculino por Setores Econômicos (CIU, Rev. 2, 1968)	341
Tabela 4.8	Brasil: Emprego Feminino por Setores Econômicos (CIU, Rev. 2, 1968)	342
Tabela 4.9	Argentina: Emprego Feminino por Setores Econômicos (CIU, Rev. 2, 1968)	342
Tabela 4.10	Paraguai: Emprego Feminino por Setores Econômicos (CIU, Rev. 2, 1968)	343
Tabela 4.11	Uruguai: Emprego Feminino por Setores Econômicos (CIU, Rev. 2, 1968)	343
Tabela 5	MERCOSUL: Desemprego de Trabalhadores (Acima de 25 anos)	344
Tabela 5.1	MERCOSUL: Desemprego Masculino (Acima de 25 anos)	344
Tabela 5.2	MERCOSUL: Desemprego Feminino (Acima de 25 anos)	345
Tabela 5.3	MERCOSUL: Desemprego Juvenil (15-24 anos)	345
Tabela 5.4	MERCOSUL: Desemprego Juvenil Masculino (15-24 anos)	346
Tabela 5.5	MERCOSUL: Desemprego Juvenil Feminino (15-24 anos)	346
Tabela 6	Brasil: Força de Trabalho por Nível de Educação.....	347
Tabela 6.1	Argentina: Força de Trabalho por Nível de Educação.....	347
Tabela 6.2	Paraguai: Força de Trabalho por Nível de Educação.....	348
Tabela 6.3	Uruguai: Força de Trabalho por Nível de Educação.....	348
Tabela 7	Brasil: Desemprego por Nível de Educação.....	349
Tabela 7.1	Argentina: Desemprego por Nível de Educação.....	349
Tabela 7.2	Paraguai: Desemprego por Nível de Educação.....	350
Tabela 7.3	Uruguai: Desemprego por Nível de Educação.....	350
Tabela 8	Brasil: Situação do Trabalho – Homens e Mulheres.....	351
Tabela 8.1	Argentina: Situação do Trabalho – Homens e Mulheres.....	351
Tabela 8.2	Paraguai: Situação do Trabalho – Homens e Mulheres.....	352
Tabela 8.3	Uruguai: Situação do Trabalho – Homens e Mulheres.....	352
Tabela 8.4	Brasil: Situação do Trabalho – Homens.....	353
Tabela 8.5	Argentina: Situação do Trabalho – Homens.....	353
Tabela 8.6	Paraguai: Situação do Trabalho – Homens.....	354
Tabela 8.7	Uruguai: Situação do Trabalho – Homens.....	354
Tabela 8.8	Brasil: Situação do Trabalho – Mulheres.....	355
Tabela 8.9	Argentina: Situação do Trabalho – Mulheres.....	355

Tabela 8.10	Paraguai: Situação do Trabalho – Mulheres.....	356
Tabela 8.11	Uruguai: Situação do Trabalho – Mulheres.....	356
Tabela 9	Brasil: Jornada de Trabalho Semanal.....	357
Tabela 9.1	Argentina: Jornada de Trabalho Semanal.....	357
Tabela 9.2	Paraguai: Jornada de Trabalho Semanal.....	358
Tabela 9.3	Uruguai: Jornada de Trabalho Semanal.....	358
Tabela 10	Brasil: Emprego por Classe Econômica.....	359
Tabela 10.1	Argentina: Emprego por Classe Econômica.....	359
Tabela 10.2	Paraguai: Emprego por Classe Econômica.....	360
Tabela 10.3	Uruguai: Emprego por Classe Econômica.....	360

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 A CONJUNTURA HISTÓRICO-ECONÔMICA DO TRABALHO ASSALARIADO NA AMÉRICA LATINA	27
1.1 O TRABALHO HUMANO: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	28
1.2 O TRABALHO “LIVRE” ASSALARIADO E SUA CONSOLIDAÇÃO NO CAPITALISMO INDUSTRIAL.....	34
1.3 O TRABALHO HUMANO NO PERÍODO COLONIAL NAS AMÉRICAS ESPANHOLA E PORTUGUESA, A FORMAÇÃO DO ASSALARIAMENTO E AS CONDIÇÕES ATUAIS EM FACE DO CAPITALISMO GLOBAL.....	48
2 O TRABALHO DIGNO, OS DIREITOS HUMANOS E A INTEGRAÇÃO REGIONAL NO MERCOSUL.....	71
2.1 O DIREITO COMO SISTEMA DE REGRAS E PRINCÍPIOS: UMA INTRODUÇÃO.....	71
2.2 REFLEXÕES SOBRE A DIGNIDADE HUMANA E OS DIREITOS HUMANOS NA CONTEMPORANEIDADE	77
2.3 O TRABALHO DIGNO COMO DIREITO INERENTE À CONDIÇÃO HUMANA	88
2.4 O MERCOSUL E OS DIREITOS HUMANOS: CONCILIAÇÃO POSSÍVEL?	103
3 O TRABALHO DIGNO NO SISTEMA JURÍDICO INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS I: SISTEMA DA OIT. REFLEXOS PARA O MERCOSUL.....	122
3.1 OIT: OBJETIVOS, NATUREZA JURÍDICA E ESTRUTURA ORGÂNICA.....	127
3.2 DECLARAÇÕES DA OIT	133
3.2.1 Declaração de Filadélfia (1944)	133
3.2.2 Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (1998)	135
3.2.3 Declaração sobre a Justiça Social para uma Globalização Equitativa (2008).....	137
3.3 CONVENÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA OIT: CONCEITO E APLICABILIDADE.....	139
3.4 CONVENÇÕES DA OIT APLICÁVEIS AOS PAÍSES INTEGRANTES DO MERCOSUL.....	143
3.4.1 Convenção nº 95: Proteção do Salário (1949).....	146
3.4.2 Convenção nº 97: Trabalhadores Migrantes (1949).....	147
3.4.3 Convenção nº 100: Salário Igual para Trabalho de Igual Valor entre o Homem e a Mulher (1951).....	150
3.4.4 Convenção nº 103: Proteção à Maternidade (1952)	152
3.4.5 Convenção nº 105: Abolição do Trabalho Escravo (1957)	155
3.4.6 Convenção nº 111: Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação (1958).....	156

3.4.7 Convenção nº 122: Política de Emprego (1964).....	158
3.4.8 Convenção nº 138: Idade Mínima para Admissão no Emprego (1973)	159
3.4.9 Convenção nº 142: Desenvolvimento de Recursos Humanos (1975)	162
3.4.10 Convenção nº 168: Promoção do Emprego e Proteção contra o Desemprego (1988)	163
3.4.11 Convenção nº 182: Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação (1999).....	166
3.4.12 Convenção nº 189: Trabalhadores Domésticos (2011)	168

4 O TRABALHO DIGNO NO SISTEMA JURÍDICO INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS II: SISTEMAS GLOBAL DA ONU E REGIONAL INTERAMERICANO. REFLEXOS PARA O MERCOSUL.....176

4.1 O TRABALHO DIGNO NO SISTEMA GLOBAL DA ONU	178
4.1.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)	182
4.1.2 Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966)	184
4.1.3 Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990).....	188
4.2 O TRABALHO DIGNO NO SISTEMA REGIONAL INTERAMERICANO	198
4.2.1 Declaração de Princípios Sociais da América – Conferência de <i>Chapultepec</i> (1945).....	200
4.2.2 Carta Interamericana de Garantias Sociais (1948)	205
4.2.3 Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948)	213
4.2.4 Pacto São José da Costa Rica (1969)	216
4.2.5 Protocolo Americano de São Salvador (1988)	217

5 O TRABALHO DIGNO NO MERCOSUL: O PRESENTE E O FUTURO. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS.....224

5.1 O CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO E O TRABALHO DIGNO NAS CONSTITUIÇÕES DOS ESTADOS-MEMBROS DO MERCOSUL.....	227
5.2 O TRABALHO DIGNO NAS NORMAS MERCOSULISTAS	246
5.3 O “MERCADO” DE TRABALHO NO MERCOSUL (1995-2012): PROGNÓSTICOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO HUMANO AO TRABALHO DIGNO.....	269

CONCLUSÃO297

REFERÊNCIAS311

ANEXO ESTATÍSTICO325

INTRODUÇÃO

Nos primórdios da civilização, o trabalho era a atividade ligada à pesca, à caça, à coleta de frutos e à plantação de alimentos destinados ao sustento do homem, sendo a atividade que garantia a subsistência e a vida em comunidade. Ao longo dos séculos, o trabalho foi associado a uma atividade penosa que não traria felicidade ao homem, sendo relegado aos escravos no mundo antigo (sistema escravista), aos servos no medievo (sistema feudal) e ao proletariado na era moderna (sistema capitalista).

A partir do desenvolvimento do capitalismo industrial, houve a divisão social e técnica do trabalho que transformou este ato, inicialmente tão natural, numa engrenagem do processo de produção e o homem passou a ser um apêndice da máquina, sujeito a extenuante jornada de trabalho sob precárias condições de higiene e segurança.

Desse modo, ao ser humano não seria mais suficiente trabalhar para se manter vivo, uma vez que o trabalho passou a representar salário e o trabalhador a ser operário e, em termos jurídicos, empregado subordinado, integrantes do sistema capitalista na forma de mercadorias, bens ou custos de produção. No âmbito do capitalismo, até mesmo o ser humano passou a ser tratado como mercadoria passível de descarte e substituição, transformando-se em *animal laborans*.

A partir do século XVIII, com o desenvolvimento do liberalismo econômico e do capitalismo industrial, ocorreu a agudização do individualismo como referencial da vida em sociedade. O homem passou a ser soberano de si mesmo e superior a todas as outras criaturas, sendo orientado tão somente por sua razão e livre arbítrio. Na Europa, no período após a Revolução Industrial, houve a disseminação da visão antropocêntrica liberal de que o homem detentor dos meios de produção seria o sujeito central do mundo, da *pólis* e da *communitas*.

Em meio a esta conjuntura de ideias liberais individualistas e após um longo processo de mudanças históricas, por vários séculos, marcadas por guerras – inclusive as duas Guerras Mundiais do século XX –, revoltas operárias e contestações sociais aos *status quo* instituído principalmente na Europa e na América do Norte, inicia-se a chamada “reconstrução” dos direitos humanos após meados do século XX, despontando o princípio da dignidade humana nos sistemas jurídicos ocidentais, principalmente a embasar a tutela dos direitos humanos.

Assim, após meados do século XX, a dignidade da pessoa humana se apresenta como o princípio jurídico de maior hierarquia axiológica e normativa nos Estados Democráticos de Direito, sendo a referência ético-jurídica a inspirar o direito construído e positivado, norteando a interpretação e aplicação das normas em nível interno e internacional, sobretudo após o término da Segunda Guerra Mundial na qual se verificou a prática de atrocidades contra a pessoa humana oriunda dos regimes totalitários nazista e fascista.

Verificou-se, após longos anos de evolução histórica da humanidade, que todas as pessoas merecem igual respeito e consideração, independentemente da etnia, do sexo, da classe social, da religião ou da cultura a que pertençam. Essa aceção da dignidade humana foi, no século XX, incorporada nos ordenamentos jurídicos de diversos países, principalmente ocidentais, e da América Latina, embora com diferentes graus, intensidades e perspectivas jurídicas.

Nesse contexto, o trabalho humano não pode mais ser tratado na condição de mercadoria ou fator de produção como o capitalismo impõe, pois, em razão de suas características peculiares, deve ser considerado com critérios que extrapolam os aspectos puramente econômicos. O trabalho é um valor necessário para a existência digna do trabalhador, devendo ser protegido pelo direito como obrigação social imposta aos Estados, à comunidade e aos particulares.

Logo, deve-se garantir ao ser humano não apenas o trabalho, mas o **trabalho digno**, enquanto direito humano, que respeita a pessoa em sua integridade físico-psíquica como ser único e insubstituível, sendo necessário para sua subsistência digna e de sua família. Caso contrário, serão admitidas como lícitas e legítimas atividades que afrontam a dignidade humana do trabalhador, tais como: a prostituição que não é considerada “trabalho” e representa um comércio do próprio corpo e do prazer carnal ou mesmo formas de trabalho consideradas ilícitas pela Organização Internacional do Trabalho, dentre as quais se destacam: o trabalho escravo, o trabalho degradante, o trabalho forçado, o trabalho com discriminação, o trabalho infantil dentre outras.

Nesse contexto, a presente pesquisa analisou o **trabalho digno**, enquanto direito humano, e sua concretização no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), destacando-se no estudo o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, pois são os países integrados ao bloco mercosulista desde sua origem.

Os processos de integração regional vêm se desenvolvendo no contexto crescente de mitigação das soberanias dos Estados nacionais em prol de acordos internacionais comuns para a implementação de políticas externas e internas mais condizentes com os interesses dos países integrantes desses blocos, extrapolando os aspectos puramente econômicos e comerciais como, por exemplo, é o caso do patamar atual da União Europeia e da proposta da recém-criada União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

No caso do MERCOSUL, o momento histórico que marcou sua criação era diverso, pois foi impulsionado na década de 1980 pelo processo de redemocratização dos países latino-americanos que encerrou longo período de governos autoritários (ditaduras militares).

Além disso, convergiram em favor da criação do MERCOSUL, perspectivas de maior estabilidade econômica para a região, particularmente relacionadas ao controle das instabilidades macroeconômicas oriundas do processo inflacionário crônico (hiperinflação) e do endividamento interno e externo dos países latino-americanos que marcaram a década de 1980 como a década “perdida”.

Nesse sentido, em sua criação, o MERCOSUL assumiu a condição de aliança comercial com vistas a dinamizar a economia regional, tendo o desafio de sua conversão, em longo prazo, em mercado comum com a implantação da livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais, estando inserido no âmbito do “novo regionalismo” ou “regionalismo aberto”, consoante apregoadado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

A consolidação desse regionalismo aberto poderia ser favorável para impulsionar a integração na América Latina, favorecendo os acordos regionais entre os países, pois a integração deveria ser conduzida não apenas pelos Estados, mas também pelos agentes privados responsáveis pelas relações produtivas e tecnológicas, havendo a complementação do processo integracionista através de estratégias empresariais.

Entretanto, o MERCOSUL não é um processo “descolado” dos objetivos integracionistas mais amplos que envolvem a América Latina porque foi criado sob o marco jurídico da Associação Latino-americana de Integração (ALADI), sendo o Tratado de Assunção um caso de acordo de alcance parcial: o Acordo de Complementação Econômica (ACE) nº 18.

Apesar da importância da integração econômica para a dinamização do comércio internacional e dos mercados regionais com a livre circulação de mercadorias, pessoas e fatores de produção no bloco, este processo, na atualidade, não pode ficar adstrito apenas às questões comerciais e econômicas, sendo necessário a sua expansão para outras áreas: a jurídica, a política e a social que devem estar envolvidas no projeto integracionista.

Ademais, a existência de normas internacionais de proteção aos direitos humanos, de cunho global e regional, e de ordens jurídicas constitucionais dos Estados democráticos que objetivam a valorização da dignidade da pessoa humana, impõem desafios ao processo de integração no MERCOSUL no que diz respeito a tutela dos direitos humanos e sua concretização nos países integrantes do bloco mediante ações conjuntas e articuladas.

Todas essas questões extrapolam o aspecto puramente comercial e econômico que envolve os países integrantes do MERCOSUL, sendo necessário se aprofundar mais o processo de integração regional neste bloco.

Nesse contexto, a presente pesquisa analisou – *de modo comparativo e crítico* – se os direitos humanos trabalhistas e o trabalho digno estão sendo implementados no MERCOSUL, enquanto processo de integração regional que envolve países possuidores de realidades socioeconômicas diferenciadas.

No âmbito do MERCOSUL, a concretização do trabalho digno somente ocorrerá através de um significativo comprometimento e atuação política dos governos dos Estados-partes (“o querer político” e “o saber técnico”), pois sua tutela em normas internacionais, inclusive na Declaração Sociolaboral mercosulista (1998), **por si só**, não garante sua efetivação no mundo do trabalho.

Então, a partir de reflexões pessoais e de estudos sobre o tema, tem-se a seguinte hipótese de pesquisa: o MERCOSUL não poderá “caminhar” rumo a uma integração regional plena, equânime e solidária para os seus povos e nem para a constituição de uma comunidade latino-americana de nações, sem que haja a concretização do trabalho digno mediante políticas públicas comuns e articuladas capazes de alcançar maior desenvolvimento econômico com justiça social.

O tema proposto se mostra relevante, atual e representa original contribuição aos estudos acadêmico-científicos, porque a concretização do trabalho digno – enquanto direito humano social – é fundamental para a plenitude da integração regional no MERCOSUL.

Essas características justificaram a realização do estudo em nível de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP), de cunho interdisciplinar, e por uma pesquisadora graduada em **Ciências Econômicas e Direito**, com Especialização em **Economia Empresarial e Direito do Trabalho** e Mestra em **Direito Constitucional**.

Ademais, este trabalho evidenciou questionamentos teórico-científicos de significativa importância, a saber: a) questionou-se se haveria efetiva e justa integração no âmbito do MERCOSUL se o trabalho e, conseqüentemente, a pessoa humana trabalhadora fossem considerados, no âmbito das relações internacionais mercosulistas, como meros fatores de produção; b) questionou-se a própria concepção de “trabalho digno” e em que condições o trabalho é realizado nos países integrantes do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) a partir da análise de indicadores estatísticos do “mercado de trabalho” no período de 1995 a 2012; c) questionou-se porque a tutela jurídica do trabalho digno e dos direitos humanos trabalhistas nas ordens jurídicas internas dos países integrantes do bloco, bem como em tratados internacionais por eles ratificados, por si só, não permite sua efetivação no mundo do trabalho.

Portanto, o **objetivo geral** da pesquisa foi analisar – *de modo comparativo e crítico* - o trabalho digno na integração regional do MERCOSUL entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e sua concretização no bloco no contexto mais amplo da “reconstrução” dos direitos humanos ocorrida após meados do século XX.

Por sua vez, os **objetivos específicos** da pesquisa foram: a) demonstrar que ao ser humano não basta a concessão de trabalho, sendo imprescindível a garantia do trabalho digno a partir da compreensão do seu significado histórico-social no âmbito do MERCOSUL; b) analisar se há propostas de políticas públicas de trabalho comuns e articuladas adotadas pelos Estados-partes do MERCOSUL - que também são integrantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - para a consolidação da integração regional; c) verificar porque há dificuldades para a efetivação do trabalho digno no MERCOSUL apesar da ampla tutela normativa dos direitos humanos, em especial dos trabalhadores no sistema jurídico internacional e nas Constituições dos Estados-partes do bloco.

Como *metodologia científica*, a pesquisa utilizou os seguintes métodos: dedutivo (análise do geral para o particular); dialético (contraposição entre

tese e antítese) e histórico-sociológico (investigação de fatos, processos e instituições ao longo do tempo).

Quanto à *técnica de pesquisa*, utilizou-se a bibliográfico-doutrinária (**análise qualitativa**), a partir da análise de literatura especializada sobre o tema “mercado” de trabalho e integração regional, permitindo realizar um estudo comparativo entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e, ainda, promovendo um “diálogo” entre a História Econômica, a Economia do Trabalho e o Direito – mais especificamente o Direito Internacional do Trabalho e os Direitos Humanos -, em consonância com a interdisciplinaridade proposta pelo Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo.

A pesquisa utilizou, também, a **análise quantitativa** a partir do levantamento de dados estatísticos, entre os anos de 1995 a 2012¹, no intuito de avaliar o “mercado” de trabalho nos Estados-partes do MERCOSUL e a implementação do trabalho digno, sendo adotada a base de dados da *Key Indicators of the Labour Market* (KILM) da OIT. O KILM é um conjunto de indicadores-chave do mercado de trabalho que possuem variáveis relativas ao emprego (*status*, setores, horas trabalhadas etc.), à falta de trabalho e ao desemprego e permitiu traçar um perfil do “mercado” de trabalho nos Estados mercosulistas.

Então, o presente estudo dividiu-se em cinco capítulos.

No **capítulo um**, foi analisada a conjuntura histórico-econômica do trabalho assalariado na América Latina, enfocando o chamado trabalho “livre” assalariado no contexto do capitalismo industrial, evidenciando, ainda, a formação do assalariamento na América de colonizações espanhola e portuguesa (o Brasil), pois ambas se consubstanciaram em sistemas coloniais de exploração. Finalmente, foram analisadas as condições atuais do trabalho assalariado em face do capitalismo global, pois o mundo do trabalho assiste, na atualidade, à crescente de precarização do trabalho humano e muitas vozes preconizam a necessidade de flexibilização das relações de trabalho para que as empresas possam se manter competitivas no

¹ Este período foi delimitado porque contempla a chamada *Agenda de Trabalho Decente nas Américas* proposta pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) aos seus membros, inclusive os países integrantes do MERCOSUL. Além disso, em 19 de junho de 1998, a OIT aprovou a *Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho*, reafirmando a obrigação universal de respeitar, promover e tornar realidade os princípios e diretrizes previstos nas Convenções da OIT, mesmo que não tenham sido ratificados pelos Estados-partes. Portanto, a série estatística procurou abranger alguns anos antes de 1998 e outros após 1998, no intuito de apreender se houve ou não melhoria nas condições de trabalho nos Estados mercosulistas após a aprovação desta declaração pela OIT.

mercado internacional ante os efeitos da globalização, havendo a redução de direitos e garantias conquistados pelos trabalhadores ao longo de séculos.

No **capítulo segundo** foram realizadas considerações preliminares acerca do direito como sistema de regras e princípios (visão clássica) no intuito de embasar a compreensão dos direitos humanos na contemporaneidade e da dignidade da pessoa humana como o princípio jurídico de maior hierarquia axiológica e normativa a inspirar o direito construído e positivado, norteador da interpretação e aplicação das normas em nível interno e internacional. Posteriormente, analisou-se a concepção de trabalho digno fundamentada na obra “*A Condição Humana*” de Hannah Arendt e na “*Filosofia do Trabalho*” de Felice Battaglia. Na análise do trabalho humano, foi imprescindível a realização de alguma referência ao pensamento de Karl Marx que buscou a compreensão do “valor trabalho” nas sociedades capitalistas, porém, o referencial teórico desta tese não é marxista, mas se escuda no pensamento arendtiano exposto na “*Condição Humana*” e na “*Filosofia do Trabalho*” de Felice Battaglia.

Trata-se de referenciais distintos, mas eles criticam a exploração do homem-trabalhador no capitalismo marcado por sociedades de consumo que banalizam as pessoas e o seu trabalho.

Finalmente, foi analisado o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), de sua origem até a atualidade, enquanto processo de integração regional que não pode ficar mais adstrito apenas às questões comerciais e econômicas, sendo necessário a sua expansão para outras áreas que devem estar envolvidas no projeto integracionista, principalmente na seara do trabalho e dos direitos da pessoa humana.

No **terceiro capítulo**, foi analisado o trabalho digno no âmbito do sistema jurídico internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT), entendido como um sistema global especial de proteção aos direitos humanos trabalhistas, enfatizando, mais especificamente, seus objetivos, natureza jurídica, estrutura orgânica e as principais declarações: a Declaração de Filadélfia (1944), a Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (1998) e a Declaração sobre a Justiça Social para uma Globalização Equitativa (2008).

Além disso, foram analisadas as convenções da OIT mais pertinentes para o estabelecimento de um “**núcleo duro**”² (*trabalho infantil, trabalho da mulher e maternidade, discriminação no trabalho, inclusive em relação a trabalhadores migrantes, trabalho escravo, políticas de emprego e proteção em face do desemprego*) a embasar o estudo do trabalho digno no MERCOSUL, a saber: Convenção nº 95 - Proteção do Salário (1949); Convenção nº 97 - Trabalhadores Migrantes (1949); Convenção nº 100 - Salário Igual para Trabalho de Igual Valor entre o Homem e a Mulher (1951); Convenção nº 103 - Proteção à Maternidade (1952); Convenção nº 105 - Abolição do Trabalho Escravo (1957); Convenção nº 111 - Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação (1958); Convenção nº 122 - Política de Emprego (1964); Convenção nº 138 - Idade Mínima para Admissão no Emprego (1973); Convenção nº 142 - Desenvolvimento de Recursos Humanos (1975); Convenção nº 168 - Promoção do Emprego e Proteção contra o Desemprego (1988); Convenção nº 182 - Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação (1999) e Convenção nº 189 - Trabalhadores Domésticos (2011). Finalmente, analisou-se a ratificação e a incorporação destas convenções internacionais ao direito interno dos Estados mercosulistas, traçando um quadro comparativo entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

No **terceiro capítulo**, procedeu-se ao estudo do trabalho digno no sistema jurídico das Nações Unidas, realizando incursões aos seus principais instrumentos internacionais, destacando-se: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, ambos de 1966, e a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990).

No âmbito do sistema regional interamericano de proteção aos direitos humanos foram analisados alguns documentos históricos, tais como: a Declaração de Princípios Sociais da América aprovada na Conferência de *Chapultepec* ocorrida na Cidade do México em 1945 e a Carta Interamericana de

² A OIT aprovou a *Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho* (1998) estabelecendo quatro áreas prioritárias de atuação para a concretização dos direitos humanos trabalhistas: *liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; abolição efetiva do trabalho infantil e eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação*. O estabelecimento deste núcleo duro procurou contemplar essas áreas prioritárias, com exceção da liberdade sindical e da negociação coletiva porque as relações coletivas de trabalho não são objeto de estudo nesta tese.

Garantias Sociais de 1948. Além disso, foi analisada a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948); a Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida como *Pacto de São José da Costa Rica* (1969) e o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, conhecido como *Protocolo de São Salvador* (1988). Ao final, verificou-se a ratificação e incorporação destas convenções à ordem jurídica interna dos países integrante do MERCOSUL através de um quadro comparativo entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

O **capítulo quinto** adentrou na análise do trabalho digno no MERCOSUL, desde a sua tutela nas Constituições dos Estados integrantes do bloco até a sua proteção ou, mesmo, ausência de proteção no chamado direito originário da integração, finalizando com a análise de dados acerca do trabalho nos países integrantes do bloco.

Através da pesquisa, tabulação e análise de indicadores estatísticos do trabalho, realizou-se um mapeamento do “mercado” de trabalho (*Key Indicators of the Labour Market* - KILM) no MERCOSUL no período de 1998 a 2012 – anexo estatístico - no intuito de apreender a concretização do trabalho digno e dos direitos humanos trabalhistas nesses países, pois a sua previsão nas ordens jurídicas internas, bem como em tratados internacionais, por si só, não garante sua efetivação no mundo do trabalho. Os países mercosulistas são também membros da OIT, logo, analisou-se, a partir dos indicadores estatísticos, se está ocorrendo a implementação da *Agenda de Trabalho Decente* proposta por esta organização internacional em tais Estados.

Finalmente, foram verificados os prognósticos para a concretização do direito humano ao trabalho digno no MERCOSUL com vistas a um processo de integração regional mais solidário para os povos da região.

Ante o exposto, a presente tese propôs uma análise interdisciplinar da concepção de trabalho digno para a integração regional no MERCOSUL, enfocando comparativamente o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, e sua concretização no bloco no contexto mais amplo da “reconstrução” dos direitos humanos, buscando produzir conhecimento em tempo de crise das ciências e de busca de novos paradigmas, numa tentativa de resgatar os valores éticos e jurídicos que devem nortear a vida em sociedade.

Há muitos reveses e dificuldades oriundos da herança histórica latino-americana para a concretização dos direitos da pessoa humana, especialmente

dos direitos laborais, na realidade fática dos Estados integrantes do MERCOSUL, sendo um desafio para a viabilidade do processo integracionista.

Então, é primordial a formação de docentes e pesquisadores capazes de dialogar com várias áreas do conhecimento humano, pois a “hiperespecialização”³ engessa as possibilidades de resolução dos problemas, cada vez mais transnacionais e planetários, e de enfrentamento das transformações sociais ocorridas no mundo, impedindo a compreensão do global e do essencial que envolve o ensino e a pesquisa acadêmico-científica na atualidade.

Portanto, esta tese ***“Trabalho Digno e Direitos Humanos: Vicissitudes da Integração Latino-americana”*** almejou contribuir para a investigação acadêmico-científica acerca da América Latina sob um prisma interdisciplinar, pois a concretização do trabalho digno se apresenta como um desafio para o MERCOSUL - Mercado Comum do Sul e seus Estados-partes, havendo um longo caminho a ser percorrido para sua plenitude em termos jurídicos, econômicos e políticos rumo a uma integração regional mais solidária para os povos da região e à constituição de uma comunidade latino-americana de nações.

³ Termo cunhado em MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento, 16. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 13.

1 A CONJUNTURA HISTÓRICO-ECONÔMICA DO TRABALHO ASSALARIADO NA AMÉRICA LATINA

O presente capítulo analisará o trabalho humano no capitalismo, mais especificamente no contexto da produção industrial em larga escala iniciada pioneiramente pela Inglaterra, no século XVIII, com a chamada Revolução Industrial, assumindo, assim, a condição de trabalho “livre” assalariado.

O trabalho assalariado também será apreendido no âmbito das Américas Espanhola e Portuguesa (Brasil), pois a ocupação econômica dessas terras se originou da expansão comercial da Europa nos séculos XV e XVI, notadamente da Espanha e de Portugal, inserida no bojo do capitalismo mercantil. Posteriormente, em face da Revolução Industrial, que se expande da Inglaterra para outros países, tem-se a implantação do trabalho assalariado nas colônias das Américas Espanhola e Portuguesa ao longo do século XIX, embora com diferentes nuances em cada região.

Houve a inserção do continente latino-americano na “nova” divisão internacional do trabalho⁴ como região exportadora de matérias primas e mão de obra baratas para os países industrializados considerados desenvolvidos – especialmente da Europa e os Estados Unidos da América -, ao mesmo tempo em que ela se consolidava como mercado consumidor dos produtos destes países, conforme Celso Furtado⁵ aponta:

A inserção dos países latino-americanos nas novas linhas em expansão do comércio internacional realizou-se a partir dos anos quarenta do século passado. Nesse processo de inserção tendem a configurar-se três grupos de países exportadores de produtos primários: a) países exportadores de produtos agrícolas de clima temperado, b) países exportadores de produtos tropicais, e c) países exportadores de produtos minerais. Em cada um desses casos, o comércio exterior contribuiu para configurar uma estrutura econômica particular, cujas características devem ser tidas em conta no estudo de sua evolução subsequente.

O primeiro grupo de países foi essencialmente constituído pela Argentina e o Uruguai. A produção agrícola exportável baseou-se, neste caso, no uso extensivo da terra e se destinou a

⁴ A divisão internacional do trabalho passou por diferentes etapas acompanhando o desenvolvimento histórico do capitalismo, iniciando com relações mercantilistas que marcaram o comércio entre metrópoles europeias e colônias de exploração, latino-americanas principalmente, até a configuração de relações entre países, chamados desenvolvidos, e outros considerados subdesenvolvidos ou não industrializados no âmbito do capitalismo global.

⁵ FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina**, 2. ed., Rio de Janeiro: Lia Editor S.A, 1970, p. 61-64.

concorrer com a própria produção interna dos países em rápida industrialização. [...]

O segundo grupo, formado pelos países exportadores de produtos agrícolas tropicais, congregou mais da metade da população latino-americana. Nele se incluíram o Brasil, a Colômbia, o Equador, a América Central e o Caribe, bem como certas regiões do México e da Venezuela. A inserção desses países no comércio internacional se realizou em concorrência com áreas coloniais e com a região sul dos Estados Unidos. O açúcar e o fumo conservaram suas características de produtos tipicamente coloniais até fins do século XIX. [...]

O terceiro grupo de países, constituído pelos exportadores de produtos minerais, foi basicamente formado pelo México, o Chile, o Peru e a Bolívia. A Venezuela, como exportador de petróleo, se integrou ao grupo a partir do segundo decênio do século atual. [...]

Esse passado de colônias de exploração dos países latino-americanos desencadeou a formação de economias subdesenvolvidas que, no século XX, caracterizaram-se por uma industrialização tardia em alguns países e, em outros, por uma economia ancorada no modelo agrário exportador, havendo impactos diferenciados nos processos de desenvolvimento e crescimento econômicos e, conseqüentemente, na configuração do trabalho “livre” assalariado, conforme será analisado a seguir.

1.1 O TRABALHO HUMANO: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O trabalho do homem não se confunde com a atividade exercida pelos animais de modo instintivo para sobreviver, pois ao final do processo do labor, surge um resultado que já estava arquitetado idealmente na mente humana. O trabalhador não transforma apenas o material que atua, mas imprime neste material aquela ideia inicial que tinha concebido mentalmente⁶.

O trabalho humano é consciente e proposital enquanto a atividade exercida pelos animais possui cunho meramente instintivo. Logo, “o trabalho que ultrapassa a mera atividade instintiva é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como conhecemos”⁷.

A Encíclica *Laborem Exercens* (Sobre o Trabalho Humano), de 14 de setembro de 1981, do então Papa João Paulo II, apresenta o trabalho como

⁶ BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX, tradução de Nathanael C. Caixeiro, 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 49-50.

⁷ BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**, op. cit., p. 53.

atividade exclusivamente humana⁸: “o trabalho é uma das características que distinguem o homem do resto das criaturas, cuja atividade relacionada com a manutenção da própria vida não se pode chamar trabalho; somente o homem tem capacidade para o trabalho (LE prefácio)”.

Além disso, nos primórdios da civilização, o trabalho era a atividade ligada à pesca, à caça, à coleta de frutos e à plantação de alimentos destinados ao sustento do homem, acompanhou a evolução histórica do próprio ser humano, sendo a atividade que garantiria a subsistência e a vida em comunidade. À luz da Antropologia Jurídica, José Manuel de Sacadura Rocha⁹ discorre sobre a relação homem-trabalho:

A construção do homem pode ser resumida em **Trabalho**. O trabalho é para o homem seu “inferno” e seu “paraíso”. Mesmo nas teorias “criacionistas” – a criação divina –, o trabalho aparece como fundamento de sua ontologia – a construção de seu ser. Pelo trabalho os hominídeos, ancestrais dos humanos, se transformaram ao longo de milhões de anos e puderam produzir a humanidade tal como a conhecemos em nossos dias – teoria evolucionista. Desde os estudos de Charles Darwin, no século XIX, até hoje, a antropologia e as demais ciências parecem confirmar essa evolução a partir de circunstâncias de necessidade, de sobrevivência material e adaptação à natureza.

Ao longo dos séculos, o trabalho foi associado a uma atividade penosa que não traria felicidade e conhecimento ao homem, sendo relegado aos escravos no mundo antigo (sistema escravista), aos servos no medievo (sistema feudal) e ao proletariado na era moderna (sistema capitalista).

De acordo com o jurista italiano Felice Battaglia, o trabalho é um conceito complexo porque impacta nos mais diversos aspectos da vida humana e, assim, está voltado para as mais diversas ciências; cada uma delas o enquadra de modo diverso em seu sistema, mais ou menos central e digno de interesse¹⁰.

Desse modo, são necessários alguns apontamentos acerca do significado do trabalho sob diferentes aspectos.

⁸ LESSA, Luiz Carlos. **Dicionário da doutrina social da Igreja**: doutrina social da Igreja de A a Z, São Paulo: LTr, 2004, p. 271-272, grifo do autor.

⁹ ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Antropologia jurídica, para uma filosofia antropológica do direito**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, p. 30.

¹⁰ BATTAGLIA, Felice. **Filosofia do trabalho**, trad. Luís Washington Vita e Antônio D’Elia, Saraiva: São Paulo: 1958, p. 19.

No dicionário de Língua Portuguesa, o trabalho se apresenta como¹¹:

- 1 Esforço incomum; luta, lida, faina;
- 2 Conjunto de atividades, produtivas ou criativas, que o homem exerce para atingir determinado fim;
- 3 Atividade profissional regular, remunerada ou assalariada;
- 4 Exercício efetivo dessa atividade;
- 5 Local onde é exercida tal atividade;
- 6 Cuidado ou esmero empregado na feitura de uma obra;
- 7 Qualquer obra realizada (manual, artística, intelectual etc.); empreendimento, realização;
- 8 Ação ou modo de executar uma tarefa, de manejar um instrumento;
- 9 Tarefa a cumprir; serviço
- 10 Conjunto de exercícios que se destinam ao treinamento, desenvolvimento e aprimoramento físico, artístico, intelectual etc.;
- 11 Aquilo que é ou se tornou uma obrigação ou responsabilidade de alguém; dever, encargo.

Na Rubrica de Economia Política, o trabalho representa “a atividade humana que, com o auxílio ou não de máquinas, se caracteriza como fator essencial da produção de bens e serviços”¹².

Sob o prisma filosófico, Nicola Abbagnano¹³ dispõe acerca do trabalho:

TRABALHO (latim *Labor*; inglês *Labor*; francês *Travail*; alemão *Arbeit*; italiano *Lavoro*). Atividade destinada a utilizar as coisas naturais ou a modificar o ambiente para a satisfação das necessidades humanas. O conceito de trabalho implica portanto: 1) a dependência do homem, no que diz respeito à vida e aos seus interesses, em relação à natureza: o que constitui a necessidade; 2) a reação ativa a essa dependência, constituída por operações mais ou menos de elevado esforço, sofrimento ou cansaço, que constitui o *custo* humano do trabalho. Baseia-se sobretudo neste último aspecto a condenação da filosofia antiga e medieval ao trabalho manual (v. Banausia). Também devido a esse aspecto, o trabalho foi considerado pela Bíblia como parte da maldição divina decorrente do pecado original (*Gênese*, III, 19). E no famoso texto de São Paulo o preceito “Quem não quiser trabalhar não coma” deriva da obrigação de não jogar sobre os ombros alheios o cansaço e o sofrimento do trabalho (II *Tessal.*, III, 8-10). No mesmo sentido, Agostinho (*De Operibus Monachorum*, 17-8) e Tomás de Aquino (*S. Th.*, II, ii, q. 187 a. 3) recomendavam o trabalho como preceito religioso. Na exigência de distribuir entre todos o sofrimento e a degradação

¹¹ **DICIONÁRIO Houaiss Eletrônico**, disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>>, acesso em: 10 abr. 2014.

¹² **DICIONÁRIO Houaiss Eletrônico**, disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>>, acesso em: 10 abr. 2014.

¹³ ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**, revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti, 5. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 1147-1148, grifo do autor.

do trabalho manual inspiraram-se a *Utopia* (1516) de Thomas More e a *Cidade do Sol* (1602) de Campanella, que prescrevem para todos os membros de suas cidades ideais a obrigação do trabalho. Com base nisso, consagrava-se a contraposição entre trabalho manual e atividade intelectual, entre artes mecânicas e artes liberais; também no Renascimento a defesa quase unânime, por parte de literatos e filósofos, da vida *ativa* diante da vida *contemplativa* e a condenação unânime do ócio [...].

No Dicionário de Sociologia, Allan G. Johnson¹⁴ aponta:

De modo geral, trabalho é toda atividade que gera um produto ou serviço para uso imediato ou troca. Há muito tempo, sociólogos têm se mostrado interessados em certo número de questões fundamentais sobre o trabalho: como o trabalho é definido e organizado e como isso afeta a experiência do trabalho; como os indivíduos são distribuídos entre as ocupações (em termos de sexo, raça ou composição etária da FORÇA DE TRABALHO; como a organização do trabalho se vincula aos sistemas de ESTRATIFICAÇÃO E DESIGUALDADES; e como ele se relaciona com grandes instituições, como o ESTADO, a RELIGIÃO e a FAMÍLIA). [...]

Em termos jurídicos, De Plácido e Silva¹⁵ alude acerca do trabalho:

Trabalho, então, entender-se-á todo *esforço físico*, ou mesmo *intelectual*, na intenção de realizar ou fazer qualquer coisa. No sentido econômico e jurídico, porém, *trabalho* não é simplesmente tomado nesta acepção física: é toda ação, ou todo esforço ou todo desenvolvimento ordenado de energias do homem, sejam psíquicas, ou sejam corporais, dirigidas com um fim econômico, isto é, para *produzir uma riqueza*, ou *uma utilidade*, suscetível de uma avaliação, ou uma apreciação monetária. Assim, qualquer que seja a sua natureza, e qualquer que seja o esforço que o produz, o *trabalho* se reputa sempre um *bem de ordem econômica*, juridicamente protegido. [...] No sentido constitucional, o *trabalho*, além de ser assegurado a todos, a fim de que possibilite uma existência digna ao trabalhador, é uma *obrigação social*. Modernamente, o trabalho é sempre objeto de um contrato, que se estabelece entre trabalhador e empregador, vulgarmente chamado de *patrão*, no qual se compõem, respeitados os preceitos legais, as condições que se convencionarem, inclusive remuneração, ou *salário*, e outras vantagens pecuniárias atribuídas ao trabalhador. [...]

A Doutrina Social da Igreja¹⁶ apresenta considerações a respeito do trabalho humano, especialmente após 15 de maio de 1891, com a divulgação pelo

¹⁴ JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica, tradução de Ruy Jungmann e consultoria de Renato Lessa, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997, p. 241.

¹⁵ SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**, atualizadores Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho, 26. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 1413, grifo do autor.

Papa Leão XIII da Encíclica *Rerum Novarum* (Sobre a Condição dos Operários) em pleno auge da Revolução Industrial e dos movimentos sociais do operariado em prol de melhores condições de vida e trabalho. A *Rerum Novarum* conclamou os povos e os Estados a buscarem uma ordem social mais justa, pois “[...] o trabalho tem uma tal fecundidade e tal eficácia que se pode afirmar, sem receio de engano, que ele é a fonte única de onde procede a riqueza das nações”¹⁷.

Posteriormente, a Encíclica *Laborem Exercens* (Sobre o Trabalho Humano) do então Papa João Paulo II, traz considerações de cunho filosófico acerca do trabalho humano, extrapolando aspectos teológicos¹⁸:

[...] com a palavra trabalho é indicada toda atividade realizada pelo mesmo homem, tanto manual como intelectual, independentemente das suas características e das circunstâncias [...] É preciso acentuar e pôr em relevo o primado do homem no processo de produção, **o primado do homem em relação às coisas**¹⁹. E tudo aquilo que está contido no conceito de ‘capital’, num sentido restrito do termo, é somente um conjunto de coisas. Ao passo que o homem, como sujeito do trabalho, independentemente do trabalho que faz, o homem, e só ele, é uma pessoa (LE 12f) [...] mesmo na época do ‘trabalho’ cada dia mais mecanizado, **o sujeito próprio do trabalho continua a ser o homem** (LE 5c). [...] o trabalho era entendido e tratado como uma espécie de ‘mercadoria’, que o trabalhador – principalmente o operário da indústria – vendia ao dador de trabalho, que era, ao mesmo tempo, possessor do capital, isto é, do conjunto dos instrumentos de trabalho e dos meios que tornam possível a produção. Este modo de conceber o trabalho encontrava-se especialmente difundido na primeira metade do século XIX. Em seguida, as formulações explícitas deste gênero quase desapareceram, cedendo lugar a um modo mais humano de

¹⁶ A Doutrina Social da Igreja representa o conjunto dos ensinamentos do magistério da Igreja Católica constante em encíclicas e pronunciamentos de papas, tendo por finalidade fixar princípios, critérios e diretrizes gerais a respeito da organização social e política da vida em sociedade. Luiz Carlos Lessa esclarece que “há consenso em considerar-se a *Rerum Novarum*, de Leão XIII, promulgada em 1891, como o marco inicial do que se convencionou chamar de Doutrina Social da Igreja (DSI). Daí, porém, não se infira que só a partir de então a temática social comparece em documentos e pronunciamentos eclesiais. A citada encíclica apenas inaugurou ‘oficialmente’, ‘formalmente’, ‘cronologicamente’, a DSI, visto que a matéria em tela foi, e é, desde os tempos apostólicos, diuturna preocupação do Magistério da Igreja. Por isso, alguns autores falam no que seria uma **pré-história** da DSI, para abranger manifestações do pensamento social cristão anteriores à *Rerum Novarum*, remontando ao período da patrística, aos filósofos da escolástica, aos doutores da Idade Média, a predecessores de Leão XIII, papas dos séculos XV ao XVIII, principalmente” (LESSA, Luiz Carlos. **Dicionário da doutrina social da Igreja**: doutrina social da Igreja de A a Z, São Paulo: LTr, 2004, p. 12, grifo do autor).

¹⁷ LESSA, Luiz Carlos. **Dicionário da doutrina social da Igreja**, op. cit., p. 271, grifo nosso.

¹⁸ LESSA, Luiz Carlos. **Dicionário da doutrina social da Igreja**, op. cit., p. 271-272, grifo do autor.

¹⁹ Há o resgate pela Doutrina Social da Igreja do pensamento filosófico de Immanuel Kant que aprofunda a dicotomia entre coisas e pessoas, dispondo que o ser humano é insubstituível e não possui nada equivalente, assim, todo homem possui dignidade e não um preço.

pensar e de avaliar o trabalho. [...] Apesar disso, o perigo de tratar o trabalho como uma ‘mercadoria *sui generis*’ ou como uma ‘força’ anônima necessária para a produção (fala-se mesmo de ‘força-trabalho’) **continua a existir ainda nos dias de hoje**, especialmente quando a maneira de encarar a problemática econômica é caracterizada pela adesão às premissas do ‘economicismo’ materialista (LE 7b).

Acerca da compreensão do trabalho à luz do Direito, Felice Battaglia²⁰ preleciona:

O trabalho, portanto, diz respeito ao direito da maneira mais ampla: no sentido de que, faculdade deixada à nossa vontade, se reforça como pretensão. Torna-se ainda dever juridicamente exigível do Estado. Exatamente por ser direito e dever ao mesmo tempo, podemos pretender que nos seja dado nas condições que o assegurem. Eis a trama de uma construção dogmática do trabalho, que a evolução histórica procura amadurecer, mesmo se ainda não se cumpriu em todos os aspectos assinalados, até suas extremas conseqüências!

As idéias que substanciam o perfilado sistema do direito do trabalho são modernas. Sòmente através de um longo processo histórico o trabalho surgiu aos homens como um dever absoluto e peremptório, conexo com a nossa personalidade. A tal ponto constitutivo desta que, reflexivamente, pudesse gerar a convicção de dever-se exigir a cooperação alheia, e peremptoriamente, a do próprio Estado. Ignorado dos *bills of rights* ingleses e americanos dos séculos XVII e XVIII, não aparece também na famosa *Déclaration des droits de l'home et du citoyen*. Sòmente na Constituição francesa de 1848 se declara que o Estado tem por base o trabalho (art. 4º), tendo todos os cidadãos o dever de assegurar-se com o trabalho os meios de subsistência (ar. 7º) e a república o de proteger o cidadão no seu trabalho, proporcionando-o a quem não tenha e assistindo-o (art. 8º). Surge o dever ao trabalho, um direito que é dever, proclamada a obrigação pública. O trabalho é portanto livre, não no sentido de que o cidadão possa trabalhar ou não, mas sim naquele, mais limitado, de que êle possa escolher a atividade mais condizente com o cumprimento de um dever jurídico; mas se este é um dever inderrogável, êle se compenetra da pretensão a que o Estado o assegure em si e nas condições que o tornam possível. Desde então assistimos a um desenvolvimento coerente e crescente de tais posições, ainda que o direito subjetivo de ter trabalho, a pretensão dirigida ao Estado, que é correspondente ao dever jurídico do Estado para com os cidadãos, tarde a afirmar-se.

Então, o trabalho humano se assemelha a um **caleidoscópio** porque está em constante estudo e análise à luz de diferentes saberes humanos,

²⁰ BATTAGLIA, Felice. **Filosofia do trabalho**, tradução de Luís Washington Vita e Antônio D’Elia, Saraiva: São Paulo: 1958, p. 318-319.

demonstrando a importância de sua análise no contexto do capitalismo, notadamente após a consolidação da Revolução Industrial.

A partir do desenvolvimento do capitalismo industrial, o trabalho assumiu a categoria de trabalho “livre” assalariado, inserto no processo de produção capitalista. A sociedade de consumo conferiu aos trabalhadores o mesmo valor que se atribui às máquinas e aos instrumentos de produção, esvaziando sistematicamente sua dignidade humana.

1.2 O Trabalho “Livre” Assalariado e sua Consolidação no Capitalismo Industrial

A Revolução Industrial, iniciada pioneiramente no século XVIII pela Inglaterra, impôs novas condições de produção aos trabalhadores (homens, mulheres e crianças) que passaram a ser vistos como apêndices das máquinas e sujeitos a extenuante jornada de trabalho sob precárias condições de higiene e segurança.

Conforme apontam Howard J. Sherman e E. K. Hunt²¹, o pioneirismo inglês na realização da Revolução Industrial é explicado por diversos fatores, tais como: a) havia uma política econômico-liberal que facilitou o desenvolvimento das manufaturas e do comércio; b) a Inglaterra assinou vários pactos comerciais vantajosos para si mesma, como o Tratado de *Methuen* firmado com Portugal, em 27 de dezembro de 1703, em que os portugueses se comprometiam a consumir os tecidos da Inglaterra e os ingleses, os vinhos de Portugal; c) o país possuía significativas reservas de ferro e carvão mineral que são as principais matérias-primas utilizadas na produção industrial; d) havia mão de obra em abundância e e) a burguesia inglesa dispunha de capital suficiente para financiar as manufaturas, adquirindo matérias-primas e máquinas e contratando os trabalhadores.

Na Inglaterra, por volta de 1750, havia crescente oferta de mão de obra nas cidades devido ao êxodo rural oriundo da falência do sistema doméstico de produção causada pelo desenvolvimento econômico e tecnológico que impulsionou o crescimento das manufaturas e do comércio nos grandes centros urbanos.

Também contribuiu para a geração de significativo excedente de mão de obra nas cidades inglesas, a apropriação das terras comunais por grandes

²¹ SHERMAN, Howard J. e HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**, tradução de Jaime Larry Benchimol, 19. ed., Petrópolis: Vozes, 2000, p. 53-69.

proprietários rurais fundamentadas em decretos (*Bill for Inclosures of Commons*) aprovados pelo Parlamento inglês. As terras comunais eram campos abertos agricultáveis por pequenos camponeses ou terras comuns não cultivadas - bosques, pastagens e terras abandonadas – e foram retalhadas em pequenos lotes pelos grandes proprietários rurais para serem arrendados para a criação de ovelhas, fornecendo lã para as manufaturas inglesas. Este processo ficou conhecido como cercamento ou *enclosure*.

A falência do sistema doméstico associado ao *enclosure* expulsou diversos artesãos e camponeses para as grandes cidades inglesas em busca de trabalho, gerando um contingente de indivíduos que se sujeitaram à exploração dos proprietários das fábricas e da burguesia detentora do capital e dos meios de produção, pois não havia postos de trabalho suficientes para absorver toda a mão de obra disponível.

Portanto, os artesãos e os camponeses, alienados dos meios de produção e subsistência, constituíram uma nova classe social: o proletariado que se encontrava “livre” para vender sua força de trabalho à burguesia, outra classe social emergente, em troca do pagamento de um salário, constituindo a massa assalariada de operários. Ao longo do processo de desenvolvimento industrial, houve o aprofundamento e a diferenciação dessas classes sociais, burguesia e proletariado, que se mostraram fundamentais no pensamento teórico marxista.

Surgia, desse modo, o sistema fabril de produção, totalmente distinto do sistema doméstico, pois inserido na lógica de exploração do trabalho alheio e “livre” ancorada no capitalismo industrial. Acerca deste processo, Howard J. Sherman e E. K. Hunt²² afirmam:

A indústria de tipo artesanal, onde o artesão era, a um só tempo, o proprietário da oficina, dos instrumentos de trabalho e das matérias-primas, atuando como pequeno empresário independente, fora substituída em grande parte, no século XVI, pelo sistema manufatureiro doméstico (*putting-out system*) nos ramos industriais voltados para exportação. Inicialmente o mercador-capitalista limitava-se a fornecer ao artesão independente a matéria-prima, remunerando-o para que a transformasse em produtos acabados. Desse modo, o capitalista tornava-se o proprietário do produto ao longo de todas as etapas de produção, ainda que o trabalho continuasse sendo realizado em oficinas independentes. Numa fase posterior do sistema manufatureiro doméstico, o mercador-capitalista

²² SHERMAN, Howard J. e HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**, op. cit., p. 27-28.

passou a ter a propriedade das máquinas e dos instrumentos de trabalho e, freqüentemente, do prédio no interior do qual a produção se realizava. Contratava trabalhadores para acionarem os instrumentos de trabalho, fornecia-lhes as matérias-primas e apropriava-se dos produtos acabados. Ao invés de vender o produto acabado ao mercador, como acontecia antes, o trabalhador passou a vender apenas a sua força de trabalho.

Então, as relações pessoais existentes na produção artesanal foram substituídas no capitalismo industrial por um processo produtivo altamente impessoal ditado pelo ritmo de trabalho das máquinas e, posteriormente, da tecnologia. A habilidade individual não era mais necessária, pois a produção mecanizada exigia regularidade absoluta dos movimentos humanos, de modo que o trabalhador passou a ser simples apêndice dos equipamentos e dos instrumentos de produção.

Em função da crescente oferta de mão de obra oriunda do aumento expressivo da taxa de natalidade, os capitalistas pagavam salários cada vez mais baixos aos trabalhadores, agora operariado, acentuando-se sua miséria.

Mulheres e crianças também aderiram ao trabalho nas fábricas, recebendo salários inferiores aos dos homens para a execução do mesmo tipo de tarefa. A jornada de trabalho variava de quatorze a dezoito horas diárias com uma única interrupção, de vinte minutos, para o descanso e refeição, sendo, muitas vezes, a única realizada. Os trabalhadores ficavam em pé durante todo o tempo, executando o trabalho num mesmo ritmo e qualquer distração implicava em acidentes com a amputação de algum membro ou mesmo mortes.

As crianças eram submetidas ao mesmo ritmo de trabalho, chegando nas fábricas pela manhã e somente as deixando por volta das sete ou oito horas da noite. Edward Palmer Thompson²³ preleciona que “nas fábricas, a força de trabalho infantil e juvenil crescia a cada ano; em diversos ofícios ‘indignos’ ou relacionados com o trabalho externo, seu trabalho tornava-se mais intenso, e a jornada, mais longa”. No final do expediente, muitas crianças caíam exaustas sendo, logo em seguida, repreendidas pelos capatazes com castigos físicos, mas eram obrigadas pela família a trabalhar porque necessitavam do mísero salário que recebiam para a subsistência familiar.

²³ THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de adão, v. 2, tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida, 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 202.

As mulheres também eram maltratadas, estando sujeitas ao assédio sexual, às explorações e às violências dos empregadores e seus capatazes, sendo, muitas vezes, obrigadas a trabalharem despidas até a cintura em meio aos homens. Quando grávidas, as operárias trabalhavam até a última semana de gestação, retornando à fábrica três semanas ou menos após o parto, pois temiam perder o emprego, dedicando-se exclusivamente ao trabalho em precárias condições de higiene e segurança.

Em muitos casos, os filhos recém-nascidos eram levados à fábrica enquanto as suas mães trabalhavam, sendo mantidos quietos com o uso de narcóticos, principalmente o láudano²⁴. As mães operárias mantinham as crianças pequenas quietas mediante o uso de “chupetas sujas feitas de trapos, atadas a um pedaço de pão embebido em leite e água, e podiam ser vistas, entre os dois ou três anos de idade, correndo pelos corredores das fábricas, com estes trapos na boca”²⁵.

Em função dessas condições de trabalho e dos baixos salários, o padrão de vida do operariado, sobretudo o inglês, era miserável. O trigo e a farinha de aveia, os produtos mais consumidos na alimentação, foram substituídos pela batata que apenas permitia a sobrevivência dos trabalhadores sem fornecer-lhes os nutrientes necessários para uma dieta saudável. O consumo de cerveja foi substituído pelo consumo do chá, em decorrência do aumento dos impostos sobre o malte.

Segundo destaca Thompson, “o chá era considerado um substituto pobre. O aumento do seu consumo e o de bebidas alcoólicas indicava a necessidade de estimulantes, provocada pelo número excessivo de horas de trabalho e pela dieta inadequada. Por volta de 1830, o chá já era considerado uma necessidade: as famílias pobres demais, para adquiri-lo, pediam a seus vizinhos as folhas usadas, ou então simulavam sua cor, despejando água fervente sobre a casca de pão queimado”²⁶.

Os operários viviam em casas de um cômodo ou dois ou em porões sem nenhuma higiene; era crônica a situação de miséria e degradação social em que vivia a classe operária, em meados do século XIX, havendo significativa deterioração do ambiente urbano nas cidades inglesas com esgotos a céu aberto, cortiços, poluição da água, solo e ar etc., algumas das consequências desastrosas que trouxe a Revolução Industrial sob a égide de um capitalismo e liberalismo predatórios.

²⁴ O láudano é uma tintura de ópio que possui efeito sedativo.

²⁵ THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**, op. cit., p. 197.

²⁶ THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**, op. cit., p. 184.

Analisando a Revolução Industrial, seus impactos na vida em sociedade e no conflito entre trabalho e capital, Alain Supiot²⁷ disserta acerca do papel do Direito na pacificação dos conflitos laborais:

Essa explosão [das novas tecnologias da informação e da comunicação] se insere num processo iniciado com a Revolução Industrial. A exploração das energias fósseis e o progresso dos meios de comunicação haviam causado um primeiro divórcio entre o espaço-tempo das máquinas e o da vida humana. O Direito do Trabalho interveio então para reconstituir um espaço-tempo humanamente suportável. Tendo a iluminação a gás, depois a elétrica, emancipado o trabalho industrial dos ritmos da natureza (dia/noite; verão/inverno) e exposto os operários a um alongamento desmedido da duração do trabalho, o Direito veio limitar a jornada, depois o ano, depois a vida de trabalho. O impossível, o Direito substituiu pela proibição. Foram assim criados de alto a baixo os novos ritmos de vida que ordenam a vida do homem moderno e a organização de seu território: metrô, trabalho, sono, feriados. [...] O maquinismo industrial acarretara profundas subversões na organização do espaço. Sem mão nem cérebro, a máquina tinha necessidade de ser nutrida e guiada pelo homem. A fábrica industrial definiu-se, portanto, ao mesmo tempo pela *concentração* de um grande número de trabalhadores e pela *separação* com o *habitat* e a Cidade. Daí a profusão de problemas que o Direito teve de enfrentar: os da higiene e da segurança, da responsabilidade pelo uso das máquinas, da disciplina e das liberdades coletivas nos locais de trabalho, da organização dos serviços públicos de transporte e de saúde, etc. Nesse contexto histórico, a tipologia dos direitos tende a se indexar a uma tipologia dos locais: transpor a porta da empresa é passar de um universo jurídico para outro.

Em suma, os problemas engendrados pelo processo de industrialização se agravaram pela tendência predatória do *laissez-faire* capitalista, pois as precárias condições de trabalho e os baixos salários refletiam uma situação comum a todos os trabalhadores “livres” e assalariados neste período, inclusive o capitalismo industrial se expandiu dessa forma para outros países europeus - Alemanha, França e Itália - que, nos séculos seguintes, também implementariam a Revolução Industrial.

Segundo Sherman e Hunt²⁸, nos séculos XVIII e XIX, o liberalismo alimentou o capitalismo industrial, contribuindo para o seu fortalecimento concomitantemente com a opressão econômica e social dos trabalhadores “livres”:

²⁷ SUPLOT, Alain. **Homo juridicus**: ensaio sobre a função antropológica do direito, tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007, p. 164-165.

²⁸ SHERMAN, Howard J. e HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**, op. cit., p. 69.

Nesse período, a ideologia liberal clássica conquistou, definitivamente, o pensamento econômico e social. A nova ideologia caracterizava os homens como indivíduos essencialmente egoístas, frios, calculistas, indolentes e, de um modo geral, independentes da sociedade a que pertenciam. A análise de Adam Smith sobre o mercado, concebido como a “mão invisível” que canalizava as motivações egoístas dos homens para atividades de maior utilidade social, proporcionou os fundamentos da teoria do *laissez-faire*. Segundo essa filosofia competia aos governos assumir exclusivamente as funções que respaldassem e incentivassem as atividades lucrativas.

Em contraposição ao liberalismo econômico e ao capitalismo industrial, Karl Marx²⁹ (1818-1883) verificou que na sociedade capitalista havia o confronto de há o confronto entre duas classes sociais distintas: de um lado a burguesia capitalista possuidora do capital e dos meios de produção e subsistência e, de outro, os trabalhadores “livres” que vendiam a sua força de trabalho como mercadoria, assim, afirma³⁰:

O operário livre [...] vende-se a si mesmo e, além disso, por partes. Vende em leilão 8, 10, 12, 15 horas da sua vida, dia após dia, a quem melhor pagar, ao proprietário das matérias-primas, dos instrumentos de trabalho e dos meios de subsistência, isto é, ao capitalista. O operário não pertence nem a um proprietário e nem à terra, mas 8, 10, 12, 15 horas da sua vida diária pertencem a quem as compra. O operário, quando quer, deixa o capitalista ao qual se alugou, e o capitalista despede-o quando acha conveniente, quando já não tira dele proveito ou o proveito que esperava. Mas o operário, cuja única fonte de rendimentos é a venda da sua força de trabalho, não pode deixar toda a classe dos compradores, isto é, a classe dos capitalistas, sem renunciar à existência. Ele não pertence a este ou àquele capitalista, mas à classe dos capitalistas, e compete a ele a encontrar quem o queira, isto é, encontrar um comprador nessa classe de capitalistas.

O pensamento marxista entende que sempre houve classes em constante confronto nas sociedades, desde os primórdios da história, sendo que no capitalismo industrial havia a burguesia possuidora do capital, dos meios de

²⁹ Não é objetivo desta tese a análise do pensamento marxista, havendo apenas menção à sua construção teórica acerca da luta de classes entre burguesia e operariado que influenciou os movimentos operários do século XIX os quais culminaram nas revoltas de 1848, dentre outras, em prol de condições de trabalho mais dignas.

³⁰ MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**, São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 37-38.

produção e de subsistência e, em contraposição, os trabalhadores “livres” que vendiam a sua força de trabalho, sendo responsáveis pela geração da mais-valia³¹.

O trabalho, de acordo com a perspectiva marxista, está subordinado ao propósito de reproduzir e expandir o domínio econômico, político e ideológico da classe capitalista. A maioria do povo está separada dos meios de produção e subsistência e, conseqüentemente, é compelido a ingressar no trabalho assalariado no intuito de sobreviver.

Em função da manipulação ideológica dos trabalhadores pelos capitalistas, Karl Marx entende que o **trabalhador é alienado do trabalho**, com três significações distintas: “a alienação que resulta da separação do objeto produzido, transformado em mercadoria, em relação a quem o fabricou; a alienação que resulta da sujeição da atividade genérica à vida biológica, convertendo-se de finalidade em meio; a mediatização das relações interpessoais pela mercadoria e pelo dinheiro”³². Nesse sentido, Karl Marx³³ preceitua:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. [...] O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexistia coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se

³¹ Segundo Allan G. Johnson, “[...] uma vez que os trabalhadores não possuem e nem controlam os meios de produção, eles dependem dos patrões, que compram seu tempo em troca de salários. Os empregadores exploram essa dependência pagando aos trabalhadores apenas uma parte do valor do que eles produzem e conservam o resto – a *mais-valia* – para si mesmos sob a forma de lucro. [...] Ao contrário de outras formas de lucro, a mais-valia tem origem na estrutura das relações entre trabalhadores, capitalistas e meios de produção, todos os quais definem o capitalismo avançado como um sistema econômico. Trata-se, portanto, de uma forma de lucro exclusivamente capitalista” (JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**, op. cit., p. 137, grifo do autor).

³² GOSDAL, Thereza Cristina. **Dignidade do trabalhador**: um conceito construído sob o paradigma do trabalho decente e da honra, São Paulo: LTr, 2007, p. 105-106.

³³ MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**, tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri, 2. reimpr., São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 80 e p. 83, grifo do autor.

exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade (*Äusserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. [...] Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal. Comer, beber e procriar etc., são também, é verdade, funções genuína[mente] humanas. Porém na abstração que as separa da esfera restante da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas, são [funções] animais.

Ademais, Karl Marx, analisando o desenvolvimento histórico das sociedades, desde as sociedades pré-capitalistas até a sociedade capitalista propriamente dita, percebeu que o homem estava em contínua interação com a natureza, criando bens que satisfizessem suas necessidades e a este tipo de atividade denominou **trabalho**. Então, ele compreendeu que o trabalho é algo inerente à própria natureza humana e possui **caráter a-histórico**, pois sempre esteve presente em todas as sociedades, mesmo naquelas não capitalistas³⁴.

Desse modo, na análise do trabalho humano, é imprescindível a realização de alguma referência ao pensamento de Karl Marx que almejou compreender a importância do “valor trabalho” para o homem trabalhador com ênfase nas sociedades capitalistas.

A Revolução Industrial impôs novas formas de produção, logo, ao ser humano não seria mais suficiente trabalhar para se manter vivo, uma vez que o **trabalho** - mediante um contrato de trabalho regulado pelo direito, então, de cunho liberal à época - passou a representar **salário** e o **trabalhador** passou a ser **empregado assalariado**, ambos integrantes do sistema capitalista na forma de mercadorias ou de custos de produção.

Harry Braverman³⁵ analisa este momento do capitalismo industrial:

A produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua *diferença específica* é a compra e venda de força de trabalho. Para esse fim, três condições básicas tornam-se generalizadas através de toda a sociedade. Em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter

³⁴ MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**, São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 37.

³⁵ BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**, op. cit., p. 54-56.

acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros. Em segundo, os trabalhadores estão livres de constrições legais, tais como servidão ou escravidão, que os impeçam de dispor de sua força de trabalho. Em terceiro, o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, que está assim atuando como um capitalista. O processo de trabalho começa, portanto, com um contrato ou acordo que estabelece as condições da venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador. [...] O trabalhador faz o contrato de trabalho porque as condições sociais não lhe dão outra alternativa para ganhar a vida. O empregador, por outro lado, é o possuidor de uma unidade de capital que ele se esforça por ampliar e para isso converte parte dele em salários. Desse modo põe-se a funcionar o processo de trabalho, o qual embora seja em geral um processo para criar valores úteis tornou-se agora especificamente um processo para a expansão do capital, para a criação de um lucro. [...] O que o trabalhador vende e o que o capitalista compra *não é uma quantidade contratada de trabalho, mas a força para trabalhar por um período contratado de tempo*. Esta incapacidade de comprar trabalho, que é uma função física e mental inalienável, e a necessidade de comprar a força para executá-lo é tão repleta de consequências para todo o modo capitalista de produção que deve ser estudada mais de perto.

Assim, é a partir do capitalismo industrial que se consolidou o trabalho assalariado como uma engrenagem do processo de produção, amparado num contrato de trabalho devidamente regulamentado pelo direito civil, um direito de cunho liberal e individualista à época que considerava as partes contratantes como indivíduos iguais com plena autonomia de vontade para contratar as condições pactuadas. Porém, esse trabalho assalariado não era exatamente “livre” porque havia desigualdades profundas entre os contratantes (trabalhadores e capitalistas), sobretudo impostas pelas condições econômicas³⁶.

³⁶ Segundo pontua Eric J. Hobsbawm, “para o mundo do liberalismo, insegurança era o preço a pagar por progresso e liberdade, sem mencionar riqueza, e tornava-se tolerável pela contínua expansão econômica. Segurança deveria ser comprada – pelo menos algumas vezes – não por homens e mulheres livres, mas, como a terminologia inglesa especificava muito bem, por “empregados” – cuja liberdade era bastante limitada: empregados domésticos, empregados de estradas de ferro, servidores civis etc. Na realidade, o maior grupo entre estes, os empregados domésticos urbanos, não desfrutavam da segurança das famílias favorecidas da nobreza e pequena nobreza tradicionais, mas frequentemente viam-se diante da insegurança na sua pior forma: demissão imediata sem uma carta de recomendação do antigo senhor para futuros empregadores, ou mais comumente, empregadoras. [...] A idade avançada era uma catástrofe a ser esperada com estoicismo, um declínio na capacidade de produção a partir dos 40, quando a força física começava a decair – especialmente para os menos especializados -, seguida de pobreza e, poucas vezes, de caridade. Para a classe média, os meados do século XIX foram a idade de ouro das pessoas em idade madura, quando os homens atingiam o ponto culminante de suas carreiras, renda e atividade, e o declínio fisiológico ainda não havia se tornado muito óbvio. Para os oprimidos – trabalhadores de ambos os sexos e mulheres de todas as classes – a flor da vida só desabrochava na juventude” (HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital, 1848-1857**, op. cit., p. 335 e p. 336-337).

Em 1848, houve revoltas sequenciais em diversos países europeus que se espalharam pelo mundo, dentre elas, a chamada *Revolução de 1848* ou “*Primavera dos Povos*” oriunda do estado de miséria que as pessoas se encontravam nas cidades e no meio rural, especialmente os trabalhadores, que eram explorados pelas condições de trabalho e os baixos salários impostos pelos donos do capital, de modo que as ideias e os direitos liberais defendidos na Revolução Francesa a eles não se aplicavam, ficando adstritos à burguesia, conforme explicita Eric J. Hobsbawm³⁷:

Tem havido um bom número de grandes revoluções na história do mundo moderno, e certamente muitas delas foram bem-sucedidas. Mas nunca houve uma que se tivesse espalhado tão rápida e amplamente, alastrando-se como fogo na palha por sobre fronteiras, países e mesmo oceanos. Na França, o centro natural e detonador das revoluções europeias [...] a república foi proclamada em 24 de fevereiro. Em 2 de março, a revolução havia ganhado o sudoeste alemão; em 6 de março, a Bavária; em 11 de março, Berlim; em 13 de março, Viena e, quase imediatamente, a Hungria; em 18 de março, Milão e, portanto, a Itália (onde uma revolta independente havia tomado a Sicília). Nessa época, o mais rápido serviço de informação acessível a *qualquer pessoa* (os serviços do Banco Rothschild) não podia trazer as notícias de Paris a Viena em menos de cinco dias. Em poucas semanas, nenhum governo ficou de pé em um área da Europa que hoje é ocupada completa ou parcialmente por dez Estados³⁸, sem contar as repercussões menores em um bom número de outros. Além disso, 1848 foi a primeira revolução potencialmente global, cuja influência direta pode ser detectada na insurreição de 1848 em Pernambuco (Brasil) e, poucos anos depois, na remota Colômbia. Em certo sentido, foi o paradigma de um tipo de “revolução mundial” com o qual, dali em diante, os rebeldes poderiam sonhar e, que, em raros momentos, como no pós-guerra das duas Guerras Mundiais, eles pensaram poder reconhecer. De fato, tais explosões simultâneas continentais ou mundiais são extremamente raras. A revolução de 1848 na Europa foi a única a afetar tanto as partes “desenvolvidas” quanto as atrasadas do continente. Foi, ao mesmo tempo, a mais ampla e a menos bem-sucedida revolução desse tipo. No breve período de seis meses de sua explosão, sua derrota universal era seguramente previsível; 18 meses depois, todos os regimes que derrubara, com exceção de um, foram restaurados [...].

Apesar da sua posterior desintegração, a Revolução de 1848 teve repercussões significativas na defesa dos trabalhadores por melhores condições de

³⁷ HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital, 1848-1857**, trad. Luciano Costa Neto, 15. ed. rev., 3. reimpr., São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 32-33.

³⁸ FRANÇA, ALEMANHA OCIDENTAL, ALEMANHA ORIENTAL, ÁUSTRIA, ITÁLIA, TCHECOSLOVÁQUIA, HUNGRIA, PARTE DA POLÔNIA, IUGOSLÁVIA E ROMÊNIA. OS EFEITOS POLÍTICOS DA REVOLUÇÃO TAMBÉM PODEM SER CONSIDERADOS SÉRIOS NA BÉLGICA, SUÍÇA E DINAMARCA (nota do autor).

labor e de vida, sendo influenciada pela concepção da “necessária luta de classes entre proletariado e burguesia”, defendida arduamente por Karl Marx e Friedrich Engels, principalmente no *Manifesto do Partido Comunista* também de 1848 que objetivava a regulamentação mínima de direitos aos trabalhadores mediante a “multiplicação das indústrias nacionais, dos instrumentos de produção, desbravamento e melhora das terras [...]; combinação do trabalho agrícola e do trabalho industrial, medidas para a eliminação gradual da oposição entre cidade e campo; educação pública e gratuita para todas as crianças. Supressão do trabalho infantil em fábricas, em sua forma atual. Combinação da educação com a produção material [...]”, dentre outras medidas³⁹ muito revolucionárias para a época.

Os acontecimentos sociais, políticos e econômicos relacionados com o capitalismo industrial e as revoluções operárias subverteram a organização da sociedade, evidenciando graves problemas que culminaram em fins do século XIX na primeira Questão Social: *a Questão Operária*, oriunda do conflito entre capital e trabalho.

A Doutrina Social da Igreja - apesar de criticar o uso da revolução armada para a minimização das desigualdades sociais: a luta de classes entre burguesia e proletariado defendida pelo marxismo - conclamou os povos e os Estados a buscarem uma ordem social justa, asseverando a necessidade de aplicar a autoridade das leis contra os empregadores que desonravam a pessoa humana com condições iníquas, indignas e degradantes de trabalho.

Neste processo, a Encíclica *Rerum Novarum* (Sobre a Condição dos Operários) do Papa Leão XIII, de 15 de maio de 1891, representou o primeiro marco na crítica da questão operária pela Igreja, na medida em que afastou soluções extremistas apregoadas pelo marxismo e socialismo, tentando conciliar os interesses de Estado, empregadores e trabalhadores, porém, não houve significativas alterações do *status quo* instituído, sendo pequenos os benefícios auferidos pelo operariado neste momento histórico. Destacam-se, também, outras Encíclicas em prol de maior Justiça Social: *Quadragesimo Anno* (1913) do Papa Pio XI; *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem Terris* (1963), ambas de João XXIII e *Laborem Exercens* (1981) do Papa João Paulo II.

³⁹ MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**, tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal, Porto Alegre: L&PM, 2008, p. 61.

Houve também outros movimentos sociais dos operários, com destaque para a Primeira Conferência Internacional do Trabalho em Berlim (1897); a Organização Cristã do Trabalho em Zurique (1897); a criação, em Bruxelas, da comissão para organizar um Organismo Internacional do Trabalho (1897); o Congresso de Paris para a Fundação Internacional para a Proteção dos Trabalhadores (1900); a criação da Associação Internacional de Proteção Legal dos Trabalhadores em Basileia (1901) e o Congresso da Filadélfia (1915).

Esses movimentos sociais, contra o quadro de miséria humana engendrado pelo capitalismo industrial, impulsionaram a proliferação da legislação trabalhista no século XX, inicialmente nos países da Europa e depois nas Américas, buscando o resguardo de mais direitos laborais e de maior autonomia de vontade nos contratos de trabalho. A título de exemplo, citam-se as seguintes normas trabalhistas⁴⁰:

- a) em 13 de março de 1900, lei espanhola estabelece a proibição de contratar menores de dez ou nove anos;
- b) em 30 de março de 1901, na França é publicada lei que reduz a jornada de trabalho de mulheres e crianças;
- c) a Lei de *Peel* de 1802 na Inglaterra buscava o amparo aos trabalhadores, sobretudo para disciplinar o trabalho de aprendizes;
- d) em 30 de março de 1903, na Alemanha é aprovada lei que estabelece a contratação de crianças a partir de doze anos desde que seja mantida a frequência na escola;
- e) na Áustria, em 1902, foi aprovada lei regulamentando o trabalho de associações profissionais na agricultura;
- f) na França em 1813 fica proibido por lei o trabalho de crianças em minas; em 1814, é proibido o trabalho em domingos e feriados e, em 1912, entra em vigor o *Code du Travail* (Código do Trabalho);
- g) na Itália, em 1907, a Lei nº 489 concedeu o repouso semanal e os feriados no comércio, no serviço público e na indústria, etc.

⁴⁰ Para maiores detalhes, consulte MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho**, v. 1, parte 1, São Paulo: LTr, 2011.

Além disso, no início do século XX, houve também o processo conhecido como “Constitucionalismo Social”⁴¹ que representou a inclusão de vários direitos trabalhistas e normas de proteção aos trabalhadores nos textos das Constituições, sendo precursoras a do México e a da Alemanha.

A Constituição do México, de 1º de maio de 1917, incorporou os direitos trabalhistas como: jornada máxima de oito horas, proibição do trabalho de menores de doze anos, limitação a seis horas da jornada de trabalho dos menores de dezesseis anos, descanso semanal após seis dias de trabalho, proteção à maternidade, salário mínimo, direito de greve lícita quando almejar o equilíbrio entre os fatores de produção etc.

Na Alemanha, a Constituição de *Weimar*, aprovada em 31 de julho de 1919, também repercutiu na Europa ao elevar vários direitos dos trabalhadores ao patamar constitucional, principalmente na seara das relações coletivas de trabalho, tais como: participação dos trabalhadores na empresa, liberdade de coalizão e sindicalização etc.

A criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919, após o término da Primeira Guerra Mundial, objetivou a tutela, em nível internacional, dos direitos dos trabalhadores através de convenções e recomendações firmadas pelos seus Estados-membros, contribuindo para o aprofundamento da proteção ao trabalho em contraposição ao capitalismo predatório.

A Declaração de Filadélfia da OIT, de 10 de maio de 1944, é enfática ao estabelecer que: o trabalho não é uma mercadoria; a penúria constitui um perigo para a prosperidade geral e a luta contra a carência, em qualquer Estado, deve ser conduzida com infatigável energia, e por um esforço internacional contínuo e conjugado, no qual os representantes dos empregadores e dos empregados discutam, em igualdade, com os dos Governos, e tomem com eles decisões de caráter democrático, visando ao bem comum (artigo I).

⁴¹ De acordo com Elianne Maria Meira Rosa, “o constitucionalismo social nutriu-se, em seus primeiros tempos, em fontes normativas resultantes do clamor social, que acabou por deflagrar movimentos revolucionários com denominações diversas. Posteriormente, hierarquizou a legislação social já existente e, finalmente, acolheu princípios emanados das Declarações e Tratados Internacionais. Desta forma, foi se sedimentando com base em diretrizes muito precisas e de maneira quase uniforme em âmbito internacional. Um processo responsável em sua projeção pelo significativo reconhecimento dos postulados de justiça social no século XX. Seu papel foi de elemento transformador da ordem jurídica vigente, uma renovação substancial nos sistemas constitucionais de perfil liberal” (ROSA, Elianne Maria Meira. **Constitucionalismo social no MERCOSUL**, São Paulo: Themis Livraria e Editora, 2002, p. 18).

Tem-se início, assim, o processo de internacionalização dos direitos humanos que assumem importância significativa no cenário internacional, sobretudo com a criação da OIT, em 1919, e da ONU, em 1945, dentre outros organismos internacionais.

A internacionalização dos direitos humanos e o Constitucionalismo Social demonstram que o trabalho não pode ser considerado como mera mercadoria e o trabalhador aviltado em sua dignidade, evidenciando a necessidade de intervenção de um Estado de Direito Social na seara econômica e nas relações de trabalho capaz de efetivamente regulamentar a ordem econômica e social, não a deixando ao livre alvedrio do *laissez-faire* capitalista.

Portanto, foi com a consolidação do capitalismo industrial que o trabalho assumiu a categoria de **trabalho assalariado subordinado** que não pode ser considerado plenamente livre porque está inserto num processo de produção capitalista onde os “donos do capital” detêm os meios de produção e compram a força de trabalho das pessoas mediante um contrato de trabalho que não garante a plena autonomia de vontade para os empregados contratantes, além de sujeitá-los juridicamente às ordens e diretrizes estabelecidas pelos empregadores. Logo, nesse momento histórico, tem-se a consolidação do emprego ou trabalho assalariado subordinado.

A sociedade capitalista atual, apesar da existência de diversas mutações jurídicas nas relações de trabalho, ainda confere aos trabalhadores o mesmo valor que se atribui às máquinas e aos instrumentos de produção, esvaziando a dignidade da pessoa humana trabalhadora, sobretudo ante a globalização excludente.

Então, é preciso elucidar como o capitalismo industrial desenvolvido nos países europeus impactou sobre a organização do trabalho assalariado nas Américas Espanhola e Portuguesa, promovendo a formação do “mercado” de trabalho nos países latino-americanos, especialmente naqueles integrantes do MERCOSUL.

1.3 O TRABALHO HUMANO NO PERÍODO COLONIAL NAS AMÉRICAS ESPANHOLA E PORTUGUESA, A FORMAÇÃO DO ASSALARIAMENTO E AS CONDIÇÕES ATUAIS EM FACE DO CAPITALISMO GLOBAL

A priori, serão realizadas considerações sobre os sistemas de trabalho na época colonial das Américas espanhola e portuguesa porque irão condicionar a posterior formação do assalariamento nessas regiões, culminando com a apreensão do trabalho humano no capitalismo global vivenciado na atualidade.

A ocupação econômica das terras americanas por Espanha e Portugal representou um momento crucial da expansão do capitalismo comercial europeu que assentou nos territórios recém “descobertos” *colônias de exploração* direcionadas à chamada *acumulação primitiva do capital*, possuindo um viés bastante distinto daquela ocupação ocorrida na América do Norte e caracterizada por colônias de povoamento direcionadas a um contingente populacional europeu, em especial ingleses, envolvido em dissidências ético-religiosas.

As colônias estabelecidas nas Américas Espanhola e Portuguesa objetivaram a ocupação das terras especificamente para a exploração econômica de tudo que elas pudessem oferecer às metrópoles, sendo bastante onerosa para os colonizadores ibéricos, principalmente nos seus primeiros tempos.

Os espanhóis fixados a oeste do marco imaginário do Tratado de Tordesilhas⁴² obtiveram mais rapidamente os frutos de sua empreitada ao se dedicarem à obtenção de metais preciosos oriundos da dizimação das populações indígenas **Incas** - habitaram a região dos atuais Peru, Bolívia, Chile e Equador -, **Astecas** – habitaram a região do atual México - e **Maias** - habitaram a região onde atualmente estão a Guatemala, Honduras e a Península de *Yucatán*, região sul do México - e de seus tesouros, pois elas conheciam as técnicas metalúrgicas para a extração desses minérios, crescendo a exploração da prata em minas, sobretudo a partir da metade do século XVI, em detrimento do ouro de aluvião que, apesar de

⁴² Firmado em 04 de junho de 1494, o Tratado de Tordesilhas estabeleceu uma linha imaginária a 370 léguas de Cabo Verde para a divisão entre Portugal e Espanha das terras americanas recém-descobertas em fins do século XV. As terras a oeste desta linha ficaram para a Espanha, enquanto as terras a leste para Portugal. Com a assinatura do Tratado de Madri em 1750, o Tratado de Tordesilhas deixou de vigorar, pois Portugal e Espanha estabeleceram novos limites para a divisão territorial de suas colônias na América.

descoberto em diferentes regiões da colônia espanhola, escasseava-se rapidamente em razão da precariedade de sua extração⁴³.

A mineração, sobretudo da prata, na América espanhola se baseava no uso do trabalho indígena, sendo que negros, escravos e homens livres tinham pequena participação, com exceção da mineração do ouro onde representavam a maioria da mão de obra utilizada. Neste setor da mineração, os sistemas de trabalho utilizados no período colonial mais significativos foram a *encomienda* ou encomenda, o recrutamento forçado de indígenas, o *yanacozgo* e os contratos contra salário⁴⁴.

O termo *encomienda* significa “recomendar” ou “confiar” alguma coisa a alguém; este sistema de trabalho era a concessão, pelo Estado, de comunidades indígenas inteiras aos chamados *encomenderos* que poderiam utilizar a esta mão de obra para atividades agrícolas e, principalmente, na extração dos metais preciosos. Por seu turno, o *encomendero* deveria garantir a doutrina religiosa cristã, de proteção e de justiça para os índios sob sua responsabilidade. Acerca da *encomienda*, J. H. Elliott⁴⁵ dispõe:

A encomienda no Novo Mundo não incluía a distribuição de terras ou arrendamentos. Era simplesmente uma concessão pelo Estado de mão-de-obra compulsória, vinculada a responsabilidades específicas para com seus “protegidos” indígenas por parte do depositário, ou *encomendero*. Teoricamente, tais responsabilidades não poderiam ser atribuídas levemente. Deviam ser dadas aos mais capacitados para exercê-las, aos merecedores e aos estabelecidos – e o homem estabelecido no mundo hispânico era o homem de propriedades com uma residência urbana. O controle que exerceu sobre a oferta de mão-de-obra, portanto, deu as condições para incentivar a instalação de espanhóis em pequenas comunidades urbanas, cada uma com seu *cabildo*, ou conselho da cidade, segundo o modelo espanhol. A mão-de-obra indígena devia ser distribuída apenas aos *vecinos*, cidadãos de plenos direitos.

⁴³ Para maiores detalhes sobre a América antes das colonizações espanhola e portuguesa e acerca das civilizações Inca, Maia e Asteca e dos índios do território brasileiro, consulte BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: América Latina colonial, tradução de Maria Clara Cescato, volume I, 2. ed. 2. reimpr., São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

⁴⁴ Esse sistema de trabalho é bastante distinto do trabalho “livre” assalariado que se inicia na América Latina a partir de meados do século XIX, impulsionado pela expansão do capitalismo industrial nos países europeus e nos Estados Unidos da América (EUA), inserindo os países latino-americanos no comércio internacional como fornecedores de matérias-primas e mão de obra barata.

⁴⁵ ELLIOTT, J. H. **A conquista espanhola e a colonização da América**, in: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: América Latina colonial, tradução de Maria Clara Cescato, volume I, 2. ed. 2. reimpr., São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008, p. 152.

A *encomienda* – enquanto direito concedido por mercê real aos beneméritos da Coroa espanhola - era outorgada geralmente por duas gerações e ao final os índios assumiam a condição de vassalos diretos da Coroa. Os indígenas eram submetidos a agressões e a condições de trabalho perigosas, desumanas e degradantes, o que contribuiu para a rápida dizimação das civilizações indígenas na América espanhola. Entretanto, “a abolição da Encomenda foi decretada em 23-11-1718, completando-se esta norma derogatória, em 12-7-1720 e em 31-8-1721. Possuem-se, entretanto, documentos históricos que dão prova da sobrevivência das Encomendas até a segunda metade do século XVIII, ao menos em determinadas localidades das Índias”⁴⁶.

Por sua vez, as origens da *mita* remontam à América pré-colombiana quando a civilização Inca utilizava esse sistema de trabalho com o nome de *myta chanacuy*, sendo um trabalho gratuito e obrigatório realizado em turnos. Sob a colonização espanhola na América, a *mita* conservou as características que já possuía entre os Incas.

Na década de 1570, o recrutamento forçado de indígenas – também conhecido como *mita* no Peru e *repartimiento* no Vice-reinado da Nova Espanha, atual México – foi amplamente utilizado na atividade de extração e beneficiamento de minérios preciosos, principalmente da prata, sendo a *mita* de *Potosí* (Bolívia) o mais famoso e cruel sistema de recrutamento forçado de trabalho indígena na época.

Conforme evidencia Peter Bakewell⁴⁷, a *mita* de *Potosí* recrutava compulsoriamente para o trabalho, todos os anos, para a região de *Potosí*, cerca de quatorze por cento (um sétimo) da população que pagava tributo: os homens entre dezoito e cinquenta anos. O trabalho se iniciava pela manhã de terça-feira e continuava de modo ininterrupto até sábado à noite com jornadas de trabalho de sol a sol. Os indígenas eram submetidos ao excesso de trabalho em condições degradantes nas minas, favorecendo uma gama variada de doenças, principalmente respiratórias. Os *mitayos* - termo utilizado para aqueles que trabalhavam nas minas - eram obrigados a longos deslocamentos, muitos não resistiam ao longo trajeto e morriam antes de chegar às minas.

⁴⁶ ROSA, Elianne Maria Meira. **Constitucionalismo social no MERCOSUL**, São Paulo: Themis Livraria e Editora, 2002, p. 33.

⁴⁷ BAKEWELL, Peter. **A mineração na América espanhola colonial**, in: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: a América latina colonial, tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes, volume II, 1. ed. 2. reimpr., São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 120-121.

Outro sistema de trabalho adotado no período colonial na América espanhola foi o *yanaconazgo* ou *yanaconaje*, herança do império inca e espécie de semi-servidão. Acerca desse sistema de trabalho, Murdo J. Macleod⁴⁸ afirma:

No sistema inca, os *yanaconas* haviam constituído uma classe especial de servos, muito mais presos às terras e às famílias que às aldeias ou a grupos de indivíduos. Algumas de suas funções sociais e econômicas ainda permanecem vagas. É possível que o termo tenha sido aplicado igualmente a muitos relacionamentos de cliente, mesmo entre a alta nobreza. Seja como for, os espanhóis ampliaram o sistema e incorporaram a ele os vagabundos e outros. Os *yanaconas* não eram escravos, visto que do ponto de vista legal não podiam ser vendidos junto com a terra à qual pertenciam, e sob muitos aspectos aqueles que trabalhavam na agricultura eram muito semelhantes a servos *adscripti ad glebam*. Como na época dos romanos, os proprietários pagavam o tributo *per capita* prescrito para cada chefe de família *yanacona*.

Os *yanaconas* ficavam “fora do regime das comunidades indígenas e com a chegada do colonizador passaram a compor a classe dos peões de fazenda. Viviam nas estâncias trabalhando nas colheitas”⁴⁹.

De acordo com Peter Bakewell⁵⁰, na América colonial espanhola, a partir do final do século XVI, começa a predominar na mineração o sistema de trabalho baseado em contratos contra salário, uma forma de trabalho assalariado, porém, distinto daquele assalariamento originário da Revolução da Revolução Industrial. Porém, as outras modalidades de trabalho: *encomienda*, *mita* e escravidão não desapareceram totalmente em Nova Granada e nas fronteiras do norte da Nova Espanha onde ainda se utilizava de escravos indígenas oriundos das lutas na região. Além disso, Bakewell⁵¹ destaca:

[...] o trabalho assalariado tornou-se a norma, sobretudo na Nova Espanha, onde o crescimento da mineração, a partir do final do século XVII, gerou tal demanda de trabalhadores especializados que, no final do século XVIII, os gastos com mão-de-obra compreendiam quase três quartos dos custos totais de algumas empresas. O recrutamento forçado sobreviveu na Nova Espanha, mas era raro. Nos distritos dos Andes Centrais, a *mita*

⁴⁸ MACLEOD, Murdo J. **Aspectos da economia interna da América espanhola colonial**: mão-de-obra, tributação, distribuição e troca, in: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: a América latina colonial, tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes, volume II, 1. ed. 2. reimpr., São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 230.

⁴⁹ ROSA, Elianne Maria Meira. **Constitucionalismo social no MERCOSUL**, São Paulo: Themis Livraria e Editora, 2002, p. 34.

⁵⁰ BAKEWELL, Peter. **A mineração na América espanhola colonial**, op. cit., p. 124.

⁵¹ BAKEWELL, Peter. **A mineração na América espanhola colonial**, op. cit., p. 124.

continuou em maior evidência, abastecendo Potosí e Huancavelica com uma benéfica mão-de-obra barata até o final do período colonial, embora existissem recrutamentos menores informais (e estritamente ilegais), organizados provavelmente pelos funcionários locais do governo para ajudar outras minas. Mas aqui também predominava o trabalho assalariado. Em 1789, apenas três mil índios chegaram a Potosí na *mita gruesa* – produzindo uma *mita ordinaria* de mil trabalhadores. Mas, em 1794, a força de trabalho total de Potosí era de 4070 índios em minas e 1504 na casa de fundição – dados que sugerem que, na época, mais de três quartos dos trabalhadores eram assalariados. O trabalho assalariado nos distritos do Baixo Peru também era importante no final do século XVIII.

É preciso destacar, ainda, que durante o período colonial na Nova Espanha, região atual do México e da América Central, consolidou-se a chamada *hacienda* direcionada a agricultura e a pecuária para abastecer de alimentos, prioritariamente, as cidades e as regiões de mineração da colônia. Esta estrutura econômica é caracterizada pela produção agropecuária em grandes extensões de terras, introduzindo técnicas espanholas no cultivo e na criação de animais. Assim, as *haciendas* na Nova Espanha eram latifúndios monocultores (trigo, milho, feijão, cana-de-açúcar, algodão, frutas europeias etc.) semelhantes aos engenhos instalados no Brasil na colonização portuguesa.

Nas *haciendas* foram utilizados os sistemas de trabalho já referenciados: a *encomienda*, o *repartimiento* de indígenas, a escravidão etc., mas no intuito de reter os trabalhadores indefinidamente nos latifúndios, os *hacendados* também fizeram uso de um sistema de endividamento de trabalhadores (servidão por dívidas), denominado *peonaje* e, ainda, da *tienda de raya* onde os trabalhadores recebiam retribuições em espécie através de alimentos, roupas, etc. além de uma “ração” adicional em milho para a subsistência. Os trabalhadores permaneciam endividados com os *hacendados* porque suas dívidas eram manipuladas, tornando-os insolventes de maneira a serem obrigados a pagá-las com trabalho árduo nas *haciendas*. Conforme preleciona Enrique Florescano⁵²:

Na maioria das *haciendas* do Centro e do Sul, a força básica de trabalhadores permanentes era constituída por indivíduos de sangue mestiço índio, africano e europeu. O trabalhador não recebia salários, mas, em vez disso, abriam-se-lhe créditos que lhe permitiam receber empréstimos em dinheiro e roupa, ou

⁵² FLORESCANO, Enrique. **A formação e a estrutura econômica da *hacienda* na Nova Espanha**, in: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: a América latina colonial, tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes, volume II, 1. ed. 2. reimpr., São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 167.

alternativamente uma compensação em espécie, como rações extras de milho, moradia e o uso de pequeno lote dentro dos limites da *hacienda*. Além desses, métodos, os *hacendados* tinham outros meios de reter compulsoriamente os trabalhadores. Um dos mais empregados era a obrigação que os proprietários de terra assumiam de pagar o tributo anual dos trabalhadores residentes aos funcionários do tesouro real, ou de pagar as taxas que os trabalhadores deviam ao padre da paróquia por casamentos, funerais e batismos. Essas práticas fortaleceram a *peonaje*; em Puebla e Tlaxcala, a antiga prática foi usada com pretexto para manter os trabalhadores permanentemente na situação de servos “registrados” na *hacienda*. Outras formas de relações de trabalho comuns no México central nos séculos XVII e XVIII foram: reter todo o salário monetário ou parte dele (como no caso de várias *haciendas* “em dívida” com seus trabalhadores), recusar-se a aceitar o pagamento da dívida do trabalhador para que ele pudesse ir embora, manipular a folha de pagamento em favor do *hacendado* e fazer arranjos fraudulentos com funcionários reais e caciques de índios para reter os trabalhadores sem motivo devido. No conjunto, tudo o que se conhece até hoje sobre os meios usados para atrair e reter trabalhadores permanentes nas *haciendas* indica a ausência de um mercado de trabalho livre e o predomínio não tanto de um salário em dinheiro quanto de meios de subsistência (empréstimos, rações em alimentos, moradia e o direito de usar a terra da *hacienda*).

Esses sistemas de trabalho, na época colonial, não seriam tão diferentes na América de colonização portuguesa: o Brasil onde predominou uma estrutura econômica baseada na exploração de mão de obra escrava.

O **mapa 1** a seguir evidencia nitidamente a divisão política da América Espanhola, no século XVIII, com os Vice-Reinados da Nova Espanha, da Nova Granada, do Peru e do Rio da Prata e as Capitanias Gerais de Cuba, da Guatemala, da Venezuela e do Chile e apresenta também a América Portuguesa.

Os portugueses, para iniciarem o gozo das terras sob seu domínio a leste do Tratado de Tordesilhas, implantaram na América portuguesa a produção de açúcar - especiaria bastante apreciada e valorizada no mercado europeu na época - através da “empresa colonial agrícola” – termo utilizado por Celso Furtado⁵³ - constituída de grandes latifúndios que utilizaram, em grande parte, de capitais oriundos dos Países Baixos, particularmente dos holandeses, e de mão de obra escrava africana⁵⁴.

⁵³ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**, 23. ed., São Paulo: Editora Nacional, 1989.

⁵⁴ Segundo Celso Furtado, “[...] sem o relativo avanço técnico de Portugal nesse setor [engenhos açucareiros], o êxito da empresa brasileira teria sido mais difícil ou mais remoto. A partir da metade do século XVI a produção portuguesa de açúcar passa a ser mais e mais uma empresa em comum com os flamengos, inicialmente representados pelos interesses de Antuérpia e em seguida pelos de Amsterdã. Os flamengos recolhiam o produto em Lisboa, refinavam-no e faziam a distribuição por toda a Europa, particularmente o Báltico, a França e a Inglaterra. A contribuição dos flamengos – particularmente dos holandeses – para a grande expansão do mercado do açúcar, na segunda metade do século XVI, constitui um fator fundamental do êxito da colonização no Brasil. [...] E não somente com sua experiência comercial contribuíram os holandeses. Parte substancial dos capitais requeridos pela empresa açucareira viera dos Países-Baixos. Existem indícios abundantes de que os capitalistas holandeses não se limitavam a financiar a refinação e comercialização do produto. Tudo indica que

Segundo Celso Furtado⁵⁵, a demora na descoberta do ouro pelos portugueses no Brasil deveu-se à inexistência de tradição metalúrgica entre os índios brasileiros que desconheciam os metais preciosos, cabendo aos colonizadores o encargo de descobrir por conta própria, no vasto território brasileiro, os aluviões auríferos. Somente no século XVIII, a produção brasileira de ouro expandiu, sendo, inclusive, superior a toda a produção desse metal na América espanhola.

Então, durante os dois primeiros séculos da colonização no Brasil, os portugueses não encontraram significativamente os metais preciosos e optaram por implementar no Nordeste brasileiro o cultivo da cana-de-açúcar em latifúndios (grandes engenhos açucareiros) fazendo uso de mão de obra escrava africana como base desse sistema de produção, pois os indígenas, embora utilizados compulsoriamente nos tempos iniciais da colonização, não se submetiam tão facilmente à condição de escravos.

O sucesso econômico dos latifúndios açucareiros no Brasil se baseou no sistema capitalista de cunho escravista-mercantil que, mediante o uso intensivo de mão de obra escrava africana, permitiu o cultivo em larga escala da cana-de-açúcar e, ainda, de outros gêneros primários (cacau, algodão, fumo etc.) direcionados ao mercado externo em crescimento, havendo a conversão maciça de terras improdutivas em terras direcionadas à atividade agrícola monocultora de exportação⁵⁶.

capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil bem como no da importação da mão-de-obra escrava” (FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**, op. cit., p. 10-11).

⁵⁵ FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina**, 2. ed., Rio de Janeiro: Lia Editor S.A., 1970, p. 33.

⁵⁶ Celso Furtado aponta que “a inversão feita numa economia exportadora-escravista é fenômeno inteiramente diverso. Parte dela transforma-se em pagamentos feitos ao exterior: é a importação de mão-de-obra, de equipamentos e materiais de construção; a parte maior, sem embargo, tem como origem a utilização mesma da força de trabalho escravo. Ora, a diferença entre o custo de reposição e de manutenção dessa mão-de-obra, e o valor do produto do trabalho da mesma, era lucro para o empresário. A mão-de-obra escrava pode ser comparada às instalações de uma fábrica: a inversão consiste na compra do escravo, e sua manutenção representa custos fixos. Esteja a fábrica ou o escravo trabalhando ou não, os gastos de manutenção terão de ser despendidos. Demais, uma hora de trabalho do escravo perdida não é recuperável, como ocorreria no caso de uma máquina que tivesse de ser impreterivelmente abandonada ao final de um dado número de anos. É natural que não podendo utilizá-la continuamente em atividades produtivas ligadas diretamente à exportação, o empresário procurasse ocupar a força de trabalho escravo em tarefas de outra ordem, nos interregnos forçados da atividade principal. Tais tarefas vinham a ser obras de construção, abertura de novas terras, melhoramentos locais, etc. Estas inversões aumentavam o ativo do empresário mas não criavam um fluxo de renda monetária, como no anterior” (FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**, op. cit., p. 48-49).

A respeito da consolidação do capital escravista-mercantil como sistema de produção nas Américas, Julio Manuel Pires e Iraci Del Nero da Costa⁵⁷ preceituam:

[...] No que tange às áreas do mundo moderno nas quais se deu a revivescência do escravismo, impõe-se restrição de ordem histórico-lógica, pois agora a existência do capital escravista-mercantil viu-se condicionada pela ampliação dos mercados mundiais ocorrida na fase final de transição do feudalismo ao capitalismo. A emergência e o amadurecimento desse modo de produção definem-se, pois, como o pano de fundo no qual se deu o alargamento e a consolidação do capital escravista-mercantil nos séculos XVI e seguintes. Por seu turno, o estabelecimento do capitalismo como modo de produção dominante na Europa ocidental acarretou a subordinação daquela forma de existência do capital ao capitalismo. O envolver deste último, vale dizer o processo de desenvolvimento do capital industrial (que deitava raízes, como é próprio de sua natureza, em todo o planeta) e da sociedade burguesa impõe, ademais, um limite absoluto ao capital escravista-mercantil, o qual conheceu sua superação nos marcos e como decorrência daquele desenvolvimento. [...]

Assim, no mundo moderno, a produção de mercadorias alicerçada na mão de obra escrava só se tornou possível por se tratar de produção voltada, essencialmente, para a exportação, a qual, por seu turno, destinava-se, sobretudo, aos mercados da Europa, onde chegava ao seu termo a transição do feudalismo para o capitalismo, que passava a se afirmar como modo de produção dominante. Três outros pontos devem, ainda, ser fixados: a) a escravidão localizada não é incompatível com o modo de produção capitalista, mas sim com o desenvolvimento do capitalismo e, portanto, irremediavelmente fadada ao desaparecimento; b) estamos em face de um escravismo produtor de mercadorias (*escravidão puramente industrial*) e dependente dos mercados mundiais aos quais deve sua existência; c) os escravistas são capitalistas, vale dizer, acrescentamos nós, personificam o capital escravista-mercantil.

Com o sucesso da venda de açúcar no mercado europeu no século XVI, fruto do êxito da grande empresa agrícola na América portuguesa, ancorada no capital escravista-mercantil, os colonizadores portugueses optaram pela continuidade da exploração econômica das terras brasileiras, expandindo-se muito além do território demarcado inicialmente pelo Tratado de Tordesilhas, ocasionando nos séculos seguintes várias disputas com a Espanha, inclusive nas regiões da Colônia do Sacramento e das Sete Missões, atuais Uruguai e Rio Grande do Sul, situadas em

⁵⁷ PIRES, Julio Manuel e COSTA, Iraci del Nero da. **O capital escravista-mercantil**, in: PIRES, Julio Manuel e COSTA, Iraci del Nero da (Orgs.). **O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas**, São Paulo: EDUC: FAPESP, 2010, p. 17-18.

local extremamente estratégico, próximo à foz do Rio da Prata, para o acesso aos mercados europeus⁵⁸.

No século XVIII, tem início no Brasil o ciclo do ouro que também utilizou largamente da mão de obra escrava, dando novo fôlego à economia colonial, pois entrava em declínio a produção dos engenhos açucareiros em razão do avanço das colônias britânicas e francesas nas exportações de açúcar para o mercado europeu.

A economia mineira gerou um mercado de consumo interno de produtos agrícolas para subsistência, além de incentivar a pecuária (gado de corte) e a criação de muares para o transporte das cargas, proporcionando uma articulação entre as diferentes regiões do território brasileiro que passaram a ser fornecedoras de alimentos e de outros insumos. Assim, a economia escravista do ouro proporcionou durante o século XVIII a integração econômica do território colonial antes da ocorrência da independência política do Brasil, permitindo a manutenção da unidade do território e não sua fragmentação como ocorreu na América espanhola.

Posteriormente, no século XIX, o ciclo do café no Brasil⁵⁹ e a sua produção em latifúndios para o mercado externo também não eliminou o uso da mão de obra escrava negra e a empresa cafeeira se assemelhava em muito à açucareira.

⁵⁸ De acordo com Frédéric Mauro, “o último grande ato do reinado de Dom João V fora o Tratado de Madri (1750) que, substituindo todos os tratados anteriores, de Tordesilhas em 1494 a Utrecht em 1713, tentara delimitar as fronteiras das possessões espanholas e portuguesas na América, África e Ásia com base na ocupação efetiva. Uma única exceção: Portugal renunciava a todos os direitos a Colônia do Sacramento e, em troca, a Espanha cedia uma área na margem leste do rio Uruguai ocupada até então pelos jesuítas e índios agrupados em aldeias: o chamado Território das Sete Missões; a Espanha deveria evacuá-la o mais rápido possível. [...] no Território das Sete Missões os jesuítas espanhóis e os índios guaranis se recusavam a obedecer às ordens de evacuação e em 1754 rebelaram-se abertamente contra as tropas de Sua Majestade Católica. A Guerra dos Guaranis terminou em 1756 com o esmagamento da resistência organizada, mas a paz não voltou à região. [...] As disputas territoriais entre Portugal e Espanha prosseguiram por mais dezesseis anos antes de se chegar a novo acordo. O Tratado de San Ildefonso (1º de outubro de 1777) foi menos favorável a Portugal do que os dois anteriores, pois sua única vantagem era ter a soberania portuguesa sobre o Rio Grande de São Pedro e a ilha de Santa Catarina, perdendo tanto Colônia do Sacramento quanto o Território das Sete Missões. A esse tratado seguiram-se outras tentativas de fixar as fronteiras, tanto no norte quanto no sul, mas o avanço foi lento porque ambos os governos ainda alimentavam a esperança secreta de expandir-se” (MAURO, Frédéric. **Portugal e o Brasil: a reorganização do império, 1750-1808**, in: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: América Latina colonial**, tradução de Maria Clara Cescato, volume I, 2. ed. 2. reimpr., São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008, p. 480-482).

⁵⁹ Para maiores detalhes sobre a economia brasileira no período colonial, consulte BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: a América latina colonial**, tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes, volume II, 1. ed. 2. reimpr., São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008 e FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**, 23. ed., São Paulo: Editora Nacional, 1989.

Porém, crescia o problema do uso da força de trabalho escrava que se escasseava⁶⁰, necessitando frequente migração interna entre as regiões do país, em especial do nordeste, onde a produção açucareira já era decadente, para o sudeste que expandia a produção cafeeira.

Portanto, na América portuguesa houve o predomínio da força de trabalho escrava, nos primórdios da colonização utilizou-se da indígena, porém, o negro africano foi mais amplamente usado nos sistemas de produção coloniais pelo capital escravista-mercantil.

Em fins do século XIX, o trabalho escravo na Europa já não era mais utilizado no sistema capitalista, sobretudo com a consolidação do liberalismo econômico e do capitalismo industrial que passaram a fazer uso do trabalho “livre” assalariado, conforme já analisado neste capítulo. A escravidão havia sido abolida em muitos países e o tráfico de escravos africanos estava proibido, reflexo da intervenção da Inglaterra e de outros países industrializados que buscavam a ampliação dos mercados consumidores para seus produtos manufaturados. É nesse período que nas Américas espanhola e portuguesa se inicia a implantação do trabalho “livre” assalariado.

Os países da América Latina, agora independentes das metrópoles ibéricas, passaram a ser os mercados consumidores dos produtos industrializados da Europa e dos Estados Unidos da América (EUA) e os fornecedores de matérias-primas e mão de obra assalariada a baixíssimos custos, sendo inseridos numa “nova” divisão internacional do trabalho.

Verifica-se que as relações de trabalho existentes no período colonial nas Américas espanhola e portuguesa possuíram significativa complexidade, havendo a combinação de práticas da época pré-colombiana, aprimoradas pelos espanhóis como é o caso da *mita*, uso de diferentes graus de servidão e do endividamento de trabalhadores, além de formas atípicas e precárias de “assalariamento” em espécie.

⁶⁰ Segundo Celso Furtado, “o fato de que a população escrava brasileira haja tido uma taxa de mortalidade bem superior à da natalidade indica que as condições de vida da mesma deveriam ser extremamente precárias. O regime alimentar da massa escrava ocupada nas plantações açucareiras era particularmente deficiente. Ao crescer a procura de escravo no sul para as plantações de café intensifica-se o tráfico interno em prejuízo das regiões que já estavam operando com rentabilidade reduzida. As decadentes regiões algodoeiras – particularmente o Maranhão – sofreram forte drenagem de braços para o sul. A região açucareira, mais bem capitalizada, defendeu-se melhor. Demais, é provável que a redução do abastecimento de africanos e a elevação do preço destes hajam provocado uma intensificação na utilização da mão-de-obra e portanto um desgaste ainda maior da população escrava. Eliminada a única fonte importante de imigração, que era a africana, a questão da mão-de-obra se agrava, e passa a exigir solução urgente” (FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**, op. cit., p. 119).

Essa situação impactará na conformação do trabalho assalariado na América Latina a partir de meados do século XIX.

Acerca do momento da inserção do trabalho assalariado nos países latino-americanos, são pertinentes as assertivas de Ricardo Antunes⁶¹:

A diversificação das atividades produtivas e a constituição do mercado interno criaram as condições para a implantação do trabalho assalariado na América Latina. Tal modalidade de trabalho foi estabelecida apenas ao longo do século XIX, em um momento caracterizado pela expansão do capitalismo industrial (especialmente o inglês), que passou a exigir a ampliação do mercado consumidor e a introdução do trabalho assalariado no mundo colonial. [...] Como resultado do surto urbano-industrial do século XIX – que substituiu o latifúndio pastoril, subordinado ao capital estrangeiro, que até então predominava na América Latina – e o consequente trânsito das sociedades rurais para essa nova realidade, começaram a surgir em diversos países latino-americanos os primeiros contingentes de trabalhadores assalariados, vinculados tanto às atividades agrário-exportadoras (caso da produção cafeeira no Brasil) como às atividades manufatureiras e industriais. Na Argentina e no Uruguai, países exportadores de carne e derivados, os trabalhadores encontravam ocupação nos frigoríficos, a principal fonte de atividade produtiva. [...] a diversificação dos negócios surgiu das demandas da própria economia agrário-exportadora, que carecia das indústrias têxtil, alimentícia, metalúrgica etc. Pouco a pouco, especialmente na primeira metade do século XX, estas foram se tornando autônomas, suplantando as próprias atividades rurais que lhe deram origem. Além disso, ao mesmo tempo que a indústria foi impulsionada pela demanda interna e pelas necessidades de acumulação das burguesias em desenvolvimento, a Primeira Guerra Mundial possibilitou um avanço significativo no processo de industrialização, o que fez com que um forte fluxo migratório de trabalhadores europeus viesse para este continente (principalmente para o Brasil, a Argentina e o Uruguai) em busca de trabalho.

Houve a passagem de sistemas de trabalho desenvolvidos no campo em latifúndios monocultores ou em minas baseados na escravidão africana e indígena, em servidão ou semi-servidão diretamente para *formas de trabalho assalariado industrial* em centros urbanos em pleno desenvolvimento, pois o continente latino-americano não vivenciou o feudalismo e nem experiências próximas ao trabalho artesanal exercido por corporações de ofício na Europa.

Em fins do século XIX e início do XX, a força de trabalho foi composta de imigrantes europeus, asiáticos entre outros que se deslocaram para a

⁶¹ ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, p. 18.

América Latina em busca de melhores condições de vida e trabalho, sendo, inclusive, financiados pelos Estados latino-americanos que pagavam as despesas de viagem e de instalação. No Brasil, esse contingente de trabalhadores foi direcionado para as lavouras cafeeiras e, posteriormente, com a desaceleração da economia do café, eles foram deslocados para o trabalho industrial nos centros urbanos em expansão⁶².

Embora a população rural ainda predominasse, o período de 1880 a 1930 é marcado pela expansão dos trabalhadores urbanos no cotidiano da maioria dos países latino-americanos em função do modo que a América Latina se incorporou na economia mundial. Porém, os movimentos trabalhistas nessa região foram bastante diferentes daqueles ocorridos na Europa e nos Estados Unidos da América.

Como a grande maioria desses trabalhadores urbanos eram imigrantes europeus, houve influência das ideias socialistas, anarco-sindicalistas e comunistas nos movimentos trabalhistas e sindicais deste período, impactando nas primeiras manifestações operárias e na deflagração de greves, sendo intensificado o conflito entre trabalho e capital. De acordo com Michael M. Hall⁶³:

A história do movimento trabalhista desse período na maioria dos países oferece frequentes exemplos de sindicatos ostensivamente anarco-sindicalistas que tratam diretamente com o Estado, por exemplo, ou de greves que exigem a intervenção do governo. Por outro lado, são abundantes também os casos de ações anarco-sindicalistas exemplares e de

⁶² No Brasil, segundo Celso Furtado, “a partir dos anos setenta [século XIX] a questão da oferta de mão-de-obra tornou-se particularmente séria. A melhora nos preços do café fazia mais e mais atrativa a expansão da cultura; por outro lado, a grande alta dos preços do algodão provocada pela Guerra de Secessão nos EUA dera início a uma grande expansão da cultura da fibra nos Estados do norte, restringindo-se em consequência o tráfico de escravos para o sul. A pressão dos acontecimentos exigia evidentemente amplas medidas. [...] O segundo problema a exigir solução era o do pagamento da viagem. Obrigando-se o colono a indenizar os gastos de viagem, seus e de sua família, era inevitável que se suscitasse nele o temor de que sua liberdade futura estava comprometida. Sendo os fazendeiros de café os mais diretamente interessados na imigração, era natural que corresse por conta deles os gastos de transporte. Todavia, se a solução fosse adotada nesse sentido, somente os fazendeiros mais ricos poderiam promover a imigração. Mas, como não era possível obrigar o colono a permanecer em uma fazenda, resultaria que uns pagariam o transporte do imigrante que serviria a outros. A solução veio em 1870, quando o governo imperial passou a encarregar-se dos gastos do transporte de imigrantes que deveriam servir à lavoura cafeeira. Demais, ao fazendeiro cabia cobrir os gastos do imigrante durante o seu primeiro ano de atividade, isto é, na etapa de maturação de seu trabalho. Também devia colocar à sua disposição terras em que pudesse cultivar os gêneros de primeira necessidade para manutenção da família. Dessa forma o imigrante tinha seus gastos de transporte e instalação pagos e sabia a que se ater com respeito à sua renda futura. Esse conjunto de medidas tornou possível promover pela primeira vez na América uma volumosa corrente imigratória de origem europeia destinada a trabalhar em grandes plantações agrícolas” (FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**, 23. ed., São Paulo: Editora Nacional, 1989, p. 126-127).

⁶³ HALL, Michael M. **A classe trabalhadora urbana e os primeiros movimentos trabalhistas na América Latina, 1880-1930**, in: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: de 1870 a 1930, tradução de Geraldo Gerson de Souza, volume IV, 1. ed. 1. reimpr., São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 302-303.

algumas greves gerais, e de outras ocasiões, em que os anarco-sindicalistas mobilizaram claramente grandes parcelas da classe trabalhadora. Além disso, as grandes atividades editoriais dos anarquistas e anarco-sindicalistas, entre elas jornais diários, bem como seus extensos programas culturais não podiam ter sido mantidos sob as circunstâncias sem o amplo apoio da classe trabalhadora. É possível que as complexidades da doutrina anarco-sindicalista não tenham significado grande coisa para muitos trabalhadores; no entanto, vários elementos da sua teoria e estilo expressaram quase certamente aspectos importantes da consciência da classe trabalhadora e influenciaram de maneira significativa sua prática. [...]

Em vários países, alguns sindicatos também reafirmaram sua independência de qualquer doutrina política. Alguns, chamados por seus inimigos de “sindicatos amarelos”, eram francamente conservadores na prática e atuavam muitas vezes sob os auspícios da Igreja ou do empresariado. Sobretudo depois da promulgação da encíclica *Rerum Novarum* em 1891, a Igreja católica envidou grandes esforços para neutralizar o crescimento dos movimentos operários revolucionários ou mesmo reformistas entre os trabalhadores. Contudo, continua obscura a real influência dessas políticas e das correntes conservadoras em geral no seio da classe trabalhadora.

O assalariamento do trabalho “livre” nos países latino-americanos ganha preponderância com a transição do *capitalismo escravista-mercantil e agrário-exportador* para o *capitalismo urbano-industrial periférico* em fins do século XIX e início do século XX, sobretudo com a eclosão da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais, respectivamente 1914-1918 e 1939-1945, quando a América Latina passou a abastecer o comércio internacional com seus produtos e matérias-primas se inserindo na “nova” divisão internacional do trabalho⁶⁴.

Nesse momento, através dos movimentos sindicais, de greves e outras formas de manifestação (comunistas, anarquistas etc.), os trabalhadores reivindicavam melhores condições de salário e de trabalho, redução nas jornadas e o estabelecimento de uma legislação trabalhista mínima para a tutela das relações entre trabalho e capital praticamente ausente nos países latino-americanos, inclusive no Brasil, em fins do século XIX e início do século XX.

Paulatinamente, os governos dos países latino-americanos, embora com atuações diferentes em cada país, criaram normas para a regulamentação do

⁶⁴ A divisão internacional do trabalho passou por diferentes etapas acompanhando o desenvolvimento histórico do capitalismo, iniciando com relações mercantilistas que marcaram o comércio entre metrópoles europeias e colônias de exploração, latino-americanas principalmente, até a configuração de relações entre países, chamados desenvolvidos, e outros considerados subdesenvolvidos ou periféricos no âmbito do capitalismo global.

trabalho assalariado urbano⁶⁵, inclusive de cunho populista como, por exemplo, foi o caso das leis criadas nos governos de Getúlio Vargas no Brasil e de Juan Domingo Perón na Argentina⁶⁶. Porém, a forte influência econômica e política dos proprietários de terra - os “coronéis” – retardou para fins do século XX o estabelecimento de uma legislação trabalhista e social mais protetiva no meio rural.

Portanto, o passado de colônias de exploração dos países latino-americanos desencadeou a formação de economias subdesenvolvidas que, no século XX, caracterizaram-se por uma industrialização tardia em alguns países e, em outros, por uma economia ancorada no modelo agrário exportador, havendo impactos diferenciados nos processos de desenvolvimento e crescimento econômicos e, conseqüentemente, na conformação do “mercado” de trabalho.

Ademais, no âmbito desse capitalismo vivenciado na América Latina, houve a organização do trabalho com base nos sistemas *taylorista e fordista* de produção, sobretudo, em razão da expansão do modelo adotado pela indústria automobilística norte-americana, impactando no desenho dos segmentos industriais e dos processos de trabalho em escala global. Consoante aponta Ricardo Antunes⁶⁷, os elementos centrais na organização do trabalho nos sistemas *taylorista e fordista* podem ser resumidos em:

1. vigência da produção em massa, realizada por meio da linha de montagem e produção mais homogênea;
2. controle dos tempos e movimentos por meio do cronômetro taylorista e da produção em série fordista;

⁶⁵ Para fins elucidativos, apontam-se, em síntese, as fases de surgimento e consolidação do Direito do Trabalho como ramo jurídico autônomo: a) manifestações incipientes e esparsas: séculos VIII e XIX; b) sistematização do Direito do Trabalho: de 1848 até a criação da OIT em 1919; c) institucionalização e internacionalização do Direito do Trabalho: a partir de 1919, avançando ao longo do século XX e d) desestabilização e embate ao Direito do Trabalho: a partir de 1980 com a intensificação do processo de globalização econômica, precarização das relações de trabalho e redução dos direitos, produzindo reformas liberalizantes para a desestabilização das normas trabalhistas (fase atual).

⁶⁶ Segundo Michael M. Hall, “em 1930, a pequena classe trabalhadora urbana do final do século XIX havia passado por grandes mudanças. Mesmo que as economias latino-americanas, como produtoras de produtos primários, continuassem ligadas fundamentalmente à Europa e à América do Norte, a indústria dos maiores países havia crescido significativamente. [...] Os movimentos trabalhistas formados no curso das lutas das décadas anteriores representaram na maioria dos países uma força capaz de influenciar a direção da vida nacional. No entanto, as doutrinas dos movimentos anteriores a 1930 geralmente perderam terreno para os movimentos populistas, nacionalistas e estadistas que dominaram a política em grande parte da América Latina nas décadas posteriores a essa data. Não obstante, o próprio populismo foi uma reação à luta de classes e à mobilização real e potencial da classe trabalhadora. Suas raízes podem ser vistas claramente nos acontecimentos e nas políticas dos anos anteriores” (HALL, Michael M. **A classe trabalhadora urbana e os primeiros movimentos trabalhistas na América Latina, 1880-1930**, in: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: de 1870 a 1930**, op. cit., p. 327).

⁶⁷ ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, p. 22.

3. existência do trabalho parcelar e da fragmentação das funções;
4. separação entre a *elaboração*, cuja responsabilidade era atribuída à gerência científica, e a *execução* do processo de trabalho, efetivada pelo operariado no chão de fábrica;
5. existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas.

Esse modo de organização do trabalho se disseminou pelos diferentes ramos industriais e no setor de serviços dos países latino-americanos, conformando as exigências de qualificação e de produtividade nos diversos “mercados” de trabalho.

Não se pode olvidar da consolidação do Direito do Trabalho – *ramo jurídico ancorado no princípio basilar da proteção ao trabalhador hipossuficiente numa sociedade capitalista marcada pela desigualdade econômica e social* - para regulamentar as relações entre trabalho e capital, sobretudo no âmbito do processo de internacionalização dos direitos humanos e de constitucionalização dos direitos sociais vivenciados no século XX, buscando o resguardo à dignidade da pessoa humana trabalhadora, sobretudo ante o processo de globalização excludente.

Na atualidade, o mundo do trabalho assiste a um crescente processo de *precarização do trabalho humano* e muitas vozes preconizam a necessidade de flexibilização das relações de trabalho para que as empresas possam se manter competitivas no mercado internacional ante os efeitos da globalização⁶⁸, além do uso indiscriminado de terceirizações, quarteirizações etc., de cooperativas ilícitas de trabalho que mascaram o vínculo empregatício, dentre outros subterfúgios para burlar a aplicação da legislação trabalhista vigente, promovendo a redução de direitos e garantias conquistados pelos trabalhadores ao longo dos séculos.

O próprio Direito do Trabalho também está sendo atacado por diversos discursos ditos “acadêmico-científicos” que apregoam sua obsolescência e a urgente “reformulação” de suas regras e princípios jurídicos em prol da manutenção

⁶⁸ Conforme preceitua Boaventura de Sousa Santos, “o que chamamos globalização é apenas uma das formas de globalização, a globalização neoliberal, sem dúvida a forma dominante e hegemônica da globalização. A globalização neoliberal corresponde a um novo regime de acumulação de capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda a atividade social é mais bem organizada quando organizada sob a forma de mercado. A consequência principal desta dupla transformação é a distribuição extremamente desigual dos custos e das oportunidades produzidos pela globalização neoliberal no interior do sistema mundial, residindo aí a razão do aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobres no interior do mesmo país” (SANTOS, Boaventura de Sousa. **Prefácio**, in: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista, Coleção Reinventar a Emancipação Social v. 2, 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 14).

dos postos de trabalho que devem ser adaptados às atuais necessidades dos mercados altamente competitivos no âmbito da economia globalizada. Na realidade, tem-se a crescente reestruturação empresarial⁶⁹ para diminuir o emprego formalizado substituindo-o por trabalhadores “autônomos” que seriam prestadores de serviços, a conhecida “pejotização” dos trabalhadores.

Nesse sentido, o jurista uruguaio Oscar Ermida Uriarte⁷⁰ preceitua:

Há vários anos que na OIT se vem duvidando da relação entre desregulamentação e emprego. Nas publicações mais recentes, já se afirma abertamente que, em geral, as reformas flexibilizadoras não têm contribuído para gerar emprego, mas, em compensação, teriam contribuído para deteriorar a qualidade do emprego restante.

Talvez o mais significativo seja o relatório da OCDE, de junho de 1999, sobre perspectivas do emprego, no qual se sustenta que o rigor da regulamentação do trabalho tem pouca ou nenhuma incidência sobre o nível global de emprego, que a flexibilidade exacerbou as pressões a favor de um refortalecimento das medidas de ordem pública ou privada de proteção do emprego e que alta proteção trabalhista diminui a rotatividade no emprego.

O fato é que o verdadeiro problema do emprego não é o Direito do Trabalho nem o sistema de relações de trabalho, cuja incidência no emprego é muito relativa. O verdadeiro problema é um sistema econômico que destrói mais do que gera postos de trabalho. A substituição da mão-de-obra por tecnologia, a possibilidade técnica de produzir com menos mão-de-obra, mais a conveniência economicista de manter um desemprego funcional são os reais problemas. E a solução não está no Direito do Trabalho, mas fora, porque o problema em si está

⁶⁹ Segundo Pierre Salama, “a globalização, acompanhada da retirada do Estado, provoca direta e indiretamente uma redistribuição significativa da renda; as desigualdades entre capital e trabalho se acentuam à medida que a financeirização das empresas se expande e que os mercados financeiros se tornam ‘emergentes’ (Salama, 1996 e 1998); as desigualdades no interior do trabalho se acentuam entre trabalhadores qualificados e não-qualificados. A pressão da valorização do capital definida internacionalmente e que se exerce sobre um tecido industrial fragilizado pela ‘década perdida’ na América Latina favorece um desatrelamento entre evolução dos salários reais e crescimento da produtividade do trabalho. A flexibilidade tende a se acentuar em razão da evolução geral das técnicas mas também como resposta à condições particulares de valorização do capital em economias submetidas a uma concorrência cada vez menos controlável. As desigualdades territoriais se superpõem às desigualdades de renda. A globalização tende a ser cada vez mais excludente, produzindo num lugar região de integração do tecido social e em outras regiões de desintegração. Longe de provocar o alardeado universalismo, a abertura rápida das fronteiras aumenta a vulnerabilidade e ao fazê-lo provoca novos vínculos e a criação de circuitos complexos, com modos originais de regulação. O desaparecimento das fronteiras visíveis produz a eclosão de novas fronteiras invisíveis, com a consolidação de regiões de exclusão chamadas de regiões cinzentas. *Hoje a globalização não se resume à abertura das fronteiras; ela traduz também o peso crescente dos mercados, a retirada dos Estados nacionais, a dificuldade de constituir formas de poder supranacionais capazes de orientá-la e a expansão de regiões cinzentas, que ela produz e de que se alimenta. Nesse sentido, ela é excludente*” (SALAMA, Pierre. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**, tradução de Emir Sader, São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p. 38-39).

⁷⁰ URIARTE, Oscar Ermida. **A flexibilidade**, São Paulo: LTr, 2002, p. 59.

fora. A solução não pode ser uma progressiva degradação das condições de trabalho, porque seria suicida e porque, além disso, nenhum empregador contrata trabalhador que não precisa, só porque é mais “barato”, e nenhum empregador deixa de contratar trabalhador de que precisa, porque é um pouco mais “caro”.

Além disso, na atualidade, há também uma desarticulação do modelo empresarial fordista/taylorista para o estabelecimento de um modelo de produção em “rede”, ou seja, há a “associação” de empresas onde as decisões são tomadas por aquelas situadas no topo da cadeia com poder decisório e a produção é executada por uma série de “associadas” - mormente cooperativas, microempresas ou trabalhadores “autônomos” que criam pessoas jurídicas (firmas individuais) para atuarem -, sendo responsáveis por várias etapas do processo produtivo. Cita-se, como exemplo, o caso das empresas de departamentos que terceirizam, muitas vezes para confecções clandestinas, toda a sua produção de roupas e acessórios para não contratarem trabalhadores formalizados (empregados), burlando a aplicação da legislação trabalhista e mantendo sua lucratividade extremamente elevada. Há, ainda, outros métodos utilizados pelas empresas como o uso indiscriminado de terceirizações, muito além das atividades não essenciais da empresa (segurança, transporte, limpeza etc.), diminuindo os empregos formalizados.

Nos **quadros 1 e 2** apresentados a seguir, Márcio Pochmann apresenta as características atuais da reestruturação capitalista das empresas e os efeitos sobre o mundo do trabalho, mormente com a diminuição de postos de emprego formalizados para a adoção de outras modalidades de trabalho precárias e flexíveis, mitigando a dignidade da pessoa humana trabalhadora.

Quadro 1 – CARACTERÍSTICAS DA ATUAL ESTRATÉGIA DE REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA

		Efeitos	
Características	Conteúdo	Emprego	Outros
Conduta empresarial	Desverticalização da produção, focalização em atividades competitivas e lançamento de novos e diversificados produtos	Redução do emprego direto e maior subcontratação de trabalhadores	Produtividade aumenta
Investimento em tecnologia	Mudança da base técnica de produção	Redução do emprego direto na produção	Produtividade e qualidade aumentam
Novas relações de produção	Alteração da organização da produção (<i>just in time</i> , <i>lay out</i> , logística, redução do tamanho da planta, terceirização e parcerias com fornecedores)	Redução do emprego no controle de qualidade, na manutenção, na administração e controle de estoques entre outros	Rapidez nas decisões sobre o que e quanto produzir
Novas formas de gestão dos recursos humanos	Alteração da organização interna do trabalho, com redução de hierarquia, trabalho em <i>ilhas</i> , trabalho mais qualificado no núcleo estável e pouco qualificado nas atividades secundárias	Redução do emprego nos segmentos administrativos e de supervisão	Maior treinamento dos empregados, eventual estabilidade e alteração na jornada de trabalho, informalização do trabalho nos postos secundários
Mudanças no sistema de relações de trabalho	Formas participativas nas decisões empresariais, com incentivos monetários de acordo com meta de produção, negociação descentralizada para o núcleo estável dos empregados, tendo a remuneração nos postos secundários a referência no salário mínimo e a perda de vantagens sociais	Redução do emprego regular nas atividades secundárias (segurança, alimentação, transporte, limpeza, entre outras)	Maior disciplina e eficiência no trabalho, com crescimento do espírito de corpo dos funcionários

FONTE: POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**, São Paulo: Contexto, 1999, p. 35-36.

De acordo com Márcio Pochmann⁷¹, “as principais características do processo de reestruturação capitalista, identificado pelo quadro anterior, estão diretamente relacionadas aos ganhos de produtividade e de competitividade e à redução do emprego. De um lado, postos tradicionais são eliminados por força dos investimentos em novas tecnologias, na racionalização das técnicas de produção e em novas formas de gestão dos recursos humanos”.

⁷¹ POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século, São Paulo: Contexto, 1999, p. 36.

Quadro 2 – REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E EFEITOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO

Efeitos	Conteúdo
Declínio do trabalho na produção	A agricultura com o mínimo de ocupados, a indústria perde participação absoluta e relativa no emprego total, enquanto os serviços privados reduzem seu quadro de pessoal devido aos investimentos em tecnologia, que são racionalizadores de mão-de-obra. O emprego público é oprimido pelas políticas neoliberais
Modificação na natureza do trabalho	Drástica redução nas atividades manuais tradicionais e expansão do emprego com múltiplas especializações funcionais
Modificação no significado do trabalho	As habilidades tornam-se rapidamente obsoletas, cresce o individualismo e diminuem os laços de solidariedade entre os empregados e os desempregados
Modificação no conteúdo do trabalho	Torna-se cada vez maior a contradição entre o trabalho como meio de satisfação das necessidades sociais coletivas e meio de subsistência individual. Aumento do <i>terceiro setor</i> , <i>non profit sector</i> etc.
Mudanças no mercado de trabalho (insegurança no trabalho, no emprego e na renda)	Crescem os requisitos de qualificação na contratação, redução do emprego estável, emprego para poucos, maior desemprego e subemprego, ocupações atípicas, individualização do salário e associação às metas de produção e vendas
Mudanças nas relações de trabalho	Movimento de descentralização das negociações coletivas e insegurança na representação sindical, com queda na taxa de sindicalização e nas greves

FONTE: POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**, São Paulo: Contexto, 1999, p. 36-37.

Prossegue Márcio Pochmann⁷² dispondo que “os empregos que permanecem ou são criados também acabam afetados com a incessante busca por maior produtividade e competitividade e mais qualidade dos produtos. [...] O declínio do trabalho na produção e a expansão da participação relativa das ocupações no setor de serviços seguem com maior intensidade uma tendência iniciada com a segunda revolução industrial e tecnológica. No entanto, sob a forma da modernização conservadora, são ainda mais intensas as modificações na natureza, no significado e no conteúdo do trabalho, além das alterações nas relações de trabalho”.

Acerca da chamada “crise” do trabalho assalariado, Vanilda Paiva⁷³ preleciona:

Num contexto de re-ordenamento social das profissões, em que assistimos a um processo no qual a qualificação se eleva e se intensifica ao mesmo tempo em que os salários caem e o status profissional se esvai (como no caso de médicos, professores, diversas especializações na engenharia, etc.) faz-se necessário o

⁷² POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**, op. cit., p. 37.

⁷³ PAIVA, Vanilda. **Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social**, in: GENTILI Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (comp.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**, Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2000, p. 52-53.

acionamento de mecanismos de complementação de renda e de busca de alternativas profissionais que cada vez mais passam pela descoberta de nichos de mercado e pelo auto-emprego ou pelo exercício de profissões liberais fora das estruturas formais existentes. Este é um processo que atinge hoje todas as faixas etárias e um número crescente de profissões, mas que – no momento – atinge duramente jovens e velhos, além de pessoas de “meia idade” que não lograram adaptar-se às novas condições de trabalho no interior das instituições (Paiva, 1999). Flexibilidade, precarização são conceitos contemporâneos que estão ligados à retração dos direitos e da proteção social dos trabalhadores e que tendem a se consolidar, na medida em que o trabalho perdeu força política frente ao capital. A disponibilidade de força de trabalho qualificada em larga escala, produto da revolução educacional que teve lugar na segunda metade do século, faz com que as empresas não sofram muitas das eventuais consequências negativas da externalização, da formação de cadeias de sub-contratação e da contratação por tarefa. Os riscos são crescentemente transferidos à força de trabalho que, trabalhando em forma precária, conta sempre com menor proteção social seja como consequência da legislação (modificada ou não), seja pela redução dos serviços sociais do Estado, seja pela tendência a uma rigorosa separação entre contribuintes/“elegíveis” para tais serviços e não contribuintes/“não elegíveis”. A era democrática de serviços não contributórios como direito humano ficou para trás.

Em tal contexto falar em retorno ao pleno emprego via retomada do crescimento é uma ilusão incapaz de resistir a um número cada vez mais curto de anos, ressaltando-se naturalmente as desigualdades inter e intra-países e regiões. Por outro lado, o “pleno emprego liberal” é uma terminologia imprópria, usada talvez para significar a generalização do trabalho precário. A elevação da produtividade implica para cada vez na pela transferência às máquinas de habilidades físicas e mentais dos homens – o que reduz o emprego e retira o trabalho do lugar central que ele ocupou na era do industrialismo. Numa sociedade em que a maioria da PEA está vinculada aos serviços e em que um grande número desemboca em categorias para além do terciário o papel do trabalho se modifica. Um novo pacto social passa a ser condição para a paz e a segurança em sociedades nas quais a classe média vê-se profundamente atingida em sua capacidade de “mercantilizar” suas habilidades e competências, ao mesmo tempo em que assiste a “remercantilização” do conjunto dos serviços de proteção social.

São pertinentes, ainda, as assertivas de Jorge Luiz Souto Maior⁷⁴ acerca da deterioração das garantidas e direitos trabalhistas no mundo do trabalho as quais afetam os países integrantes do MERCOSUL:

⁷⁴ MAIOR, Jorge Luiz Souto. **O mito (dos setenta anos) da CLT**: um estudo preliminar, [s.l.; s.n.], 2014, p. 06-08.

[...] Quando se fala que o emprego não existe mais, mesmo sem a intenção de fazê-lo, ou se está aniquilando, banindo do mapa, por uma canetada, várias pessoas, ou se está tentando dizer que um verdadeiro empregado não é empregado, isto é, tentando corroborar uma fraude à legislação trabalhista. O fato é que o emprego não acabou e não vai acabar, pelo menos enquanto se mantiver em vigor o sistema de produção capitalista. Este sistema econômico tem como fundamento de sua própria existência a acumulação de um capital que permite a seu possuidor, o capitalista, utilizar a força de trabalho livre, assalariada, para incremento de uma atividade que lhe permita adicionar mais capital (obter lucro), exatamente pela utilização do trabalho alheio. O capitalismo, portanto, desenvolve-se com a formação de um mercado de trabalho livre, no qual pessoas desprovidas de capital são conduzidas a vender sua força de trabalho como forma de alcançar sobrevivência e de tentar, de alguma forma, adquirir certo capital que lhe permita também adquirir bens de consumo na lógica do prazer, renovando, de certo modo, a própria lógica capitalista. Está dentro da dinâmica capitalista, aliás, criar necessidades para impulsionar o consumo, que alimenta o modelo produtivo. O lucro é obtido com a exploração do trabalho, ou seja, o valor pago pelo trabalho prestado nunca é exatamente a quantia que o trabalho representa na produção final de todos os bens produzidos. Mesmo sem aprofundar esta questão, é muito fácil perceber que enquanto se mantiver em vigor o modelo de produção capitalista, haverá acumulação de capital e, conseqüentemente, sua utilização, na área produtiva, com vistas ao seu acréscimo, tendo como pressuposto básico a exploração do trabalho alheio, livre e assalariado. Não se tendo superado o modo de produção capitalista e tendo o capital encontrado meios mais fluidos de explorar o trabalho, sobretudo por intermédio da dita “terceirização”, o que se verifica é o aumento da precarização da condição de trabalho e de vida dos trabalhadores. Projeto de lei recentemente apresentado, o de n. 4.330 *[no Brasil]*, que propõe a ampliação da terceirização a todo tipo de atividade, revela, ademais, que o **negócio principal** de uma empresa é a extração de lucro por intermédio da exploração do trabalho alheio e quanto mais as formas de exploração favorecerem ao aumento do lucro melhor, sendo que este aumento se concretiza, mais facilmente, com redução de salários, precariedade das condições de trabalho, fragilização do trabalhador, destruição das possibilidades de resistência e criação de obstáculos para a organização coletiva dos trabalhadores, buscando, ainda, evitar qualquer tipo de consciência em torno da exploração que pudesse conduzir a práticas ligadas ao antagonismo de classe. Eis, concretamente, o que significa a terceirização e, por óbvio, os segmentos irresponsáveis da classe empresarial, sobretudo ligados ao investimento estrangeiro, a quem importam as condições de vida dos brasileiros, querem que esse modelo se aprofunde ainda mais. Para estes, quanto mais perversidade melhor, embora queiram enganar a si e a todos, tentando fazer crer que praticam o bem... [...]

Dessa maneira, consoante evidenciado por Oscar Ermida Uriarte, Márcio Pochmann, Ricardo Antunes, Vanilda Paiva, Jorge Luiz Souto Maior, dentre outros⁷⁵, no sistema capitalista global, o mundo do trabalho, principalmente na América Latina, está vivenciando a diminuição de postos de emprego formalizados para a adoção de outras modalidades precárias e “flexíveis”, mitigando a dignidade da pessoa humana trabalhadora, tornando utópica a concepção de trabalho digno, aumentando a níveis nunca imaginados a lucratividade dos setores capitalistas. Porém, a condição atual do trabalho assalariado na América Latina também é reflexo de seu passado de colônia de exploração. Consequentemente, esta situação impactou na conformação do “mercado” de trabalho e das relações de trabalho, inclusive nos países integrantes do MERCOSUL, em detrimento do reconhecimento de direitos humanos aos trabalhadores e da implementação do trabalho digno.

⁷⁵ Grijalbo Fernandes Coutinho dispõe que “o Direito do Trabalho clássico, definido a partir do princípio de maior envergadura – o da proteção ao hipossuficiente numa sociedade marcada pela desigualdade -, é resultado direto das condições de trabalho existentes durante a Segunda Revolução Industrial. É intenso o debate, no momento, sobre o caráter atual ou jurássico do Direito do Trabalho clássico. Lamentavelmente, o Direito do Trabalho, na prática, tornou-se mais flexível, seja pela ação do legislador, seja pelo ato de interpretar conferido aos operadores do referido ramo, no período pós-fordista. A classe dominante propagou a ideia de que o Direito do Trabalho engessa as relações de trabalho e atrapalha o desenvolvimento do País. Essa concepção foi assimilada pelos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, inclusive pelos juízes e tribunais do trabalho. Para se ter uma ideia dessa nefasta influência, entre os anos de 1980 e 1990, não foram poucas as vozes que gritaram contra o princípio basilar do Direito do Trabalho, o da proteção, no sentido de que o referido mandamento seria parte de um passado e de um mundo do trabalho totalmente distintos. Tal como a estatização, o princípio em debate passou a figurar no rol das práticas “jurássicas” da nação. A partir de tal equívoco, o caminho ficou aberto para a precarização ainda mais selvagem das frágeis relações de trabalho no Brasil. Os juízes brasileiros, assim como os demais agentes políticos, em certa medida, também foram ‘cooptados’ pela avassaladora onda que atribuía ao Direito do Trabalho a responsabilidade pelo desemprego, pela informalidade e pelas selvagens condições de trabalho impostas ao contingente mais expressivo de empregados” (COUTINHO, Grijalbo Fernandes. **O direito do trabalho flexibilizado por FHC e Lula**, São Paulo: LTr, 2009, p. 39-40)

2 O TRABALHO DIGNO, OS DIREITOS HUMANOS E A INTEGRAÇÃO REGIONAL NO MERCOSUL

O ser humano, enquanto ser social e político, sempre procurou estabelecer regras de convivência em comunidade⁷⁶, objetivando a harmonia na coexistência com seus semelhantes desde tempos remotos da civilização. O ser humano “sentiu” a necessidade da criação do direito para a regulação ampla das relações sociais, superando a época onde a vontade do “mais forte” se sobrepunha a do “mais fraco”.

As atividades dos seres humanos são exteriorizadas através das relações entre os seus semelhantes ou de ações sobre os bens, sejam materiais ou imateriais, estando todas reguladas pelo direito.

No decorrer dos séculos de história e de amadurecimento da civilização humana também evoluiu a concepção da dignidade da pessoa humana como indissociável do direito, em especial no âmbito dos direitos humanos. Ela não esteve sempre presente nas normas escritas ou costumeiras para todos os povos, Nações e Estados, mas foi construída e reconstruída historicamente de modo contínuo, norteador principalmente os direitos humanos tanto no plano interno quanto no internacional.

Celso Lafer⁷⁷ afirma que “o valor da pessoa humana enquanto ‘valor-fonte’ da ordem de vida em sociedade encontra a sua expressão jurídica nos direitos fundamentais do homem”.

Portanto, a dignidade da pessoa humana é um valor inerente à própria condição humana estando umbilicalmente relacionado à concepção contemporânea dos direitos humanos.

2.1 O DIREITO COMO SISTEMA DE REGRAS E PRINCÍPIOS: UMA INTRODUÇÃO

O estudo do trabalho digno no MERCOSUL, intrinsecamente relacionado à concepção de dignidade humana, invoca a verificação de sua tutela pelo

⁷⁶ O termo comunidade, ao invés de sociedade, representa a “vida em comum”. Segundo André Franco Montoro, “são ‘comunidades’ todas as instituições em que os homens participam solidariamente na realização de um bem comum” (MONTORO, André Franco. Comunidade, uma nova ideologia, **Jornal Folha de São Paulo**, Tendências/Debates, 24 set. 1977).

⁷⁷ LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt, 6. reimpr., São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 20.

sistema jurídico internacional de proteção aos direitos humanos a fim de se compreender as normas que os protegem e os delimitam na seara jurídica internacional.

Entretanto, é preciso elucidar que se adota, nesta tese, a *visão clássica* do direito enquanto *sistema harmônico e coeso composto de regras e princípios* e não será objeto deste estudo outras teorizações como, por exemplo, a teoria dos sistemas autopoieticos de Niklas Luhmann⁷⁸. O direito como sistema coeso assume um papel cada vez mais significativo na solução pacífica de problemas e conflitos internacionais, viabilizando a cooperação entre os povos, a busca da paz e o respeito aos direitos humanos.

À luz desta concepção clássica do direito, será realizado nos capítulos seguintes o estudo do trabalho digno nos sistemas global (ONU), regional interamericano (OEA) e global especial (OIT) de proteção aos direitos humanos, porém, neste momento, será delimitada a concepção do direito como sistema de regras e princípios.

Desde tempos remotos da civilização, o ser humano - enquanto ser social e político - procurou estabelecer regras de conduta e de convivência em sociedade, objetivando a coexistência mais harmônica com seus semelhantes. O direito⁷⁹ é originário da própria natureza do homem que converteu as necessidades sociais e políticas em normas cogentes, superando a época em que a força física era a única forma de impor a vontade. Inicialmente, houve a imposição oral das regras no âmbito social, mas, com o passar do tempo, essa fórmula pactual se mostrou inócua, sendo necessária a composição da lei escrita.

Surgiram, assim, os primeiros documentos escritos sob a crença de que procediam dos deuses através dos profetas ou de soberanos tocados divinamente, tais como: a Legislação Mosaica, Pentateuco ou Tora (aproximadamente em 1250 a.C.), o Código de Hamurabi (aproximadamente 2.000 a.C) e o Código de Manu ou Direito da Índia (mais ou menos 1.000 a.C.). Entretanto, floresceu em Roma a Lei das

⁷⁸ Para maiores detalhes, consulte GAMBÁ, Juliane Caravieri Martins. Direito e justiça sob a ótica da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP)**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 15, 2012, p. 379-408.

⁷⁹ Segundo Tércio Sampaio Ferraz Junior, “o direito é um dos fenômenos mais notáveis na vida humana. Compreendê-lo é compreender uma parte de nós mesmos. É saber em parte por que obedecemos, por que mandamos, por que nos indignamos, por que aspiramos a mudar em nome de ideais, por que em nome de ideais conservamos as coisas como estão. [...] Por tudo isso, o direito é um mistério, o mistério do princípio e do fim da sociabilidade humana.” (FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**, 5. ed., São Paulo: Atlas, 2007, p. 21).

XII Tábuas (*Lex Decemviralis*), em meados do século V a.C., inaugurando a era do “direito feito pelos homens” que assentou as raízes do direito contemporâneo.

Foi com Roma - Cidade-Estado - que se construiu um sistema de normas mais bem elaborado vinculado à noção de cidadania (*status civitatis*). Porém, a ideia de cidadania evoluiu ao longo do tempo, acompanhando a longa existência de Roma como Estado, não sendo possível “reduzir o conceito de ‘cidadania’ ao utilizado em um único e determinado período da história. [...] a evolução do conceito de cidadania na Roma antiga pode ser dividida em três fases distintas: da idade arcaica até a guerra social (91 a 89 a.C); do fim da guerra social até a *Constitutio Antoniana* de 212 d.C; da *Constitutio Antoniana* até o fim do Império Romano”⁸⁰.

De maneira bastante simplificada, pode-se afirmar que a cidadania romana ou *status* de cidadão romano, o ***status civitatis***, pressupunha a existência da condição de liberto - *status libertatis* como núcleo central da cidadania -, pois quem não a possuísse também não podia ter a cidadania romana.

De acordo com Thomas Marky, “o cidadão romano, desde que preenchesse também o requisito da independência do poder familiar, tinha plena capacidade jurídica de gozo. Assim, ele podia ter a totalidade dos direitos públicos e privados e as obrigações respectivas”⁸¹. Então, nem todos os homens livres eram considerados cidadãos romanos (*cives*), pois havia os estrangeiros (*peregrini*) e os latinos (*latini iuniani*) antigos habitantes do Lácio com direito de comerciar. As normas do *ius civile* eram reservadas apenas aos cidadãos romanos, enquanto aos estrangeiros eram aplicadas as disposições do *ius gentium*⁸².

Apesar de a cidadania romana ser restritiva e direcionada para poucos indivíduos (grupo seletivo e privilegiado) na sociedade da época, excluindo estrangeiros, mulheres e escravos, não se pode desnaturar a importância conceitual e teórica deste instituto jurídico, pois o cidadão tinha papel ativo (direitos e obrigações) nos atos e decisões que envolviam a vida na *pólis*. Conforme aponta Fustel de Coulanges⁸³, o cidadão romano era:

⁸⁰ DAL RI JÚNIOR, Arno. **Evolução histórica e fundamentos político-jurídicos da cidadania**, in: DAL RI JÚNIOR, Arno e OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). **Cidadania e nacionalidade**: efeitos e perspectivas nacionais – regionais – globais, 2. ed., Ijuí: Editora Ijuí, 2003, p. 35.

⁸¹ MARKY, Thomas. **Curso elementar de direito romano**, 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 35.

⁸² Para maiores detalhes, consulte MARKY, Thomas. **Curso elementar de direito romano**, 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

⁸³ COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**, tradução de Jean Melville, São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 213-215.

[...] todo aquele que tomava parte no culto da cidade, e dessa participação lhe derivavam todos os seus direitos civis e políticos. Renunciar ao culto seria renunciar aos direitos. [...] Se quisermos definir o cidadão dos tempos antigos pelo seu atributo mais essencial, devemos dizer que é cidadão todo o homem que segue a religião da cidade, que honra os mesmos deuses da cidade, aquele para quem o arconte ou o prítane oferece, a cada dia, o sacrifício; o que tem o direito de aproximar-se dos altares, que pode penetrar no recinto sagrado onde se realizam as assembleias, assiste às festas, segue as procissões e entra nos panegíricos, participa dos banquetes sagrados e recebe sua parte das vítimas. Esse homem, no dia que foi inscrito no registro dos cidadãos, jurou praticar o culto dos deuses da cidade e por eles combater.

Então, verifica-se que os “direitos sempre foram espelhos das épocas”⁸⁴, pois “o direito é obra humana e como tal só pode ser compreendido a partir da sua ideia”⁸⁵, logo, ele não existe senão na sociedade e não pode ser vislumbrado fora dela. Nesse sentido, Jean-Louis Bergel⁸⁶ afirma:

O *direito*, em si, é então, provavelmente, ao mesmo tempo o produto dos fatos e da vontade do homem, um fenômeno material e um conjunto de valores morais e sociais, um ideal e uma realidade, um fenômeno histórico e uma ordem normativa, um conjunto de atos de vontade e de atos de autoridade, de liberdade e de coerção... São suas diversas expressões que são parciais e expressam mais ou menos, conforme os sistemas jurídicos e conforme as matérias, ora a ordem social ou os valores morais, ora o individualismo ou o coletivismo, ora a autoridade ou a liberdade...

O direito foi se aperfeiçoando ao longo do tempo - inclusive seus diferentes “ramos” ou “disciplinas”⁸⁷ - para acompanhar a evolução do homem, da própria humanidade e de seus anseios a fim de regulamentar as diferentes facetas da vida em sociedade.

⁸⁴ ALTAVILA, Jayme de. **Origem dos direitos dos povos**, 11. ed., São Paulo: Ícone, 2006, p. 11.

⁸⁵ RADBRUCH, Gustav. **Filosofia do direito**, tradução de Marlene Holzhausen, 2. ed., São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p. 10.

⁸⁶ BERGEL, Jean-Louis. **Teoria geral do direito**, tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 06.

⁸⁷ Miguel Reale esclarece que “o Direito é, pois, um conjunto de estudos discriminados; abrange um tronco com vários ramos; cada um desses ramos tem o nome de *disciplina*. Por que essa palavra *disciplina*? [...] Disciplina é um sistema de princípios e de regras a que os homens se devem ater em sua conduta; é um sistema de enlaces, destinados a balizar o comportamento dos indivíduos de qualquer idade ou classe social, bem como as atividades dos entes coletivos e do próprio Estado. O que importa é verificar que, no conceito de disciplina, há sempre a ideia de *limite* discriminando o que pode, o que deve ou o que não deve ser feito, mas dando-se a *razão* dos limites estabelecidos à ação. [...]” (REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**, 24. ed., São Paulo: Saraiva, 1999, p. 04-05, grifo do autor).

O mundo contemporâneo está marcado pela mitigação da soberania dos Estados nacionais em prol de acordos internacionais comuns, pelo fortalecimento da atuação das organizações internacionais em nível global e pelo reconhecimento da própria humanidade como sujeito de direito no plano internacional. Nesse contexto, entende-se que sem o direito, seja no plano interno ou internacional, a sociedade tenderia a se desintegrar e haveria total anomia, porque o direito não existe senão na sociedade e para a sociedade (*ubi societas, ibi jus*).

Ante a importância crescente do direito para a tutela das relações sociais e humanas, em especial no plano internacional, sua compreensão como “*sistema harmônico e coeso de regras e princípios*” assume feição fundamental para o estudo e a compreensão do trabalho digno e de sua concretização enquanto direito humano no âmbito do MERCOSUL, pois, consoante dispõe Tércio Sampaio Ferraz Junior, “o sistema é um complexo que se compõe de uma estrutura e um repertório. Nesse sentido, ordenamento é sistema”⁸⁸.

Então, todo ordenamento jurídico é um sistema unitário e coeso composto de repertório e estrutura organizados logicamente, consoante preleciona Jean-Louis Bergel⁸⁹:

Ora, o direito é um *sistema organizado* de valores, de princípios, de instrumentos técnicos etc. expresso por regras precisas das quais não se podem desprezar os fundamentos nem as manifestações concretas ou formais. A análise do direito enquanto sistema, ou seja, como “um conjunto de elementos em interação, que constituem uma totalidade e manifestam uma certa organização”, pode ser resumida na afirmação simples, mas fundamental, de que em direito “tudo é interdependente”. A “sistêmica”, ou “ciência dos sistemas”, por desenvolver métodos de modelização dos fenômenos complexos, parece aplicar-se perfeitamente ao direito, permitindo-lhe estudar os elementos constitutivos e as relações entre esses elementos e o meio exterior. Importa pouco, então, saber se o direito é um sistema em si ou simples subsistema social global, como a política, a moral, a religião etc., e de qual tipo de sistema se trata. A análise sistêmica do direito não contradiz nem a sua flexibilidade, nem seus vínculos com outros sistemas... Ela permite evidenciar-lhe a especificidade, a coerência global, a lógica, as inspirações, as finalidades, sem, por isso, abstrair realidades das quais ele emana e às quais se aplica, sem ocultar os subsistemas múltiplos dos quais se compõe, sem paralisar sua evolução... A abordagem sistêmica é particularmente útil à concepção, ao estudo e à aplicação do direito, pois se trata

⁸⁸ FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão, dominação, 5. ed., São Paulo: Atlas, 2007, p. 176.

⁸⁹ BERGEL, Jean-Louis. **Teoria geral do direito**, op. cit., prefácio, p. XXVI.

mesmo de um “conjunto organizado e dinâmico de práticas, de métodos e de instituições que formam a um só tempo uma construção teórica e um método prático”.

Dessa maneira, a noção de sistema jurídico implica, necessariamente, a existência de regras reunidas por elementos unificadores ou por um conjunto axiológico mínimo (valores comuns) que permite a composição harmônica das “forças” dentro desse sistema.

Além disso, o próprio sistema jurídico pode estabelecer aquilo que está sob sua ordenação e aquilo que não está (espécie de “vácuo” jurídico), irradiando-se por todas as relações humanas que se constituem na vida em comunidade, consoante as assertivas de Gustav Radbruch⁹⁰:

A essência da ordem jurídica está em ser universal. O direito não pode realizar uma regulação parcial sem que, pela escolha da parte a ser regulada nas relações humanas, não tome também uma posição quanto às partes não reguladas – justamente, pela exclusão dos efeitos jurídicos. Por isso, um “espaço juridicamente vazio” só o é em virtude da própria vontade da ordem jurídica, e de modo algum juridicamente não-regulado, antes juridicamente regulado em sentido negativo pela negação de todo efeito jurídico próprio do mundo dos fatos regulados. A ordem jurídica nada quis nesse suposto âmbito juridicamente vazio – não exatamente: quis não querer, o que certamente seria uma contradição em si.

Portanto, a concepção de sistema jurídico implica a noção de limite, autorizando a identificar o que está dentro e o que entra daquilo que sai ou permanece fora do sistema⁹¹. Além disso, o sistema jurídico é *dinâmico* porque permite incorporar regras e princípios, enfim, valores comuns (conjunto axiológico mínimo) incorporados ao próprio sistema jurídico, na medida em que o alicerçam e o estruturam enquanto conjunto ordenado e coeso.

Assim, no âmbito do sistema jurídico internacional de proteção aos direitos humanos, a dignidade da pessoa humana é compreendida como o princípio de maior hierarquia axiológica a embasar este ramo jurídico na medida em que os princípios são compreendidos como “certos enunciados lógicos admitidos como condição ou base de validade das demais asserções que compõem dado campo do saber”⁹².

⁹⁰ RADBRUCH, Gustav. **Filosofia do direito**, op. cit., p. 283.

⁹¹ FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**, op. cit., p. 178.

⁹² REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**, op. cit., p. 305.

Nesse contexto, o trabalho digno coaduna-se ao princípio da dignidade da pessoa humana e está inserto no sistema jurídico internacional de proteção aos direitos humanos, sendo necessária a análise das normas que o tutelam para a compreensão de sua concretude no âmbito do processo de integração regional do MERCOSUL.

2.2 REFLEXÕES SOBRE A DIGNIDADE HUMANA E OS DIREITOS HUMANOS NA CONTEMPORANEIDADE

A partir do século XVIII, com o desenvolvimento do liberalismo econômico e do capitalismo industrial, ocorreu a agudização do individualismo como referencial da vida em sociedade. O homem passou a ser soberano de si mesmo e superior a todas as outras criaturas, sendo orientado tão somente por sua razão e livre arbítrio. Na Europa – no período após a Revolução Industrial - houve a disseminação da visão antropocêntrica liberal de que o homem detentor dos meios de produção seria o sujeito central do mundo, da *pólis* e da *communitas*.

Então, no contexto do capitalismo, o ser humano passou a ser tratado como mercadoria passível de descarte e substituição por algo equivalente, transformando-se em coisa no chamado mundo do *animal laborans*. Acerca deste momento, Hannah Arendt dispõe que “o último estágio de uma sociedade de operários, que é a sociedade de detentores de empregos, requer de seus membros um funcionamento puramente automático, como se a vida individual realmente houvesse sido afogada no processo vital da espécie, e a única decisão ativa exigida do indivíduo fosse deixar-se levar, por assim dizer, abandonar a sua individualidade, as dores e as penas de viver ainda sentidas individualmente, e aquiescer num tipo funcional de conduta entorpecida e ‘tranquilizada’ ”⁹³.

Em meio a esta conjuntura de ideias liberais individualistas e após um longo processo de mudanças históricas marcadas por guerras – inclusive duas Guerras Mundiais -, revoltas operárias e contestações sociais aos *status quo* instituído principalmente na Europa e na América do Norte, despontará o princípio jurídico da dignidade humana e a “reconstrução” dos direitos humanos após a metade do século XX.

⁹³ ARENDT, Hannah. **A condição humana**, 10. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 335.

Assim, a dignidade da pessoa humana despontou como princípio e valor de maior hierarquia axiológica e normativa nos Estados Democráticos de Direito, sendo a referência ético-jurídica a inspirar o direito construído e positivado, norteando a interpretação e aplicação das normas em nível interno e internacional, sobretudo após o término da Segunda Guerra Mundial na qual se verificou a prática de atrocidades contra a pessoa humana oriunda dos regimes totalitários (nazismo, fascismo e franquismo), em função de diferenças étnicas, culturais e religiosas.

Verificou-se, após longos anos de evolução histórica da humanidade, que todas as pessoas merecem igual respeito e consideração, independentemente da etnia, do sexo, da classe social, da religião ou da cultura a que pertençam. Essa aceção da dignidade humana como **princípio jurídico e referência ética** foi incorporada nos ordenamentos jurídicos de diversos países, principalmente ocidentais, destacando-se a Alemanha, a Itália, Portugal, Espanha e os países da América Latina, inclusive no Brasil, embora com diferentes intensidades e perspectivas jurídicas.

É necessário elucidar que os princípios jurídicos representam determinada concepção valorativa norteadora do direito, conferindo-lhe racionalidade, direção, unidade e harmonia. Eles alicerçam todo sistema jurídico, suprimem omissões e imperfeições das regras positivadas, organizam e fundamentam esse sistema e irradiam-se por diferentes áreas do direito.

Mas, afinal, como se pode conceituar a dignidade da pessoa humana numa concepção contemporânea para os direitos humanos?

No dicionário da Língua Portuguesa⁹⁴, a palavra **dignidade** - enquanto substantivo - significa:

1. qualidade moral que infunde respeito; consciência do próprio valor; honra, autoridade, nobreza;
2. qualidade do que é grande, nobre, elevado;
3. modo de alguém proceder ou de se apresentar que inspira respeito; solenidade, gravidade, brio, distinção;
4. respeito aos próprios sentimentos, valores, amor-próprio;
5. prerrogativa, honraria, título, função ou cargo de alta graduação.

No dicionário jurídico De Plácido e Silva⁹⁵, dignidade é:

⁹⁴ **DICIONÁRIO Houaiss Eletrônico**, disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>>, acesso em: 10 abr. 2014.

⁹⁵ SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**, atualizadores Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho, 26. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 458.

Derivado do latim *dignitas* (virtude, honra, consideração), em regra se entende a *qualidade moral*, que, possuída por uma pessoa, serve de base ao próprio respeito em que é tida. Compreende-se também como o próprio procedimento da pessoa, pelo qual se faz merecedor do conceito público. Mas, em sentido jurídico, também se entende como a *distinção* ou *honraria* conferida a uma pessoa, consistente em *cargo* ou *título* de alta graduação. No Direito Canônico, indica-se o *benefício* ou *prerrogativa* decorrente de um cargo eclesiástico.

Nicola Abbagnano⁹⁶, quando se refere à **dignidade** no Dicionário de Filosofia, faz menção direta a Immanuel Kant na *segunda formulação do Imperativo Categórico*, sistematizado na “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”, o qual dispõe: “Age de tal forma que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre também como um fim e nunca unicamente como um meio”. Portanto, todo o ser humano deve ser visto como um fim em si mesmo, possuidor de um valor (a dignidade) e não como mercadoria descartável no mundo capitalista.

Para Immanuel Kant⁹⁷, “tudo possui ou um preço ou uma *dignidade*. Aquilo que tem preço pode ser substituído por algo *equivalente*; por outro lado, o que se acha acima de todo preço e, portanto, não admite nada equivalente, encerra uma dignidade”.

Maria Garcia⁹⁸ afirma que “a dignidade da pessoa humana corresponde à compreensão do ser humano na sua integridade física e psíquica, como autodeterminação consciente, garantida moral e juridicamente”.

Ingo Wolfgang Sarlet⁹⁹ formula um conceito para a compreensão da dignidade da pessoa humana:

[...] temos por dignidade da pessoa humana a *qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de*

⁹⁶ ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**, revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti, 5. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 326.

⁹⁷ KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**, tradução de Leopoldo Holzbach, 1. reimpr., São Paulo: Martin Claret, 2008.

⁹⁸ GARCIA, Maria. **Limites da ciência: a dignidade da pessoa humana, a ética da responsabilidade**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 211.

⁹⁹ SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição de 1988**, 7. ed. rev., ampl. e atual., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 62.

propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (grifo do autor)

É nessa direção que deve caminhar a compreensão da dignidade da pessoa humana e seu reflexo nos direitos humanos na contemporaneidade e, conseqüentemente, a ideia de “trabalho digno”.

Essa acepção da dignidade da pessoa humana - como princípio jurídico contemporâneo a embasar os direitos humanos - foi incorporada nas Constituições de diversos países, destacando-se na Europa: Alemanha (artigo 1º, inciso I), Grécia (artigo 2º, inciso I), Irlanda (Preâmbulo), Itália (artigo 3º), Espanha (preâmbulo e artigo 10, § 1º) e Portugal (artigo 1º). Na América do Sul, a dignidade da pessoa humana está presente em diversos textos constitucionais, principalmente dos países integrantes do MERCOSUL.

No Brasil, na Constituição de 1988, a dignidade humana foi consagrada ao longo de todo o texto constitucional, com ênfase no artigo 1º, inciso III como fundamento do Estado Democrático de Direito; como finalidade precípua da ordem econômica (artigo 170) e da ordem social (artigo 193); como fundamento da família e do planejamento familiar (artigo 226, § 7º), tendo especial proteção do Estado; apresenta-se, ainda, como princípio que assegurará uma vida digna à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso, sendo um dever da família, da sociedade e do próprio Estado (artigo 227 e 230). Além disso, a dignidade humana orienta e protege as relações de trabalho, irradiando-se pelos artigos 7º a 11 da Constituição que disciplinam os direitos sociais dos trabalhadores¹⁰⁰.

Na Constituição da Argentina - texto reformado em 1994 - a dignidade da pessoa humana se mostra evidente ao garantir direitos fundamentais aos cidadãos em geral e aos estrangeiros (artigos 14, 17, 18 e 20); condições dignas e equitativas de trabalho aos trabalhadores mediante específicos direitos (artigo 14 bis); ela também impacta no direito à liberdade ao vedar a existência de escravos (art. 15) e reflete-se, ainda, no tratamento equitativo e digno aos consumidores e usuários de bens e serviços (artigo 42)¹⁰¹.

¹⁰⁰ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>, acesso em: 27 mar. 2014.

¹⁰¹ ARGENTINA. **Constituição da República Argentina**. Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.ar/images/stories/constitucion-nacional-argentina.pdf>>, acesso em: 27 mar. 2014.

No Paraguai, a Constituição de 1992 é extremamente detalhada ao reconhecer a dignidade humana com o fim de assegurar a liberdade, a igualdade e a justiça, reafirmando os princípios da democracia republicana, representativa, participativa e pluralista, ratificando a soberania e a independência nacionais (Preâmbulo e artigo 1º). Ela positiva significativo rol de direitos, deveres e garantias fundamentais que inclui: *direito à vida e ao ambiente saudável* (artigos 4º a 8º); *direito à liberdade em todas as suas manifestações*, tais como: defesa em juízo, direitos processuais, liberdade religiosa e ideológica, liberdade de expressão e de imprensa, direito à intimidade e à vida privada, direito de trânsito e residência, direito de asilo etc. (artigo 9º a 45); *direito à igualdade* (artigo 46 a 48); *direitos da família em vários aspectos: matrimônio, proteção às crianças, aos jovens, à terceira idade e às pessoas excepcionais, planificação familiar e saúde materno-infantil* (artigos 49 a 61); *direitos dos povos indígenas* (artigos 62 a 67); *direito à saúde* (artigos 68 a 72); *direito à educação e à cultura* (artigos 73 a 85) e, finalmente, a Constituição submete os *direitos trabalhistas* (artigos 86 a 100) ao princípio da dignidade humana¹⁰².

Por sua vez, na Constituição uruguaia – texto de 1967 com modificações aprovadas em plebiscitos em 26 de novembro de 1989, em 26 de novembro de 1994 e em 08 de dezembro de 1996 – o princípio da dignidade da pessoa humana encontra-se implícito em diversos momentos ao longo do seu texto: na tutela dos direitos individuais (artigos 7º a 39), dos direitos sociais mais amplos (artigos 40 a 52) e irradia-se, especificamente, pelos direitos trabalhistas tanto no âmbito privado quanto público (artigos 53 a 71)¹⁰³.

O jurista italiano Franco Bartolomei¹⁰⁴ analisa a dignidade humana com um valor constitucional, enquanto ordem de valor superior (*Grundnorm*) a orientar a interpretação e a aplicação do direito:

[...] il concetto di “dignità umana” non è già, esclusivamente, una pretesa contro lo Stato, né è un diritto che possa essere esercitato contro altri, ma è un concetto giuridico costituzionale a livello istituzionale con la c.d. pluralità di effetti: a) nessuna “norma” costituzionale può porsi in

¹⁰² PARAGUAI. **Constituição da República do Paraguai**. Disponível em: <<http://www.constitution.org/cons/paraguay.htm>>, acesso em: 27 mar. 2014.

¹⁰³ URUGUAI. **Constituição da República Oriental do Uruguai**. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/constituciones/const004.htm>>, acesso em: 27 mar. 2014.

¹⁰⁴ BARTOLOMEI, Franco. **La dignità umana come concetto e valore costituzionale**, Torino: Italia, G. Giappichelli Editore, 1987, p. 11 e p. 23.

contrasto con tale concetto, né il concetto è suscettibile di modificazione mediante revisione costituzionale; b) ogni norma, sia di grado costituzionale, sia di grado subordinato che si ponga in contrasto con detto concetto, va dichiarata inconstituzionale; c) tutta la serie degli atti amministrativi, nonché giurisdizionali non confaceti con il medesimo concetto debbono ritenersi illegittimi. [...]

Tale ordine di valori vede come Grundnorm la dignità umana il cui concetto viene a concretare uno di quei principi costituzionale superiori che vale per tutti i campi del diritto: contiene e/o esprime proposizioni precettive regolative di tutte i campi del diritto: da quella d'indirizzo politico a quella legislativa, dalla funzione giurisdizionale a quella amministrativa, e così via¹⁰⁵.

Além disso, entende-se que não é possível a mitigação do princípio da dignidade humana pelo fato de estar positivado em textos normativos em razão da “carga” histórico-filosófica que o embasa e de seu conteúdo axiológico-valorativo que fundamenta o próprio sistema jurídico de proteção aos direitos humanos.

Se houvesse a mitigação do princípio da dignidade humana, ter-se-ia a relativização do próprio ser humano, seja em favor do capital nas relações de trabalho quando, por exemplo, há a diminuição de direitos para que se garanta o pleno emprego ou no caso de políticas públicas de trabalho que, embora desrespeitem a dignidade do trabalhador, seriam justificadas como medidas para a diminuição do desemprego etc.; seja, ainda, em favor da ciência no caso do uso e descarte indiscriminado de embriões humanos em experiências genéticas, dentre outros casos, pois, no âmbito da atual sociedade de consumo, haverá argumentos utilitaristas justificadores dessa relativização em prol de um possível “bem maior”, notadamente de cunho econômico.

Portanto, a dignidade humana - ao ser positivada nos ordenamentos jurídicos dos Estados Democráticos de Direito e nas normas internacionais - deve ser analisada como o princípio jurídico de maior hierarquia axiológica e valor-fonte dos

¹⁰⁵ “[...] o conceito de “dignidade humana” não é já, exclusivamente, uma pretensão contra o Estado, nem é um direito que possa ser exercitado contra outros, mas é um conceito jurídico constitucional em nível institucional com uma pluralidade de efeitos: a) nenhuma “norma” constitucional pode-se por em oposição com tal conceito, nem o conceito é suscetível de modificação mediante revisão constitucional; b) cada norma, seja de grau constitucional, seja de grau subordinado que se ponha em contraposição com dito conceito, será declarada inconstitucional; c) todas as séries de atos administrativos, não somente jurisdicionais, não conformes com o dito conceito devem se reputar ilegítimos. [...] Tais ordens de valores veem a dignidade humana como norma de valor superior na qual o conceito vem concretizar um dos princípios constitucionais superiores que valem para todos os campos do direito: contém e/ou exprime proposições imperativas reguladoras de todos os campos do direito: desde a competência política até a legislativa, das funções jurisdicionais até as administrativas e, assim, dessa maneira” (tradução nossa).

direitos humanos na contemporaneidade, impactando no estudo do trabalho digno e de sua concretização no âmbito do processo de integração regional do MERCOSUL.

A partir da concepção de dignidade humana, os juristas nacionais e estrangeiros iniciaram a discussão, no âmbito do Direito Constitucional contemporâneo, se “Direitos do Homem”, “Direitos Humanos” e “Direitos Fundamentais” seriam expressões que designassem a mesma categoria jurídica ou se haveria uma diferenciação terminológica ou mesmo de conteúdo para explicitá-las, embora sejam direitos que encontram seu fundamento na dignidade da pessoa humana. Segundo José Joaquim Gomes Canotilho¹⁰⁶:

As expressões “direitos do homem” e “direitos fundamentais” são frequentemente utilizadas como sinónimas. Segundo a sua origem e significado poderíamos distingui-las da seguinte maneira: **direitos do homem** são direitos válidos para todos os povos e em todos os tempos (dimensão jusnaturalista-universalista); **direitos fundamentais** são os direitos do homem, jurídico-institucionalmente garantidos e limitados espacio-temporalmente. Os direitos do homem arrancariam da própria natureza humana e daí o seu carácter inviolável, intemporal e universal; os direitos fundamentais seriam os direitos objectivamente vigentes numa ordem jurídica concreta.

Ingo Wolfgang Sarlet¹⁰⁷ entende que há distinção entre direitos do homem, direitos humanos e direitos fundamentais não podendo ser utilizados como sinônimos na medida em que representariam categorias jurídicas distintas. Nesse sentido, a expressão “direitos humanos” teria relação com os documentos internacionais, referindo-se às condições jurídicas reconhecidas ao ser humano enquanto tal, independentemente de sua vinculação à determinada ordem constitucional de um Estado, sendo aplicada a todos os povos e tempos em função de um carácter supranacional e a expressão “direitos fundamentais” seria aplicada aos direitos do ser humano reconhecidos e positivados no direito constitucional de certo Estado, por fim, o autor conclui¹⁰⁸:

[...] cumpre traçar uma distinção, ainda que de cunho predominantemente didático, entre as expressões “direitos do homem (no sentido de direitos naturais não, ou ainda não positivados), “direitos humanos” (positivados na esfera do direito internacional) e “direitos fundamentais” (direitos

¹⁰⁶ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**, 6. ed., Coimbra: Livraria Almedina, 2002, p. 393, grifo do autor.

¹⁰⁷ SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**, 9. ed. rev. atual. e ampl., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, p. 35.

¹⁰⁸ SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**, op. cit., p. 36 e p. 38-39.

reconhecidos ou outorgados e protegidos pelo direito constitucional interno de cada Estado). [...] A utilização da expressão “direitos do homem”, de conotação marcadamente jusnaturalista, prende-se ao fato de que se torna necessária a demarcação precisa entre a fase que, inobstante sua relevância para a concepção contemporânea dos direitos fundamentais e humanos, precedeu o reconhecimento destes pelo direito positivo interno e internacional e que, por isso, também pode ser denominada de uma “pré-história” dos direitos fundamentais. [...]

Em face dessas constatações, verifica-se, desde já, que as expressões “direitos fundamentais” e “direitos humanos” (ou similares), em que pese sua habitual utilização como sinônimas, se reportam a significados distintos. No mínimo, para os que preferem o termo “direitos humanos”, há que referir – sob pena de correr-se o risco de gerar uma série de equívocos – se eles estão sendo analisados pelo prisma do direito internacional ou na sua dimensão constitucional positiva. Reconhecer a diferença, contudo, não significa desconsiderar a íntima relação entre os direitos humanos e os direitos fundamentais, uma vez que a maior parte das Constituições do segundo pós-guerra se inspirou tanto na Declaração Universal de 1948, quanto nos diversos documentos internacionais e regionais que as sucederam, de tal sorte que – no que diz com o conteúdo das declarações internacionais e dos textos constitucionais – *está ocorrendo um processo de aproximação e harmonização, rumo ao que já está sendo denominado (e não exclusivamente – embora principalmente -, no campo dos direitos humanos e fundamentais) de um direito constitucional internacional.* (grifo nosso)

Neste contexto, o jurista espanhol Antonio Enrique Pérez Luño¹⁰⁹ aponta a existência de distinções entre os termos “direitos humanos” e “direitos fundamentais”, adotando o chamado critério da concreção positiva:

*En los usos lingüísticos jurídicos, políticos incluso comunes de nuestro tiempo, el término “derechos humanos” aparece como un concepto de contornos más amplios e imprecisos que la noción de los “derechos fundamentales”. Los **derechos humanos** suelen venir entendidos como un **conjunto de facultades e instituciones que, en cada momento histórico, concretan las exigencias de la dignidad, la libertad y la igualdad humanas, las cuales deben ser reconocidas positivamente por los ordenamientos jurídicos a nivel nacional e internacional.** En tanto que con la noción de **derechos fundamentales** se tiene a aludir a **aquellos derechos humanos garantizados por el ordenamiento jurídico positivo, en la mayor parte de los casos en su normativa constitucional, y que sieden gozar de una tutela reforzada.** Los derechos humanos aúnan, a su significación descriptiva de aquellos derechos y*

¹⁰⁹ LUÑO, Antonio Enrique Perez. **Los derechos fundamentales**, 9. ed., Madrid: Tecnos, 2007, p. 46-47.

*libertades reconocidos en las declaraciones y convenios internacionales, una conotación prescriptiva o deontológica, al abarcar también aquellas exigencias más radicalmente vinculadas al sistema de necesidades humanas, y que **debiendo** ser objeto de positivación no lo han sido. Los derechos humanos fundamentales poseen un sentido más preciso y estricto, ya que tan sólo describen el conjunto de derechos y libertades jurídica e institucionalmente reconocidos y garantizados por el Derecho positivo. Se trata siempre, por tanto, de derechos delimitados espacial y temporalmente, cuya denominación responde a su carácter **básico** o **fundamentador** del sistema jurídico político del Estado de Derecho. (grifo do autor)*

Outrossim, há juristas que não fazem essa distinção, tais como Alexandre de Moraes¹¹⁰ e Manoel Gonçalves Ferreira Filho¹¹¹, utilizando a expressão “direitos humanos fundamentais”.

A Constituição brasileira de 1988, apesar de possuir um texto extremamente avançado e um rol detalhado dos direitos da pessoa humana, caracterizou-se por uma diversidade de termos, destacando-se, ilustrativamente, as seguintes expressões: direitos humanos no artigo 4º, inciso II e no artigo 5º, §3º; direitos e garantias fundamentais na epígrafe do Título II e no artigo 5º, § 1º; direitos e liberdades constitucionais no artigo 5º, inciso LXXI e o artigo 60, §4º, inciso IV dispõe sobre direitos e garantias individuais.

No plano internacional também se verifica o uso indiscriminado e variável de expressões que caracterizam os direitos da pessoa humana. À título exemplificativo, aponta-se que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) estabelece no Preâmbulo o necessário respeito aos “direitos do homem”, mais à frente cita a “fé nos direitos fundamentais do homem” e o respeito aos “direitos e liberdades fundamentais do homem” e, por seu turno, a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem (1948) apresenta em seu Preâmbulo as expressões “direitos do homem” e “direitos essenciais do homem”.

Em suma, a partir dessas considerações, pode-se estabelecer a seguinte “fórmula”: “**direitos humanos = ordem internacional**” e “**direitos fundamentais = ordem constitucional**”.

A **essência** dos direitos humanos e dos direitos fundamentais é a mesma, ou seja, a preservação da dignidade da pessoa humana em sua integralidade,

¹¹⁰ MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**, São Paulo: Atlas, 2000.

¹¹¹ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**, São Paulo: Saraiva, 1999.

pois ela corresponde “à compreensão do ser humano na sua integridade física e psíquica, como autodeterminação consciente, garantida moral e juridicamente”¹¹².

Dessa forma, os direitos humanos ou fundamentais são considerados indispensáveis e necessários para assegurar a todas as pessoas uma vida digna, livre e mais igualitária, pois se correlacionam com a dignidade humana que é condição intrínseca à própria condição humana.

Adota-se, assim, a distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais apregoada pelos juristas para fins didáticos com a ressalva de que a **essência** desses direitos é a mesma, pois visam à proteção da dignidade humana em sua integralidade, residindo sua diferenciação tão somente no grau de concreção positiva: *positivação no âmbito do direito constitucional ou do direito internacional*.

Entretanto, muito além da mera distinção didática entre direitos humanos e direitos fundamentais, não se pode olvidar das mudanças políticas, econômicas e nas relações internacionais ocorridas no cenário mundial – fruto da mitigação das soberanias dos Estados -, sobretudo a partir do século XX, que promoveram a progressiva inserção dos direitos humanos nas ordens jurídicas contemporâneas no intuito de resguardar a pessoa humana e sua dignidade. Nesse sentido, Maria Garcia¹¹³ afirma:

Todas as localizadas conquistas em prol do reconhecimento dos direitos do homem vêm, paulatinamente, ao longo dos anos ou dos séculos, agrupando-se em conjuntos ordenados de direitos, nos sistemas jurídicos de grande número de países, embora sua efetivação se prolongue em avanços e retrocessos.

A perturbadora imagem transmitida por televisão, da Líbia¹¹⁴: “um cartaz erguido em uma manifestação dizia, em árabe: “Ana Rajul” que se traduz como ‘*Eu sou um homem*’”.

Reconhecível o ser humano, como tal, em qualquer parte do mundo - e se existem direitos *inerentes à qualidade do humano*, - devem ser reconhecidos e exercitados como tais, em todos recantos do planeta.

Conforme descreve Pico Della Mirandola¹¹⁵:

Ó Adam, não te demos nem um lugar determinado, nem um aspecto que te seja próprio, nem tarefa alguma específica, a fim

¹¹² GARCIA, Maria. **Limites da ciência**: a dignidade da pessoa humana, a ética da responsabilidade, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 211.

¹¹³ GARCIA, Maria. **A soberania estatal no século XXI e a universalidade dos direitos humanos. Os caminhos para um direito da coexistência e da paz**: o direito constitucional internacional, in: GARCIA, Maria; GAMBA, Juliane Caravieri Martins e MONTAL, Zélia Maria Cardoso (Coords.). **Direito constitucional internacional**: o direito da coexistência e da paz, Curitiba: Juruá, 2012, p. 29-30.

¹¹⁴ O ESTADO DE S. PAULO/INTERNACIONAL 09-05-2011, P. A 18 (nota da autora).

¹¹⁵ DELLA MIRANDOLA, GIOVANNI PICCO. **DISCURSO SOBRE A DIGNIDADE DO HOMEM**, LISBOA: EDIÇÕES 70, 1989, P. 51 (nota da autora).

de que obtenhas e possuas aquele lugar, aquele aspecto, aquela tarefa que tu seguramente desejares, tudo segundo o teu parecer e tua decisão (...) Coloquei no meio do mundo para que daí possas olhar melhor tudo o que há no mundo. Não te fizemos celeste nem terreno, nem mortal nem imortal, a fim de que tu, árbitro e soberano artífice de ti mesmo, te plasmasses e te informasses, na forma que tivesses seguramente escolhido. Poderás degenerar até aos seres que são as bestas, poderás regenerar-te até as realidades superiores que são divinas, por decisão do teu ânimo. [...]

Com efeito, no limiar do século XXI e não obstante os constantes desafios à busca da prevalência dos direitos humanos estes são um ponto permanente de discussão e fundamento dos pleitos, protestos, arguições e demandas que se irradiam, inevitavelmente, escudados no poder da comunicação, em todo o mundo.

O homem e a própria humanidade assumiram a condição de sujeitos de direito no plano internacional com capacidade postulatória perante Cortes, Tribunais e Comitês Internacionais, influenciando a regulação jurídica da vida internacional em busca da realização da justiça, da coexistência mais harmônica dos povos e da preservação da paz em substituição ao uso estrito da guerra e da força armada para a resolução dos conflitos.

Outrossim, em relação à evolução histórica dos direitos humanos e fundamentais, essa abordagem demandaria a elaboração de um trabalho exaustivo que analisaria as categorias dos direitos ao longo do tempo o que, *apesar da importância*, transcende aos limites desta tese¹¹⁶.

Entende-se inadequada ou mesmo ideológica a classificação dos direitos (humanos ou fundamentais) em “gerações”, principalmente porque os direitos sociais, incluindo os direitos trabalhistas, estariam relegados à “segunda geração” numa condição de inferioridade em relação aos direitos civis e políticos (“primeira geração”), normalmente defendidos numa perspectiva neoliberal.

Além disso, não se pode olvidar da historicidade dos direitos humanos que foram ao longo do tempo conquistados pelos embates políticos, econômicos e sociais ocorridos em razão da própria evolução da humanidade. Nesse sentido, Norberto Bobbio¹¹⁷ dispõe:

¹¹⁶ Para maiores detalhes, consulte COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**, 3. reimpr., São Paulo: Saraiva, 2007.

¹¹⁷ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**, tradução de Carlos Nelson Coutinho, apresentação de Celso Lafer, nova ed., 5. reimpr., Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2004, p. 38.

[...] os direitos do homem constituem uma classe variável, como a história destes últimos séculos demonstra suficientemente. O elenco dos direitos do homem se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses, das classes no poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas, etc. Direitos que foram declarados absolutos no final do século XVIII, como a propriedade *sacre et inviolable*, foram submetidos a radicais limitações nas declarações contemporâneas; direitos que as declarações do século XVIII nem sequer mencionavam, como os direitos sociais, são agora proclamados com grande ostentação nas recentes declarações. Não é difícil prever que, no futuro, poderão emergir novas pretensões que no momento nem sequer podemos imaginar, como o direito de não portar armas contra a própria vontade, ou o direito de respeitar a vida também dos animais e não só dos homens. O que prova que não existem direitos fundamentais por natureza. O que parece fundamental numa época histórica e numa determinada civilização não é fundamental em outras épocas e em outras culturas.

Portanto, afasta-se o uso da terminologia “gerações” de direitos humanos porque carece de fundamento histórico e possui conotação nitidamente ideológica, principalmente ao considerar de “segunda geração” os direitos sociais, inclusive os trabalhistas, colocando-os numa categoria jurídica secundária em relação aos direitos civis e políticos e na condição de direitos “programáticos” não exigíveis de forma imediata dos Estados e também não podendo ser exercitados prontamente pelos indivíduos.

Assim, os direitos humanos e a consciência jurídica do mundo assemelham-se a “uma árvore ciclópica e milenária”¹¹⁸ que é plantada, germina, cresce, expande seus galhos e evolui ao longo do tempo e da própria evolução histórica, política e social do homem e da própria humanidade, porque “os direitos do homem, apesar de terem sido considerados naturais desde o início, não foram dados de uma vez por todas. [...] também não foram dados todos de uma vez e nem conjuntamente”¹¹⁹.

2.3 O TRABALHO DIGNO COMO DIREITO INERENTE À CONDIÇÃO HUMANA

Em 19 de junho de 1998, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) na Octogésima Sexta Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em

¹¹⁸ Termo utilizado em ALTAVILA, Jayme de. **Origem dos direitos dos povos**, 11. ed., São Paulo: Ícone, 2006, p. 09.

¹¹⁹ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**, op. cit., p. 229.

Genebra, aprovou a *Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho* reafirmando a obrigação universal dos Estados em respeitar, promover e tornar realidade os princípios e diretrizes previstos nas Convenções e Recomendações dessa organização internacional.

A OIT estabeleceu quatro áreas prioritárias de atuação para a concretização dos direitos humanos trabalhistas, a saber: liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; abolição efetiva do trabalho infantil e eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

Então, a partir de 1999, a OIT – fundamentada nestas áreas prioritárias, na Declaração dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho de 1998 e em seus instrumentos normativos - vem propondo a implementação do chamado **trabalho decente**, compreendido como um “*trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna*”¹²⁰.

Em 2008, na Nonagésima Sétima Reunião Anual da Conferência Internacional do Trabalho, a OIT adotou a *Declaração sobre Justiça Social para uma Globalização Equitativa* que “recomenda, dentre outras medidas, que os Estados-membros considerem o estabelecimento de indicadores ou estatísticas apropriadas, se necessário com a assistência técnica da OIT, para monitorar e avaliar o progresso feito em matéria de trabalho decente”¹²¹.

O trabalho decente defendido pela OIT, como valor necessário para uma existência humana digna, encontra-se baseado em quatro pilares estratégicos¹²²:

- a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação);
- b) promoção do emprego de qualidade;
- c) extensão da proteção social;
- d) diálogo social.

¹²⁰ OIT. **Agenda nacional de trabalho decente**, disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/agenda_nacional_trabalho_decente_536.pdf>, acesso em: 17 abr. 2014.

¹²¹ OIT. **Perfil do trabalho decente no Brasil**, prefácio, disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/perfil_do_trabalho_decente_301.pdf>, acesso em: 17 abr. 2014.

¹²² OIT. **Agenda nacional de trabalho decente**, op. cit., 2014.

A partir deste conceito de trabalho decente, a OIT vem realizando esforços, inclusive através de seus escritórios regionais (Brasil, Chile, Caribe etc.), para promover o acesso ao trabalho baseado na igualdade de oportunidades a todas as pessoas, nos direitos humanos trabalhistas, na proteção social e na promoção do diálogo social. Inclusive, estão surgindo organizações paralelas à própria OIT em prol da implementação do trabalho digno, com é o caso da Comunidade “*Decent Work for Youth*” que convoca os jovens do mundo todo a enfrentarem os desafios do “mercado de trabalho” em prol de seus direitos e melhores condições de labor¹²³:

¿Qué se entiende por trabajo decente?

Esta es una cuestión de gran importancia para todos los jóvenes trabajadores. El concepto de trabajo decente es muy a menudo subestimado. La realidad es que las condiciones de trabajo afectan tu forma de vida y tienen repercusiones directas sobre la vida y el futuro. El acceso a un trabajo decente es la mejor manera para que los jóvenes puedan alcanzar sus aspiraciones, mejorar sus condiciones de vida y participar activamente en la sociedad y en la estimulación de la economía. Definitivamente no se debe subestimar. Todo trabajador, joven o adulto, tiene derecho a un trabajo decente. Tomemos el tiempo para reflexionar sobre el trabajo decente. [...]

Portanto, está ocorrendo uma mobilização mais ampla em nível internacional que extrapola a esfera de atuação dos Estados e da própria Organização Internacional do Trabalho.

Acerca do trabalho decente proposto pela OIT, Carla Teresa Martins Romar¹²⁴ afirma:

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), todo homem tem direito a um trabalho, mas não a qualquer tipo de trabalho. Direito a um *trabalho decente*. Trata-se de tema essencial quando se trata da questão relativa ao respeito à dignidade humana do trabalhador.

Trabalho decente é aquele que resume as aspirações das pessoas durante sua vida de trabalho e, exatamente por isso, pode ser considerado como *trabalho digno*. Para a OIT, o trabalho decente pode ser sintetizado na oportunidade de ter um trabalho que seja produtivo e que seja desenvolvido em um local seguro e que preserve a saúde, que assegure uma

¹²³ **TRABAJO decente para los jóvenes (*Decent Work for Youth*)**, disponível em: <<http://www.decentwork4youth.org/jovenes.php?sec=decente>>, acesso em: 17 abr. 2014.

¹²⁴ ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do trabalho e dignidade da pessoa humana**, in: MIRANDA, Jorge e SILVA, Marco Antonio Marques da. (Coords.). **Tratado luso-brasileiro da dignidade humana**, São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 1288, grifo do autor.

remuneração digna e proteção social para a família do trabalhador, que dê maiores perspectivas de desenvolvimento pessoal e de integração à sociedade, que permita a livre expressão de opiniões e a participação nas decisões que afetem sua vida, que assegure igualdade de oportunidade e de tratamento para todos os homens e mulheres.

José Cláudio Monteiro de Brito Filho¹²⁵ também não faz distinção entre trabalho digno e trabalho decente:

Não há trabalho decente sem condições adequadas à preservação da vida e da saúde do trabalhador. Não há trabalho decente sem justas condições para o trabalho, principalmente no que toca às horas de trabalho e aos períodos de repouso. Não há trabalho decente sem justa remuneração pelo esforço despendido. Não há trabalho decente se o Estado não toma todas as medidas necessárias para a criação e para a manutenção dos postos de trabalho. Não há, por fim, trabalho decente se o trabalhador não está protegido dos riscos sociais, parte deles originada do próprio trabalho humano.

Trabalho decente, então, é um conjunto mínimo de direitos do trabalhador que corresponde: à existência de trabalho; à liberdade de trabalho; à igualdade no trabalho; ao trabalho com condições justas, incluindo a remuneração, e que preservem sua saúde e segurança; à proibição do trabalho infantil; à liberdade sindical; e à proteção contra os riscos sociais.

Negar o trabalho nessas condições, dessa feita, é negar os Direitos Humanos do Trabalhador, e, portanto, atuar em oposição aos princípios básicos que os regem, principalmente o maior deles, a dignidade da pessoa humana.

Porém, embora a OIT e muitos juristas não realizem quaisquer distinções entre ‘trabalho decente’ e ‘trabalho digno’, utilizando tais expressões como sinônimas, entende-se que elas não o são, pois estão ancorados em fundamentos jurídicos diversos, sendo o “trabalho digno” mais amplo (o gênero), incluindo o “trabalho decente” como espécie.

O trabalho não deve ser considerado como mera mercadoria e o trabalhador visto apenas como instrumento integrante do sistema capitalista de produção, embora esta seja a concepção dominante ancorada numa interpretação economicista da sociedade, sobretudo após a consolidação do capitalismo.

É imperioso que o valor do trabalho seja visto além dos aspectos puramente econômicos, seja visto à luz de uma matriz filosófica que o considera sob um prisma **ÉTICO**. Esta concepção é essencial para a compreensão da condição

¹²⁵ BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. **Trabalho decente**: análise jurídica da exploração, trabalho forçado e outras formas de trabalho indigno, São Paulo: LTr, 2004, p. 61-62, grifo nosso.

humana e o exercício do trabalho na contemporaneidade. Nesse sentido, adota-se o referencial filosófico de Felice Battaglia, apresentado na obra “**Filosofia do Trabalho**” de 1958, ao considerar que todo trabalho para ser ético deve estar em consonância com os limites impostos pela própria dignidade humana.

Segundo o jurista italiano Felice Battaglia, o trabalho é uma realidade poliédrica captada parcialmente pelas diferentes Ciências (Física, Biologia, Economia etc.), mas a Filosofia absorve todos esses aspectos e os unifica numa noção integral do trabalho humano¹²⁶:

[...] o conceito do trabalho como essência do homem, que é atividade, que em si atinge o objeto e o constitui. O ato de consciência e de criação que dá começo ao espírito, é já trabalho. Desdobra tudo no sentido de que não há existência e produção de bens, não há atividade voltada para o exterior, que não pressuponha aquele ato, já trabalho, enquanto atividade desdobrada. Portanto, o trabalho, em todas as manifestações, nos reporta ao espírito, que é atividade.

Battaglia prossegue na reflexão sobre a ética do trabalho enquanto critério essencial da vida humana¹²⁷:

Precisamente à ética do trabalho dedicaremos o presente estudo. Dada uma noção filosófica do trabalho, veremos como esta unifica os vários aspectos do trabalho segundo são definidos pelas outras disciplinas. Mas como todos eles encontram um limite insuperável na moral, os seus resultados se legitimam em função da norma ética, tornando-se inaceitáveis quando postas em contraste. É preciso repelir por isso uma prática de trabalho mecânica ou fisiologicamente comprovada se, como entende o pensamento ético, a moral se sente lesiva à dignidade humana; uma sistematização produtora ideada pela técnica, proclamada útil pela economia, se diminui certas exigências da liberdade, não deve de modo algum executar-se. A motivação moral é superior a toda outra motivação. O trabalho da mecânica, da física, da fisiologia, da técnica, da economia, deve ser sempre trabalho do homem que a moral aprove, pois importa ao homem, já que é fim do homem (não aquele trabalho mas o trabalho; aquele trabalho que é o trabalho do homem)”.¹²⁸

Battaglia conclui que todo trabalho, para ser ético, deve estar em consonância com os limites impostos pela própria dignidade humana¹²⁸ que, consoante já analisado, “corresponde à compreensão do ser humano na sua

¹²⁶ BATTAGLIA, Felice. **Filosofia do trabalho**, trad. Luís Washington Vita e Antônio D’Elia, Saraiva: São Paulo: 1958, p. 22-23.

¹²⁷ BATTAGLIA, Felice. **Filosofia do trabalho**, op. cit., p. 24.

¹²⁸ BATTAGLIA, Felice. **Filosofia do trabalho**, op. cit., p. 23.

integridade física e psíquica, como autodeterminação consciente, garantida moral e juridicamente”¹²⁹.

Segundo Gabriela Neves Delgado¹³⁰, “todo trabalho para ser ético, [deve] estabelecer limites impostos pela dignidade humana”, assim, o trabalho digno se revela como “um direito fundamental universal (do trabalhador) e como uma obrigatoriedade ou dever fundamental universal (do tomador de serviços). [...] É o valor da dignidade, portanto, essencial para o trabalho humano sob qualquer uma de suas formas e em qualquer processo histórico. Por meio de sua projeção é que o homem redimensiona-se enquanto ser humano pleno, apesar de entregue à inexorabilidade do tempo da vida”.

Portanto, com fundamento nas considerações ora expostas, entende-se que o **trabalho digno** está relacionado a uma concepção mais ética do trabalho e ancorado na ideia de dignidade humana do trabalhador, sendo compreendido sob dois aspectos:

a) o **intrínseco (subjeto)**: como atributo pessoal e psíquico inerente ao ser humano, por exemplo, a satisfação pessoal do trabalhador em realizar determinada atividade; a sensação de ser útil para a comunidade em que vive; ser merecedor de respeito e consideração por parte do Estado e dos particulares; ser realmente livre para escolher o seu trabalho etc.;

b) o **extrínseco (objeto)**: representando as condições materiais previstas nas normas em geral reguladoras do ato de trabalhar, tais como: remuneração adequada e justa, sem discriminação de qualquer natureza; limite máximo e mínimo de duração da jornada de trabalho (diária e semanal); normas de higiene e segurança relacionadas ao meio ambiente do trabalho e à proteção da maternidade; concessão de férias, repouso semanal e feriados remunerados; licenças médicas em geral; normas proibitivas do trabalho infantil e do trabalho escravo etc.

Por seu turno, o **trabalho decente** apregoado pela OIT estaria relacionado mais especificamente aos aspectos exteriores que retratariam as condições materiais do ato de trabalhar as quais são reguladas nas normas, logo, seria

¹²⁹ GARCIA, Maria. **Limites da ciência**: a dignidade da pessoa humana, a ética da responsabilidade, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 211.

¹³⁰ DELGADO, Gabriela Neves. **Direito fundamental ao trabalho digno**, São Paulo: LTr, 2006, p. 241-242.

*espécie do gênero trabalho digno*¹³¹. Por tais razões, adotou-se neste trabalho a concepção de trabalho digno ao invés de trabalho decente.

O trabalho digno inclui as condições materiais objetivas (extrínsecas) em que o trabalho é realizado **concomitantemente** com as condições subjetivas do trabalho (intrínsecas), pois ambas atendem ao princípio e valor da dignidade da pessoa humana, nos contornos já apresentados nesta tese, integrando a própria condição humana do trabalhador.

Como se compreende essa condição humana do trabalhador na contemporaneidade?

Utiliza-se como referencial teórico a obra “A Condição Humana” de Hannah Arendt, filósofa alemã, de origem judaica, nascida em 14 de outubro de 1906.

O pensamento arendtiano¹³² é indissociável da própria experiência pessoal da filósofa, enquanto judia alemã sem cidadania e sem direitos (apátrida), expulsa de seu país quando Hitler, chegando ao poder na Alemanha, implanta o nazismo como forma extremada de nacionalismo.

Hannah Arendt foi impulsionada pela necessidade de compreender o aniquilamento dos judeus nos campos de concentração, fato histórico sem

¹³¹ A OIT – Lisboa, em Portugal, utiliza a expressão “trabalho digno” ao invés de “trabalho decente” e assim o define: “o conceito de trabalho digno resume as aspirações do ser humano no domínio profissional e abrange vários elementos: oportunidades para realizar um trabalho produtivo com uma remuneração equitativa; segurança no local de trabalho e protecção social para as famílias; melhores perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração social; liberdade para expressar as suas preocupações; organização e participação nas decisões que afectam as suas vidas; e igualdade de oportunidades e de tratamento para todas as mulheres e homens. O trabalho digno deveria estar no centro das estratégias globais, nacionais e locais que visam o progresso económico e social. Desempenha um papel fundamental nos esforços de redução da pobreza e constitui um meio de alcançar um desenvolvimento equitativo, inclusivo e sustentável. A OIT procura promover o trabalho digno através das suas actividades no domínio do emprego, da protecção social, dos princípios e direitos fundamentais no trabalho e do diálogo social” (OIT, **Trabalho digno – a chave do progresso social**, disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_visita_guiada_o2_pt.htm>, acesso em: 01. Jun. 2014).

¹³² Jete Jane Fiorati divide o pensamento arendtiano em três fases, a saber: “[...] a primeira, que engloba o estudo dos fenômenos modernos do totalitarismo e do imperialismo, iniciada com a publicação de “As Origens do Totalitarismo”, em 1951, e completada com um estudo intitulado “Eichmann em Jerusalém: um Relato sobre a Banalidade do Mal”; a segunda, que enfatiza sua reflexão sobre o homem, da qual fazem parte “A Condição Humana”, publicada em 1958, e “The Life of the Mind”, publicada postumamente em 1978; e a terceira fase, que se inicia com a publicação de “Entre o Passado e o Futuro”, com edição completa em 1968, perpassa pelo estudo intitulado “Da Violência” e termina com a publicação de “Crises da República”, em 1972, em que a autora faz um retrospecto e uma reflexão sobre o pensamento político” (FIORATI, Jete Jane. Os direitos do homem e a condição humana no pensamento de Hannah Arendt, **Revista de Informação Legislativa**, a. 36, n. 142, p. 53-63, abr./jun. 1999, Brasília, p. 54).

precedentes na humanidade, abordando as contradições inerentes à era moderna¹³³, inclusive em relação à existência da dignidade humana.

“*A Condição Humana*” (1958) é obra de difícil compreensão, trazendo questões teóricas fundamentais do pensamento filosófico arendtiano, sendo, inicialmente, concebida como uma “continuação” de “*As Origens do Totalitarismo*” na qual se analisaria os elementos relacionados aos regimes totalitários, problematizando, ainda, acerca do conceito de “animal trabalhador” desenvolvido por Karl Marx.

Entretanto, Arendt alterou esse projeto inicial ao verificar que o conceito de trabalho utilizado por Karl Marx era unívoco e incompleto para compreender o que os homens fazem, pois não havia distinções entre as atividades realizadas pelo ser humano, resolvendo tratar dessa temática na “*Condição Humana*”.

Celso Lafer, quando foi aluno de Hannah Arendt, questionou-lhe acerca dessa alteração no projeto inicial da obra, então, ela lhe respondeu que “*The Human Condition* era uma tentativa de lidar com perplexidades, para ela não adequadamente elaboradas em *The Origins of Totalitarianism*”¹³⁴.

Dessa forma, Arendt alterou o projeto inicial, elaborando “*A Condição Humana*” como obra autônoma, sendo que no prólogo justificou as preocupações que a cercavam¹³⁵:

O que proponho nestas páginas que se seguem é uma reconsideração da condição humana à luz de nossas mais novas experiências e nossos temores mais recentes. É óbvio que isto requer reflexão; e a irreflexão – a imprudência temerária ou a irremediável confusão ou a repetição complacente de “verdade” que se tornam triviais e vazias – parece ser uma das principais características do nosso tempo. O que proponho, portanto, é

¹³³ Hannah Arendt justifica no prólogo da *Condição Humana* que “[...] a era moderna não coincide com o mundo moderno. Cientificamente, a era moderna começou no século XVII e terminou no limiar do século XX; politicamente, o mundo em que vivemos surgiu com as primeiras explosões atômicas. Não discuto este mundo moderno que constitui o fundo sobre o qual este livro foi escrito. Limite-me, de um lado, a uma análise daquelas capacidades humanas gerais decorrentes da condição humana, e que são permanentes, isto é, que não podem ser irremediavelmente perdidas enquanto não mude a própria condição humana. Por outro lado, a finalidade da análise histórica é pesquisar as origens da alienação no mundo moderno, o seu duplo vôo da Terra para o universo e do mundo para dentro do homem, a fim de que possamos chegar a uma compreensão da natureza da sociedade, tal como esta evoluíra e se apresentava no instante da sociedade em que foi suplantada pelo advento de uma era nova e desconhecida” (ARENDT, Hannah. **A condição humana**, 10. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 14).

¹³⁴ Celso Lafer, **A política e a condição humana**, in: ARENDT, Hannah. **A condição humana**, op. cit., p. 346.

¹³⁵ ARENDT, Hannah. **A condição humana**, op. cit., p. 13.

muito simples: trata-se apenas de refletir sobre o que estamos fazendo.

“O que estamos fazendo” é, na verdade, o tema central deste livro, que aborda somente as manifestações mais elementares da condição humana, aquelas atividades que tradicionalmente, e também segundo opinião corrente, estão ao alcance de todo ser humano. Por esta e outras razões, a mais alta e talvez a mais pura atividade de que os homens são capazes – a atividade de pensar – não se inclui nas atuais considerações. Sistemáticamente, portanto, o livro limita-se a uma discussão do labor, do trabalho e da ação, que constituem os três capítulos centrais. Historicamente, abordo a era moderna em um último capítulo e, no decorrer de todo o livro, as várias constelações dentro da hierarquia de atividades, tais como as conhecemos através da história do Ocidente.

Na “*Condição Humana*”, refletindo sobre o que os homens fazem na era moderna (a chamada *vita activa* em contraposição à *vita contemplativa*), Arendt definiu três atividades principais que correspondem às condições básicas da vida humana, ou seja, os pressupostos da condição humana: o labor (atividade do trabalho), o trabalho (obra ou fabricação) e a ação. De acordo com Hannah Arendt¹³⁶, “o mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas [...] tudo o que espontaneamente adentra o mundo humano, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana”.

O **labor** (trabalho) é a atividade inerente ao corpo humano no que tange à exigência de manter-se vivo. O labor é a condição de vida comum a homens e a animais sujeitos à necessidade de prover sua própria subsistência, assim o uso da denominação *animal laborans* para o homem enquanto ser que labora para prover a sua própria subsistência¹³⁷. Hannah Arendt¹³⁸ afirma que “o labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida”. Portanto, o labor é uma atividade associada ao processo natural da vida, é o próprio metabolismo do homem com a natureza.

¹³⁶ ARENDT, Hannah. **A condição humana**, op. cit., p. 17.

¹³⁷ De acordo com Hannah Arendt, o termo *animal laborans* é o mais adequado para representar aquele indivíduo que se dedica à atividade do labor, pois “[...] o emprego da palavra ‘animal’ no conceito de *animal laborans*, ao contrário, do outro uso, muito discutível, da mesma palavra na expressão *animal rationale*, é inteiramente justificado. O *animal laborans* é, realmente, apenas uma das espécies animais que vivem na terra – na melhor das hipóteses a mais desenvolvida” (ARENDT, Hannah. **A condição humana**, op. cit., p. 95).

¹³⁸ ARENDT, Hannah. **A condição humana**, op. cit., p. 15.

Por sua vez, o **trabalho** (obra) é a atividade correspondente à criação de coisas artificiais, diferentes do ambiente natural, correspondendo ao caráter não natural da existência humana. Ao homem, enquanto construtor do mundo, foi dado o nome de *homo faber*, ou seja, o *homo faber* é aquele que se dedica ao trabalho, enquanto atividade componente da *vita activa*, “usando a natureza como material da fabricação, produz o artefato humano – os objetos que, pela sua durabilidade, constroem o mundo como morada do homem: as obras de arte e os objetos de uso”¹³⁹.

No pensamento arendtiano, “o trabalho produz um mundo ‘artificial’ de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade”¹⁴⁰. Desse modo, o trabalho é a atividade associada às mãos pela produção de objetos que são destinados a ocupar um determinado lugar no mundo.

Finalmente, a **ação** é a única atividade que se dá diretamente entre os homens, sem mediação de qualquer objeto natural ou artificial e corresponde à condição humana da pluralidade, pois todos são seres humanos e racionais, mas cada um apresenta diferenças e variações individuais que devem ser respeitadas mediante um contínuo diálogo entre os homens. Assim, a pluralidade é **a** condição da ação humana¹⁴¹ pelo fato de que todas as pessoas são humanas, mas de tal modo que não são idênticas, pois ninguém é exatamente igual a outra pessoa que vive, viveu ou viverá.

A obra (atividade do *homo faber* de operar sobre os materiais) garantiria a durabilidade do mundo, em contraposição à atividade do *animal laborans* (o trabalho), que se mistura com os materiais. Porém, segundo Hannah Arendt, o *animal laborans*, por sua atividade e aspirações, não sabe como construir um mundo e nem cuidar bem do mundo criado pelo *homo faber*.

¹³⁹ WAGNER, Eugênia Sales. **Hannah Arendt e Karl Marx**: o mundo do trabalho, 2. ed., Cotia: Ateliê Editorial, 2002, p. 63.

¹⁴⁰ WAGNER, Eugênia Sales. **Hannah Arendt e Karl Marx**, op. cit., p. 63.

¹⁴¹ Hannah Arendt afirma que “todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda a vida política. Assim, o idioma dos romanos – talvez o povo mais político que conhecemos – empregava como sinônimas as expressões ‘viver’ e ‘estar entre os homens’ (*inter homines esse*), ou ‘morrer’ e ‘deixar de estar entre os homens’ (*inter homines esse desinere*). [...] A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDT, Hannah. **A condição humana**, op. cit., p. 15-16, grifo nosso).

Hannah Arendt verificou que a sociedade de consumo conferiu aos trabalhadores (a força de trabalho) o mesmo valor que atribuiu às máquinas e aos instrumentos de produção, esvaziando sistematicamente, no mundo do *animal laborans*, a dignidade da pessoa humana.

Portanto, o ser humano passou a ser tratado como mercadoria passível de descarte e substituição por algo equivalente, contrariando, inclusive, os imperativos categóricos kantianos¹⁴², transformando o homem em coisa ou mercadoria no mundo do *animal laborans*.

Outrossim, Hannah Arendt, na “*Condição Humana*”, criticou a concepção de trabalho formulada por Karl Marx, pois a entendeu **unívoca e incompleta** para compreender o que os homens fazem, pois não havia distinções entre *labor* e trabalho as quais, para ela, representariam diferentes atividades realizadas pelo ser humano¹⁴³:

A distinção que proponho entre labor e trabalho é inusitada. A evidência fenomenológica a favor desta distinção é demasiado marcante para que se ignore; e, no entanto, é historicamente verdadeiro que, à parte certas observações esporádicas – as quais por sinal nunca chegaram a ser desenvolvidas nas teorias de seus autores –, quase nada existe para corroborá-la na tradição pré-moderna do pensamento político ou no vasto corpo das modernas teorias do trabalho. [...]

A era moderna em geral e Karl Marx em particular, fascinados, por assim dizer, pela produtividade real e sem precedentes da humanidade ocidental, tendiam quase irresistivelmente a encarar todo o labor como trabalho e a falar do *animal laborans* em termos muito mais adequados ao *homo faber*, como a esperar que restasse apenas um passo para eliminar totalmente o labor e a necessidade.

Sem dúvida, a evolução histórica que tirou o labor de seu esconderijo e o guindou à esfera pública, onde pôde ser

¹⁴² Para o filósofo Immanuel Kant, o homem possui autonomia no seu agir, decorrente de sua racionalidade a qual, entretanto, deve ser limitada por comandos éticos: o imperativo categórico que se desdobra em três formulações básicas: “a) *Age como se a máxima da tua ação se devesse tornar, por tua vontade, em lei universal*; b) *Age de tal maneira que uses a humanidade tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio* e c) *Se há um imperativo categórico, ele só pode ordenar que tudo se faça em obediência à máxima de uma vontade que, simultaneamente, se possa ter a si mesma por objeto como legisladora universal, pois só então o princípio prático e o imperativo a que obedecem podem ser incondicionais, porque não tem interesse algum sobre o que se vinculem. A vontade racional, então, não obedece a uma instância estranha, mas somente a si mesma*”. Portanto, para Kant “tudo possui ou um preço ou uma dignidade. Aquilo que tem preço pode ser substituído por algo equivalente; por outro lado, o que se acha acima de todo preço e, portanto, não admite nada equivalente, encerra uma dignidade” (KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**, tradução de Leopoldo Holzbach, 1. reimpr., São Paulo: Martin Claret, 2008).

¹⁴³ ARENDT, Hannah. **A condição humana**, op. cit., p. 90 e p. 98-99, grifo do autor.

organizado e “dividido”¹⁴⁴, constitui poderoso argumento no desenvolvimento dessas teorias. Contudo, um fato ainda mais importante neste particular, já pressentido pelos economistas clássicos e claramente descoberto e expresso por Karl Marx, é que a própria atividade do trabalho (labor), independentemente de circunstâncias históricas e de sua localização na esfera privada ou na esfera pública, possui realmente uma “produtividade” própria, por mais fúteis ou pouco duráveis que sejam os seus produtos. Essa produtividade não reside em qualquer um dos produtos do labor, mas na “força” humana, cuja intensidade não se esgota depois que ela produz os meios de sua subsistência e sobrevivência, mas é capaz de produzir um “excedente”, isto é, mais que o necessário à sua “reprodução”. Uma vez que não é o próprio trabalho, mas o excedente da “força de trabalho” humana (*Arbeitskraft*), que explica a produtividade do trabalho, a introdução deste termo por Marx, como Engels observou corretamente, constitui o elemento mais original e mais revolucionário de todo o seu sistema. Ao contrário da produtividade do trabalho, que acrescenta novos objetos ao artifício humano, a produtividade do labor só ocasionalmente produz objetos; sua preocupação fundamental são os meios da própria reprodução; e, como a sua força não se extingue quando a própria reprodução já está assegurada, pode ser utilizada para a reprodução de mais de um processo vital, mas nunca “produz” outra coisa senão “vida”. [...]

Logo, o que Karl Marx denomina de “trabalho” é “labor” para Hannah Arendt, ou seja, é a atividade comum a homens e animais sujeitos à necessidade de prover sua própria subsistência, associada ao homem enquanto *animal laborans*. Por sua vez, somente o trabalho (obra), na concepção arendtiana, seria a atividade capaz de criar coisas artificiais, estando associado ao homem enquanto construtor do mundo (o *homo faber*).

Desse modo, na visão arenthiana, o valor do trabalho humano está associado ao *homo faber* enquanto ser que se dedica a uma atividade componente da *vita activa*, mas a sociedade de consumo, degradada pelo capitalismo, considera o homem apenas na condição de *animal laborans* o que difere do pensamento marxista.

Então, a Era Moderna é vista, no final da obra “A Condição Humana”, como o momento da vitória do *animal laborans* sobre o *homo faber*, uma vez que a atividade da fabricação é tragada pelo ritmo das máquinas nas linhas de produção e montagem e assimilada à atividade do trabalho. A vitória do *animal laborans* sobre o

¹⁴⁴ “EM SUA INTRODUÇÃO AO SEGUNDO LIVRO DE *A RIQUEZA DAS NAÇÕES*, ADAM SMITH DESTACA QUE A PRODUTIVIDADE SE DEVE À DIVISÃO DO TRABALHO, E NÃO AO PRÓPRIO TRABALHO” (nota da autora).

homo faber é o triunfo do consumo sobre o uso e do metabolismo sobre a durabilidade das coisas.

Apesar das divergências nos pensamentos de Hannah Arendt e Karl Marx, ambos criticaram as “leis de mercado” para a resolução dos problemas atinentes ao ser humano e a centralidade do trabalho no sistema capitalista de produção (sociedade de consumo para Arendt), como bem esclarece Eugênia Sales Wagner¹⁴⁵:

Ainda que o pensamento de Arendt e o pensamento de Marx apresentem aspectos conflitantes e muitas vezes inconciliáveis entre si, as perspectivas diferenciadas a partir das quais esses pensadores observam a sociedade moderna tendem a se completar em muitos casos. É que a incompatibilidade – aquela que realmente importa – encontra-se na própria realidade. Os problemas de acumulação de capital não coincidem com os problemas existenciais do homem moderno, para os quais Arendt chamou a atenção.

Esse último fato não deve ser tão óbvio quanto parece à primeira vista, sendo necessário, por isso mesmo, salientar que, ainda que Arendt e Marx houvessem observado a realidade a partir de perspectivas diferentes, nenhum dos dois jamais acreditou nas leis do mercado como solução para os problemas presentes na sociedade.

O problema moderno que vem abalando o mundo do trabalho é um problema político. Como Arendt alertou, as questões políticas não podem ser resolvidas teoricamente e nem por uma só pessoa: “estão sujeitas ao acordo de muitos”. Algumas questões, entre outras, no entanto, merecem ser consideradas quando a pauta dessa discussão for elaborada: a propriedade privada como um lugar no mundo; a preservação do labor como atividade que corresponde à condição humana da vida e o “avanço” tecnológico como indutor do desemprego. [...]

Na análise do trabalho humano, é imprescindível a realização de alguma referência ao pensamento de Karl Marx que buscou a compreensão do “valor trabalho” nas sociedades capitalistas¹⁴⁶, porém, nesta tese o referencial não é marxista, mas se escuda no pensamento arendtiano consubstanciando na “*Condição Humana*”.

Trata-se de referenciais distintos, o marxista e o arendtiano, mas ambos criticam a exploração do homem-trabalhador no capitalismo marcado por sociedades de consumo que banalizam as pessoas, reduzindo-as, sem quaisquer

¹⁴⁵ WAGNER, Eugênia Sales. **Hannah Arendt e Karl Marx: o mundo do trabalho**, 2. ed., Cotia: Ateliê Editorial, 2002, p. 203-204.

¹⁴⁶ Marx também analisou o trabalho nas sociedades pré-capitalistas, para maiores detalhes consulte MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

distinções, a meras cifras monetárias; vive-se numa sociedade de operários, como bem pontuou Arendt¹⁴⁷:

O último estágio de uma sociedade de operários, que é a sociedade de detentores de empregos, requer de seus membros um funcionamento puramente automático, como se a vida individual realmente houvesse sido afogada no processo vital da espécie, e a única decisão ativa exigida do indivíduo fosse deixar-se levar, por assim dizer, abandonar a sua individualidade, as dores e as penas de viver ainda sentidas individualmente, e aquiescer num tipo funcional de conduta entorpecida e ‘tranquilizada’.

Portanto, Hannah Arendt demonstra o esvaziamento sistemático da própria dignidade humana no mundo do *animal laborans*, pois “o homem movido pela necessidade não conhece outro valor, nem conhece outra necessidade, senão sua própria sobrevivência. Na sociedade de operários, somos todos equalizados pela necessidade e voltados para nós mesmos. Somos todos força de trabalho e, nesse sentido, um produto eminentemente fungível”¹⁴⁸.

É justamente devido ao processo de mitigação da dignidade humana que Hannah Arendt identificou a vitória do *animal laborans* sobre o *homo faber*, logo, a sociedade de consumo¹⁴⁹ conferiu aos trabalhadores o mesmo valor que atribuiu às máquinas e aos instrumentos de produção: o valor de “coisa fungível”.

Se houver a mitigação do princípio da dignidade humana, ter-se-á a relativização do próprio ser humano como, por exemplo, em favor do capital nas relações de trabalho quando há a diminuição de direitos para que se garanta o pleno emprego ou no caso de políticas públicas de trabalho que, embora desrespeitem a dignidade do trabalhador, seriam justificadas como medidas para a diminuição do desemprego, pois, no âmbito da atual sociedade de consumo, haverá argumentos utilitaristas justificadores dessa relativização em prol de interesses utilitaristas.

¹⁴⁷ ARENDT, Hannah. **A condição humana**, op. cit., p. 335.

¹⁴⁸ FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão, dominação, 5. ed., São Paulo: Atlas, 2007, p. 27.

¹⁴⁹ Segundo Tércio Sampaio Ferraz Júnior, na sociedade de consumo e do *animal laborans* próprio direito é visto como bem e instrumento de dominação de um homem sobre outro: “[...] com o advento da sociedade do *animal laborans*, ocorre radical reestruturação do direito, pois sua congruência interna deixa de assentar-se sobre a natureza, sobre o costume, sobre a razão, sobre a moral e passa reconhecidamente a basear-se na uniformidade da própria vida social, da vida social moderna, com sua imensa capacidade para a indiferença. Indiferença quanto ao que valia e passa a valer, isto é, aceita-se tranquilamente qualquer mudança. Indiferença quanto à valer, isto é, aceita-se tranquilamente a inconsistência e convive-se com ela. Indiferença quanto às divergências de opinião, isto é, aceita-se uma falsa ideia de tolerância, como maior de todas as virtudes. Este é afinal o mundo jurídico do homem que labora, para o qual o direito é apenas e tão-somente um bem de consumo” (FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**, op. cit., p. 28).

A dignidade da pessoa humana é inerente à própria condição humana e não poderá ser mitigada sob pena de o ser humano - embora único e insubstituível – ser tratado como mercadoria sujeita às trocas no sistema capitalista, condição que não encontra amparo na concepção contemporânea dos direitos humanos.

Nesse sentido, é necessário garantir às pessoas o **trabalho digno**, enquanto direito humano e fundamental, cuja concepção é permeada pela compreensão da dignidade e da condição humanas nas sociedades atuais.

O trabalho humano não pode ser tratado na condição de mercadoria ou insumo de produção como o capitalismo impõe, pois, em razão de suas características peculiares, deve ser considerado com critérios que extrapolam os aspectos puramente econômicos. O trabalho é um valor necessário para a existência digna do trabalhador, devendo ser protegido pelo direito, não na condição de mercadoria ou insumo de produção, mas como obrigação social imposta aos Estados, à comunidade e aos particulares.

Caso contrário, serão admitidas como lícitas e legítimas atividades que afrontam a dignidade humana do trabalhador, tais como: a prostituição que não é considerada “trabalho” e representa um “comércio” do próprio corpo e do prazer carnal ou mesmo formas de trabalho consideradas ilícitas pela Organização Internacional do Trabalho, dentre as quais se destacam: o trabalho escravo, o trabalho degradante, o trabalho forçado, o trabalho com discriminação, o trabalho infantil entre outras.

Portanto, o trabalho digno está relacionado à dignidade humana, incluindo as condições extrínsecas em que o trabalho é realizado, concomitantemente, com as condições intrínsecas, sendo integrante da própria condição humana sob a categoria de *homo faber* e não simplesmente de *animal laborans*.

Somente com a valorização do homem - enquanto ser que sobrevive, trabalha e interage com outros - e com o respeito de suas diferenças pelo Direito, pelos Estados e pela comunidade haverá a construção de um mundo com menos desigualdades e pobreza, ancorado na justiça social e na solidariedade.

2.4 O MERCOSUL E OS DIREITOS HUMANOS: CONCILIAÇÃO POSSÍVEL?

Após a Segunda Guerra Mundial, houve a formação de blocos econômicos de integração regional, destacando-se nesta tese, no âmbito da América Latina, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Anteriormente à sua constituição, já houve outras tentativas de formação de blocos econômicos latino-americanos, tais como: a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC)¹⁵⁰ e sua sucessora a Associação Latino-americana de Integração (ALADI)¹⁵¹.

Normalmente, os blocos econômicos de integração regional, como é o caso do MERCOSUL, objetivam o fortalecimento econômico e político regional dos Estados-membros com vistas à sua maior competitividade no comércio internacional. O termo “integração” implica noções como *interdependência*, *corresponsabilidade*, *complementaridade* e, principalmente, *solidariedade* entre os Estados participantes do bloco que buscam objetivos e metas que isoladamente não atingiriam.

A integração econômica regional, no entendimento de Bela Balassa¹⁵², é “um processo e uma situação. Encarada como processo implica medidas destinadas à abolição de discriminações entre unidades econômicas de diferentes Estados; como situação pode corresponder à ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais”.

Então, a integração regional implica na existência de cooperação entre os países integrantes, na criação de uma estrutura administrativa e institucional integrada por órgãos supranacionais (Parlamento, Banco, Cortes de Justiça etc.), a harmonização das legislações principalmente no âmbito comercial, civil e trabalhista conformando um Direito Comunitário¹⁵³, o estreitamento das relações econômicas no

¹⁵⁰ A ALALC foi criada, em 18/02/1960, mediante a assinatura do Tratado de Montevideu entre Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, obtendo, nos anos seguintes, a adesão de outros países latino-americanos e teve como meta a implantação de um mercado comum entre seus membros.

¹⁵¹ Em 12/08/1980, foi constituída a ALADI através do Tratado de Montevideu, possuindo como países integrantes Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, sendo, de certo modo, uma sucessora na ALALC, pois objetivava a instituição, em longo prazo, de um mercado comum latino-americano.

¹⁵² BALASSA, Bela. **Teoria da integração econômica**, 3. ed., trad. de Maria Filipa Gonçalves e Maria Elsa Ferreira, Livraria Clássica Editora: Lisboa, 1961, p. 12.

¹⁵³ Esse direito pressupõe um estágio bem avançado de integração entre os Estados, com delegação das soberanias nacionais para uma esfera político-jurídica supranacional. Segundo Maria Teresa de Cárcomo Lobo, “os tratados comunitários instituíram uma ordem jurídica própria, que se integra no sistema jurídico dos Estados-Membros e que se impõe aos órgãos jurisdicionais nacionais. [...] os princípios fundamentais do direito comunitário [são] [...] a autonomia do direito comunitário em relação aos direitos nacionais; o primado do direito comunitário sobre as normas nacionais; a inserção

plano internacional com o aprofundamento, em longo prazo, de estratégias de crescimento e desenvolvimento econômico, dentre outras medidas.

Atualmente, o MERCOSUL se encontra no grau de integração econômica de uma *União Aduaneira*¹⁵⁴ *imperfeita* que contempla uma Tarifa Externa Comum (TEC) que é frequentemente relativizada por várias exceções que se renovam periodicamente, em especial no caso de bens de capital e de tecnologia de informação. Além disso, a Argentina e o Brasil buscam resguardar mais seus interesses particulares no comércio regional e internacional ao invés da adoção de acordos comerciais em benefício da integração econômica mercosulista.

Outrossim, os processos de integração regional vêm se desenvolvendo no contexto crescente de mitigação das soberanias dos Estados nacionais em prol de acordos internacionais comuns para a implementação de políticas externas e internas mais condizentes com os interesses dos países integrantes desses blocos, extrapolando os aspectos puramente econômicos e comerciais como, por exemplo, é o caso do patamar atual da União Europeia e da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) criada sob uma perspectiva mais ampla de integração¹⁵⁵.

No caso do MERCOSUL, o momento histórico que marcou sua criação era bastante diverso, pois foi impulsionado pelo processo de redemocratização dos países latino-americanos que encerrou longo período de governos autoritários (ditaduras militares) e originou-se, em meio a esta conjuntura, de negociações ocorridas entre o Brasil e a Argentina durante a década de 1980.

do direito comunitário nos ordenamentos jurídicos nacionais” (LOBO, Maria Teresa de Cárcomo. **Manual de direito comunitário**, Curitiba: Juruá, 2007, p. 139).

¹⁵⁴ Conforme preceitua Bela Balassa, a União Econômica “[...] distingue-se de um mercado comum por associar a supressão de restrições aos movimentos de mercadorias e factores com um certo grau de harmonização das políticas econômicas nacionais, de forma a abolir as discriminações resultantes das disparidades existentes entre essas políticas”. Então, haveria o estabelecimento de políticas macroeconômicas coordenadas entre os países integrantes do bloco, juntamente com o estabelecimento de uma moeda comum, sendo consolidadas as instituições supranacionais e o Direito Comunitário. Porém, o MERCOSUL não chegou a atingir este grau na integração regional (BALASSA, Bela. **Teoria da integração econômica**, 3. ed., trad. de Maria Filipa Gonçalves e Maria Elsa Ferreira, Livraria Clássica Editora: Lisboa, 1961, p. 13).

¹⁵⁵ O Tratado Constitutivo da UNASUL foi aprovado na Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo ocorrida em Brasília, em 23 de maio de 2008, e dez países já o ratificaram (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), completando o número mínimo de ratificações necessárias para a entrada em vigor deste tratado em 11 de março de 2011. A UNASUL, diferentemente do MERCOSUL, é um bloco de integração regional que adota uma perspectiva mais ampla, buscando, inclusive, o intercâmbio de informações e experiência em matéria de defesa e segurança nacional, surgindo num contexto mundial marcado pela pluralidade e diversidade dos povos e Estados.

Além disso, convergiram em favor da criação do MERCOSUL, perspectivas de maior estabilidade econômica para a região, particularmente relacionadas ao controle das instabilidades macroeconômicas oriundas do processo inflacionário crônico (hiperinflação) e do endividamento interno e externo dos países latino-americanos que marcaram a década de 1980 como a “década perdida”.

Nesse sentido, em sua criação, o MERCOSUL assumiu a condição de aliança comercial com vistas a dinamizar a economia regional, tendo o desafio de sua conversão, em longo prazo, em mercado comum com a implantação da livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais, estando inserido no âmbito do “novo regionalismo” ou “regionalismo aberto” assim definido¹⁵⁶:

[...] denomina-se “regionalismo aberto” o processo que surge ao serem conciliados dois fenômenos [...]: a interdependência nascida de acordos especiais de caráter preferencial e a que é basicamente impulsionada pelos sinais do mercado, resultantes da liberalização comercial em geral. O que se busca com o regionalismo aberto é que as políticas explícitas de integração sejam compatíveis com as políticas tendentes a elevar a competitividade internacional, além de complementares a elas. O que diferencia o regionalismo aberto da abertura e da promoção indiscriminada das exportações é que ele inclui um ingrediente preferencial, refletido nos acordos de integração e reforçado pela proximidade geográfica e pela afinidade cultural dos países da região.

A consolidação desse regionalismo aberto poderia ser favorável para impulsionar a integração na América Latina, favorecendo os acordos regionais entre os países. À luz desse regionalismo aberto, a integração deveria ser conduzida não apenas pelos Estados, mas também pelos agentes privados responsáveis pelas relações produtivas e tecnológicas, havendo a complementação do processo integracionista através de estratégias empresariais com ações mais específicas na seara econômica. Em prol da criação do MERCOSUL, Márcio Bobik Braga¹⁵⁷ dispõe:

[...] haveria uma clara intenção em se estimular a expansão das atividades empresariais ao longo do bloco; ou seja, empresas antes vistas como estritamente nacionais passariam a expandir o seu campo de atuação para outros países da região. Esta ideia, entretanto, não estaria restrita apenas a empresas latino-americanas. A integração regional serviria como uma forma de

¹⁵⁶ CEPAL. **O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe**: a integração a serviço da transformação produtiva com equidade, in: Bielschowsky, Ricardo (Org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. COFECON/Record: Rio de Janeiro, 2000, p. 945.

¹⁵⁷ BRAGA, Márcio Bobik. Integração econômica na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, ano I, v. 1, n. 1, 2002, p. 20.

capturar investimentos externos de países fora do bloco, que tivessem como objetivo o mercado integrado (e não o de um país específico), aproveitando-se das estratégias das empresas transnacionais em expandir suas atividades, “em consonância com o seu maior grau de especialização internacional e regional”. (CEPAL, 1994, p. 945) Todas estas ideias parecem estar presentes no processo de criação do MERCOSUL. Conforme explicitado no “Tratado de Assunção”, na intenção de se criar um verdadeiro mercado comum, ter-se-ia a perspectiva acerca da “evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países” (Tratado de Assunção, 26/03/1991, parte introdutória). Por outro lado, estaria também explicitada no referido tratado a necessidade de se adotar acordos setoriais como forma de “otimizar a utilização e mobilidade de fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes” (artigo 5, item c).

Wagner Menezes¹⁵⁸ também apresenta as razões ensejadoras da criação do MERCOSUL:

Diferentemente das experiências anteriores que fracassaram, existia quando da criação do MERCOSUL um ambiente histórico propício para se buscar uma integração com propósitos mais firmes. Esta realidade foi fruto de uma ampla transformação política, econômica e comercial, que varreu o mundo no final da década de 80 e início da de 90, influenciando a América Latina. O fim da guerra fria, a democratização dos Estados e a abertura da economia, aliada a revolução tecnológica, exigiam que os Estados se inserissem e se adequassem àquela realidade mundial. Neste quadro vê-se que o projeto MERCOSUL não surgiu do nada ou de uma mera jogada de *marketing* político dos presidentes dos quatro países. A criação do MERCOSUL foi fruto e consequência de uma ampla agenda de negociação diplomática e governamental, iniciada por Brasil e Argentina, e representou um passo adiante nas tentativas de unir os países da região em um único propósito.

Ao longo da década de 1980, a Argentina e o Brasil foram estabelecendo relações internacionais mais pautadas na cooperação o que permitiu, em 1985, a assinatura da Declaração de Iguazu. Em 1988, foi assinado o Tratado Bilateral de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, prevendo a formação de um espaço econômico comum entre ambos os países e, em 1990, foi assinada a “Ata de Buenos Aires”, dispondo acerca da constituição de um Mercado Comum.

Finalmente, em 26 de março de 1991, o Paraguai e o Uruguai se associaram ao Brasil e à Argentina e manifestaram seu interesse em participar do

¹⁵⁸ MENEZES, Wagner. **Direito internacional na América Latina**, Curitiba: Juruá, 2009, p. 167.

grupo, assinando o Tratado de Assunção que se constituiu no marco jurídico-institucional na criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

O MERCOSUL não é um processo “descolado” dos objetivos integracionistas mais amplos que envolvem a América Latina porque foi criado sob o marco jurídico da Associação Latino-americana de Integração (ALADI)¹⁵⁹, sendo o Tratado de Assunção um caso de acordo de alcance parcial: o Acordo de Complementação Econômica (ACE) nº 18. No âmbito da ALADI, há acordos regionais que são conformados pela totalidade dos países membros e acordos de alcance parcial firmados entre alguns países membros ou entre membros e não membros.

Em 04 de julho de 2006, a República Bolivariana da Venezuela assinou o Protocolo de Adesão ao MERCOSUL e, somente em 30 de julho de 2012, na X Reunião Extraordinária da Cúpula ocorrida no Brasil, a decisão nº 27/2012 estabeleceu que, a partir de 12 de agosto de 2012, o Estado venezuelano adquiriria a condição de Estado-parte, assumindo direitos e obrigações no bloco.

A entrada da Venezuela no MERCOSUL dependia apenas da aprovação do Congresso paraguaio e, com a suspensão do Paraguai do bloco, em junho de 2012, como retaliação à ruptura da ordem democrática¹⁶⁰ com o *impeachment* “relâmpago” imposto ao ex-Presidente Fernando Lugo - bastante questionado pelos outros Estados-membros do bloco, pelos Estados-membros da

¹⁵⁹ No estudo das economias latino-americanas no século XX e das propostas para alavancar o desenvolvimento econômico regional, ganhou evidência a tese do economista Raúl Prebisch sobre a deterioração dos termos de troca - em oposição à teoria ricardiana das vantagens comparativas no comércio internacional - e também as formulações de Celso Furtado que buscaram explicar o subdesenvolvimento da América Latina a partir de seu contexto histórico específico. As formulações teóricas de Prebisch e Furtado se inseriram no âmbito dos estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). O pensamento cepalino analisou o subdesenvolvimento dos países latino-americanos a partir da ideia do estabelecimento de relações entre países centrais e periféricos no comércio mundial. Este pensamento se alicerçava nas seguintes diretrizes analíticas: enfoque histórico-estruturalista baseado na ideia de relação centro-periferia; análise da inserção internacional, principalmente no comércio, da América Latina; análise das condicionantes estruturais internas de cada país e do estudo das necessidades e possibilidades da ação estatal para superar o subdesenvolvimento. As concepções histórico-estruturalistas da CEPAL se constituíram num arcabouço analítico específico, aplicável às condições históricas próprias da periferia latino-americana, contribuindo para as propostas de desenvolvimento e integração regional na América Latina. Para maiores detalhes, consulte BETHELL, Leslie (Org.). **A América Latina após 1930**, volume 6, São Paulo: EDUSP, 2009; BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, v. 1 e v. 2, Rio de Janeiro: COFECON/Record, 2000; ROUQUIÉ, Alain. **O extremo ocidente**: introdução à América Latina, São Paulo: EDUSP, 1991 e SADER, Emir (Org.). **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini, Petrópolis: Vozes, 2000.

¹⁶⁰ A suspensão do Paraguai do MERCOSUL fundamentou-se nos artigos 4º a 6º do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático (1998).

UNASUL e mesmo no âmbito da comunidade internacional -, houve a oportunidade da incorporação venezuelana¹⁶¹.

Apenas em julho de 2013, houve a revogação da suspensão do Paraguai do bloco em razão da posse do Presidente eleito Horacio Cartes. Entretanto, o retorno do Paraguai não está sendo tão tranquilo porque o país contesta as características jurídicas do ingresso da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL e sua Presidência Pró-tempore no bloco, assumida pelo Presidente venezuelano Nicolás Maduro sucessor de Hugo Chávez Frías (1954-2013), indicando dificuldades futuras para o processo de integração mercosulista.

Em 07 de dezembro de 2012, o Estado Plurinacional da Bolívia assinou o Protocolo de Adesão ao MERCOSUL, juntamente com os Estados-membros do bloco, estando em curso o processo para adquirir a condição de Estado-parte. Além disso, o Chile, a Colômbia, o Equador, o Peru, a Guiana e o Suriname estão, no momento, na condição de Estados associados ao MERCOSUL¹⁶².

Os Estados-partes do MERCOSUL também firmaram outros pactos internacionais, além do Tratado de Assunção, para o aprofundamento das relações no bloco, destacando-se: o Protocolo de Ouro Preto (1994) que dispôs sobre a estrutura institucional do bloco, conferindo-lhe personalidade jurídica de Direito Público Internacional¹⁶³; o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile (1998), reforçando a proposta do “MERCOSUL Democrático” com a integração econômica; o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no bloco (2002) substituiu o Protocolo de Brasília (1991) e criou o Tribunal Permanente de Revisão (TPR) para julgar, em nível recursal e por meio da

¹⁶¹ A respeito do *impeachment* de Fernando Lugo, Fabio Luis Barbosa dos Santos afirma: “embora a deposição de Lugo tenha sido viabilizada por uma convergência de interesses variados, a articulação imediata do golpe é atribuída a dois personagens: Aldo Zucolillo e Horacio Cartes. O primeiro é um influente empresário que tem, entre outros negócios, sociedade com a Cargill no país e é dono do principal diário nacional, o ABC Color. Ainda, Zucolillo é reputado como um lobista de alto nível das multinacionais que atuam no Paraguai em geral, e do governo dos Estados Unidos em particular. Já Horacio Cartes é considerado por seus pares como um dos empresários mais bem-sucedidos do país, enquanto seus opositores descrevem-no como um dos mafiosos mais poderosos do cone sul. Seus negócios envolvem o setor financeiro, bebidas, cigarro, fazendas e até um time de futebol. Cartes pretende ser o próximo presidente do Paraguai pela *Asociación Nacional Republicana*, denominação oficial do Partido Colorado” (SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. A deposição de Lugo e os limites da democracia na América Latina, **Cadernos PROLAM/USP**, a. 12, n. 22, São Paulo: LTr, 2013, p. 33).

¹⁶² Informação atualizada até 30 de julho de 2014, disponível em: <<http://www.mercosur.int/>>, acesso em: 30 jul. 2014.

¹⁶³ O Protocolo de Ouro Preto prevê que o MERCOSUL terá personalidade jurídica de Direito Internacional (artigo 34), poderá, no uso de suas atribuições, praticar todos os atos necessários à realização de seus objetivos, em especial contratar, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, comparecer em juízo, conservar fundos e fazer transferências (artigo 35) e celebrará acordos de sede (artigo 36).

arbitragem, as decisões proferidas pelos tribunais *ad hoc* em primeira instância, analisando, especialmente, controvérsias de cunho comercial entre os Estados-partes e atuando, ainda, com função consultiva; finalmente, o Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL (2005) previu a consolidação da integração latino-americana e a promoção da solidariedade e da cooperação regional e internacional.

Somente com o Protocolo de Ouro Preto, em 1994, houve o estabelecimento da estrutura institucional do MERCOSUL, pois o Tratado de Assunção (1991) foi silente neste aspecto. Segundo o Protocolo de Ouro Preto no artigo 1º, o bloco mercosulista possuiria os seguintes órgãos: Conselho do Mercado Comum (CMC), Grupo Mercado Comum (GMC), Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) substituída em 2005 pelo Parlamento do MERCOSUL, Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) e Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM), podendo ser criados órgãos auxiliares necessários à consecução dos objetivos do processo de integração.

O Conselho do Mercado Comum (CMC) é órgão superior e de decisão do bloco que tem como objetivos a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento das metas estabelecidas pelo Tratado de Assunção, no intuito de possibilitar a constituição final do mercado comum (artigo 3º). Este órgão é integrado pelos Ministros das Relações Exteriores e pelos Ministros da Economia dos Estados-partes (artigo 4º).

O artigo 8º do Protocolo de Ouro Preto estabelece outras funções e atribuições ao Conselho do Mercado Comum:

- a) velar pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos firmados em seu âmbito;
- b) formular políticas e promover as ações necessárias à conformação do mercado comum;
- c) exercer a titularidade da personalidade jurídica do MERCOSUL;
- d) negociar e assinar acordos em nome do MERCOSUL com terceiros países, grupos de países e organizações internacionais. Estas funções poderão ser delegadas ao Grupo Mercado Comum por mandato expresse (inciso VII do artigo 14);
- e) manifestar-se sobre as propostas que lhe sejam elevadas pelo Grupo Mercado Comum;

- f) criar reuniões de ministros e pronunciar-se sobre os acordos que lhe sejam remetidos pelas mesmas;
- g) criar os órgãos que estime pertinentes, assim como modificá-los ou extingui-los;
- h) esclarecer, quando necessário, o conteúdo e o alcance de suas Decisões;
- i) designar o Diretor da Secretaria Administrativa do MERCOSUL;
- j) adotar Decisões em matéria financeira e orçamentária;
- l) homologar o Regimento Interno do Grupo Mercado Comum.

As “Decisões” (ato normativo) do Conselho do Mercado Comum serão obrigatórias para os Estados-partes desde que sejam incorporadas ao seu ordenamento jurídico interno através dos procedimentos previstos em suas Constituições (artigo 9º).

O **Grupo Mercado Comum (GMC)** é o órgão executivo do MERCOSUL, ou seja, tem como objetivo primordial fazer cumprir as decisões do Conselho do Mercado Comum; é integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos de cada país designados pelos respectivos Governos, dentre os quais devem constar necessariamente, representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Ministérios da Economia e dos Bancos Centrais (artigo 11).

Ao elaborar e propor medidas concretas no desenvolvimento de seus trabalhos, o Grupo Mercado Comum poderá convocar, quando julgar conveniente, representantes de outros órgãos da Administração Pública ou da estrutura institucional do MERCOSUL (artigo 12).

São funções e atribuições do Grupo Mercado Comum, consoante previsão do artigo 14 do Protocolo de Ouro Preto:

- a) velar, nos limites de suas competências, pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos firmados em seu âmbito;
- b) propor projetos de Decisão ao Conselho do Mercado Comum;
- c) tomar as medidas necessárias ao cumprimento das Decisões adotadas pelo Conselho do Mercado Comum;

- d) fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do mercado comum;
- e) criar, modificar ou extinguir órgãos, tais como: subgrupos de trabalho e reuniões especializadas, para o cumprimento de seus objetivos;
- f) manifestar-se sobre as propostas ou recomendações que lhe forem submetidas pelos demais órgãos do MERCOSUL no âmbito de suas competências;
- g) negociar, com a participação de representantes de todos os Estados-partes, por delegação expressa do Conselho do Mercado Comum e dentro dos limites estabelecidos em mandatos específicos concedidos para esse fim, acordos em nome do MERCOSUL com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais. O Grupo Mercado Comum, quando dispuser de mandato para tal fim, procederá à assinatura dos mencionados acordos e, quando autorizado pelo Conselho do Mercado Comum, poderá delegar os referidos poderes à Comissão de Comércio do MERCOSUL;
- h) aprovar o orçamento e a prestação de contas anual apresentada pela Secretaria Administrativa do MERCOSUL;
- i) adotar Resoluções em matéria financeira e orçamentária com base nas orientações emanadas do Conselho do Mercado Comum;
- j) submeter ao Conselho do Mercado Comum seu Regimento Interno;
- l) organizar as reuniões do Conselho do Mercado Comum e preparar os relatórios e estudos que este lhe solicitar;
- m) eleger o Diretor da Secretaria Administrativa do MERCOSUL;
- n) supervisionar as atividades da Secretaria Administrativa do MERCOSUL ;
- o) homologar os Regimentos Internos da Comissão de Comércio e do Foro Consultivo Econômico-Social.

O Grupo Mercado Comum é auxiliado por dezessete Subgrupos de Trabalho (SGT), de diferentes áreas, compostos por pessoas relacionadas com a estrutura ministerial dos Estados-partes, no intuito de formular projetos e ações nas

áreas de sua competência para a implementação no bloco. Atualmente, os subgrupos de trabalho são: SGT nº 1: Comunicações; SGT nº 2: Aspectos Institucionais; SGT nº 3: Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade; SGT nº 4: Assuntos Financeiros; SGT nº 5: Transporte; SGT nº 6: Meio Ambiente; SGT nº 7: Indústria; SGT nº 8: Agricultura; SGT nº 9: Energia; **SGT nº 10: Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social**; SGT nº 11: Saúde; SGT nº 12: Investimentos; SGT nº 13: Comércio Eletrônico; SGT nº 14: Integração Produtiva; SGT nº 15: Mineração e Geologia; SGT nº 16: Contratações Públicas e SGT nº 17: Serviços.

Além destes Subgrupos de Trabalho, o Grupo Mercado Comum possui também Grupos *Ad Hoc* para questões setoriais específicas (setor açucareiro, bens de capital e bens de informática e telecomunicações, biocombustíveis, superação de assimetrias etc.) e Reuniões Especializadas em diversas outras áreas (agricultura familiar, comunicação social, cooperativas, juventude, mulher, turismo, etc.).

As “Resoluções” (ato normativo) do Grupo Mercado Comum também serão obrigatórias para os Estados-partes desde que incorporadas ao seu ordenamento jurídico interno através dos procedimentos previstos em suas Constituições (artigo 15).

A **Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM)** é órgão encarregado de assistir o Grupo Mercado Comum e lhe compete velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados-partes para o funcionamento da união aduaneira, bem como acompanhar e revisar os temas e matérias relacionados com as políticas comerciais comuns, com o comércio *intra* bloco e com terceiros países (artigo 16).

São funções e atribuições da Comissão de Comércio do MERCOSUL, consoante previsão do artigo 19 do Protocolo de Ouro Preto:

- a) velar pela aplicação dos instrumentos comuns de política comercial intra-Mercosul e com terceiros países, organismos internacionais e acordos de comércio;
- b) considerar e pronunciar-se sobre as solicitações apresentadas pelos Estados Partes com respeito à aplicação e ao cumprimento da tarifa externa comum e dos demais instrumentos de política comercial comum;

- c) acompanhar a aplicação dos instrumentos de política comercial comum nos Estados-partes;
- d) analisar a evolução dos instrumentos de política comercial comum para o funcionamento da união aduaneira e formular Propostas a respeito ao Grupo Mercado Comum;
- e) tomar as decisões vinculadas à administração e à aplicação da tarifa externa comum e dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados-partes;
- f) informar ao Grupo Mercado Comum sobre a evolução e a aplicação dos instrumentos de política comercial comum, sobre o trâmite das solicitações recebidas e sobre as decisões adotadas a respeito delas;
- g) propor ao Grupo Mercado Comum novas normas ou modificações às normas existentes referentes à matéria comercial e aduaneira do MERCOSUL;
- h) propor a revisão das alíquotas tarifárias de itens específicos da tarifa externa comum, inclusive para contemplar casos referentes a novas atividades produtivas no âmbito do MERCOSUL;
- i) estabelecer os comitês técnicos necessários ao adequado cumprimento de suas funções, bem como dirigir e supervisionar as atividades dos mesmos;
- j) desempenhar as tarefas vinculadas à política comercial comum que lhe solicite o Grupo Mercado Comum;
- h) adotar o Regimento Interno que submeterá ao Grupo Mercado Comum para sua homologação.

A Comissão de Comércio do MERCOSUL possui oito Comitês Técnicos (CT) que atuam em áreas diversas, a saber: CT nº 1: Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias; CT nº 2: Assuntos Aduaneiros; CT nº 3: Normas e Disciplinas Comerciais; CT nº 4: Políticas Públicas que Distorcem a Competitividade; CT nº 5: Defesa da Concorrência; CT nº 6: Estatísticas de Comércio Exterior; CT nº 7: Defesa do Consumidor e CT nº 8: Defesa Comercial e Salvaguardas.

Por fim, a Comissão de Comércio do MERCOSUL manifestar-se-á mediante “Diretrizes” (ato normativo) que serão obrigatórias para os Estados-partes

desde que incorporadas ao seu direito interno, consoante procedimento constitucionalmente previsto (artigo 20).

O **Foro Consultivo Econômico-Social (FCES)** é o órgão de representação dos setores econômicos e sociais e será integrado por igual número de representantes dos Estados-membros. Ele terá função consultiva e manifestar-se-á mediante “Recomendações” ao Grupo Mercado Comum (artigos 28 e 29) as quais não possuem caráter vinculante.

A **Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM)** é um órgão de apoio operacional responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos do bloco, tendo sede permanente na cidade de Montevideu no Uruguai (artigo 31).

Conforme previsto no artigo 32 do Protocolo de Ouro Preto, a SAM desempenhará as seguintes atividades:

- a) servir como arquivo oficial da documentação do MERCOSUL;
- b) realizar a publicação e a difusão das decisões adotadas no âmbito do MERCOSUL. Nesse contexto, será responsável por: i) realizar, em coordenação com os Estados-partes, as traduções autênticas para os idiomas espanhol e português de todas as decisões adotadas pelos órgãos da estrutura institucional do bloco (artigo 39) e ii) editar o Boletim Oficial do MERCOSUL;
- c) organizar os aspectos logísticos das reuniões do Conselho do Mercado Comum, do Grupo Mercado Comum e da Comissão de Comércio do MERCOSUL e, dentro de suas possibilidades, dos demais órgãos do bloco, quando as mesmas forem realizadas em sua sede permanente. No que se refere às reuniões realizadas fora de sua sede permanente, a Secretaria Administrativa fornecerá apoio ao Estado que sediar o evento;
- d) informar regularmente os Estados-partes sobre as medidas implementadas por cada país para incorporar em seu ordenamento jurídico as normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL;
- e) registrar as listas nacionais dos árbitros e especialistas;

- f) desempenhar as tarefas que lhe sejam solicitadas pelo Conselho do Mercado Comum, pelo Grupo Mercado Comum e pela Comissão do Comércio do MERCOSUL;
- g) elaborar seu projeto de orçamento e, uma vez aprovado pelo Grupo Mercado Comum, praticar todos os atos necessários à sua correta execução;
- h) apresentar anualmente ao Grupo Mercado Comum a sua prestação de contas, bem como relatório sobre suas atividades.

Assim, a Secretaria Administrativa do MERCOSUL é um órgão de cunho meramente operacional, não possuindo poderes decisórios no âmbito da estrutura organizacional do bloco, sendo, talvez, um desafio a ser concretizado no futuro com vistas ao estreitamento dos laços no processo integracionista do bloco.

O **Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL)** foi criado, em 2005, para substituir a Comissão Parlamentar Conjunta, sendo solenemente constituído em 14 de dezembro de 2006, em Brasília e, em 07 de maio de 2007, foi realizada a sessão de sua instalação em Montevideu, no Uruguai, onde está sediado.

Segundo o artigo 2º do seu Protocolo Constitutivo, o PARLASUL possui os seguintes propósitos:

- a) representar os povos do MERCOSUL, respeitando sua pluralidade ideológica e política;
- b) assumir a promoção e defesa permanente da democracia, da liberdade e da paz;
- c) promover o desenvolvimento sustentável da região com justiça social e respeito à diversidade cultural de suas populações;
- d) garantir a participação dos atores da sociedade civil no processo de integração;
- e) estimular a formação de uma consciência coletiva de valores cidadãos e comunitários para a integração;
- f) contribuir para consolidar a integração latino-americana mediante o aprofundamento e ampliação do bloco;
- g) promover a solidariedade e a cooperação regional e internacional.

O PARLASUL se propõe a ser um órgão de representação dos povos, independente e autônomo, porém, até o momento, encontra-se desprovido de plena capacidade para a elaboração de normas (função legislativa) e também para fiscalizar a atuação dos demais órgãos integrantes da estrutura institucional do bloco.

Com a criação do PARLASUL, os Estados-partes sinalizaram que o processo de integração regional mercosulista estaria ganhando “novo fôlego”, embora seja imperioso oferecer meios mais efetivos para a participação popular e da sociedade civil neste processo no intuito de se garantir maior legitimidade às propostas e decisões tomadas no MERCOSUL.

Em dezembro de 2010, o PARLASUL aprovou um projeto de lei para a criação de uma Corte de Justiça no MERCOSUL como órgão judicial com jurisdição própria e independente com organização e competências para garantir a aplicação e a interpretação uniforme das normas no bloco. Porém, há muitas questões a serem discutidas e avaliadas antes de se constituir uma Corte de Justiça no MERCOSUL porque existem significativos entraves jurídicos e políticos - ausência de um Direito Comunitário, prevalência de um sistema intergovernamental de tomada de decisões etc. – que dificultam os avanços institucionais e o aprofundamento da integração.

A estrutura institucional do MERCOSUL é integrada, ainda, pelo Tribunal Permanente de Revisão (TPR), instituído pelo Protocolo de Olivos (2002), e pelo Tribunal Administrativo-laboral (TAL) e a estrutura operacional, pela Reunião de Ministros em diferentes áreas, pelo Fórum de Consulta e Concertação Política (FCCP), pela Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL (CCMAS), pelo Instituto Social do MERCOSUL (ISM), dentre outros¹⁶⁴.

Então, o MERCOSUL assumiu, em sua origem, uma feição mais comercial com o desafio de sua conversão em mercado comum no longo prazo. Este é o sentido expresso no artigo 1º do Tratado de Assunção (1991) que previu, dentre outros propósitos, que o MERCOSUL seria um mercado comum baseado na livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos através da eliminação dos direitos alfandegários e das restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente e baseado, também, na coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal,

¹⁶⁴ Para maiores detalhes, consulte o **Organograma do MERCOSUL**, disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/organograma>>, acesso em: 11 jun. 2014.

monetária, cambial e de capitais, dentre outras -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados-partes.

Frisa-se que na circulação de pessoas estão incluídos **consumidores e trabalhadores** que possuem direitos a serem protegidos através de normas comuns – um direito comum - entre os Estados-partes, *o que ainda não há*, ou mesmo da harmonização das legislações já existentes, além do resguardo dos direitos destas pessoas por um tribunal supranacional também ausente no bloco mercosulista.

O direito originário do MERCOSUL¹⁶⁵ – constituído pelo Tratado de Assunção, Protocolo de Ouro Preto e o Protocolo de Olivos, contendo a *norma fundamental dessa ordem jurídica*¹⁶⁶ - não faz qualquer menção ao consumidor e à solução de controvérsias na seara consumerista.

No momento da assinatura do Tratado de Assunção, apenas o Brasil possuía uma avançada lei na proteção dos direitos dos consumidores: a Lei nº 8.078/90, conhecida como Código de Proteção e Defesa do Consumidor (um microsistema jurídico de normas de ordem pública, caráter cogente e interesse social para a proteção do consumidor¹⁶⁷), plenamente vigente, enquanto Argentina, Paraguai e Uruguai nada possuíam nesta área, pois suas leis somente seriam aprovadas posteriormente: a Lei nº 24.240 argentina em 1993, a Lei nº 1.334 paraguaia em 1998 e a Lei nº 17.250 uruguaia em 2000.

Acerca da tutela dos direitos dos consumidores no MERCOSUL, André de Carvalho Ramos¹⁶⁸ assevera:

[...] a circulação das mercadorias e serviços é influenciada sobremaneira pelas normas de defesa do consumidor, uma vez que distintos graus de proteção ao consumidor podem gerar

¹⁶⁵ O artigo 41 do Protocolo de Ouro Preto dispõe que as “*Fontes Jurídicas do MERCOSUL*” são: I. O Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares; II. Os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos e III. As Decisões do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL, adotadas desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção.

¹⁶⁶ Termo utilizado por VENTURA, Deisy. **As assimetrias entre o MERCOSUL e a União Europeia**: os desafios de uma associação inter-regional, Barueri: Manole, 2003, p. 136, nota de rodapé nº 5.

¹⁶⁷ A expressão microsistema foi criada pelo jurista italiano Natalino Irti para designar leis que não se limitam a certas matérias, mas possuem regras de direito civil, administrativo, processual, penal, das sanções administrativas etc. Para maiores detalhes, consulte BATISTI, Leonir. **Direito do consumidor para o MERCOSUL**: enfoque jurídico e econômico dos blocos de integração, 2. ed. rev. e atual., Curitiba: Juruá, 2001.

¹⁶⁸ RAMOS, André de Carvalho. **Direitos humanos na integração econômica**: análise comparativa da proteção de direitos humanos e conflitos jurisdicionais na União Europeia e MERCOSUL, Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 321-323.

difficultades na venda de mercadorias de um país para o outro. Parece óbvio que, se países de um Mercado Comum não possuírem regras equivalentes sobre qualidade, informação, segurança dos produtos, bem como sobre a responsabilidade dos fornecedores, alguns produtores de um país não conseguirão comercializar seus produtos em outro. [...]

Por outro lado, a harmonização das regras consumeristas no bloco é a única saída possível, uma vez que não é possível afastar a aplicação das normas brasileiras sob a pretensa alegação de serem barreiras não-tarifárias. É que o próprio artigo 2º do Anexo I do Tratado de Assunção, em conjunto com o disposto no artigo 50 do Tratado da ALADI, dispõem que as restrições ao comércio recíproco que se destinem à proteção da vida e saúde das pessoas, são limitações legítimas, ou seja, não podem ser consideradas barreiras não-tarifárias.

De modo semelhante, Leonir Batisti dispõe¹⁶⁹:

Ora, se se busca a livre circulação de bens, há que existirem condições homogêneas para que não se frustre a própria ideia do Mercado Comum. [...] o desenrolar do processo de integração manda que se resguarde a capacidade de competição entre os segmentos econômicos independentemente dos países de origem. Um Regulamento Comum sobre Defesa do Consumidor atua no sentido de manter essa igualdade para a competição, sem o que não se poderá falar em Mercado Comum. Necessário que regras homogêneas quanto à garantia, quanto aos riscos, quanto à publicidade, etc., mantenham a igualdade entre os produtores (fornecedores, competidores), dos vários Estados- Partes. [...] Em se logrando caminhar efetivamente no sentido de uma Comunidade, tornar-se-á relevante definir critérios de validade de ofertas, critérios de publicidade, validade de cláusulas contratuais, alcance de sanções etc. O que se tem em conta é que um Mercado Comum permite acesso facilitado dos consumidores de um Estado-Parte ao fornecedor de outro Estado-Parte, e isso requer uma proteção eficaz e prática ao primeiro.

No caso dos trabalhadores, a situação no âmbito do MERCOSUL não é diferente daquela dos “consumidores”, pois o direito originário do bloco não menciona nenhum direito humano trabalhista, não havendo nenhum Regulamento ou Normativa Comuns sobre os direitos trabalhistas e os mecanismos para sua implementação no bloco ou acerca da circulação de trabalhadores nos países membros, principalmente em relação aos migrantes.

Concretamente há a “**Declaração Sociolaboral do MERCOSUL**”¹⁷⁰ assinada, em 10 de dezembro de 1998, pelos presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, que expressaram a intenção dos Estados-

¹⁶⁹ BATISTI, Leonir. **Direito do consumidor para o MERCOSUL**, op. cit., p. 533.

¹⁷⁰ A Declaração Sociolaboral será analisada no capítulo 5 da tese.

membros do bloco para caminhar em prol de um modelo de integração capaz de harmonizar desenvolvimento econômico com bem-estar social, enfocando o emprego produtivo nas políticas futuras a serem desenvolvidas no bloco.

Entretanto, essa declaração não foi firmada na condição de tratado internacional e nem incorporada às ordens jurídicas internas do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, logo, não possui força normativa vinculante e coercitiva para estes Estados, funcionamento apenas como “carta de intenções” ou “declaração de direitos”, não estando inserida entre as fontes do Direito do MERCOSUL, consoante previsão do artigo 41 do Protocolo de Ouro Preto.

Entretanto, a Declaração Sociolaboral – em razão de seu conteúdo protetivo de direitos humanos dos trabalhadores - não pode ser desprezada para o avanço da integração regional mercosulista, principalmente se este processo objetivar a garantia de maior justiça social com a minimização das desigualdades sociais e regionais.

Apesar da importância da integração econômica para a dinamização do comércio internacional e dos mercados regionais internos com a livre circulação de mercadorias, pessoas e fatores de produção no bloco, este processo, na atualidade, não pode ficar adstrito apenas às questões comerciais e econômicas, sendo necessário a sua expansão para outras áreas: a jurídica, a política e a social que devem estar envolvidas no projeto integracionista.

Além disso, a existência de normas internacionais de proteção aos direitos humanos, de cunho global e regional, e de ordens jurídicas constitucionais dos Estados democráticos que objetivam a valorização da dignidade da pessoa humana, impõem desafios ao processo de integração no MERCOSUL: basicamente no que diz respeito a tutela dos direitos humanos em geral e sua concretização nos países integrantes do bloco mediante ações conjuntas e articuladas.

Este bloco possui caráter intergovernamental na medida em que as decisões só podem ser tomadas através do consenso de todos os Estados-partes, o que dificulta os avanços institucionais, inclusive para a adoção de ações e políticas públicas comuns para a concretização dos direitos da pessoa humana, em especial na seara laboral. Esta falta de independência nas tomadas de decisões também impede a consolidação no bloco do Direito Comunitário, havendo, apenas, normas incipientes

que se aproximam do Direito de Integração¹⁷¹, consubstanciado basicamente no artigo 41 do Protocolo de Ouro Preto¹⁷².

Então, verifica-se que, no caso do MERCOSUL, os Estados-partes não se preocuparam com a tutela dos direitos da pessoa humana (civis, políticos, sociais, trabalhistas etc.) e nem com questões sociais, culturais e de identidade que permeiam o processo de integração latino-americana, conforme também aponta Ticio Escobar¹⁷³:

La instauración de un escenario regional, impulsado por el MERCOSUR, acerca otras cuestiones al ámbito inestable donde actúan las identidades. Plantea el desafío de construir una nueva macro-identidad (la conciencia de un “nosotros MERCOSUR”: la identificación con pautas culturales regionales) y una ciudadanía “mercosurista” y obliga a las distintas identidades (nacionales y sectoriales) a reinterpretar sus posiciones adecuándolas al nuevo marco supranacional. Pero, simultáneamente, suscita la afirmación de las diferencias nacionales y sectoriales que parapetan sus particularidades ante el riesgo de la homogeneización. Por eso, estos cambios introducen tensiones entre los diferentes encuadres identitarios – regional, nacional, sectorial – que terminan por definir mejor, y aun por reforzar, las posiciones de sus términos.

Porém, essa situação não é algo exclusivo do MERCOSUL, mas vem se repetindo com frequência no contexto dos processos de integração regional em função do significativo impacto da globalização econômica e da adoção de ações e políticas neoliberais, em nível mundial, por influência do Consenso de *Washington* (1990), havendo um “esquecimento” ou mesmo um descaso proposital com o respeito, a promoção e a realização dos direitos humanos, principalmente dos direitos sociais, incluídos nesta categoria os direitos trabalhistas.

¹⁷¹ Consoante dispõe Fernando de Magalhães Furlan, “é ele o conjunto de regras de direito das gentes formulado e aplicável, no seio de um processo de integração de Estados conformadores de uma pessoa jurídica de direito internacional, derivada da integração das partes e recepcionado nas respectivas ordens jurídicas internas. Alguns estudiosos consideram o direito da integração uma especialidade do direito internacional, outros, ao inverso, consideram-no uma especialidade do direito constitucional. Certo é que o direito da integração não é dotado de autonomia, diversamente [...] do direito comunitário” (FURLAN, Fernando de Magalhães. **Supranacionalidade nas associações de Estados**: repensando a soberania, Curitiba: Juruá, 2008, p. 126).

¹⁷² Art. 41 - As fontes jurídicas do MERCOSUL são: I. O Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares; II. Os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos; III. As Decisões do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL, adotadas desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção.

¹⁷³ ESCOBAR, Ticio. **15 Años del MERCOSUR**: el debe y el haber de lo cultural, in: BARBOSA, Rubens A. (Org.) **MERCOSUL Quinze Anos**, São Paulo: Fundação Memorial da América Latina; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 265.

Todas essas questões extrapolam o aspecto puramente comercial e econômico que envolve o MERCOSUL, sendo necessário se aprofundar mais o processo de integração regional, estreitamento o vínculo de solidariedade entre os Estados-membros do bloco.

Porém, ainda há diversas dificuldades, sobretudo oriundas da herança histórica latino-americana, para a concretização dos direitos da pessoa humana, especialmente dos direitos laborais, na realidade fática dos Estados integrantes do MERCOSUL, sendo um desafio atual e futuro que se impõe para a viabilidade do processo de integração regional como um todo.

3 O TRABALHO DIGNO NO SISTEMA JURÍDICO INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS I: SISTEMA DA OIT. REFLEXOS PARA O MERCOSUL

O presente capítulo analisará o trabalho digno enquanto direito tutelado pelo sistema jurídico da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Porém, é preciso elucidar que, além deste sistema da OIT, o sistema jurídico internacional de proteção aos direitos humanos também é integrado pelo sistema global e por sistemas regionais.

O *sistema global*, também conhecido como sistema das Nações Unidas (ONU), é composto das normas elaboradas no âmbito desse organismo internacional, sendo aplicadas a todos os países que a integram.

O *sistema regional de proteção aos direitos humanos* divide-se em outros subsistemas, destacando-se os subsistemas europeu, interamericano, africano e asiático, sendo este último bastante incipiente.

Finalmente, o sistema da OIT é compreendido, nesta tese, como um “*sistema global especial*” de proteção aos direitos humanos porque trata de regras e princípios específicos que tutelam os direitos trabalhistas.

Todos estes sistemas jurídicos de proteção aos direitos humanos (global e regionais) coexistem de modo simultâneo e não excludente no plano internacional para a ampla tutela da pessoa humana e de seus direitos.

O conjunto de normas estabelecido no sistema da OIT¹⁷⁴ atua no aperfeiçoamento e na adequação das relações firmadas entre trabalho e capital buscando estar em consonância com a dignidade da pessoa humana do trabalhador.

¹⁷⁴ Alguns juristas entendem que as regras e princípios integrantes do sistema da OIT conformariam um ramo jurídico peculiar denominado “Direito Internacional do Trabalho”, havendo divergências sobre sua autonomia na Ciência do Direito: se seria um ramo autônomo com regras e princípios próprios ou se seria parte integrante do Direito Internacional Público. Entretanto, no presente estudo, importa destacar a **finalidade** e o **objeto** do Direito Internacional do Trabalho, consoante Arnaldo Sussekind aponta: “a expressão ‘Direito Internacional do Trabalho’ (DIT) vem sendo empregada cada vez mais, para identificar o capítulo do Direito Internacional Público que trata da proteção do trabalhador, seja como parte de um contrato de trabalho, seja como ser humano, com a finalidade de: a) universalizar os princípios de justiça social e, na medida do possível, uniformizar as correspondentes normas jurídicas; b) estudar questões conexas, das quais depende a consecução desses ideais; c) incrementar a cooperação internacional visando à melhoria das condições de vida do trabalhador e à harmonia entre o desenvolvimento técnico-econômico e o progresso social. [...] A atividade normativa do DIT, tendente a incorporar direitos e obrigações aos sistemas jurídicos nacionais, compreende: a) os *tratados bi* ou *plurilaterais*, restritos à ratificação dos Estados que os celebraram, e os *tratados multilaterais* ou *universais* (geralmente adotados pela denominação de ‘convenção’ ou ‘pacto’) abertos à ratificação dos Estados-membros da organização que os aprovou; b) as *declarações, recomendações e resoluções* que, por não serem ratificáveis, correspondem a fontes

Portanto, mediante convenções, recomendações e declarações, a Organização Internacional do Trabalho atua na esfera específica da tutela dos direitos laborais, em nível internacional, disciplinando, protegendo e resguardando tais direitos e, atualmente, está propondo a implementação progressiva do trabalho decente em todas as áreas de exercício do labor.

O surgimento da Organização Internacional do Trabalho está inserido num contexto histórico bastante complexo ancorado no sistema capitalista industrial que eclodiu a partir da Revolução Industrial a qual alterou profundamente o processo de produção até então existente. O capitalismo industrial subverteu o modo de organização do trabalho “livre”, agora assalariado (trabalho por conta alheia), aprofundando as desigualdades sociais, impondo condições de vida e trabalho extremamente precárias ao operariado em diferentes países.

Sob o prisma histórico, a Revolução Industrial - pioneiramente iniciada pela Inglaterra no século XVII - impôs novas condições de produção aos trabalhadores (homens, mulheres e crianças) que passaram a ser vistos como apêndices das máquinas e sujeitos a extenuante jornada de trabalho sob precárias condições de higiene e segurança que ocasionaram diversos acidentes de trabalho com mortes, amputação de membros e outras doenças ocupacionais¹⁷⁵.

Houve a divisão social e técnica do trabalho que transformou este ato, inicialmente tão natural, numa engrenagem do processo de produção capitalista. Ao ser humano não seria mais suficiente trabalhar para se manter vivo, uma vez que o trabalho passou a representar salário e o trabalhador a ser operário assalariado – em termos jurídicos empregado subordinado - integrantes do sistema capitalista na forma de mercadorias ou de custos de produção.

materiais de direito. Como se infere, o Direito Internacional do Trabalho não mais se restringe às relações dos Estados entre si. A pouco e pouco o seu objeto vem sendo consideravelmente ampliado, alcançando hoje o relacionamento deles com organismos internacionais e regionais que visam a garantir importantes direitos aos habitantes dos respectivos Estados-membros” (SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**, 3. ed. atual., São Paulo: LTr, 2000, p. 17-18).

¹⁷⁵ O médico italiano Bernardino Ramazzini consagrou-se, em 1700, com o livro “As Doenças dos Trabalhadores” (*De morbis artificum diatriba*), fazendo um estudo sobre cinquenta e quatro grupos de trabalhadores, relacionando as atividades desenvolvidas e as doenças delas decorrentes, as medidas de prevenção e de afastamento, sendo obra precursora na medicina ocupacional. Bernardino Ramazzini *apud* Sebastião Geraldo de Oliveira, analisando algumas profissões e doenças, destaca a respeito dos gesseiros e caleiros que “os operários absorvem pelo nariz e pela boca revolteantes átomos de gesso que penetram nas vias respiratórias e, misturados à linfa, se aglutinam em nódulos ou se incrustam nos sinuosos condutos pulmonares, interceptando a respiração” e, em relação à doença dos coveiros, afirma que “é justo velar pela sua incolumidade cujo ofício é tão necessário, porque sepultam na terra os corpos mortos, junto com os erros dos médicos, devendo, pois, a arte médica compensá-los com algum benefício por sua própria dignidade ameaçada” (OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Proteção jurídica à saúde do trabalhador**, São Paulo: LTr, 1998, p. 54).

Os problemas engendrados pelo processo de industrialização se agravaram pela tendência predatória do *laissez-faire* capitalista, juntamente com as precárias condições de trabalho, higiene e segurança e os baixos salários que refletiam uma situação comum a todos os trabalhadores “livres” e assalariados neste período, inclusive em outros países europeus, tais como: Alemanha, França e Itália, que nos séculos seguintes também promoveram a Revolução Industrial.

Este cenário promoveu a ocorrência de revoltas operárias na Europa, em meados do século XIX, influenciadas pela concepção da “necessária luta de classes entre proletariado e burguesia”, defendida arduamente por Karl Marx e Friedrich Engels no “*Manifesto do Partido Comunista*” (1848).

Além de Karl Marx e demais pensadores socialistas, outras vozes também se levantaram contra a exploração do operariado, destacando-se Robert Owen (1771-1858), nascido no País de Gales, um empresário pioneiro na defesa de reformas sociais e trabalhistas que implementou alguns métodos e procedimentos mais libertários em suas fábricas de fiação em *New Lamark*. Apesar de suas ideias não terem obtido o apoio da sociedade inglesa da época, seu pensamento frutificou, marcando o surgimento de leis de proteção ao trabalho.

Tais movimentos sócio-políticos contra o quadro de miséria humana, engendrado pela Revolução Industrial, impulsionaram os operários a se unirem para conquistar direitos mínimos e maior autonomia de vontade para firmar os contratos de trabalho regidos, então, por um Direito Civil de cunho exclusivamente patrimonial e individualista.

Esses acontecimentos relacionados à Revolução Industrial subverteram a secular organização da sociedade, levantando graves problemas sociais encobertos pelos estadistas e capitalistas, pondo em evidência a primeira grande Questão Social: a *Questão Operária*, suscitada pelo conflito entre trabalho e capital.

Nesse contexto, a Igreja não podia ficar alheia aos fatos sociais que se consolidaram em função do predatório sistema capitalista de produção, porém, ela criticava ferozmente o uso da revolução armada para a minimização das desigualdades sociais: a chamada luta de classes entre burguesia e proletariado tão defendida pelo marxismo.

A Igreja conclamou os povos e os Estados a buscarem uma ordem social justa, asseverando a necessidade de aplicar a autoridade das leis contra os

empregadores que desonravam a pessoa humana com condições iníquas, indignas e degradantes de trabalho.

Assim, o Papa Leão XIII, em 15 de maio de 1891, apresentou a Encíclica *Rerum Novarum* (sobre a condição dos operários) como a primeira resposta da Igreja para a questão operária, buscando afastar soluções extremistas, como aquelas apregoadas pela doutrina marxista-socialista, tentando conciliar os interesses de Estados, empregadores capitalistas e trabalhadores:

Em resposta à primeira grande questão social, Leão XIII promulga a primeira encíclica social, a “Rerum novarum”. Ela examina a condição dos trabalhadores assalariados, particularmente penosa para os operários das indústrias, afligidos por uma indigna miséria. A questão operária é tratada segundo a sua real amplitude: é explorada em todas as suas articulações sociais e políticas, para ser adequadamente avaliada à luz dos princípios doutrinários baseados na Revelação, na lei e na moral natural.

A “Rerum novarum” enumera os erros que provocam o mal social, exclui o socialismo como remédio e expõe, precisando-a e atualizando-a, “a doutrina católica acerca do trabalho, do direito de propriedade, do princípio de colaboração contraposto à luta de classe como meio fundamental para a mudança social, sobre o direito dos fracos, sobre a dignidade dos pobres e sobre as obrigações dos ricos, sobre o aperfeiçoamento da justiça mediante a caridade, sobre o direito a ter associações profissionais”.

A “Rerum novarum” tornou-se a “carta magna” da atividade cristã em campo social. O tema central da doutrina social da Encíclica é o da instauração de uma ordem social justa, em vista do qual é mister individuar critérios de juízo que ajudem a avaliar os ordenamentos sociopolíticos existentes e formular linhas de ação para uma oportuna transformação¹⁷⁶.

Entretanto, essa proposta não rompeu com o sistema capitalista de produção vigente e nem com o *status quo* instituído em benefício das classes sociais mais abastadas economicamente, consoante dispõe Jorge Luiz Souto Maior¹⁷⁷:

A encíclica papal, Rerum Novarum, publicada em 1891, deixa claro que ao final do século XIX, ou seja, décadas após a formação do capitalismo, nenhuma melhora concreta se produzira na vida dos trabalhadores. É bem verdade que o reconhecimento por parte da Igreja da situação imerecida vivenciada pelos trabalhadores não se fez apenas por uma

¹⁷⁶ PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. **Compêndio da doutrina social da Igreja**, tradução da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), 3. ed., São Paulo: Paulinas, 2005, p. 60, grifo do autor.

¹⁷⁷ MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Curso de direito do trabalho**: teoria geral do direito do trabalho, v. 1, parte 1, São Paulo: LTr, 2011, p. 215.

questão de humanismo, mas também porque as pregações socialistas, cada vez mais em evidência, atraindo adeptos por todo o mundo ocidental, apontava como culpados da questão social o Estado, os capitalistas e a Igreja Católica, estabelecendo o parâmetro de que uma mudança concreta na realidade só viria com a dissolução dessas instituições. De todo o modo, ainda que como estratégia de sobrevivência e negando a viabilidade da alternativa socialista e fazendo uma apologia do capitalismo, a Igreja reconhece, expressamente, as injustiças sociais das quais são vítimas os trabalhadores ao mesmo tempo em que aponta a inércia culposa do Estado e das classes dominantes frente ao problema.

Dessa maneira, em fins do século XIX e início do século XX, os impactos sócio-políticos do Manifesto do Partido Comunista (1848), da *Rerum Novarum* (1891) e dos movimentos operários – com destaque para a Primeira Conferência Internacional do Trabalho em Berlim (1897); a Organização Cristã do Trabalho em Zurique (1897); a criação, em Bruxelas, da comissão para organizar um Organismo Internacional do Trabalho (1897); o Congresso de Paris para a Fundação Internacional para a Proteção dos Trabalhadores (1900); a criação da Associação Internacional de Proteção Legal dos Trabalhadores em Basileia (1901) e o Congresso da Filadélfia (1915) - culminaram na criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) após o término da Primeira Guerra Mundial.

Em 25 de janeiro de 1919, instalou-se no Palácio de *Versailles*, nas cercanias de Paris, a Conferência da Paz que, através de uma comissão especial, foi destinada ao estudo de uma regulamentação internacional para o trabalho. Em 24 de março, a Conferência aprovou o projeto inicial que constituiu a Parte XIII do Tratado de *Versailles* destinado à criação da OIT.

Em 1919, criou-se, assim, a Organização Internacional do Trabalho - inicialmente vinculada à Sociedade das Nações Unidas e, a partir de 1945, incorporada à Organização das Nações Unidas (ONU) -, no intuito de conceder um tratamento uniformizado aos direitos dos trabalhadores, em nível internacional, fundamentado na justiça social¹⁷⁸. Em 1920, a sede desta organização internacional foi transferida para Genebra onde se encontra até o presente momento.

¹⁷⁸ Luiz Carlos Lessa afirma que “a expressão ‘justiça social’ foi introduzida na Doutrina Social da Igreja por Pio XI, que a usou com alguma frequência na *Quadragesimo Anno*. Bastos de Ávila, após discorrer brevemente sobre a interpretação dada por vários autores à expressão em tela, conclui que esta seria ‘a virtude que incumbe aos indivíduos e aos grupos, e os obriga aos atos mais conducentes ao maior bem comum’, acentuando que o importante é existirem ‘obrigações de justiça que pesam, não só sobre os indivíduos, mas também sobre os grupos, que incumbem à própria estrutura da sociedade’ (*Neocapitalismo, Socialismo, Solidarismo*, pp. 102-104)” (LESSA, Luiz Carlos. **Dicionário da doutrina social da Igreja**, São Paulo: LTr, 2004, p. 166, nota de rodapé 62).

3.1 OIT: Objetivos, Natureza Jurídica e Estrutura Orgânica

A Organização Internacional do Trabalho possui uma Constituição que foi aprovada em Montreal, em 09 de outubro de 1946, na Vigésima Nona Reunião da Conferência Internacional do Trabalho em substituição ao texto aprovado originalmente em 1919 e emendado em 1922, 1934 e 1945.

A vigente Constituição da OIT¹⁷⁹ (texto de 1946), constituída de Preâmbulo e de quarenta e cinco artigos acrescida da Declaração de Filadélfia, cujo texto figura anexo, também já sofreu emendas em 1953, 1962 e 1972. Consoante dispõe o artigo 1º da Constituição, a OIT é uma organização permanente, encarregada de promover a realização do programa exposto no Preâmbulo e na Declaração adotada em Filadélfia referente aos fins e objetivos da Organização.

Os Estados signatários, movidos por sentimentos de justiça e humanidade e pelo desejo de assegurar uma paz mundial duradoura, estabeleceram no Preâmbulo da Constituição da OIT os pressupostos norteadores dessa organização internacional, a saber: a) a paz universal e duradoura deve se assentar sobre a justiça social; b) existem condições de trabalho que implicam miséria e privações para grande número de indivíduos e o descontentamento daí decorrente põe em perigo a paz e a harmonia universal e c) é imperiosa a melhoria das condições referentes a: regulamentação das horas de trabalho; fixação de uma duração máxima diária e semanal de trabalho; recrutamento da mão-de-obra; luta contra o desemprego; garantia de um salário que assegure condições de existência convenientes; proteção dos trabalhadores contra as moléstias graves ou profissionais e os acidentes do trabalho; proteção de crianças, adolescentes e mulheres; adoção de pensões de velhice e de invalidez; defesa dos interesses dos trabalhadores empregados no estrangeiro; afirmação do princípio “para igual trabalho, mesmo salário”; afirmação do princípio de liberdade sindical; organização do ensino profissional e técnico, entre outras medidas.

A OIT é uma organização internacional permanente com *mandato constitucional*, possuindo personalidade jurídica de Direito Público Internacional e, consoante previsão do artigo 39 da Constituição, possui capacidade para adquirir bens, móveis e imóveis, dispor dos mesmos e contratar e intentar ações. Como

¹⁷⁹ SUSSEKIND, Arnaldo. **Convenções da OIT e outros tratados**, 3. ed., São Paulo: LTr, 2007, p. 13-30.

consequência, a OIT gozará, nos territórios de seus membros, dos privilégios e das imunidades necessárias à consecução dos seus fins (artigo 40, § 1º) e os delegados à Conferência, os membros do Conselho de Administração, bem como o Diretor-Geral e os funcionários da Repartição gozarão, igualmente, dos privilégios e imunidades necessárias para exercerem, com inteira independência, as funções que lhes competem (artigo 40, § 2º).

Acerca da natureza jurídica da OIT, Valério de Oliveira Mazzuoli¹⁸⁰ dispõe:

[...] devem ser aplicados às suas representações [da OIT] todos os privilégios e imunidades assegurados aos entes de Direito Público externo, aos seus agentes diplomáticos e a certos funcionários de suas missões. De forma que, pelo princípio da *imunidade de jurisdição*, não se aplicam aos seus representantes, agentes e funcionários titulados, as leis dos países onde os mesmos se encontram. Os delegados à Conferência, os membros do Conselho de Administração, bem como o Diretor-Geral e os funcionários da Repartição, gozarão, igualmente, dos privilégios e imunidades necessárias para exercerem, com inteira independência, as funções que lhes competem, relativamente à Organização.

Portanto, é bom que fique nítido que o princípio da imunidade de jurisdição que aqui se trata diz respeito à OIT na sua qualidade de organização internacional e às pessoas que dela fazem parte. [...]

A OIT é, em suma, pessoa jurídica de Direito Internacional Público, de caráter permanente, vinculada às Nações Unidas, com capacidade para contratar, adquirir bens móveis e imóveis e deles dispor, comparecer em Juízo e gozando, no território de cada um dos seus Estados-membros, dos privilégios e imunidades necessários à consecução de suas finalidades.

Arnaldo Sussekind¹⁸¹ afirma que a natureza jurídica da OIT é *sui generis* porque “os delegados que a constituem representam o Estado-membro (dois), as organizações sindicais de trabalhadores (um) e as organizações de empregadores (um), inexistindo qualquer outra entidade de direito público internacional com tal composição. [...]”.

Portanto, a OIT é o órgão competente para estabelecer e disciplinar normas internacionais do trabalho, gozando de apoio e reconhecimento universais na promoção dos princípios da valorização do trabalho humano e da dignidade da pessoa trabalhadora. A competência da OIT é ampla, podendo ser *ex ratione*

¹⁸⁰ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direito internacional público**, 2. ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 800-801.

¹⁸¹ SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**, op. cit., p. 154.

materiae (em razão da matéria) e *ex ratione personae* (em razão da pessoa), abrangendo, em nível internacional, todas as espécies de questões referentes ao trabalho digno.

Outrossim, verifica-se que a **estrutura orgânica** da OIT é tripartite composta pela **Conferência Internacional do Trabalho** constituída pelos representantes dos Estados-membros; pelo **Conselho de Administração** constituído de cinquenta e seis pessoas (vinte e oito representantes dos Governos, quatorze representantes dos empregadores e quatorze representantes dos empregados) nos termos do artigo 7º da Constituição e pela **Repartição Internacional do Trabalho (Bureau)** sob a direção de um Conselho de Administração.

Fruto dos movimentos operários em prol de melhores condições de trabalho e de vida, a OIT é a *única organização pertencente à ONU com estrutura tripartite*, consagrada como princípio fundamental na Declaração de Filadélfia (artigo I, alínea ‘d’): “a luta contra a carência, em qualquer nação, deve ser conduzida com infatigável energia, e por um esforço internacional contínuo e conjugado, no qual os representantes dos empregadores e dos empregados discutam, em igualdade, com os dos Governos, e tomem com eles decisões de caráter democrático, visando o bem comum”.

A **Conferência Internacional do Trabalho**, órgão supremo, é a assembleia geral de todos os Estados-membros, detendo o poder deliberativo máximo no âmbito da OIT. Esta Conferência estabelece as “diretrizes gerais da política social a ser observada; elabora, por meio de convenções e recomendações, a regulamentação internacional do trabalho e das questões que lhe são conexas; adota resoluções sobre problemas que concernem, direta ou indiretamente, às suas finalidades e competência, mas não possuem natureza jurídica de tratado internacional, sendo instrumentos de cunho meramente administrativo; decide os pedidos de admissão na entidade, oriundos de países que não pertencem à ONU; aprova o orçamento da organização; resolve questões atinentes à inobservância das normas constitucionais e das convenções ratificadas, por parte dos Estados-membros, etc.¹⁸²”.

A Conferência geral, reunida anualmente, é composta de quatro representantes de cada um dos Estados-membros, dos quais dois serão Delegados do

¹⁸² SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**, op. cit., p. 153.

Governo e os outros dois representarão, respectivamente, os empregados e os empregadores (artigo 3º, § 1º da Constituição). Cada Delegado poderá ser acompanhado por consultores técnicos, cujo número será de dois no máximo, para cada uma das matérias inscritas na ordem do dia da sessão. Quando a Conferência discutir questões que interessem particularmente às mulheres, uma ao menos das pessoas designadas como consultores técnicos deverá ser mulher (artigo 3º, § 2º).

Os Estados-membros comprometem-se a designar os delegados e consultores técnicos não governamentais de acordo com as organizações profissionais mais representativas, tanto dos empregadores como dos empregados, se essas organizações existirem (artigo 3º, § 5º). Os consultores técnicos não serão autorizados a tomar a palavra, senão por pedido feito pelo delegado a que são adidos e com a autorização especial do Presidente da Conferência e não possuem direito de votar (artigo 3º § 6º).

Cada delegado terá o direito de votar individualmente em todas as questões submetidas às deliberações da Conferência. No caso em que um dos Estados-membros não tenha designado um dos delegados não governamentais a que tiver direito, cabe ao outro delegado não governamental o direito de tomar parte nas discussões da Conferência, mas não o de votar. Caso a Conferência, em virtude dos poderes que lhe confere o artigo 3º, recuse admitir um dos delegados de um dos Estados-membros, as estipulações deste artigo serão aplicadas como se o dito delegado não tivesse sido designado (artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º).

O **Conselho de Administração** é o órgão executivo de composição tripartite que administra de forma colegiada a OIT, competindo-lhe “escolher o local e a ordem do dia das reuniões da Conferência Internacional do Trabalho, das conferências regionais e das conferências técnicas; primar pelo cumprimento das deliberações tomadas na Conferência; supervisionar e orientar as atividades do *Bureau* Internacional do Trabalho; designar o Diretor-Geral dessa repartição; elaborar o projeto de orçamento da Organização; criar comissões especiais para o estudo de determinados problemas incluídos na jurisdição da Organização, etc. O conselho se reúne em Genebra, três vezes por ano (fevereiro, maio e novembro)”¹⁸³.

Consoante previsão do artigo 7º, §1º da Constituição da OIT, o Conselho de Administração é composto de cinquenta e seis pessoas, dentre as quais

¹⁸³ SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**, op. cit., p. 159.

vinte e oito são representantes dos Governos, quatorze são representantes dos empregadores e quatorze representam empregados. Dos vinte e oito representantes dos Governos, dez serão nomeados pelos Estados-membros de maior importância industrial¹⁸⁴ e dezoito são nomeados pelos delegados governamentais da Conferência, excluídos os delegados dos dez Membros acima mencionados (artigo 7º, §2º).

O Conselho de Administração indicará, sempre que julgar oportuno, quais os Estados-membros de maior importância industrial e, antes de tal indicação, estabelecerá regras para garantir o exame por uma comissão imparcial de todas as questões relativas à referida indicação. Qualquer apelo formulado por um Estado-membro contra a resolução do Conselho de Administração, quanto aos Membros de maior importância industrial, será julgado pela Conferência, sem suspender os efeitos desta resolução, enquanto a Conferência não se houver pronunciado.

Os representantes dos empregadores e os dos empregados serão, respectivamente, eleitos pelos delegados dos empregadores e pelos delegados dos trabalhadores à Conferência. O Conselho será renovado de três em três anos. Se, por qualquer motivo, as eleições para o Conselho de Administração não se realizarem ao expirar este prazo, será mantido o mesmo Conselho de Administração até que se realizem tais eleições (artigo 7º, §§ 3º, 4º e 5º).

A Repartição Internacional do Trabalho (*Bureau ou Secretaria Internacional do Trabalho*) é a secretaria técnico-administrativa da OIT, sendo órgão permanente que concentra a maioria das atividades direcionadas para a realização dos objetivos da Organização.

Nos termos do artigo 10, §1º da Constituição, compete primordialmente à Repartição Internacional do Trabalho a centralização e a distribuição de todas as informações referentes à regulamentação internacional da condição dos trabalhadores e do regime do trabalho e, em particular, o estudo das questões que lhe compete submeter às discussões da Conferência para conclusão das convenções internacionais assim como a realização de todos os inquéritos especiais prescritos pela Conferência ou pelo Conselho de Administração.

A Repartição Internacional do Trabalho terá um Diretor-Geral, designado pelo Conselho de Administração, responsável pelo bom funcionamento da

¹⁸⁴ Segundo aponta Flávia Piovesan, tais países seriam: Alemanha, Brasil, China, Estados Unidos da América, França, Índia, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia (PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Código de direito internacional dos direitos humanos anotado**, São Paulo: DPJ Editora, 2008, p. 471).

Repartição e pela realização de todos os trabalhos que lhe forem confiados, assistindo a todas as sessões do Conselho de Administração (artigo 8º, §§ 1º e 2º).

Os funcionários da Repartição serão escolhidos pelo Diretor-Geral, de acordo com as regras aprovadas pelo Conselho de Administração, devendo a escolha ser feita, sempre que possível, entre pessoas de nacionalidades diversas, visando a maior eficiência no trabalho da Repartição. Dentre essas pessoas, deverá existir certo número de mulheres. O Diretor-Geral e o pessoal, no exercício de suas funções, não solicitarão nem aceitarão instruções de qualquer Governo ou autoridade estranha à Organização, abstendo-se de qualquer ato incompatível com sua situação de funcionários internacionais, responsáveis unicamente perante a Organização. Os Estados-membros comprometem-se a respeitar o caráter exclusivamente internacional das funções do Diretor-geral e do pessoal e a não procurar influenciá-los quanto ao modo de exercê-las (artigo 9º, §§ 1º a 5º da Constituição da OIT).

Ademais, o *Bureau*, de acordo com as diretrizes que possa receber do Conselho de Administração, preparará, nos termos do artigo 10, §§ 2º e 3º da Constituição da OIT, a documentação sobre os diversos assuntos inscritos na ordem do dia das sessões da Conferência; fornecerá, na medida de seus recursos, aos Governos que o pedirem, todo o auxílio adequado à elaboração de leis, consoante as decisões da Conferência e, também, ao aperfeiçoamento da prática administrativa e dos sistemas de inspeção; cumprirá, de acordo com o prescrito na Constituição, os deveres que lhe incumbem no que diz respeito à fiel observância das convenções; redigirá e trará a lume, nas línguas que o Conselho de Administração julgar convenientes, publicações de interesse internacional sobre assuntos relativos à indústria e ao trabalho. De um modo geral, ele terá quaisquer outros poderes e funções que a Conferência ou o Conselho de Administração julgarem acertado atribuir-lhe.

Portanto, demonstrou-se a abrangência e a importância da Organização Internacional do Trabalho no âmbito do “*sistema global especial*” de proteção aos direitos humanos dos trabalhadores, pois ela atua no aperfeiçoamento e adequação da proposta de trabalho decente às relações jurídicas firmadas entre trabalho e capital com vistas a se garantir concretamente, em nível internacional, o respeito à dignidade humana dos trabalhadores.

3.2 Declarações da OIT

A Declaração de Filadélfia de 1944 foi um dos mais expressivos documentos elaborados pela Conferência Internacional do Trabalho, antecedendo, inclusive, a Declaração Universal dos Direitos Humanos que seria aprovada somente em 1948 pela ONU.

A Organização Internacional do Trabalho também caminhou ao longo do século XX acompanhando as mudanças sociais, econômicas e políticas, havendo a elaboração de outras declarações que vieram a acrescer novos contornos ao sistema internacional de garantia dos princípios e direitos dos trabalhadores. Assim, houve a aprovação da “*Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento*” em 1998 e da “*Declaração sobre a Justiça Social para uma Globalização Equitativa*” em 2008 que coexistem simultânea e complementarmente com a “*Declaração de Filadélfia*” e cujos principais diretrizes e preceitos serão analisados a seguir.

Portanto, a Organização Internacional do Trabalho, mediante seus instrumentos normativos (recomendações, convenções e declarações), procurou assegurar aos trabalhadores maior igualdade de oportunidades e participação mais equânime na distribuição da riqueza gerada no capitalismo, havendo, ainda, grandes desafios a serem superados.

3.2.1 Declaração de Filadélfia (1944)

Na Vigésima Sexta Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em 10 de maio de 1944, a Organização Internacional do Trabalho aprovou a Declaração de Filadélfia como texto anexo à sua Constituição, servindo de modelo para a Carta das Nações Unidas de 1945.

A Declaração de Filadélfia, ao tratar dos fins e objetivos da organização, afirmou no artigo I os seguintes **princípios fundamentais**: a) o *trabalho não é uma mercadoria*; b) a liberdade de expressão e de associação é uma condição indispensável a um progresso ininterrupto; c) a penúria constitui um perigo para a prosperidade geral e d) a luta contra a carência, em qualquer Estado, deve ser conduzida com infatigável energia, e por um esforço internacional contínuo e conjugado, no qual os representantes dos empregadores e dos empregados discutam,

em igualdade, com os dos Governos, e tomem com eles decisões de caráter democrático, visando ao bem comum.

A Declaração proclamou, ainda, que todos os seres humanos de qualquer raça, crença ou sexo, têm o direito de assegurar o bem-estar material e o desenvolvimento espiritual dentro da liberdade e da dignidade, da tranquilidade econômica e com as mesmas possibilidades (artigo II, 'a'), frisando que quaisquer planos ou medidas, no terreno nacional ou internacional, máxime os de caráter econômico e financeiro, devem ser considerados sob esse ponto de vista e somente aceitos, quando favorecerem, e não entravarem, a realização desse objetivo principal (artigo II, 'c').

A Declaração de Filadélfia atribuiu explicitamente à OIT a competência para apreciar, no plano internacional, todos os programas de ação e medidas de caráter econômico e financeiro (artigo II, 'd'), podendo incluir em suas funções, decisões e recomendações quaisquer disposições que julgar convenientes em contra ponto com os fatores econômicos e financeiros de interesse (artigo II, 'e').

Em seu artigo III, este documento estabeleceu a obrigação da OIT em auxiliar os Estados na implementação de programas que visem: a) proporcionar emprego integral para todos e elevar os níveis de vida; b) dar a cada trabalhador uma ocupação na qual ele tenha a satisfação de utilizar sua habilidade e seus conhecimentos, contribuindo para o bem geral; c) favorecer as possibilidades de formação profissional e facilitar as transferências e migrações de trabalhadores e de colonos, dando as devidas garantias a todos os interessados; d) adotar normas referentes aos salários e às remunerações, ao horário e às outras condições de trabalho, a fim de permitir que todos usufruam do progresso e, também, que todos os assalariados percebam, no mínimo, um salário vital; e) assegurar o direito de ajustes coletivos, incentivando a cooperação entre empregadores e trabalhadores para a melhoria contínua da produção e a colaboração de uns e outros na aplicação de políticas socioeconômicas; f) ampliar as medidas de segurança social, a fim de assegurar tanto uma renda mínima a todos assim como assistência médica completa; g) assegurar uma proteção adequada da vida e saúde dos trabalhadores em todas as ocupações; h) garantir a proteção da infância e maternidade; i) obter um nível adequado de alimentação, de alojamento, de recreação e de cultura e j) assegurar as mesmas oportunidades para todos em matéria educativa e profissional.

Haverá a inteira colaboração da OIT com outros os organismos internacionais, sobretudo para a melhoria da saúde, aperfeiçoamento da educação e bem-estar de todos os povos (artigo IV). Ademais, os princípios contidos na Declaração de Filadélfia devem ser respeitados integralmente por todos os povos, tanto àqueles que são ainda dependentes como aos que já se podem governar a si próprios, porém se deve considerar o grau de desenvolvimento econômico e social atingido por cada povo e Estado na aplicação dos princípios fundamentais e das metas propostas (artigo V).

A Declaração de Filadélfia representou um avanço no cenário internacional na proteção dos direitos humanos trabalhistas, destacando a necessária participação dos Estados, dos indivíduos e de toda a comunidade internacional na efetivação do trabalho digno.

3.2.2 Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (1998)

Em 19 de junho de 1998, na Octogésima Sexta Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, foi assinada a *Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho* reafirmando a obrigação universal de respeitar, promover e tornar realidade os princípios e diretrizes previstos nas Convenções da OIT, mesmo que não tenham sido ratificados pelos Estados-membros.

Nos termos do Item 1.1 do seguimento desta Declaração, um dos objetivos gerais foi o estímulo aos esforços desenvolvidos pelos Membros da Organização no intuito de promover os princípios e direitos fundamentais consagrados tanto na Constituição da OIT, quanto na Declaração de Filadélfia e novamente reafirmados nesta declaração de 1998.

A Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais, em seu artigo 1º, estabelece que todos os Estados-membros, ao se incorporarem livremente à OIT, aceitaram os princípios e direitos enunciados na sua Constituição e na Declaração de Filadélfia, comprometendo-se a alcançar os objetivos gerais da Organização na medida de suas possibilidades os quais se cristalizaram nas convenções sob a forma de direitos e obrigações específicos reconhecidos dentro e fora da Organização.

O artigo 2º declara que todos os Estados-membros, ainda que não tenham ratificado as convenções, têm compromisso com os seus princípios e finalidades porque pertencem à OIT, devendo respeitar e concretizar em suas realidades fáticas os *princípios relativos aos direitos fundamentais dos trabalhadores*¹⁸⁵, a saber: a) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; b) eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; c) abolição efetiva do trabalho infantil e d) eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

O estabelecimento desses princípios evidencia a existência, em fins do século XX, de quatro grandes áreas prioritárias de atuação da OIT no intuito de se concretizar a dignidade da pessoa humana trabalhadora e maior justiça social.

Finalmente, o artigo 3º desta Declaração reconhece a obrigação da OIT em ajudar os seus Estados-membros a alcançar os objetivos nela previstos fazendo pleno uso de seus recursos constitucionais, operacionais e orçamentários, incluindo a mobilização de recursos e o apoio externos, bem como estimulando outras organizações internacionais a apoiar tais esforços: a) oferecendo cooperação técnica e serviços de assessoramento destinados a promover a ratificação e aplicação das convenções fundamentais; b) assistindo aos Estados-membros que ainda não estão em condições de ratificar todas ou algumas dessas convenções em seus esforços por respeitar, promover e tornar realidade os princípios relativos aos direitos fundamentais dos trabalhadores e c) ajudando os Membros em seus esforços por criar um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social.

Tais preceitos demonstram a importância da aprovação da Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho em busca de um trabalho digno para todos os povos e Estados, reafirmando a obrigação universal de respeitar, promover e tornar realidade os direitos humanos trabalhistas previstos nas Convenções da OIT, sendo um desafio crescente sua concretização na realidade fática atual, principalmente em face da globalização excludente que aprofunda as desigualdades sociais e econômicas nos países, trazendo incertezas em relação ao futuro dos Estados e da própria condição humana.

¹⁸⁵ SUSSEKIND, Arnaldo. **Convenções da OIT e outros tratados**, op. cit., p. 380.

3.2.3 Declaração sobre a Justiça Social para uma Globalização Equitativa (2008)

Na nonagésima sétima Reunião Anual da Conferência Internacional do Trabalho, ocorrida em Genebra de 28 de maio a 13 de junho de 2008, foi aprovada a *Declaração sobre a Justiça Social para uma Globalização Equitativa* no intuito de fortalecer a proteção ao trabalho digno e enfrentar os crescentes desafios impostos pela globalização econômica.

Esta Declaração objetiva centralizar esforços dos Estados, dos povos e da comunidade internacional na implementação do trabalho digno, sendo aprovada no âmbito de um processo mundial em que se verifica a ocorrência do aumento dos preços dos alimentos e da energia, de movimentos especulativos e crise econômico-financeira na Europa, nos Estados Unidos e em países da América Latina como, por exemplo, é o caso da Venezuela, do agravamento do desemprego, das situações de pobreza e de exclusão social em âmbito global e regional, ameaçando a estabilidade política de muitos Estados.

Além disso, esta Declaração reconhece a necessidade de se obter melhores resultados no plano econômico e social com o fim de responder à aspiração universal de justiça social, alcance do pleno emprego, maior sustentabilidade das sociedades e da economia mundial, conquistando a coesão social e lutando contra a pobreza e as desigualdades crescentes.

Na seção I, a Declaração apresenta quatro objetivos estratégicos que poderiam viabilizar a implementação do trabalho digno, sendo utilizados como elementos centrais das políticas sociais e econômicas a serem adotadas pelos Estados-membros¹⁸⁶:

i) promover o emprego criando um entorno institucional e econômico sustentável de forma que:

- os indivíduos possam adquirir e atualizar as capacidades e competências necessárias que permitam trabalhar de maneira produtiva para sua própria realização pessoal e bem-estar coletivo;
- o conjunto de empresas, tanto públicas como privadas, sejam sustentáveis com o fim de favorecer o crescimento e a criação de maiores possibilidades e perspectivas de emprego e renda para todos, e - as sociedades possam alcançar seus objetivos de

¹⁸⁶ OIT. *Declaração sobre a justiça social para uma globalização equitativa*, disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/resolucao_justicasocial.pdf>, acesso em 26 mar. 2014.

desenvolvimento econômico e de progresso social, bem como alcançar um bom nível de vida;

ii) adotar e ampliar medidas de proteção social – seguridade social e proteção dos trabalhadores – que sejam sustentáveis e estejam adaptadas às circunstâncias nacionais, e particularmente:

- a extensão da seguridade social a todos os indivíduos, incluindo medidas para proporcionar ingressos básicos àqueles que precisem dessa proteção e a adaptação de seu alcance e cobertura para responder às novas necessidades e incertezas geradas pela rapidez dos avanços tecnológicos, sociais, demográficos e econômicos;
- condições de trabalho que preservem a saúde e segurança dos trabalhadores;
- as possibilidades para todos de uma participação equitativa em matéria de salários e benefícios, de jornada e outras condições de trabalho, um salário mínimo vital para todos aqueles que têm um emprego e precisam desse tipo de proteção;

iii) promover o diálogo social e tripartismo como os métodos mais apropriados para:

- adaptar a aplicação dos objetivos estratégicos às necessidades e circunstâncias de cada país;
- transformar o desenvolvimento econômico em progresso social e o progresso social em desenvolvimento econômico;
- facilitar a formação de consenso sobre as políticas nacionais e internacionais pertinentes que incidem nas estratégias e programas de emprego e trabalho decente, e - fomentar a efetividade da legislação e as instituições de trabalho, em particular o reconhecimento da relação de trabalho, a promoção de boas relações profissionais e o estabelecimento de sistemas eficazes de inspeção do trabalho;

iv) respeitar, promover e aplicar os princípios e direitos fundamentais no trabalho, que são de particular importância, tanto como direitos como condições necessárias para a plena realização dos objetivos estratégicos, tendo em vista que:

- que a liberdade de associação e liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva são particularmente importantes para alcançar esses quatro objetivos estratégicos;
- que a violação dos princípios e direitos fundamentais no trabalho não pode ser invocada nem utilizada como legítima vantagem comparativa e que as normas do trabalho não devem servir aos fins comerciais protecionistas.

Esta Declaração assenta bases na concepção de trabalho decente, permitindo que a OIT apoie esforços para buscar a efetivação da justiça social através de quatro princípios básicos: *emprego, proteção social, diálogo social e tripartismo, princípios e direitos fundamentais do trabalho.*

Ao mesmo tempo, a Declaração concede à OIT a responsabilidade na realização, através de suas políticas socioeconômicas, de uma estratégia global integrada com vistas à concretização dos direitos humanos trabalhistas.

Portanto, a Declaração sobre a Justiça Social para uma Globalização Equitativa (2008) apresentou uma proposta de renovação das diretrizes de proteção ao trabalho, contribuindo para um aperfeiçoamento do sistema global especial de proteção aos direitos humanos dos trabalhadores, sobretudo ao agregar novas estratégias de atuação da OIT e dos Estados-membros àquelas já previstas na Declaração de Filadélfia de 1944 e na Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho de 1998.

Entretanto, entende-se como inadequado o termo “globalização equitativa” utilizado na Declaração de 2008 porque, na atualidade, assiste-se ao predomínio de uma globalização neoliberal que impõe crescente precarização do trabalho humano e flexibilização das relações de trabalho para que as empresas possam se manter competitivas no mercado internacional, além do uso indiscriminado de terceirizações, quarteirizações etc., de cooperativas ilícitas de trabalho que mascaram o vínculo empregatício, reduzindo direitos e garantias trabalhistas.

Logo, nesse contexto de desigual distribuição da riqueza gerada pelo capitalismo jamais se poderia atingir uma globalização mais equitativa mesmo com a aplicação desta Declaração da OIT, mas não se pode descartar a contribuição deste documento para que se caminhe em direção a relações de trabalho mais justas e equânimes para que o trabalhador possa ter uma vida mais digna.

Além disso, é imperioso que a OIT e seus Estados-membros avancem mais na promoção e na tutela dos direitos dos trabalhadores rumo à concretização do trabalho digno em nível interno e internacional, especialmente com a adoção políticas públicas sociais e econômicas de fomento ao trabalho e de proteção em face do desemprego que consolidem a primazia da dignidade humana do trabalhador.

3.3 Convenções e Recomendações da OIT: Conceito e Aplicabilidade

A Organização Internacional do Trabalho, em sua atividade normativa, elabora as recomendações e convenções internacionais no intuito de

disciplinar as relações jurídicas trabalhistas, buscando maior justiça social e valorização do trabalho humano.

As recomendações da OIT são “instrumentos internacionais, destituídos da natureza de tratados, adotados pela Conferência Internacional do Trabalho sempre que a matéria nelas versada não possa ser ainda objeto de uma convenção. A criação de uma recomendação pode se dar, dentre outros motivos, pelo fato de as disposições aprovadas pela Conferência da OIT não terem contado com número suficiente de adesões”¹⁸⁷.

Logo, as recomendações não são tratados internacionais e, por não terem obtido um número suficiente de adesões para se transformarem em convenções, servem apenas como *sugestão, modelo ou indicação* para os Estados-membros da OIT.

Entretanto, as recomendações da OIT são normas internacionais *sui generis*, pois, contrariamente aos demais tipos de recomendações, elas impõem certos deveres aos Estados-membros, ainda que de caráter formal, com base no artigo 19, § 6º, alíneas ‘b’ e ‘d’ da Constituição da OIT, *in verbis*¹⁸⁸:

Art. 19. 6. Em se tratando de uma recomendação:
[...]

b) cada um dos Estados-Membros compromete-se a submeter, dentro do prazo de um ano a partir do encerramento da sessão da Conferência (ou, quando, em razão de circunstâncias excepcionais, tal não for possível, logo que o seja, sem nunca exceder o prazo de 18 meses após o referido encerramento), a recomendação à autoridade ou autoridades em cuja competência entre a matéria, a fim de que estas a transformem em lei ou tomem medidas de outra natureza;

[...]

d) além da obrigação de submeter a recomendação à autoridade ou autoridades competentes, o Membro só terá a de informar o Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho - nas épocas que o Conselho de Administração julgar convenientes - sobre a sua legislação e prática observada relativamente ao assunto de que trata a recomendação. Deverá também precisar nestas informações até que ponto aplicou ou pretende aplicar dispositivos da recomendação, e indicar as modificações destes dispositivos que sejam ou venham a ser necessárias para adotá-los ou aplicá-los.

¹⁸⁷ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direito internacional público**, 2. ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 816.

¹⁸⁸ SUSSEKIND, Arnaldo. **Convenções da OIT e outros tratados**, 3. ed., São Paulo: LTr, 2007, p. 22.

Em função desse dispositivo, os Estados-membros são “obrigados” a submeter a recomendação à autoridade interna competente para ser apreciada e transformada em lei ou tomadas as medidas pertinentes em relação à matéria versada.

Ademais, os Estados-membros devem informar ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho até que ponto aplicou ou pretenderá aplicar as disposições normativas constantes da recomendação. Então, esta peculiaridade das recomendações da OIT as tornam **fonte material de direito**.

Por sua vez, as convenções são “tratados multilaterais abertos, de natureza normativa, elaborados sob os auspícios da Conferência Internacional do Trabalho, a fim de regular o trabalho no âmbito internacional e também outras questões que lhe são conexas. [...] As convenções ratificadas constituem **fonte formal de direito**, gerando para os cidadãos direitos subjetivos [...]”¹⁸⁹.

Sendo aprovados por dois terços dos presentes na Conferência, conforme previsão do artigo 19.2 da Constituição da OIT, as convenções determinam regras gerais obrigatórias para os Estados-membros, passando a integrar o seu direito interno após os trâmites legislativos pertinentes.

Portanto, as convenções possuem natureza jurídica de **tratados multilaterais abertos**¹⁹⁰, pois não possuem um destinatário determinado, estando abertas à ratificação dos países que já são membros da Organização Internacional do Trabalho ou outros que porventura venham a ser.

Ademais, não resultam do entendimento direto de representantes dos países interessados, mas são discutidas, aprovadas e assinadas no âmbito da Conferência Internacional do Trabalho, um *plenário tripartite de cunho internacional*, sendo constituída de representantes dos governos, dos trabalhadores e dos empregadores. Conforme aponta Marco Antonio Villatore¹⁹¹, a OIT é:

[...] a única pertencente à ONU com estrutura tripartite, ou seja, aquela em que participam representantes dos Estados-membros, dos trabalhadores e, por último, dos empregadores. Observamos, porém, que o Estado-membro tem sempre direito ao dobro de representantes em relação às partes sociais, devendo assim ser para a preservação da soberania do Estado-

¹⁸⁹ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direito internacional público**, op. cit., p. 807.

¹⁹⁰ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direito internacional público**, op. cit., p. 808.

¹⁹¹ VILLATORE, Marco Antonio. **Organização Internacional do Trabalho: comentários à Parte III**, in: PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Código de direito internacional dos direitos humanos anotado**, São Paulo: DPJ Editora, 2008, p. 470.

membro, evitando-se a realização de eventuais conchavos entre empregadores e empregados com o fim de, por exemplo, lesar o Governo.

A Conferência discute e aprova “o texto da convenção que é registrado nas atas da correspondente reunião e assinada pelo Presidente da própria Conferência e pelo Diretor-Geral do *Bureau* Internacional do Trabalho. Demais disso, enquanto os tratados firmados entre Estados visam à concessão de vantagens recíprocas, as convenções da OIT têm por fim a universalização das normas de proteção ao trabalho e sua incorporação ao direito positivo dos Estados-Membros”¹⁹².

As convenções, enquanto espécies normativas, estão sujeitas ao processo de revisão, pois muitas vezes são necessárias a implementação de modificações ao texto original, “seja em razão das observações colhidas com sua aplicação ou das dificuldades apontadas para a integração de suas normas no direito interno dos Membros da Organização, seja em virtude do progresso alcançado em relação ao respectivo tema por grande parte das legislações nacionais ou por inúmeros outros fatores que justificam o reexame do diploma anterior”¹⁹³.

Para que uma convenção internacional da OIT tenha *vigência no plano internacional*, é necessária a ratificação por um número mínimo de Estados-membros previsto no próprio instrumento, normalmente dois, e de um determinado prazo. A vigência no âmbito internacional, com pequenas variações, ocorre após doze meses do registro de suas ratificações no *Bureau* Internacional do Trabalho, cumprindo ao Diretor-geral comunicar essa data a todos os Estados-membros. Uma vez em vigor internacionalmente, a convenção terá vigência indeterminada.

Arnaldo Sussekind¹⁹⁴ aponta que é necessário distinguir a **vigência internacional da convenção** (*vigência objetiva, ou seja, vigência da convenção em si mesma*) da **vigência em relação ao Estado que aderiu à convenção** (*vigência subjetiva, ou seja, a obrigatoriedade de uma convenção para um determinado Estado*), pois a “vigência nacional (subjetiva) decorrente da ratificação é de dez anos, prorrogando-se por novos decênios se o respectivo Estado não a denunciar nos doze meses subsequentes a cada período de dez anos. Todavia, ainda que, em virtude de denúncias o número de Estados que permanecem vinculados à

¹⁹² MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direito internacional público**, op. cit., p. 808-809.

¹⁹³ SUSSEKIND, Arnaldo, **Direito internacional do trabalho**, op. cit., p. 198.

¹⁹⁴ SUSSEKIND, Arnaldo, **Direito internacional do trabalho**, op. cit., p. 193-195.

convenção seja inferior ao exigido para sua vigência internacional, essa não se suspende”.

No intuito de que as convenções cumpram sua função normativa, a Constituição da OIT (artigo 19, §5º) impõe aos Estados-membros a obrigação de submeter seus textos no prazo máximo de dezoito meses à autoridade nacional competente – normalmente o Congresso Nacional ou Parlamento - para sua aprovação na forma de lei ou de outra espécie normativa, adotando as medidas necessárias. O Estado-membro que obtiver o consentimento da autoridade competente deve comunicar ao Diretor-Geral da OIT a ratificação formal da convenção, devendo tomar as medidas necessárias para efetivar as disposições nela contidas.

Então, quando o texto da convenção da OIT, após os trâmites previstos na Constituição dos Estados, integra-se ao direito interno, torna-se obrigatória em todo o território nacional daquele país. Após o término deste processo para a incorporação da convenção ratificada ao direito interno, o respectivo Estado obriga-se a cumprir as disposições nela previstas, pois aderiu livremente a tais normas.

Em relação aos outros países integrantes do MERCOSUL, verifica-se que, ao longo dos últimos anos, eles também vêm adotando significativos tratados internacionais que, após devidamente ratificados, são incorporados ao ordenamento jurídico interno com força normativa, ampliando os sistemas jurídicos de proteção aos direitos fundamentais já existentes na ordem jurídica pátria.

Os países integrantes do MERCOSUL – especificamente Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – são também membros da Organização Internacional do Trabalho, tendo ratificado as principais convenções internacionais que garantem os direitos essenciais dos trabalhadores, consoante explicitado a seguir, bem como outros tratados internacionais de direitos humanos, havendo expressivo arcabouço jurídico para a tutela do trabalho digno, embora sua efetiva concretização no MERCOSUL ainda encontre obstáculos no campo econômico e político.

3.4 CONVENÇÕES DA OIT APLICÁVEIS NOS PAÍSES INTEGRANTES DO MERCOSUL

Desde sua criação em 1919, a OIT, através de sua Constituição, convenções e recomendações, vem apregoando a necessidade de se buscar maior

justiça social com condições de trabalho mais seguras e dignas, havendo uma distribuição mais equânime da riqueza gerada no sistema capitalista entre os trabalhadores no intuito de se garantir uma vida digna para os povos.

A OIT, ao longo de sua história, adotou três principais declarações - Declaração de Filadélfia (1944), Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho (1988) e Declaração sobre a Justiça Social para uma Globalização Equitativa (2008) – e diversas convenções internacionais que, conjuntamente, fundamentam um sistema jurídico especial de proteção aos direitos humanos dos trabalhadores, sendo plenamente aplicáveis aos Estados integrantes do MERCOSUL que também são membros desta organização internacional.

Esses documentos trouxeram aos Estados mercosulistas a obrigação de respeitar, promover e tornar realidade as normas previstas nas convenções por eles ratificadas e incorporadas de boa-fé ao seu direito interno. Dentre as temáticas disciplinadas nestas convenções, a OIT aponta a existência de **quatro áreas prioritárias de atuação**, a saber: a) liberdade sindical e negociação coletiva; b) eliminação do trabalho forçado; c) abolição do trabalho infantil e d) eliminação da discriminação. Essas prioridades de atuação da OIT se refletem na revisão e implementação de suas convenções internacionais pelos Estados-partes, objetivando a concretização do trabalho digno.

Dentre as cento e oitenta e nove convenções já aprovadas pela OIT até julho de 2014, são consideradas “**Convenções Fundamentais**” aquelas relacionadas às quatro áreas acima referidas: Convenção nº 29 sobre Trabalho Forçado ou Obrigatório (1930); Convenção nº 105 sobre Abolição do Trabalho Forçado (1957); Convenção nº 100 sobre a Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres por Trabalho de Igual Valor (1951); Convenção nº 111 sobre a Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão (1958); Convenção nº 138 sobre a Idade Mínima para Admissão de Emprego (1973); Convenção nº 182 sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil (1999); Convenção nº 87 sobre a Liberdade Sindical e Proteção ao Direito de Sindicalização (1948) e Convenção nº 98 sobre Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva (1949).

Além disso, a OIT considera como “**Convenções de Prioridade dos Governos**” as seguintes: Convenção nº 81 sobre Inspeção do Trabalho na Indústria e comércio (1947), Convenção nº 122 sobre Política de Emprego (1964), Convenção nº 129 sobre Inspeção do Trabalho na Agricultura (1969), Convenção nº

144 sobre Consultas Tripartites sobre Normas Internacionais do Trabalho (1976). Todas as demais convenções da OIT seriam de caráter mais técnico¹⁹⁵.

Apesar da OIT elencar algumas convenções como “mais prioritárias ou fundamentais” relacionadas a liberdade sindical, eliminação de trabalho forçado ou escravo, abolição do trabalho infantil e eliminação da discriminação, entende-se que **todas as convenções** desta organização possuem significativa importância em nível internacional, pois disciplinam, regulamentam e tutelam direitos humanos dos trabalhadores, não podendo haver distinções de quaisquer natureza entre as convenções.

Nesse sentido, é o posicionamento de Arion Sayão Romita¹⁹⁶ que critica a tipificação de “fundamentais” atribuída a algumas convenções:

[...] ao afirmar que apenas sete entre as 181 convenções então existentes apresentam caráter fundamental, a Declaração [de Filadélfia] rebaixou as demais ao nível de acessórias ou desimportantes, o que prejudica a ratificação. [...] Nem a Constituição nem o Regulamento da Conferência Internacional do Trabalho estabelecem distinção quanto à natureza das convenções internacionais.

Todas as convenções da OIT possuem importância jurídica e axiológica no âmbito do sistema global especial de proteção aos direitos humanos dos trabalhadores, sendo necessário o estudo das disposições normativas mais expressivas das principais convenções aplicáveis ao Brasil, a Argentina, ao Paraguai e ao Uruguai que são Estados-membros da OIT - excluindo aquelas convenções que tratam de liberdade sindical e negociação coletiva - e integrantes da estrutura original do MERCOSUL, no intuito de se apreender se a concepção de trabalho digno está sendo implementada nestes países.

Assim, foram analisadas as convenções da OIT aplicáveis nos países integrantes do MERCOSUL que fossem mais pertinentes para o estabelecimento de um **núcleo duro**¹⁹⁷ (trabalho infantil, trabalho da mulher e maternidade,

¹⁹⁵ Disponível em <<http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:12001:0::NO::>>, acesso em: 26 mar. 2014.

¹⁹⁶ ROMITA, Arion Sayão. **Direitos fundamentais nas relações de trabalho**, 2. ed. rev. e aum., São Paulo: LTr, 2007, p. 228.

¹⁹⁷ A OIT aprovou a **Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho** (1998), estabelecendo quatro áreas prioritárias de atuação para a concretização dos direitos humanos trabalhistas: liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; abolição efetiva do trabalho infantil e eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação. O estabelecimento deste **núcleo**

discriminação no trabalho, inclusive em relação a trabalhadores migrantes, políticas de emprego e proteção em face do desemprego e trabalho escravo) apto a embasar o estudo do trabalho digno no MERCOSUL, consoante será verificado nos tópicos seguintes.

3.4.1 Convenção nº 95: Proteção do Salário (1949)

A Convenção nº 95, *de natureza técnica*, disciplina a proteção do salário dos trabalhadores, foi aprovada originalmente na Trigesima Segunda Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra em 1949, entrando em vigor no plano internacional em 24 de setembro de 1952.

No Brasil foi ratificada em 25 de abril de 1957; na Argentina em 24 de setembro de 1956, no Paraguai em 21 de março de 1966 e no Uruguai em 18 de março de 1954, estando vigente no plano interno destes Estados.

O salário compreende o valor pago pelo empregador como contraprestação ajustada pela prestação de serviços em razão do contrato de trabalho, conforme previsão contida no artigo 1º:

Para os fins da presente convenção, o termo “salário” significa qualquer que seja a denominação ou modo de cálculo, a remuneração ou os ganhos suscetíveis de serem avaliados em espécie ou fixados por acordo ou pela legislação nacional, que são devidos em virtude de um contrato de aluguel de serviços, escrito ou verbal, por um empregador a um trabalhador, seja por trabalho efetuado, ou pelo que deverá ser efetuado, seja por serviços prestados ou que devam ser prestados.

A Convenção nº 95 é aplicável a todos os trabalhadores assalariados, estabelecendo a forma e o local adequado do pagamento do salário, proibindo-se quaisquer descontos não autorizados pelo trabalhador, salvo prescritos na legislação nacional, convenções coletivas ou sentença arbitral, por se tratar de verba trabalhista de caráter alimentar amparada pelos princípios jurídicos da irredutibilidade e intangibilidade salariais.

Os descontos nos salários não serão autorizados, salvo sob limites prescritos na legislação nacional, convenção coletiva ou sentença arbitral, sendo os trabalhadores devidamente informados sobre o modo como a autoridade competente

duro procurou contemplar essas áreas prioritárias, com exceção da liberdade sindical e da negociação coletiva porque as relações coletivas de trabalho não são objeto de estudo nesta tese.

efetuará tais descontos. É expressamente proibido efetuar quaisquer descontos salariais cuja finalidade seja assegurar o pagamento direto ou indireto do trabalhador ao empregador, representante deste ou qualquer intermediário (artigos 8º e 9º).

Os salários serão pagos exclusivamente em moeda de curso legal, sendo proibido o pagamento sob forma de ordem de pagamento, bônus, cupons ou qualquer outra forma que se suponha representar a moeda corrente nacional. A autoridade competente poderá permitir o pagamento do salário em cheque ou vale postal, quando esse modo de pagamento for prática corrente em razão de circunstâncias especiais, quando uma convenção coletiva ou sentença arbitral o determinar ou quando o trabalhador consentir (artigo 3º).

Ademais, o salário será pago em intervalos regulares, a menos que haja outras combinações satisfatórias, prescritos na legislação nacional, por convenção coletiva ou sentença arbitral. Quando o contrato de trabalho findar, o pagamento final da totalidade devida será feito em conformidade com a legislação nacional, convenção coletiva ou sentença dentro de um prazo razoável (artigo 12).

O pagamento do salário será realizado somente em dias úteis no local de trabalho ou nas suas proximidades a menos que a legislação nacional, convenção coletiva ou sentença arbitral disponham de modo diverso, ficando proibido que o pagamento seja realizado em bares ou estabelecimentos similares, salvo quando se trate de pessoas ocupadas nesses locais (artigo 13).

Os países integrantes do MERCOSUL ratificaram esta convenção nas décadas de 1950 e 1960 que trouxe significativa proteção jurídica ao salário que possui cunho alimentar e garante a manutenção da sobrevivência dos trabalhadores e de sua família, encontrando amparo na legislação pátria destes Estados, o que impacta positivamente para o processo de integração regional do bloco.

3.4.2 Convenção nº 97: Trabalhadores Migrantes (1949)

A Convenção nº 97, *de natureza técnica*, apresenta disposições sobre os trabalhadores migrantes e foi aprovada originalmente na Trigésima Segunda Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra em 1949, entrando em vigor no plano internacional em 22 de janeiro de 1952.

Dentre os países integrantes do MERCOSUL, no Brasil a convenção foi ratificada em 18 de junho de 1965 e no Uruguai em 18 de março de 1954, mas a

Argentina e o Paraguai não a ratificaram até o presente momento, o que impõe entraves e dificuldades para tutelar a questão do trabalhador migrante no bloco mercosulista.

A Convenção nº 97 é bastante extensa, contendo vinte e três artigos complementados por três anexos: Anexo I - *Recrutamento, colocação e condições de trabalho dos trabalhadores imigrantes que não tenham sido contratados em virtude de acordos sobre migrações coletivas celebradas sob controle governamental*; Anexo II - *Recrutamento, colocação e condições de trabalho dos trabalhadores migrantes que tenham sido recrutados em virtude de acordos sobre migrações coletivas celebrados sob controle governamental* e Anexo III - *Importação de artigos de uso pessoal, ferramentas e equipamento dos trabalhadores migrantes*. Em razão de sua extensão somente serão observados os artigos 6º, 7º, 8º e 11 da parte principal, não incluindo os anexos.

Segundo prevê o artigo 6º, todo Estado-membro, que ratificou a presente convenção, obriga-se a aplicar aos imigrantes que se encontrem legalmente em seu território, sem discriminação de nacionalidade, raça, religião ou sexo, um tratamento que não seja inferior ao aplicado a seus próprios nacionais com relação aos seguintes assuntos: a) remuneração, compreendidos os abonos familiares quando estes fizerem parte da mesma, a duração do trabalho, as horas extraordinárias, férias remuneradas, restrições do trabalho a domicílio, idade de admissão no emprego, aprendizagem e formação profissional, trabalhos das mulheres e dos menores; b) filiação a organizações sindicais e gozo das vantagens que oferecem as convenções coletivas do trabalho; c) habitação; d) a seguridade social, isto é, as disposições legais relativas aos acidentes de trabalho, enfermidades profissionais, maternidade, doença, velhice e morte, desemprego e encargos de família, assim como a qualquer outro risco que, de acordo com a legislação nacional esteja coberto por um regime de seguridade social; e) impostos, taxas e contribuições concernentes ao trabalho percebidas em relação à pessoa empregada e f) ações judiciais relativas às questões mencionadas nesta convenção.

Ademais, todo o Estado no qual se ache em vigor a presente convenção obriga que suas autoridades relacionadas ao serviço emprego, inclusive, envolvendo as migrações, colaborem com os serviços correspondentes dos demais Membros da OIT. Todas as operações efetuadas pelo serviço público de emprego do

Estado-membro não pode acarretar despesas para os trabalhadores migrantes (artigo 7º).

Finalmente, a convenção dispõe em seu artigo 8º que o trabalhador migrante que tenha sido admitido a título permanente e os membros de sua família que tenham sido autorizados a acompanhá-lo não poderão ser recambiados ao seu território de origem ou ao território de onde tenham emigrado, quando por motivo de enfermidade ou acidente, o trabalhador imigrante não puder exercer seu trabalho, a menos que a pessoa interessada o deseje ou assim o estipule um acordo internacional em que seja parte o Estado-membro.

Para os efeitos desta Convenção, a expressão “trabalhador migrante” designa toda pessoa que emigra de um país para outro com o fim de ocupar um emprego que não será exercido por sua própria conta e compreende qualquer pessoa normalmente admitida como trabalhador migrante. Esta convenção se aplica aos trabalhadores fronteiriços, à entrada, por um curto período, de pessoas que exerçam profissão liberal e de artistas e aos trabalhadores marítimos (artigo 11).

No âmbito do MERCOSUL, os Estados-membros devem buscar a efetivação de garantias aos direitos dos trabalhadores migrantes, no intuito de combater as condições degradantes de trabalho e o trabalho forçado ou escravo que, na maioria dos casos, é imposto aos migrantes.

Outrossim, cabe ressaltar que nenhum dos países mercosulistas, objeto do presente estudo, ratificou outra importante convenção que disciplina o trabalho migrante: é a Convenção nº 143 da OIT – vigente no plano internacional desde 09 de dezembro de 1978 - que trouxe provisões suplementares para a questão dos trabalhadores migrantes e complementou a Convenção nº 97.

Esta situação traz mais incertezas para a proteção do trabalho dos migrantes no âmbito do MERCOSUL que prevê no Tratado de Assunção, em seu artigo 1º, a livre circulação de pessoas no bloco. Porém, se os países integrantes do MERCOSUL não ratificaram as principais convenções internacionais para a proteção dos trabalhadores migrantes, ficará prejudicado o processo de integração regional que, necessariamente, pressupõe a circulação de trabalhadores entre os Estados-membros do bloco.

3.4.3 Convenção nº 100: Salário Igual para Trabalho de Igual Valor entre o Homem e a Mulher (1951)

Considerada de *natureza fundamental* pela OIT, a Convenção nº 100 disciplina a igualdade salarial entre os homens e as mulheres para trabalho exercido em igualdade de condições; foi aprovada originalmente na Trigésima Quarta Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra em 1951, entrando em vigor no plano internacional em 23 de maio de 1953.

No Brasil, foi ratificada em 25 de abril de 1957, na Argentina em 24 de setembro de 1956, no Paraguai em 24 de junho de 1964 e no Uruguai em 16 de novembro de 1989, estando vigente no plano interno destes países integrantes do MERCOSUL.

Esta convenção objetiva impor uma igualdade substancial entre homens e mulheres, no exercício do seu labor, pessoas que naturalmente são desiguais. A norma internacional estabelece um tratamento jurídico desigual entre pessoas de sexos diferentes para que haja a concretização fática de maior igualdade, sobretudo na remuneração do trabalho, e não apenas uma igualdade meramente formal.

Vislumbra-se a adoção do princípio de não discriminação nas relações de trabalho o qual representa, na verdade, a aplicação ampla do princípio da isonomia ou igualdade¹⁹⁸, consoante aponta J. J. Calmon de Passos¹⁹⁹:

A igualdade substancial é um objetivo constitucionalmente tutelado. Mas como igualar substancialmente pessoas entre si tão diferenciadas? A única solução é desigualá-las em termos jurídicos para que através desse desigual tratamento se obtenha maior igualdade substancial. Desigualar nesses termos é

¹⁹⁸ Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, “rezam as constituições – e a brasileira estabelece no art. 5º, *caput* – que todos são iguais perante a lei. Entende-se, em concorde unanimidade, que o alcance do princípio não se restringe a nivelar os cidadãos diante da norma legal posta, mas que a própria lei não pode ser editada em desconformidade com a isonomia. O preceito magno da igualdade [...] é norma voltada quer para o aplicador da lei quer para o próprio legislador. Deveras, não só perante a norma posta se nivelam os indivíduos, mas, a própria edição dela assujeita-se ao dever de dispensar tratamento equânime às pessoas. [...] A Lei não deve ser fonte de privilégios ou perseguições, mas instrumento regulador da vida social que necessita tratar equitativamente todos os cidadãos. Este é o conteúdo político-ideológico absorvido pelo princípio da isonomia e juridicizado pelos textos constitucionais em geral, ou de todo modo assimilado pelos sistemas normativos vigentes” (MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Conteúdo jurídico do princípio da igualdade**, 3. ed., 17 tir., São Paulo: Malheiros Editores, 2009, p. 09-10).

¹⁹⁹ PASSOS, J. J. Calmon. **O princípio de não discriminação**, in: ROMITA, Arion Sayão (Org.). **Curso de direito constitucional do trabalho**: estudos em homenagem ao Professor Amauri Mascaro Nascimento, v. 1, São Paulo: LTr, 1991, p. 127.

permanecer fiel ao princípio constitucional da igualdade e seu consectário lógico, o princípio de não discriminação. Desigualar em termos diversos é discriminar, o que está constitucionalmente vetado.

Portanto, ao preceituar a garantia de salário igual para trabalho de igual valor entre homens e mulheres, esta convenção busca a aplicação do princípio de não discriminação no intuito de se concretizar a igualdade substancial entre as pessoas do sexo oposto, que são naturalmente desiguais, no intuito de se caminhar para a afirmação de relações de trabalho pautadas na dignidade do trabalhador, numa sociedade mais justa e solidária.

A convenção no artigo 1º estabelece que o termo “remuneração” compreende o salário, de base ou mínimo, e todas as outras vantagens, pagas direta ou indiretamente, em espécie ou *in natura* pelo empregador ao trabalhador em razão do emprego. A expressão “igualdade de remuneração para a mão de obra masculina e a mão de obra feminina por um trabalho de igual valor”, se refere às taxas de remuneração fixas sem discriminação fundadas no sexo.

Cada Estado-membro deverá incentivar e assegurar a aplicação a todos os trabalhadores do princípio de igualdade de remuneração para homens e mulheres por um trabalho de igual valor. Este princípio poderá ser aplicado pela legislação nacional, por convenções coletivas firmadas entre empregadores e empregados ou por uma combinação desses meios (artigo 2º).

Deverão ser tomadas medidas para uma avaliação objetiva dos empregados e de seus trabalhos. Os métodos utilizados para esta avaliação poderão ser objeto de decisões, seja da parte das autoridades competentes em relação à fixação do valor da remuneração, seja pela decisão das partes integrantes das convenções coletivas de trabalho quando o valor da remuneração for fixado nestes pactos. As diferenças no valor da remuneração quando resultante desta avaliação objetiva e técnica realizada nos trabalhos efetuados, não sendo consideradas as diferenças de sexo, não serão avaliadas como contrárias ao princípio da igualdade de remuneração para trabalho exercido em condições iguais (artigo 3º).

Finalmente, o artigo 4º estabelece que cada Estado-membro colaborará com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas para a efetivação das disposições desta convenção.

Os países integrantes do MERCOSUL ratificaram esta convenção em busca da efetivação da igualdade de condições de trabalho entre homens e mulheres,

mas é necessário se avançar mais para a eliminação das discriminações de gênero ainda existentes, sobretudo, para o avanço da integração regional no bloco.

3.4.4 Convenção nº 103: Proteção à Maternidade (1952)

A Convenção nº 103, de *natureza técnica*, disciplina a proteção à maternidade no exercício do trabalho e, conseqüentemente garante ao infante o amparo materno, em especial nos primeiros meses de vida. Ela foi aprovada na Trigésima Quinta Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra em 1952, entrando em vigor no plano internacional em 07 de junho de 1958.

Dentre os países integrantes do MERCOSUL, não foi ratificada pela Argentina e pelo Paraguai, representando um retrocesso na tutela à maternidade no contexto laboral e foi ratificada integralmente pelo Uruguai em 18 de março de 1954.

No caso do Brasil, houve a ratificação em 18 de junho de 1965 e sua promulgação pelo Decreto nº 58.820, de 14/07/1966, mas não houve a recepção nesta proteção à maternidade das ocupações previstas no artigo 7º, parágrafo 1º, ‘b’ e ‘c’: trabalhos executados em empresas agrícolas outras que não plantações e no trabalho doméstico assalariado. Estas exceções não mais estão em vigência no direito interno brasileiro em face de preceitos previstos na Constituição de 1988 e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que disciplina a maioria das relações laborais no âmbito privado.

A Constituição no artigo 7º, inciso XVIII previu o direito à “licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias”. Por sua vez, a CLT possui vários dispositivos protetivos à maternidade com destaque para: a) artigo 391: não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher se ela contrair matrimônio ou encontrar-se em estado de gravidez, sendo proibida qualquer restrição em norma coletiva; b) artigo 392, § 4º: garante à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário, o direito à transferência de função, quando as condições de saúde o exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho e dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares; c) o artigo 392-A da CLT estabelece licença maternidade à mãe adotante, independentemente da idade da criança; d) o art. 391-A garante a estabilidade provisória à empregada gestante mesmo que a

confirmação do estado de gravidez ocorra durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado etc.

Além disso, no caso das trabalhadoras domésticas, a Lei nº 11.324/2006 concedeu-lhes a estabilidade provisória dentre seus direitos, vedando sua dispensa arbitrária ou sem justa causa desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, sendo concedida a licença-maternidade (art. 4º-A).

Tais previsões são importantes instrumentos jurídicos de proteção à maternidade das trabalhadoras e ao infante, não predominando mais no ordenamento jurídico brasileiro a exceção prevista no artigo 7º, parágrafo 1º, 'b' e 'c' da Convenção nº 103 da OIT.

Segundo o artigo II, para os fins desta convenção, o termo “mulher” designa toda pessoa do sexo feminino, qualquer que seja sua idade ou nacionalidade, raça ou crenças religiosas, casada ou não, e o termo “filho” designa toda criança nascida de matrimônio ou não.

O artigo III, incisos 1, 2 e 3 estabelece que toda mulher tem o direito, mediante exibição de um atestado médico que indica a data provável de seu parto, a uma licença maternidade que será, no mínimo, de doze semanas e uma parte dela será tirada obrigatoriamente após o parto não podendo ser inferior a seis semanas. O restante da licença total poderá ser tirado, segundo estabelecer a legislação nacional, seja antes da data provável do parto, seja após a data da expiração da licença obrigatória, seja, ainda, uma parte antes da primeira destas datas e uma parte depois da segunda.

Prevê este artigo III, nos incisos 4 e 5, que se o parto ocorrer depois da data presumida, a licença tirada anteriormente se prorroga automaticamente até a data efetiva do parto e a duração da licença obrigatória depois do parto não deverá ser diminuída por esse motivo. Em caso de doença confirmada por atestado médico como resultante da gravidez, a legislação nacional deve prever uma licença pré-natal suplementar cuja duração máxima pode ser estipulada pela autoridade competente. Em caso de doença confirmada por atestado médico como corolário de parto, a mulher tem direito a uma prorrogação da licença após o parto cuja duração máxima pode ser estipulada pela autoridade competente.

O artigo IV, incisos 1, 2 e 3 dispõem que se uma mulher se ausentar de seu trabalho em virtude das situações previstas no artigo III, terá direito a prestações em espécie (benefícios previdenciários) e a assistência médica. Esses

benefícios previdenciários serão estipulados pela legislação nacional de maneira a serem suficientes para assegurar plenamente a subsistência da mulher e de seu filho em boas condições de higiene e segundo um padrão de vida apropriada. A assistência médica abrangerá assistência pré-natal, durante e após o parto, bem como hospitalização quando for necessária; a livre escolha do médico e livre escolha entre um estabelecimento público ou privado serão respeitadas.

Além disso, os benefícios previdenciários e a assistência médica serão concedidas nos moldes de um sistema de seguro obrigatório ou mediante pagamento efetuado por fundos públicos, porém, em ambos os casos, serão concedidos de pleno direito a todas as mulheres que preencham as condições estipuladas. As mulheres que não podem pretender, de direito, a quaisquer prestações, receberão apropriadas prestações pagas por fundos de assistência pública. Quando os benefícios previdenciários fornecidos nos moldes de um sistema de seguro social obrigatório tiverem por base nos proventos anteriores da trabalhadora, eles não poderão ser interiores a dois terços destes proventos tomados em consideração (artigo IV, incisos 4, 5 e 6).

Se a mulher amamentar seu filho, será autorizada a interromper seu trabalho com esta finalidade durante um ou vários períodos cuja duração será fixada pela legislação nacional. As interrupções do trabalho para fins de aleitamento devem ser computadas na duração do trabalho e remuneradas, conforme regulamentação prevista na legislação nacional e em convenções coletivas de trabalho (artigo V).

Finalmente, quando uma mulher se ausentar de seu trabalho em virtude dos casos previstos no artigo III desta convenção, será ilegal ao seu empregador despedi-la durante este período, inclusive se o prazo do aviso prévio também terminar durante o mesmo (artigo VI).

A Convenção nº 103 está vigente no direito interno dos países integrantes do MERCOSUL com vistas a efetiva proteção à mulher em sua condição de mãe e, conseqüentemente, ao infante, preservando os postos de trabalho femininos e garantindo maior igualdade de condições de trabalho entre homens e mulheres, porém, é necessário se avançar mais para a eliminação das discriminações de gênero ainda existentes no mundo do trabalho.

3.4.5 Convenção nº 105: Abolição do Trabalho Escravo (1957)

Considerada de *natureza fundamental* pela OIT, a Convenção nº 105, concernente à abolição do trabalho forçado, foi adotada em Genebra em 1957, na Quadragésima Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, entrando em vigor no plano internacional em 17 de janeiro de 1959. No Brasil, foi ratificada em 18 de junho de 1965, na Argentina em 18 de janeiro de 1960, no Paraguai em 16 de maio de 1968 e no Uruguai em 22 de novembro de 1968, estando vigente no plano interno destes países integrantes do MERCOSUL.

Esta convenção é bastante concisa, disciplinando, basicamente, em seu artigo 1º que qualquer Estado-membro da OIT se compromete a suprimir o trabalho forçado ou obrigatório e a não recorrer ao mesmo sob nenhuma forma: seja como medida de coerção ou de educação política ou como sanção dirigida a pessoas que tenham ou expressem certas opiniões políticas, ou manifestem sua oposição ideológica, à ordem política, social ou econômica estabelecida; seja como método de mobilização e de utilização da mão-de-obra para fins de desenvolvimento econômico; seja como medida de disciplina de trabalho; seja como punição por participação em greves ou mesmo como medida de discriminação racial, social, nacional ou religiosa.

Além disso, qualquer Estado-membro da OIT, ao ratificar a presente convenção, compromete-se a adotar medidas eficazes para a abolição imediata e completa do trabalho forçado ou obrigatório.

A Convenção nº 103 da OIT ao preceituar a abolição do trabalho forçado também encontra amparo jurídico no Pacto São José da Costa Rica (1969) – integrante do sistema regional interamericano de proteção aos direitos humanos – ao dispor no artigo 5º que toda pessoa tem direito ao respeito de sua integridade física, psíquica e moral e no artigo 11 que prevê a proteção ampla da honra e da dignidade humanas, pois ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias em sua vida privada, na de sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação, sendo toda pessoa detentora do direito à proteção da lei contra tais ingerências e ofensas.

Portanto, os países integrantes do MERCOSUL devem buscar a abolição do trabalho forçado através de ações e políticas públicas, sobretudo no contexto da integração regional, com vistas à inserção formal e regular dos trabalhadores nos postos de trabalho amparada na legislação laboral dos respectivos

Estados e, porventura, naquela que venha a ser criada no âmbito do bloco mercosulista.

3.4.6 Convenção nº 111: Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação (1958)

A Convenção nº 111 - também considerada de *natureza fundamental* pela OIT - trata da proibição de discriminação em matéria de emprego e ocupação entre os trabalhadores, foi aprovada na Quadragésima Segunda Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra em 1958, entrando em vigor no plano internacional em 15 de junho de 1960.

No Brasil, foi ratificada em 26 de novembro de 1965, na Argentina em 18 de Junho de 1968, no Paraguai em 10 de julho 1967 e no Uruguai em 16 de novembro de 1989, estando vigente no plano interno destes países integrantes do MERCOSUL.

O artigo 1º desta convenção estabelece que o termo “discriminação” compreende: a) toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão e b) qualquer outra distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou tratamento em matéria de emprego ou profissão que poderá ser especificada pelo Estado-membro depois de consultadas as organizações representativas de empregadores e trabalhadores ou outros organismos adequados. Porém, as distinções, exclusões ou preferências fundadas em qualificações exigidas para um determinado emprego não são consideradas como discriminação. As palavras “emprego” e “profissão” incluem o acesso à formação profissional, ao emprego e às diferentes profissões, bem como as condições de emprego.

O Estado-membro que tenha incorporado em sua ordem jurídica interna a presente convenção se compromete a formular e aplicar uma política nacional que tenha por fim promover a igualdade de oportunidade e de tratamento em matéria de emprego e profissão no intuito de eliminar toda discriminação nessa matéria (artigo 2º).

Segundo prevê o artigo 3º, quando a convenção estiver em vigor, o Estado-membro deve: a) esforçar-se por obter a colaboração da organização de empregadores e trabalhadores e de outros organismos apropriados, com o fim de favorecer a aceitação e aplicação desta política; b) promulgar leis e encorajar os programas de educação próprios a assegurar a aceitação e aplicação desta convenção; c) revogar as disposições legislativas e modificar as disposições ou práticas administrativas incompatíveis com esta política, d) aplicar esta política nos empregos dependentes do controle direto da autoridade nacional, e) assegurar a aplicação desta política nas atividades dos serviços de orientação profissional, formação e colocação profissionais dependentes do controle da autoridade nacional e f) indicar nos seus relatórios anuais sobre a aplicação desta convenção as medidas tomadas em conformidade com esta política e os resultados obtidos.

As medidas especiais de proteção ou de assistência previstas em outras convenções ou recomendações adotadas pela OIT não são consideradas como discriminação. Qualquer Estado-membro pode - depois de consultar as organizações representativas de empregadores e trabalhadores - definir como não discriminatórias quaisquer outras medidas especiais que tenham por fim salvaguardar as necessidades particulares de pessoas em relação às quais a atribuição de uma proteção ou assistência especial seja reconhecida como necessária, por razões tais como o sexo, a invalidez, os encargos de família ou o nível social ou cultural (artigo 5º).

Verifica-se também nesta convenção a adoção do princípio de não discriminação nas relações de trabalho que representa a aplicação do próprio princípio da isonomia, consoante já preceituado, buscando a concretização fática da igualdade substancial entre as pessoas cujas diferenças se fundam em etnia, sexo, religião, opinião, nacionalidade etc., no intuito de lhes conceder maior igualdade jurídica.

O Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai - países integrantes do MERCOSUL - ratificaram esta convenção em busca da efetivação de maior igualdade nas relações de trabalho entre pessoas naturalmente desiguais em razão de etnia, sexo, religião, nacionalidade, dentre outras, mas ainda é necessário se avançar mais para a eliminação das discriminações em matéria de ocupação e emprego ainda existentes, especialmente entre os trabalhadores migrantes utilizados, na maioria das vezes, como mão de obra barata em trabalhos forçados ou em condição análoga à escravidão.

3.4.7 Convenção nº 122: Política de Emprego (1964)

Considerada como de *prioridade governamental* pela OIT, a Convenção nº 122 sobre Política de Emprego foi aprovada na Quadragésima Nona Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra em 1964 e entrou em vigor, no âmbito internacional, em 15 de julho de 1966. No Brasil foi ratificada em 24 de março de 1969, o Paraguai em 20 de fevereiro de 1969 e o Uruguai em 02 de junho de 1977, mas a Argentina não a ratificou até o presente momento.

A OIT incentiva os Estados a adotarem programas e políticas tendentes a alcançar o pleno emprego e a elevar os níveis de vida dos trabalhadores, buscando condições mais dignas de trabalho com a minimização do desemprego. A presente convenção, em seu Preâmbulo, propõe a execução de políticas de emprego com o objetivo de resguardar a “todos os seres humanos, qualquer que seja sua raça, credo ou sexo, [...] o direito de assegurar o seu bem-estar material e o seu desenvolvimento espiritual dentro da liberdade e da dignidade e da tranquilidade econômica [...]”.

Com o objetivo de estimular o crescimento e o desenvolvimento econômico, de elevar os níveis de vida, de atender às necessidades de mão de obra e de resolver o problema do desemprego e do subemprego, os Estados-membros deverão formular e aplicar uma política ativa de emprego, garantindo as seguintes premissas (artigo I): a) a existência de trabalho para todas as pessoas disponíveis e em busca de trabalho; b) o trabalho deve ser o mais produtivo possível e c) a existência de livre escolha de emprego, garantindo-se aos trabalhadores todas as possibilidades para a aquisição de qualificações necessárias para ocupar um emprego que lhe convier, podendo utilizar suas qualificações, qualquer que seja sua raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social.

A convenção explicita, no artigo II, que todo o Estado-membro deverá - através de métodos adaptados às condições do país e na medida em que estas permitam - determinar e rever regularmente, nos moldes de uma política socioeconômica coordenada, as medidas a serem adotadas.

Com vistas à concretização das políticas de emprego pelos Estados, a presente convenção prevê também que sejam considerados os centros interessados nas medidas a serem tomadas, sendo consultados os representantes de empregados e

empregadores com o objetivo de considerar sua experiência e opinião nas políticas a serem adotadas, assegurando sua cooperação e apoio (artigo III).

Portanto, resgatando as diretrizes contidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos - que prevê que toda pessoa possui o direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, às condições adequadas de trabalho e direito à proteção em face do desemprego (artigo XXIII, 1) -, essa convenção expressa a existência de uma responsabilidade internacional dos Estados-membros – o que inclui os países integrantes do MERCOSUL - no sentido da concretização, no âmbito de suas particulares políticas, do desenvolvimento econômico associado ao emprego livremente escolhido pelos trabalhadores e desempenhado sob condições dignas que garantam a manutenção de sua integridade físico-psíquica.

3.4.8 Convenção nº 138: Idade Mínima para Admissão no Emprego (1973)

Considerada *fundamental* pela OIT, a Convenção nº 138 dispõe sobre a idade mínima para o início da atividade laborativa, foi aprovada na Quinquagésima Oitava Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra em 1973 e entrou em vigor, no âmbito internacional, em 06 de junho de 1973.

Dentre os países integrantes do MERCOSUL, no Brasil esta convenção foi ratificada em 28 de junho de 2001, sendo a idade mínima para admissão no emprego de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos; na Argentina foi ratificada em 11 de novembro de 1996, sendo a idade mínima de dezesseis anos; no Paraguai a ratificação ocorreu em 03 de março de 2004, sendo a idade mínima de quatorze anos (a menor dentre os países mercosulistas) e no Uruguai a convenção foi ratificada em 02 de junho de 1977, sendo a idade mínima de quinze anos para o exercício do trabalho.

Todo Estado-membro se compromete a seguir uma política nacional que assegure a efetiva abolição do trabalho infantil e eleve progressivamente a idade mínima de admissão a emprego ou a trabalho a um nível adequado ao pleno desenvolvimento físico e mental do adolescente (artigo 1º).

O artigo 2º prevê que o Estado que ratificar esta convenção especificará uma idade mínima para admissão a emprego ou trabalho em seu território, não podendo ocorrer a admissão com idade inferior a que for fixada. A

idade mínima fixada no artigo 1º não será inferior à idade de conclusão da escolaridade obrigatória ou, em qualquer hipótese, não inferior a quinze anos. Entretanto, o Estado-membro - cuja economia e condições do ensino não estejam suficientemente desenvolvidas - poderá, após consulta às organizações de empregadores e trabalhadores, definir, inicialmente, uma idade mínima de quatorze anos. Se o país optar por adotar esta idade mínima de quatorze anos, deverá incluir em seus relatórios sobre a aplicação desta Convenção os motivos que subsistem para adoção dessa providência e a renúncia ao direito de se valer desta disposição a partir de uma determinada data, ou seja, há um prazo determinado para a adoção desta idade de quatorze anos.

A convenção em seu artigo 3º dispõe que não será inferior a dezoito anos a idade mínima para a admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou circunstâncias, possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do adolescente. Serão definidos por lei ou regulamentos nacionais ou pela autoridade competente, após consulta às organizações de empregadores e trabalhadores, as categorias de emprego ou trabalho às quais se aplica esta disposição. Entretanto, a lei, os regulamentos nacionais ou a autoridade competente dos Estados poderão autorizar emprego ou trabalho a partir de dezesseis anos desde que estejam plenamente protegidas a saúde, a segurança e a moral dos adolescentes envolvidos, sendo-lhes proporcionados instrução e treinamento adequados e específicos ao setor da atividade laboral desenvolvida.

Esta convenção não se aplicará a trabalho feito por crianças e adolescentes em escolas de educação vocacional ou técnica ou em outras instituições de treinamento em geral ou a trabalho feito por pessoas de, no mínimo, quatorze anos de idade dentro das condições prescritas pela autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e trabalhadores e constituir parte integrante de: a) curso de educação ou treinamento de responsabilidade de uma escola ou instituição de treinamento; b) programa de treinamento principalmente ou inteiramente executado numa empresa que tenha sido aprovado pela autoridade competente e c) programa de orientação vocacional para facilitar a escolha de uma profissão ou treinamento (artigo 6º).

A convenção em seu artigo 7º determina que as leis ou regulamentos nacionais poderão permitir o emprego ou trabalho a pessoas entre treze e quinze anos de idade em serviços leves que não prejudiquem sua saúde ou desenvolvimento e não

prejudiquem sua frequência escolar, sua capacidade de se beneficiar da instrução recebida e sua participação em programas de orientação vocacional ou de treinamento aprovados pela autoridade competente. As leis ou regulamentos nacionais poderão, ainda, permitir o emprego de pessoas com, no mínimo, quinze anos de idade, que não tenham ainda concluído a escolarização obrigatória, em trabalho que preencher os requisitos estabelecidos neste artigo, sendo que a autoridade competente definirá quais serão estas atividades e o número de horas e condições em que poderão ser desempenhadas.

Esta convenção revê a Convenção sobre a Idade Mínima na Indústria (1919), a Convenção sobre a Idade Mínima dos Marítimos (1920), a Convenção sobre a Idade Mínima na Agricultura (1921), a Convenção sobre a Idade Mínima de Estivadores e Foguistas (1921), a Convenção sobre a Idade Mínima no Emprego não-Industrial (1932), a Convenção sobre a Idade Mínima de Pescadores (1959) e a Convenção sobre a Idade Mínima no Trabalho Subterrâneo (1965), conforme previsão do artigo 10.

Em relação aos países integrantes do MERCOSUL que ratificaram a presente convenção, verifica-se que as idades mínimas para admissão ao emprego são bastante similares, em torno dos dezesseis anos, com exceção do Uruguai que é de quinze anos e do Paraguai que é de quatorze anos e, neste caso, mostra-se preocupante a delimitação mínima neste patamar porque prejudica a educação e a formação pessoal do adolescente, contribuindo para a sua precoce inserção no mercado de trabalho o que, muitas vezes, ocorre em atividades precarizadas com baixa escolaridade e qualificação profissional.

No caso do Brasil, é permitida a admissão no trabalho a partir de quatorze anos nos contratos de aprendizagem (contrato de trabalho especial ajustado por escrito e por prazo determinado regulado nos artigos 428 a 433 da Consolidação das Leis do Trabalho) que permite ao adolescente, inscrito em programa de aprendizagem, a educação e a qualificação para o trabalho concomitantemente com o exercício laborativo e, em tese, representa o acesso a formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

No âmbito do MERCOSUL, os Estados-membros devem buscar a efetivação dessa garantia da idade mínima para admissão no trabalho, dentre outras medidas, no intuito de se garantir maior acesso à educação e à formação pessoal e

profissional às crianças e aos adolescentes, combatendo as condições degradantes de trabalho impostas pelo sistema capitalista e o trabalho infantil.

3.4.9 Convenção nº 142: Desenvolvimento de Recursos Humanos (1975)

A Convenção nº 142, de *natureza técnica*, dispõe sobre a orientação profissional e a formação profissional no desenvolvimento de recursos humanos, foi aprovada na Sexagésima Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em 1975, entrando em vigor no plano internacional em 19 de julho de 1977.

No Brasil, foi ratificada em 24 de novembro de 1981 e na Argentina em 15 de junho de 1978, porém o Paraguai e o Uruguai não a ratificaram até o presente momento.

Esta convenção trata da adoção de certos programas relacionados ao desenvolvimento dos recursos humanos, disciplinando a orientação e a formação profissionais dos trabalhadores no intuito de se avançar na qualificação de mão de obra, sendo viabilizadas políticas de fomento ao trabalho.

Consoante dispõe o artigo 1º desta Convenção, os Estados-membros deverão desenvolver, através dos serviços públicos de emprego, políticas e programas de orientação e formação profissionais, considerando: a) as necessidades de emprego, oportunidades e programas em âmbito regional; b) o estágio e o nível de desenvolvimento econômico, social e cultural; c) o relacionamento recíproco entre o desenvolvimento de recursos humanos e outros objetivos de cunho econômico, social e cultural, de modo que sejam implementadas de acordo com métodos apropriados às condições nacionais de cada país. Essas políticas deverão, em condições iguais e sem quaisquer discriminações, habilitar as pessoas a desenvolverem e a utilizarem suas capacidades para o trabalho, de acordo com suas aspirações e interesses, considerando as necessidades de trabalho da sociedade.

No intuito de atingir os fins anteriormente descritos, os Estados-membros deverão desenvolver sistemas abertos, flexíveis e complementares de educação vocacional técnica e geral, de orientação profissional e educacional e de formação profissional, estejam tais atividades inseridas ou não no âmbito do sistema formal de educação (artigo 2º).

Esta convenção ressalta, ainda, a necessidade de se desenvolverem gradualmente sistemas de orientação profissional direcionados para uma ampla orientação de crianças, jovens e adultos, incluindo programas apropriados para pessoas com necessidades especiais. Esse sistema de orientação abrangerá: a) a escolha de uma ocupação; b) a formação profissional e as oportunidades educacionais correlatas; c) a situação de emprego; d) as perspectivas de promoção; e) as condições de trabalho nos vários setores de atividade econômica, social e cultural etc. (artigo 3º).

Finalmente, as políticas e os programas de orientação e de formação profissionais deverão ser formulados e implementados em cooperação com as organizações de empregadores e trabalhadores, inclusive, com outros órgãos interessados de acordo com a lei e as práticas nacionais (artigo 5º).

Essa convenção trata especificamente da educação para o trabalho como política pública de Estado, buscando maior qualificação profissional para as pessoas em idade para trabalhar no intuito de minimizar os reflexos do desemprego. Entretanto, no âmbito do MERCOSUL, apenas o Brasil e a Argentina ratificaram e incorporaram esta convenção ao seu ordenamento jurídico pátrio, limitando a atuação conjunta dos Estados integrantes do bloco na elaboração e implementação de políticas de trabalho.

3.4.10 Convenção nº 168: Promoção do Emprego e Proteção contra o Desemprego (1988)

A Convenção nº 168 possui *natureza técnica* e disciplina a promoção do emprego e a proteção contra o desemprego; foi aprovada na Septuagésima Quinta Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra em 1988, entrando em vigor no plano internacional em 17 de outubro de 1991.

No Brasil, foi ratificada em 24 de março de 1993, porém os outros países integrantes do MERCOSUL (Argentina, Paraguai e Uruguai) não a ratificaram até o presente momento.

Esta convenção é extensa, sendo constituída de trinta e nove artigos divididos nas seguintes secções: I – Disposições Gerais; II – Promoção do Emprego Produtivo; III - Contingências Cobertas; IV – Pessoas Protegidas; V – Métodos de

Proteção; VI – Indenizações que Devem Ser Atribuídas; VII – Disposições Particulares para os Novos Solicitantes de Emprego e VIII – Garantias Jurídicas, Administrativas e Financeiras, as quais disciplinam políticas de promoção do emprego produtivo e medidas de proteção ao desemprego, em especial mediante a implementação de indenizações pelos sistemas de seguridade social dos Estados-membros.

Em seu Preâmbulo, a Convenção ressalta a importância do trabalho produtivo em função dos recursos que cria para a vivência em sociedade e da renda que proporciona aos trabalhadores, outorgando-lhes um sentimento de satisfação pessoal e contribuindo para uma vida digna.

A convenção reconhece que as políticas socioeconômicas, que fomentam o crescimento sustentado, representam uma resposta à criação do emprego produtivo, alcançando as pequenas empresas, as cooperativas, o trabalho autônomo e as iniciativas particulares em prol da geração de postos de trabalho. Ela também corrobora a existência do desemprego involuntário e seus efeitos nefastos, mas frisa a importância dos sistemas de seguridade social como instrumento de apoio econômico-social às pessoas desempregadas ao realizar pagamentos de benefícios previdenciários.

O artigo 2º dispõe que todo Estado-membro deverá adotar medidas apropriadas para coordenar a política de emprego e o sistema de proteção contra o desemprego, de modo que contribuam para a promoção do pleno emprego produtivo e livremente escolhido, não dissuadindo os empregadores de oferecerem postos de trabalho e nem os trabalhadores de procurá-los.

Todo Estado signatário, de acordo com as diretrizes de suas políticas socioeconômicas, deverá cobrir a contingência de desemprego parcial; aumentar o número de pessoas protegidas pelos benefícios previdenciários; incrementar o valor das indenizações previdenciárias, ampliando a duração do seu pagamento; reduzir a duração do prazo de espera pelos benefícios; adaptar os regimes legais de seguridade social às condições da atividade profissional dos trabalhadores em tempo parcial; esforçar-se para garantir a assistência médica aos beneficiários das indenizações de desemprego e a seus dependentes etc. (artigo 5º, § 4º).

Em relação à promoção de emprego produtivo, os Estados deverão formular políticas destinadas a promover o pleno emprego produtivo e livremente escolhido, por todos os meios adequados, inclusive a seguridade social, fomentando

os serviços de formação e orientação profissionais. Deve-se implementar formas suplementares de emprego, em conformidade com a legislação nacional, especialmente aquelas destinadas às categorias de pessoas desfavorecidas que tenham ou possam ter dificuldades para encontrar emprego duradouro, tais como: as mulheres, os trabalhadores jovens, os deficientes físicos, os trabalhadores em idade avançada, os desempregados durante períodos longos, os trabalhadores migrantes em situação regular e os trabalhadores afetados por reestruturações (artigos 7º e 8º).

Outrossim, a presente Convenção possui normas específicas para os chamados “*novos solicitantes de emprego*” compreendidos como: a) aquelas categorias de trabalhadores que procuram emprego, mas que nunca foram reconhecidos como desempregados; b) aqueles que tenham deixado de ser desempregados; c) os indivíduos que nunca tenham pertencido a regimes de indenização de desemprego e d) as pessoas que tenham deixado de a eles pertencer.

Desse modo, os Estados signatários, ao implementarem políticas de fomento ao trabalho e ao emprego, devem considerar que existem pelo menos três, das dez categorias de pessoas à procura de emprego, que devem ser beneficiadas, dentre as seguintes (artigo 26 – 1): os jovens que concluíram sua formação profissional; os jovens que concluíram seus estudos; os jovens que concluíram seu serviço militar obrigatório; toda pessoa ao término de um período de dedicação à educação de um filho ou ao cuidado de um doente, um inválido ou um ancião; as pessoas cujo cônjuge tiver falecido, quando tiverem direito a um benefício de sobrevivente; as pessoas divorciadas ou separadas; os ex-doentes; os adultos, inclusive os inválidos, que tenham concluído um período de formação; os trabalhadores migrantes ao voltarem a seu país de origem, com reserva dos direitos que tiverem adquirido em virtude da legislação do último país onde tenham trabalhado e as pessoas que tenham trabalhado como autônomos.

Dessa maneira, essa convenção tem um papel significativo para a busca de maior efetivação do pleno emprego nos Estados-membros da OIT, porém, o fato de os países do MERCOSUL, com exceção do Brasil, não a terem ratificado e incorporado no ordenamento jurídico interno impõe maiores dificuldades para a execução de políticas públicas de trabalho e emprego articuladas e comuns no âmbito do processo de integração mercosulista.

3.4.11 Convenção nº 182: Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação (1999)

Considerada como fundamental pela OIT, a Convenção nº 182 proibiu as piores formas de trabalho infantil e foi aprovada na Octogésima Sétima Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra em 1999, entrando em vigor no plano internacional em 19 de novembro de 2000.

No Brasil foi ratificada em 02 de fevereiro de 2000, na Argentina em 05 de fevereiro de 2001, no Paraguai em 07 de março de 2001 e no Uruguai em 03 de agosto de 2001, vigendo no direito interno destes países integrantes do MERCOSUL.

Todo Estado-membro que ratifique a presente convenção deverá adotar medidas imediatas e eficazes para assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil em caráter de urgência (artigo 1º).

Segundo prevê o artigo 3º, a expressão “*as piores formas de trabalho infantil*” abrange: a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, tais como: a venda e tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a condição de servo e o trabalho forçado ou obrigatório, inclusive o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados; b) a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas; c) a utilização, recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes, tais como definidos nos tratados internacionais pertinentes e d) o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças.

A convenção no seu artigo 6º também impõe aos Estados-membros a obrigação de elaborar e implementar programas de ação para eliminar, como medida prioritária, as piores formas de trabalho infantil. Esses programas de ação deverão ser elaborados e implementados em consulta com as instituições governamentais competentes e as organizações de empregadores e trabalhadores, levando em consideração as opiniões de outros grupos interessados caso seja apropriado.

Além disso, deve-se garantir a aplicação efetiva e o cumprimento dos dispositivos desta convenção, inclusive com o estabelecimento e a aplicação de sanções penais ou sanções de outra natureza. Todo Estado-membro deverá adotar,

levando em consideração a importância para a eliminação de trabalho infantil, medidas eficazes e em prazo determinado, com o fim de: impedir a ocupação de crianças nas piores formas de trabalho infantil; prestar a assistência direta necessária e adequada para retirar as crianças das piores formas de trabalho infantil e assegurar sua reabilitação e inserção social; assegurar o acesso ao ensino básico gratuito e, quando for possível, à formação profissional a todas as crianças que tenham sido retiradas das piores formas de trabalho infantil; identificar as crianças que estejam particularmente expostas a riscos e entrar em contato direto com elas e, finalmente, levar em consideração a situação particular das meninas (artigo 7º).

Para o cumprimento das ações e medidas previstas nesta convenção, os Estados signatários deverão tomar medidas apropriadas para apoiar-se reciprocamente através de cooperação e assistência internacionais intensificadas que incluam o apoio ao desenvolvimento social e econômico aos programas de erradicação da pobreza e à educação universal (artigo 8º).

Além desta convenção em prol da erradicação do trabalho infantil, há também no sistema global de proteção aos direitos humanos a Convenção sobre os Direitos da Criança que foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989 e entrou em vigor no plano internacional em 02 de setembro de 1990. Há, ainda, dois protocolos facultativos que complementam as disposições desta convenção em distintas matérias, a saber: o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados em vigor internacionalmente desde 12 de fevereiro de 2002 e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil em vigor no plano internacional desde 18 de janeiro de 2002.

Todos estes tratados internacionais de direitos humanos contém disposições normativas que invocam os Estados signatários à ampla proteção da criança e do adolescente, incentivando o desenvolvimento da educação básica e profissional e a imposição de medidas de sanção contra os atos ilícitos praticados contra estas pessoas nas mais diferentes áreas que as envolvem, no intuito de preservar sua integridade física e psíquica para o seu pleno desenvolvimento pessoal e sua inserção na vida em sociedade.

Então, a Convenção nº 182 tem um papel significativo na ampla proteção das crianças e dos adolescentes e de sua inserção na atividade laborativa, de

modo que os países do MERCOSUL devem atuar conjuntamente para a eliminação do trabalho infantil em todas as suas formas, implementando efetivas políticas públicas articuladas e comuns de educação e qualificação para o trabalho entre os adolescentes a partir da idade mínima estabelecida para a admissão ao emprego.

3.4.12 Convenção nº 189: Trabalhadores Domésticos (2011)

Numa decisão histórica, a Convenção nº 189, de *natureza técnica*, foi aprovada na Centésima Conferência da OIT, em 16 de junho de 2011, destinada a melhorar as condições de vida dos trabalhadores domésticos²⁰⁰.

Esta Convenção entrou em vigor, no plano internacional, em 05 de setembro de 2013 e, dentre os países mercosulistas, está vigente apenas no Uruguai que a ratificou em 14 de junho de 2012, pois o Brasil não a ratificou e no caso da Argentina e do Paraguai, embora já a tenham ratificado em 24 de março de 2014 e em 07 de maio de 2013, respectivamente, ainda estão pendentes os trâmites legais perante o Poder Legislativo para sua devida incorporação ao direito interno destes Estados.

A Convenção 189 trouxe diversas inovações ao disciplinar o trabalho digno para os trabalhadores domésticos. No artigo 1º definiu o trabalho doméstico como aquele realizado em ou para um domicílio ou domicílios e os trabalhadores domésticos como a pessoa do sexo feminino ou masculino que realiza o trabalho doméstico no marco de uma relação de trabalho, estando excluídas aquelas pessoas que o fazem de maneira ocasional e sem que seja um meio de subsistência.

Esta convenção se aplica a todos os trabalhadores domésticos, mas há a possibilidade de exclusão de categorias de trabalhadores caso esteja prevista outro tipo de proteção mínima equivalente (artigo 2º).

O artigo 3º aponta a necessidade de implementação de medidas efetivas para garantir os direitos humanos e fundamentais do trabalho, destacando-se quatro áreas específicas de atuação da OIT: liberdade de associação e liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de

²⁰⁰ OIT. **Convenção e recomendação sobre trabalho decente para as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos – nota explicativa 05**, disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/housework/doc/trabalho_domestico_nota_5_565.pdf>, acesso em: 07 set. 2013.

todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório e abolição efetiva do trabalho infantil e eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

A convenção em seu artigo 4º estabelece idade mínima para o trabalho, de acordo com convenções associadas ao tema – a Convenção nº 138 sobre Idade Mínima para Admissão no Emprego e a Convenção nº 182 sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil - e adoção de medidas para os trabalhadores menores de dezoito anos.

Os trabalhadores domésticos devem ter garantida a informação plena sobre os termos e as condições do contrato de trabalho, tais como: domicílio habitual de execução das atividades; início e duração do trabalho; o tipo de trabalho a ser executado; remuneração e periodicidade de pagamento; horas regulares de trabalho; férias anuais remuneradas; períodos de descanso diários e semanais; previsão de alimentação e acomodação, caso existam; condições que regerão o término da relação de trabalho; prazo de aviso prévio comunicado pelo trabalhador ou empregador etc. (artigo 7º).

O artigo 8º prevê disposições sobre a proteção aos trabalhadores domésticos migrantes, principalmente em relação à oferta de emprego que deve ser escrita e o contrato de trabalho válido no país onde o trabalhador irá desempenhar suas atividades. Além disso, os Estados-membros devem estabelecer medidas de cooperação entre si para a efetiva aplicação da presente convenção, havendo o estabelecimento de condições que assegurem aos trabalhadores domésticos migrantes o direito de repatriação na expiração ou término do contrato de trabalho para o qual foram contratados.

A convenção também disciplina a jornada de trabalho, prevendo que os Estados-membros adotem medidas que assegurem igualdade de tratamento entre os trabalhadores domésticos e os trabalhadores em geral em relação às horas normais de trabalho, compensação de horas extras, períodos de descanso diários e semanais – neste caso de vinte e quatro horas consecutivas – e férias anuais remuneradas em conformidade com as legislações nacionais e acordos coletivos. O tempo em que os trabalhadores domésticos estão à disposição do empregador será computado na jornada como horas de trabalho efetiva em conformidade com as leis dos respectivos países (artigo 10).

Por sua vez, o artigo 12 estabelece o pagamento em dinheiro dos salários dos trabalhadores domésticos, em intervalos regulares e pelo menos uma vez

ao mês, mas permite o pagamento mediante transferência bancária, ordem de pagamento ou outro meio de pagamento monetário legal com o consentimento do trabalhador interessado. Estabelece a possibilidade de pagamento *in natura* de uma proporção limitada do salário, em conformidade com a legislação nacional, acordos coletivos ou decisão arbitral desde que as condições sejam mais justas e favoráveis aos trabalhadores.

O artigo 13 trata especificamente do direito ao meio ambiente de trabalho seguro e saudável dos trabalhadores domésticos através da adoção de medidas de segurança e saúde pelos Estados-membros, atendendo as características específicas do trabalho doméstico. Tais medidas serão implementadas de modo progressivo, estando acordadas entre as organizações representativas de empregadores e trabalhadores domésticos.

Segundo estudo recente²⁰¹, o trabalho doméstico no Brasil é exercido majoritariamente por mulheres: cerca de noventa e três por cento e, deste universo, cerca de sessenta e um por cento são trabalhadoras negras.

Na América Latina cerca de quatorze milhões de mulheres são trabalhadoras domésticas e seu peso na ocupação feminina na região se situa em torno de quatorze por cento. Na Argentina, Brasil, Chile, Panamá, Paraguai e Uruguai o peso do serviço doméstico é similar ou superior a essa média. No Paraguai, um quinto das mulheres trabalhadoras desempenha o serviço doméstico, no Uruguai supera os dezoito por cento, na Argentina e no Brasil esta porcentagem alcança os dezessete por cento das mulheres ocupadas e no Chile chega a quatorze por cento²⁰².

Essas informações evidenciam que os *empregados domésticos em sua grande maioria são mulheres*, demonstrando a importância de se buscar medidas jurídicas e políticas para a proteção ao trabalho feminino em condições de maior igualdade e dignidade com os outros trabalhadores, minimizando as desigualdades econômicas e sociais através da efetiva concretização deste conjunto normativo de direitos.

²⁰¹ MELO, Hildete Pereira de. **O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras**, Disponível em: <https://sistema.planalto.gov.br/spmulheres/textos/DOMINIO%20PUBLICO/td_0565.pdf>, acesso em: 07 set. 2013.

²⁰² OIT. **Conferencia de la OIT adoptó históricas normas laborales para millones de trabajadores domésticos em el mundo**, disponível em: <<http://www.oit.org.br/node/436>>, acesso em: 07 set. 2013.

Porém, dentre os países mercosulistas analisados, a Convenção nº 189 está vigente apenas no Uruguai o que impõe maiores dificuldades para a execução de políticas públicas de trabalho articuladas e comuns para os trabalhadores domésticos no âmbito da integração regional do MERCOSUL, trazendo incertezas para o seu futuro.

No **quadro 3** a seguir foram apresentadas, em síntese as Convenções da OIT ratificadas pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai que são países integrantes do MERCOSUL, bem como membros da OIT.

Quadro 3 - CONVENÇÕES DA OIT NOS PAÍSES INTEGRANTES DO MERCOSUL

CONVENÇÕES DA OIT (vigência internacional)	BRASIL (ratificação)	ARGENTINA (ratificação)	PARAGUAI (ratificação)	URUGUAI (ratificação)
<i>C95/1949: Convenção sobre Proteção do Salário (24 Set. 1952)</i>	25 Abr. 1957	24 Set. 1956	21 Mar. 1966	18 Mar. 1954
<i>C97/1949: Convenção sobre Trabalhadores Migrantes (22 Jan. 1952)</i>	18 Jun. 1965	não ratificou	não ratificou	18 Mar. 1954
<i>C100/1951: Convenção sobre Igualdade de Remuneração (23 Mai. 1953)</i>	25 Abr. 1957	24 Set. 1956	24 Jun. 1964	16 Nov. 1989
<i>C103/1952: Convenção sobre Proteção à Maternidade (07 Jun. 1958)</i>	18 Jun. 1965 (não foi recepcionado o art. 7º, § 1º, 'b' e 'c')	não ratificou	não ratificou	18 Mar. 1954
<i>C105/1957: Convenção sobre Abolição do Trabalho Forçado (17 Jan. 1959)</i>	18 Jun. 1965	18 Jan. 1960	16 Mai. 1968	22 Nov. 1968
<i>C111/1958: Convenção sobre Discriminação em Emprego e Ocupação (15 Jun. 1960)</i>	26 Nov. 1965	18 Jun. 1968	10 Jul. 1967	16 Nov. 1989
<i>C122/1964: Convenção sobre Política de Emprego (15 Jul. 1966)</i>	24 Mar. 1969	não ratificou	20 Fev. 1969	02 Jun. 1977
<i>C138/1973: Convenção sobre Idade Mínima para Admissão no Emprego (06 Jun. 1973)</i>	28 Jun. 2001 (idade mínima: 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos)	11 Nov. 1996 (idade mínima: 16 anos)	03 Mar. 2004 (idade mínima: 14 anos)	02 Jun. 1977 (idade mínima: 15 anos)
<i>C142/1975: Convenção sobre Desenvolvimento de Recursos Humanos (19 Jul. 1977)</i>	24 Nov. 1981	15 Jun. 1978	não ratificou	não ratificou
<i>C168/1988: Convenção sobre Promoção do Emprego e Proteção do Desemprego (17 Out. 1991)</i>	24 Mar. 1993	não ratificou	não ratificou	não ratificou
<i>C182/1999: Convenção sobre Piores Formas de Trabalho Infantil (19 Nov. 2000)</i>	02 Fev. 2000	05 Fev. 2001	07 Mar. 2001	03 Ago. 2001
<i>C189/2011: Convenção sobre Trabalhadores Domésticos (05 Set. 2013)</i>	não ratificou	24 Mar. 2014 (ainda não vigente no país)	07 Mai. 2013 (ainda não vigente no país)	14 Jun. 2012

FONTE: IOLEX

Por fim, vislumbram-se avanços e retrocessos no âmbito dos países integrantes do MERCOSUL na ratificação e incorporação das principais Convenções da OIT em seus ordenamentos jurídicos internos.

Algumas convenções consideradas ***fundamentais*** pela OIT, porque disciplinam temáticas nevrálgicas para a proteção aos direitos humanos trabalhistas, foram ratificadas por todos os Estados mercosulistas, a saber:

- a) Convenção nº 100 (1951): disciplina a igualdade salarial entre homens e mulheres para o trabalho exercido em igualdade de condições;
- b) a Convenção nº 105 (1957) trata da abolição do trabalho forçado;
- c) a Convenção nº 111 (1958) proíbe a discriminação em matéria de emprego e ocupação entre os trabalhadores;
- d) a Convenção nº 138 (1973) dispõe sobre a idade mínima para o início da atividade laborativa, sendo que no Brasil é de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos; na Argentina é de dezesseis anos; no Paraguai é de quatorze anos e no Uruguai é de quinze anos;
- e) a Convenção nº 182 (1999) proibiu as piores formas de trabalho infantil.

Estas convenções gravitam em torno das áreas consideradas como prioritárias pela OIT se referem aos direitos fundamentais dos trabalhadores, consoante disciplinado na Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho de 1998, mais especificamente no seu **artigo 2º**: *eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; abolição efetiva do trabalho infantil e eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação*²⁰³.

Portanto, no âmbito do MERCOSUL, os Estados-membros avançaram em termos jurídicos no combate ao trabalho forçado e às condições degradantes de trabalho, no uso do trabalho infantil e, ainda, nas discriminações fundadas em etnia, sexo, religião, opinião política, nacionalidade etc., incluindo o acesso à formação profissional, ao emprego e às diferentes profissões, bem como as condições de emprego existentes no sistema capitalista, fortalecendo a tutela dos direitos fundamentais dos trabalhadores consoante preconizado pela OIT.

²⁰³ Com exceção da matéria atinente à liberdade sindical e ao direito de negociação coletiva, pois o presente estudo não está enfocando as relações coletivas de trabalho.

Em relação às políticas de trabalho e de proteção em face do desemprego, verifica-se que as convenções da OIT que as tutelam não foram ratificadas de modo uníssono pelos Estados integrantes do MERCOSUL, fato bastante negativo para o processo de integração do bloco, com ênfase nas seguintes:

a) a Convenção nº 122 (1964), considerada como de **prioridade governamental** pela OIT, trata de Política de Emprego e foi ratificada por Brasil, Paraguai e Uruguai, excetuando a Argentina;

b) a Convenção nº 142 (1975), de **natureza técnica**, dispõe sobre a orientação profissional e a formação profissional no desenvolvimento de recursos humanos para a atividade laborativa, sendo ratificada apenas por Brasil e Argentina, porém o Paraguai e o Uruguai não a ratificaram até o presente momento. Essa convenção trata da educação para o trabalho como política pública de Estado, buscando maior qualificação profissional para as pessoas em idade para trabalhar no intuito de minimizar os reflexos do desemprego, sendo extremamente relevante para o processo de integração no MERCOSUL;

c) a Convenção nº 168 (1988), também de **natureza técnica**, disciplina a promoção do emprego e a proteção contra o desemprego e, dentre os países integrantes do MERCOSUL, foi ratificada apenas pelo Brasil.

Tais convenções têm papel significativo para a busca de políticas de trabalho e renda no intuito de efetivar o pleno emprego ou mesmo de minimizar os reflexos perversos do desemprego inerente ao capitalismo, porém, o fato de os países do MERCOSUL, em sua maioria, não as terem ratificado e incorporado na ordem jurídica interna impõe sérias dificuldades para o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas de trabalho e emprego articuladas e comuns que deveriam ser implementadas no bloco como instrumentos para avanço da integração regional mercosulista.

Também se evidencia como um retrocesso para a efetivação da integração regional no bloco mercosulista a ratificação apenas pelo Brasil e pelo Uruguai da Convenção nº 97 (1949) que trata dos trabalhadores migrantes, bem como da Convenção nº 103 (1952) que normatiza a proteção à maternidade no exercício do trabalho, pois foram frutos de embates históricos entre proletariado e burguesia no contexto do capitalismo industrial. Ademais, nenhum dos países mercosulistas - Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai - ratificou a Convenção nº 143

(1975) da OIT que trouxe disposições normativas suplementares para a tutela dos direitos dos trabalhadores migrantes, complementando a Convenção nº 97.

Finalmente, destaca-se que a Convenção nº 189 (2011) aprovada em 2011 e destinada à melhoria das condições de vida dos trabalhadores domésticos, também carece de aprovação pelos Estados mercosulistas, pois está vigente apenas no Uruguai, enquanto na Argentina e no Paraguai, embora já tenha ocorrido a ratificação, ainda estão pendentes os trâmites legais perante o Poder Legislativo para sua incorporação ao direito interno e no caso do Brasil sequer houve a ratificação até o presente momento.

A aprovação, pelos Estados integrantes do MERCOSUL, das convenções consideradas fundamentais pela OIT não significa que eles implementaram ações e políticas públicas efetivas em seu território ou mesmo no âmbito do processo de integração regional do bloco para a concretização dos direitos humanos trabalhistas, havendo muitos *déficits* sociais e trabalhistas a serem equacionados.

Então, o cenário na seara laboral é de muitas incertezas para o MERCOSUL o que impõe maiores dificuldades para a execução de políticas públicas de trabalho e proteção em face do desemprego, comuns e articuladas, entre os Estados-membros do bloco, havendo entraves econômicos e políticos para a concretização dos direitos humanos trabalhistas.

4 O TRABALHO DIGNO NO SISTEMA JURÍDICO INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS II: SISTEMAS GLOBAL DA ONU E REGIONAL INTERAMERICANO. REFLEXOS PARA O MERCOSUL

O presente capítulo analisará o trabalho digno enquanto valor tutelado pelo sistema jurídico internacional de proteção aos direitos humanos, enfocando o sistema global da ONU e o sistema regional interamericano.

Entretanto, primeiramente, é preciso elucidar que a **concepção moderna** dos direitos humanos foi engendrada no século XVIII pelas Revoluções Norte-americana e Francesa que produziram, *respectivamente*, a Declaração de Independência – primeiro documento a afirmar os princípios democráticos na história política moderna²⁰⁴ - e a Constituição dos Estados Unidos de 1776 e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 que trouxeram alguns direitos inerentes ao homem, em especial os direitos civis e os políticos.

Posteriormente, em fins do século XIX e meados do século XX, após o término da Segunda Guerra Mundial, consolidou-se a dignidade da pessoa humana como o centro e o alicerce do direito, sendo positivada em declarações, pactos e Constituições de Estados, ensejando a **fase contemporânea** dos direitos humanos, marcada pelo seu processo de internacionalização iniciado, em 1919, com a criação da Organização Internacional do Trabalho e suas convenções e aperfeiçoado, após 1945, com a Organização das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos e demais pactos e declarações de direitos humanos.

Assim, os direitos humanos são aqueles considerados indispensáveis a todas as pessoas e necessários para lhes assegurar uma vida digna, livre e igual, pois se fundamentam na dignidade humana que é valor intrínseco à própria condição humana, como destacou Norberto Bobbio²⁰⁵: “os direitos do homem, apesar de terem sido considerados naturais desde o início, não foram dados de uma vez por todas. [...] também não foram dados todos de uma vez e nem conjuntamente”.

A concepção contemporânea dos direitos humanos foi fortalecida com a Declaração Universal dos Direitos de 1948 que dispôs no artigo I “*todas as*

²⁰⁴ COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**, 3. reimpr., São Paulo: Saraiva, 2007, p. 50.

²⁰⁵ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**, tradução de Carlos Nelson Coutinho, apresentação de Celso Lafer, nova ed., 5. reimpr., Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2004, p. 229.

“pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade” e no artigo VI *“toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei”*²⁰⁶, sobretudo em razão do processo de internacionalização desses direitos e de mitigação da soberania dos Estados, no plano externo, que se intensificaram após o término da Segunda Guerra Mundial.

O processo de reconstrução dos direitos humanos incorporou juridicamente a concepção de que as pessoas são dotadas de dignidade, únicas e insubstituíveis, mas iguais em direitos e obrigações, independentemente de sexo, etnia, cor, religião, cultura etc., devendo prevalecer em face da soberania externa dos Estados como garantia da coexistência dos povos no planeta. Nesse sentido, destacam-se as assertivas de Maria Garcia²⁰⁷:

O efeito prismático dos direitos humanos deve alcançar, portanto, Estados e organismos internacionais que não existem *por si e para si*, pois somente adquirem sentido na abrangência do humano e dos direitos humanos.

Verifica-se, em conclusão, que, não obstante a força das armas e da violência – argumentos que deixaremos de considerar neste presente ensaio – as soberanias encontram, nestes dias, resistências no clamor mundial que, ao menos, fazem hesitar e recuar, muitas vezes, seus representantes. Predominam, efetivamente, um sentir e uma expressão gerais pela independência dos Estados e pela prevalência dos direitos humanos.

Nesse contexto internacional, o trabalho também se reafirmou na condição de direito humano dos trabalhadores, sendo fortalecida sua tutela no sistema jurídico internacional de proteção aos direitos humanos com as normas criadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Então, a partir da reconstrução dos direitos humanos, o *direito ao trabalho digno* vem se afirmando nos instrumentos jurídicos internacionais como aquele direito necessário para se assegurar uma vida digna, livre e igual a todas as pessoas trabalhadoras.

²⁰⁶ PIOVESAN, Flávia (Coord.), **Código de direito internacional dos direitos humanos anotado**, São Paulo: DPJ Editora, 2008, p. 16.

²⁰⁷ GARCIA, Maria. **A soberania estatal no século XXI e a universalidade dos direitos humanos. Os caminhos para um direito da coexistência e da paz: o direito constitucional internacional**, in: GARCIA, Maria; GAMBA, Juliane Caravieri Martins e MONTAL, Zélia Maria Cardoso (Coords.). **Direito constitucional internacional: o direito da coexistência e da paz**, Curitiba: Juruá, 2012, p. 28-29.

Porém, nas últimas décadas, em função da globalização econômica e da adoção de políticas neoliberais²⁰⁸ em nível mundial, por influência do Consenso de *Washington* (1990), assistiu-se, no mundo do trabalho, ao processo crescente de precarização do trabalho humano e de flexibilização das relações de trabalho.

Então, o atual desafio que se verifica para os Estados e as sociedades, seja no plano interno ou no internacional, é a efetiva concretização fática do direito ao trabalho digno na vida em sociedade – o que inclui os processos de integração regional -, sobretudo em razão do perverso processo de globalização econômica vivenciado na atualidade.

Apesar desta situação paradoxal que se apresenta nos dias de hoje, é necessária a compreensão do trabalho digno como direito humano inserto num complexo sistema jurídico internacional para a proteção integral da pessoa humana trabalhadora com vistas à busca de maior justiça social e econômica²⁰⁹.

4.1 O TRABALHO DIGNO NO SISTEMA GLOBAL DA ONU

No século XX eclodiram duas Grandes Guerras Mundiais: a Primeira durou de 1914 a 1918 e a Segunda, de 1939 a 1945, resultantes das hostilidades entre os Estados no plano internacional e motivadas por interesses econômicos e políticos. Entretanto, assistiu-se na Segunda Grande Guerra a prática de atrocidades contra a pessoa humana oriunda dos regimes totalitários, principalmente nazista e fascista, em função de diferenças étnicas, sexuais, culturais e religiosas, sendo um conflito de proporções alarmantes, em termos de vítimas civis e militares, quando comparado à Primeira Guerra Mundial.

²⁰⁸ Algumas das características destas políticas são: a abertura da economia através da liberalização financeira e comercial e da eliminação de barreiras aos investimentos estrangeiros, amplas privatizações, redução de subsídios e gastos sociais do Poder Público, desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho para permitir contratações que reduzam os custos das empresas, dentre outras.

²⁰⁹ Segundo Ricardo Lobo Torres, “a justiça econômica também impregna a ideia de cidadania. A justiça econômica *stricto sensu* é a que procura normatizar as relações econômicas entre os indivíduos, sob o enfoque das preocupações morais com o mercado e a livre iniciativa. Os direitos econômicos que a integram se sintetizam no *direito de ganhar*, entendido como decorrente da livre iniciativa desenvolvida no mercado (inconfundível com o direito social ao salário) e no *direito ao trabalho*. [...] O *direito ao trabalho*, por seu turno, está intimamente ligado ao *direito de ganhar*, eis que se consubstancia na ideia de trabalho remunerado no mercado livre, que se complementa com o direito social ao trabalho sob vínculo empregatício” (TORRES, Ricardo Lobo. **A cidadania multidimensional na era dos direitos**, in: TORRES, Ricardo Lobo (Org.) **Teoria dos direitos fundamentais**, 2. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 277-278).

Em função desse quadro internacional crítico, iniciaram-se conversações na conferência de Aliados, celebrada em Moscou, em 1943, acerca da constituição das Nações Unidas, pois “as ideias germinais da ONU encontram-se na mensagem sobre o estado da União, dirigida pelo Presidente Franklin D. Roosevelt ao Congresso norte-americano em 6 de janeiro de 1941, bem como a chamada ‘Carta do Atlântico’, assinada pelo Presidente Roosevelt e o Primeiro-Ministro britânico Winston Churchill, em 14 de agosto do mesmo ano”²¹⁰.

Assim, em 26 de junho de 1945, a Carta das Nações Unidas foi assinada pelos Estados signatários²¹¹ após o término da Conferência de São Francisco, entrando em vigor em 24 de outubro do mesmo ano e constituindo, formalmente, a Organização das Nações Unidas como organismo internacional.

Os Estados signatários verificaram que, após as atrocidades cometidas contra a humanidade na Segunda Guerra, deveria ser instaurado um sistema que buscasse garantir igual respeito e consideração as pessoas, independentemente de etnia, sexo, classe social, religião ou cultura, conforme é ressaltado no *Preâmbulo* da Carta das Nações Unidas.

A assinatura da Carta da ONU deu início ao sistema global de proteção aos direitos humanos, mas não trouxe, explicitamente, o elenco dos direitos humanos a serem protegidos, deixando em aberto o seu conteúdo, o que somente se efetivou com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.

Este sistema, apesar de ser chamado de global, retrata mais fielmente uma “visão ocidental” acerca da pessoa humana e de seus direitos, prevalecendo no mundo oriental outras culturas, crenças religiosas e valores sociais elementares que norteiam a vida em comum: é o Universalismo *versus* o Relativismo Cultural²¹².

²¹⁰ COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**, op. cit., p. 215.

²¹¹ Os seguintes Estados assinaram a Carta da ONU em 1945: Brasil; Argentina; Austrália; Bielo-Rússia; Bolívia; Canadá; Chile; Colômbia; *Commonwealth* das Filipinas; Costa Rica; Cuba; Dinamarca; Egito; Equador; Estados Unidos da América; Etiópia; França; Grécia; Guatemala; Haiti; Honduras; Índia; Iraque; Irã; Iugoslávia; Líbano; Libéria; Luxemburgo; México; Nicarágua; Noruega; Nova Zelândia; Panamá; Paraguai; Países Baixos; Peru; Polônia; República Dominicana; Reino Unido da Grã Bretanha; Irlanda do Norte; Salvador; Arábia Saudita; Síria; Tchecoslováquia; Turquia; URSS; União Sul Africana; Uruguai; Venezuela. Posteriormente, foram admitidos nas Nações Unidas o Afeganistão, a Islândia, a Suécia, o Sião, o Paquistão, o Iêmen, a União de Burna e Israel (USP. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, Universidade de São Paulo, disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br>>, acesso em: 10 mar. 2014).

²¹² De acordo com Flávia Piovesan, “o debate entre os universalistas e os relativistas culturais retoma o dilema a respeito dos fundamentos dos direitos humanos: por que temos direitos? As normas de direitos humanos podem ter um sentido universal ou são culturalmente relativas? Para os universalistas, os direitos humanos decorrem da dignidade humana, enquanto valor intrínseco à

No âmbito dessas discussões, em nível internacional, firmou-se a corrente universalista em detrimento do relativismo cultural, de modo que os direitos humanos se consolidaram universalmente como decorrentes da dignidade humana e da própria condição de ser humano, devendo predominar sobre os sistemas político, econômico, cultural, moral etc. específicos de cada comunidade.

O sistema global de proteção aos direitos humanos foi ampliado com a assinatura e a ratificação por diversos países do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966. Posteriormente, foram firmados outros tratados multilaterais de direitos humanos, tais como: a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (1948); a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965); a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade (1968); a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979); a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis Desumanas e Degradantes (1984); a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), Convenção contra o Crime Organizado Transnacional (2003), dentre outras convenções que não são objeto do presente estudo. De acordo com José Augusto Lindgren Alves²¹³:

Desde a proclamação da Declaração Universal, em 1948, até o presente, as Nações Unidas adotaram mais de sessenta declarações ou convenções sobre direitos humanos, algumas sobre novos direitos, outras relativas a determinadas violações, outras, ainda, para tratar de grupos vulneráveis, de minorias e da mulher. As mais importantes dizem respeito ao racismo, às discriminações contra a mulher, à tortura e às crianças.

A Declaração e Programa de Ação de Viena - celebrada na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de 14 a 25 de junho de 1993 -

condição humana. Defende-se, nesta perspectiva, o mínimo ético irredutível – ainda que possa se discutir o alcance deste “mínimo ético”. Para os relativistas, a noção de direitos está estritamente relacionada ao sistema político, econômico, cultural, social e moral vigente em determinada sociedade. Cada cultura possui seu próprio discurso acerca dos direitos fundamentais, que está relacionado às específicas circunstâncias culturais e históricas de cada sociedade. Não há moral universal, já que a história do mundo é a história de uma pluralidade de culturas. Há uma pluralidade de culturas no mundo e estas culturas produzem seus próprios valores. [...] Acredita-se, de igual modo, que a abertura do diálogo entre as culturas, com respeito à diversidade e com base no reconhecimento do outro, como ser pleno de dignidade e direitos, é condição para a celebração de uma cultura dos direitos humanos, inspirada pela observância do “mínimo ético irredutível”, alcançado por um universalismo de confluência” (PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos: desafios da ordem internacional contemporânea, **Revista da Escola da Magistratura do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região**, a. 01, n. 01, set. 2006, São Paulo, p. 95-97).

²¹³ ALVES, José Augusto Lindgren. **Os direitos humanos como tema global**, São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 54, grifo do autor.

consagrou os direitos humanos como **tema global**, sendo considerada a primeira grande conferência do mundo pós-guerra fria, pois se firmou que “[...] os direitos humanos não são mais matéria de exclusiva competência das jurisdições nacionais. Sua observância é exigência universal, consensualmente acordada pelos Estados na Conferência Mundial, e ainda mais cogente para países como o Brasil, que aderiram voluntariamente às grandes convenções existentes nesta esfera”²¹⁴.

Especificamente no campo do trabalho, esta declaração destacou no item “B - Igualdade, dignidade e tolerância”, artigos 33 a 35, o respeito aos trabalhadores migrantes e a garantia de seus direitos²¹⁵:

33. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos insta todos os Estados a garantirem a proteção dos direitos humanos de todos os trabalhadores migrantes e suas famílias.

34. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos considera particularmente importante a criação de condições que estimulem uma maior harmonia e tolerância entre trabalhadores migrantes e o resto da sociedade do Estado onde residem.

35. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos convida os Estados a considerarem a possibilidade de assinar e ratificar, na maior brevidade possível, a Convenção Internacional sobre os Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e seus Familiares.

A Declaração de Viena foi o documento mais abrangente adotado de forma consensual pela comunidade internacional, composta de um Preâmbulo, de trinta e nove artigos e de um programa de ação com cem parágrafos recomendatórios, reafirmando a **universalidade, a indivisibilidade, a inter-relação e a interdependência dos direitos humanos**, consoante explicitado no artigo 5^o²¹⁶:

Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos globalmente de forma justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase. As particularidades nacionais e regionais devem ser levadas em consideração, assim como os diversos contextos históricos, culturais e religiosos, mas é dever dos Estados promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, independentemente de seus sistemas políticos, econômicos e culturais.

²¹⁴ ALVES, José Augusto Lindgren. **Os direitos humanos como tema global**, op. cit., p. 41.

²¹⁵ USP. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, Universidade de São Paulo, disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br>>, acesso em: 10 mar. 2014.

²¹⁶ USP. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, Universidade de São Paulo, disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br>>, acesso em: 10 mar. 2014.

Portanto, estas características dos direitos humanos - *redefinidas no sistema global pela Conferência de Viena* - foram afirmadas após 1993 em todas as declarações, os pactos e as cartas internacionais na tutela e no fortalecimento dos direitos humanos, retomando sempre a dignidade da pessoa humana como linha mestra em todos os programas, valores, ações e políticas dos Estados a serem propostos e executados no âmbito da tutela dos direitos humanos.

4.1.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

Em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, mas não assumiu a forma jurídica de tratado internacional. Segundo Flávia Piovesan²¹⁷, esta declaração “objetiva delinear uma ordem pública mundial fundada no respeito à dignidade humana, ao consagrar valores básicos universais. Desde seu preâmbulo, é afirmada a dignidade inerente a toda pessoa humana, titular de direitos iguais e inalienáveis. Para a Declaração Universal, a condição de pessoa é o requisito único e exclusivo para a titularidade de direitos”.

Este documento, por não ter assumido a condição jurídica de tratado internacional, não possui força normativa vinculante, visto que foi aprovado na forma de resolução – a Resolução nº 217 A (III) - pelas Nações Unidas, sendo apenas uma carta de intenções ou declaração de direitos. Somente em 1966, esta declaração ganhou força normativa vinculante, com a assinatura do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Porém, Fábio Konder Comparato²¹⁸ entende que a Declaração de Direitos Humanos de 1948 não pode ser considerada apenas como uma carta de intenções sem qualquer força normativa vinculante, pois “reconhece-se hoje, em toda a parte, que a vigência dos direitos humanos *independe de sua declaração em constituições, leis e tratados internacionais, exatamente porque se está diante de exigências de respeito à dignidade humana*, exercidas contra todos os poderes estabelecidos, oficiais ou não”.

²¹⁷ PIOVESAN, Flávia (Org.). **Código de direito internacional dos direitos humanos anotado**, São Paulo: DPJ Editora, 2008, p. 20.

²¹⁸ COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**, op. cit., p. 227, grifo nosso.

A Declaração de 1948, composta de trinta artigos precedidos de Preâmbulo, conjugou num só corpo normativo tanto os direitos civis e políticos, tradicionalmente chamados de direitos e garantias individuais (artigos I a XXI), quanto os direitos sociais, econômicos e culturais (artigos XXII a XXVIII), deixando nítido que não se pode dissociar aqueles direitos destes últimos.

Nas considerações do *Preâmbulo*, destacam-se os seguintes dizeres: “[...] o advento de um mundo em que as pessoas gozem de liberdade de palavra, de crença e de liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum”²¹⁹.

O artigo I da Declaração de 1948 proclama que *“todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”*.

Nesse sentido, o documento apontou a dignidade humana como linha mestra a orientar a reconstrução dos direitos humanos no âmbito internacional e consagrou os três direitos fundamentais, a saber: a **liberdade**, a **igualdade** e a **fraternidade** os quais foram proclamados na Revolução Francesa de 1789, embora noutro contexto e momento históricos.

Nesta Declaração houve a incorporação do trabalho, enquanto direito humano, ao patrimônio jurídico da pessoa humana trabalhadora, *in verbis*:

- a) direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho, inclusive com a proteção em caso de desemprego (artigo XXIII, 1);
- b) direito a igual remuneração por igual trabalho sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se, ainda, uma remuneração justa e satisfatória capaz de assegurar ao trabalhador e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana (artigo XXIII, 2 e 3);
- c) toda pessoa tem direito a organizar e a ingressar em sindicatos (artigo XXIII, 4);
- d) além do trabalho, toda pessoa tem direito ao repouso, ao lazer e às férias periódicas remuneradas, limitando-se de modo razoável

²¹⁹ PIOVESAN, Flávia. **Código de direito internacional dos direitos humanos anotado**, São Paulo: DPJ Editora, 2008, p. 15.

as horas trabalhadas, no intuito de se garantir uma vida saudável e adequada (artigo XXIV);

- e) toda pessoa tem direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência, garantindo-se um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, incluindo alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e serviços sociais indispensáveis (artigo XXV, 1).

Por fim, o artigo XXVIII reconheceu a construção de uma ordem internacional respeitadora da dignidade humana (*“toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados”*), no intuito de que os direitos positivados nos instrumentos internacionais não se tornassem “letras mortas”, mas, na atualidade, esta concretude fática dos direitos humanos está encontrando vários obstáculos econômicos e políticos para a sua efetivação nas sociedades.

4.1.2 Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966)

Em 16 de dezembro de 1966, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e, ao mesmo tempo, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Entretanto, eles somente entraram em vigor dez anos depois, em 1976, pois não haviam conseguido as ratificações necessárias para a conclusão do processo.

Estes pactos incorporaram muitas disposições contidas na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, “juridicizando” os direitos nela previstos em razão de sua natureza jurídica de tratados internacionais com normas cogentes e obrigatórias para os Estados signatários.

Inicialmente, a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas tinha como projeto formular um único pacto que abrangesse os direitos civis e políticos, bem como os direitos sociais, econômicos e culturais. Entretanto, os países ocidentais capitalistas entenderam que não seria possível a aplicação conjunta desses

direitos, pois os direitos civis e políticos seriam autoaplicáveis, enquanto os direitos sociais, econômicos e culturais seriam programáticos cuja concretização seria realizada de modo progressivo ao longo do tempo.

Apesar da oposição dos países socialistas, que argumentaram que a elaboração de dois instrumentos distintos para regular esse direitos humanos implicaria numa diminuição de importância dos direitos sociais, econômicos e culturais, venceu, em 1951, por influência dos ocidentais, a bipartição dos direitos em dois instrumentos distintos, cada qual relativo a uma categoria específica. Então, foram elaborados dois pactos: o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

O trabalho digno, *enquanto direito humano social que impõe a execução de ações e políticas para sua efetivação*, não foi disciplinado no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos que trata exclusivamente de direitos e garantias individuais, mas sua importância também é significativa para a tutela ampla dos direitos da pessoa humana.

O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos foi adotado na Resolução nº 2.200-A da ONU em 16 de dezembro de 1966 - entrou em vigor no plano internacional em 23 de março de 1976, com exceção do artigo 41 (Comitê de Direitos Humanos) que conseguiu as assinaturas para vigorar em 28 de março de 1979 -, estabelecendo o dever dos Estados-partes de respeitar e assegurar a todos os indivíduos, dentro do território sujeito à sua jurisdição, os direitos humanos firmados neste instrumento. Este Pacto foi ratificado pelos países-membros do MERCOSUL: o Brasil em 24 de janeiro de 1992, a Argentina em 08 de agosto de 1986, o Paraguai em 10 de junho de 1992 e o Uruguai em 1º de abril de 1970²²⁰.

Os Estados signatários deste pacto se comprometeram a tomar as providências necessárias para a concretização dos direitos nele previstos, sempre considerando seus respectivos procedimentos constitucionais. Além disso, no intuito de coibir as violações aos direitos civis e políticos da pessoa humana, os Estados-partes também se comprometeram a estabelecer um sistema legal para a apuração das possíveis violações.

Este pacto promoveu a disseminação do respeito à dignidade humana em nível internacional, ampliando o rol dos direitos previstos na Declaração

²²⁰ Segundo informação constante no *site* do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Disponível em: <<https://treaties.un.org/Pages/Treaties.aspx?id=4&subid=A&lang=en>>, acesso em 08 abr. 2014.

Universal de 1948, tais como: proibição de ser preso por descumprimento de obrigações contratuais (artigo 11); o direito da criança a ser protegida pela família e pelo Estado, sendo-lhe concedido um nome e uma nacionalidade (artigo 24); o direito das minorias de manterem sua identidade cultural, religiosa e linguística (artigo 27); a proibição de propaganda de guerra ou incitamento a intolerância étnica ou racial (artigo 20); o direito à autodeterminação dos povos (artigo 1º) etc.

Em linhas gerais, os direitos civis e políticos e as liberdades disciplinados por este pacto são: a) o direito à vida; b) o direito de não ser submetido a tortura ou tratamento cruel, desumano ou degradante; c) o direito de não ser escravizado, nem submetido a servidão; d) os direitos à liberdade e à segurança pessoal e de não ser sujeito à prisão ou detenção arbitrária; e) o direito a um julgamento justo; f) a igualdade perante a lei; g) a proteção contra interferência arbitrária na vida privada; h) a liberdade de locomoção; i) o direito a uma nacionalidade ou cidadania; j) o direito a ter uma família; l) as liberdades de pensamento, consciência, religião, opinião e de expressão; m) o direito a uma reunião pacífica e n) o direito de votar e de ser votado etc.

Ressalta-se, por fim, que o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos foi acrescido de um **Protocolo Facultativo**, adotado em 16 de dezembro de 1966, no qual os Estados signatários deste instrumento reconheceriam a competência do Comitê dos Direitos Humanos para a apreciação de queixas e petições individuais. Entre os países integrantes do MERCOSUL, o Brasil ratificou este protocolo adicional em 25 de setembro de 2009, a Argentina em 08 de agosto de 1986, o Paraguai em 10 de janeiro de 1995 e o Uruguai em 1º de abril de 1970²²¹.

Quando os Estados signatários do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos assinam este protocolo facultativo, as pessoas individualmente teriam o direito de petição e de queixa a ser exercido perante o Comitê dos Direitos Humanos em face das violações de seus direitos civis e políticos, possuindo capacidade processual e postulatória dos seus direitos em nível internacional, sendo importante instrumento para a concretização dos direitos humanos.

Por sua vez, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) foi adotado pela Resolução nº 2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966, que entrou em vigor no plano

²²¹ Segundo informação constante no *site* do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Disponível em: <<https://treaties.un.org/Pages/Treaties.aspx?id=4&subid=A&lang=en>>, acesso em 08 abr. 2014.

internacional em 03 de janeiro de 1976, estabelecendo para os Estados signatários o dever de adotar medidas individualmente ou através de cooperação e assistência internacionais, notadamente técnico-econômicas, para o alcance progressivo dos direitos nele consagrados. Dentre os países-membros do MERCOSUL, este Pacto foi ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992, pela Argentina em 08 de agosto de 1986, pelo Paraguai em 10 de junho de 1992 e pelo Uruguai em 1º de abril de 1970²²².

O artigo 6º estabeleceu que os Estados-membros reconheceriam a toda pessoa o direito de ganhar a vida mediante um trabalho livremente escolhido, tomando medidas para salvaguardar este direito. Dentre essas medidas, incluem-se a orientação e a formação técnico-profissional, a elaboração de programas e adoção de normas técnicas apropriadas para assegurar um desenvolvimento socioeconômico e cultural e a implementação do pleno emprego em condições adequadas.

Este pacto em seu artigo 7º reconheceu o direito da pessoa humana em usufruir de condições de trabalho justas e favoráveis, assegurando especialmente: a) uma remuneração que proporcione, no mínimo, a todos os trabalhadores: i) um salário equitativo e uma remuneração igual por um trabalho de igual valor, sem qualquer distinção, em particular, no caso das mulheres que deverão ter condições de trabalho não inferiores às dos homens e perceber a mesma remuneração que eles, por trabalho igual; ii) uma existência decente para eles e suas famílias, em conformidade com as disposições do Pacto; b) condições de trabalho seguras e higiênicas; c) igual oportunidade para todos de serem promovidos, em seu trabalho, à categoria superior que lhes corresponda, sem outras considerações que as de tempo, de trabalho e de capacidade e d) o descanso, o lazer, a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas e a remuneração dos feriados.

Ademais, o artigo 8º trata do direito de toda pessoa associar-se e fundar sindicatos, garantido também o direito de greve a ser exercido em conformidade com as leis de cada país e, finalmente, o artigo 9º reconhece o direito de toda pessoa à previdência e ao seguro social.

É nítida a preocupação, tanto das Nações Unidas quanto dos Estados signatários deste pacto, com a salvaguarda do **direito ao trabalho digno** da pessoa humana mediante o estabelecimento de normas universais e vinculantes no âmbito internacional para sua tutela, mas, ainda nos dias atuais, é notória a

²²² Segundo informação constante no *site* do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Disponível em: <<https://treaties.un.org/Pages/Treaties.aspx?id=4&subid=A&lang=en>>, acesso em 08 abr. 2014.

dificuldade na sua concretização fática no sistema capitalista de produção em face do fenômeno da globalização que impõe, de modo sistemático, a crescente flexibilização das relações de trabalho, tornando vulneráveis as pessoas trabalhadoras às intempéries do capital.

O PIDESC foi acrescido de um **Protocolo Adicional** que foi adotado, em 10 de dezembro de 2008, pela Assembleia Geral das Nações Unidas através da Resolução A/RES/63/117 e aberto à assinatura em 24 de setembro de 2009, porém, conseguiu as ratificações necessárias para a entrada em vigor na ordem jurídica internacional apenas em 05 de maio de 2013.

Entre os países integrantes do MERCOSUL, a Argentina o assinou em 24 de setembro de 2009 e o ratificou em 24 de outubro de 2011; o Paraguai o assinou em 06 de outubro de 2009, mas não o ratificou até a presente data; o Uruguai o assinou em 24 de setembro de 2009 e o ratificou em 05 de fevereiro de 2013, mas o Brasil não o assinou e nem o ratificou até o presente momento²²³.

O Protocolo Adicional ao PIDESC estabelece a competência do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais para receber e apreciar comunicações em nome de indivíduos ou grupos de indivíduos, sob a jurisdição do Estado signatário, que aleguem serem vítimas de violações por este Estado de quaisquer dos direitos econômicos, sociais e culturais previstos neste Pacto.

Assim, neste caso, as pessoas individualmente ou em grupo também passariam a ter o direito de petição e de queixa perante o Comitê dos Direitos Humanos em face das violações de seus direitos econômicos, sociais e culturais, possuindo capacidade processual e postulatória em nível internacional, sendo importante instrumento para o monitoramento dos direitos humanos.

4.1.3 Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990)

A Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias foi adotada pela Resolução nº 45/158 da Assembleia Geral da ONU, em 18 de dezembro de 1990, e entrou em vigor no plano internacional em 1º de julho de 2003, consoante previsão

²²³ Segundo informação constante no *site* do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Disponível em: <<https://treaties.un.org/Pages/Treaties.aspx?id=4&subid=A&lang=en>>, acesso em 08 abr. 2014.

do seu artigo 87²²⁴. Ela objetiva a proteção dos trabalhadores migrantes que são consideradas pessoas mais vulneráveis e sujeitas à exploração econômica e à violação de direitos humanos.

Dentre os países integrantes do MERCOSUL, a convenção foi ratificada pela Argentina em 23 de fevereiro de 2007, pelo Paraguai em 23 de setembro de 2008 e pelo Uruguai em 15 de fevereiro de 2001, mas o Brasil não a ratificou até o presente momento, dificultando o estabelecimento de uma política pública migratória e a tutela do trabalho migrante no bloco mercosulista.

A Convenção da ONU sobre a proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes é bastante extensa, contendo Preâmbulo e noventa e três artigos, sendo destacados aqueles mais pertinentes ao presente estudo. Ela é inovadora porque disciplina direitos humanos para todos os migrantes, inclusive aqueles que se encontram em situação jurídica irregular no país, objetivando a garantia de maior igualdade de direitos entre trabalhadores migrantes e trabalhadores nacionais, impedindo ou mesmo dificultando o exercício do trabalho em condições desumanas e degradantes; porém, sem se olvidar das diferenças culturais, étnicas, de sexo etc. inerentes à condição humana que devem ser respeitadas sob o amparo do princípio de não discriminação. Nesse sentido, preceitua Flávia Piovesan²²⁵:

O temor à diferença é fator que permite compreender a primeira fase de proteção dos direitos humanos, marcada pela tônica da proteção geral e abstrata, com base na igualdade formal – eis que o legado do nazismo se pautou na diferença como base para as políticas de extermínio, sob o lema da prevalência e da superioridade da raça pura ariana e da eliminação das demais.

Torna-se, contudo, insuficiente tratar o indivíduo de forma genérica, geral e abstrata. Faz-se necessária a especificação do sujeito de direito, que passa a ser visto em sua peculiaridade e particularidade. Nessa ótica, determinados sujeitos de direitos, ou determinadas violações de direitos, exigem uma resposta específica e diferenciada. Nesse cenário, as mulheres, as crianças, as populações afrodescendentes, os povos indígenas, os migrantes, as pessoas com deficiência, dentre outras

²²⁴ Art. 87 - 1. A presente Convenção entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao término de um período de três meses após a data do depósito do vigésimo instrumento de ratificação ou de adesão. 2. Para cada um dos Estados que ratificarem a presente Convenção ou a ela aderirem após a sua entrada em vigor, a Convenção entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte a um período de três meses após a data do depósito, por parte desse Estado, do seu instrumento de ratificação ou de adesão.

²²⁵ PIOVESAN, Flávia. Migrantes sob a perspectiva dos direitos humanos, **Revista Diversitas**, a. 1, n. 1, SãoPaulo: DH/FFLCH/USP, set. 2013, p. 139.

categorias vulneráveis, devem ser vistas nas especificidades e peculiaridades de sua condição social. Ao lado do direito à igualdade, surge, também como direito fundamental, o direito à diferença. Importa o respeito à diferença e à diversidade, o que lhes assegura um tratamento especial.

A presente Convenção aplica-se a todos os trabalhadores migrantes e aos membros das suas famílias sem qualquer distinção, fundada nomeadamente no sexo, raça, cor, língua, religião ou convicção, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, nacionalidade, idade, posição econômica, patrimônio, estado civil, nascimento ou outra situação. Ela se aplica a todo o processo migratório dos trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias, incluindo a preparação da migração, a partida, o trânsito e a duração total da estada, a atividade remunerada no Estado de emprego, bem como o retorno ao Estado de origem ou ao Estado de residência habitual (artigo 1º).

No artigo 2º a Convenção apresenta a classificação e definição de diversos tipos de trabalhadores migrantes, destacando-se:

a) **trabalhador migrante**: designa a pessoa que vai exercer, exerce ou exerceu uma atividade remunerada num Estado de que não é nacional;

b) **trabalhador fronteiriço**: designa o trabalhador migrante que mantém a sua residência habitual num Estado vizinho a que regressa, em princípio, todos os dias ou, pelo menos, uma vez por semana;

c) **trabalhador sazonal**: designa o trabalhador migrante cuja atividade, pela sua natureza, depende de condições sazonais e somente se realiza durante parte do ano;

d) **trabalhador marítimo**: abrange os pescadores e aqueles trabalhadores empregados a bordo de navio matriculado num Estado de que não é nacional;

e) **trabalhador numa estrutura marítima**: designa o trabalhador migrante empregado numa estrutura marítima que se encontra sob a jurisdição de um Estado de que não é nacional;

f) **trabalhador itinerante**: designa o trabalhador migrante que, tendo a sua residência habitual num Estado, viaja para outros Estados por períodos curtos devido à natureza da sua ocupação;

g) **trabalhador vinculado a um projeto**: aquele admitido num Estado de emprego por tempo definido para trabalhar unicamente num projeto concreto conduzido pelo seu empregador nesse Estado;

h) **trabalhador com emprego específico**: designa o trabalhador migrante: (i) que tenha sido enviado pelo seu empregador, por um período limitado e definido, a um Estado de emprego para realizar uma tarefa ou função específica; (ii) que realize, por um período limitado e definido, um trabalho que exige competências profissionais, comerciais, técnicas ou altamente especializadas de outra natureza e (iii) que, a pedido do seu empregador no Estado de emprego, realize, por um período limitado e definido, um trabalho de natureza transitória ou de curta duração, deixando o Estado de emprego ao expirar o período autorizado de residência de modo antecipado no caso de não realizar a tarefa ou função específica ou o trabalho inicial contratado;

i) **trabalhador autônomo**: designa o trabalhador migrante que exerce uma atividade remunerada não submetida a um contrato de trabalho e trabalha normalmente só ou com membros da sua família, sendo também considerado trabalhador autônomo pela legislação aplicável do Estado de emprego ou por acordos bilaterais ou multilaterais.

A presente Convenção não se aplicará (artigo 3º):

a) as pessoas enviadas ou empregadas por organizações e organismos internacionais, nem as pessoas enviadas ou empregadas por um Estado fora do seu território para desempenharem funções oficiais cuja admissão e estatuto estejam regulados pelo direito internacional geral ou por acordos internacionais ou convenções internacionais específicas;

b) as pessoas enviadas ou empregadas por um Estado fora do seu território que participam em programas de desenvolvimento e de cooperação cuja admissão e estatuto estejam regulados por acordo celebrado com o Estado de emprego e que, nos termos deste acordo, não sejam consideradas trabalhadores migrantes;

c) as pessoas que se instalam num Estado diferente do seu Estado de origem na qualidade de investidores;

d) aos refugiados e apátridas, salvo disposição em contrário da legislação nacional pertinente do Estado Parte interessado ou de instrumentos internacionais em vigor para esse Estado;

e) aos estudantes e estagiários;

f) aos marítimos e aos trabalhadores de estruturas marítimas que não tenham sido autorizados a residir ou a exercer atividade remunerada no Estado de emprego.

O termo “membros da família” designa a pessoa casada com o trabalhador migrante ou que com ele mantenha uma relação que, em virtude da legislação aplicável, produz efeitos equivalentes aos do casamento, bem como os filhos e outras pessoas a seu cargo, reconhecidas como familiares pela legislação aplicável ou por acordos bilaterais ou multilaterais aplicáveis entre os Estados interessados (artigo 4º).

Além disso, o artigo 5º da Convenção estabelece que os trabalhadores migrantes e os membros das suas famílias serão considerados *documentados ou em situação regular* se forem autorizados a entrar, permanecer e exercer uma atividade remunerada no Estado de emprego, conforme a legislação desse Estado e das convenções internacionais de que seja parte e serão considerados não documentados ou em situação irregular se não preencherem estas condições.

Para os efeitos da presente Convenção, “**Estado de origem**” é o Estado de que a pessoa interessada é nacional; “**Estado de emprego**” designa o Estado onde o trabalhador migrante vai exercer, exerce ou exerceu atividade remunerada e “**Estado de trânsito**” representa qualquer Estado por cujo território a pessoa interessada transita a fim de se dirigir para o Estado de emprego ou do Estado de emprego para o Estado de origem ou de residência habitual (artigo 6º).

O princípio da não discriminação vem resguardado no artigo 7º da Convenção ao estabelecer que os Estados signatários se comprometem a respeitar e a garantir os direitos previstos a todos os trabalhadores migrantes e membros da sua família que se encontrem em seu território e sujeitos à sua jurisdição, sem distinção alguma de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, nacionalidade, idade, posição econômica, patrimônio etc.

Além disso, esta convenção apresenta um elenco expressivo de direitos garantidos aos trabalhadores migrantes e aos membros das suas famílias, destacando-se os seguintes:

1) eles poderão sair livremente de qualquer Estado, incluindo o seu de origem, salvo no caso de disposições necessárias para a proteção da segurança nacional, da ordem pública, da saúde ou moral públicas e dos direitos e liberdades de outrem. Eles também têm o direito a retornar em qualquer momento ao seu Estado de origem e aí permanecer (artigo 8º);

2) eles terão protegido por lei o seu direito à vida (artigo 9º);

3) nenhum trabalhador migrante ou membro da sua família poderá ser submetido à tortura, nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes (artigo 10º);

4) nenhum trabalhador migrante ou membro da sua família será mantido em escravidão ou servidão e não será compelido a realizar um trabalho forçado ou obrigatório. Ressalva-se o caso dos Estados onde certos crimes podem ser punidos com pena de prisão acompanhada de trabalho forçado imposta por tribunal competente para o julgamento (artigo 11);

5) os trabalhadores migrantes e os membros das suas famílias têm direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião, incluindo a liberdade de professar ou de adotar uma religião ou crença da sua escolha, bem como a liberdade de manifestar esta religião ou crença, individual ou coletivamente, em público e em privado, pelo culto, celebração de ritos, práticas e o ensino. Eles também não serão submetidos a coação que prejudique a sua liberdade de professar e adotar uma religião ou crença da sua escolha. A liberdade de manifestar a sua religião ou crença somente poderá ser objeto de restrições previstas na lei que se mostrarem necessárias à proteção da segurança nacional, da ordem pública, da saúde ou da moral públicas, das liberdades e direitos fundamentais de outrem. Os Estados signatários se comprometem, ainda, a respeitar a liberdade dos pais quando pelo menos um deles é trabalhador migrante ou dos representantes legais de assegurar a educação religiosa e moral dos seus filhos de acordo com as suas convicções (artigo 12);

6) os trabalhadores migrantes e os membros das suas famílias têm o direito de exprimir as suas convicções sem interferência, sendo garantido o direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda espécie, sem consideração de fronteiras, sob a forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à sua escolha.

Estes direitos poderão ser objeto de restrições, desde que previstas na lei, e no caso de: a) garantir o respeito dos direitos e da reputação de outrem; b) defender a segurança nacional dos Estados interessados, da ordem pública, da saúde ou da moral públicas; c) prevenir a incitação à guerra e d) prevenir a apologia do ódio nacional, racial e religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade ou à violência (artigo 13);

7) nenhum trabalhador migrante ou membro da sua família será sujeito a intromissões arbitrárias ou ilegais na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio, na sua correspondência ou outras comunicações, nem a ofensas ilegais à sua honra e reputação, tendo direito à proteção da lei contra tais intromissões ou ofensas (artigo 14);

8) os trabalhadores migrantes e os membros das suas famílias têm direito à liberdade e à segurança da sua pessoa e direito à proteção efetiva do Estado contra a violência, os maus tratos físicos, as ameaças e a intimidação por parte de funcionários públicos ou privados, grupos ou instituições. Nenhum trabalhador migrante ou membro da sua família será sujeito, individual ou coletivamente, a detenção ou prisão arbitrária; nem será privado da sua liberdade, salvo por motivos e em conformidade com os procedimentos estabelecidos por lei. Os trabalhadores migrantes e os membros das suas famílias que tiverem sofrido detenção ou prisão preventiva ilegal terão o direito de requerer uma indenização adequada (artigo 16);

9) nenhum trabalhador migrante ou membro da sua família poderá ser sentenciado criminalmente por ação ou omissão que no momento da sua prática não seja considerada criminosa segundo a lei interna ou o direito internacional, sendo aplicada retroativamente a lei penal que preveja a imposição de uma pena mais favorável ao acusado. Na determinação da medida da pena, o tribunal atenderá a considerações de natureza humanitária relativas ao estatuto de trabalhador migrante, nomeadamente o direito de residência ou de trabalho reconhecido ao trabalhador migrante ou membro da sua família (artigo 19);

10) os trabalhadores migrantes e os membros da sua família têm direito ao reconhecimento da sua personalidade jurídica em todos os lugares (artigo 24);

11) eles deverão desfrutar de um tratamento não menos favorável que aquele que é concedido aos nacionais do Estado de emprego em matéria de retribuição e: a) outras condições de trabalho, como trabalho suplementar, horário

de trabalho, descanso semanal, férias remuneradas, segurança, saúde, suspensão do vínculo empregatício e quaisquer outras condições de trabalho que, de acordo com o direito e a prática nacionais, se incluam na regulamentação das condições de trabalho; b) outras condições de emprego, como a idade mínima para admissão ao emprego, as restrições ao trabalho doméstico e outras questões que, de acordo com o direito e a prática nacionais, sejam consideradas condições de emprego. Os Estados signatários adotarão todas as medidas adequadas a garantir que os trabalhadores migrantes não sejam privados dos direitos derivados da aplicação deste princípio de igualdade mesmo que haja irregularidade da sua situação em matéria de permanência ou de emprego. De um modo particular, os empregadores não ficarão isentos de cumprir as obrigações legais ou contratuais, nem serão, de modo algum, limitadas as suas obrigações por força de tal irregularidade (artigo 25);

12) os Estados signatários reconhecerão a todos os trabalhadores migrantes e aos membros das suas famílias o direito de: a) participar de reuniões e atividades de sindicatos e outras associações estabelecidos de acordo com a lei para proteger seus interesses econômicos, sociais e culturais sujeitos apenas às regras da organização interessada, b) inscrever-se livremente nos sindicatos ou associações, sujeito apenas às regras da organização interessada e c) procurar o auxílio e a assistência dos referidos sindicatos e associações. O exercício de tais direitos somente poderá ser objeto das restrições previstas na lei que se mostrarem necessárias, numa sociedade democrática, no interesse da segurança nacional, da ordem pública, ou para proteger os direitos e liberdades de outrem (artigo 26);

13) o filho de um trabalhador migrante tem o direito a um nome, ao registro do nascimento e a uma nacionalidade e, ainda, tem o direito fundamental de acesso à educação em condições de igualdade de tratamento com os nacionais do Estado interessado. Não poderá ser negado ou limitado o acesso a estabelecimentos públicos de ensino pré-escolar ou escolar por motivo de situação irregular em matéria de permanência ou emprego de um dos pais ou com fundamento na permanência irregular da criança no Estado de emprego (artigos 29 e 30);

14) os Estados signatários assegurarão o respeito da identidade cultural dos trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias e não os impedirão de manter os laços culturais com o seu Estado de origem, podendo adotar as medidas adequadas para apoiar e encorajar esforços neste domínio (artigo 31);

15) cessando a sua permanência no Estado de emprego, os trabalhadores migrantes e os membros das suas famílias terão o direito de transferir seus ganhos e suas poupanças e, nos termos da legislação aplicável dos Estados interessados, seus bens e pertences (artigo 32).

Segundo o artigo 82, os direitos dos trabalhadores migrantes e dos membros de suas famílias previstos nesta Convenção não podem ser objeto de quaisquer renúncias.

Finalmente, Flávia Piovesan aponta *sete desafios centrais* para o fortalecimento da implementação dos direitos dos trabalhadores migrantes e de suas famílias na contemporaneidade²²⁶:

1. Compreender a migração e o refúgio como um fenômeno complexo e dinâmico

O deslocamento forçado de pessoas, por si só, é reflexo de um padrão de violação de direitos humanos, levando, por sua vez, a outras violações. Na ordem contemporânea, aos refugiados políticos do passado aliam-se os refugiados econômicos do presente, na medida em que o crescente fluxo de deslocamento de pessoas tem como razão a negação de direitos sociais básicos sob a forma da miséria, pobreza e exclusão social. Emerge, ainda, a categoria de refugiados ambientais, tendo em vista que, de igual modo, os danos ambientais têm gerado um crescente fluxo migratório, com o deslocamento forçado de pessoas compelidas a lutar por novas condições de vida em outras regiões e países. [...]

2. Fomentar dados e estatísticas sobre a geografia da migração e o refúgio

Essencial é fomentar dados e estatísticas precisas a respeito do fluxo migratório, identificando a geografia da migração com as suas rotas de partida e de destino. Em 2012, estima-se haver 200 milhões de migrantes. Por sua vez, o ACNUR estima existir 42,5 milhões de refugiados, sendo que 13.054.069 milhões adviriam da África; 14.525.986 milhões adviriam da Ásia; e 4.315.819 milhões da América Latina. Vale dizer, a África, a Ásia e a América Latina totalizam a maioria expressiva do “locus” propiciador da migração.

3. Fomentar dados e estatísticas sobre o perfil dos migrantes e dos refugiados

Também fundamental é gerar dados desagregados a permitir delinear o perfil específico do migrante e do refugiado. Só assim – a partir do preciso diagnóstico da problemática – é viável demandar respostas precisas e políticas públicas adequadas. Dados revelam que, em geral, a maioria de refugiados é integrada por mulheres e crianças – daí a necessidade da

²²⁶ PIOVESAN, Flávia. Migrantes sob a perspectiva dos direitos humanos, **Revista Diversitas**, a. 1, n. 1, SãoPaulo: DH/FFLCH/USP, set. 2013, p. 143-145.

perspectiva de gênero e geracional no enfrentamento da questão. Já a maioria dos migrantes é composta por homens, com idade entre 25 a 50 anos.

4. Compreender as causas da migração e do refúgio

Outro desafio central atém-se à compreensão das causas da migração e do refúgio. A pobreza, a desigualdade social, as precárias condições de vida, os conflitos, as guerras, as violações ao meio ambiente, dentre outros fatores, situam-se como as principais causas do fluxo de pessoas.

5. Identificar o alcance dos deveres dos Estados com relação aos direitos dos migrantes e refugiados.

No campo dos direitos humanos, três são as clássicas obrigações do Estado: respeitar, proteger e implementar. Quanto à obrigação de respeitar, obsta ao Estado que viole tais direitos. No que tange à obrigação de proteger, cabe ao Estado evitar e impedir que terceiros (atores não estatais) violem esses direitos. Finalmente, a obrigação de implementar demanda do Estado a adoção de medidas voltadas à realização desses direitos. Aos direitos dos migrantes e dos refugiados corresponde os deveres e obrigações jurídicas do Estado de respeito, proteção e implementação desses direitos. Fundamental é avançar na identificação do alcance da responsabilidade dos Estados no que se refere aos direitos humanos dos migrantes e refugiados.

6. Fortalecer o combate à xenofobia e a outras práticas de intolerância

Para o relator especial da ONU sobre o tema do Racismo, o crescimento do racismo, da discriminação racial e da xenofobia é confirmado por dois fatores interligados: sua “normalização política” e sua “legitimação intelectual”. Plataformas racistas e xenóforas têm penetrado na agenda política de partidos a pretexto de combater o terrorismo, defender a identidade nacional e combater a imigração ilegal. Isso tem fomentado uma aceitação generalizada de práticas xenóforas, inspiradas na defesa, proteção e conservação da identidade nacional e na ameaça apresentada pelo multiculturalismo, com a violação de direitos dos não nacionais e das minorias étnicas, culturais e religiosas. Gradativamente, o sistema jurídico, a ordem pública, a educação e o mercado de trabalho passam a ser impregnados pela ideologia racista e xenófoba, culminando no fortalecimento de grupos neonazistas. É emergencial fortalecer o combate eficaz à xenofobia e a toda prática de intolerância.

7. Avançar na cooperação internacional visando à proteção dos direitos dos migrantes e refugiados

Por fim, há o desafio de avançar na articulação, coordenação e harmonização de políticas adotadas por Estados no enfrentamento do crescente fluxo migratório. Com base no valor da solidariedade, há que se compor um quadro de responsabilidades estatais compartilhadas, contando, ainda, com o apoio de organizações internacionais, como a ONU e a OEA. As políticas de migração têm causas e consequências

transnacionais a demandar a cooperação internacional no processo de implementação de direitos de migrantes e refugiados. [...] Importa avançar na luta pela defesa e proteção dos direitos humanos dos migrantes sob a ótica emancipatória dos direitos humanos. Afinal, para parafrasear Luigi Ferrajoli (2002, p. 338), os direitos humanos simbolizam a lei do mais fraco contra a lei do mais forte, na expressão de um contrapoder em face dos absolutismos, advenham do Estado, do setor privado ou mesmo da esfera doméstica.

Verifica-se, assim, que são complexos os condicionantes e os fatores que envolvem a questão do trabalho migrante nas diversas partes do globo terrestre, sendo imperiosa a atuação dos Estados e da comunidade internacional para o respeito e a promoção dos direitos humanos dos trabalhadores migrantes.

Então, no tratamento conferido aos trabalhadores migrantes e suas famílias é imperioso considerar a relação “*eu-outro*” (alteridade) na medida em que o outro - como pessoa humana dotada de dignidade e direitos consoante também disposto no artigo I da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) - deve ser merecedor de igual consideração e respeito pela sociedade e pelos Estados, sendo necessário o resguardo de suas diferenças pessoais, sociais e culturais.

Esta convenção internacional sobre a proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias busca o fortalecimento de direitos humanos que também foram consagrados na Convenção nº 97 (1949) e na Convenção 143 (1975) da Organização Internacional do Trabalho. Porém, nenhum dos países mercosulistas, ora analisados, ratificaram a Convenção nº 143 – vigente no plano internacional desde 09 de dezembro de 1978 – e, no caso da Convenção nº 97 da OIT, em vigor no plano internacional em 22 de janeiro de 1952, apenas o Brasil e o Uruguai a ratificaram, havendo entraves jurídicos e políticos que causam dificuldades para a proteção do trabalho dos migrantes no MERCOSUL.

4.2 O TRABALHO DIGNO NO SISTEMA REGIONAL INTERAMERICANO

O **sistema regional** de proteção aos direitos humanos é integrado pelos sistemas europeu, interamericano e africano, vigendo, concomitantemente, com o **sistema global** o qual é composto por vários documentos internacionais aprovados no âmbito das Nações Unidas.

Os sistemas regionais almejam a proteção dos direitos humanos no âmbito regional no qual incidem, *in casu*, na Europa (sistema europeu), na América

(sistema interamericano) e na África (sistema africano), havendo uma relação harmônica e não colidente com o sistema global, pois todos são sistemas para a proteção dos direitos humanos, inspirados por valores ético-jurídicos, especialmente, o princípio da dignidade da pessoa humana.

O sistema global deve ser compreendido como um padrão mínimo aceitável de direitos humanos, podendo ser ampliado e aprofundado pelos sistemas regionais de proteção que congregam grupos de países com características históricas e culturais comuns.

A completude e o inter-relacionamento justificam a existência conjunta dos sistemas global, global especial e regionais os quais integram o **sistema jurídico internacional de proteção aos direitos humanos**, contribuindo para que haja em nível internacional a prevalência jurídica do respeito à pessoa humana como ser único e insubstituível e à sua dignidade²²⁷.

Assim, cada um dos sistemas regionais possui uma estrutura normativa própria que os regulamenta no âmbito de sua área de atuação: o sistema interamericano possui a Convenção Americana de Direitos Humanos (1969) que estabelece a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana; o sistema europeu possui a Convenção Europeia de Direitos Humanos (1950) que, no início, estabeleceu a Comissão e a Corte Europeia de Direitos Humanos, mas, em 1998, houve a fusão de ambas no intuito de garantir maior justiciabilidade e, finalmente, o sistema africano possui a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (1981) que, em 1998, criou a Corte Africana de Direitos Humanos, sendo este o sistema mais incipiente de todos em função da história de opressão econômica e política que os povos africanos sofreram e ainda sofrem.

²²⁷ Segundo Flávia Piovesan, “o propósito da coexistência de distintos instrumentos jurídicos – garantindo os mesmos direitos – é, pois, ampliar e fortalecer a proteção dos direitos humanos. O que importa é o grau de eficácia da proteção, e, por isso, deve ser aplicada a norma que no caso concreto melhor proteja a vítima. Nesse sentido leciona Antônio Augusto Trindade: ‘O critério da primazia da norma mais favorável às pessoas protegidas, consagrado expressamente em tantos tratados de direitos humanos, contribui em primeiro lugar para reduzir ou minimizar consideravelmente as pretensas possibilidades de ‘conflitos’ entre instrumentos legais em seus aspectos normativos. Contribui, em segundo lugar, para obter maior coordenação entre tais instrumentos em dimensão tanto vertical (tratados e instrumentos de direito interno) quanto horizontal (dois ou mais tratados). [...] Contribui, em terceiro lugar, para demonstrar que a tendência e o propósito da coexistência de distintos instrumentos jurídicos – garantindo os mesmos direitos – são no sentido de ampliar e fortalecer a proteção’ ” (PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**, 7. ed. rev., ampl. e atual., São Paulo: Saraiva, 2006, p. 226).

Para o presente estudo, optou-se por analisar a tutela jurídica do trabalho digno no **sistema regional interamericano**, do qual os países membros do MERCOSUL são integrantes, sendo “um sistema complementar de proteção que existe paralelamente a mecanismos internos e internacionais. Desde a sua criação, o sistema tem tido central relevância no reconhecimento e na proteção de direitos em ao menos três áreas: no fortalecimento do Estado de Direito, na adequação de regras nacionais aos parâmetros de direitos humanos e na consolidação de novos direitos”²²⁸.

Assim, será analisado, em especial, a Declaração de Princípios Sociais da América – Resolução LVIII - aprovada na Conferência de *Chapultepec* (1945), a Carta Americana de Garantias Sociais (1948), a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948), o Pacto São José da Costa Rica (1969) e o Protocolo Americano de São Salvador²²⁹.

4.2.1 Declaração de Princípios Sociais da América – Conferência de Chapultepec (1945) ²³⁰

No período de 21 de fevereiro a 08 de março de 1945, ocorreu a convite do Governo do México no Palácio de *Chapultepec*, na Cidade do México, a Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz, conhecida como Conferência de *Chapultepec*.

Participaram desta Conferência dezenove países - Brasil, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, Estados Unidos da América, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, El Salvador, Uruguai e Venezuela -, juntamente com representação composta de cento e dez delegados, cento e seis conselheiros e assessores, quarenta e quatro secretários e quarenta auxiliares técnicos²³¹.

²²⁸ IKAWA, Daniela Ribeiro; KWEITEL, Juana e MATTAR, Laura. **O sistema interamericano de direitos humanos (introdução à parte VI. A)**, in: PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Código de direito internacional dos direitos humanos anotado**, São Paulo: DPJ Editora, 2008, p. 1135.

²²⁹ Em função dos limites metodológicos deste tese, não serão analisadas outras convenções e tratados internacionais firmados no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA).

²³⁰ A Declaração de Princípios Sociais da América é analisada pioneiramente na doutrina jurídica trabalhista por Jorge Luiz Souto Maior na obra intitulada **Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho**, v. 1, parte 1, São Paulo: LTr, 2011, p. 399-415.

²³¹ ROSS, César. La carta económica de las américas, 1945: el disenso de Chapultepec, **Revista de Estudios Latinoamericanos**, n. 8, a. 4, Chile: Universidad de Valparaíso, 2012, p. 60.

Em princípio, a Argentina não havia aderido à Conferência e às Resoluções adotadas contendo vários princípios e declarações. Porém, na Resolução LIX, aprovada na sessão plenária de 07 de março de 1945, a Conferência convidou o Estado argentino a aderir às suas disposições²³²:

5º Declarar que la Conferencia espera que la Nación Argentina cooperará con las demás naciones americanas identificándose con la política común que éstas persiguen y orientando la suya propia, hasta lograr su incorporación a las Naciones Unidas como signataria de la Declaración Conjunta formulada por ellas.

6º Declarar que el Acta Final de la Conferencia queda abierta a la adhesión de la Nación Argentina, siempre de acuerdo con el criterio de esta resolución, y autorizar al Excelentísimo señor Licenciado Ezequiel Padilla, Presidente de la Conferencia, para que comunique al Gobierno Argentino, por conducto de la Unión Panamericana, las resoluciones de esta Asamblea.

Posteriormente, a Argentina aceitou este convite, aderindo à Ata Final da Conferência em 04 de abril de 1945.

Segundo César Ross²³³, o governo mexicano propôs uma agenda de discussões para debate que continha quatro pontos fundamentais: 1º) medidas complementares para intensificar a cooperação e o esforço bélico; 2º) exame dos problemas relativos à organização internacional para a manutenção da paz e da segurança coletiva: organização mundial e fomento do vigente sistema interamericano e sua coordenação com a organização mundial; 3º) consideração dos problemas econômicos e sociais da América: cooperação econômica durante a guerra e o período de transição no pós-guerra e 4º) consideração dos métodos para desenvolver esta cooperação em benefício das condições econômicas e sociais dos povos de América com vistas a elevar seu nível de vida.

Como resultado da Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz, foram assinados diversos documentos importantes integrantes da Ata de *Chapultepec*, tais como: a Carta Econômica das Américas, a Declaração do México e a Declaração de Princípios Sociais da América as quais precederam a

²³² **ACTA de Chapultepec (1945)**, disponível em: <<http://constitucionweb.blogspot.com.br/2009/11/acta-de-chapultepec-firmada-por.html>>, acesso em 03 abr. 2014.

²³³ ROSS, César. La carta económica de las américas, 1945: el disenso de Chapultepec, op. cit., p. 60-61.

criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) que surgiria em 1948 com a assinatura em Bogotá, na Colômbia, da Carta da OEA.

A Ata de *Chapultepec* propôs a assistência recíproca e solidária entre os Estados americanos, consagrando, ainda, o princípio de que todo atentado contra a integridade ou a inviolabilidade do território ou contra a soberania ou independência política de um Estado americano, será considerado como um ato de agressão contra todos os demais Estados americanos.

Esta Ata possuiu diversas Resoluções com diferentes temáticas, destacando-se, para o presente estudo, a Resolução LVIII que estabeleceu a *Declaração de Princípios Sociais da América*, aprovada na sessão plenária de 07 de março de 1945, com as seguintes recomendações aos Estados americanos²³⁴:

1º Considerar de interés público internacional la expedición, en todas las Repúblicas americanas, de una legislación social que proteja a la población trabajadora y consigne garantías y derechos, en escala no inferior a la señalada en las Convenciones y Recomendaciones de la Organización Internacional del Trabajo, cuando menos sobre los siguientes puntos:

a) Fijación de un salario mínimo vital, calculado según las condiciones de existencia peculiares a la geografía y a la economía de cada país americano; duración de la jornada máxima; trabajo nocturno; trabajo de mujeres; trabajo de menores; y retribución de los períodos de descanso;

b) Sanción de las leyes o firma de los convenios correspondientes, para poner en vigor los principios que protegen al trabajador contra los diferentes riesgos, de acuerdo con las bases de previsión, de asistencia y seguridad social aprobadas por las Conferencias Internacionales del Trabajo y por la Conferencia Interamericana de Seguridad Social;

c) Atención por parte del Estado de los servicios de previsión y asistencia, en lo que se refiere a medicina preventiva y curativa, viviendas obreras, protección a la madre y al niño y nutrición; aprobación de legislación que establezca los medios adecuados de higiene y seguridad industrial y prevención de riesgos profesionales;

d) Protección a la maternidad y organización de los servicios de hospitalización y maternidad en beneficio de los trabajadores y sus familias;

e) Establecimiento de un régimen adecuado de compensaciones y seguro a cargo del patrono contra los riesgos profesionales, con el objeto de atender, entre otras cosas, a la rehabilitación del trabajador en los casos de incapacidad parcial;

²³⁴ ACTA de Chapultepec (1945), disponível em: <<http://constitucionweb.blogspot.com.br/2009/11/acta-de-chapultepec-firmada-por.html>>, acesso em 03 abr. 2014.

f) Fomento y ampliación del Seguro Social sobre enfermedad, vejez, invalidez, muerte, maternidad y desocupación, de acuerdo con las condiciones sociales, económicas y geográficas de cada nación, conforme a los principios universales sobre la materia;

g) Reconocimiento del derecho de asociación de los trabajadores, del contrato colectivo y del derecho de huelga.

2° Que los Gobiernos de las Repúblicas americanas incorporen en su legislación principios que establezcan:

a) Que el salario mínimo que deberá disfrutar el trabajador será el que, atendiendo a las condiciones de cada región, se considere suficiente para satisfacer las necesidades normales de la vida del obrero, su educación y sus placeres honestos, en su carácter de jefe de familia;

b) Que el salario mínimo sea lo bastante flexible para adaptarse al alza de los precios, a fin de que su capacidad remunerativa garantice y aun aumente el poder adquisitivo del trabajo, manteniéndolo en armonía y equilibrio tanto con las condiciones variables de tiempos y regiones, como con el mejor rendimiento en la producción y la consecuente disminución de costos unitarios.

3° Que todas las Repúblicas americanas se adhieran al Comité Interamericano Permanente de Seguridad Social, creado por la Conferencia Interamericana de Seguridad Social de Santiago de Chile en septiembre de 1942, y nombren los miembros de dicho Comité.

4° Que se facilite el intercambio de informaciones y servicios técnicos para el desarrollo y la aplicación de los programas de seguridad social.

5° Que por conducto del Comité Interamericano Permanente de Seguridad Social se estudien los métodos de cooperación en la edificación de hospitales, suministro de equipos sanitarios y de todos los materiales necesarios para el desarrollo de un programa adecuado de atención médica, y para la formación de médicos, dentistas, enfermeras y demás personal indispensable a tal programa.

6° Que se mejore el nivel de vida de los trabajadores, promoviendo el desarrollo de la instrucción pública, haciendo obligatorias y gratuitas la enseñanza primaria y la lucha contra el analfabetismo, procurando extender los beneficios de la gratuidad a las demás ramas superiores, inclusive la enseñanza profesional y la educación rural, de acuerdo con las posibilidades de cada Estado y con el fin de ofrecer igualdad de oportunidades a todos los ciudadanos americanos.

7° Que la política de inversión de fondos pertenecientes al Seguro Social y destinados a garantizar compromisos de larga duración se oriente de acuerdo con los planes de desarrollo de las economías nacionales y tienda a aumentar las

posibilidades de empleo, y que tales inversiones se efectúen con un criterio de utilidad social.

8º Que si las leyes y la política económica de cada país lo permiten, al hacer las inversiones de las reservas pertenecientes al Seguro Social, se tome principalmente en cuenta la conveniencia de constituir empresas controladas por tales organismos de Seguro Social y destinados a la producción de Artículos sanitarios, alimenticios y de vestuario, y que se atienda al mismo tiempo al rendimiento mínimo exigido por la capitalización de los fondos del Seguro Social y al desarrollo de las economías nacionales.

9º Que para combatir la desocupación los Gobiernos americanos procuren promover la realización de obras públicas y habitaciones populares, con sus recursos propios o, si fuere necesario, mediante la cooperación económica y técnica interamericana.
[...]

A *Declaração de Princípios Sociais da América* aprovada na Resolução LVIII da Conferência de *Chapultepec* foi um marco histórico na proteção jurídica dos direitos trabalhistas na América, dispondo sobre institutos essenciais e benefícios mínimos (salário mínimo, proteção à maternidade e aos infortúnios laborais, meio ambiente do trabalho, seguridade social, educação e qualificação profissional etc.) a serem assegurados à pessoa humana na seara laboral.

Esta declaração antecipou vários direitos trabalhistas que seriam disciplinados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), ambos integrantes do sistema global de proteção aos direitos humanos, e na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948) e no Protocolo de São Salvador (1988) os quais integram o sistema regional interamericano de proteção aos direitos humanos.

Além disso, este documento, no artigo 10º, previu a formulação da Carta Interamericana de Garantias Sociais, *in verbis*: “*independientemente de las anteriores recomendaciones, se encarga al Comité Jurídico Interamericano que en colaboración con la Oficina Internacional del Trabajo y teniendo en cuenta los Convenios y Recomendaciones de dicha oficina y la legislación social de los países americanos, formule una ‘Carta Interamericana de Garantías Sociales’ la cual será sometida a la consideración y aprobación de la Novena Conferencia Internacional Americana que habrá de reunirse en Bogotá*”.

Portanto, a aprovação da *Declaração de Princípios Sociais da América*, num momento histórico marcado pelo iminente término da Segunda

Guerra Mundial, foi significativa para a consolidação posterior dos direitos humanos trabalhistas nos planos global e regional americano, embora, ainda fosse necessária a atuação mais expressiva e concreta dos Estados e da comunidade internacional para a concretização desses direitos.

4.2.2 Carta Interamericana de Garantias Sociales (1948)

A *Carta Interamericana de Garantias Sociales*²³⁵ - como uma declaração dos direitos sociais dos trabalhadores - foi aprovada na Nona Conferência Internacional Americana ocorrida em Bogotá, na Colômbia, em 1948, conforme previsto na Ata da Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz (Conferência de *Chapultepec*), mais especificamente na Resolução LVIII que estabeleceu a Declaração de Princípios Sociais da América.

Esta Carta de Garantias Sociales estabeleceu os princípios fundamentais que deveriam amparar aos trabalhadores, constituindo um rol mínimo de direitos trabalhistas a serem gozados nos Estados americanos, sem prejuízo das leis nacionais de cada país que poderiam ampliar estes direitos ou reconhecer outros mais favoráveis, sendo igualmente aplicados a homens e mulheres (artigo 1º).

Além disso, este documento reconheceu que o melhoramento progressivo nos níveis de vida dos trabalhadores e da comunidade em geral necessita de extensas medidas de desenvolvimento das atividades econômicas, do investimento em produtividade e da cooperação entre trabalhadores e empresários através da harmonia em suas relações e do respeito ao cumprimento recíproco de seus direitos e deveres (artigo 1º).

Nos artigos 2º a 5º, a Carta de Garantias Sociales apresenta seus princípios gerais²³⁶:

Artículo 2º

Considéranse como básicos en el derecho social de los países americanos los siguientes principios: a) El trabajo es una función social, goza de la protección especial del Estado y no debe considerarse como artículo de comercio; b) Todo trabajador debe tener la posibilidad de una existencia digna y el derecho a condiciones justas en el desarrollo de su actividad;

²³⁵ CARTA Interamericana de Garantias Sociales, disponível em: <<http://www.dipublico.com.ar/instrumentos/73.html>>, acesso em: 08 abr. 2014.

²³⁶ Idem.

c) Tanto el trabajo intelectual como el técnico y el manual, deben gozar de las garantías que consagre la legislación del trabajo, con las distinciones que provengan de las modalidades en su aplicación; d) A trabajo igual debe corresponder igual remuneración, cualquiera que sea el sexo, raza, credo o nacionalidad del trabajador; e) Los derechos consagrados a favor de los trabajadores no son renunciables y las leyes que los reconocen obligan y benefician a todos los habitantes del territorio, sean nacionales o extranjeros.

Artículo 3º

Todo trabajador tiene derecho a seguir su vocación y dedicarse a la actividad que le acomode. Tiene igualmente la libertad de cambiar de empleo.

Artículo 4º

Todo trabajador tiene derecho a recibir educación profesional y técnica para perfeccionar sus aptitudes y conocimientos, obtener de su trabajo mayores ingresos y contribuir de modo eficiente al desarrollo de la producción. A tal efecto, el Estado organizará la enseñanza de los adultos y el aprendizaje de los jóvenes, de tal modo que permita asegurar la enseñanza efectiva de un oficio o trabajo determinado, al par que provea su formación cultural, moral y cívica.

Artículo 5º

Los trabajadores tienen derecho a participar en la equitativa distribución del bienestar nacional, obteniendo a precios razonables los objetos alimenticios, vestidos y habitaciones indispensables. Para alcanzar estas finalidades, el Estado debe aceptar la creación y funcionamiento de granjas y restaurantes populares y de cooperativas de consumo y crédito y organizar instituciones destinadas al fomento y financiamiento de aquellas granjas y establecimientos, así como a la distribución de casas baratas, cómodas e higiénicas para obreros, empleados y campesinos.

Posteriormente, esta Carta apresenta um elenco de direitos sociais básicos a serem resguardados aos trabalhadores em diferentes temas (contratos individuais e coletivos de trabalho, jornada de trabalho, salário, trabalho da mulher, da criança e do adolescente, trabalho rural, férias e descanso semanal remunerado, previdência social etc.) que envolvem as relações jurídicas no mundo do trabalho, conforme destacado a seguir²³⁷:

Contrato Individual de Trabajo

Artículo 6º

La Ley regulará el contrato individual de trabajo, a efecto de garantizar los derechos de los trabajadores.

²³⁷ Ibidem.

Contratos y Convenciones Colectivos de Trabajo

Artículo 7º

La Ley reconocerá y reglamentará los contratos y convenciones colectivos de trabajo. Regirán en las empresas que hubieren estado representadas en su celebración no solamente para los trabajadores afiliados a la organización profesional que los suscribió, sino para los demás trabajadores que formen o lleguen a formar parte de esas empresas. La Ley fijará el procedimiento para extender los contratos y convenciones colectivos a toda la actividad para la cual se concertaron y para ampliar su ámbito de validez territorial.

Salario

Artículo 8º

Todo trabajador tiene derecho a devengar un salario mínimo fijado periódicamente con intervención del Estado y de los trabajadores y empleadores, suficiente para cubrir las necesidades normales de su hogar en el orden material, moral y cultural, atendiendo a las modalidades de cada trabajo, a las particulares condiciones de cada región y de cada labor, al costo de la vida, a la aptitud relativa de los trabajadores y a los sistemas de remuneración de las empresas. Igualmente se señalará un salario mínimo profesional en aquellas actividades en que el mismo no estuviere regulado por un contrato o convención colectivo.

Artículo 9º

Los trabajadores tienen derecho a una prima anual, graduada según el número de días trabajados en el año.

Artículo 10

El salario y las prestaciones sociales en la cuantía que determine la Ley, son inembargables, excepto cuando se trate de las prestaciones alimenticias a que fuere condenado el trabajador. El salario debe pagarse en efectivo, en moneda legal. El valor del salario y de las prestaciones sociales, constituyen un crédito privilegiado en casos de quiebra o concurso civil del empleador.

Artículo 11

Los trabajadores tienen derecho a participar en las utilidades de las empresas en que prestan sus servicios, sobre bases de equidad, en la forma y cuantía y según las circunstancias que determine la Ley.

Jornada de Trabajo, Descansos y Vacaciones

Artículo 12

La jornada ordinaria de trabajo efectivo no debe exceder de 8 horas diarias, o de 48 semanales. La duración máxima de la jornada en labores agrícolas, ganaderas o forestales, no excedera de 9 horas diarias o de 54 semanales. Los límites diarios podrán ampliarse hasta una hora cada uno, siempre que la jornada de uno o varios días de la semana tenga una extensión inferior a las indicadas, sin perjuicio de lo dispuesto sobre descanso semanal. La jornada nocturna y la que se

cumpla en tareas peligrosas o insalubres, será inferior a la diurna. La limitación de la jornada no se aplicará en los casos de fuerza mayor. Las horas suplementarias no excederán de un máximo diario y semanal. En los trabajos que por su propia naturaleza son peligrosos o insalubres, no se podrá exceder el límite de la jornada con horas suplementarias. La legislación de cada país determinará la extensión de las pausas que habrán de interrumpir la jornada cuando atendiendo a razones biológicas, el ritmo de las tareas así lo exija y las que deberán mediar entre dos jornadas. Los trabajadores no podrán exceder el límite de la jornada prestando servicios al mismo u otro empleador. El trabajo nocturno y el que se efectúe en horas suplementarias dará derecho a una remuneración extraordinaria.

Artículo 13

Todo trabajador tiene derecho a un descanso semanal remunerado en la forma que fije la Ley de cada país. Los trabajadores que no gocen del descanso en los días indicados en el párrafo anterior, tendrán derecho a una remuneración especial por los servicios que presten en esos días y a un descanso compensatorio.

Artículo 14

Los trabajadores tendrán igualmente derecho a descanso remunerado en los días feriados civiles y religiosos que señale la Ley, con las excepciones que la propia Ley determine en consideración a las mismas razones que justifican el trabajo en los días de descanso hebdomadario. Los que no gocen del descanso en estos días, tienen derecho a una remuneración especial.

Artículo 15

Todo trabajador que acredite una prestación mínima de servicios durante un lapso dado, tendrá derecho a vacaciones anuales remuneradas, en días hábiles, cuya extensión se graduará en proporción al número de años de servicios. Las vacaciones no podrán compensarse en dinero y a la obligación del empleador de darlas, corresponderá la del trabajador de tomarlas.

Trabajo de Menores

Artículo 16

Los menores de 14 años y los que habiendo cumplido esa edad, sigan sometidos a la enseñanza obligatoria en virtud de la legislación nacional, no podrán ser ocupados en ninguna clase de trabajo. Las autoridades encargadas de vigilar el trabajo de estos menores podrán autorizar su ocupación cuando lo consideren indispensable para la subsistencia de los mismos, o de sus padres o hermanos y siempre que ello no impida cumplir con el mínimo de instrucción obligatoria. La jornada de los menores de 16 años no podrá ser mayor de 6 horas diarias o de 36 semanales, en cualquier clase de trabajo.

Artículo 17

Es prohibido el trabajo nocturno y en las labores insalubres o peligrosas a los menores de 18 años; las excepciones referentes al descanso hebdomadario contenidas en la legislación de cada país, no podrán aplicarse a estos trabajadores.

Trabajo de La Mujer**Artículo 18**

Es prohibido, en general, a las mujeres el trabajo nocturno en establecimientos industriales públicos o privados y en labores peligrosas o insalubres, salvo el caso en que sólo sean empleados los miembros de una misma familia, el de fuerza mayor que lo haga necesario, el de las mujeres que desempeñan empleos de dirección o responsabilidad que normalmente no requieran un trabajo manual y en otros casos expresamente previstos por la Ley. Se entiende por establecimientos industriales y por labores peligrosas o insalubres, los que definan la Ley o las convenciones internacionales de trabajo. Las excepciones referentes al descanso hebdomadario contenidas en las legislaciones de cada país, no podrán aplicarse a las mujeres.

Estabilidad**Artículo 19**

La Ley garantizará la estabilidad de los trabajadores en sus empleos, de acuerdo con las características de las industrias y profesiones y las justas causas de separación. Cuando el despido injustificado surta efecto, el trabajador tendrá derecho a una indemnización.

Contrato de Aprendizaje**Artículo 20**

Las Leyes regularán el contrato de aprendizaje, a efecto de asegurar al aprendiz la enseñanza de un oficio o profesión, un tratamiento digno, una retribución equitativa y los beneficios de la previsión y seguridad sociales.

Trabajo a Domicilio**Artículo 21**

El trabajo a domicilio está sujeto a la legislación social. El trabajador a domicilio tiene derecho a un salario mínimo oficialmente señalado, al pago de una indemnización por el tiempo que pierda con motivo del retardo del empleador en ordenar o recibir el trabajo o por la suspensión arbitraria o injustificada en la dación del mismo. Se reconocerá al trabajador a domicilio una situación jurídica análoga a la de los demás trabajadores, habida consideración a las peculiaridades de su labor.

Trabajo Doméstico**Artículo 22**

Los trabajadores domésticos tienen derecho a que la Ley les asegure protección en materia de salario, jornada de trabajo, descansos, vacaciones, indemnización por despido y en general prestaciones sociales cuya extensión y naturaleza serán

determinadas de acuerdo con las condiciones y peculiaridades de su trabajo. A quienes presten servicios de carácter doméstico en empresas industriales, comerciales, sociales y demás equiparables, serán considerados como trabajadores manuales y tendrán los derechos reconocidos a estos.

Trabajo de la Marina Mercante y de la Aeronáutica

Artículo 23

La Ley regulará el contrato de los trabajadores de la Marina Mercante y de la Aeronáutica, habida cuenta de sus modalidades particulares.

Empleados Públicos

Artículo 24

Los empleados públicos tienen derecho a ser amparados en la carrera administrativa, de modo que se les garantice, mientras cumplan sus deberes, la permanencia en el empleo, el derecho al ascenso y los beneficios de la seguridad social. El empleado tiene también derecho a ser amparado por una jurisdicción especial contencioso-administrativa y en caso de sanción, el de defensa dentro del procedimiento respectivo.

Trabajadores Intelectuales

Artículo 25

Los trabajadores intelectuales independientes y el resultado de su actividad deberán ser objeto de una legislación protectora.

Derechos de Asociación

Artículo 26

Los trabajadores y empleadores sin distinción de sexo, raza, credo o ideas políticas, tienen el derecho de asociarse libremente para la defensa de sus respectivos intereses, formando asociaciones profesionales o sindicatos, que, a su vez, puedan federarse entre sí. Estas organizaciones tienen derecho a gozar de personería jurídica y a ser debidamente protegidas en el ejercicio de sus derechos. Su suspensión o disolución no puede imponerse sino en virtud de procedimiento judicial adecuado. Las condiciones de fondo y de forma que se exijan para la constitución y funcionamiento de las organizaciones profesionales y sindicales no deben coartar la libertad de asociación. La formación, funcionamiento y disolución de federaciones y confederaciones estarán sujetos a las mismas formalidades prescritas para los sindicatos. Los miembros de las directivas sindicales, en el número que fije la respectiva ley, y durante el período de su elección y mandato, no podrán ser despedidos, trasladados de empleo, ni desmejorados en sus condiciones de trabajo, sino por justa causa, calificada previamente por la autoridad competente.

Derecho de Huelga

Artículo 27

Los trabajadores tienen derecho a la huelga. La Ley regula este derecho en cuanto a sus condiciones y ejercicio.

Previsión y Seguridad Sociales

Artículo 28

Es deber del Estado proveer en beneficio de los trabajadores medidas de previsión y seguridad sociales.

Artículo 29

Los Estados deben estimular y proveer la existencia de centros recreativos y de bienestar que puedan ser aprovechados libremente por los trabajadores.

Artículo 30

El Estado, mediante normas adecuadas, debe asegurar la higiene, seguridad y moralidad en los lugares de trabajo.

Artículo 31

Los trabajadores, inclusive los trabajadores agrícolas, los trabajadores a domicilio, los trabajadores domésticos, los empleados públicos, los aprendices aunque no reciban salario y los trabajadores independientes, cuando su afiliación fuere posible, tienen derecho a un sistema de seguro social obligatorio orientado hacia la realización de los objetivos siguientes: a) Organizar la prevención de los riesgos cuya realización prive al trabajador de su capacidad de ganancia y de sus medios de subsistencia; b) Restablecer lo más rápida y completamente posible, la capacidad de ganancia pérdida o reducida como consecuencia de enfermedad o accidente; c) Procurar los medios de subsistencia en caso de cesación o interrupción de la actividad profesional como consecuencia de enfermedad o accidente, maternidad, invalidez temporal o permanente, cesantía, vejez o muerte prematura del jefe de la familia; El seguro social obligatorio deberá tender a la protección de los miembros de la familia del trabajador y establecer prestaciones adicionales para los asegurados de familia numerosa.

Artículo 32

En los países donde aún no exista un sistema de seguro o previsión social, o en los que existiendo éste, no cubra la totalidad de los riesgos profesionales y sociales, estarán a cargo de los empleadores prestaciones adecuadas de previsión y asistencia.

Artículo 33

La mujer trabajadora tendrá derecho a un descanso remunerado no inferior a seis semanas antes y seis semanas después del alumbramiento, conservación del empleo, atención médica para ella y el hijo y subsidio de lactancia. Las Leyes establecerán la obligación de los empleadores de instalar y mantener salascunas y guarderías infantiles para los hijos de los trabajadores.

Artículo 34

Los trabajadores independientes tienen derecho a la cooperación del Estado con el objeto de incorporarse a las

instituciones de protección social que se organicen para reconocerles prestaciones iguales a las de los trabajadores asalariados. Igual derecho compete a las personas que ejerzan profesiones liberales y que no se hallen en una relación de dependencia frente a terceros.

Inspección del Trabajo

Artículo 35

Los trabajadores tienen derecho a que el Estado mantenga un servicio de inspección técnica encargado de velar por el fiel cumplimiento de las normas legales o de trabajo, asistencia, previsión y seguridad sociales, comprobar sus resultados y sugerir las reformas procedentes.

Jurisdicción del Trabajo

Artículo 36

En cada Estado debe existir una jurisdicción especial de trabajo y un procedimiento adecuado para la rápida solución de los conflictos.

Conciliación y Arbitraje

Artículo 37

Es deber del Estado promover la conciliación y el arbitraje como medios para la solución pacífica de los conflictos colectivos de trabajo.

Trabajo Rural

Artículo 38

Los trabajadores rurales o campesinos tienen derecho a que se les garantice el mejoramiento de su actual nivel de vida, se les proporcione adecuadas condiciones de higiene y se les organice, tanto a ellos como a sus familias, una asistencia social eficaz. El Estado realizará una acción planificada y sistemática encaminada a racionalizar la explotación agropecuaria, a organizar y distribuir el crédito, a mejorar las condiciones de vida del medio rural y, a la progresiva emancipación económica y social de la población campesina. La Ley determinará las condiciones técnicas y las demás acordes con el interés nacional de cada Estado, mediante las cuales hará efectivo y eficaz el ejercicio del derecho que el Estado reconoce a las asociaciones de campesinos y a los individuos aptos para el trabajo agrícola y pecuario y que carezcan de tierras o no las posean en cantidad suficiente, a ser dotados de ellas y de los medios necesarios para hacerlas producir.

Desse modo, evidencia-se que a Carta nos artigos 3º a 38º apresenta os institutos básicos e os benefícios mínimos que integram o Direito do Trabalho nos diferentes países da América Latina que possui sistemas jurídicos oriundos da *Civil Law* e privilegia o direito positivado nas declarações e nos tratados internacionais, nas Constituições, nas leis, dentre outros instrumentos normativos.

Entretanto, os Estados Unidos não aderiu a esta Carta, embora tenha afirmado ser favorável aos preceitos nela consagrados, como se verifica na “Reserva de Delegação” constante do próprio documento, *in verbis*: “*En vista del voto negativo de los Estados Unidos y de las razones aducidas para ello, este país, no obstante su firme adhesión a los principios adecuados de acción internacional en interés del Trabajo, no se considerará obligado por los términos precisos de esta Carta Internacional Americana de Garantías Sociales*”²³⁸.

Portanto, a Carta Interamericana de Garantias Sociais reconheceu um rol mínimo de direitos humanos a serem implementados nas relações jurídicas de trabalho firmadas entre trabalhadores e empregadores/empresários/capitalistas, garantias que não foram repetidas de modo tão incisivo e profundo na Declaração Universal de Direitos Humanos e na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, ambas de 1948, ou mesmo, *a posteriori*, no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC, de 1966, e no Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1988.

Evidencia-se, assim, o necessário reavivamento da Carta Interamericana de Garantias Sociais para a promoção do trabalho digno na contemporaneidade, pois ela “caiu em desuso” pelos Estados, possuindo na atualidade mais um significado histórico, o que enfraquece a proteção jurídica aos direitos da pessoa humana trabalhadora no plano internacional e, conseqüentemente, no âmbito dos processos de integração regional na América Latina.

4.2.3 Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948)

A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem foi aprovada, em abril de 1948, através da Resolução XXX da Ata Final da IX Conferência Internacional Americana ocorrida em Bogotá. A Declaração Americana de Direitos e Deveres foi pioneira no estabelecimento de direitos humanos de cunho universal, pois antecedeu em oito meses a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada somente em dezembro de 1948.

²³⁸ CARTA Interamericana de Garantias Sociais, disponível em: <<http://www.dipublico.com.ar/instrumentos/73.html>>, acesso em: 08 abr. 2014.

Esta Declaração demonstrou significativo avanço em relação aos documentos internacionais da mesma época, pois trouxe uma concepção mais atual de cidadania ao dispor que os indivíduos são, ao mesmo tempo, detentores de direitos e deveres correlatos. Então, demonstra que a cidadania representa também a imposição de deveres fundamentais aos cidadãos e não apenas de direitos.

José Joaquim Gomes Canotilho²³⁹ preleciona acerca da existência de deveres fundamentais relacionados à cidadania:

[...] o que significam deveres fundamentais num Estado de direito democrático? Significam, em primeiro lugar, que eles colocam, tal como os direitos, problemas de articulação e de relação do indivíduo com a comunidade. [...] a fórmula constitucional não significa [...] a simetria de direitos e deveres mas estabelece um fundamento constitucional claro, isto é, uma base de legitimação, para os deveres fundamentais. [...] A dimensão jurídico-constitucional dos deveres ultrapassa, porém, o círculo dos direitos. Os deveres fundamentais são também referidos como *categorias jurídico-internacionais* na Declaração Internacional dos Direitos do Homem (art. 29º/1), no Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos (cfr. Preâmbulo), na Convenção Americana dos Direitos do Homem (art. 32º/1) e na Carta Africana de Direitos do Homem (art. 29º/7). [...] A ideia de deveres fundamentais é susceptível de ser entendida como o “outro lado” dos direitos fundamentais. [...]

A Declaração dispõe que todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa (artigo 1º), na medida em que todas as pessoas são iguais perante a lei e têm os direitos e deveres consagrados na declaração, sem distinção de raça, língua, crença ou qualquer outra (artigo 2º).

Ademais, toda pessoa tem direito a ser reconhecida, seja onde for, como pessoa com direitos e obrigações e a gozar dos direitos civis fundamentais (artigo 17), evidenciando a primazia da pessoa humana e de sua dignidade no contexto ético-jurídico implementado após a Carta da ONU de 1945 e fortalecido após 1948 com esta declaração.

Na tutela do trabalho digno, a Declaração prevê que toda pessoa tem direito a: a) trabalho em condições dignas e o direito de seguir livremente sua vocação, na medida em que for permitido pelas oportunidades de emprego existentes, tendo, ainda, o direito de receber uma remuneração que, em relação à sua capacidade de trabalho e habilidade, garanta-lhe um nível de vida conveniente para si mesma e

²³⁹ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**, 6. ed., Coimbra: Livraria Almedina, 2002, p. 527-529, grifo do autor.

para sua família (artigo 14); b) descanso, recreio honesto e oportunidade de aproveitar utilmente o seu tempo livre em benefício de seu melhoramento espiritual, cultural e físico (artigo 15); c) previdência social, de modo a ficar protegida contra as consequências do desemprego, da velhice e da incapacidade que, provenientes de qualquer causa alheia à sua vontade, a impossibilitem física ou mentalmente de obter meios de subsistência (artigo 16) e d) associar-se com outras a fim de promover, exercer e proteger os seus interesses legítimos, de ordem política, econômica, religiosa, social, cultural, profissional, sindical ou de qualquer outra natureza (artigo 22).

Além disso, a Declaração preceitua, em seu artigo 37, que toda pessoa tem o *dever de trabalhar*, dentro das suas capacidades e possibilidades, a fim de obter os recursos para a sua subsistência ou em benefício da coletividade.

Atente-se que o exercício do trabalho em condições dignas é um direito humano dos trabalhadores, mas o sistema jurídico não tem, até o presente momento, condições de efetivamente garanti-lo a todas as pessoas no vigente sistema capitalista de produção. Também não se sabe se realmente algum dia poderá ser efetivamente garantido a todos os seres humanos em razão da lógica de exploração capitalista que move a sociedade de consumo, havendo a mitigação da própria dignidade humana em razão de interesses utilitaristas.

Então, esse preceito do trabalho como “dever do ser humano” deve ser analisado com sérias ressalvas, visto que fundamenta a construção de normas arbitrárias que cerceiam o direito de liberdade dos indivíduos também consagrado na Declaração Americana. Houve até tipificação como conduta ilícita civil ou penal²⁴⁰ do *ato de não trabalhar*, cerceamento outros direitos garantidos ao ser humano em prol de uma visão estritamente capitalista e consumista predominante na sociedade atual. Neste aspecto, critica-se a inserção deste dispositivo normativo do “dever de trabalhar” na presente declaração.

²⁴⁰ Exemplifica-se com o caso brasileiro ante a vigência até o presente da Lei de Contravenções Penais (Decreto-lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941) que, em seu artigo 59, tipifica a **contravenção de vadiagem**: “Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses. Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena”. Portanto, no Brasil, esta lei ainda permanece em vigor, podendo ser plenamente aplicada, tornando contraventores as pessoas desempregadas, as miseráveis e aquelas em condição de mendicância pelos mais diversos motivos, ratificando a exclusão social existente no país.

Em termos mais gerais, a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem permitiu a criação do sistema regional interamericano de proteção aos direitos humanos, o que foi consolidado e aperfeiçoado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como Pacto São José da Costa Rica, e pelo Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, chamado de Protocolo de São Salvador, como demonstrado a seguir.

4.2.4 Pacto São José da Costa Rica (1969)

Em 22 de novembro de 1969, em São José na Costa Rica, foi aprovada a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como Pacto São José da Costa Rica pela Conferência Interamericana sobre Direitos Humanos. Ela entrou em vigor no plano internacional em 18 de julho de 1978, conforme previu o artigo 74.2, e disciplinou os direitos civis e políticos. Esta Convenção foi ratificada pelos países-membros do MERCOSUL, a saber: o Brasil em 09 de julho de 1992, a Argentina em 14 de agosto de 1984, o Paraguai em 18 de agosto de 1989 e o Uruguai em 26 de março de 1985²⁴¹.

No intuito de obter a adesão dos Estados Unidos da América, ficou decidido na Conferência Interamericana que os *direitos econômicos, sociais e culturais* seriam firmados num protocolo em separado o que ocorreu com a assinatura do Protocolo de São Salvador apenas em 1988, logo, o trabalho digno, enquanto direito social, não foi resguardado neste documento.

O artigo 1º deste Pacto dispõe que os Estados-partes se obrigam a respeitar os direitos e as liberdades, garantindo a toda pessoa o livre e pleno exercício destes, sem discriminação por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social, pois entendem que pessoa é todo ser humano.

O artigo 5º disciplina que toda pessoa tem direito a que se respeite sua integridade física, psíquica e moral e o artigo 11 prevê a proteção ampla da honra e da dignidade humanas, pois ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias em sua vida privada, na de sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência,

²⁴¹ Disponível em: <http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos.asp>, acesso em 08 abr. 2014.

nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação, sendo toda pessoa detentora do direito à proteção da lei contra tais ingerências e ofensas.

O Pacto de São José da Costa Rica também apresenta a correlação entre direitos e deveres, notadamente no artigo 32: “toda pessoa tem deveres para com a família, a comunidade e a humanidade. Os direitos de cada pessoa são limitados pelos direitos dos demais, pela segurança de todos e pelas justas exigências do bem comum, numa sociedade democrática”. Entretanto, neste ponto particular não há restrições a serem consideradas porque o Pacto apresenta a correlação entre direitos e deveres de um modo mais amplo até mesmo como fundamento da responsabilidade internacional dos Estados e dos indivíduos no seio da convivência social.

Vislumbra-se que ao longo de todo o Pacto são garantidos os direitos à vida, à liberdade, à nacionalidade, à propriedade privada, ao nome, a proteção à família, dentre outros, estabelecendo-se a organização, a competência, as funções da Corte Interamericana de Direitos Humanos e outros procedimentos no âmbito deste sistema regional de proteção aos direitos da pessoa humana.

4.2.5 Protocolo Americano de São Salvador (1988)

O Protocolo Americano de São Salvador foi adotado pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em São Salvador - El Salvador, em 17 de novembro de 1988 e entrou em vigor no plano internacional em 16 de novembro de 1999. Ele é conhecido como o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, tratando especificamente dos direitos sociais, econômicos e culturais. Este Protocolo foi ratificado pelos países-membros do MERCOSUL, a saber: o Brasil em 08 de agosto de 1996, a Argentina em 30 de junho de 2003, o Paraguai em 28 de maio de 1997 e o Uruguai em 21 de novembro de 1995²⁴².

O Protocolo de São Salvador inicia com a fixação para os Estados signatários da obrigação de adotar medidas, tanto de ordem interna como por meio da cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, capazes de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e

²⁴² Disponível em: <http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos.asp>, acesso em 08 abr. 2014.

culturais nele reconhecidos (artigo 1º). Além disso, em seu artigo 2º dispõe sobre a obrigação dos Estados signatários em adotar as disposições legislativas ou de outra natureza - de acordo com suas normas constitucionais e com as disposições deste Protocolo - que forem necessárias para tornar efetivos tais direitos.

Este tratado é extremamente detalhista na proteção ao trabalho digno, pois no artigo 6º prevê que toda pessoa tem direito ao trabalho, incluindo a oportunidade de obter os meios para levar uma vida digna e decorosa ao desempenhar uma atividade lícita e livremente escolhida. Ademais, os Estados-partes devem se comprometer a adotar medidas que garantam a plena efetividade do direito ao trabalho, especialmente as referentes à consecução do pleno emprego, à orientação vocacional e ao desenvolvimento de projetos de treinamento técnico-profissional, em especial destinados aos deficientes. Esses Estados devem, ainda, executar programas que possibilitem o adequado atendimento da família, no intuito de permitir que a mulher exerça o direito ao trabalho.

O artigo 7º determina que os Estados-partes garantam a toda pessoa as mesmas condições justas, equitativas e satisfatórias de trabalho por meio de suas legislações, em especial das seguintes: **1)** remuneração que assegure, no mínimo, a todos os trabalhadores condições de subsistência digna e decorosa com salário equitativo e igual, sem nenhuma discriminação; **2)** direito de todo trabalhador de seguir sua vocação e de dedicar-se à atividade que melhor atenda a suas expectativas, podendo trocar de emprego; **3)** direito do trabalhador à promoção ou avanço no trabalho, sendo consideradas suas qualificações, competência, probidade e tempo de serviço; **4)** estabilidade dos trabalhadores em seus empregos, de acordo com as características das indústrias e profissões e, no caso de demissão injustificada, terão direito à indenização, readmissão no emprego ou quaisquer outras prestações previstas pela legislação nacional; **5)** segurança e higiene no trabalho; **6)** proibição de trabalho noturno, insalubre ou perigoso aos menores de dezoito anos e, em geral, para todo trabalho que ponha em perigo sua saúde, segurança ou moral. Quando se tratar de menores de dezesseis anos, a jornada de trabalho deverá subordinar-se às disposições sobre ensino obrigatório e, em nenhum caso, poderá constituir impedimento à assistência escolar ou limitação para beneficiar-se da instrução recebida; **7)** limitação razoável das horas de trabalho, tanto diárias quanto semanais, sendo reduzidas as jornadas quando se tratar de trabalhos perigosos, insalubres ou

noturnos e **8)** direito ao repouso, gozo do tempo livre, férias remuneradas e remuneração nos feriados nacionais.

O tratado disciplina, também, os direitos sindicais ao conferir aos trabalhadores o direito de livremente organizar-se ou filiar-se a sindicatos, determinando que os Estados-partes garantam o direito de greve e o funcionamento livre de sindicatos, federações e confederações, sendo que ninguém poderá ser compelido a associar-se aos sindicatos (artigo 8º).

No artigo 9º há previsão do direito à previdência social que está diretamente associado ao direito ao trabalho, pois somente poderá aposentar-se ou obter algum benefício previdenciário a pessoa que contribuiu produtivamente para o seu país. Assim, determina que toda pessoa tem direito à previdência social que a proteja das consequências da velhice e da incapacitação física ou mental que a impossibilite de obter uma vida digna. Quando se tratar de pessoa em atividade, o direito à previdência social abrangerá, ao menos, o atendimento médico e a pensão em caso de acidente de trabalho, de doença profissional e, quando se tratar da mulher, da licença remunerada para a gestante antes e depois do parto.

Finalmente, caberá aos Estados signatários do Protocolo de São Salvador a obrigação de respeitar e assegurar o acesso dos trabalhadores aos direitos nele discriminados, conferindo-lhes efetividade, inclusive, adotando medidas econômicas, políticas e jurídicas nos contornos previstos nos artigos 1º e 2º, incluindo a adoção de medidas de monitoramento das possíveis violações²⁴³.

O **quadro 4** apresenta a ratificação pelos Estados mercosulistas dos principais pactos internacionais do sistema global e do sistema regional interamericano de proteção aos direitos humanos que contemplam, em alguma medida, a tutela jurídica do trabalho digno e da dignidade humana do trabalhador.

²⁴³ Para detalhes sobre os mecanismos de monitoramento dos direitos humanos, consulte PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**, 7. ed. rev., ampl. e atual., São Paulo: Saraiva, 2006 e RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**, São Paulo: Saraiva, 2014.

**Quadro 4 – PRINCIPAIS PACTOS DO SISTEMA GLOBAL E REGIONAL
INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS APLICÁVEIS NOS
PAÍSES INTEGRANTES DO MERCOSUL**

PACTOS INTERNACIONAIS (vigência internacional)	BRASIL (ratificação)	ARGENTINA (ratificação)	PARAGUAI (ratificação)	URUGUAI (ratificação)
SISTEMA GLOBAL DA ONU				
<i>Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) (03 Jan. 1976)</i>	24 Jan. 1992	08 Ago. 1986	10 Jun. 1992	01 Abr. 1970
<i>Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966) (23 Mar. 1976, exceto artigo 41)</i>	24 Jan. 1992	08 Ago. 1986	10 Jun. 1992	01 Abr. 1970
<i>Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990) (01 Jul. 2003)</i>	não ratificou	23 Fev. 2007	23 Set. 2008	15 Fev. 2001
SISTEMA REGIONAL INTERAMERICANO				
<i>Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto São José da Costa Rica (1969) (18 Jul. 1978)</i>	09 Jul. 1992	14 Ago. 1984	18 Ago. 1989	26 Mar. 1985
<i>Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - Protocolo de São Salvador (1988) (16 Nov. 1999)</i>	08 Ago. 1996	30 Jun. 2003	28 Mai. 1997	21 Nov. 1995

FONTES: UNITED NATIONS – Treaty Collection²⁴⁴ e Organización de los Estados Americanos (OEA)²⁴⁵

Em relação aos pactos internacionais de direitos humanos do sistema global (ONU) e do sistema regional interamericano (OEA) acima referidos, verifica-se a ocorrência de uma ratificação praticamente unânime no âmbito dos países integrantes do MERCOSUL, o que representa um significativo avanço na tutela dos direitos da pessoa humana. Entretanto, o Brasil não ratificou, até o presente momento, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990), que está vigente

²⁴⁴ Disponível em: <<https://treaties.un.org/Pages/Treaties.aspx?id=4&subid=A&lang=en>>, acesso em 08 abr. 2014.

²⁴⁵ Disponível em: <http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos.asp>, acesso em 08 abr. 2014.

no plano internacional desde 1º de julho de 2003, embora os outros Estados mercosulistas a tenham ratificado e incorporado nas suas ordens jurídicas internas.

A ratificação desta convenção pelos países mercosulistas é de suma importância para a proteção dos direitos humanos dos trabalhadores migrantes, sobretudo no contexto da integração regional que objetiva a livre circulação de bens, serviços e pessoas – especialmente trabalhadores e consumidores – no território dos países integrantes do MERCOSUL, consoante previsão expressa do artigo 1º do Tratado de Assunção.

Além disso, esta convenção inova ao disciplinar direitos humanos para **todos** os trabalhadores migrantes, independentemente de se encontrarem em situação jurídica irregular no país, no intuito de impedir ou dificultar o exercício do labor em condições desumanas, degradantes e análogas à escravidão.

Cita-se, como exemplo, o caso dos trabalhadores migrantes bolivianos e peruanos que trabalham em oficinas de confecções irregulares na cidade de São Paulo sem quaisquer direitos e garantias trabalhistas e em condições de trabalho e de vida degradantes²⁴⁶, sendo frequentes as investigações e autuações do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que rechaçam tais situações, punindo as empresas e as pessoas responsáveis, reinserindo socialmente estes trabalhadores com a formalização dos seus contratos de trabalho e o pagamento regular de todos seus direitos trabalhistas, conforme

²⁴⁶ Acerca do caso dos trabalhadores bolivianos, Maria Cristina Cacciamali e Flávio Antonio Gomes de Azevedo afirmam: “em nome da fidelidade e da possibilidade de trabalhar, o imigrante clandestino exerce um contrato de trabalho verbal no qual ele é remunerado por peça, totalizando um salário-hora muito abaixo da mão de obra local e exercendo uma jornada extensa de trabalho, que pode atingir 16 ou 18 horas por dia. Por vezes paga parceladamente a compra da máquina de costura que usa na oficina, obrigando-o a trabalhar com maior intensidade para perceber alguma remuneração em dinheiro. [...] O empreiteiro terceirizado também sofre restrições na sua remuneração, na medida em que o contratante, como garantia, deixa sempre pendente o pagamento de uma encomenda. Por exemplo, a remuneração da primeira encomenda é paga quando o empreiteiro entrega a segunda, e assim por diante. Antes de efetuar o pagamento aos trabalhadores, o empreiteiro tem que fazer frente aos outros gastos, como aluguel, alimentos, utilidades públicas, manutenção e depreciação das máquinas, bem como fazer um fundo para resistir aos períodos sem trabalho assim, a remuneração dos trabalhadores é comprimida. A atividade é clandestina, de modo que o trabalhador costura em um ambiente inadequado, em galpões sem janelas ou porões respirando o pó gerado pela grande quantidade de tecido que será transformado em peças. Ele vive no mesmo local dormindo sobre um colchonete, que estende atrás de sua máquina de costura, em uma situação abaixo de condições mínimas, sem refeitório e um banheiro coletivo. A intensidade do trabalho, a má alimentação e a promiscuidade constituem o caldo ideal para doenças como a tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis, bem como para gravidez precoce entre outros agravos à saúde” (CACCIAMALI, Maria Cristina e AZEVEDO, Flávio Antonio Gomes de. Entre o tráfico humano e a opção da mobilidade social: os imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo, **Cadernos do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina – PROLAM/USP**, a. 5, v. 1, São Paulo: LTr, 2006, p. 137-138.

previsão na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), bem como encaminham os migrantes para os seus países de origem se assim o desejarem.

No tratamento conferido aos trabalhadores migrantes e suas famílias é imperioso considerar a relação “*eu-outro*” na medida em que o outro - como pessoa humana dotada de dignidade e direitos (artigo I da Declaração Universal de Direitos Humanos) - deve ser merecedor de igual consideração e respeito pela sociedade e pelos Estados, sendo necessário o resguardo de suas diferenças pessoais, sociais e culturais.

Verifica-se, assim, que são complexos os condicionantes e os fatores que envolvem a questão do trabalho migrante nas diversas partes do globo terrestre, sendo imperiosa a atuação dos Estados e da comunidade internacional para o respeito e a promoção dos direitos humanos dos trabalhadores migrantes.

Ademais, nenhum dos países mercosulistas - Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – ratificou a Convenção nº 143 (1975) da Organização Internacional do Trabalho que trouxe disposições normativas suplementares para a tutela dos direitos humanos dos trabalhadores migrantes, sendo árduo o caminho a ser trilhado por estes países para tratar da questão do trabalho migrante.

A respeito dos trabalhadores migrantes, o jurista uruguaio Oscar Ermida Uriarte²⁴⁷ preleciona:

[...] 4. No marco do Direito do Trabalho, e muito mais amplamente no do Direito universal dos direitos humanos, a migração trabalhista é o exercício da liberdade de ir e vir, para o gozo do direito ao trabalho e do princípio da igualdade. Trata-se do direito a migrar para trabalhar em igualdade de condições com os nacionais do país de destino.

Liberdade de ir e vir, direito ao trabalho e princípio da igualdade é o conjunto de direitos fundamentais que conformam e fundamentam o direito a emigrar, que tampouco é alheio à perseguição de outros direitos, menos próximos mas tanto ou mais essenciais: o direito à vida, à saúde, à educação, entre outros.

Ademais, os direitos do trabalhador migrante derivam de sua condição de pessoa humana (de pessoa que trabalha ou que procura exercer seu direito à trabalhar), e não de sua nacionalidade, cidadania ou residência.

5. Por todo o exposto, um autêntico processo de integração latino-americana, que supere essa visão mercantilista que o reduz a um pacto sobre tarifas ou barreiras aduaneiras, ou à criação de um bloco econômico regional, necessariamente deve

²⁴⁷ URIARTE, Oscar Ermida. **Direito a migrar e direito ao trabalho**, in: RAMÍREZ, Luis Enrique e SALVADOR, Luiz. **Direito do trabalho**: por uma carta sociolaboral latino-americana, São Paulo: LTr, 2012, p. 36.

reconhecer aos trabalhadores a livre circulação pelo espaço comunitário, com idênticos direitos trabalhistas e previdenciários, sem discriminação em razão da nacionalidade.

Então, o cenário na seara laboral é de muitas incertezas para o MERCOSUL, havendo muitos *déficits* sociais e trabalhistas a serem equacionados, dificultando a execução de políticas públicas de trabalho firmadas conjuntamente pelos Estados-membros do bloco.

É uma tarefa bastante complexa para os Estados signatários desses tratados internacionais a efetivação dos direitos humanos, principalmente trabalhistas, demandando uma atuação conjunta e articulada, seja no plano interno através das instituições públicas com a participação da sociedade civil, seja no plano internacional com a participação dos organismos internacionais e de Estados parceiros, como no âmbito dos processos de integração regional, o que incluiria o MERCOSUL.

No âmbito das relações jurídicas de trabalho, o sistema global da ONU e o sistema regional interamericano (OEA) de proteção aos direitos humanos são também complementados pelas convenções e declarações internacionais da OIT as quais tutelam em específico as condições de trabalho.

Nas últimas décadas, a OIT tem também proposto que os países-membros busquem a progressiva implantação da “*Agenda de Trabalho Decente*” através de diversas ações, programas e atuações conjuntas no cenário internacional e nos planos global, regional e local. Porém, apesar da ampla tutela jurídica dos direitos humanos, há significativa dificuldade na sua implementação pelos Estados, inclusive no MERCOSUL em relação ao trabalho digno e aos direitos trabalhistas, consoante analisado no capítulo seguinte.

5 O TRABALHO DIGNO NO MERCOSUL: O PRESENTE E O FUTURO. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

Na atualidade, o mundo do trabalho - inclusive na América Latina e nos países integrantes do MERCOSUL – sofre significativo processo de precarização do trabalho humano e flexibilização da legislação trabalhista, além do uso indiscriminado de terceirizações, de cooperativas ilícitas de trabalho, dentre outros subterfúgios para burlar a aplicação das normas trabalhistas, havendo a redução de direitos e garantias obtidos pelos trabalhadores.

Nesse mundo do trabalho globalizado e permeado por medidas econômicas e políticas de cunho neoliberal, o Direito do Trabalho clássico está sendo bombardeado por diversos segmentos (empresariado, governos, partidos políticos, operadores do direito etc.) que apregoam sua obsolescência e a necessidade de “reformulação” de suas regras e princípios jurídicos em prol da manutenção dos postos de trabalho e da redução do desemprego. Entretanto, o Direito do Trabalho ainda persiste na tutela ao **trabalhador hipossuficiente**²⁴⁸, pois se escuda no **princípio basilar da proteção**²⁴⁹ e em normas protetivas das relações de trabalho numa sociedade capitalista marcada pela desigualdade econômica e social entre os sujeitos da relação de emprego (empregador e empregado).

²⁴⁸ Maurício Godinho Delgado afirma que na relação de emprego “o sujeito empregador age naturalmente como um ser coletivo, isto é, um agente socioeconômico cujas ações – ainda que infra empresariais – têm a natural aptidão de produzir impacto na comunidade mais ampla. Em contrapartida, no outro pólo da relação inscreve-se um ser individual, identificado no trabalhador que, enquanto sujeito desse vínculo sócio-jurídico, não é capaz, isoladamente, de produzir, como regra, ações de impacto comunitário. Essa disparidade de posições na realidade concreta fez emergir um Direito Individual do Trabalho largamente protetivo, caracterizado por métodos, princípios e regras que buscam reequilibrar, juridicamente, a relação desigual na prática cotidiana da relação de emprego” (DELGADO, Maurício Godinho. **Princípios de direito individual e coletivo do trabalho**, 2. ed., São Paulo: LTr, 2004, p. 82).

²⁴⁹ É princípio tutelar ou protetivo na seara trabalhista, pois a relação de emprego pressupõe a subordinação do empregado ao empregador durante a vigência do contrato de trabalho. Esse princípio permite a concessão de uma “superioridade jurídica” ao empregado no intuito de compensar a superioridade econômica e do poder de direção do empregador. O princípio da proteção é desmembrado em outros três: i) *o in dubio pro operario* ou *in dubio pro misero*: manifesta-se no momento de elaboração da norma, de sua interpretação e de sua aplicação. Havendo dúvida na aplicação da norma aos casos concretos, deve-se utilizar sempre aquela mais favorável ao trabalhador, porém, esse princípio é alvo de críticas, porque imprimiria proteção demasiada aos obreiros; ii) *o da aplicação da norma mais favorável ao trabalhador*: esse princípio autoriza a aplicação da norma mais favorável ao trabalhador, independentemente de sua hierarquia no sistema jurídico, principalmente porque os direitos trabalhistas integram, consoante já demonstrado, os direitos humanos e os direitos fundamentais da pessoa humana trabalhadora e iii) *o da aplicação da condição mais benéfica ao trabalhador*: estabelece que as vantagens e os direitos já conquistados pelo trabalhador, sendo mais benéficos, não poderão ser modificados, pois se incorporaram ao patrimônio jurídico do empregado, estando em consonância com o direito adquirido.

Ademais, a internacionalização dos direitos humanos, sobretudo das normas integrantes dos sistemas global e regional interamericano de proteção aos direitos humanos, o sistema jurídico da Organização Internacional do Trabalho (Declarações, Recomendações e Convenções internacionais), bem como o processo de constitucionalização dos direitos sociais - o chamado *Constitucionalismo Social*²⁵⁰, vivenciados no século XX, buscam o resguardo à dignidade da pessoa humana trabalhadora ante a globalização excludente, fortalecendo o sistema jurídico de proteção aos direitos dos trabalhadores apesar das adversidades impostas pelo capitalismo.

Nesse mundo globalizado, está se consolidando a tendência de formação de blocos econômicos de integração regional, como é o caso do Mercado Comum do Sul: o MERCOSUL, no intuito do fortalecimento econômico e político regional dos Estados-membros. Porém, apesar da importância da integração econômica para a dinamização do comércio internacional e dos mercados regionais internos, o MERCOSUL não pode mais ficar adstrito apenas às questões comerciais e econômicas, sendo necessário a sua expansão para outras áreas: a jurídica, a política e a social, envolvendo principalmente a **questão trabalhista** que é primordial para o sucesso do projeto integracionista. Segundo dispõe Oscar Ermida Uriarte²⁵¹:

O Direito do Trabalho e as relações de trabalho já estão desenvolvendo – e deverão desenvolver muito mais até amadurecerem-se integralmente – uma dimensão extranacional, tanto regional – nos espaços de integração, como a União Europeia e o MERCOSUL –, como internacional. Normas internacionais do trabalho, declarações e pactos de direitos humanos – inclusive direitos dos trabalhadores –, cláusulas sociais, pactos sociais e convenções coletivas bi, pluri e multinacionais já são realidades mais ou menos incipientes segundo os casos, mas de desenvolvimento necessário e inevitável. Não se tratará – pelo menos no médio nem no relativamente longo prazo – de substituir os direitos e sistemas nacionais, mas, sim de se lhes sobrepor, convivendo e

²⁵⁰ De acordo com Elianne Maria Meira Rosa, “as Constituições políticas do século passado obedeciam à ideologia liberal e refletiam o temor ao absolutismo, procurando garantir as liberdades individuais, sustentar o equilíbrio jurídico do Estado e a independência entre os poderes constituídos. É o predomínio da autonomia da vontade; esta concepção ignora a estrutura social e organismos intermediários que propiciam o bem-estar do homem em sociedade. Com o surgimento das Constituições sociais, nascem também novas exigências que se consubstanciam em obrigações concretas. [...] Nas suas origens mais remotas, as Constituições quando muito consagravam a liberdade de trabalho. Com a chegada do constitucionalismo social, passaram a resguardar a atividade laboral do trabalhador, seu salário, sua família, seu local de moradia e sua segurança. Nascem as chamadas ‘garantias sociais’. [...]” (ROSA, Elianne Maria Meira. **Constitucionalismo social no MERCOSUL**, São Paulo: Themis Livraria e Editora, 2002, p. 12).

²⁵¹ URIARTE, Oscar Ermida. **A flexibilidade**, São Paulo: LTr, 2002, p. 63.

interagindo com eles. A globalização e a regionalização criam novos cenários para as relações de trabalho, cenários extranacionais nos quais é preciso atuar com atores e segundo as regras dessa dimensão. A globalização e a regionalização fazem parte de um processo no qual o alcance dos estados nacionais e de suas instituições (Direito, governo), assim como o de todas as instituições estritamente nacionais (sindicatos nacionais), reduz-se persistentemente: é, portanto, indispensável ‘re-regulamentar’ o nível em que se travam as relações e onde efetivamente residem os fatores de poder.

A respeito das relações trabalhistas e dos direitos dos trabalhadores no MERCOSUL, não se pode olvidar que há muitas dificuldades a serem superadas oriundas também da herança histórica latino-americana. Como já analisado, o passado de colônias de exploração dos países latino-americanos direcionado à acumulação primitiva do capital, desencadeou a formação de economias subdesenvolvidas que, no século XX, caracterizaram-se por uma industrialização tardia em alguns países e, em outros, por uma economia baseada no sistema agrário exportador, havendo impactos diferenciados nos processos de desenvolvimento e crescimento econômicos e na conformação do “mercado” de trabalho.

As relações de trabalho existentes no período colonial nas Américas espanhola e portuguesa contribuíram para a constituição do “mercado” de trabalho nos países latino-americanos, inclusive mercosulistas, porque fizeram uso de sistemas de trabalho da época pré-colombiana como, por exemplo, a *mita*, e também de modalidades de trabalho com diferentes graus de servidão e de endividamento de trabalhadores (*peonaje*, *tienda de raya* etc.), além do uso da *encomienda*, do *repartimiento* de indígenas, da escravidão e, ainda, de formas atípicas e precárias de “assalariamento” em espécie.

Na América Latina houve a passagem de sistemas de trabalho desenvolvidos no campo em latifúndios monocultores ou em minas baseados na escravidão africana e indígena, em servidão ou semi-servidão diretamente para *formas de trabalho assalariado industrial* em centros urbanos em desenvolvimento. Logo, o trabalho “livre” assalariado latino-americano ganhou preponderância com a transição de um *capitalismo escravista-mercantil e agrário-exportador* **diretamente** para um *capitalismo urbano-industrial periférico* em fins do século XIX e início do século XX, sobretudo após a eclosão das duas Guerras Mundiais, quando a América Latina se inseriu definitivamente na “nova” divisão internacional do trabalho.

É nesse contexto de um “mercado” de trabalho latino-americano multifacetado que se expande, na seara jurídica, a internacionalização dos direitos humanos, bem como a constitucionalização dos direitos sociais, fortalecendo juridicamente a tutela dos direitos trabalhistas, embora em termos fáticos ainda prevaleça a exploração do trabalhador no contexto do capitalismo global.

Porém, o trabalho humano não pode mais ser tratado na condição de mercadoria ou fator de produção como o capitalismo impõe, pois, em razão de suas características peculiares, deve ser considerado com critérios que extrapolam os aspectos puramente econômicos. O trabalho é um valor necessário para a existência digna do trabalhador, devendo ser protegido pelo direito como obrigação social imposta aos Estados, à comunidade e aos particulares.

Então, a seguir será analisada a tutela jurídica do trabalho digno nas Constituições dos Estados integrantes do MERCOSUL (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), bem como nas normas mercosulistas (direito originário da integração).

5.1 O CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO E O TRABALHO DIGNO NAS CONSTITUIÇÕES DOS ESTADOS-MEMBROS DO MERCOSUL

Na contemporaneidade está havendo o desenvolvimento de normas com vistas à resolução de problemas comuns, de cunho global e regional, em face da mitigação da concepção clássica de soberania²⁵² dos Estados nacionais e da redução de sua autonomia em prol de acordos internacionais comuns, do fortalecimento das organizações internacionais em nível global e do reconhecimento da própria humanidade como sujeito de direito no plano internacional.

Sem o direito, seja no plano interno ou internacional, a sociedade tenderia a se desintegrar e haveria total anomia, porque o direito não existe senão na sociedade e para a sociedade (*ubi societas, ibi jus; ibi jus ibi societas*)²⁵³.

²⁵² Segundo Luigi Ferrajoli, “[...] a soberania já estava esvaziada na sua dimensão interna com o desenvolvimento do Estado Constitucional de Direito, no plano externo também se esvanece ante a presença de um sistema jurídico de normas internacionais, com Direito que vincula os Estados-membros. Nessa nova realidade, não apenas os Estados são sujeitos de Direito Internacional, como também os indivíduos e os povos” (FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**, tradução de Carlo Caccioli e Márcio Lauria Filho, São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 39-40).

²⁵³ De acordo com Vicente Ráo, “é certo que o direito se apodera do homem desde antes de seu nascimento e o mantém sob sua proteção até depois de sua morte. Mas, certo também é que, sempre e a todo instante, o considera como parte de uma comunhão, que é a sociedade, fora da qual o homem, civilmente, não poderia viver. Por isso, é que sociedade e direito forçosamente se pressupõem, não podendo existir aquela sem este, nem este sem aquela. *Ubi societas ibi jus*. Se a coexistência social

O Direito Constitucional – dentre as disciplinas jurídicas existentes – chega à era contemporânea realizando uma “releitura” dos fatos sociais, políticos e históricos e de outros ramos do direito sob o prisma da Constituição, enquanto unidade sistêmica, e à luz dos valores nela consagrados e eleitos como primordiais. Sob uma perspectiva jurídica²⁵⁴, a Constituição, de acordo com Luís Roberto Barroso²⁵⁵, é:

[...] um sistema de normas jurídicas. Ela não é um simples agrupamento de preceitos que se justapõem ou que se superpõem. A ideia de sistema funda-se na de harmonia, de partes que convivem sem atritos. Em toda ordem jurídica existem valores superiores e diretrizes fundamentais que ‘costuram’ suas diferentes partes.

Por sua vez, Maria Garcia²⁵⁶ preleciona que a Constituição é “uma conexão de princípios imanentes (expressos ou implícitos, revelados ou não em normas constitucionais), constitutivos de uma certa ordem e unidade [...] conjunto ou organização dos elementos essenciais do Estado, [...] a lei fundamental do Estado”.

Na concepção de Konrad Hesse²⁵⁷, a Constituição:

[...] es el orden jurídico fundamental de la Comunidad. La Constitución fija los principios rectores con arreglo a los cuales se debe formar la unidad política y se deben asumir las tareas del Estado. Contiene los procedimientos para resolver los conflictos en el interior de la Comunidad. Regula la organización y el procedimiento de formación de la unidad política y la actuación estatal. Crea las bases y determina los principios del orden jurídico en su conjunto. En todo ello es la Constitución “el plan estructural básico, orientado a determinados principios de sentido para la conformación de una Comunidad”.

Visto que o ser humano, enquanto ser social e político, sempre procurou estabelecer regras de convivência em sociedade, objetivando a harmonia na

resulta da natureza humana, também da natureza do homem, que Deus fez à sua semelhança, o direito decorre” (RÁO, Vicente. **O direito e a vida dos direitos**, 6. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 51)

²⁵⁴ Nesta tese não serão analisados os diferentes sentidos da Constituição e as perspectivas históricas para a compreensão da evolução do Constitucionalismo. Para maiores detalhes, consulte DALLARI, Dalmo de Abreu. **A constituição na vida dos povos**: da idade média ao século XXI, São Paulo: Saraiva, 2010.

²⁵⁵ BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora, 6. ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Saraiva, 2008, p. 151.

²⁵⁶ GARCIA, Maria. **Desobediência civil**: direito fundamental, 2. ed. rev. atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 109.

²⁵⁷ HESSE, Konrad. **Concepto y cualidad de la Constitución**, in: HESSE, Konrad. **Escritos de derecho constitucional (selección)**, Centro de Estudios Constitucionales, Madrid: Espanha, 1983, p. 16-17.

coexistência com seus semelhantes desde tempos remotos da civilização, a Constituição disciplina o regramento da vida humana e social nos Estados e no interior das comunidades.

Então, consoante apontou Hesse, a Constituição é a “ordem jurídica fundamental da comunidade”, sobretudo quando se analisa um processo de integração regional que implica noções como *interdependência*, *corresponsabilidade*, *complementaridade* e, principalmente, *solidariedade* entre os Estados-partes que devem empreender metas, ações e políticas comuns e articuladas com vistas ao bem-comum de todos os participantes do bloco.

Entretanto, na América Latina e, em específico, nos países integrantes do MERCOSUL, após sua independência das metrópoles portuguesa e espanhola, não houve significativa ruptura da ordem social, econômica, política e jurídica (direito originário da *civil law* cujas raízes se assentam no direito romano) já instalada desde os tempos coloniais, influenciando o constitucionalismo e a elaboração das Cartas Constitucionais nesses países por longo período.

Nesse sentido, são as assertivas de Antonio Carlos Wolkmer²⁵⁸ acerca do constitucionalismo latino-americano e das influências do modelo liberal europeu e norte-americano:

Essa colonização e dependência da cultura jurídica latino-americana da época ao modelo hegemônico eurocêntrico de matriz romano-germânica não se realizou somente no âmbito geral das ‘ideias jurídicas’, mas, igualmente, em nível de construções formais de direito público, particularmente da positivação constitucional. Isso se comprova no processo de constitucionalização dos Estados latino-americanos que foram doutrinariamente marcados pelas Declarações de Direitos anglo-francesas, pelas constituições liberais burguesas dos Estados Unidos (1787) e da França (1791 e 1793), e pela histórica Constituição Espanhola de Cádiz (1812). Já a positivação moderna de codificação do direito privado ibero-americano foi modelada pelo ideário individualista, romanístico e patrimonial da legislação civil napoleônica (1804) e do estatuto privado germânico (1900).

Não é por demais relevante lembrar que, na América Latina, tanto a cultura jurídica imposta pelas metrópoles ao longo do período colonial, quanto as instituições jurídicas formadas após o processo de independência (tribunais, codificações e constituições) derivam da tradição legal europeia, representada, no âmbito privado, pelas fontes clássicas dos direitos romano,

²⁵⁸ WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo crítico e perspectivas para um novo constitucionalismo na América Latina**, in: WOLKMER, Antonio Carlos e MELO, Milena Petters (Orgs.). **Constitucionalismo latino-americano: tendências contemporâneas**, Curitiba: Juruá, 2013, p. 22-23.

germânico e canônico. Igualmente, na formação da cultura jurídica e do processo de constitucionalização latino-americanos pós-independência, há de se ter em conta a herança das cartas políticas portuguesas e dos princípios iluministas e liberais inerentes às declarações de direitos, bem como provenientes agora da nova modernidade capitalista, de livre mercado, pautada na falsa tolerância e no perfil liberal-individualista. Nesse sentido, a incorporação do modo de produção capitalista e a inserção do liberalismo individualista tiveram uma função importante no processo de positivação do direito estatal e no desenvolvimento específico do direito público das antigas colônias ibéricas. Cabe reconhecer que o individualismo liberal e o ideário iluminista dos Direitos dos Homens penetraram na América hispânica, no século XIX, dentro das sociedades fundamentalmente agrárias e, em alguns casos, escravagistas, em que o desenvolvimento urbano e industrial era praticamente nulo. Desse modo, a juridicidade moderna de corte liberal vai repercutir diretamente sobre as estruturas institucionais dependentes e reprodutoras dos interesses coloniais das metrópoles.

Porém, paulatinamente, sobretudo a partir de meados do século XX, consoante já referenciado, verificam-se mudanças no ideário jurídico que impactarão nas construções formais do direito privado mediante a introdução de preceitos mais solidários e direcionados à tutela da pessoa humana ao invés exclusivamente da tutela ao seu patrimônio nos Códigos Civis. Também no direito público houve mudanças, particularmente na positivação dos preceitos constitucionais, dispondo um rol significativo de direitos fundamentais, ancorados na dignidade humana enquanto princípio de maior hierarquia axiológica dos ordenamentos jurídicos ocidentais contemporâneos, a proteger as pessoas (nacionais e estrangeiras) e os cidadãos e na conformação das instituições políticas e do sistema democrático.

Nesse contexto, também se vivenciou o processo de internacionalização dos direitos humanos, bem como a constitucionalização dos direitos sociais - o Constitucionalismo Social - que buscaram o resguardo à dignidade da pessoa humana trabalhadora. É claro que tais mudanças não ocorreram de modo uniforme e uníssono nos países da América Latina como a própria história demonstrou, havendo, inclusive avanços e retrocessos nesses processos principalmente com a implantação de ditaduras militares em diversos países latino-americanos, inclusive, no Brasil.

Ademais, a expansão do ideário neoliberal, após o Consenso de Washington (1990), nos governos dos Estados e no plano internacional, também está dificultando a concretização dos direitos fundamentais, incluindo os direitos sociais

trabalhistas, na realidade fática dos países mercosulistas. Entretanto, não se pode negar que houve sim várias transformações no constitucionalismo dos países latino-americanos, incorporando novos preceitos e princípios às Constituições, tais como: a inclusão das minorias (indígenas, negros, pessoas portadoras de necessidades especiais etc.) e daquelas pessoas social e economicamente excluídas da sociedade, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, aos idosos etc., consoante também preleciona Antonio Carlos Wolkmer²⁵⁹:

O constitucionalismo moderno, tradicional, de teor político-liberal e de matriz eurocêntrica não é mais integralmente satisfatório [...] Tendo em conta essa preocupação é que se introduz e ganha força a proposta de um novo constitucionalismo – denominado por alguns de constitucionalismo andino, plurinacional ou transformador –, que começa a gestar-se nos países latino-americanos, diante das mudanças políticas, novos processos constituintes, dos direitos relacionados aos bens comuns da cultura e da natureza, e das relações paradigmáticas entre o Estado e as populações originárias. O impulso oficial desse novo constitucionalismo na América Latina tem sido marcado, no dizer de Raquel Y. Fajardo, por três grandes ciclos, com ênfase a temas como pluralismo jurídico, “relações Estado-Povos indígenas”, direito à identidade e à diversidade cultural.

Nesta perspectiva, cabe registrar que a primeira etapa de reformas constitucionais que irão produzir os horizontes do Constitucionalismo tipo pluralista (final dos anos 80 e ao longo dos 90) pode ser representado pelas Constituições brasileira (1988) e colombiana (1991). [...]

Na sequência, representando a autêntica precursora do “novo” constitucionalismo de tipo pluralista e expressando maior avanço democrático até então para a região, surge a Constituição de 1999, da República Bolivariana da Venezuela. Com intento independentista e anticolonial frente ao tradicional Estado liberal de direito, busca a refundação da sociedade venezuelana, inspirando-se no ideário dos libertadores como Simon Bolívar. Naturalmente se impõe como uma Constituição com forte apelo popular e “vocação regeneracionista” ao longo de seus 350 artigos, consagrando entre seus valores superiores, o pluralismo político (art. 2). [...]

Uma terceira etapa contemporânea que verdadeiramente representa o chamado “novo” constitucionalismo latino-americano passa a ser aquela representada pelas recentes e vanguardistas Constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009). Para alguns publicistas, tais textos políticos expressariam um constitucionalismo plurinacional comunitário, identificado com um outro paradigma não universal e único de Estado de direito, coexistente com experiências dos “saberes tradicionais” de sociedades plurinacionais (indígenas, comunais

²⁵⁹ WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo crítico e perspectivas para um novo constitucionalismo na América Latina**, op. cit., p. 29-32.

e camponesas), com práticas de pluralismo igualitário jurisdicional (convivência de instâncias legais diversas em igual hierarquia: jurisdição ordinária estatal e jurisdição indígena/camponesa) e, finalmente, com o reconhecimento de direitos coletivos vinculados a bens comuns da natureza.

Portanto, o mundo mudou e os países latino-americanos também, buscando resgatar suas raízes em sintonia plena com suas origens antes da chegada dos colonizadores espanhóis e portugueses e tal situação se reflete na construção desse “novo” Constitucionalismo²⁶⁰ e das Constituições mais recentes. Logo, mostra-se - como imperativo para a convivência pacífica entre os povos na comunidade internacional e, especialmente, num processo de integração regional - a necessidade de se repensar a cidadania além das fronteiras do Estado-Nação com contornos mais globais e regionais, permeada pela questão da diversidade cultural e étnica.

Então, os tempos atuais impõem novas reflexões e contornos a este *momento constitucional* para se avançar mais na tutela dos direitos humanos e da dignidade humana, inclusive na integração regional do MERCOSUL, com fundamento numa cidadania mais inclusiva e participativa, envolvendo as minorias étnicas e culturais, os indivíduos socialmente excluídos da sociedade e os trabalhadores hipossuficientes ante o capitalismo globalizado e excludente.

Conforme já analisado, após a metade do século XX – período compreendido como a “reconstrução” dos direitos humanos -, a dignidade da pessoa humana despontou como princípio e valor de maior hierarquia axiológica e normativa nos Estados Democráticos de Direito, em especial ocidentais. Ela foi e ainda é a referência ético-jurídica a inspirar o direito construído e positivado, norteando a interpretação e aplicação das normas em nível interno e internacional.

Nesse contexto, ganhou preponderância, sobretudo para o constitucionalismo e os direitos humanos, a concepção da dignidade da pessoa humana como *princípio jurídico e referência ética* a inspirar o Direito Constitucional

²⁶⁰ Dalmo de Abreu Dallari dispõe que o “constitucionalismo é uma conquista da humanidade, um produto da história, cuja criação não pode ser atribuída a algum teórico ou a alguma doutrina filosófica, política ou jurídica. Em longo processo evolutivo ele foi sendo definido e aperfeiçoado, sendo hoje um elemento fundamental para a construção de sociedades justas, que tenham a pessoa humana como o primeiro de seus valores e que busquem por meios pacíficos a solução dos conflitos e a correção das injustiças. Uma exigência do novo constitucionalismo é que os direitos fundamentais da pessoa humana não sejam proclamados apenas como faculdades genéricas e abstratas, desligadas da realidade, mas que sejam possibilidades ao alcance de todos, tornando realidade a afirmação de que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. (DALLARI, Dalmo de Abreu. **A Constituição na vida dos povos**, op. cit., p. 353).

e o Constitucionalismo nos Estados Democráticos de Direito, inclusive latino-americanos.

Segundo Maria Garcia²⁶¹, “a dignidade da pessoa humana corresponde à compreensão do ser humano na sua integridade física e psíquica, como autodeterminação consciente, garantida moral e juridicamente”. É essa concepção de dignidade humana que embasa a compreensão do trabalho digno no MERCOSUL e a tutela dos direitos humanos e fundamentais trabalhistas nas Constituições dos Estados mercosulistas.

Na Constituição brasileira de 1988, a dignidade humana foi consagrada ao longo de todo o texto constitucional, com ênfase no artigo 1º, inciso III como fundamento do Estado Democrático de Direito; como finalidade precípua da ordem econômica (artigo 170) e da ordem social (artigo 193); como fundamento da família e do planejamento familiar (artigo 226, § 7º), tendo especial proteção do Estado; apresenta-se, ainda, como princípio que assegurará uma vida digna à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso, sendo um dever da família, da sociedade e do próprio Estado (artigo 227 e 230). Além disso, a dignidade humana orienta e protege as relações de trabalho, irradiando-se pelos artigos 7º a 11 da Constituição²⁶².

Na Constituição da Argentina - *texto de 1853 com as reformas dos anos de 1860, de 1866, de 1898, de 1957 e de 1994* - a dignidade da pessoa humana se mostra evidente ao garantir direitos fundamentais aos cidadãos em geral e aos estrangeiros (artigos 14, 17, 18 e 20); condições dignas e equitativas de trabalho aos trabalhadores mediante específicos direitos (artigo 14 bis), impactando no direito à liberdade ao vedar a existência de escravos (artigo 15) e no tratamento equitativo e digno aos consumidores e usuários de bens e serviços (artigo 42)²⁶³.

No Paraguai, a Constituição de 1992 é extremamente detalhada ao reconhecer a dignidade humana com o fim de assegurar a liberdade, a igualdade e a justiça, reafirmando os princípios da democracia republicana, representativa, participativa e pluralista, ratificando a soberania e a independência nacionais (Preâmbulo e artigo 1º). Ela embasa expressivo rol de direitos, deveres e garantias

²⁶¹ GARCIA, Maria. **Limites da ciência**: a dignidade da pessoa humana, a ética da responsabilidade, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 211.

²⁶² BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>, acesso em: 27 mar. 2014.

²⁶³ ARGENTINA. **Constituição da República Argentina**. Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.ar/images/stories/constitucion-nacional-argentina.pdf>>, acesso em: 27 mar. 2014.

fundamentais, incluindo o *direito à vida e ao ambiente saudável* (artigos 4º a 8º); o *direito à liberdade em todas as suas manifestações*, tais como: defesa em juízo, direitos processuais, liberdade religiosa e ideológica, liberdade de expressão e de imprensa, direito à intimidade e à vida privada, direito de trânsito e residência, direito de asilo etc. (artigos 9º a 45); o *direito à igualdade* (artigos 46 a 48); os *direitos da família em vários aspectos: matrimônio, proteção às crianças, aos jovens, à terceira idade e às pessoas excepcionais, planificação familiar e saúde materno-infantil* (artigos 49 a 61); os *direitos dos povos indígenas* (artigos 62 a 67); o *direito à saúde* (artigos 68 a 72); *direito à educação e à cultura* (artigos 73 a 85) e, também os *direitos trabalhistas* (artigos 86 a 100)²⁶⁴.

A Constituição do Uruguai – *texto de 1967 com modificações aprovadas em plebiscitos em 26 de novembro de 1989, em 26 de novembro de 1994 e em 08 de dezembro de 1996* – acolhe implicitamente o princípio da dignidade da pessoa humana em diversos momentos ao longo do seu texto: na tutela dos direitos individuais (artigos 7º a 39), dos direitos sociais mais amplos (artigos 40 a 52) e ainda, dos direitos trabalhistas no âmbito privado e público (artigos 53 a 71)²⁶⁵.

Portanto, as Constituições dos Estados mercosulistas incorporaram a dignidade da pessoa humana como princípio de maior hierarquia axiológica do sistema jurídico que está vinculada essencialmente aos direitos fundamentais positivados nos textos constitucionais, enquanto valores históricos e filosóficos agasalhados pela ordem constitucional.

Os direitos fundamentais são compreendidos como indispensáveis e necessários para assegurar a todas as pessoas (nacionais e estrangeiros) uma existência digna, livre e igual, ou seja, eles “constituem uma categoria jurídica, constitucionalmente erigida e vocacionada à proteção da dignidade humana em todas as dimensões. [...] possuem natureza poliédrica, prestando-se ao resguardo do ser humano na sua liberdade (direitos e garantias individuais), nas suas necessidades (direitos econômicos, sociais e culturais) e na sua preservação (direitos à fraternidade e à solidariedade)”²⁶⁶.

²⁶⁴ PARAGUAI. **Constituição da República do Paraguai**. Disponível em: <<http://www.constitution.org/cons/paraguay.htm>>, acesso em: 27 mar. 2014.

²⁶⁵ URUGUAI. **Constituição da República Oriental do Uruguai**. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/constituciones/const004.htm>>, acesso em: 27 mar. 2014.

²⁶⁶ ARAÚJO, Luiz Alberto David e NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de direito constitucional**, 12. ed. rev. e atual., São Paulo: Saraiva, 2008, p. 110-111.

As Constituições de *Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai*, embasadas no princípio da dignidade humana, trouxeram em seu arcabouço um extenso catálogo de direitos fundamentais, incluindo não somente os direitos civis e políticos, mas também os direitos econômicos, culturais e sociais, incluindo nesta última categoria os direitos dos trabalhadores e o direito ao trabalho digno.

Consoante já referenciado, o trabalho digno está relacionado a uma concepção mais ética do trabalho e ancorado na ideia de dignidade humana do trabalhador, incluindo as condições extrínsecas em que o trabalho é realizado, concomitantemente, com as condições intrínsecas, sendo integrante da própria condição humana sob a categoria de *homo faber* e não de *animal laborans*.

Evidencia-se, assim, que o trabalho digno é aquele adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, igualdade e segurança e capaz de garantir uma vida digna ao trabalhador, conforme também pontua Carla Teresa Martins Romar²⁶⁷:

[...] não basta que se analise a questão do trabalho em si como componente dos atributos da dignidade. A dignidade do trabalhador vai além de ter um emprego, de ter um trabalho. Ela também deve ser analisada sob o enfoque do desenvolvimento deste trabalho, tanto na questão relativa às conseqüências deste trabalho, ou seja, o que o trabalho deve assegurar ao trabalhador para que se possa falar em *trabalho digno ou decente*, como também na garantia de *direitos fundamentais mínimos ao trabalhador*.

Logo, nos textos constitucionais dos Estados mercosulistas, o trabalho digno se desdobra em diversas espécies de direitos garantidos aos trabalhadores na condição de direitos sociais fundamentais.

A Constituição brasileira de 1988 é bastante detalhista acerca dos direitos fundamentais e apresenta os direitos dos trabalhadores (individuais e coletivos) no “*Capítulo II - Dos Direitos Sociais*”, nos artigos 6º a 11²⁶⁸:

Art. 6º São **direitos sociais** a educação, a saúde, a alimentação, **o trabalho**, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

²⁶⁷ ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do trabalho e dignidade da pessoa humana**, in: MIRANDA, Jorge e SILVA, Marco Antonio Marques da. (Coords.). **Tratado luso-brasileiro da dignidade humana**, São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 1288.

²⁶⁸ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>, acesso em: 27 mar. 2014.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX - licença paternidade, nos termos fixados em lei;

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV - aposentadoria;

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 05 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º - A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º - Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

A Constituição da Argentina de 1994 apresenta os direitos sociais trabalhistas na “*Primeira Parte – Capítulo Primeiro: Declarações, Direitos e Garantias*” após o *Preâmbulo*, dispondo que o texto constitucional é oriundo dos representantes do povo da “*Nação Argentina*”²⁶⁹ reunidos no Congresso Geral Constituinte por vontade e eleição das províncias que a compõem, em cumprimento aos pactos preexistentes e com o objeto de constituir a união nacional, a justiça, consolidar a paz interior, prover a defesa comum e promover o bem-estar geral,

²⁶⁹ O conceito de Nação não se confunde com o de Estado que é entendida como o conjunto de pessoas ligadas por laços comuns de pertinência étnica, linguística, religiosa, histórica e cultural, conscientes de sua identidade e com aspirações comuns. Conforme dispõe Dalmo de Abreu Dallari, “[...] já é possível fixar um conceito preciso de nação, verificando-se que ela não se apóia na existência de vínculos jurídicos e não se confunde, portanto, com Estado. Nação, expressão usada inicialmente para indicar origem comum ou comunidade de nascimento, não perdeu de todo tal significado, indicando, segundo MIGUEL REALE, uma comunhão formada por laços históricos e culturais e assentada sobre um sistema de relações de ordem objetiva. [...] Assim, pois, nem o termo nação, que indica uma comunidade, nem o seu derivado, nacionalidade, são adequados para qualificar uma situação jurídica, indicando, tão-só, a pertinência a uma comunidade histórico-cultural, não sendo correto o uso da expressão nação com o sentido de povo” (DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**, 21. ed. atual., São Paulo: Saraiva, 2000, p. 96).

assegurando a liberdade para todos que queiram habitar o solo argentino. Ela é mais sucinta no rol dos direitos fundamentais dos trabalhadores se restringindo a arrolá-los nos artigos 14 e 14 bis²⁷⁰:

Artículo 14 - Todos los habitantes de la Nación gozan de los siguientes derechos conforme a las leyes que reglamenten su ejercicio; a saber: de trabajar y ejercer toda industria lícita; de navegar y comerciar; de peticionar a las autoridades; de entrar, permanecer, transitar y salir del territorio argentino; de publicar sus ideas por la prensa sin censura previa; de usar y disponer de su propiedad; de asociarse con fines útiles; de profesar libremente su culto; de enseñar y aprender.

Artículo 14 bis - El trabajo en sus diversas formas gozará de la protección de las leyes, las que asegurarán al trabajador: condiciones dignas y equitativas de labor; jornada limitada; descanso y vacaciones pagados; retribución justa; salario mínimo vital móvil; igual remuneración por igual tarea; participación en las ganancias de las empresas, con control de la producción y colaboración en la dirección; protección contra el despido arbitrario; estabilidad del empleado público; organización sindical libre y democrática, reconocida por la simple inscripción en un registro especial. Queda garantizado a los gremios: concertar convenios colectivos de trabajo; recurrir a la conciliación y al arbitraje; el derecho de huelga. Los representantes gremiales gozarán de las garantías necesarias para el cumplimiento de su gestión sindical y las relacionadas con la estabilidad de su empleo. El Estado otorgará los beneficios de la seguridad social, que tendrá carácter de integral e irrenunciable. En especial, la ley establecerá: el seguro social obligatorio, que estará a cargo de entidades nacionales o provinciales con autonomía financiera y económica, administradas por los interesados con participación del Estado, sin que pueda existir superposición de aportes; jubilaciones y pensiones móviles; la protección integral de la familia; la defensa del bien de familia; la compensación económica familiar y el acceso a una vivienda digna.

Por sua vez, a Constituição uruguaia de 1967 – com reformas aprovadas em plebiscitos em 26 de novembro de 1989, em 26 de novembro de 1994 e em 08 de dezembro de 1996 – trata dos direitos fundamentais trabalhistas no Capítulo II da Seção II - Direitos, Deveres e Garantias, especificamente nos artigos

²⁷⁰ ARGENTINA. **Constituição da República Argentina**. Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.ar/images/stories/constitucion-nacional-argentina.pdf>>, acesso em: 27 mar. 2014.

53 a 58²⁷¹, sendo bastante sucinta a seu respeito comparativamente com a Constituição brasileira:

Artículo 53 - *El trabajo está bajo la protección especial de la ley. Todo habitante de la República, sin perjuicio de su libertad, tiene el deber de aplicar sus energías intelectuales o corporales en forma que redunde en beneficio de la colectividad, la que procurará ofrecer, con preferencia a los ciudadanos, la posibilidad de ganar su sustento mediante el desarrollo de una actividad económica.*

Artículo 54 - *La ley ha de reconocer a quien se hallare en una relación de trabajo o servicio, como obrero o empleado, la independencia de su conciencia moral y cívica; la justa remuneración; la limitación de la jornada; el descanso semanal y la higiene física y moral. El trabajo de las mujeres y de los menores de dieciocho años será especialmente reglamentado y limitado.*

Artículo 55 - *La ley reglamentará la distribución imparcial y equitativa del trabajo.*

Artículo 56 - *Toda empresa cuyas características determinen la permanencia del personal en el respectivo establecimiento, estará obligada a proporcionarle alimentación y alojamiento adecuados, en las condiciones que la ley establecerá.*

Artículo 57 - *La ley promoverá la organización de sindicatos gremiales, acordándoles franquicias y dictando normas para reconocerles personería jurídica. Promoverá, asimismo, la creación de tribunales de conciliación y arbitraje. Declárase que la huelga es un derecho gremial. Sobre esta base se reglamentará su ejercicio y efectividad.*

Artículo 58 - *Los funcionarios están al servicio de la Nación y no de una fracción política. En los lugares y las horas de trabajo, queda prohibida toda actividad ajena a la función, reputándose ilícita la dirigida a fines de proselitismo de cualquier especie. No podrán constituirse agrupaciones con fines proselitistas utilizándose las denominaciones de reparticiones públicas o invocándose el vínculo que la función determine entre sus integrantes.*

Por fim, a Constituição do Paraguai de 1992 não elenca os direitos fundamentais entre os seus primeiros capítulos, reservando a sua tutela apenas no Capítulo VIII - Do Trabalho, na Seção I - Dos Direitos Laborais, especificamente nos artigos 86 a 99²⁷², apesar de apresentar significativo detalhamento para tais direitos:

²⁷¹ URUGUAI. Constituição da República Oriental do Uruguai. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/constituciones/const004.htm>>, acesso em: 27 mar. 2014.

²⁷² PARAGUAI. **Constituição da República do Paraguai**. Disponível em: <<http://www.constitution.org/cons/paraguay.htm>>, acesso em: 27 mar. 2014.

Artículo 86 - Del Derecho al Trabajo. Todos los habitantes de la República tienen derecho a un trabajo lícito, libremente escogido y a realizarse en condiciones dignas y justas. La ley protegerá el trabajo en todas sus formas y los derechos que ella otorga al trabajador son irrenunciables.

Artículo 87 - Del Pleno Empleo. El Estado promoverá políticas que tiendan al pleno empleo y a la formación profesional de recursos humanos, dando preferencia al trabajador nacional.

Artículo 88 - De La No Discriminación. No se admitirá discriminación alguna entre los trabajadores por motivos étnicos, de sexo, edad, religión, condición social y preferencias políticas o sindicales. El trabajo de las personas con limitaciones o incapacidades físicas o mentales será especialmente amparado.

Artículo 89 - Del Trabajo de las Mujeres. Los trabajadores de uno y otro sexo tienen los mismos derechos y obligaciones laborales, pero la maternidad será objeto de especial protección, que comprenderá los servicios asistenciales y los descansos correspondientes, los cuales no serán inferiores a doce semanas. La mujer no será despedida durante el embarazo, y tampoco mientras duren los descansos por maternidad. La ley establecerá el régimen de licencias por paternidad.

Artículo 90 - Del Trabajo de los Menores. Se dará prioridad a los derechos del menor trabajador para garantizar su normal desarrollo físico, intelectual y moral. La duración máxima de la jornada ordinaria de trabajo.

Artículo 91 - De Las Jornadas de Trabajo y de Descanso. No excederá de ocho horas diarias y cuarenta y ocho horas semanales, diurnas, salvo las legalmente establecidas por motivos especiales. La ley fijará jornadas más favorables para las tareas insalubres, peligrosas, penosas, nocturnas o las que se desarrollen en turnos continuos rotativos. Los descansos y las vacaciones anuales serán remunerados conforme con la ley.

Artículo 92 - De la Retribución del Trabajo. El trabajador tienen derechos a disfrutar de una remuneración que le asegure, a él y a su familia, una existencia libre y digna. La ley consagrará el salario vital mínimo, el aguinaldo anual, la bonificación familiar, el reconocimiento de un salario superior al básico por horas de trabajo insalubre o riesgoso, y las horas extraordinarias, nocturnas y en días feriados. Corresponde, básicamente, igual salario por igual trabajo.

Artículo 93 - De los Beneficios Adicionales al Trabajador. El Estado establecerá un régimen de estímulo a las empresas que incentiven con beneficios adicionales a sus

trabajadores. Tales emolumentos serán independientes de los respectivos salarios y de otros beneficios legales.

Artículo 94 - De La Estabilidad y de La Indemnización. El derecho a la estabilidad del trabajador queda garantizado dentro de los límites que la ley establezca, así como su derecho a la indemnización en caso de despido injustificado.

Artículo 95 - De La Seguridad Social. El sistema obligatorio e integral de seguridad social para el trabajador dependiente y su familia será establecido por la ley. Se promoverá su extensión a todos los sectores de la población. Los servicios del sistema de seguridad social podrán ser públicos, privados o mixtos, y en todos los casos estarán supervisados por el Estado. Los recursos financieros de los seguros sociales no serán desviados de sus fines específicos y; estarán disponibles para este objetivo, sin perjuicio de las inversiones lucrativas que puedan acrecentar su patrimonio.

Artículo 96 - De La Libertad Sindical. Todos los trabajadores públicos y privados tienen derecho a organizarse en sindicatos sin necesidad de autorización previa. Quedan exceptuados de este derecho los miembros de las Fuerzas Armadas y de las Policiales. Los empleadores gozan de igual libertad de organización. Nadie puede ser obligado a pertenecer a un sindicato. Para el reconocimiento de un sindicato, bastará con la inscripción del mismo en el órgano administrativo competente. En la elección de las autoridades y en el funcionamiento de los sindicatos se observarán las prácticas democráticas establecidas en la ley, la cual garantizará también la estabilidad del dirigente sindical.

Artículo 97 - De Los Convenios Colectivos. Los sindicatos tienen el derechos a promover acciones colectivas y a concertar convenios sobre las condiciones de trabajo. El Estado favorecerá las soluciones conciliatorias de los conflictos de trabajo y la concertación social. El arbitraje será optativo.

Artículo 98 - Del Derecho de Huelga y de Paro. Todos los trabajadores de los sectores públicos y privados tienen el derecho a recurrir a la huelga en caso de conflicto de intereses. Los empleadores gozan del derecho de paro en las mismas condiciones. Los derechos de huelga y de paro no alcanzan a los miembros de las Fuerzas Armadas de la Nación, ni a los de las policiales. La ley regulará el ejercicio de estos derechos, de tal manera que no afecten servicios públicos imprescindibles para la comunidad.

Artículo 99 - Del Cumplimiento de las Normas Laborales. El cumplimiento de las normas laborales y el de las de seguridad e higiene en el trabajo quedarán sujetos a la fiscalización de las autoridades creadas por la ley, la cual establecerá las sanciones en caso de su violación

Portanto, apesar das Constituições dos Estados mercosulistas apresentarem certas diferenças na positivação dos direitos sociais trabalhistas em seus textos, não resta dúvida que eles se inserem na categoria jurídica de *direitos fundamentais*, pois estão diretamente vinculados a um dos cinco direitos fundamentais básicos: ***vida, liberdade, igualdade e segurança***, consoante critério proposto por Maria Garcia²⁷³. Logo, os direitos sociais trabalhistas (individuais e coletivos) estão relacionados à garantia da dignidade da pessoa humana trabalhadora erigida constitucionalmente como fundamento dos Estados democráticos mercosulistas.

Assim, o trabalho digno – *enquanto direito humano e fundamental* – é indissociável do respeito à dignidade humana, sendo traduzido em *princípio, fundamento, valor e direito social fundamental* nas Constituições dos países integrantes do MERCOSUL e, sob esse prisma, deveria ser aplicado por tais Estados na implementação de políticas públicas de trabalho comuns e articuladas para o aprofundamento dos vínculos da integração regional, principalmente para o fomento ao trabalho e a proteção do desemprego em face do capitalismo global.

Segundo Harley Dean²⁷⁴, “numa economia globalizada, não será possível estabelecer direitos contra a pobreza – isto é, direitos sociais – como elemento dos direitos humanos sem uma concepção crítica e ética do Estado como fórum de negociações e reconhecimento de necessidade humana”.

O trabalho digno é compreendido nas Constituições dos Estados mercosulistas como *direito humano e fundamental*, porém, cabe elucidar que o estudo da incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos nas ordens jurídicas internas desses Estados não é objeto de estudo desta tese.

Porém, para fins meramente elucidativos, entende-se que no Brasil para a vigência dos tratados internacionais de direitos humanos, inclusive das convenções internacionais da OIT, é necessária a aprovação do texto do respectivo tratado ou convenção internacional pelo Congresso Nacional mediante Decreto Legislativo (artigo 49, inciso I da Constituição), juntamente com a ratificação pelo

²⁷³ GARCIA, Maria. Mas, quais são os direitos fundamentais?, **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, Revista dos Tribunais, a. 10, n. 39, abr./jun. 2002, São Paulo, p. 122-123.

²⁷⁴ DEAN, Harley. **A agenda global de direitos humanos e a (im)possibilidade de um Estado Ético**, in: CIMADAMORE, Alberto; DEAN, Harley e SIQUEIRA, Jorge (Orgs.). **A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global**, Buenos Aires, Argentina: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2006, p. 56.

Presidente da República (artigo 84, inciso VIII da Constituição)²⁷⁵, necessitando, *a posteriori*, da promulgação através de decreto e publicação na imprensa oficial para a sua plena vigência como norma de direito interno²⁷⁶.

Além disso, adota-se o entendimento de Flávia Piovesan²⁷⁷, dentre outros juristas, de que os tratados internacionais de direitos humanos, ao serem incorporados no ordenamento jurídico brasileiro, adquirem a **natureza jurídica de normas constitucionais**, *materialmente constitucionais* por força do artigo 5º, §2º da Constituição e *normas material e formalmente constitucionais* se forem aprovados com base no *quórum* qualificado – aprovação em cada Casa do Congresso Nacional em dois turnos por três quintos dos votos dos respectivos membros - previsto no artigo 5º, § 3º da Constituição.

Então, a Constituição brasileira de 1988 concedeu uma hierarquia especial aos direitos humanos previstos nos tratados e nas convenções internacionais da OIT ratificados pelo país e incorporados ao direito interno²⁷⁸.

Em relação aos outros países integrantes do MERCOSUL, verifica-se que, ao longo dos últimos anos, eles também vêm adotando significativos tratados internacionais de direitos humanos que, após devidamente ratificados, são

²⁷⁵ “Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. [...] Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: [...] VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;” (BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>, acesso em: 27 mar. 2014).

²⁷⁶ Artigo 1º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942).

²⁷⁷ PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**, 7. ed. rev., ampl. e atual., São Paulo: Saraiva, 2006.

²⁷⁸ Há juristas que divergem a respeito da natureza jurídica dos tratados de direitos humanos após sua incorporação no direito interno brasileiro, entendendo que, após a Emenda Constitucional nº 45/2004, surgiram três modalidades de tratados internacionais na ordem jurídica brasileira, a saber: “a) **tratados com hierarquia constitucional**: por força do disposto no artigo 5º, §3º da Constituição, tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais; b) **tratados com hierarquia infraconstitucional mas com força supralegal**: tratados de direitos humanos inseridos no ordenamento interno brasileiro sem observância do rito previsto no artigo 5º, §3º da Constituição (e, por isso, não aprovados pelo procedimento rígido imposto às emendas) ficaram numa situação intermediária entre a ordem constitucional e a ordem infraconstitucional; c) **tratados com hierarquia infraconstitucional**: demais tratados internacionais aprovados pelo ordenamento brasileiro assumem força normativa infraconstitucional, embora possam ser dotados de precedência em relação aos diplomas normativos brasileiros em razão da boa-fé que motiva suas celebrações e por força da Convenção de Viena sobre Tratados” (FRANCISCO, José Carlos; MESSA, Ana Flávia. **Tratados internacionais sobre direitos humanos e poder constituinte**, in: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; DIMOULIS, Dimitri (Coords.). **Direito constitucional e internacional dos direitos humanos**, Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 256).

incorporados ao ordenamento jurídico interno com força normativa, ampliando os sistemas jurídicos de proteção aos direitos humanos já existentes no direito pátrio.

A Constituição da Argentina disciplinou no artigo 75, inciso XXII²⁷⁹, que os tratados e acordos internacionais possuem hierarquia normativa superior às leis, devendo ser interpretadas harmoniosamente com os direitos e garantias previstos no texto constitucional. Além disso, tratados internacionais com vigência posterior à Constituição poderão adquirir hierarquia de normas constitucionais depois de aprovados pelo Congresso argentino.

A Constituição do Paraguai, em seu artigo 137²⁸⁰, estabeleceu que os tratados, convenções e acordos internacionais passarão a integrar o ordenamento jurídico pátrio somente após sua aprovação por lei pelo Congresso paraguaio e assumem posição hierárquica inferior à Constituição e superior às leis (*condição de supra legalidade*).

Por sua vez, a Constituição do Uruguai não firmou explicitamente a hierarquia normativa que os tratados e convenções internacionais de direitos humanos assumiriam ao serem incorporados à ordem jurídica interna. A

²⁷⁹ “Artículo 75 - Corresponde al Congreso: [...] XXII - Aprobar o desechar tratados concluidos con las demás naciones y con las organizaciones internacionales y los concordatos con la Santa Sede. Los tratados y concordatos tienen jerarquía superior a las leyes. La Declaración Americana de los Derechos y Deberes del Hombre; la Declaración Universal de Derechos Humanos; la Convención Americana sobre Derechos Humanos; el Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales; el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos y su Protocolo Facultativo; la Convención sobre la Prevención y la Sanción del Delito de Genocidio; la Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial; la Convención sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación contra la Mujer; la Convención contra la Tortura y otros Tratos o Penas Crueles, Inhumanos o Degradantes; la Convención sobre los Derechos del Niño; en las condiciones de su vigencia, tienen jerarquía constitucional, no derogan artículo alguno de la primera parte de esta Constitución y deben entenderse complementarios de los derechos y garantías por ella reconocidos. Sólo podrán ser denunciados, en su caso, por el Poder Ejecutivo nacional, previa aprobación de las dos terceras partes de la totalidad de los miembros de cada Cámara. Los demás tratados y convenciones sobre derechos humanos, luego de ser aprobados por el Congreso, requerirán del voto de las dos terceras partes de la totalidad de los miembros de cada Cámara para gozar de la jerarquía constitucional” (ARGENTINA. **Constituição da República Argentina**. Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.ar/images/stories/constitucion-nacional-argentina.pdf>>, acesso em: 27 mar. 2014).

²⁸⁰ “Artículo 137 - De La Supremacía de la Constitución. La ley suprema de la República es la Constitución. Esta, los tratados, convenios y acuerdos internacionales aprobados y ratificados, las leyes dictadas por el Congreso y otras disposiciones jurídicas de inferior jerarquía, sancionadas en consecuencia, integran el derecho positivo nacional en el orden de prelación enunciado. Quienquiera que intente cambiar dicho orden, al margen de los procedimientos previstos en esta Constitución, incurrirá en los delitos que se tipificarán y penarán en la ley. Esta Constitución no perderá su vigencia ni dejará de observarse por actos de fuerza o fuera derogada por cualquier otro medio distinto del que ella dispone. Carecen de validez todas las disposiciones o actos de autoridad opuestos a lo establecido en esta Constitución” (PARAGUAI. **Constituição da República do Paraguai**. Disponível em: <<http://www.constitution.org/cons/paraguay.htm>>, acesso em: 27 mar. 2014).

Constituição apenas estabeleceu no artigo 6º²⁸¹ que todas as diferenças que surjam entre as partes contratantes serão decididas por árbitros e outros meios pacíficos, mas o país procurará a integração social e econômica dos Estados latino-americanos, especialmente em relação à defesa comum de seus produtos e matérias primas. Portanto, os tratados de direitos humanos não assumiriam a categoria formal de normas constitucionais no direito interno uruguaio.

Apesar das divergências acerca desta temática nos textos constitucionais dos Estados mercosulistas, não se pode olvidar que eles se inserem no âmbito do Constitucionalismo do século XXI que consagrou *a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho* dentre os fundamentos do Estado Democrático e Social de Direito e, nessa condição, deveriam ser concretizados em termos fáticos pelos Estados mediante ações e políticas públicas, inclusive com o auxílio dos particulares e da sociedade civil, visando à redução efetiva das desigualdades sociais e regionais e da pobreza, especialmente no caso da integração regional do MERCOSUL.

5.2 O TRABALHO DIGNO NAS NORMAS MERCOSULISTAS

O Mercado Comum do Sul - o MERCOSUL - foi constituído, em 26 de março de 1991, pelo Tratado de Assunção, tendo, atualmente, o Brasil, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela como Estados-partes, apesar do presente estudo somente incluir os quatro primeiros países em razão de estarem integrados ao bloco desde sua origem.

O MERCOSUL assumiu, em sua origem, uma feição mais comercial com o desafio de sua conversão em *mercado comum*²⁸² no longo prazo através da implantação de *livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas* através da eliminação dos direitos alfandegários e das restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e, ainda, na coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais

²⁸¹ “Artículo 6º - En los tratados internacionales que celebre la República propondrá la cláusula de que todas las diferencias que surjan entre las partes contratantes, serán decididas por el arbitraje u otros medios pacíficos. La República procurará la integración social y económica de los Estados Latinoamericanos, especialmente en lo que se refiere a la defensa común de sus productos y materias primas. Asimismo, propenderá a la efectiva complementación de sus servicios públicos” (URUGUAI. **Constituição da República Oriental do Uruguai**. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/constituciones/const004.htm>>, acesso em: 27 mar. 2014).

²⁸² Para consultar as etapas da integração econômica, veja BALASSA, Bela. **Teoria da integração econômica**, 3. ed., trad. de Maria Filipa Gonçalves e Maria Elsa Ferreira, Livraria Clássica Editora: Lisboa, 1961.

(comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, etc.), conforme previsto no artigo 1º do Tratado de Assunção.

Somente o Protocolo de Ouro Preto (POP), assinado em 1994, disciplinou a estrutura institucional do MERCOSUL (artigo 1º)²⁸³, conferindo-lhe personalidade jurídica de Direito Público Internacional (artigo 34) e capacitando-o a praticar todos os atos necessários à realização de seus objetivos, em especial contratar, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, comparecer em juízo, conservar fundos e fazer transferências, celebrar acordos etc. (artigos 35 e 36), pois o Tratado de Assunção foi silente sobre tais aspectos institucionais e jurídicos.

Acerca da natureza jurídica do Direito do MERCOSUL, Otávio Augusto Drummond Cançado Trindade²⁸⁴ afirma:

O direito do MERCOSUL é uma ordem jurídica particular de DIP. Tal ordem pode ser denominada “direito internacional público regional”, ou “direito da integração”. [...] Apesar de verificar-se relativo consenso na doutrina de que o direito do MERCOSUL não é Direito Comunitário, há honrosas vozes discordantes²⁸⁵. Portanto, é necessário, antes de tudo, traçar suas distinções em relação ao Direito Comunitário.

Como visto, o que distingue o Direito Comunitário do DIP, a ponto de classificá-lo como ramo do Direito distinto desse último, é a existência de supranacionalidade. Esse é o elemento que diferencia relações de subordinação de relações de coordenação. Para Pescatore (1973), os componentes essenciais da supranacionalidade são: o reconhecimento de *valores comuns*, o estabelecimento de *poderes efetivos* a serviço desses valores e a *autonomia* desse poder em relação aos Estados Partes. Portanto, é necessária a ocorrência desses três elementos para a existência de supranacionalidade.

O exame da estrutura normativa do MERCOSUL evidencia a ausência de alguns desses elementos de supranacionalidade, em especial dos dois últimos. A estrutura orgânica do bloco, bem como o sistema de tomada de decisões, revestem-se de características essencialmente intergovernamentais. Em primeiro lugar, a composição dos três órgãos com competência normativa – Conselho do Mercado Comum (CMC), Grupo Mercado Comum (GMC) e Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM) – é feita a partir de representantes

²⁸³ A estrutura institucional do MERCOSUL é composta por: Conselho do Mercado Comum (CMC); Grupo Mercado Comum (GMC); Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM); Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) que substituiu a Comissão Parlamentar Conjunta; Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) e Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM).

²⁸⁴ CANÇADO TRINDADE, Otávio Augusto Drummond. **O MERCOSUL no direito brasileiro**: incorporação de normas e segurança jurídica, Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 44-46.

²⁸⁵ NESSE SENTIDO: DROMI, ROBERTO; RIVERA, JULIO C.; EKMEKDJIAN, MIGUEL A. *INTRODUCCIÓN AL DERECHO COMUNITARIO LATINOAMERICANO*. 2ª ED. BUENOS AIRES: DEPALMA, 1996 E PEROTTI, ALEJANDRO D. ESTRUCTURA INSTITUCIONAL Y DERECHO EM EL MERCOSUR. *REVISTA DE DERECHO INTERNACIONAL DEL MERCOSUR*, [S.L.], AÑO 6, N. 1, P. 63-137, FEB. 2002 [nota do autor].

indicados por cada um dos quatro governos e atuam em defesa de interesses nacionais – são representantes *do Estado, e não do MERCOSUL*. Ainda que procurem conciliar interesses nacionais com o avanço do processo de integração, suas instruções vêm de seus respectivos governos, e não de uma autoridade comunitária. Em segundo lugar, as decisões dos órgãos do MERCOSUL são tomadas por consenso, o que permite que apenas um sócio vete eventual consenso atingido pelos demais. O próprio art. 2º do POP estabelece que os órgãos do MERCOSUL com capacidade decisória são “de natureza intergovernamental”. Com isso, é impossível falar-se em autonomia dos órgãos de integração em relação aos Estados Partes.

Então, conformou-se no bloco um sistema intergovernamental de tomada de decisões exigindo o consenso e a presença de todos os Estados-partes (artigo 37 do POP). Tal sistema dificulta os avanços institucionais no bloco, inclusive para a adoção de ações e políticas comuns e, ainda, impede a consolidação do direito comunitário (direito comum aos Estados-partes e fundamentado na supranacionalidade).

Segundo o artigo 2º do POP, são **órgãos²⁸⁶ com capacidade decisória** no MERCOSUL, *de natureza intergovernamental*, o Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum (GMC)²⁸⁷ e a Comissão de Comércio (CCM).

As “*Resoluções*” (ato normativo) tomadas pelo Grupo Mercado Comum serão obrigatórias para os Estados-partes *desde que incorporadas ao seu ordenamento jurídico interno* através dos procedimentos previstos em suas Constituições (artigo 15 do POP).

Por sua vez, as “*Decisões*” (ato normativo) do Conselho do Mercado Comum também somente serão obrigatórias para os Estados-partes *desde que sejam incorporadas à sua ordem jurídica interna* através dos procedimentos constantes nas suas Constituições (artigo 9º do POP).

No mesmo sentido quanto à obrigatoriedade e a incorporação ao direito interno dos Estados-partes, são as “*Diretrizes ou Propostas*” (ato normativo) aprovadas pela Comissão de Comércio do MERCOSUL (artigo 20 do POP).

²⁸⁶ O capítulo 2 da tese já analisou detalhadamente os órgãos integrantes do MERCOSUL e suas atribuições.

²⁸⁷ É necessário lembrar que o Grupo Mercado Comum é auxiliado por dezessete Subgrupos de Trabalho (SGT), dentre eles o *SGT nº 10 - Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social*, compostos por pessoas relacionadas com a estrutura ministerial dos Estados-partes, no intuito de formular projetos e ações nas áreas de sua competência para a implementação no bloco.

A fim de incorporar esses atos normativos (*resoluções, decisões e diretrizes/propostas*) ao direito interno dos Estados-partes do MERCOSUL, o artigo 40 do POP dispõe sobre o procedimento a ser realizado, *in verbis*: a) uma vez aprovada a norma, os Estados-partes adotarão as medidas necessárias para a sua incorporação ao ordenamento jurídico nacional e comunicarão as mesmas à Secretaria Administrativa do MERCOSUL; b) quando todos os Estados-partes tiverem informado sua incorporação aos respectivos ordenamentos jurídicos internos, a Secretaria Administrativa do MERCOSUL comunicará o fato a cada Estado Parte e c) as normas entrarão em vigor simultaneamente nos Estados-partes trinta dias após a data da comunicação efetuada pela Secretaria Administrativa do MERCOSUL, logo, dentro deste prazo, eles darão publicidade do início da vigência das referidas normas por intermédio de seus respectivos diários oficiais.

Além disso, o artigo 41 do POP dispõe que as “*Fontes Jurídicas do MERCOSUL*” são: o Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares; os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos e as Decisões do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL.

Entretanto, o artigo 42 do POP estabelece que as normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL - Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio previstos no artigo 2º - terão caráter obrigatório e deverão quando necessário, ser incorporadas aos ordenamentos jurídicos nacionais mediante os procedimentos previstos pela legislação de cada país.

Esta disposição normativa concede significativa margem de discricionariedade aos Estados-partes na incorporação das normas oriundas do MERCOSUL e, ainda, conflita com as previsões normativas dos *artigos 9º, 15, 20, 40 e 41 do POP* anteriormente analisadas, enfraquecendo o processo de integração regional ao não impor aos Estados mercosulistas a obrigatoriedade absoluta de transposição das normas do bloco para o seu direito interno. Este também é o posicionamento de Deisy Ventura²⁸⁸:

Da leitura do artigo 40 do POP, tem-se que o direito derivado do Mercosul, em seu conjunto, *deve ser transposto*, e os

²⁸⁸ VENTURA, Deisy. **As assimetrias entre o MERCOSUL e a União Europeia**: os desafios de uma associação inter-regional, Barueri: Manole, 2003, p. 149-152, grifo da autora.

Estados devem cumprir essa obrigação aplicando o procedimento estabelecido por aquele texto. No entanto, algumas linhas depois, o POP traz uma disposição no mínimo enigmática: “as normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no artigo 2º deste Protocolo²⁸⁹ terão caráter obrigatório e deverão, quando necessário, ser incorporadas aos ordenamentos jurídicos nacionais mediante os procedimentos previstos pela legislação de cada país”.

Daí resulta que um Estado pode considerar que o conteúdo de uma regra já está presente em sua ordem jurídica nacional e decidir não transpor uma norma, ou fazê-lo apenas parcialmente. O texto desse artigo do POP, tal como foi concebido, autoriza o Estado-membro a considerar que a natureza de um ato o dispensa do procedimento de incorporação, contrariamente ao que parece estabelecer o artigo 40 desse mesmo texto. O artigo 42 permite deduzir que a incorporação não é a regra e que o procedimento de incorporação a ser seguido não é o fixado pelo artigo 40, mas o previsto pelas respectivas normas dos Estados-membros. Desse modo, os governos nacionais dispõem de um poder discricionário sobre a oportunidade da transposição e sobre a forma pela qual serão transpostos os atos comunitários.

[...]

Um Estado pode considerar, por exemplo, que uma norma relativa ao funcionamento de uma instituição do Mercosul não exige um ato de transposição para o direito interno. Ele também pode considerar que, em razão da natureza da norma, a transposição pode observar um procedimento sumário, em lugar do previsto no artigo 40. Isso explica a importância da segunda mudança: “em direito europeu, as autoridades nacionais não dispõem de uma liberdade total quanto à determinação do ato pelo qual deve ser garantida a transposição. Os imperativos de uniformidade de aplicação das normas comunitárias levaram, de fato, a um ‘enquadramento’ progressivo da margem de manobra dos Estados-membros”.

Dentro do Mercosul, essa margem de manobra é total, na medida em que os quatro parceiros vivem em regimes presidenciais. Os governos podem enviar a normas comunitária ao Poder Legislativo a fim de que ela seja incorporada como lei. Eles também podem adotar um simples ato administrativo normativo, escapando ao controle parlamentar. O direito administrativo dos países do Mercosul consagra, em geral, o princípio segundo o qual o Poder Executivo pode modificar ou derrogar um ato normativo, a qualquer momento, desde que em respeito ao interesse público. Na hipótese de adotar um ato administrativo normativo, é muito provável que ele não obedeça ao procedimento de transposição previsto pelo artigo 40, pois será necessário esperar a informação da Secretaria e uma nova publicação para que a norma entre em vigor. Essa opinião é corroborada pelo fato de que a Secretaria não dispõe de informação a respeito da grande maioria das normas derivadas do Mercosul. Não existe nenhuma garantia de aplicação desse direito, e ainda menos uma garantia de sua aplicação uniforme.

²⁸⁹ O CONSELHO, O GRUPO E A COMISSÃO, OU SEJA, OS ÓRGÃOS DOTADOS DE PODER DECISÓRIO, MENÇÃO IDÊNTICA À DO ARTIGO 40. [NOTA DA AUTORA]

Portanto, a concessão pelo próprio Protocolo de Ouro Preto de discricionariedade aos Estados-partes para a incorporação total ou parcial do direito produzido no âmbito do MERCOSUL ao seu direito interno concomitantemente com o sistema intergovernamental de tomada de decisões – exigência de consenso e da presença de todos Estados-partes para a aprovação das decisões -, cerceia o pleno desenvolvimento da integração regional mercosulista, inclusive para a adoção de ações e políticas públicas na seara laboral, impedindo a construção de normas comunitárias e instituições supranacionais no bloco e, assim, favorecendo a predominância de interesses nacionais e locais dos Estados em detrimento do processo integracionista.

Tais entraves são nítidos quando se busca a *integração regional nas relações de trabalho*, porque não se vislumbram significativos avanços na seara laboral desde a criação do MERCOSUL: **inexiste até o presente momento** políticas públicas comuns e articuladas entre todos os Estados-partes orientadas para o fomento ao trabalho, a proteção ao desemprego e aos trabalhadores migrantes. Também estão **ausentes normas trabalhistas comuns** no bloco ou mesmo qualquer proposta para a harmonização das legislações trabalhistas já existentes nos Estados-partes.

Ademais, o direito originário²⁹⁰ do MERCOSUL – constituído pelo Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e o Protocolo de Olivos, contendo a norma fundamental dessa ordem jurídica - não faz qualquer menção aos trabalhadores, aos direitos humanos trabalhistas²⁹¹ e nem à solução de controvérsias na seara laboral. Não há nenhum regulamento ou normativa comunitária sobre os direitos humanos trabalhistas e os mecanismos para sua concretização conjunta no

²⁹⁰ Termo utilizado por VENTURA, Deisy. **As assimetrias entre o MERCOSUL e a União Europeia**: os desafios de uma associação inter-regional, Barueri: Manole, 2003, p. 136, nota de rodapé nº 5.

²⁹¹ Segundo André de Carvalho Ramos, “não há nos textos dos tratados qualquer menção explícita à proteção de direitos humanos, ou sua relação (inexorável) com o processo de integração. Essa tibieza dos Estados é explicada pela concepção minimalista do Mercosul, que objetiva a formação de um Mercado Comum em etapas, sendo a mais factível de ser alcançada (ainda em formação) é a união aduaneira. Neste contexto, não havia maior divagação sobre o impacto da integração econômica na proteção de direitos humanos. Lamenta-se, contudo, que o exemplo europeu em nada serviu. De fato, partindo do pressuposto que a tecnologia jurídica da integração europeia é um dos modelos possíveis do Mercosul, fica evidente que os últimos anos daquele processo demonstraram ser impossível separar, em partes estanques, a proteção de direitos humanos e a integração econômica regional de um mercado comum. A força expansiva da integração e também a força expansiva dos direitos humanos acarretam uma zona de interseção” (RAMOS, André de Carvalho. **Direitos humanos na integração econômica**: análise comparativa da proteção de direitos humanos e conflitos jurisdicionais na União Europeia e MERCOSUL, Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 256).

bloco, havendo apenas a tomada de ações e decisões de modo individual por cada Estado-parte, sobretudo na implementação do trabalho digno ou, ainda, da chamada *Agenda de Trabalho Decente* proposta pela Organização Internacional do Trabalho aos seus membros, incluindo o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai.

Porém, há o *Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul e seu Regulamento Administrativo*, aprovados pela *Decisão nº 19/97 do CMC*, e o *Acordo sobre Residência de Nacionais dos Estados-partes do MERCOSUL, da República da Bolívia e da República do Chile*, aprovado pela *Decisão nº 28/02 do CMC*, que podem ter impactos positivos e mais concretos na seara laboral, facilitando a circulação de trabalhadores, principalmente migrantes, entre os Estados-partes do bloco.

Este *Acordo Multilateral de Seguridade Social* entrou em vigor a partir de junho de 2005, assegurando os mesmos direitos e obrigações perante a Previdência Social aos trabalhadores, incluindo seus familiares, que prestem ou tenham prestado serviços em quaisquer dos Estados-partes do MERCOSUL. Desse modo, as contribuições previdenciárias vertidas ao sistema de seguridade social por um trabalhador em qualquer dos Estados signatários do acordo, irão se acumular como se tivessem sido realizadas num mesmo país.

O artigo 7º desse acordo prevê a *totalização dos períodos de seguro ou de contribuição*, logo, os períodos de seguro ou contribuição cumpridos em quaisquer Estados-partes serão considerados para a concessão dos benefícios previdenciários por velhice, idade avançada, invalidez ou morte, na forma e nas condições estabelecidas no regulamento administrativo²⁹².

Por seu turno, o *Acordo sobre Residência de Nacionais* foi assinado, em 2002, na Reunião de Ministros do Interior do MERCOSUL e ratificado pelos Estados-partes, estando em vigor. Ele permite que o nacional de um dos Estados-partes do MERCOSUL, que deseje residir noutro Estado-parte, obtenha uma residência legal temporária de até dois anos mediante a comprovação de sua nacionalidade e a apresentação de alguns documentos às autoridades migratórias, tais como: passaporte válido, cédula de identidade ou certificado de nacionalidade expedido pelo agente consular do país de origem, certidão negativa de antecedentes

²⁹² Para maiores detalhes sobre o acordo, consulte <<http://www.mercosur.int/>> e MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Como trabalhar nos países do MERCOSUL**: guia dirigido a nacionais dos Estados-partes do MERCOSUL, Brasília: MTE, 2010, disponível em: <http://www.mte.gov.br/trab_estrang/cartilha_trabalho_mercosul_port.pdf>, acesso em: 30. abr. 2014.

judiciais e criminais no país de origem, certidão de nascimento e comprovação do estado civil da pessoa etc.

Logo, a nacionalidade de um dos países do bloco é o critério primordial para a concessão da residência legal que permita a pessoa trabalhar e estudar. A residência temporária também poderá ser transformada em permanente se forem atendidos os critérios da autoridade migratória do país de recepção.

O acordo elenca, ainda, uma série de direitos aos migrantes nacionais de um Estado-parte que queiram residir no território de outro Estado mercosulista, tais como: direito de exercer qualquer atividade remunerada por conta própria ou de terceiros nas mesmas condições que os nacionais daquele país que o recebeu, direito à reunificação familiar, direito à igualdade de tratamento, direito a transferir remessas, dentre outros.

Este pacto permite que o migrante, obtendo a residência temporária, esteja habilitado ao trabalho em igualdade de condições com os nacionais daquele país onde tenha obtido a residência, cumprindo, então, as disposições específicas da legislação do trabalho²⁹³.

Outrossim, *especificamente na seara laboral*, foi aprovada, em 10 de dezembro de 1998, a **Declaração Sociolaboral do MERCOSUL**, composta de vinte e cinco artigos, pelos presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai que expressaram a intenção dos Estados-partes do bloco em prol de um modelo de integração que harmonizasse o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. Esta declaração prevê os seguintes direitos trabalhistas²⁹⁴:

a) Não discriminação (artigo 1º): todo trabalhador tem garantida a igualdade efetiva de direitos, tratamento e oportunidades no emprego e ocupação, sem distinção ou exclusão por motivo de raça, origem nacional, cor, sexo ou orientação sexual, idade, credo, opinião política ou sindical, ideologia, posição econômica ou qualquer outra condição social ou familiar, em conformidade com as disposições legais vigentes. Os Estados-partes comprometem-se a garantir a vigência deste princípio de não discriminação e, em particular, comprometem-se a realizar ações destinadas a eliminar a discriminação no que tange aos grupos em situação desvantajosa no mercado de trabalho;

²⁹³ *Idem*.

²⁹⁴ MERCOSUL. **Declaração sociolaboral do MERCOSUL**, disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_sociolaboral_mercosul.pdf>, acesso em: 20 jun. 2014.

b) Promoção da igualdade (artigos 2º e 3º): as pessoas portadoras de necessidades especiais serão tratadas de forma digna e não discriminatória, favorecendo-se sua inserção social e no mercado de trabalho. Os Estados-partes comprometem-se a adotar medidas efetivas, especialmente no que se refere à educação, formação, readaptação e orientação profissional, à adequação dos ambientes de trabalho e ao acesso aos bens e serviços coletivos, a fim de assegurar que as pessoas portadoras de necessidades especiais tenham a possibilidade de desempenhar uma atividade produtiva. Os Estados-partes comprometem-se a garantir, mediante a legislação e práticas trabalhistas, a igualdade de tratamento e oportunidades entre mulheres e homens;

c) Proteção aos trabalhadores migrantes e fronteiriços (artigo 4º): todos os trabalhadores migrantes, independentemente de sua nacionalidade, têm direito à ajuda, informação, proteção e igualdade de direitos e condições de trabalho reconhecidos aos nacionais do país em que estiverem exercendo suas atividades. Os Estados-partes comprometem-se a adotar medidas tendentes ao estabelecimento de normas e procedimentos comuns relativos à circulação dos trabalhadores nas zonas de fronteira e a levar a cabo as ações necessárias para melhorar as oportunidades de emprego e as condições de trabalho e de vida destes trabalhadores;

d) Eliminação do trabalho forçado (artigo 5º): toda pessoa tem direito ao trabalho livre e a exercer qualquer ofício ou profissão, de acordo com as disposições nacionais vigentes. Os Estados-partes comprometem-se a eliminar toda forma de trabalho ou serviço exigido a um indivíduo sob a ameaça de uma pena qualquer e para o qual dito indivíduo não se ofereça voluntariamente. Ademais, comprometem-se a adotar medidas para garantir a abolição de toda utilização de mão-de-obra que propicie, autorize ou tolere o trabalho forçado ou obrigatório. De modo especial, suprime-se toda forma de trabalho forçado ou obrigatório que possa utilizar-se: a) como meio de coerção ou de educação política ou como castigo por não ter ou expressar determinadas opiniões políticas ou por manifestar oposição ideológica à ordem política, social ou econômica estabelecida; b) como método de mobilização e utilização da mão-de-obra com fins de fomento econômico; c) como medida de disciplina no trabalho; d) como castigo por haver participado em greves; e) como medida de discriminação racial, social, nacional ou religiosa;

e) Tutela do trabalho infantil e de menores (artigo 6º): a idade mínima de admissão ao trabalho será aquela estabelecida conforme as legislações nacionais dos Estados Partes, não podendo ser inferior àquela em que cessa a escolaridade obrigatória. Os Estados-partes comprometem-se a adotar políticas e ações que conduzam à abolição do trabalho infantil e à elevação progressiva da idade mínima para ingressar no mercado de trabalho. O trabalho dos menores será objeto de proteção especial pelos Estados-partes, especialmente no que

concerne à idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho e a outras medidas que possibilitem seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, profissional e moral. A jornada de trabalho para esses menores, limitada conforme as legislações nacionais, não admitirá sua extensão mediante a realização de horas extras nem horários noturnos. O trabalho dos menores não deverá realizar-se em um ambiente insalubre, perigoso ou imoral, que possa afetar o pleno desenvolvimento de suas faculdades físicas, mentais e morais. A idade de admissão a um trabalho com alguma das características antes assinaladas não poderá ser inferior a 18 anos;

f) Direitos dos empregadores (artigo 7º): o empregador tem o direito de organizar e dirigir econômica e tecnicamente a empresa, em conformidade com as legislações e as práticas nacionais;

g) Liberdade de associação (artigo 8º): todos os empregadores e trabalhadores têm o direito de constituir as organizações que considerem convenientes, assim como de afiliar-se a essas organizações, em conformidade com as legislações nacionais vigentes. Os Estados-partes comprometem-se a assegurar, mediante dispositivos legais, o direito à livre associação, abstendo-se de qualquer ingerência na criação e gestão das organizações constituídas, além de reconhecer sua legitimidade na representação e na defesa dos interesses de seus membros;

h) Liberdade sindical (artigo 9º): os trabalhadores deverão gozar de adequada proteção contra todo ato de discriminação tendente a menoscar a liberdade sindical com relação a seu emprego. Deverá garantir-se: a) a liberdade de filiação, de não filiação e desfiliação, sem que isto comprometa o ingresso em um emprego ou sua continuidade no mesmo; b) evitar demissões ou prejuízos a um trabalhador por causa de sua filiação sindical ou de sua participação em atividades sindicais; c) o direito de ser representado sindicalmente, de acordo com a legislação, acordos e convênios coletivos de trabalho em vigor nos Estados-partes;

i) Negociação coletiva (artigo 10): os empregadores ou suas organizações e as organizações ou representações de trabalhadores têm direito de negociar e celebrar convenções e acordos coletivos para regular as condições de trabalho, em conformidade com as legislações e práticas nacionais²⁹⁵;

j) Garantia do direito de greve (artigo 11): todos os trabalhadores e as organizações sindicais têm garantido o exercício do direito de greve, conforme as disposições nacionais vigentes. Os mecanismos de prevenção ou solução de conflitos ou a regulação deste direito não poderão impedir seu exercício ou desvirtuar sua finalidade;

²⁹⁵ A representação sindical do Brasil reservou-se o direito de não adesão à redação proposta para o artigo 10, especificamente quanto à admissão da negociação e contratação coletiva sem representação sindical (NOTA DO TEXTO ORIGINAL).

l) Promoção e desenvolvimento de procedimentos preventivos e de autocomposição de conflitos (artigo 12): os Estados-partes comprometem-se a propiciar e desenvolver formas preventivas e alternativas de autocomposição dos conflitos individuais e coletivos de trabalho, fomentando a utilização de procedimentos independentes e imparciais de solução de controvérsias;

m) Promoção do diálogo social (artigo 13): os Estados-partes comprometem-se a fomentar o diálogo social nos âmbitos nacional e regional, instituindo mecanismos efetivos de consulta permanente entre representantes dos governos, dos empregadores e dos trabalhadores, a fim de garantir, mediante o consenso social, condições favoráveis ao crescimento econômico sustentável e com justiça social da região e a melhoria das condições de vida de seus povos;

n) Fomento ao emprego (artigo 14): os Estados-partes comprometem-se a promover o crescimento econômico, a ampliação dos mercados interno e regional e a executar políticas ativas referentes ao fomento e criação do emprego, de modo a elevar o nível de vida e corrigir os desequilíbrios sociais e regionais;

o) Proteção dos desempregados (artigo 15): os Estados-partes comprometem-se a instituir, manter e melhorar mecanismos de proteção contra o desemprego, compatíveis com as legislações e as condições internas de cada país, a fim de garantir a subsistência dos trabalhadores afetados pela desocupação involuntária e ao mesmo tempo facilitar o acesso a serviços de recolocação e a programas de requalificação profissional que facilitem seu retorno a uma atividade produtiva;

p) Formação profissional e desenvolvimento de recursos humanos (artigo 16): todos os trabalhadores têm direito à orientação, à formação e à capacitação profissional. Os Estados-partes comprometem-se a instituir, com as entidades envolvidas que voluntariamente assim o desejem, serviços e programas de formação ou orientação profissional contínua e permanente, de maneira a permitir aos trabalhadores obter as qualificações exigidas para o desempenho de uma atividade produtiva, aperfeiçoar e reciclar os conhecimentos e habilidades, considerando fundamentalmente as modificações resultantes do progresso técnico. Os Estados-partes obrigam-se ademais a adotar medidas destinadas a promover a articulação entre os programas e serviços de orientação e formação profissional, por um lado, e os serviços públicos de emprego e de proteção dos desempregados, por outro, com o objetivo de melhorar as condições de inserção laboral dos trabalhadores. Os Estados-partes comprometem-se a garantir a efetiva informação sobre os mercados de trabalho e sua difusão tanto a nível nacional como regional;

q) Proteção da saúde e segurança no trabalho (artigo 17): todo trabalhador tem o direito de exercer suas atividades em um ambiente de trabalho sadio e seguro que preserve sua saúde física e mental, estimule seu desenvolvimento e desempenho profissional. Os Estados-partes comprometem-se a formular, aplicar e atualizar em forma permanente e em cooperação com as organizações de empregadores e de trabalhadores, políticas e programas em matéria de saúde e segurança dos trabalhadores e do meio ambiente de trabalho a fim de prevenir os acidentes de trabalho e as enfermidades profissionais, promovendo condições ambientais propícias para o desenvolvimento das atividades dos trabalhadores;

r) Inspeção do trabalho (artigo 18): todo trabalhador tem direito a uma proteção adequada no que se refere às condições e ao ambiente de trabalho. Os Estados-partes comprometem-se a instituir e a manter serviços de inspeção do trabalho, com o propósito de controlar em todo o seu território o cumprimento das disposições normativas que dizem respeito à proteção dos trabalhadores e às condições de segurança e saúde no trabalho;

s) Seguridade social (artigo 19): os trabalhadores do MERCOSUL têm direito à seguridade social nos níveis e condições previstos nas respectivas legislações nacionais. Os Estados-partes comprometem-se a garantir uma rede mínima de amparo social que proteja seus habitantes frente à contingência de riscos sociais, enfermidades, velhice, invalidez e morte, buscando coordenar as políticas na área social, de forma a suprimir eventuais discriminações derivadas da origem nacional dos beneficiários.

O artigo 20 da Declaração Sociolaboral dispõe, ainda, sobre sua aplicabilidade aos Estados-partes do MERCOSUL que se comprometeram a respeitar os direitos fundamentais trabalhistas nela previstos, promovendo sua aplicação em conformidade com a legislação, as práticas nacionais e as convenções e acordos coletivos.

Essa declaração não foi firmada na condição de tratado ou pacto internacional e nem incorporada às ordens jurídicas internas do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, logo, não possui *força normativa vinculante e coercitiva* para estes Estados mercosulistas, sendo apenas uma “carta de intenções” ou “declaração de direitos” com conteúdo limitado a certas matérias trabalhistas. Além disso, ela também não está inserida dentre as fontes jurídicas do MERCOSUL (o direito originário da integração) previstas no artigo 41 do Protocolo de Ouro Preto²⁹⁶, prejudicando sua aplicabilidade no bloco.

²⁹⁶ O artigo 41 do POP dispõe que as “Fontes Jurídicas do MERCOSUL” são o Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares; os acordos celebrados no âmbito do

Entretanto, a Declaração Sociolaboral do MERCOSUL – em razão de seu conteúdo protetivo de direitos humanos dos trabalhadores - não pode ser totalmente desprezada, principalmente porque demonstra a preocupação com as questões sociais, mais especificamente as trabalhistas, na integração regional do bloco.

Ressalta-se, ainda, que o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai são também membros da OIT e ratificaram as suas principais convenções que buscam a concretização de direitos humanos essenciais aos trabalhadores, inclusive impondo a adoção de políticas públicas e ações mais concretas para a criação de postos de trabalho com condições dignas e equânimes, também ausentes quando se pensa no bloco mercosulista como um todo, predominando ações e políticas adotadas individualmente em cada Estado-parte.

O **quadro 5** – apresentado a seguir - evidencia a correlação de matérias trabalhistas previstas na Declaração Sociolaboral, nas convenções da OIT e sua ratificação pelos países integrantes do MERCOSUL.

Quadro 5 – MATÉRIAS TRABALHISTAS PREVISTAS NAS CONVENÇÕES DA OIT, NO MERCOSUL E NOS SEUS PAÍSES-MEMBROS

CONVENÇÕES DA OIT Matéria	MERCOSUL Declaração Sociolaboral	BRASIL	ARGENTINA	PARAGUAI	URUGUAI
<i>Proteção do Salário (nº 95)</i>	matéria não prevista	ratificou	ratificou	ratificou	ratificou
<i>Trabalhadores Migrantes (nº 97)</i>	matéria prevista (art. 4º)	ratificou	não ratificou	não ratificou	ratificou
<i>Igualdade de Remuneração (nº 100)</i>	matéria prevista (arts. 2º e 3º)	ratificou	ratificou	ratificou	ratificou
<i>Proteção à Maternidade (nº 103)</i>	matéria não prevista	ratificou	não ratificou	não ratificou	ratificou
<i>Abolição do Trabalho Forçado (nº 105)</i>	matéria prevista (art. 5º)	ratificou	ratificou	ratificou	ratificou
<i>Discriminação em Emprego e Ocupação (nº 111)</i>	matéria prevista (arts. 1º e 3º)	ratificou	ratificou	ratificou	ratificou
<i>Política de Emprego (nº 122)</i>	matéria prevista (art. 14)	ratificou	não ratificou	ratificou	ratificou
<i>Idade Mínima para Admissão no Emprego (nº 138)</i>	matéria prevista (art. 6º)	ratificou	ratificou	ratificou	ratificou
<i>Desenvolvimento de Recursos Humanos (nº 142)</i>	matéria prevista (art. 16)	ratificou	ratificou	não ratificou	não ratificou
<i>Promoção do Emprego e Proteção do Desemprego (nº 168)</i>	matéria prevista (arts. 14 e 15)	ratificou	não ratificou	não ratificou	não ratificou
<i>Piores Formas de Trabalho Infantil (nº 182)</i>	matéria prevista (art. 6º)	ratificou	ratificou	ratificou	ratificou
<i>Trabalhadores Domésticos (nº 189)</i>	matéria não prevista	não ratificou	ratificou, mas não está vigente no país	ratificou, mas não está vigente no país	ratificou

FONTE: Baseado em NUNES, Raquel Portugal. **A participação do sindicalismo internacional no MERCOSUL**, in: DELGADO, Gabriela Neves *et. al.* (Coords.) **Dignidade humana e inclusão social: caminhos para a efetividade do direito do trabalho no Brasil**, São Paulo: LTr, 2010, p. 511.

Ademais, em 28 de novembro de 2008, o Parlamento do MERCOSUL realizou uma **Audiência Pública** para análise e atualização da Declaração Sociolaboral²⁹⁷ nos dez anos de sua existência, tendo a participação de parlamentares, representantes dos Ministérios do Trabalho e Emprego dos Estados mercosulistas (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), de sindicalistas e representantes dos governos.

²⁹⁷ PARLAMENTO DEL MERCOSUR. **Audiência pública** (versão taquigráfica), disponível em: <http://www.parlamentodelmercosur.org/innovaportal/file/7498/1/audiencia_publica_declaracion_sociolaboral_281108.pdf>, acesso em: 20 jun. 2014.

Nesta audiência pública foi discutida a ausência de força normativa vinculante e coercitiva da Declaração Sociolaboral para os países integrantes do bloco, inclusive, havendo propostas para sua conversão em protocolo – espécie de tratado internacional – e, ainda, a crise econômica e o significado da declaração para a implementação dos direitos laborais.

Dentre os debatedores, destacam-se os seguintes trechos das suas manifestações na referida audiência pública:

1) Doutor Rosinha, Parlamentar e Presidente do Parlamento do MERCOSUL: *“Nosotros hablamos de crisis. Decimos que el Mercosur está viviendo una crisis de relaciones comerciales; ahora hablamos de crisis de voluntad política y también hablamos de crisis debido a otros ejes, pero hay un problema central que permanece siempre y que debe ser solucionado: me refiero a la cuestión social. La cuestión social también pasa por las relaciones de trabajo; tenemos que mantener esto en mente. No existe desarrollo y crecimiento de un bloque si ustedes no tienen la suficiente eficacia y eficiencia en la acción vinculada a las relaciones laborales, que repercuten directamente en lo social”*²⁹⁸;

2) Senhor Julio Rosales, Diretor de Assuntos Internacionais do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridad Social da Argentina: *“En lo que respecta a la Declaración, cabe destacar, entre otras tareas pendientes y prioritarias, que hay que mejorar su aplicación a través de una mayor difusión de sus contenidos, mejorar el funcionamiento de la Comisión de Seguimiento en cuanto a la confección de la Memoria, perfeccionar la representatividad y quórum para lograr los consensos, y obtener un mayor apego al cumplimiento de los reglamentos aprobados, destacando su institucionalidad. También consideramos indispensable la incorporación a la Declaración de nuevos instrumentos en función de la profundización de la*

²⁹⁸ PARLAMENTO DEL MERCOSUR. **Audiência pública**, op. cit., p. 03, grifo nosso.

integración productiva y comercial, como, por ejemplo, el derecho a la negociación colectiva supranacional”²⁹⁹;

3) Senhor Marcílio Ribeiro de Sant’Ana, Sociólogo do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil: “Además de que esta es una discusión bastante interesante en lo que respecta a la vigencia jurídica del instrumento, la Declaración no crea derechos, sino que reúne derechos, reúne compromisos que son parte de las obligaciones de los Estados Parte; son derechos y compromisos reconocidos, recogidos por los Estados Parte dentro de sus órdenes jurídicos internos. Es decir que cuando se discute el concepto de no vinculante - el documento brasileño lo decía con mucho énfasis, ese concepto debe ser entendido como que los temas sociales no son susceptibles de solucionarse por la vía del mecanismo de resolución de controversias – aplicando el Protocolo de Olivos o el Protocolo de Brasilia -, pero de ninguna manera no ser vinculante significa que no es obligatorio: la Declaración es de aplicación obligatoria. Lo que nosotros no tenemos todavía, en esta etapa de evolución del Mercosur, son condiciones para crear un instituto supranacional que controle su aplicación. [...] La otra idea es que nosotros trabajamos en foros sociolaborales - específicamente, la Comisión Sociolaboral - dentro de una especie de vacío programático. Nosotros sabemos que la gran contribución es la promoción de un trabajo digno, pero dentro de nuestros programas no estamos conectados a un proyecto de desarrollo total. No sabemos cómo traducir con claridad, en términos de programación, en términos de producción de bienes, nuestra inserción en este esfuerzo de desarrollo de la dimensión sociolaboral del Mercosur. Por lo tanto, creo que implementar una metodología, que sería el trabajo por proyecto, el trabajo por producto, podría ser una salida para la Comisión y también para nuestros foros sociolaborales”³⁰⁰;

²⁹⁹ PARLAMENTO DEL MERCOSUR. **Audiência pública**, op. cit., p. 18-19, grifo nosso.

³⁰⁰ PARLAMENTO DEL MERCOSUR. **Audiência pública**, op. cit., p. 24 e p. 26, grifo nosso.

4) Senhor Valdir Vicente Secretário de Relações Institucionais da União Geral dos Trabalhadores (UGT) do Brasil: *“Con relación a la modificación de la Declaración, nosotros tenemos algunos instrumentos nuevos que se insertaron en el trabajo del Mercosur y es necesario que, en esta revisión de la Declaración, se los incluya. Por ejemplo: el Acuerdo de Residencia no trae en su redacción una autorización, un permiso para que el trabajador pueda trabajar en un país o en el otro, sino que permite que resida. Es necesario que en el Mercosur exista una Declaración o un Protocolo - que es en lo que nosotros proponemos que se transforme - que no hable solamente de residencia, porque si cualquiera de nosotros hoy quisiera trabajar en otro país debería tener visa de trabajo, salvo en Argentina, que creó la Patria Grande, lo cual provocó grandes modificaciones en el contexto de la circulación de personas y de trabajadores. Otro instrumento que también fue editado en ese período fue el Protocolo Multilateral de Seguridad Social; es preciso que esta Declaración o Protocolo incorpore en su seguimiento todo lo relacionado con la seguridad social”*³⁰¹;

5) Senhor Bernardo Rojas, Secretário Geral da CUT-A do Paraguai: *“[...] En ese entonces, la Declaración Sociolaboral significó un gran avance para los trabajadores, pero tenemos que decir que esta Declaración se fue convirtiendo en letra muerta, porque en la sección paraguaya la Declaración Sociolaboral, por falta de voluntad política o por diversos motivos, nunca funcionó. Probablemente, vamos a seguir en las mismas condiciones si no la modificamos y si en nuestro país no se demuestra voluntad política. A pesar de esto, seguimos apostando a esta integración y seguimos apostando a la Declaración Sociolaboral. Por eso creemos que el contenido debe ser actualizado, modernizado, adaptado a la realidad que vivimos. Tenemos que señalar también que, por ejemplo, los derechos consagrados en esta Declaración Sociolaboral*

³⁰¹ PARLAMENTO DEL MERCOSUR. Audiência pública, op. cit., p. 28, grifo nosso.

no se aplican. Gerardo Martínez señaló en forma global las dificultades, las penurias que atravesamos los trabajadores y los pueblos. Por eso decimos que uno de los derechos fundamentales que debemos tener los trabajadores desde esta asociación, derechos que no son respetados, que son violentados, es el derecho a la libertad sindical, a la libertad de asociación, a la libertad en cuanto a la contratación colectiva; ese es uno de los problemas fundamentales que tenemos los trabajadores del Paraguay. El fomento del empleo es otro de los derechos humanos fundamentales de los trabajadores, y hay falta de empleo en nuestros países. No hay voluntad, no hay una política, no hay un modelo que apunte a la generación de empleo, lo que facilitaría a los trabajadores el acceso a ese derecho. La seguridad social es otro de los problemas fundamentales que atravesamos los trabajadores. El tema de la migración y del libre tránsito de personas y de mercaderías tiene que formar parte de los derechos de los países de menor desarrollo, como el Paraguay, donde en general somos víctimas de este tipo de problemas. La protección a los desempleados, que figura en la Declaración Sociolaboral, tampoco es respetada. Consideramos que para que las partes estén obligadas al cumplimiento de esta Declaración tenemos que modificarla; jurídicamente tiene que existir algún mecanismo que obligue a las partes a su cumplimiento porque, en general, este tema - como ya dije - es letra muerta; tenemos que darle otro estatus jurídico a esta Declaración, modificarla, para poder transformarla en un Protocolo”³⁰²;

6) Senhor Juan Castillo, Secretário Geral do PIT-CNT do Uruguai: “Compañeras y compañeros: el mundo hoy vuelve a hablar de crisis financiera; para algunos incluso será mayor a la del 29, pero para otros es la dramática confirmación de que el enfoque neoliberal de políticas basado en la desregulación y la especulación financiera conduce al desastre. Para nosotros no es solamente una crisis económica ni es solamente una crisis

³⁰² PARLAMENTO DEL MERCOSUR. Audiência pública, op. cit., p. 30-31, grifo nosso.

financiera: es una nueva crisis del capitalismo. El capitalismo ha entrado otra vez en crisis, al igual que en 1857, que en 1873 y que en 1929, y el problema es que en esas grandes crisis del capitalismo a nivel mundial siempre han tenido que pagar las consecuencias los sectores más humildes y más desprotegidos: la clase obrera, los trabajadores, las mujeres, los niños y los ancianos pagan los costos de una política que no elaboraron y para la cual no fueron consultados. [...] El tercer punto expresa la plena convicción de que no existen salidas si actuamos solos o aisladamente. Nosotros tenemos un instrumento, que es este proceso de integración, que de una vez por todas tiene que pegar un salto en calidad y en cantidad. Tiene dieciocho años, y nosotros, que tenemos una visión crítica como movimiento sindical, tenemos que decir con mucha franqueza frente a nuestros Parlamentarios y frente a representantes de nuestro Gobierno que en la última década, en los últimos siete u ocho años, los avances que se han producido para los trabajadores se pueden sintetizar en una sola palabra: nada. No ha habido ni un gramo de avance en derechos laborales y sociales, en verdaderos procesos de integración que hagan que nuestros países dejen de competir entre sí y usen la cabeza para unirse y trabajar en bloque para ver cómo competimos más y mejor con el resto del mundo”³⁰³.

Após essa audiência pública em 2008, os debates em torno da necessidade de reformulação da Declaração Sociolaboral mercosulista prosseguiram, principalmente no âmbito da *Comissão Sociolaboral* que é órgão tripartite, integrado por representantes dos governos, dos trabalhadores e dos empresários/empregadores dos Estados-partes do MERCOSUL, apoiando os trabalhos do Grupo Mercado Comum, mais especificamente do subgrupo de trabalho (SGT) nº 10 que trata de assuntos trabalhistas, emprego e seguridade social.

Em 18 de agosto de 2009, em Montevideu, houve a apresentação ao Parlamento do MERCOSUL de um “*proyecto de recomendación*” assinado por alguns

³⁰³ PARLAMENTO DEL MERCOSUR. **Audiência pública**, op. cit., p. 38-39, grifo nosso.

parlamentares mercosulistas³⁰⁴ no intuito de aprovar uma recomendação ao Conselho Mercado Comum para elevar a Declaração Sociolaboral do MERCOSUL à categoria de Protocolo (espécie de tratado internacional).

Este projeto se converteu na **Recomendação nº 16/2009**³⁰⁵ – de 19 de outubro de 2009 – que contém as seguintes propostas: a) incluir novos temas que se inserem no mercado laboral do MERCOSUL, tais como: acordo de residência, o Protocolo Multilateral da Seguridade Social, questões de gênero e discriminação, direito de liberdade sindical, fomento ao emprego, migração e livre trânsito de pessoas e proteção aos desempregados; b) impulsionar a inclusão do direito de negociação coletiva supranacional; c) impulsionar a instauração de um Plano Regional de Trabalho Digno; d) melhorar ou transformar a Comissão de Sociolaboral em seu funcionamento e sua estrutura; e) impulsionar a criação do Instituto do Trabalho do MERCOSUL; f) impulsionar a criação de um Tribunal de Solução de Controvérsias para as questões sociais e trabalhistas; g) aprofundar a aplicabilidade jurídica da Declaração Sociolaboral, h) incluir o Parlamento do MERCOSUL no debate com os órgãos sociolaborais; i) debater o salário em longo prazo vinculado às políticas de desenvolvimento de emprego; j) modificar o *status* jurídico da Declaração Sociolaboral, transformando-a em Protocolo; l) aprofundar o debate entre Estados-Trabalhadores-Empresários; m) incluir um modelo produtivo regional; n) aprofundar a democracia com justiça social, dentre outros pontos.

Entretanto, o MERCOSUL não evoluiu nos debates que envolvem tais propostas que se encontram estagnadas, apesar de serem temáticas cruciais para a evolução da integração regional mercosulista na seara laboral, sobretudo para a elaboração de ações e políticas públicas de trabalho articuladas entre os Estados-membros do bloco.

Ademais, consta na **Ata nº 01/13 da XXXIV Reunião da Comissão Sociolaboral do MERCOSUL**³⁰⁶, ocorrida em Montevideu entre os dias 13 e 15 de maio de 2013, que após debates entre os representantes dos governos, de empresários e de trabalhadores do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, houve a

³⁰⁴ No documento, de 17 de agosto de 2009, consta a assinatura de Mabel Hilda Müller, Atilio Martinez Casado, George Hilton etc.

³⁰⁵ PARLAMENTO DEL MERCOSUR. **Recomendação 16/2009 – Declaración Sociolaboral del MERCOSUR a la Categoría de Protocolo**, disponível em: <http://www.parlamentodelmercosur.org/innovaportal/file/7344/1/rec_16_2009-declaracion_socio_laboral.pdf>, acesso em: 20 jun. 2014.

³⁰⁶ MERCOSUL. Ata de Reunião nº 01/13, disponível em: <<http://mercosur.int>>, acesso em: 20 jun. 2014.

aprovação de um texto revisado para a Declaração Sociolaboral do MERCOSUL no intuito de também encaminhá-lo para o Grupo Mercado Comum (GMC) para a sua aprovação na forma de ato normativo, *in casu*, na forma de “Decisão”. Esta revisão propõe uma declaração com vinte e sete artigos, mais detalhada do que a atual, mas com várias disposições normativas que dependem dos Estados-partes para serem efetivamente implementadas.

A estrutura da declaração ficaria da seguinte forma: *Capítulo I – Princípios Gerais*, contendo o artigo 1º que define empregado/trabalhador e empregador; o artigo 2º que apresenta o trabalho decente (os Estados-partes se comprometeriam a por em prática políticas ativas de trabalho decente e pleno emprego produtivo) e o artigo 3º que trata de empresas sustentáveis.

O *Capítulo II* trataria dos *Direitos Individuais*, assim elencados: artigo 4º - não discriminação; artigo 5º - igualdade de oportunidade e de tratamento entre homens e mulheres; artigo 6º - igualdade de oportunidades e de tratamento para trabalhadores com deficiência; artigo 7º - trabalhadores migrantes e fronteiriços; artigo 8º - eliminação do trabalho forçado ou obrigatório; artigo 9º - prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente; artigo 10º – direitos dos empregadores; artigo 11º - jornada de trabalho não superior a oito horas diárias; artigo 12º - descanso, férias e dias de feriados; artigo 13º - licenças remuneradas e não remuneradas; artigo 14º - remuneração e artigo 15º - proteção contra a despedida.

O *Capítulo III – Direitos Coletivos* se inicia com o 16º artigo que trata da liberdade sindical; o 17º artigo disciplina a negociação coletiva; o 18º artigo trata da greve, o 19º artigo disciplina a promoção e o desenvolvimento de procedimentos preventivos e de autocomposição dos conflitos e o artigo 20º trata do diálogo social, instituindo mecanismos de consulta permanente entre os representantes de empregadores e trabalhadores, bem como entre as próprias organizações.

Finalmente, o *Capítulo IV – Outros Direitos* se iniciaria com o artigo 21º tratando da centralidade do emprego nas políticas públicas; o artigo 22º disciplina o fomento ao emprego; o artigo 23º trata da proteção dos desempregados; o artigo 24º dispõe acerca da formação profissional para trabalhadores empregados e desempregados; o artigo 25º disciplina a saúde e a segurança no trabalho; o artigo

26º cuida da inspeção do trabalho e, finalmente, o artigo 27º tutela a segurança social.

Porém, apesar do significativo avanço que esta “nova” Declaração Sociolaboral imprimiria às relações jurídicas firmadas na seara trabalhista no bloco, até o presente momento, não ocorreu a aprovação dessa revisão pelo GMC, mantendo a declaração na mesma condição jurídica, com os limites já apontados, da época de sua aprovação em 1998.

Finalmente, cabe frisar que a tutela dos direitos fundamentais trabalhistas nas Constituições dos Estados mercosulistas – como já analisado -, bem como a ratificação das convenções da OIT ou mesmo de outros tratados e pactos internacionais de direitos humanos, tais como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e políticos (1966), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Declaração Americana de Direitos e Obrigações do Homem (1948), a Carta Interamericana de Garantias Sociais (1948), a Convenção Americana de Direitos Humanos sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1988) etc., ***não significa*** que está ocorrendo a efetiva implementação de melhores condições de trabalho para os trabalhadores dos Estados integrantes do MERCOSUL, seja de forma individualizada por país, seja conjuntamente como bloco de integração regional.

São pertinentes as assertivas de Luis Enrique Ramírez³⁰⁷:

O homem deve ser o eixo e centro de todo o sistema jurídico, e com maior razão do trabalhista. Sua pessoa deve ser inviolável, constituindo um valor fundamental a respeito do qual os demais valores têm sempre um caráter instrumental. O trabalho humano tem características próprias que obrigam a considerá-lo com critérios que extrapolam o marco do mercado econômico. E o contrato de trabalho deve ter como principal objeto a atividade produtiva e criadora do homem, aparecendo só depois a relação de intercâmbio econômico.

No trabalho humano está em jogo, em primeiro lugar, a dignidade da pessoa que trabalha. No modelo neoliberal de relações trabalhistas, ao contrário, há uma não dissimulada pretensão de coisificá-la, considerando-a só um fator da produção e um objeto do chamado “mercado de trabalho”. Mas como bem se disse, o ser humano é o senhor de todo mercado, o que se encontra legitimado só se tributa à realização de direitos daquele (Corte Suprema da Justiça Argentina, caso “Vizzoti”, 14.9.2004).

³⁰⁷ RAMÍREZ, Luis Enrique. **Direito a migrar e direito ao trabalho**, in: RAMÍREZ, Luis Enrique e SALVADOR, Luiz (Coords). **Direito do trabalho**: por uma carta sociolaboral latino-americana, São Paulo: LTr, 2012, p. 17.

Desde esta ótica, impõe-se mudar a raiz daquele modelo, que fez do trabalhador um executor silencioso e submisso de ordens que vêm de cima, transformando-se em uma simples engrenagem facilmente substituível, de uma maquinaria manejada por mãos cujo dono desconhece.

Este modelo autocrático de empresa, em que um manda e os demais obedecem, e no qual o trabalhador tem uma inserção precária, está claramente desajustado em relação à evolução da consciência social da humanidade e ao ritmo universal dos direitos humanos.

Então, apesar da ampla tutela jurídica do trabalho digno e dos direitos humanos trabalhistas, há notória dificuldade na sua concretização nos Estados mercosulistas, consoante problemática atinente aos direitos humanos que Norberto Bobbio³⁰⁸ já anteviu, pois “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de *justificá-los*, mas o de *protegê-los*. Trata-se de um problema não filosófico, mas político”. Nesse sentido, é o posicionamento da OIT³⁰⁹:

Muitos países das Américas enfrentam sérios problemas com relação ao respeito e à aplicação efetiva dos princípios e direitos fundamentais no trabalho e da legislação trabalhista em geral. Isso ocorre tanto em relação aos direitos fundamentais quanto aos demais direitos individuais e coletivos. No que se refere aos direitos fundamentais no trabalho, 69% dos países da região ratificaram a totalidade das oito convenções fundamentais, [...]. Apesar da alta taxa de ratificação de convenções, há evidência de violações frequentes aos direitos fundamentais no trabalho, mesmo nos países que as ratificaram. Em matéria de liberdade sindical, as queixas procedentes da região apresentadas ao Comitê de Liberdade Sindical (CLS) passaram de 164, na primeira metade dos anos 1990, para 194 na primeira metade da presente década. Além disso, dados oficiais dos governos mostram a deterioração da negociação coletiva, como demonstra o fato de que a sua cobertura tenha diminuído notavelmente nos últimos 15 anos.

Verificam-se também situações intoleráveis de não-cumprimento da legislação trabalhista retratadas em diversos documentos oficiais e nos relatórios dos órgãos de controle da OIT, como o fato de 5,7 milhões de crianças entre 5 e 14 anos trabalharem e a estimativa de 1,3 milhão de pessoas em regime de trabalho forçado. [...]

Portanto, a partir da análise estatística de indicadores do “mercado” de trabalho no Brasil, na Argentina, no Paraguai e no Uruguai, buscou-se traçar um

³⁰⁸ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**, tradução de Carlos Nelson Coutinho, apresentação de Celso Lafer, nova ed., 5. reimpr., Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2004, p. 43, grifo do autor.

³⁰⁹ OIT. **Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica (2006-2015)**, disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/agenda_hemisferica_537.pdf>, acesso em: 17 abr. 2014.

perfil do trabalho nesses países e se estão (ou não) em conformidade com a concepção de trabalho digno.

5.3 O “MERCADO” DE TRABALHO NO MERCOSUL (1995-2012): PROGNÓSTICOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO HUMANO AO TRABALHO DIGNO

A Organização Internacional do Trabalho estabeleceu quatro áreas prioritárias de atuação para a concretização dos direitos trabalhistas em nível internacional, a saber: liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório, abolição efetiva do trabalho infantil e eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

A partir de 1999, a OIT – fundamentada nestas áreas prioritárias, na Declaração dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho de 1998 e em seus instrumentos normativos - vem propondo a implementação do trabalho decente compreendido como um *“trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna”*³¹⁰.

O relatório da OIT *“Trabalho Decente nas Américas: uma Agenda Hemisférica (2006-2015)”* apontou, dentre outras questões, a integração regional como viabilizadora de políticas públicas de trabalho, em especial para os países da América Latina³¹¹:

Em um mundo globalizado, boa parte das políticas aplicadas pelos países rapidamente encontra limites naturais quanto a seus efeitos potenciais. É por isso que há aspectos nos quais a integração regional em geral e a harmonização das políticas em particular são uma necessidade imperiosa. Existe na região um crescente interesse em relação aos processos de integração, alguns dos quais transcendem o âmbito do comércio e inclusive da economia, englobando também objetivos políticos e sociais. Não é um processo simples. Um elemento de discussão muito importante radica na questão de se esses processos, além de contribuírem para a criação de riqueza e a geração de maiores oportunidades de investimento e de negócios, também

³¹⁰ OIT. **Agenda nacional de trabalho decente**, disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/agenda_nacional_trabalho_decente_536.pdf>, acesso em: 17 abr. 2014.

³¹¹ OIT. **Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica (2006-2015)**, disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/agenda_hemisferica_537.pdf>, acesso em: 17 abr. 2014.

deveriam ter um componente sociolaboral associado e explícito, e, em caso afirmativo, qual seria a natureza desse componente. Um dos caminhos possíveis consiste em incorporar à execução da agenda hemisférica aqui proposta as instituições criadas pelos diferentes processos de integração.

No campo da integração, um dos aspectos nos quais os países da região mostraram maior interesse tem sido a criação de um sistema de cooperação em matéria de administração do trabalho. Em relação a isso, e por solicitação da Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT), a OIT formulou, em conjunto com a Organização dos Estados Americanos (OEA), uma proposta para a constituição da Rede Interamericana de Administração Laboral (RIAL), que deveria ser constituída o mais rapidamente possível e apoiada por todos os países da região.

Como já analisado anteriormente, a herança histórico-econômica da América Latina contribuiu para a constituição do seu “mercado” de trabalho. Houve a transição de um *capitalismo escravista-mercantil e agrário-exportador* diretamente para um *capitalismo urbano-industrial periférico* em fins do século XIX e início do século XX, inserindo definitivamente os países latino-americanos, inclusive mercosulistas, na “nova” divisão internacional do trabalho.

A partir do século XX, nestes países se conformaram “mercados” de trabalho multifacetados e complexos que não estão estruturados de forma homogênea. Em face do capitalismo global, o mundo do trabalho está vivenciando a diminuição dos postos de emprego formalizados para a adoção de outras modalidades de trabalho mais precárias e “flexíveis” inseridas na chamada reestruturação capitalista³¹² que, na realidade, significa a redução de direitos e garantias trabalhistas com a mitigação da dignidade do trabalhador³¹³.

³¹² Para maiores detalhes, consulte POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**, São Paulo: Contexto, 1999 e GENTILI Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (Comp.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**, Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2000.

³¹³ Segundo Paul Singer, “a globalização é um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países. [...] não há dúvida que ela ocasiona ‘desemprego estrutural’. Ela faz com que milhões de trabalhadores, que produziam o que depois passou a ser importado, percam seus empregos e que possivelmente milhões de novos postos de trabalho sejam criados, tanto em atividades de exportação como em outras. O ‘desemprego estrutural’ ocorre porque os que são vítimas da desindustrialização em geral não têm pronto acesso aos novos postos de trabalho. Estes vão sendo tipicamente ocupados por mão-de-obra feminina, muitas vezes empregada em tempo parcial, ao passo que os ex-operários moram em zonas economicamente deprimidas [...] O desemprego estrutural, causado pela globalização, é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico: ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir. [...]” (SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**, 7. ed., São Paulo: Contexto, 2006, p. 21 e p. 23).

Nesse contexto, verifica-se a vitória do *animal laborans* sobre o *homo faber* - consoante Hannah Arendt³¹⁴ identificou –, pois o capitalismo financeiro e global confere aos trabalhadores o mesmo valor que atribuiu às máquinas e aos instrumentos de produção: o valor de “coisa fungível”.

Acerca desta conjuntura dos “mercados” de trabalho, o referido relatório da OIT evidenciou que³¹⁵:

A pobreza só será reduzida de maneira permanente se os grandes desequilíbrios existentes nos mercados de trabalho forem enfrentados e resolvidos. A estrutura dos mercados de trabalho na América Latina é bastante fragmentada: não apenas quase um terço da força de trabalho total se encontra nas zonas rurais, como mais da metade do emprego corresponde a trabalhadores independentes, trabalhadores no serviço doméstico, trabalhadores familiares não-remunerados ou assalariados em microempresas com até cinco trabalhadores [...] Esses setores não só concentram grande parte da pobreza, mas também da informalidade e, portanto, do *déficit* de trabalho decente na região. Os governos e os atores sociais na região devem levar em conta essa estrutura complexa do emprego, e não, como é usual, assumir que os mercados de trabalho funcionam de forma homogênea e com um forte componente assalariado. Diante dessa realidade, [...] a região deve enfrentar cinco desafios para gerar trabalho decente e combater a pobreza: 1) que o crescimento econômico seja promotor do emprego para todos; 2) que os direitos do trabalho sejam cumpridos e efetivamente aplicados; 3) que a democracia seja fortalecida; 4) que sejam adotados novos mecanismos de proteção adequados à realidade atual; 5) que, por essa via, a exclusão social seja combatida.

Então, a pesquisa realizou um mapeamento estatístico do “mercado” de trabalho nos países-membros do MERCOSUL a partir da análise de dados no Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai entre os anos de 1995 a 2012³¹⁶. Este período foi delimitado porque contempla a “*Agenda de Trabalho Decente nas Américas*” proposta pela OIT aos seus membros, inclusive aos Estados mercosulistas que participam desta organização internacional.

A *Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho*, aprovada pela OIT em 19 de junho de 1998, reafirmou a obrigação universal de respeitar, promover e tornar realidade os princípios e diretrizes previstos

³¹⁴ ARENDT, Hannah. **A condição humana**, 10. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

³¹⁵ OIT. **Trabalho decente nas Américas**: uma agenda hemisférica (2006-2015), disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/agenda_hemisferica_537.pdf>, acesso em: 17 abr. 2014.

³¹⁶ Todos os dados tabulados se encontram no anexo estatístico da tese.

nas Convenções da OIT, **mesmo que não tenham sido ratificados pelos Estados-partes**. A série estatística escolhida para a análise procurou abranger alguns anos antes de 1998 e outros após 1998, no intuito de apreender se houve ou não melhoria nas condições de trabalho nos Estados mercosulistas após a aprovação desta declaração da OIT.

Além disso, na medida da disponibilidade de informações para os países estudados, foram destacados dados entre homens e mulheres, bem como entre jovens e adultos de modo individual e em conjunto, no intuito de refinar a análise acerca do “mercado” de trabalho no MERCOSUL. A análise que se segue baseia-se na fonte acima mencionada, cujos dados tabulados encontram-se no anexo estatístico, apresentado no final deste trabalho.

Nos países mercosulistas analisados, a participação da força de trabalho compreendida entre 15 a 64 anos apresentou crescimento paulatino em relação ao total da população, variando na Argentina de 64,51% em 1995 para 68,17% em 2012; no Uruguai de 73,02% em 1991 para 76,31% em 2012, enquanto no Brasil ocorreu um ligeiro decréscimo de 72,55% em 1995 para 70,60% em 1996, mas após 1997 apresentou crescimento até atingir 74,93% em 2012 **(tabela 1)**.

Já a força de trabalho no Paraguai teve variação destoante dos seus parceiros de integração regional porque apresentou decréscimos nos primeiros anos da série analisada: 75,61% em 1995; 74,01% em 1996; 72,28% em 1997 e 70,48% em 1998, mas a partir de 2000 passa gradativamente de 71,33% em 2000 para 74,51% em 2009, quando sofre outros decréscimos até atingir 73,21% em 2012 **(tabela 1)**.

Quando se analisa separadamente a participação da força de trabalho masculina de 15 a 64 anos na população total, verifica-se que a Argentina apresenta paulatino decréscimo de 82,37% em 1995 para 79,40% em 2003, retomando o crescimento nos quatro anos seguintes: 82,70% em 2004; 82,66% em 2005; 82,74% em 2006 e 82,25% em 2007 para, então, chegar a 81,67% em 2012 **(tabela 1.1)**. Quanto à força de trabalho feminina, a Argentina teve aumentos de 47,08% em 1995 para 56,23% em 2004, apresentando diminuição nos anos de 2005 e 2006 para retomar o crescimento na faixa de 57% de 2007 a 2009, mas sofreu novos decréscimos, atingindo 54,86% em 2012 **(tabela 1.2)**.

Em relação à força de trabalho masculina, o Brasil apresentou variação de 87,96% em 1995 para 85,37% em 2012 com ligeiros decréscimos entre os anos de 2000-2011 e 2002-2003, mas se manteve em torno de 85% **(tabela 1.1)**. Já

no que tange à força de trabalho feminina, o Brasil teve ampliação de 57,60% em 1995 para 64,85% em 2012 **(tabela 1.2)**.

O Paraguai apresentou uma queda de sua força de trabalho masculina de 93,11% em 1995 para 87,89% **(tabela 1.1)**, logo, a variação destoante na sua força de trabalho total **(tabela 1)** pode ser explicada pela variação de sua força de trabalho feminina que teve inicialmente decréscimos de 57,65% em 1995 para 55,27% em 2002 e depois aumentou de 55,78% em 2003 para 58,28% em 2012 **(tabela 1.2)**.

Por sua vez, o Uruguai foi o único dos países mercosulistas a apresentar crescimento na participação de sua força de trabalho masculina entre 15-64 anos de 59,16% em 1995 para 67,19% em 2012 **(tabela 1.1)**. Porém, no tocante à força de trabalho feminina na mesma faixa etária, têm-se paulatinos decréscimos de 87,42% em 1995, passando por 83,33% em 2003 e 85,71% em 2012 **(tabela 1.2)**.

No tocante à força de trabalho juvenil de 15 a 24 anos, verifica-se na Argentina significativo decréscimo de sua participação de 52,26% em 1995 para 41,30% em 2012, havendo apenas aumentos entre os anos de 2004 e 2006. O mesmo movimento é captado pela variação da força de trabalho juvenil feminina que passou de 41,17% em 1995 para 31,48% em 2012 e, também, da força de trabalho juvenil masculina que variou de 63,14% em 1995 para 50,83% em 2012 **(tabelas 1.3, 1.4 e 1.5)**.

O Brasil também apresenta variação semelhante à argentina em relação à sua participação de força de trabalho juvenil que passou de 65,49% em 1995 para 63,01% em 2012 com ligeiro crescimento entre os anos de 2004 (64,36%) e 2006 (64,39%) **(tabela 1.3)**. A força de trabalho juvenil masculina apresentou um decréscimo de 78,94% em 1995 para 71,11% em 2012, enquanto a força de trabalho juvenil feminina se ampliou de 52,03% em 1995 para 56,14% em 2005, com alguns decréscimos nos anos seguintes para atingir 54,71% em 2012 **(tabelas 1.4 e 1.5)**.

No caso do Paraguai, vislumbra-se um decréscimo da participação de sua força de trabalho juvenil total de 72,04% em 1995 para 59,93% em 2012; da força de trabalho juvenil feminina de 56,82% em 1995 para 46,01% em 2012 e também da força de trabalho juvenil masculina de 86,84% em 1995 para 73,54% em 2012 **(tabelas 1.3, 1.4 e 1.5)**.

Em relação ao Uruguai, a força de trabalho juvenil total também apresentou uma participação menor ao longo do período, um decréscimo de 63,09%

em 1995 para 55,58% em 2012; a força de trabalho juvenil feminina de 52,53% em 1995 para 46,44% em 2012 e a força de trabalho juvenil masculina de 73,27% em 1995 para 64,26% em 2012 **(tabelas 1.3, 1.4 e 1.5)**.

Somados a esses decréscimos da participação da força de trabalho juvenil, tem-se nos países mercosulistas significativos aumentos da taxa de inatividade dos jovens na faixa etária de 15 a 24 anos **(tabelas 2 a 2.5)**. Esta taxa mede a população em idade de trabalhar que não está inserida no “mercado” de trabalho e nem à procura de emprego ou ocupação.

Na Argentina, a taxa de inatividade juvenil passou de 47,74% em 1995 para 58,70% em 2012, ou seja, quase 60% dos jovens argentinos não estão inseridos no “mercado” de trabalho e nem procuram uma ocupação remunerada. A taxa de inatividade juvenil masculina também se ampliou de 36,86% em 1995 para 49,17% em 2012, enquanto a feminina variou de 58,83% em 1995 para 68,52% em 2012 **(tabelas 2, 2.1 e 2.2)**.

A taxa de inatividade juvenil no Brasil passou de 34,51% em 1995 para 36,99% em 2012, apresentando decréscimos entre os anos de 2004 (35,64%) e 2005 (34,27%). A taxa de inatividade juvenil masculina também se ampliou de 21,06% em 1995 para 28,89% em 2012, enquanto a feminina variou de 47,97% em 1995 para 45,29% em 2012, sendo quase o dobro da taxa de inatividade masculina **(tabelas 2, 2.1 e 2.2)**.

No Paraguai, a taxa de inatividade juvenil passou de 27,97% em 1995 para 40,03% em 2012. A taxa de inatividade juvenil masculina também se ampliou de 13,16% em 1995 para 26,46% em 2012, enquanto a feminina variou de 43,18% em 1995 para 53,99% em 2012, sendo também maior que a masculina **(tabelas 2, 2.1 e 2.2)**.

A taxa de inatividade juvenil no Uruguai sofreu ampliação de 36,92% em 1995 para 44,49% em 2012. A taxa de inatividade juvenil masculina também se ampliou de 26,73% em 1995 para 35,74% em 2012, enquanto a feminina variou de 47,47% em 1995 para 53,56% em 2012, sendo bem mais expressiva em relação à inatividade masculina **(tabelas 2, 2.1 e 2.2)**. Houve, portanto, em todos os casos, ampliação do contingente de jovens que não se encontram inseridos no mercado de trabalho, o que se encontra relacionado, provavelmente, à ampliação das oportunidades escolares.

Ao se analisar a taxa de inatividade de jovens e adultos em conjunto (15 a 64 anos), verifica-se que a Argentina apresentou um decréscimo ao longo do tempo de 35,48% em 1995 para 31,83% em 2012; no mesmo sentido ocorreu no Brasil que passou de 27,45% em 1995 para 25,07 em 2012 e o Uruguai de 27% em 1995 para 23,67% em 2012. Apenas o Paraguai apresentou movimento inverso com o aumento desta taxa de inatividade de 24,36% em 1995, tendo atingido o ápice em 1999 com 29,12%, depois houve queda nos anos seguintes – 28,69% em 2000 para 25,49 em 2009 -, finalizando com 26,79% em 2012 **(tabela 2.3)**.

Em todos os países mercosulistas analisados, verifica-se que a taxa de inatividade feminina (15 a 64 anos) é bastante superior à masculina (15 a 64 anos), chegando a cerca de 40%, podendo evidenciar uma discriminação de gênero na contratação de homens em detrimento das mulheres **(tabelas 2.4 e 2.5)**.

Na Argentina, enquanto a taxa de inatividade masculina (15 a 64 anos) variou de 17,63% em 1995 para 18,33% em 2012, a mesma taxa de inatividade feminina partiu dos elevados 52,92% em 1995 para 45,14% em 2012, sendo também bastante expressiva **(tabelas 2.4 e 2.5)**.

O Brasil possui uma variação semelhante à argentina em relação a homens e mulheres, pois há significativa diferença entre ambas: a taxa de inatividade masculina era de 12,04% em 1995 e passou para 14,63% em 2012, enquanto a feminina sofreu um decréscimo de 42,40% em 1995 para 35,15% em 2012, mas ainda é bem mais expressiva do que a dos homens **(tabelas 2.4 e 2.5)**.

Em relação à taxa de inatividade masculina no Paraguai, tem-se a evolução de 06,89% em 1995 para 12,11% em 2012; enquanto a feminina parte de 42,35% em 1995 para 41,72% em 2012, embora tenha aumentado de 47,16% em 1997 para 48,15% em 1999 **(tabelas 2.4 e 2.5)**.

O Uruguai apresentou crescimento na taxa de inatividade masculina de 12,58% em 1995 para 16,08% em 2005; em seguida, houve ligeiro decréscimo para 13,23% em 2006, seguido de aumentos progressivos nos anos seguintes até 14,29% em 2012 **(tabela 2.4)**. Por sua vez, a taxa de inatividade feminina era de 40,84% em 1995 que diminuiu até 34,93% em 2001; aumentou em 2002 de 35,48% para 36,03% em 2003, sofrendo novo decréscimo a partir de 2004 até atingir 32,81% em 2012 **(tabela 2.5)**.

Complementando o estudo, também foram analisadas nos países mercosulistas as taxas de desemprego de trabalhadores acima de 25 anos e do desemprego juvenil (15 a 24 anos), inclusive separadamente por sexo.

Na Argentina, a taxa de desemprego de trabalhadores acima de 25 anos sofreu redução significativa de 18,80% em 1995 para 7,17% em 2012, inclusive quando se analisa o desemprego masculino que diminuiu de 16,76% em 1995 para 6,38% em 2012; o desemprego feminino também se reduziu de 22,33% em 1995 para 8,36% em 2012 (**tabelas 5, 5.1 e 5.2**). Houve, portanto, uma melhoria inequívoca neste indicador durante o período analisado.

A taxa de desemprego no Brasil aumentou de 6% em 1995 para 9,72% em 2003 e, após algumas oscilações, atingiu 6,93% em 2012, indicando uma maior capacidade de absorção do mercado de trabalho brasileiro na primeira década do século XXI. As taxas de desemprego para homens e mulheres acompanharam esta tendência: no primeiro caso, elevou-se de 5,12% em 1995 para 7,77% em 2005 e depois oscilou, encerrando em 5,22% em 2012; no segundo caso, elevou-se de 7,31% em 1995 para 12,24% em 2005, chegando a 9,13% em 2012, mas se verifica que o desemprego feminino ainda é bastante superior ao masculino (**tabelas 5, 5.1 e 5.2**).

No Paraguai também se verifica um aumento expressivo da taxa de desemprego de 3,42% em 1995 para 10,68% em 2002, seguida de decréscimos, encerrando em 6,28% em 2012. A taxa de desemprego masculina acompanhou esta tendência, variando de 3,13% em 1995 para 8,91% em 2002, diminuindo para 5,23% em 2012. Em relação às mulheres, a taxa de desemprego se iniciou em 3,9% em 1995, atingiu 13,62% em 2002 e 7,82% em 2012, sendo também superior à masculina (**tabelas 5, 5.1 e 5.2**).

Finalmente, a taxa de desemprego no Uruguai apresenta uma oscilação contínua (aumentos/quedas) durante todo o período analisado, variando de 9,97% em 1995 e chegando a 6,05% em 2012. Para os homens, a taxa de desemprego manteve esta tendência, partindo de 7,80% em 1995 para 4,46% em 2012, enquanto a taxa de desemprego feminina se manteve em índices maiores que a masculina, variando de 13,10% em 1995 para 8,04% em 2012 (**tabelas 5, 5.1 e 5.2**).

Entretanto, quando se analisa o desemprego juvenil de pessoas de 15 a 24 anos, a situação se mostra mais preocupante, pois as taxas são expressivamente mais elevadas em relação ao desemprego dos adultos, o que, de certa forma, encontra-se relacionado às taxas de inatividade juvenil analisadas.

Na Argentina, as taxas de desemprego juvenil apresentaram tendência de queda ao longo do tempo de 33,07% em 1995 para 17,49% em 2012; o desemprego juvenil masculino acompanhou esta tendência, variando de 29,80% em 1995 para 15,64% em 2012; por sua vez, a taxa de desemprego juvenil feminina passou de 38,18% em 1995 para 20,55% em 2012, sendo mais alta do que a taxa masculina **(tabelas 5.3, 5.4 e 5.5)**.

As taxas de desemprego juvenil para o Brasil evidenciam tendência de alta, variando de 11,45% em 1995 para 19,35% em 2005 seguindo ligeira diminuição até 15,48% em 2012. A taxa de desemprego juvenil masculina partiu de 9,7% em 1995 para 15,29% em 2005, caindo para 12,31% em 2012. Por sua vez, para as mulheres, a taxa de desemprego juvenil acompanhou esta tendência, partindo de 14,10% em 1995 até 27,90% em 2005 para depois chegar para 19,71% em 2012, porém, são mais elevadas do que as taxas verificadas para os homens **(tabelas 5.3, 5.4 e 5.5)**.

Ao contrário, a taxa de desemprego juvenil paraguaia manteve tendência de alta, partindo de 6% em 1995 para 14,15% em 2004, teve ligeira queda nos anos seguintes para encerrar em 13% em 2012, mais do que duplicando em relação ao início do período. A taxa de desemprego masculina manteve este ciclo, partindo de 7,06% em 1995 até 14,96% em 2002, encerrando em 10,25% em 2012. Já a taxa de desemprego juvenil feminina se mostrou mais elevada do que a masculina, partindo de 7,06% em 1995, atingindo o pico de 24,86% em 2002, encerrando em 17,51% em 2012, caracterizando, portanto, da mesma forma, uma expansão bastante significativa **(tabelas 5.3, 5.4 e 5.5)**.

No Uruguai, a taxa de desemprego juvenil partiu de 21,13% em 1995, tendo oscilações (aumentos/quedas) nos anos seguintes até atingir o pico de 28,06% em 2006, mas diminuiu posteriormente até 16,34% em 2012. A taxa de desemprego juvenil masculina apresentou tendência de alta de 17,66% em 1995 até o pico de 22,87% em 2006, diminuindo paulatinamente nos anos seguintes até atingir 12,99% em 2012. Por sua vez, a taxa de desemprego juvenil feminina se mostrou bem mais elevada do que a masculina, variando de 26,13% em 1995 até o pico de 35,23% em 2006, mas depois decresceu a 21,14% em 2012 **(tabelas 5.3, 5.4 e 5.5)**.

Então, ao serem analisados os indicadores relacionados aos jovens (15 a 24 anos), apreende-se significativo decréscimo da força de trabalho juvenil, inclusive masculina e feminina separadamente, no Brasil, na Argentina, no Paraguai

e no Uruguai (**tabelas 1 a 1.5**). Têm-se, ainda, expressivos aumentos das taxas de inatividade dos jovens de 15 a 24 anos, sendo a inatividade feminina bastante superior à masculina nos países mercosulistas (**tabelas 2 a 2.5**). Além disso, as taxas de desemprego juvenil apresentaram aumentos no período analisado para o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, evidenciando situação preocupante com os trabalhadores jovens, pois as taxas referentes ao desemprego juvenil são mais elevadas do que as dos adultos (**tabelas 5 a 5.5**)³¹⁷.

Outrossim, quando se analisa os três setores econômicos agregados (agricultura, indústria e serviços), verifica-se no Brasil a diminuição do emprego na agricultura de 26,07% em 1995 para 15,28% em 2011, inclusive no caso de empregos de homens de 28,44% em 1995 para 18,42% em 2011 e de mulheres de 22,50% em 1995 para 10,98% em 2011, mantendo-se, portanto, a mesma tendência herdada de décadas anteriores. Em relação à indústria, o Brasil apresentou evolução distinta dos outros Estados mercosulistas, pois houve o aumento do emprego de 19,59% em 1995 para 21,87% em 2011, inclusive nos empregos masculinos e femininos: de 26,41% em 1995 para 29,24% em 2012 e de 9,31% em 1995 para 11,80% em 2012, respectivamente. Estes dados são importantes, uma vez que o setor industrial tende a ser o setor que oferece empregos de melhor qualidade. O setor de serviços foi aquele que teve um aumento mais expressivo do emprego, passando de 54,34% em 1995 para 62,72% em 2012; no caso do emprego masculino, o aumento foi de 45,15% em 1995 para 52,15% em 2012 e o emprego feminino acompanhou esta trajetória variando de 68,19% em 1995 para 77,14% em 2011 (**tabelas 3, 3.4 e 3.8**).

A Argentina, cujas taxas de participação da força de trabalho na agricultura se mostraram excepcionalmente reduzidas, segundo os dados da KILM, também apresentou diminuição do emprego na agricultura de 0,62% em 1995 para 0,61% em 2011, havendo ainda elevação entre os anos de 2001 (0,82%) e 2006

³¹⁷ Segundo relatório da OIT, “para impedir que os jovens se incorporem a um emprego através de um contrato precário, sem garantias sociais nem cobertura de seguridade social, deve-se promover uma legislação que respeite o fundamental da proteção social. Isso impulsionaria trajetórias juvenis de trabalho positivas. Devido à forma que funcionam os sistemas de proteção social na América Latina, é possível encontrar: a) jovens que têm acesso aos benefícios da seguridade social pela via do vínculo trabalhista; b) jovens que têm acesso aos benefícios da seguridade social pela via familiar, como dependentes de titulares contribuintes ou pensionistas e c) jovens em ambas as situações. A proteção social dos jovens derivada do vínculo trabalhista é importante para impulsionar o acesso a um trabalho decente, o que atende a um enfoque contributivo. A inclusão dos jovens na seguridade social é um tema que está relativamente ausente na agenda regional para o desenvolvimento. Coloca o desafio de formular políticas públicas inovadoras para que mais jovens tenham acesso à previdência social. [...]” (OIT. **Trabalho decente e juventude - América Latina**, disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_253.pdf>, acesso em: 09 jul. 2014).

(1,05%). No caso de empregos de homens na agricultura houve semelhante evolução variando de 0,79% em 1995 para 0,84% em 2011, mas com aumentos pouco expressivos entre os anos de 2001 (1,20%) e 2010 (1,89%). O emprego de mulheres apresentou um decréscimo de 0,35% em 1995 para 0,29% em 2011 com ligeiros aumentos entre 2002 (0,48%) e 2004 (0,88%) **(tabelas 3.1, 3.5 e 3.9)**.

Em relação à indústria, houve a diminuição do emprego de 26,97% em 1995 para 23,39% em 2011, inclusive nos empregos masculinos que variaram de 34,49% em 1995 para 33,26% em 2012 e nos empregos femininos que decresceram de 14,79% em 1995 para 9,52% em 2012 **(tabelas 3.1, 3.5 e 3.9)**.

A participação do setor de serviços argentino passou por dois momentos: primeiramente teve aumento do emprego, variando de 71,97% em 1995 para 78,52% em 2002, mas apresentou queda para 76,27% em 2003 até atingir 74,38% em 2011 e 75,35% em 2012. No caso do emprego masculino, houve aumento de 64,38% em 1995 para 65,38% em 2006, seguida de ligeira redução para 64,44% em 2007 até 65,17% em 2012. Já o emprego feminino não acompanhou esta trajetória, pois aumentou de 84,36% em 1995 para 89,67% em 2002, diminuindo em 2003 (87,06%) e 2004 (87,18%) para retomar o crescimento e atingir 89,65% em 2012 **(tabelas 3.1, 3.5 e 3.9)**.

No Paraguai, país do MERCOSUL que apresenta a maior participação relativa do emprego agrícola no total, verifica-se a diminuição do emprego na agricultura de 40,06% em 1995 para 27,20% em 2012, inclusive no caso de empregos de homens que variaram de 42,50% em 1995 para 30,10% em 2012 e, no caso das mulheres, houve diminuição mais drástica de 36,52% em 1995 para 13,63% em 1997, seguido de ligeiro aumento em 1998 (14,11%) até atingir 24,4% em 2004, encerrando com novas quedas até 20,20% em 2011 **(tabelas 3.2, 3.6 e 3.10)**.

Em relação à indústria paraguaia, verifica-se que houve tendência de queda do emprego de 16,69% em 1995 para 16,08% em 2012, evidenciando as percentagens mais baixas em 2002 (15,22%) e 2003 (15,36%). No caso dos empregos masculinos e femininos, a tendência foi de diminuição do emprego: de 22,72% em 1995 para 21,70% em 2012 e de 07,94% em 1995 para 8,10% em 2012, respectivamente **(tabelas 3.2, 3.6 e 3.10)**.

No Paraguai o setor de serviços também teve aumento mais expressivo do emprego, passando de 43,24% em 1995 para 56,67% em 2012; no caso do emprego masculino, o aumento foi de 34,78% em 1995 para 48,20% em 2012 e o

emprego feminino variou de 55,54% em 1995 para 72,26% e caiu para 68,90% em 2012 (**tabelas 3.2, 3.6 e 3.10**).

Por sua vez, no Uruguai ocorreu a diminuição do emprego na agricultura de 4,78% em 1995 para 3,86% em 1999 e depois houve elevação a partir de 2000 (4,06%), atingindo cerca de 11% em 2007 (último ano disponível para análise). No caso de empregos de homens, houve variação em sentido inverso porque aumentou de 7,06% em 1995 para 15,58% em 2007; no caso do emprego feminino na agricultura, verificou-se tendência de aumento de 1,56% em 1995 para 5,16% em 2006 e 4,83% em 2007 (**tabelas 3.3, 3.7 e 3.11**).

Em relação à indústria uruguaia, ocorreu queda do emprego de 26,62% em 1995 para 21,73% em 2007. No caso dos empregos masculinos ocorreu diminuição do emprego de 33,68% em 1995 para 28,47% em 2007 e nos empregos femininos na indústria também houve ligeira queda de 16,68% em 1995 para 12,61% em 2007 (**tabelas 3.3, 3.7 e 3.11**).

No Uruguai o setor de serviços teve, num primeiro momento, aumento do emprego de 68,56% em 1995 para 74,16% em 2003 seguido de decréscimos até atingir 67,25% em 2007; no caso do emprego masculino, o aumento foi de 59,26% em 1995 para 64,43% em 2004, diminuindo nos anos seguintes até 55,95% em 2007 (último ano disponível de dados), enquanto o emprego feminino aumentou de 81,74% em 1995 para 86,49% em 2002, caindo nos anos posteriores até 82,51% em 2007 (**tabelas 3.3, 3.7 e 3.11**).

Foi realizado, ainda, o mapeamento do emprego por setores econômicos com base na Classificação Industrial Internacional Uniforme das Atividades Econômicas (CIIU) de 1968 (**tabelas de 4 a 4.11**), pois não havia dados disponíveis para o Paraguai e o Uruguai para se utilizar a CIIU, Rev. 3 de 1990, prejudicando a análise comparativa.

Essa Classificação Industrial Internacional Uniforme das Atividades Econômicas de 1968, apresenta a distribuição do emprego/trabalho nos países integrantes do MERCOSUL nos seguintes setores: 1) agricultura, caça, pecuária e silvicultura; 2) exploração de minas e pedreiras; 3) indústrias manufatureiras; 4) eletricidade, gás e água; 5) construção; 6) comércio em geral, restaurantes e hotéis; 7) transportes, armazenamento e comunicações; 8) estabelecimentos financeiros, seguros, bens imóveis e serviços prestados a empresas e 9) serviços comunitários, sociais e pessoais.

No Brasil a CIIU de 1968 aponta que os empregos para ambos os sexos no setor 1 apresentaram decréscimo de 26,07% em 1995 para 15,28% em 2011; tendência que acompanhou o emprego masculino que variou de 28,44% em 1995 para 18,42% em 2011, embora seja superior ao emprego feminino que em 1995 era de 22,50% e caiu para 10,98% em 2011. Os empregos no setor 2 também apontam queda de 1,24% em 1995 para 0,41% em 2011, inclusive para homens e mulheres, variando de 1,72% em 1995 para 0,63% em 2011 e de 0,52% em 1995 para 0,11% em 2011, respectivamente. O setor 3 iniciou com decréscimo dos empregos de 12,28% em 1995 para 11,55% em 1999, mas retomou o crescimento nos anos seguintes chegando a 14,36% em 2009 e ligeira queda em 2011 para 12,67%. O emprego masculino no setor 3 teve ampliação de 14,80% em 1995, passando por 15,90% em 2007, finalizando com 13,90% em 2011. O emprego feminino apresentou tendência de crescimento de 8,41% em 1995 para 12,65% em 2009, com ligeira queda para 11,03% em 2011. Por sua vez, o setor 5 da construção civil aponta tendência de ampliação dos empregos para ambos os sexos de 6,07% em 1995 para 8,42% em 2011; para o emprego masculino, o aumento foi de 9,85% em 1995 para 14,20% em 2011 e para o feminino de 0,37% para 0,52% em 2011 **(tabelas 4, 4.4 e 4.8)**.

O setor 6 brasileiro reflete a categoria de serviços e teve significativo aumento dos empregos de 13,09% em 1995 para 22,70% em 2011; variando o emprego masculino de 13,26% em 1995 para 21,89% em 2011 e o emprego feminino de 12,84% em 1995 para 23,80% em 2011. Os setores 7 e 8 tiveram ampliação nos empregos de 3,65% e 1,92% em 1995, respectivamente, para 5,52% e 3,02% em 2011, respectivamente; tendência também verificada nos empregos masculinos e femininos. Apenas o setor 9, referente aos serviços comunitários, sociais e pessoais apresentou decréscimo de 35,68% em 1995 para 29,25% em 2005, tendo novo crescimento até 31,48% em 2011. Neste setor o emprego feminino é bem mais significativo do que o masculino: enquanto aquele variou de 52,92% em 1995 a 48,87% em 2011, chegando em 56,68% em 2000; já este último decresceu de 24,24% em 1995 para 18,74% em 2011 **(tabelas 4, 4.4 e 4.8)**.

Na Argentina, a CIIU de 1968 evidencia que os empregos no setor 1 apresentaram tendência cíclica, queda seguida de retomada no crescimento, variando de 0,43% em 1995 para 1,20% em 2011. Porém, nesta área o emprego masculino apresentou mais tendência de aumento variando de 0,58% em 1995 para 1,80% em 2011, enquanto o emprego feminino teve crescimento singelo de 0,19% em 1995 para

0,33% em 2011. O setor 2 também se mostra pouco expressivo em relação ao emprego total, variando de 0,31% em 2000 para 0,66% em 2011. O emprego masculino evoluiu de 0,31% em 2000 para 0,66% em 2011 e o feminino variou de 0,01% em 2000 para 0,16% em 2011. O setor 3 das indústrias manufatureiras evidencia as crises que a economia argentina sofreu nesse período, pois registra a queda dos empregos de 20,28% em 1995 para 13,68% em 2011; os empregos masculinos acompanharam esta tendência variando de 23,52% em 1995 para 16,90% em 2011 e os empregos femininos reduziram de 15,02% em 1995 para 9,10% em 2011 **(tabelas 4.1, 4.5 e 4.9)**.

O setor 5 argentino da construção civil registou tendência de alta nos empregos de 6,41% em 1995 para 9,02% em 2011, inclusive nos empregos masculinos que variaram de 10,09% em 1995 para 14,96% em 2011 e os empregos femininos, embora menos expressivos do que os masculinos, também aumentaram de 0,43% em 1995 para 0,57% em 2011. O setor 6 também registrou alta nos empregos de 19,45% em 1995 para 23,90% em 2009, o que se refletiu nos empregos masculinos que variaram de 19,59% em 1995 para 23,51% em 2011 e nos empregos femininos de 19,22% em 1995 para 22,22% em 2011. Os setores 7, 8 e 9 na Argentina registraram tendência de aumento dos empregos, embora em níveis mais modestos do que os apresentados pelo setor 6. A participação dos empregos no setor 7 variou de 2,47% em 1995 para 2,71% em 2000 e depois 2,14% em 2011; o setor 8 partiu de 11,58% em 1995 para 9,97% em 2011 e o setor 9 de 50,37% em 1995 para 54,51% em 2011. Os empregos masculinos e femininos nestes setores também acompanharam esta tendência **(tabelas 4.1, 4.5 e 4.9)**.

No Paraguai, a CIIU de 1968 mostra que os empregos no setor 1 apresentaram tendência de queda de 40,06% em 1995 para 26,42% em 2011, inclusive para os empregos masculinos de 42,50% em 1995 para 30,60% em 2011 e os femininos variaram de 36,52% em 1995 para 20,18% em 2012, embora neste setor predomine a mão de obra masculina. O emprego no setor 2 tem uma participação pequena no total dos empregos e apresentou queda de 0,16% em 1995 para 0,09% em 2004, chegando a 0,13% em 2010. Os empregos masculinos variaram de 0,27% em 1995 para 0,21% em 2010, enquanto os empregos femininos registraram decréscimo de 0,04% em 2002 para 0,02% em 2009. No setor 3 das indústrias manufatureiras também há o registro de decréscimo dos empregos de 11,09% em 9,48% em 2005, chegando a 10,51% em 2011. Neste mesmo sentido, foi a evolução dos empregos

masculinos variando de 13,33% em 1995 para 10% em 2005 e depois houve um ligeiro aumento para 12,03% em 2011. Porém, os empregos femininos neste setor registraram certa tendência de alta, partindo de 7,83% em 1995 para 11,09% em 1999, depois queda para 8,65% em 2005, chegando a 8,24% em 2011 (**tabelas 4.2, 4.6 e 4.10**).

O setor 5 paraguaio da construção apresentou nos primeiros anos da série a tendência de queda na participação dos empregos de 5,02% em 1995 para 4,70% em 2001 e após se elevou a 7,21% em 2010. Os empregos masculinos neste setor são muito superiores aos femininos, apresentando aumento de 8,48% em 1995 para 11,47% em 2010; enquanto os femininos se mantiveram baixos de 0,19% em 1997 para 0,05% em 2008, chegando a 0,28% em 2011. O setor 6 apresentou aumento dos empregos em geral de 20,75% em 1995 para 25,34% em 2012, inclusive nos empregos masculinos que passaram de 16,15% em 1995 para 23% em 2011, enquanto os empregos femininos variaram de 27,43% em 1995 para 28,83% em 2011, sendo mais expressivos do que os dos homens. Finalmente, os empregos totais nos setores 7, 8 e 9 apresentaram crescimento, variando, respectivamente, de: 2,84% em 1995 para 4,17% em 2011; de 2,49% em 1995 para 4,54% em 2011 e de 17,16% em 1995 para 21,84% em 2011. Os empregos masculinos e femininos nestes setores também acompanharam esta tendência (**tabelas 4.2, 4.6 e 4.10**).

No Uruguai a CIIU de 1968 aponta que os empregos para ambos os sexos no setor 1 da agricultura, pecuária, caça e silvicultura apresentaram queda na participação de 4,78% em 1995 para 0,14% em 2009 (último ano disponível para a série), inclusive, nos empregos masculinos que variaram de 7,06% em 1995 para 0,23% em 2009 e nos femininos que partiram de 1,56% em 1995 para 0,02% em 2009. Por sua vez, o setor 2 apresentou ampliação nos empregos de 0,15% em 1995 para 14,22% em 2009, variando, no mesmo sentido, os empregos masculinos de 0,23% em 1995 para 16,24% em 2009 e os femininos de 0,04% em 1995 para 11,69% em 2009. Já os empregos no setor 3 das indústrias manufatureiras apresentaram expressiva diminuição, variando de 17,97% em 1995 para 1,10% em 2009, inclusive, houve queda nos empregos masculinos de 19,58% em 1995 para 1,44% em 2009 e também nos empregos femininos de 15,68% em 1995 para 0,67% em 2009 (**tabelas 4.3, 4.7 e 4.11**).

O setor 5 uruguaio da construção apresentou significativa elevação nos empregos para ambos os sexos de 7,19% em 1995 para 22,98% em 2009, sendo

tal tendência acompanhada pelos empregos masculinos que variaram de 11,99% em 1995 para 24,01% em 2009, enquanto os femininos evoluíram mais significativamente de 0,38% em 1995 para 21,68% em 2009. O setor 6 de serviços, ao contrário, apresentou expressiva tendência de queda na participação dos empregos de 19,61% em 1995 para 5,58% em 2009, inclusive nos empregos femininos que variaram de 20,29% em 1995 para 2,49% em 2009 e os masculinos que decresceram de 19,13% em 1995 para 8,04% em 2009 (**tabelas 4.3, 4.7 e 4.11**).

No Uruguai, o setor 8 de estabelecimento financeiros, seguros, bem imóveis e serviços prestados a empresas teve expressiva ampliação no total dos empregos de 6,19% em 1995 para 35,39% em 2009. Tal tendência foi verificada nos empregos masculinos que evoluíram de 6,19% em 1995 para 20,97% em 2009 e nos empregos femininos que variaram em níveis superiores aos masculinos de 6,19% em 1995 para 53,48% em 2009. Contrariamente, o setor 9 sofreu brusca diminuição nos empregos de 37,01% em 1995 para 0,21% em 1995; nos empregos masculinos a queda foi de 25,62% em 1995 para 0,21% em 2009 e nos empregos femininos de 53,17% em 1995 para os módicos 0,21% em 2009 (**tabelas 4.3, 4.7 e 4.11**).

Ademais, outro indicador bastante significativo na análise do “mercado” de trabalho nos países mercosulistas correlaciona a força de trabalho e o nível educacional dos trabalhadores, pois, em princípio, pressupõe-se que quanto maior for o nível educacional, melhor será a inserção profissional desses trabalhadores, reduzindo-se a possibilidade de precarização dessa parcela da força de trabalho.

Os critérios dos níveis educacionais estão baseados na Classificação Internacional Normatizada da Educação (CINE-97), estando divididos em: menos de um ano de educação, ensino pré-escolar, ensino primário, ensino secundário e ensino superior. Porém, os dados tabulados tratam de modo agregado de homens e mulheres, jovens e adultos, pois não havia informações disponíveis para analisá-los separadamente.

Além disso, será analisado, ainda, o desemprego por nível de educação baseado na Classificação Internacional Normatizada da Educação (CINE-97), estando os dados também agregados para homens e mulheres, jovens e adultos em razão da ausência de informações em separado.

No Brasil, em termos gerais, verifica-se o aumento da escolaridade da força de trabalho em todos os níveis analisados, com exceção do ensino pré-escolar

que sofreu decréscimo. A maioria da força de trabalho se concentra nos ensinos primário e secundário: o primeiro variou de 15% em 1995 para 37% em 2011 e o segundo de 15,42% em 1995 para 36,44% em 2011. Houve também aumento dos trabalhadores com ensino superior de 6,74% em 1995 para 17,21% em 2011, mas não apresentou percentual de crescimento tão expressivo quanto o ensino secundário no país que inclui o ensino técnico ou profissionalizante **(tabela 6)**.

Em contrapartida, vislumbra-se no Brasil que houve, em termos gerais, um aumento na participação do desemprego segundo o nível de educação, os trabalhadores que possuem o ensino superior, aumentaram sua participação no total do desemprego de 2,61% em 1995 para 11,99% em 2011. Também se ampliou a porcentagem de desempregados para os trabalhadores que possuem o ensino secundário, variando de 23,28% em 1995 para 47,22% em 2011, sendo bastante significativa esta ampliação. Entretanto, verificou-se um decréscimo na participação do desemprego de trabalhadores que possuem apenas o ensino pré-escolar de 10,17% em 1995 para 6,23% em 2011 e daqueles que possuem o ensino primário de 56,89% em 1995 para 34,14% em 2011 **(tabela 7)**.

No caso argentino, houve um aumento da força de trabalho que possui o ensino pré-escolar de 0,22% em 2002 para 4,28% em 2012; no ensino primário houve decréscimo de 40,91% em 2002 para 35,05% em 2012; no ensino secundário se ampliou a educação entre os trabalhadores de 31,72% em 2002 para 39,70% em 2012 e, finalmente, houve elevação do percentual de trabalhadores possuidores de ensino superior de 26,23% em 2002 para 34,68% em 2011 com ligeira queda em 2012 para 20,56% **(tabela 6.1)**.

Por seu turno, na Argentina o desemprego por nível de educação apresentou peculiar evolução, pois diminuiu a participação das pessoas com nível pré-escolar e primário de 11,22% em 1995 para 4,54% em 2012 e de 55,95% em 1995 para 21,27% em 2011 com elevação para 39,74% em 2012, respectivamente. A participação no desemprego para os trabalhadores possuidores de ensino secundário e superior apresentou significativo aumento: de 28,05% em 1995 para 51,06% em 2011 e de 4,78% em 27,49% em 2011, respectivamente **(tabela 7.1)**.

No caso paraguaio, tem-se o aumento da escolaridade dos trabalhadores, principalmente nos ensinos secundário e superior que variaram de 25,27% em 1995 para 28,81% em 2011 e de 7% em 1995 para 16,52% em 2011, respectivamente. No ensino pré-escolar houve pequenas variações cíclicas partindo

de 0,04% em 1995 até 2,60% em 2008 e de 2,06% em 2011; já no ensino primário houve queda na escolarização de 63,54% em 1995 para 52,58% em 2011, porém, nesta faixa de escolaridade é que se concentram parte significativa dos trabalhadores paraguaios (**tabela 6.2**).

Em relação à participação no desemprego por nível de educação, o Paraguai apresenta diminuição em todos os níveis de escolaridade, à exceção do conjunto de trabalhadores com nível superior: no ensino pré-escolar de 4,36% em 2007 para 1,37% em 2011; no ensino primário de 55,19% em 2007 para 19,10% em 2011; no ensino secundário de 33,59% em 2007 para 25,56% em 2011 e no ensino superior de 6,87% em 2007 para 19,19% em 2011. Porém, a participação dos trabalhadores que possuem apenas o ensino primário é bastante elevada em comparação com os outros níveis de escolaridade (**tabela 7.2**).

No Uruguai ocorreu a diminuição na força de trabalho que possui apenas o ensino primário e pré-escolar de 6,97% em 2003 para 0,003% em 2011 e de 50,88% em 2003 para 26,33% em 2011, respectivamente. Por sua vez, houve significativo aumento dos trabalhadores possuidores de ensino secundário de 30,43% em 2002 para 56,86% em 2011 e também daqueles que possuem o ensino superior de 18,07% em 2002 para 19,67% em 2011, embora ainda haja maior concentração da força de trabalho no ensino secundário (**tabela 6.3**).

Em relação ao desemprego por nível educacional no Uruguai, vislumbra-se que ocorreu diminuição na participação no desemprego entre os trabalhadores possuidores do ensino primário de 24,38% em 2008 para 19,65% em 2011, mas houve aumento do percentual de desempregados entre a força de trabalho mais escolarizada de 58,66% em 2008 para 64,74% em 2011 no ensino secundário (taxas mais expressivas dentre os níveis de escolaridade analisados) e de 11,65% em 2008 para 15,35% em 2011 no ensino superior (**tabela 7.3**), contrariando a hipótese inicialmente estabelecida.

Logo, os dados relativos à educação e sua correlação com a força de trabalho e o desemprego contrariaram o pressuposto de que quanto maior fosse o nível educacional, maior seria a inserção profissional do trabalhador. Em todos os países mercosulistas foi constatado o aumento da escolaridade da força de trabalho, principalmente no ensino secundário, que também inclui a chamada educação profissionalizante, e no ensino superior (**tabelas 6 a 6.3**).

Porém, em relação ao desemprego por nível educacional, as taxas evidenciaram o aumento proporcionalmente maior para os trabalhadores com maior nível de escolaridade. No Brasil, na Argentina e no Uruguai, houve aumento na participação do desemprego para os trabalhadores com ensino secundário e superior, somente o Paraguai apresentou tendência diversa com o decréscimo da participação das taxas de desemprego para os trabalhadores com ensino secundário e superior (**tabelas 7 a 7.3**).

Esta tendência reflete mudanças no “mercado” de trabalho no contexto da reestruturação capitalista, conforme apontado por Márcio Pochmann³¹⁸, pois há redução do emprego direto e maior subcontratação de trabalhadores, crescem os requisitos de qualificação na contratação, mas há redução do emprego estável, maior desemprego e subemprego, havendo proliferação de ocupações não enquadradas na concepção de trabalho assalariado e de empregado, consoante também preleciona Paul Singer³¹⁹:

O capitalismo está atualmente passando por uma ampla transformação nas relações de produção, desencadeada pela desindustrialização e pelo desassalariamento. O aumento brutal do desemprego é a primeira consequência. Mas todos compreendem ou ao menos intuem que este desemprego não é conjuntural, temporário, transitório. A grande empresa capitalista, mergulhada em mercados globalizados, defende-se pela reestruturação. Dela resulta que apenas uma minoria de trabalhadores, que ocupa os lugares mais elevados da hierarquia ou que detém qualificações raras, continuará usufruindo plenamente da condição de empregado. A maioria se divide em duas partes: uma terá um novo relacionamento com a empresa, como fornecedor eventual ou subcontratado ou ainda como trabalhador temporário; a outra será descartada.

Ademais, foi necessária a análise da situação do trabalho – dividida em empregados assalariados, trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares - para homens e mulheres em conjunto e separadamente, no intuito de apreender as mutações no “mercado” de trabalho nos países mercosulistas.

O Brasil apresentou uma ampliação dos empregados assalariados de 60,07% em 1995 para 66,58% em 2000 com decréscimo nos anos seguintes – possivelmente em razão das crises econômicas internacionais – até 62,75% em 2005,

³¹⁸ POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século, São Paulo: Contexto, 1999, p. 36.

³¹⁹ SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas, 7, ed., São Paulo: Contexto, 2006, p. 138.

retomando o crescimento até 66,39% em 2009. Em relação aos trabalhadores por conta própria, tem-se decréscimos progressivos de 28,08% em 1995 para 20,48% em 2009. Os trabalhadores familiares apresentam progressiva queda de 7,71% em 1995 para 4,64% em 2009 **(tabela 8)**.

Quando se analisa a situação brasileira do trabalho para os homens, verifica-se que os empregados assalariados tiveram aumento de 59,98% em 1995 para 62,37% em 2000, seguida de ligeira diminuição nos anos de 2001 a 2004, retomando o aumento até atingir 64,32% em 2009. Dentre os trabalhadores por conta própria, registra-se queda de 29,24% em 1995 para 23,74% em 2009 e os trabalhadores familiares também registraram decréscimo de 5,23% em 1995 para 3,37% em 2009 **(tabela 8.4)**.

Em relação às mulheres brasileiras, houve aumento das empregadas assalariadas de 60,21% em 1996 para 73,52% em 2000, seguido de queda para 64,93% em 2001, retomando os aumentos nos anos seguintes até 69,18% em 2009. Em relação às trabalhadoras por conta própria, tem-se decréscimos progressivos de 26,36% em 1996 para 16,08% em 2009, sendo mais significativos do que as taxas apresentadas para os homens. Já as trabalhadoras familiares apresentaram crescimento de 4,91% em 1996, chegando a 15,05% em 2002, havendo diminuição nos anos seguintes até atingir 9,98% em 2010 **(tabela 8.8)**.

Na Argentina, foram registrados aumentos progressivos dos empregados assalariados de 70,64% em 1995 para 77% em 2012, enquanto os trabalhadores por conta própria registraram decréscimo de 22,73% em 1995 para 18,48% em 2012 e os trabalhadores familiares também decaíram de 7,71% em 1995 para 4,64% em 2009 **(tabela 8.1)**.

Em relação à situação do trabalho masculino argentino, verifica-se ampliação dos empregados assalariados de 68,01% em 1995 para 73,99% em 2012. Já os trabalhadores por conta própria decresceram sua participação de 24,02% em 1995 para 20,75% em 2012, havendo um pico de 27,07% em 2002 e os trabalhadores familiares representam parcela bastante reduzida, registrando queda de 0,98% em 1995 para 0,34% em 2012 **(tabela 8.5)**.

Por sua vez, em relação às mulheres argentinas, vislumbra-se elevação da participação das trabalhadoras assalariadas de 74,94% em 1995 para 81,22% em 2012; enquanto as trabalhadoras por conta própria registraram

diminuição de 20,63% em 1995 para 15,28% em 2012 e tem-se a redução das trabalhadoras familiares de 2,11% em 1995 para 0,85% em 2012 **(tabela 8.9)**.

No Paraguai, ocorreu queda nos empregados assalariados de 58,08% em 1966 até 48,13% em 2007 com tendência de aumento nos anos seguintes até 51,58% em 2010. Os trabalhadores por conta própria também apresentaram elevação de suas taxas de participação de 30,1% em 1996 para 39,77% em 2004, mas posteriormente sofreram decréscimos até atingir 33,27% em 2010. Finalmente, os trabalhadores familiares apresentaram relativo crescimento de 4,91% em 1996 até 15,05% em 2002, caindo em seguida a 9,98% em 2010 **(tabela 8.2)**.

Quando se analisa o trabalho dos homens paraguaios, apreende-se a redução da porcentagem dos empregados assalariados de 60,44% em 1996 para 41,76% em 2002, retomando o crescimento nos anos seguintes até 52,28% em 2010. Por sua vez, os trabalhadores por conta própria apresentaram crescimento de na participação total de 27,11% em 1996 para 30,70% em 2010 e os trabalhadores familiares também registraram aumento de 3,27% em 1996 para 16,82% em 2002, havendo queda nos anos seguintes até 10,54% em 2010 **(tabela 8.6)**.

Em relação à situação do trabalho das mulheres paraguaias, tem-se uma diminuição da participação das empregadas assalariadas de 54,81% em 1996 para 42,87% em 2004, com aumentos nos anos seguintes até 50,44% em 2010. Já as trabalhadoras por conta própria aumentaram de 34,48% em 1996 para 43,69% em 2004 com ligeiro decréscimo nos anos seguintes até 37,46% em 2010 e a porcentagem das trabalhadoras familiares também se expandiu de 7,17% em 1996 para 9,07% em 2010 **(tabela 8.10)**.

Por fim, no Uruguai houve variação cíclica dos empregados assalariados (aumentos/quedas) que perderam participação, passando de 72,79% em 1996 para 68,02% em 2002, e, posteriormente houve ampliação nos anos de 2003 a 2005, chegando a 69,88% em 2007 e em 73,07% em 2010. Os trabalhadores por conta própria registraram aumento de 20,98% em 1998 para 26,39% em 2002, havendo diminuição nos anos seguintes até 21,15% em 2010. Já os trabalhadores familiares registraram decréscimos na sua participação de 1,51% em 1998 para 1,09% em 2010 **(tabela 8.3)**.

Em relação à situação do trabalho dos homens uruguaios, tem-se ampliação da presença relativa dos empregados assalariados de 69,67% em 1998 para 70,79% em 2010, enquanto os trabalhadores por conta própria apresentaram

decréscimo de 23,43% em 1998 para 22,51% em 2010, com picos de 28,57% e 28,96% nos anos de 2002 e 2003, respectivamente. Os trabalhadores familiares também diminuíram de 0,75% em 1998 para 0,63% em 2010 **(tabela 8.7)**.

Quando se analisa o trabalho das mulheres uruguaias, tem-se a diminuição da participação das empregadas assalariadas de 77,01% em 1998 para 75,73% em 2010, inclusive com taxas de 69,42% em 2008 e 69,88% em 2009. A participação das trabalhadoras por conta própria apresentou variação cíclica com tendência de aumento, variando de 17,68% em 1998 para 19,57% em 2010 e as trabalhadoras familiares sofreram redução de 2,57% em 1998 para 1,63% em 2010, inclusive atingiram 0,77% em 2008 e 0,79% em 2009 **(tabela 8.11)**.

A ampliação do número de trabalhadores assalariados nos países mercosulistas, com exceção do Paraguai **(tabelas 8 a 8.9)**, deve ser analisada com ressalvas e em conjunto com os outros indicadores, pois ocorreu significativa extensão das jornadas de trabalho nas últimas décadas, sobretudo daquelas acima de cinquenta horas **(tabelas 9 a 9.3)**, evidenciando a precarização do trabalho.

No Brasil, Argentina e Uruguai houve aumento das empregadas assalariadas em taxas superiores aos empregados assalariados – com exceção do Paraguai que registrou decréscimo – evidenciando a substituição da mão de obra masculina por feminina, normalmente com contratos de trabalho mais curtos ou a tempo parcial, salários mais baixos e redução de direitos **(tabelas 8 a 8.9)**.

Em relação aos trabalhadores por conta própria, o Uruguai e o Paraguai registraram aumento, inclusive para homens e mulheres separadamente, evidenciando a inserção de outras formas de trabalho na economia destes países em detrimento do trabalho assalariado. Por sua vez, o Brasil e a Argentina apresentaram decréscimos nos trabalhadores por conta própria, seja em relação ao conjunto de homens e mulheres, seja os considerando em separado, possivelmente em razão de incertezas na economia ou falta de incentivos governamentais, mas não há uma justificativa específica para essa tendência **(tabelas 8 a 8.9)**.

Nos países mercosulistas a análise de dados acerca das jornadas de trabalho semanais representa também informação primordial, pois se relaciona ao meio ambiente do trabalho e à saúde do trabalhador, constituindo-se num indicador importante do nível de precarização do “mercado” de trabalho.

No Brasil, há concentração das jornadas de trabalho entre quarenta e quarenta e oito horas semanais, inclusive com elevação de 51,5% de 2001 a 59,87%

em 2011. As jornadas de quarenta e nove a cinquenta e nove horas diminuíram de 10,08% em 2001 para 7,39% em 2011. As jornadas de trabalho de 50 horas ou mais são elevadas, embora tenham decrescido de 21,27% em 2001 para 13,73% em 2001. Finalmente, as jornadas de 60 horas ou mais variaram de 11,20% em 2001 para 6,34% em 2011 (**tabela 9**).

Na Argentina, a análise das jornadas acima de 49 horas semanais fica prejudicada em razão da ausência de dados no período analisado, mas entre 40 e 48 horas semanais se verifica um aumento de 29,26% de 2004 a 36,94% em 2012. As jornadas de 49 a 59 horas atingiram 11,91% em 2004 e 10,75% em 2012. As jornadas de trabalho de 50 horas ou mais são altas, apesar de terem decrescido de 29,3% em 2004 para 24,81% em 2010. Finalmente, as jornadas de 60 horas ou mais aponta a taxa alarmante de 59,53% em 2004 e depois a queda para 12,72% em 2012 (**tabela 9.1**).

No Paraguai, não há dados disponíveis para as jornadas de 49 a 59 horas e nem para as jornadas de 60 horas ou mais semanais, ficando prejudicada a análise nestes pontos, mas entre 40 e 48 horas semanais se verifica aumento de 24,6% de 2001 para 27,79% em 2010 e queda para 26,1% em 2011. As jornadas de trabalho de 50 horas ou mais registraram significativo aumento de 33,11% em 2001 para 41,38% em 2011, indicando a precarização do trabalho ao sujeitar o trabalhador a longos períodos de labor (**tabela 9.2**).

No Uruguai, a análise das jornadas de 49 a 59 horas e de 60 horas semanais ou mais também fica prejudicada em razão da ausência de dados, mas se verifica a concentração do labor entre 40 e 48 horas semanais, variando de 41,4% de 2000 para 42,4% em 2010. As jornadas de trabalho de 50 horas ou mais também são significativas apesar de sua participação no total ter decrescido de 26,6% em 2001 para 23,45% em 2010 (**tabela 9.3**).

Então, em termos gerais, houve uma ampliação das jornadas de trabalho³²⁰ nos países mercosulistas com concentração maior entre quarenta e

³²⁰ De acordo com Paul Singer, “a luta clássica contra o desemprego, através da redução da jornada de trabalho, é extraordinariamente difícil, embora não deva nem possa ser abandonada. É que, durante o processo de reestruturação [empresarial], a redução da jornada encarece o emprego assalariado, induzindo muitas empresas a optar por formas mais baratas e mais *precárias* de adquirir força de trabalho. Se isso ocorrer, o efeito da redução da jornada poderá ser perverso pois reduzirá o emprego assalariado formal em lugar de expandi-lo. O movimento operário necessita encontrar outras estratégias de luta contra o desemprego e a exclusão social, inclusive para restabelecer no mercado formal de trabalho um equilíbrio menos desfavorável entre oferta e demanda” (SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas, 7. ed., São Paulo: Contexto, 2006, p. 138).

quarenta e oito horas semanais, mas há dados também expressivos para aquelas jornadas acima de cinquenta horas. Esta situação indica maior precariedade do trabalho, pois há tendência de ampliação das horas trabalhadas, reduzindo os descansos semanais remunerados e os intervalos intra e inter jornadas que são primordiais para a garantia da saúde e da integridade física e psicológica dos trabalhadores.

Quando se analisa o emprego por classe econômica³²¹, verifica-se no Brasil a diminuição da classe extremamente pobre de 6,33% em 1995 para 3,31% em 2009, da classe moderadamente pobre de 6,49% em 1995 para 3,09% em 2009 e da classe quase pobre de 17,25% em 1995 para 12,62% em 2009. O percentual de empregos próximos à classe média aumentou de 44,31% em 1995 para 49,20% em 2009, sendo o percentual mais significativo dos trabalhadores. Também se verificou aumento da proporção de empregos da classe média e acima de 25,62% em 1995 para 31,79% em 2009 (**tabela 10**).

No caso da Argentina, houve redução da classe extremamente pobre de 2,51% em 1995 para 0,60% em 2010, da classe moderadamente pobre de 2,37% em 1995 para 0,71% em 2010 e a classe quase pobre também se reduziu de 12,86% em 1995 para 4,22% em 2010. Os empregos próximos à classe média apresentaram queda de 53,55% em 1995 para 33,48% em 2010, sendo o percentual mais expressivo dos trabalhadores. Houve aumento dos empregos da classe média e acima de 28,70% em 1995 para 60,99% em 2010 (**tabela 10.1**).

Quando se analisa o emprego por classe econômica no Paraguai, apreende-se a diminuição da participação relativa da classe extremamente pobre de 0,51% em 1995 para 0,22% em 2010. Já a classe moderadamente pobre apresentou oscilações no período, reduzindo-se sua proporção de 10% em 1995 para 8,85% em 1999, elevando-se a 13,56% em 2002 com quedas nos anos seguintes até atingir 6,45% em 2010. A classe quase pobre apresentou redução de 21,56% em 1995 para 19,78% em 1997, seguido de aumento para 28,14% em 2004 e novos decréscimos nos anos seguintes até 20,44% em 2010. Os empregos próximos à classe média também aumentaram de 42,08% em 1995 para 49,85% em 2010, sendo o percentual mais

³²¹ Classe A – extremamente pobre (inferior a US\$ 1,25 *ppp*); Classe B – moderadamente pobre (de US\$ 1,25 a US\$ 2,00, *ppp*); Classe C – quase pobre (de US\$ 2,00 a US\$ 4,00, *ppp*); Classe D – próximo à classe média (de US\$ 4,00 a US\$ 13,00, *ppp*) e Classe E – classe média e acima (igual ou superior a US\$ 13,00, *ppp*).

expressivo dos trabalhadores. Por fim, houve tendência de aumento dos empregos da classe média e acima de 15,96% em 1995 para 16,92% em 2010 (**tabela 10.2**).

No Uruguai, ao se analisar o emprego por classe econômica entre os anos de 2006 e 2010 (não houve informações disponíveis para todo o período estudado), vislumbra-se diminuição da classe extremamente pobre de 0,48% em 2006 para 0,13% em 2010 e da classe moderadamente pobre de 2% em 2006 para 0,69% em 2010. A classe quase pobre também apresentou redução de 15,49% em 2006 para 8,65% em 2010. Por sua vez, os empregos próximos à classe média se reduziram de 51,84% em 2006 para 49,11% em 2010 e os empregos da classe média e acima foram os únicos que apresentaram elevação na sua participação relativa de 30,19% em 2006 para 41,43% em 2010 (**tabela 10.3**).

Em termos gerais, pode-se dizer que houve uma efetiva melhoria nos níveis salariais, sendo que os empregos por classe econômica se concentraram próximo à classe média, recebendo de quatro a treze dólares por pessoa ao dia. Em face dos dados disponíveis para o “mercado” de trabalho nos países mercosulistas, não se pode afirmar que a diminuição ocorrida no emprego das classes extremamente pobre e moderadamente pobre³²² seja oriunda apenas da melhoria dos empregos, dos salários e/ou remunerações e das condições de trabalho em geral.

Esta redução da pobreza pode estar associada também à implementação de programas assistenciais e de transferência de renda direcionados às crianças ou às famílias de baixa renda como é o caso, por exemplo, da “Bolsa Família” no Brasil, da “*Asignación Universal por Hijo para Protección Social*” (AUH) da Argentina e de “*Tekoporâ y Abrazo*” do Paraguai.

No **Gráfico 1 - Custo e Cobertura dos Programas de Transferência Condicional de Renda na América Latina**³²³ - fica evidente nos países latino-americanos, inclusive no Brasil, na Argentina e no Paraguai, os expressivos valores transferidos às classes mais pobres por intermédio desses programas de transferência de renda no intuito de promover a melhoria das condições de vida em termos mais amplos e não relacionadas especificamente às condições de trabalho com maiores benefícios, garantias e direitos aos trabalhadores.

³²² Elas recebem, respectivamente, menos de um dólar e vinte e cinco centavos por pessoa ao dia e de um dólar e vinte e cinco centavos a dois dólares por pessoa ao dia.

³²³ O gráfico foi reproduzido do Relatório “*World of Work Report 2014: Developing with Jobs*” da Organização Internacional do Trabalho (OIT. **World of work report 2014: developing with jobs**, disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_243961.pdf>, acesso em: 08 jul. 2014).

Figure 7.7 Cost and coverage of the main conditional cash transfer programmes in Latin America

¹ The CSG, introduced in 1998, is the largest and fastest growing social assistance programme in post-apartheid South Africa (DSD, SASSA and UNICEF, 2012). In 2012, taking all social assistance programmes together (old age, child and disability grants), the number of beneficiaries reached close to 30 per cent of South Africa's population – one of the highest figures among emerging and developing countries (SASSA, 2014; ISSA, 2013). ² The AUH incorporated beneficiaries of Plan Jefas y Jefes de Hogar Desocupados (PJJD) and the Family Plan, extending the benefits to protect children aged under 18 of the unemployed and informal economy workers, domestic workers and vulnerable workers earning less than the minimum wage. ³ Between 2010 and 2011, in addition to the 4.3 million children already covered by the other schemes (contributory family allowance and income tax rebate), the AUH reached 3.6 million children (ANSES, 2011; ILO, 2012a; Bertranou and Maurizio, 2012a). ⁴ The municipalities provide social services and play an important role in identifying potential beneficiaries. The programme also provides financial incentives for municipalities to keep their databases up to date. ⁵ Despite the progress in the implementation of social protection programmes in recent years, according to the 2010 Demographic Census there are still 16 million people living in extreme poverty.

Em face do aumento do desemprego e da taxa de inatividade adulta e juvenil, em especial das mulheres, da elevação da participação relativa no desemprego dos trabalhadores com ensino secundário e superior, além do significativo decréscimo da força de trabalho juvenil, bem como as excessivas jornadas de trabalho, pode-se afirmar que nos países mercosulistas analisados houve o distanciamento fático no “mercado” de trabalho da concepção de trabalho digno enquanto direito inerente à condição humana do trabalhador.

Toda esta situação evidencia a precarização das relações de trabalho na contemporaneidade sob o capitalismo global, consoante destaca Paul Singer³²⁴:

³²⁴ SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**, op. cit., p. 24-25.

Talvez melhor do que a palavra “desemprego”, *precarização do trabalho* descreve adequadamente o que está ocorrendo. Os novos postos de trabalho, que estão surgindo em função das transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho, não oferecem, em sua maioria, ao seu eventual ocupante as compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham garantindo. Para começar, muitos destes postos são ocupações por conta própria, reais ou apenas formais. Os primeiros resultam muitas vezes do fato de que o possuidor de um microcomputador pode viver da prestação de diversos serviços a empresas, sem qualquer contrato além da transação pontual. [...] A ocupação por conta própria pode ser apenas formal. Uma única empresa grande necessita muitas vezes dos serviços em tempo completo de uma equipe profissional, seja de contabilidade, de vigilância, de fornecimento de refeições, de seleção de executivos, de pesquisa de mercado etc. Outrora, a empresa empregava a equipe. Hoje ela prefere que a equipe se constitua em pequena firma independente e lhe preste os serviços. [...] A precarização do trabalho toma também a forma de relações “informais” ou “incompletas” de emprego. “...esta ampliação da insegurança no emprego” conforme relata Mattoso (1993, p. 126), “deu-se em praticamente todos os países avançados (...) através da redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e da maior subcontratação de trabalhadores temporários, em tempo determinado, eventuais, em tempo parcial, trabalho em domicílio ou independentes, aprendizes, estagiários etc. ...” [...] Emprego estável só será assegurado a um núcleo de trabalhadores de difícil substituição em função de suas qualificações, de sua experiência e de suas responsabilidades. Ao redor deste núcleo gravitará um número variável de trabalhadores periféricos, engajados por um prazo limitado, pouco qualificados e, portanto, substituíveis. [...]

A reestruturação empresarial realizada sob os auspícios do capitalismo global está promovendo a mitigação da dignidade humana do trabalhador, de modo que o *animal laborans* está se sobrepondo ao *homo faber*. A sociedade de capitalista está conferindo aos trabalhadores o mesmo valor que atribuiu às máquinas e aos instrumentos de produção: o valor de “coisa fungível”, o que não pode prevalecer em face do direito ao trabalho digno.

Maria Silvia Portella de Castro³²⁵ aponta algumas ações que deveriam ser realizadas em favor do emprego no MERCOSUL:

³²⁵ CASTRO, Maria Silvia Portella de. **Contribuição ao grupo de reflexão prospectiva sobre o Mercosul**, in: CARDIM, Carlos Henrique e HUGUENEY FILHO, Clodoaldo (Orgs.). **Grupo de reflexión prospectiva sobre el MERCOSUR**, Brasília: FUNAG/IPRI/SGIE/BID, 2003, p. 75.

No Mercosul, o tema do emprego sempre esteve vinculado apenas à área de tratamento dos temas trabalhistas – o que é uma falha grande, **pois emprego e qualificação profissional são elementos centrais na definição de políticas de produção e desenvolvimento**. Inicialmente, é preciso reconhecer o **caráter emergencial do problema do desemprego e as consequências sociais que produz**. E, coerentemente, dar prioridade à adoção de algumas medidas imediatas, entre as quais se pode propor: a) em primeiro lugar, incluir a geração de emprego entre os temas tratados pelo Grupo de Monitoramento Macroeconômico. O estabelecimento de metas de fiscais, de controle de inflação, de câmbio, entre outras, não deve ter como finalidade única a estabilidade financeira (e o cumprimento das metas do FMI). Deve fundamentalmente estar associado a – e a serviço de – uma política de geração de emprego e melhoria da distribuição de renda. Nesse sentido, convém estabelecer metas também para elevação de padrões sociais (educação, saúde, melhoria da distribuição de renda e geração de empregos). B) debater a criação de um fundo de apoio aos desempregados (para atendimento de situações emergenciais); c) além dos instrumentos que já estão sendo analisados (BNDES, BID, CAF. Etc.), é possível pensar em articulação e associação entre os Fundos de Pensão – nos quais os sindicatos e empresas podem ter papel decisivo -, para definir linhas de financiamento e crédito voltadas a setores e/ou regiões que possam produzir resultados rápidos e gerar empregos.

O trabalho humano não pode mais ser tratado nos países mercosulistas na condição de mercadoria ou insumo de produção como o capitalismo impõe, pois afronta a própria dignidade da pessoa humana trabalhadora, sendo necessário a adoção de políticas públicas comuns e articuladas na seara laboral e social mais articuladas entre os Estados-partes no intuito de aprofundar a integração regional no MERCOSUL.

CONCLUSÃO

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) assumiu, em suas origens, a condição de aliança comercial com vistas a dinamizar a economia regional entre os Estados-membros, tendo o desafio de sua conversão, em longo prazo, em mercado comum com a implantação da livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais, estando inserido no “regionalismo aberto”.

Apesar da importância da integração econômica para a dinamização do comércio internacional e dos mercados regionais, o MERCOSUL não pode mais ficar adstrito apenas às questões comerciais e econômicas, sendo necessário a sua expansão para outras áreas: a jurídica, a política, a social e, principalmente, a **trabalhista**.

Ademais, a existência de normas internacionais de proteção aos direitos humanos, de cunho global e regional, e de ordens jurídicas constitucionais dos Estados democráticos que objetivam a valorização da dignidade da pessoa humana, incluindo o trabalhador, impõem desafios ao processo de integração no MERCOSUL em relação à tutela dos direitos humanos e do trabalho digno e sua concretização nos países integrantes do bloco.

Nesse contexto, a presente tese analisou – de modo comparativo e crítico – se o trabalho digno e os direitos humanos trabalhistas estão sendo implementados no MERCOSUL, enquanto processo de integração regional, obtendo as seguintes conclusões:

1. O passado de colônias de exploração dos países latino-americanos, inclusive mercosulistas, desencadeou a formação de economias subdesenvolvidas que, no século XX, caracterizaram-se por uma industrialização tardia em alguns países e, em outros, por uma economia baseada no sistema agrário exportador. Em razão desse *status quo*, as Américas Espanhola e Portuguesa tiveram impactos diferenciados nos seus processos de desenvolvimento e crescimento econômicos e na conformação do seu “mercado” de trabalho. Ocorreu a passagem de sistemas de trabalho, inseridos no capitalismo escravista-mercantil, que se utilizava da mão de obra escrava africana e indígena, da servidão ou da semi-servidão (a *encomienda* e a *mita*, por exemplo) e do endividamento de trabalhadores (*peonaje*, *tienda de raya*

etc.) **diretamente** para o capitalismo urbano-industrial periférico com o uso de formas atípicas e precárias de assalariamento cuja maioria da força de trabalho era oriunda de imigrantes europeus, asiáticos, dentre outros.

2. A partir do século XX, houve a implantação dos sistemas *taylorista e fordista* de produção na organização do trabalho e da produção em escala global, conformando, ainda, novas exigências de qualificação e produtividade. Logo, consolidaram-se nos países mercosulistas “mercados” de trabalho multifacetados, complexos e estruturados de forma heterogênea.

3. Na atualidade, em face do capitalismo global, houve a desarticulação do modelo empresarial fordista/taylorista para o estabelecimento de um modelo de produção em “rede”, ou seja, há “associações” de empresas onde as decisões são tomadas por aquelas situadas no topo da cadeia com poder decisório e a produção é executada por uma série de “associadas” - mormente cooperativas, microempresas ou trabalhadores “autônomos” que criam pessoas jurídicas (firmas individuais) para atuarem -, sendo responsáveis por várias etapas do processo produtivo.

4. O mundo do trabalho assiste a crescente processo de *precarização do trabalho humano* e de *flexibilização das condições de trabalho* - a literatura econômica o denomina de “crise” do trabalho assalariado - inserido na reestruturação capitalista empresarial que promove o uso indiscriminado de terceirizações, quarteirizações etc., de cooperativas ilícitas de trabalho que mascaram o vínculo empregatício para burlar a aplicação da legislação trabalhista, promovendo a redução de direitos e garantias conquistados pelos trabalhadores ao longo dos séculos.

5. No contexto de um “mercado” de trabalho latino-americano e mercosulista multifacetado, expande-se, na seara jurídica, a internacionalização dos direitos humanos, bem como a constitucionalização dos direitos sociais, fortalecendo juridicamente a tutela dos direitos trabalhistas e da dignidade da pessoa humana, embora em termos fáticos ainda prevaleça a exploração econômica e social dos trabalhadores no contexto do capitalismo global excludente.

6. O trabalho humano não deve ser considerado como mera mercadoria e o trabalhador visto apenas como instrumento de produção no sistema capitalista, embora esta seja a concepção dominante ancorada na interpretação economicista da sociedade, sobretudo após a consolidação do capitalismo industrial. É imperioso que o valor do trabalho seja visto além dos aspectos puramente

econômicos, ou seja, o trabalho deve ser visto sob um prisma mais ÉTICO. Logo, todo trabalho para ser ético deve estar em consonância com os limites impostos pela própria dignidade humana. Esta concepção é essencial para a compreensão da condição humana e do exercício do labor nos países mercosulistas na contemporaneidade.

7. Hannah Arendt demonstrou o esvaziamento sistemático da dignidade humana na sociedade capitalista, pois houve a vitória do *animal laborans* (aquele indivíduo que apenas exerce o labor para prover sua subsistência e se equipara aos animais) sobre o *homo faber* (o homem enquanto construtor do mundo que exerce o trabalho). A vitória do *animal laborans* sobre o *homo faber* demonstra o triunfo do consumo sobre o uso e do metabolismo sobre a durabilidade das coisas. Logo, a sociedade capitalista de consumo conferiu aos trabalhadores (a força de trabalho) o mesmo valor que atribuiu às máquinas e aos instrumentos de produção, esvaziando sistematicamente sua dignidade humana.

8. A dignidade da pessoa humana é inerente à própria condição humana e não poderá ser mitigada sob pena de o ser humano - embora único e insubstituível – ser tratado como mercadoria sujeita às trocas no sistema capitalista, condição que não encontra amparo na concepção contemporânea dos direitos humanos e na ideia de trabalho digno. Nesse sentido, é necessário garantir às pessoas o trabalho digno, enquanto direito humano e fundamental, cuja concepção é permeada pela compreensão da própria dignidade humana do trabalhador.

9. O TRABALHO DIGNO - relacionado a uma concepção mais ética do trabalho e ancorado na dignidade humana do trabalhador - é compreendido sob dois aspectos: a) o *intrínseco (subjetivo)*: como atributo pessoal e psíquico inerente ao ser humano, por exemplo, a satisfação pessoal do trabalhador em realizar determinada atividade; a sensação de ser útil para a comunidade em que vive; ser merecedor de respeito e consideração por parte do Estado e dos particulares; ser realmente livre para escolher o seu trabalho etc. e b) o *extrínseco (objetivo)*: representando as condições materiais previstas nas normas em geral reguladoras do ato de trabalhar, tais como: remuneração adequada e justa, sem discriminação de qualquer natureza; limite máximo e mínimo de duração da jornada de trabalho (diária e semanal); normas de higiene e segurança relacionadas ao meio ambiente do trabalho, à proteção da maternidade etc.; concessão de férias, repouso semanal e feriados

remunerados; licenças médicas em geral; normas proibitivas do trabalho infantil e do trabalho escravo etc.

10. O artigo 1º do Tratado de Assunção (1991) previu, dentre outros propósitos, que o MERCOSUL seria um mercado comum baseado na livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos através da eliminação dos direitos alfandegários e das restrições não tarifárias à circulação de mercadorias. Na circulação de pessoas estão incluídos os **trabalhadores** cujos direitos devem ser protegidos através de normas comuns, um Direito Comunitário ainda inexistente no bloco, estando ausente a harmonização entre as legislações trabalhistas dos Estados-partes. Além disso, o direito originário do MERCOSUL - constituído pelo Tratado de Assunção, Protocolo de Ouro Preto e o Protocolo de Olivos – também não tutela os direitos humanos dos trabalhadores. Essa situação não é exclusiva do MERCOSUL, mas está presente nos processos de integração regional em função da globalização econômica e da adoção de ações e políticas neoliberais, em nível mundial, por influência do Consenso de *Washington* (1990), havendo um “descaso” com o respeito, a promoção e a implementação dos direitos humanos, principalmente dos direitos sociais, incluídos nesta categoria os direitos dos trabalhadores.

11. Os países integrantes do MERCOSUL (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) são também Estados-membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, segundo o artigo 2º da *Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho* de 1998, todos os Estados-membros, ainda que não tenham ratificado as convenções internacionais, têm compromisso com os seus princípios e finalidades porque pertencem à OIT, devendo respeitar e concretizar em suas realidades fáticas os princípios e os direitos fundamentais dos trabalhadores, principalmente nas quatro áreas prioritárias de atuação desta organização internacional: a) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; b) eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; c) abolição efetiva do trabalho infantil e d) eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação. Entretanto, todas as convenções da OIT – além daquelas consideradas “fundamentais” - possuem importância jurídica e axiológica no âmbito do sistema jurídico da OIT enquanto sistema global especial de proteção aos direitos humanos dos trabalhadores também aplicável nos Estados mercosulistas.

12. Houve avanços e retrocessos nos países integrantes do MERCOSUL na ratificação e incorporação das principais convenções da OIT em seus

ordenamentos jurídicos internos. Algumas convenções consideradas ***fundamentais*** foram ratificadas por todos os Estados mercosulistas: a) Convenção nº 100 (1951): disciplina a igualdade salarial entre homens e mulheres para o trabalho exercido em igualdade de condições; b) a Convenção nº 105 (1957) trata da abolição do trabalho forçado; c) a Convenção nº 111 (1958) proíbe a discriminação em matéria de emprego e ocupação entre os trabalhadores; d) a Convenção nº 138 (1973) dispõe sobre a idade mínima para o início da atividade laborativa, sendo que no Brasil é de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos; na Argentina é de dezesseis anos; no Paraguai é de quatorze anos e no Uruguai é de quinze anos; e) a Convenção nº 182 (1999) proibiu as piores formas de trabalho infantil, mas a concretização dos direitos por elas resguardados ainda é bastante precária.

13. Em relação às políticas de trabalho e de proteção em face do desemprego, verifica-se que a Convenção nº 122 (1964) da OIT sobre Política de Emprego foi ratificada por Brasil, Paraguai e Uruguai, excetuando a Argentina; a Convenção nº 142 (1975) que dispõe sobre a orientação e a formação profissionais para a atividade laborativa, ou seja, trata da educação para o trabalho, foi ratificada apenas por Brasil e Argentina; a Convenção nº 168 (1988) disciplina a promoção do emprego e a proteção contra o desemprego e, dentre os países integrantes do MERCOSUL, foi ratificada apenas pelo Brasil. Tais convenções têm papel significativo para a busca de políticas de trabalho e renda no intuito de efetivar o pleno emprego ou mesmo de minimizar os reflexos perversos do desemprego inerente ao capitalismo. Porém, o fato de os países do MERCOSUL, em sua maioria, não as terem ratificado e incorporado na ordem jurídica interna impõe sérias dificuldades para o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas de trabalho e emprego articuladas e comuns que deveriam ser implementadas no bloco como instrumentos para o avanço da integração regional.

14. É tarefa bastante complexa para os Estados do MERCOSUL signatários dos principais tratados internacionais de direitos humanos do sistema global (ONU) e do sistema regional interamericano (OEA), a implementação dos direitos humanos trabalhistas, demandando uma atuação conjunta e articulada, seja no plano interno através das instituições públicas com a participação da sociedade civil, seja no plano internacional com a participação dos organismos internacionais e dos Estados parceiros na integração regional.

15. Evidencia-se, ainda, como retrocesso para a efetivação da integração regional no bloco mercosulista, na seara trabalhista, a ratificação apenas pelo Brasil e pelo Uruguai da Convenção nº 97 (1949) da OIT que trata dos trabalhadores migrantes, bem como da Convenção nº 103 (1952) que normatiza a proteção à maternidade no exercício do trabalho, pois foram frutos de embates históricos entre proletariado e burguesia no contexto do capitalismo industrial. Além disso, nenhum dos países mercosulistas (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) ratificou a Convenção nº 143 (1975) da OIT que trouxe disposições normativas suplementares para a tutela dos direitos dos trabalhadores migrantes.

16. No âmbito do sistema global de proteção aos direitos humanos também há dificuldades para a tutela jurídica dos migrantes. O Brasil não ratificou, até o presente momento, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990), que está vigente no plano internacional desde 1º de julho de 2003, embora os outros Estados mercosulistas a tenham ratificado e incorporado nas suas ordens jurídicas internas. Esta convenção inova ao disciplinar direitos humanos para **todos** os trabalhadores migrantes, independentemente de se encontrarem em situação jurídica regular ou irregular no país, no intuito de impedir ou dificultar o exercício do labor em condições desumanas, degradantes e análogas à escravidão.

17. No Brasil há vários casos divulgados nos meios de comunicação retratando os trabalhadores migrantes bolivianos e peruanos que trabalham em oficinas de confecções irregulares sem quaisquer direitos e garantias trabalhistas em condições de trabalho e de vida degradantes. São frequentes as investigações e autuações do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego que rechaçam tais situações, punindo as empresas e as pessoas responsáveis, reinserindo socialmente estes trabalhadores com a formalização dos seus contratos de trabalho e o pagamento regular dos seus direitos trabalhistas previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, bem como encaminham os migrantes para os seus países de origem se assim o desejarem. No tratamento conferido aos trabalhadores migrantes e suas famílias é imperioso considerar a relação “*eu-outro*” na medida em que o outro - como pessoa dotada de dignidade e direitos (artigo I da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948) - deve ser merecedor de igual consideração e respeito pela sociedade e pelos Estados, sendo resguardadas suas diferenças pessoais, étnicas, sociais e culturais.

18. O *Constitucionalismo do século XXI* está diante de direitos de titularidade difusa e universal que requerem a inclusão das pessoas com particularidades culturais e étnicas, sendo necessária a construção da “*cidadania multicultural*” que inclua plenamente tais indivíduos na vida em sociedade. Estas questões não podem ser esquecidas ou relegadas a um segundo plano no constitucionalismo latino-americano que embasa a integração regional de vários países, inclusive no caso dos países integrantes do MERCOSUL. Os Estados latino-americanos e mercosulistas buscaram resgatar suas raízes em sintonia plena com suas origens antes da chegada dos colonizadores espanhóis e portugueses e tal situação se reflete na construção deste “novo” Constitucionalismo.

19. Os tempos atuais impõem novas reflexões e contornos acerca deste *momento constitucional* para se avançar mais na tutela dos direitos humanos em geral e da dignidade humana, com fundamento numa cidadania mais inclusiva e participativa, envolvendo as minorias étnicas e culturais, os indivíduos socialmente excluídos da sociedade e os trabalhadores hipossuficientes ante o capitalismo global excludente. Logo, as Constituições mais recentes do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, embasadas no princípio da dignidade humana, trouxeram em seu arcabouço um extenso catálogo de direitos fundamentais, incluindo não somente os direitos civis e políticos, mas também os direitos econômicos, culturais e sociais, incluindo nesta última categoria os direitos dos trabalhadores e o trabalho digno.

20. O trabalho digno – enquanto direito humano e fundamental - é indissociável do respeito à dignidade humana do trabalhador, sendo traduzido em *princípio, fundamento, valor e direito social fundamental* nas Constituições dos países integrantes do MERCOSUL inseridas no Constitucionalismo do século XXI. Sob tal prisma constitucional, os direitos humanos trabalhistas também deveriam ser aplicados pelos Estados mercosulistas em políticas públicas de trabalho comuns e articuladas, inclusive com o auxílio dos particulares e da sociedade civil, para o aprofundamento dos vínculos da integração regional, principalmente orientadas para o fomento ao trabalho e a proteção do desemprego em face do capitalismo global. Porém, o trabalho digno expresso pela “vontade constitucional” não consegue se efetivar no mundo do trabalho no âmbito do MERCOSUL.

21. O direito originário do MERCOSUL – constituído pelo Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e o Protocolo de Olivos - não faz qualquer menção aos trabalhadores, aos direitos humanos trabalhistas e nem à solução de

controvérsias na seara laboral. Não há nenhum regulamento ou normativa comunitária sobre os direitos humanos trabalhistas e os mecanismos para sua concretização conjunta no bloco, havendo apenas a tomada de ações e decisões de modo individual por cada Estado-parte, sobretudo na implementação da *Agenda de Trabalho Decente* proposta pela Organização Internacional do Trabalho aos seus membros, incluindo o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Entretanto, houve aprovação no bloco mercosulista do *Acordo Multilateral de Seguridad Social do Mercado Comum do Sul e seu Regulamento Administrativo*, em 1997, e do *Acordo sobre Residência de Nacionais dos Estados-partes do MERCOSUL, da República da Bolívia e da República do Chile*, em 2002, que podem ter impactos positivos e mais concretos na circulação de trabalhadores, principalmente migrantes, mas seus resultados ainda são bastante módicos.

22. Na seara laboral, foi aprovada a *Declaração Sociolaboral do MERCOSUL*, em 10 de dezembro de 1998, que apresenta um rol de direitos trabalhistas a serem resguardados pelos Estados-membros (não discriminação, promoção da igualdade, eliminação do trabalho forçado, liberdade de associação e sindical, direito de greve etc.). Entretanto, essa declaração não foi firmada na condição de tratado internacional e nem incorporada às ordens jurídicas internas do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, não possuindo força normativa vinculante e coercitiva para estes Estados, funcionamento apenas como “carta de intenções” ou “declaração de direitos”. Ela também não está inserida dentre as fontes do Direito do MERCOSUL, consoante previsão do artigo 41 do Protocolo de Ouro Preto. Porém, em razão de seu conteúdo protetivo de direitos humanos trabalhistas, a *Declaração Sociolaboral* não pode ser totalmente desprezada para o avanço da integração regional, principalmente se os Estados mercosulistas objetivarem, em longo prazo, maior justiça social e econômica, a minimização das desigualdades sociais e regionais e a luta contra a pobreza.

23. Em *Audiência Pública*, realizada em 28 de novembro de 2008, pelo Parlamento do MERCOSUL houve a análise da Declaração Sociolaboral nos dez anos de sua existência com a discussão a respeito da ausência de sua força normativa vinculante e coercitiva para os países integrantes do bloco, inclusive, havendo propostas para sua conversão em Protocolo (espécie de tratado internacional) para a implementação dos direitos laborais. Além disso, em 18 de agosto de 2009, houve a apresentação ao Parlamento do MERCOSUL de um “*proyecto de recomendación*”

que se converteu na Recomendação nº 16/2009 no intuito de elevar a Declaração Sociolaboral do MERCOSUL à categoria de Protocolo. Na *XXXIV Reunião da Comissão Sociolaboral do MERCOSUL (Ata nº 01/13)*, ocorrida em maio de 2013, houve a aprovação de um texto revisado para a Declaração Sociolaboral do MERCOSUL - com vinte e sete artigos e mais detalhada do que a atual - no intuito de encaminhá-lo ao Grupo Mercado Comum (GMC) para sua aprovação na forma “Decisão” (ato normativo). Entretanto, o MERCOSUL não evoluiu nos debates que envolvem tais propostas que se encontram estagnadas, apesar de serem temáticas primordiais e nevrálgicas para a evolução da integração regional mercosulista na seara laboral, sobretudo para a elaboração de ações e políticas públicas de trabalho comuns entre os Estados-membros do bloco.

24. A tutela dos direitos humanos/fundamentais trabalhistas nas Constituições dos Estados mercosulistas, bem como nas convenções da OIT ou em outros tratados e pactos internacionais de direitos humanos também por eles ratificados - a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e políticos (1966), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Declaração Americana de Direitos e Obrigações do Homem (1948), a Carta Interamericana de Garantias Sociais (1948), a Convenção Americana de Direitos Humanos sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1988) etc. -, **não significa** que está ocorrendo a efetiva implementação de melhores condições de trabalho para os trabalhadores seja de forma individualizada por país, seja conjuntamente na integração regional do MERCOSUL.

25. Apesar da ampla tutela jurídica do trabalho digno e dos direitos humanos trabalhistas, há notória dificuldade na sua concretização nos Estados mercosulistas, consoante problemática relacionada aos direitos humanos na contemporaneidade, sendo um problema não atinente ao mundo jurídico, mas de cunho político, consoante Norberto Bobbio já anteviu na “Era dos Direitos”. Falta efetivamente *vontade política* dos governos dos Estados mercosulistas para a efetivação de ações, políticas públicas e projetos mais concretos para a implementação do trabalho digno e dos direitos humanos trabalhistas no bloco, pois ainda prevalece a “vontade” do capitalismo global excludente. A ausência deste “querer político” por partes dos países-membros do MERCOSUL pode ser aferida a partir dos estatísticos apresentados pelo “mercado” de trabalho no Brasil, na Argentina, no Paraguai e no Uruguai no período de 1995 a 2012.

26. Houve significativo decréscimo da força de trabalho juvenil (15 a 24 anos), inclusive masculina e feminina separadamente, no Brasil, na Argentina, no Paraguai e no Uruguai. Houve, ainda, expressivos aumentos das taxas de inatividade juvenil, sendo a inatividade feminina bastante superior à masculina nos países mercosulistas. As taxas de desemprego juvenil também apresentaram aumentos para o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, evidenciando situação preocupante em relação aos trabalhadores jovens, pois as taxas referentes ao desemprego juvenil são mais elevadas do que as dos adultos.

27. Em relação ao desemprego por nível educacional, as taxas evidenciaram o seu aumento para os trabalhadores com maior nível de escolaridade. No Brasil, na Argentina e no Uruguai, houve aumento das taxas de desemprego para os trabalhadores com ensino secundário e superior, somente o Paraguai apresentou tendência diversa com o decréscimo das taxas de desemprego para estes trabalhadores. Esta tendência reflete as mudanças no “mercado” de trabalho oriundas da reestruturação empresarial capitalista, porque há redução do emprego direto e maior subcontratação de trabalhadores, crescem os requisitos de qualificação na contratação, mas há redução do emprego estável, maior desemprego e subemprego, havendo proliferação de ocupações não enquadradas na concepção de trabalho assalariado e nem de empregado.

28. A ampliação do número de trabalhadores assalariados nos países mercosulistas, com exceção do Paraguai, deve ser analisada com ressalvas e em conjunto com os outros indicadores, pois ocorreu significativa extensão das jornadas de trabalho nas últimas décadas, sobretudo daquelas acima de cinquenta horas semanais, evidenciando a precarização do trabalho.

29. No Brasil, Argentina e Uruguai houve aumento da participação das empregadas assalariadas em níveis superiores aos empregados assalariados – com exceção do Paraguai que registrou decréscimo – evidenciando a substituição da mão de obra masculina por feminina, normalmente com contratos de trabalho mais curtos ou a tempo parcial, salários mais baixos e redução de direitos. Em relação aos trabalhadores por conta própria, o Uruguai e o Paraguai registraram aumento de sua participação, inclusive para homens e mulheres separadamente, evidenciando a inserção de outras formas de trabalho na economia destes países em detrimento do trabalho assalariado. Por sua vez, o Brasil e a Argentina apresentaram decréscimos na participação relativa dos trabalhadores por conta própria, seja em relação ao

conjunto de homens e mulheres, seja os considerando em separado, possivelmente em razão de incertezas na economia ou falta de incentivos governamentais, mas não há uma justificativa específica para essa tendência.

30. Em termos gerais, houve nos países integrantes do MERCOSUL a ampliação das jornadas de trabalho, havendo concentração maior entre quarenta e quarenta e oito horas semanais, mas há dados também expressivos para aquelas jornadas acima de cinquenta horas. Esta situação indica maior precariedade do trabalho, pois há tendência de ampliação das horas trabalhadas, reduzindo os descansos semanais remunerados e os intervalos intra e inter jornadas que são primordiais para a garantia da saúde e da integridade física e psicológica dos trabalhadores e para a manutenção de um meio ambiente de trabalho sadio e equilibrado.

31. Os empregos por classe econômica se concentraram próximo à classe média, recebendo de quatro a treze dólares por pessoa ao dia. Em face dos dados disponíveis para o “mercado” de trabalho nos países mercosulistas, não se pode afirmar que a diminuição ocorrida no emprego das classes extremamente pobre e moderadamente pobre as quais recebem, respectivamente, menos de um dólar e vinte e cinco centavos por pessoa ao dia e de um dólar e vinte e cinco centavos seja oriunda apenas da melhoria dos empregos, dos salários e das condições de trabalho em geral. Esta redução da pobreza pode estar associada também à implementação de programas assistenciais e de transferência de renda direcionados às famílias de baixa renda como é o caso, por exemplo, da “Bolsa Família” no Brasil, da “*Asignación Universal por Hijo para Protección Social*” (AUH) da Argentina e de “*Tekoporâ y Abrazo*” do Paraguai, consoante também apontou o Relatório “*World of Work Report 2014: Developing with Jobs*” da Organização Internacional do Trabalho. Logo, evidencia-se que na América Latina, inclusive Brasil, Argentina e Paraguai, a diminuição ocorrida no emprego das classes extremamente pobre e moderadamente pobre não se relaciona diretamente às melhorias nas condições de trabalho e a maiores benefícios, garantias e direitos aos trabalhadores, mas são oriundas também de programas governamentais de transferência de renda.

32. Nos Estados mercosulistas houve aumento das taxas de desemprego e de inatividade adulta e juvenil, em especial das mulheres, elevação das taxas de desemprego para trabalhadores com ensino secundário e superior e significativo decréscimo da participação da força de trabalho juvenil, bem como

ampliação de excessivas jornadas de trabalho. Logo, pode-se afirmar que houve o distanciamento fático no “mercado” de trabalho desses países da concepção de trabalho digno desenvolvida nesta tese enquanto direito inerente à condição humana do trabalhador.

33. O mapeamento do “mercado” de trabalho no MERCOSUL, a partir dos dados estatísticos analisados, aponta que os trabalhadores têm mais escolaridade que a média, porém trabalham numa jornada de trabalho bem mais extensa para ganhar o mesmo salário ou até mesmo um valor inferior; os contratos de trabalho são de curta duração, temporários ou a tempo parcial, predominando terceirizações e subcontratação ou, ainda, contratação de antigos trabalhadores agora “revestidos” de pequenos empresários (pessoas jurídicas) prestadores de serviço aos seus antigos “patrões”. Os melhores empregos e salários somente se tornam acessíveis à pequena parcela dos trabalhadores altamente qualificados ou especializados em determinada função/atividade, mas normalmente são inferiores em relação aos salários pagos nos países centrais (EUA, União Europeia etc.). Então, a reestruturação empresarial realizada sob os auspícios do capitalismo global está promovendo a mitigação da dignidade humana do trabalhador, de modo que o *animal laborans* está se sobrepondo ao *homo faber*.

34. A aprovação, pelos Estados integrantes do MERCOSUL, de diversas convenções, inclusive daquelas consideradas fundamentais pela OIT, não significa que eles implementaram efetivamente ações e políticas públicas em seu território ou mesmo no âmbito da integração regional para a concretização dos direitos humanos trabalhistas, havendo muitos *déficits* sociais e trabalhistas a serem equacionados. Então, o cenário na seara laboral para o MERCOSUL é de vicissitudes e incertezas, impondo maiores dificuldades para a execução de políticas públicas de trabalho e proteção em face do desemprego entre os Estados-membros do bloco, havendo entraves econômicos e políticos para a concretização dos direitos humanos trabalhistas e do trabalho digno.

35. O MERCOSUL possui caráter intergovernamental na medida em que as decisões só podem ser tomadas através do consenso de todos os Estados-partes, o que dificulta os avanços institucionais, inclusive para a adoção de ações e políticas públicas comuns para a concretização dos direitos da pessoa humana, em especial na seara laboral. Esta falta de independência nas tomadas de decisões também impede a consolidação no bloco do Direito Comunitário, havendo, apenas,

normas incipientes que se aproximam do Direito de Integração, consubstanciado basicamente no artigo 41 do Protocolo de Ouro Preto (fontes jurídicas do MERCOSUL). Tais entraves são nítidos quando se busca a *integração regional nas relações de trabalho*, porque não se vislumbram avanços nesta área desde a criação do MERCOSUL: **inexiste até o presente momento** políticas públicas comuns e articuladas entre todos os Estados-partes orientadas para o fomento ao trabalho, a proteção ao desemprego e aos trabalhadores migrantes. Também estão **ausentes normas trabalhistas comuns** no bloco ou mesmo qualquer proposta para a harmonização das legislações trabalhistas já existentes nos Estados-partes.

36. É necessário aprofundar a integração regional no MERCOSUL com a adoção de políticas públicas comuns e articuladas na seara laboral e social entre os Estados-partes, pois ainda totalmente ausentes, havendo apenas a adoção de ações individualmente por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em cumprimento à *Agenda de Trabalho Decente* proposta pela OIT, pois as conquistas trabalhistas até o presente momento foram bastante pontuais como, por exemplo, os Acordos de Seguridade Social e sobre Residência de Nacionais firmados no bloco.

37. As questões ora analisadas extrapolam o aspecto puramente comercial e econômico que envolve o MERCOSUL, sendo necessário aprofundar mais o processo de integração regional mediante, primeiramente, a harmonização das legislações comercial, trabalhista, consumerista, empresarial e tributária etc. viabilizando a circulação de pessoas, bens e serviços no bloco e, num segundo momento, é preciso o estabelecimento de ações e políticas públicas mais concretas na seara social, incluindo as questões trabalhistas.

38. Deve-se caminhar no MERCOSUL para a criação do Direito Comunitário, concomitantemente, com a consolidação de instituições supranacionais, principalmente com o fortalecimento do papel e das funções típicas do Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) – criado em 2005 e atuando de forma incipiente -, como órgão de representação dos povos, independente e autônomo, sendo viabilizado o seu pleno funcionamento como instituição do regime democrático e representação política da sociedade dos Estados mercosulistas. Finalmente, deve-se buscar a criação da Corte de Justiça do MERCOSUL – em substituição ao sistema de arbitragem para a solução de controvérsias previsto no Protocolo de Olivos (2002) - como órgão jurisdicional, judicial e independente para garantir a aplicação e a interpretação uniforme das normas no bloco, tendo competência em razão da matéria

(*ratione materiae*) ampla para apreciar todas as espécies de litígios (civis, penais, trabalhistas etc.) que possam surgir no bloco, impactando na vida de seus cidadãos e violando seus direitos humanos.

39. O trabalho humano não pode ser mais tratado no MERCOSUL na condição de mercadoria ou insumo de produção como o capitalismo impõe, pois, em razão de suas características peculiares, deve ser considerado com critérios que extrapolam os aspectos puramente econômicos. Por conseguinte, todo o ser humano, em especial o trabalhador, deve ser sempre visto como um fim em si mesmo, possuidor de um valor (a sua dignidade) e não como mera mercadoria descartável, sendo-lhe garantidas políticas públicas de trabalho que promovam sua reintegração social na comunidade e sua recolocação profissional no “mercado” de trabalho, minimizando os reflexos do desemprego e da desocupação, contribuindo para a concretização do direito humano ao trabalho digno.

40. A integração regional no MERCOSUL não se aprofundará e nem evoluirá para a consolidação de uma “comunidade latino-americana de nações”, sem que haja a efetiva resolução de todos os entraves apontados, sobretudo no campo trabalhista para a garantia do direito humano ao trabalho digno, havendo longo caminho a ser percorrido pelos países integrantes do bloco.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**, revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti, 5. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ACTA de Chapultepec (1945), disponível em: <<http://constitucionweb.blogspot.com.br/2009/11/acta-de-chapultepec-firmada-por.html>>, acesso em 03 abr. 2014.

ALTAVILA, Jayme de. **Origem dos direitos dos povos**, 11. ed., São Paulo: Ícone, 2006.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Os direitos humanos como tema global**, São Paulo: Perspectiva, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ARAÚJO, Luiz Alberto David e NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de direito constitucional**, 12. ed. rev. e atual., São Paulo: Saraiva, 2008.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**, 10. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

ARGENTINA. **Constituição da República Argentina**. Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.ar/images/stories/constitucion-nacional-argentina.pdf>>, acesso em: 27 mar. 2014.

BALASSA, Bela. **Teoria da integração econômica**, 3. ed., trad. de Maria Filipa Gonçalves e Maria Elsa Ferreira, Livraria Clássica Editora: Lisboa, 1961.

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora**, 6. ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Saraiva, 2008.

BARTOLOMEI, Franco. **La dignità umana come concetto e valore costituzionale**, Torino: Italia, G. Giappichelli Editore, 1987.

BATISTI, Leonir. **Direito do consumidor para o MERCOSUL**: enfoque jurídico e econômico dos blocos de integração, 2. ed. rev. e atual., Curitiba: Juruá, 2001.

BATTAGLIA, Felice. **Filosofia do trabalho**, tradução de Luís Washington Vita e Antônio D'Elia, Saraiva: São Paulo: 1958.

BERGEL, Jean-Louis. **Teoria geral do direito**, tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BETHELL, Leslie (Org.). **A América Latina após 1930**: economia e Sociedade, tradução de Geraldo Gerson de Souza, 1. ed. 1. reimpr., volume VI, São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. **História da América Latina**: a América latina colonial, tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes, volume II, 1. ed. 2. reimpr., São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

_____. **História da América Latina**: América Latina colonial, tradução de Maria Clara Cescato, volume I, 2. ed. 2. reimpr., São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

_____. **História da América Latina**: de 1870 a 1930, tradução de Geraldo Gerson de Souza, volume IV, 1. ed. 1. reimpr., São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**, tradução de Carlos Nelson Coutinho, apresentação de Celso Lafer, nova ed., 5. reimpr., Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2004.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**, 22. ed., atual. e ampl., São Paulo: Malheiros, 2008.

BRAGA, Márcio Bobik. Integração econômica na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL. **Cadernos PROLAM**, São Paulo, ano I, v. 1, n. 1, 2002, p. 1-26.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>, acesso em: 27 mar. 2014.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX, tradução de Nathanael C. Caixeiro, 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. **Trabalho decente**: análise jurídica da exploração, trabalho forçado e outras formas de trabalho indigno, São Paulo: LTr, 2004.

CACCIAMALI, Maria Cristina e AZEVEDO, Flávio Antonio Gomes de. Entre o tráfico humano e a opção da mobilidade social: os imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo, **Cadernos PROLAM/USP**, a. 5, v. 1, São Paulo: LTr, 2006, p. 129-143.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**, 6. ed., Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

CANÇADO TRINDADE, Otávio Augusto Drummond. **O MERCOSUL no direito brasileiro**: incorporação de normas e segurança jurídica, Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

CARTA Interamericana de Garantias Sociais, disponível em: <<http://www.dipublico.com.ar/instrumentos/73.html>>, acesso em: 08 abr. 2014.

CASTRO, Maria Silvia Portella de. **Contribuição ao grupo de reflexão prospectiva sobre o Mercosul**: propostas para ação e debate, *in*: CARDIM, Carlos Henrique e HUGUENEY FILHO, Clodoaldo (Orgs.). **Grupo de reflexión prospectiva sobre el MERCOSUR**, Brasília: FUNAG/IPRI/SGIE/BID, 2003, p. 63-76.

CEPAL. **O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe**: a integração a serviço da transformação produtiva com equidade, *in*: Bielschowsky, Ricardo (Org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. COFECON/Record: Rio de Janeiro, 2000, p. 937-958.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**, 3. reimpr., São Paulo: Saraiva, 2007.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**, tradução de Jean Melville, São Paulo: Martin Claret, 2003.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes. **O direito do trabalho flexibilizado por FHC e Lula**, São Paulo: LTr, 2009.

DAL RI JÚNIOR, Arno e OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). **Cidadania e nacionalidade**: efeitos e perspectivas nacionais – regionais – globais, 2. ed., Ijuí: Editora Ijuí, 2003.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **A constituição na vida dos povos**: da idade média ao século XXI, São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Elementos de teoria geral do Estado**, 21. ed. atual., São Paulo: Saraiva, 2000.

DEAN, Harley. **A agenda global de direitos humanos e a (im)possibilidade de um Estado Ético**, in: CIMADAMORE, Alberto; DEAN, Harley e SIQUEIRA, Jorge (Orgs.). **A pobreza do Estado**: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global, Buenos Aires, Argentina: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2006, p. 39-60.

DELGADO, Gabriela Neves. **Direito fundamental ao trabalho digno**, São Paulo: LTr, 2006.

DELGADO, Maurício Godinho. **Princípios de direito individual e coletivo do trabalho**, 2. ed., São Paulo: LTr, 2004.

DICIONÁRIO **Houaiss Eletrônico**, disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>>, acesso em: 10 abr. 2014.

DUBY, Georges. **Atlas historique**, Paris: Larousse, 1987.

ESCOBAR, Ticio. **15 Años del MERCOSUR**: el debe y el haver de lo cultural, *in*: BARBOSA, Rubens A. (Org.) **MERCOSUL Quinze Anos**, São Paulo: Fundação Memorial da América Latina; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 253-276.

FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**, tradução de Carlo Coccioli e Márcio Lauria Filho, São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão, dominação, 5. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**, São Paulo: Saraiva, 1999.

FIORATI, Jete Jane. Os direitos do homem e a condição humana no pensamento de Hannah Arendt, **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 36, n. 142, abr./jun. 1999, p. 53-63.

FRANCISCO, José Carlos; MESSA, Ana Flávia. **Tratados internacionais sobre direitos humanos e poder constituinte**, *in*: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; DIMOULIS, Dimitri (Coords.). **Direito constitucional e internacional dos direitos humanos**, Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 241-275.

FURLAN, Fernando de Magalhães. **Supranacionalidade nas associações de Estados**: repensando a soberania, Curitiba: Juruá, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina**, 2. ed., Rio de Janeiro: Lia Editor S.A, 1970.

_____. **Formação econômica do Brasil**, 23. ed., São Paulo: Editora Nacional, 1989.

GAMBA, Juliane Caravieri Martins. Direito e justiça sob a ótica da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP)**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 15, 2012, p. 379-408.

GARCIA, Maria. **Desobediência civil**: direito fundamental, 2. ed. rev. atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. **Limites da ciência**: a dignidade da pessoa humana, a ética da responsabilidade, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. Mas, quais são os direitos fundamentais?, **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, Revista dos Tribunais, a. 10, n. 39, abr./jun. 2002, São Paulo, p. 115-123.

GARCIA, Maria; GAMBA, Juliane Caravieri Martins e MONTAL, Zélia Maria Cardoso (Coords.). **Direito constitucional internacional**: o direito da coexistência e da paz, Curitiba: Juruá, 2012.

GOSDAL, Thereza Cristina. **Dignidade do trabalhador**: um conceito construído sob o paradigma do trabalho decente e da honra, São Paulo: LTr, 2007.

HESSE, Konrad. **Escritos de derecho constitucional (selección)**, Centro de Estudios Constitucionales, Madrid: Espanha, 1983.

HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital, 1848-1857**, tradução de Luciano Costa Neto, 15. ed. rev., 3. reimpr., São Paulo: Paz e Terra, 2012.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica, tradução de Ruy Jungmann e consultoria de Renato Lessa, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**, tradução de Leopoldo Holzbach, 1. reimpr., São Paulo: Martin Claret, 2008.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt, 6. reimpr., São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LESSA, Luiz Carlos. **Dicionário da doutrina social da Igreja**: doutrina social da Igreja de A a Z, São Paulo: LTr, 2004.

LOBO, Maria Teresa de Cárcomo. **Manual de direito comunitário**, Curitiba: Juruá, 2007.

LUÑO, Antonio Enrique Perez. **Los derechos fundamentales**, 9. ed., Madrid: Tecnos, 2007.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho**, v. 1, parte 1, São Paulo: LTr, 2011.

_____. **O mito (dos setenta anos) da CLT: um estudo preliminar**, [s.l.; s.n.], 2014.

MARKY, Thomas. **Curso elementar de direito romano**, 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **Manifesto do partido comunista**, tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal, Porto Alegre: L&PM, 2008.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**, tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri, 2. reimpr., São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**, São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direito internacional público**, 2. ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Conteúdo jurídico do princípio da igualdade**, 3. ed., 17 tir., São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

MELO, Hildete Pereira de. **O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras**, Disponível em: <https://sistema.planalto.gov.br/spmulheres/textos/DOMINIO%20PUBLICO/td_o565.pdf>, acesso em: 07 set. 2013.

MENEZES, Wagner. **Direito internacional na América Latina**, Curitiba: Juruá, 2009.

MERCOSUL. **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**, disponível em: <<http://www.camara.gov.br/mercosul.htm>>, acesso em 23 ago. 2011(a).

_____. **Declaração sociolaboral do MERCOSUL**, disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_sociolaboral_mercosul.pdf>, acesso em: 20 jun. 2014.

_____. **Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL**, disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/protocolo-constitutivo-do-parlamento-do-mercosul/>>, acesso em: 08 jul. 2014.

_____. **Protocolo de Olivos**, disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/protocolo-de-olivos-1/>>, acesso em: 08 jul. 2014.

_____. **Protocolo de Ouro Preto**, disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/protocolo-de-ouro-preto-1/>>, acesso em: 08 jul. 2014.

_____. **Protocolo de Ushuaia**, disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/normativa/tratados-e-protocolos/protocolo-de-ushuaia-1/>>, acesso em: 08 jul. 2014.

_____. **Tratado de Assunção**, disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/normativa/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1/>>, acesso em: 08 jul. 2014.

MERCOSUR. <<http://www.mercosur.int/>>, acesso em: 30. abr. 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Como trabalhar nos países do MERCOSUL**: guia dirigido a nacionais dos Estados-partes do MERCOSUL, Brasília: MTE, 2010, disponível em:

<http://www.mte.gov.br/trab_estrang/cartilha_trabalho_mercosul_port.pdf>, acesso em: 30. abr. 2014.

MONTORO, André Franco. Comunidade, uma nova ideologia, **Jornal Folha de São Paulo**, Tendências/Debates, 24 set. 1977).

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**, São Paulo: Atlas, 2000.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento, 16. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

NUNES, Raquel Portugal. **A participação do sindicalismo internacional no MERCOSUL**, in: DELGADO, Gabriela Neves *et. al.* (Coords.) **Dignidade humana e inclusão social**: caminhos para a efetividade do direito do trabalho no Brasil, São Paulo: LTr, 2010, p. 498-519.

OIT. **Agenda nacional de trabalho decente**, disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/agenda_nacional_trabalho_decente_536.pdf>, acesso em: 17 abr. 2014.

_____. **Conferencia de la OIT adoptó históricas normas laborales para millones de trabajadores domésticos em el mundo**, disponível em: <<http://www.oit.org.br/node/436>>, acesso em: 07 set. 2013.

_____. **Convenção e recomendação sobre trabalho decente para as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos – nota explicativa 05**, disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/housework/doc/trabalho_domestic_o_nota_5_565.pdf>, acesso em: 07 set. 2013.

_____. **Declaração sobre a justiça social para uma globalização equitativa**, disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/resolucao_justicasocial.pdf>, acesso em 26 mar. 2014.

_____. **Perfil do trabalho decente no Brasil**, disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/perfil_do_trabalho_decente_301.pdf>, acesso em: 17 abr. 2014.

_____. **Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica (2006-2015)**, disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/agenda_hemisferica_537.pdf>, acesso em: 17 abr. 2014.

_____. **Trabalho decente e juventude - América Latina**, disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_253.pdf>, acesso em: 09 jul. 2014.

_____. **Trabalho digno – a chave do progresso social**, disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_visita_guiada_02_pt.htm>, acesso em: 01. Jun. 2014.

_____. **World of work report 2014: developing with jobs**, disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_243961.pdf>, acesso em: 08 jul. 2014.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Proteção jurídica à saúde do trabalhador**, São Paulo: LTr, 1998.

ONU. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Disponível em: <<https://treaties.un.org/Pages/Treaties.aspx?id=4&subid=A&lang=en>>, acesso em 08 abr. 2014.

PAIVA, Vanilda. **Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social**, in: GENTILI Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (comp.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**, Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2000, p. 49-64.

PARAGUAI. **Constituição da República do Paraguai**. Disponível em: <<http://www.constitution.org/cons/paraguay.htm>>, acesso em: 27 mar. 2014.

PARLAMENTO DEL MERCOSUR. **Audiência pública** (versão taquigráfica), disponível em:

<http://www.parlamentodelmercosur.org/innovaportal/file/7498/1/audiencia_publica_declaracion_sociolaboral_281108.pdf>, acesso em: 20 jun. 2014.

_____. **Proyecto de Norma - Corte de Justicia del Mercosur (MERCOSUR/PM/PN 02/2010)**, disponível em:

<<http://www.parlamentodelmercosur.org/innovaportal/file/5130/1/Proyecto%20de%20norma%20Corte%20de%20Justicia.pdf>>, acesso em: 08 jul. 2014.

_____. **Recomendação 16/2009 – Declaración Sociolaboral del MERCOSUR a la Categoría de Protocolo**, disponível em:

<http://www.parlamentodelmercosur.org/innovaportal/file/7344/1/rec_16_2009-declaracion_socio_laboral.pdf>, acesso em: 20 jun. 2014.

PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Código de direito internacional dos direitos humanos anotado**, São Paulo: DPJ Editora, 2008.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**, 7. ed. rev., ampl. e atual., São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. Direitos humanos: desafios da ordem internacional contemporânea, **Revista da Escola da Magistratura do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região**, São Paulo, a. 01, n. 01, set. 2006, p. 91-104.

_____. Migrantes sob a perspectiva dos direitos humanos, **Revista Diversitas**, a. 1, n. 1, São Paulo: DH/FFLCH/USP, set. 2013, p. 138-146.

PIRES, Julio Manuel e COSTA, Iraci del Nero da (Orgs.). **O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas**, São Paulo: EDUC: FAPESP, 2010.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**, São Paulo: Contexto, 1999.

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. **Compêndio da doutrina social da Igreja**, tradução da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), 3. ed., São Paulo: Paulinas, 2005.

RADBRUCH, Gustav. **Filosofia do direito**, tradução de Marlene Holzhausen, 2. ed., São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RAMÍREZ, Luis Enrique e SALVADOR, Luiz (Coords.). **Direito do trabalho**: por uma carta sociolaboral latino-americana, São Paulo: LTr, 2012.

RAMOS, André de Carvalho. **Direitos humanos na integração econômica**: análise comparativa da proteção de direitos humanos e conflitos jurisdicionais na União Europeia e MERCOSUL, Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

RÁO, Vicente. **O direito e a vida dos direitos**, 6. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**, 24. ed., São Paulo: Saraiva, 1999.

ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Antropologia jurídica, para uma filosofia antropológica do direito**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do trabalho e dignidade da pessoa humana**, in: MIRANDA, Jorge e SILVA, Marco Antonio Marques da. (Coords.). **Tratado luso-brasileiro da dignidade humana**, São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 1283-1296.

ROMITA, Arion Sayão (Org.). **Curso de direito constitucional do trabalho**: estudos em homenagem ao Professor Amauri Mascaro Nascimento, v. 1, São Paulo: LTr, 1991.

ROMITA, Arion Sayão. **Direitos fundamentais nas relações de trabalho**, 2. ed. rev. e aum., São Paulo: LTr, 2007.

ROSA, Elianne Maria Meira. **Constitucionalismo social no MERCOSUL**, São Paulo: Themis Livraria e Editora, 2002.

ROSS, César. La carta económica de las américas, 1945, **Revista de Estudios Latinoamericanos**, n. 8, a. 4, Chile: Universidad de Valparaíso, 2012, p. 57-82.

ROUQUIÉ, Alain. **O extremo ocidente**: introdução à América Latina, São Paulo: EDUSP, 1991.

SADER, Emir (Org.). **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini, Petrópolis: Vozes, 2000.

SALAMA, Pierre. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**, tradução de Emir Sader, 1. reimpr., São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista, Coleção Reinventar a Emancipação Social v. 2, 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. A deposição de Lugo e os limites da democracia na América Latina, **Cadernos PROLAM/USP**, a. 12, n. 22, São Paulo: LTr, 2013, p. 25-37.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**, 9. ed. rev. atual. e ampl., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

_____. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição de 1988**, 7. ed. rev., ampl. e atual., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SHERMAN, Howard J. e HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**, tradução de Jaime Larry Benchimol, 19. ed., Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**, atualizadores Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho, 26. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas, 7. ed., São Paulo: Contexto, 2006.

SUPIOT, Alain. **Homo juridicus**: ensaio sobre a função antropológica do direito, tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Convenções da OIT e outros tratados**, 3. ed., São Paulo: LTr, 2007.

_____. **Direito internacional do trabalho**, 3. ed. atual., São Paulo: LTr, 2000.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de adão**, v. 2, tradução de Renato Busatto Neto e Claudia Rocha de Almeida, 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TRABAJO decente para los jóvenes (*Decent Work for Youth*), disponível em: <<http://www.decentwork4youth.org/jovenes.php?sec=decente>>, acesso em: 17 abr. 2014.

TORRES, Ricardo Lobo. **A cidadania multidimensional na era dos direitos**, in: TORRES, Ricardo Lobo (Org.) **Teoria dos direitos fundamentais**, 2. ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 243-342.

URIARTE, Oscar Ermida. **A flexibilidade**, São Paulo: LTr, 2002.

URUGUAI. Constituição da República Oriental do Uruguai. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/constituciones/const004.htm>>, acesso em: 27 mar. 2014.

USP. **Biblioteca Virtual de Direitos Humanos**, Universidade de São Paulo, disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br>>, acesso em: 10 mar. 2014.

VENTURA, Deisy. **As assimetrias entre o MERCOSUL e a União Europeia: os desafios de uma associação inter-regional**, Barueri: Manole, 2003.

WAGNER, Eugênia Sales. **Hannah Arendt e Karl Marx: o mundo do trabalho**, 2. ed., Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

WOLKMER, Antonio Carlos e MELO, Milena Petters (Orgs.). **Constitucionalismo latino-americano: tendências contemporâneas**, Curitiba: Juruá, 2013.

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela 1 - MERCOSUL: Força de Trabalho (15-64 anos)

Ano	Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai		
	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)
1995	13.777	21.355	64,51	73.413	101.184	72,55	2.009	2.657	75,61	1.472	2.016	73,02
1996	13.980	21.683	64,47	73.138	103.589	70,60	2.024	2.735	74,01	1.487	2.030	73,23
1997	14.186	21.999	64,48	75.703	106.056	71,38	2.035	2.816	72,28	1.500	2.043	73,41
1998	14.399	22.309	64,54	77.454	108.533	71,36	2.044	2.900	70,48	1.514	2.055	73,69
1999	14.619	22.618	64,63	80.066	110.957	72,16	2.116	2.985	70,89	1.527	2.064	73,98
2000	14.841	22.930	64,72	81.375	113.277	71,84	2.191	3.071	71,33	1.536	2.070	74,20
2001	15.110	23.247	65,00	82.604	115.477	71,53	2.264	3.157	71,71	1.566	2.074	75,52
2002	15.375	23.566	65,24	85.238	117.566	72,50	2.333	3.244	71,92	1.550	2.076	74,66
2003	15.637	23.885	65,47	86.891	119.557	72,68	2.404	3.331	72,17	1.532	2.077	73,74
2004	16.784	24.204	69,34	89.454	121.473	73,64	2.475	3.419	72,40	1.535	2.079	73,83
2005	16.951	24.520	69,13	91.963	123.336	74,56	2.549	3.508	72,67	1.540	2.084	73,90
2006	17.186	24.834	69,20	92.884	125.141	74,22	2.624	3.597	72,94	1.573	2.092	75,19
2007	17.359	25.144	69,04	93.881	126.884	73,99	2.701	3.687	73,25	1.583	2.104	75,24
2008	17.529	25.449	68,88	95.462	128.587	74,24	2.769	3.779	73,28	1.601	2.117	75,63
2009	17.696	25.749	68,72	97.054	130.274	74,50	2.883	3.869	74,51	1.619	2.132	75,95
2010	17.670	26.042	67,85	98.738	131.962	74,82	2.883	3.959	72,83	1.633	2.145	76,13
2011	17.906	26.328	68,01	100.095	133.656	74,89	2.956	4.048	73,02	1.645	2.158	76,22
2012	18.139	26.607	68,17	101.422	135.347	74,93	3.029	4.137	73,21	1.656	2.170	76,31

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

Tabela 1.1 - MERCOSUL: Força de Trabalho Masculina (15-64 anos)

Ano	Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai		
	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)
1995	8.692	10.552	82,37	43.837	49.837	87,96	1.255	1.348	93,11	609	1.029	59,16
1996	8.785	10.718	81,96	43.932	51.009	86,13	1.279	1.388	92,19	621	1.035	60,02
1997	8.878	10.877	81,62	45.173	52.216	86,51	1.303	1.429	91,14	634	1.041	60,91
1998	8.971	11.033	81,31	45.990	53.432	86,07	1.324	1.472	89,91	647	1.046	61,81
1999	9.065	11.189	81,02	46.966	54.621	85,99	1.354	1.516	89,34	657	1.051	62,53
2000	9.159	11.347	80,72	47.648	55.758	85,45	1.384	1.559	88,74	666	1.054	63,20
2001	9.240	11.507	80,30	48.275	56.832	84,94	1.414	1.603	88,20	687	1.056	65,07
2002	9.318	11.668	79,86	49.309	57.849	85,24	1.451	1.646	88,12	681	1.056	64,52
2003	9.392	11.829	79,40	49.990	58.816	84,99	1.488	1.690	88,09	676	1.057	63,97
2004	9.916	11.990	82,70	51.172	59.747	85,65	1.526	1.733	88,05	678	1.057	64,14
2005	10.043	12.150	82,66	52.174	60.652	86,02	1.564	1.777	87,99	681	1.060	64,26
2006	10.184	12.308	82,74	52.590	61.529	85,47	1.602	1.822	87,94	681	1.064	64,00
2007	10.253	12.465	82,25	53.186	62.378	85,26	1.640	1.866	87,91	699	1.069	65,34
2008	10.317	12.620	81,75	54.071	63.207	85,55	1.687	1.911	88,27	709	1.075	65,94
2009	10.377	12.773	81,25	54.722	64.032	85,46	1.736	1.955	88,82	720	1.082	66,52
2010	10.533	12.922	81,51	55.389	64.860	85,40	1.753	1.999	87,71	727	1.088	66,85
2011	10.662	13.069	81,58	56.100	65.694	85,40	1.794	2.043	87,80	733	1.094	67,01
2012	10.790	13.212	81,67	56.795	66.530	85,37	1.833	2.086	87,89	739	1.099	67,19

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

Tabela 1.2 - MERCOSUL: Força de Trabalho Feminina (15-64 anos)

Ano	Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai		
	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)
1995	5.086	10.803	47,08	29.576	51.347	57,60	755	1.309	57,65	864	988	87,42
1996	5.195	10.965	47,38	29.205	52.581	55,54	745	1.347	55,31	865	995	86,94
1997	5.309	11.122	47,73	30.531	53.840	56,71	733	1.387	52,84	867	1.002	86,48
1998	5.429	11.276	48,15	31.464	55.101	57,10	720	1.428	50,44	867	1.008	86,02
1999	5.554	11.429	48,59	33.100	56.336	58,76	762	1.470	51,85	870	1.013	85,85
2000	5.682	11.584	49,06	33.727	57.520	58,64	807	1.512	53,35	871	1.017	85,61
2001	5.870	11.740	50,00	34.329	58.646	58,54	850	1.555	54,69	880	1.019	86,29
2002	6.058	11.898	50,91	35.930	59.717	60,17	883	1.598	55,27	869	1.020	85,13
2003	6.245	12.056	51,80	36.901	60.741	60,75	916	1.641	55,78	856	1.021	83,83
2004	6.868	12.214	56,23	38.283	61.727	62,02	949	1.685	56,33	857	1.022	83,89
2005	6.908	12.370	55,84	39.789	62.684	63,47	986	1.730	56,97	860	1.025	83,92
2006	7.002	12.525	55,90	40.294	63.612	63,34	1.023	1.776	57,60	893	1.029	86,77
2007	7.106	12.678	56,05	40.696	64.507	63,09	1.060	1.822	58,20	885	1.035	85,44
2008	7.212	12.829	56,22	41.391	65.379	63,31	1.083	1.868	57,97	892	1.042	85,57
2009	7.319	12.977	56,40	42.332	66.242	63,91	1.147	1.914	59,91	900	1.050	85,71
2010	7.138	13.120	54,40	43.349	67.102	64,60	1.130	1.960	57,65	906	1.057	85,66
2011	7.244	13.260	54,63	43.995	67.962	64,73	1.163	2.006	57,96	912	1.064	85,68
2012	7.349	13.395	54,86	44.627	68.817	64,85	1.195	2.051	58,28	918	1.071	85,71

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

Tabela 1.3 - MERCOSUL: Força de Trabalho Juvenil (15-24 anos)

Ano	Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai		
	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)
1995	3.198	6.120	52,26	20.592	31.443	65,49	652	905	72,04	335	531	63,09
1996	3.150	6.252	50,38	20.235	32.121	63,00	641	935	68,56	333	534	62,36
1997	3.099	6.363	48,71	20.901	32.839	63,65	628	968	64,88	331	534	61,99
1998	3.043	6.451	47,17	21.277	33.547	63,42	614	1.004	61,14	327	533	61,35
1999	2.976	6.517	45,66	21.771	34.180	63,69	635	1.040	61,06	321	529	60,68
2000	2.893	6.564	44,08	21.824	34.689	62,91	656	1.075	61,02	313	525	59,60
2001	2.876	6.588	43,66	21.795	35.062	62,16	676	1.109	60,96	315	519	60,69
2002	2.839	6.590	43,08	22.292	35.309	63,13	693	1.142	60,71	293	512	57,23
2003	2.790	6.581	42,39	22.290	35.426	62,92	710	1.171	60,64	272	505	53,86
2004	3.075	6.574	46,77	22.797	35.419	64,36	724	1.199	60,36	267	500	53,42
2005	3.024	6.579	45,96	23.200	35.297	65,73	737	1.224	60,21	265	497	53,27
2006	3.083	6.598	46,73	22.571	35.052	64,39	747	1.246	59,94	264	497	53,12
2007	3.010	6.629	45,41	22.227	34.697	64,06	755	1.265	59,68	273	501	54,49
2008	2.944	6.667	44,16	21.861	34.295	63,74	784	1.281	61,18	275	506	54,35
2009	2.881	6.704	42,97	21.488	33.924	63,34	833	1.296	64,28	277	512	54,12
2010	2.796	6.733	41,53	21.284	33.646	63,26	780	1.309	59,57	285	516	55,23
2011	2.796	6.753	41,41	21.142	33.475	63,16	790	1.321	59,84	287	518	55,41
2012	2.794	6.765	41,30	21.046	33.399	63,01	799	1.333	59,93	289	520	55,58

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

Tabela 1.4 - MERCOSUL: Força de Trabalho Juvenil Masculina (15-24 anos)

Ano	Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai		
	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)
1995	1.951	3.090	63,14	12.415	15.727	78,94	398	459	86,84	198	270	73,27
1996	1.928	3.157	61,06	12.165	16.084	75,63	400	474	84,49	196	272	72,13
1997	1.901	3.214	59,16	12.570	16.466	76,34	402	491	81,80	193	272	71,03
1998	1.870	3.259	57,37	12.749	16.847	75,68	401	509	78,76	190	271	69,93
1999	1.830	3.293	55,57	12.922	17.190	75,17	411	528	77,76	186	269	68,96
2000	1.780	3.318	53,66	12.932	17.468	74,03	419	546	76,75	181	267	67,86
2001	1.747	3.331	52,46	12.889	17.676	72,91	426	563	75,71	181	264	68,66
2002	1.703	3.334	51,07	13.046	17.818	73,22	438	579	75,63	170	260	65,23
2003	1.651	3.331	49,56	13.020	17.892	72,77	449	594	75,51	158	257	61,56
2004	1.869	3.329	56,13	13.243	17.900	73,98	458	608	75,34	155	254	61,18
2005	1.868	3.333	56,04	13.404	17.848	75,10	466	621	75,11	154	253	60,90
2006	1.866	3.344	55,80	13.033	17.730	73,51	473	632	74,81	154	253	60,71
2007	1.824	3.361	54,27	12.801	17.553	72,93	477	641	74,43	160	255	62,77
2008	1.785	3.381	52,79	12.594	17.351	72,58	486	649	74,84	162	257	62,86
2009	1.746	3.400	51,36	12.356	17.166	71,98	512	657	77,89	164	260	62,99
2010	1.750	3.415	51,22	12.183	17.028	71,55	487	664	73,43	169	263	64,19
2011	1.748	3.426	51,02	12.091	16.946	71,35	492	670	73,49	170	264	64,21
2012	1.745	3.433	50,83	12.027	16.914	71,11	497	676	73,54	170	265	64,26

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

Tabela 1.5 - MERCOSUL: Força de Trabalho Juvenil Feminina (15-24 anos)

Ano	Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai		
	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)	Força de Trabalho ('000)	População ('000)	Força de Trabalho (%)
1995	1.247	3.030	41,17	8.177	15.716	52,03	254	447	56,82	137	261	52,53
1996	1.223	3.095	39,51	8.071	16.037	50,33	241	461	52,23	138	263	52,51
1997	1.199	3.149	38,06	8.331	16.373	50,88	227	477	47,61	138	263	52,57
1998	1.174	3.192	36,77	8.528	16.700	51,06	213	495	43,04	138	262	52,65
1999	1.146	3.224	35,54	8.849	16.990	52,08	225	513	43,95	135	260	52,02
2000	1.113	3.246	34,28	8.892	17.221	51,63	238	530	44,87	132	258	51,26
2001	1.129	3.257	34,66	8.906	17.386	51,23	250	546	45,81	134	255	52,60
2002	1.137	3.256	34,91	9.246	17.491	52,86	256	562	45,50	124	252	49,25
2003	1.140	3.250	35,06	9.270	17.535	52,87	261	577	45,26	114	249	45,89
2004	1.206	3.245	37,16	9.554	17.519	54,54	266	591	45,05	112	246	45,59
2005	1.156	3.246	35,62	9.796	17.450	56,14	271	604	44,88	111	245	45,38
2006	1.217	3.254	37,41	9.538	17.322	55,06	275	615	44,73	111	245	45,40
2007	1.186	3.269	36,29	9.426	17.144	54,98	278	624	44,58	113	247	45,91
2008	1.159	3.287	35,27	9.267	16.943	54,70	298	632	47,19	113	249	45,49
2009	1.135	3.304	34,34	9.133	16.759	54,50	322	639	50,34	114	252	45,13
2010	1.047	3.318	31,56	9.101	16.618	54,77	293	646	45,45	117	254	46,18
2011	1.048	3.327	31,52	9.051	16.529	54,76	298	652	45,73	118	255	46,29
2012	1.049	3.333	31,48	9.019	16.485	54,71	303	657	46,01	119	256	46,44

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

Tabela 2 - MERCOSUL: Taxa de Inatividade Juvenil (15-24 anos)

Ano	Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai		
	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)
1995	6.120	2.921	47,74	31.443	10.851	34,51	906	253	27,97	531	196	36,92
1996	6.252	3.101	49,61	32.121	11.885	37,00	935	294	31,42	534	200	37,51
1997	6.363	3.263	51,28	32.839	11.938	36,35	968	339	35,06	535	203	38,04
1998	6.451	3.407	52,82	33.547	12.270	36,58	1.004	390	38,85	533	206	38,56
1999	6.517	3.542	54,34	34.180	12.409	36,31	1.041	405	38,89	530	209	39,37
2000	6.564	3.671	55,92	34.689	12.866	37,09	1.076	419	38,95	525	212	40,30
2001	6.588	3.711	56,34	35.063	13.268	37,84	1.109	433	39,02	519	204	39,23
2002	6.590	3.751	56,92	35.309	13.017	36,87	1.142	448	39,21	512	218	42,63
2003	6.582	3.791	57,60	35.427	13.137	37,08	1.172	462	39,40	505	233	46,15
2004	6.575	3.500	53,23	35.419	12.622	35,64	1.199	475	39,59	500	232	46,50
2005	6.579	3.555	54,03	35.297	12.097	34,27	1.224	487	39,79	497	232	46,74
2006	6.598	3.515	53,27	35.052	12.481	35,61	1.246	499	40,02	498	233	46,82
2007	6.630	3.619	54,60	34.697	12.470	35,94	1.265	510	40,29	501	228	45,52
2008	6.668	3.723	55,84	34.295	12.434	36,26	1.281	497	38,80	506	231	45,68
2009	6.705	3.823	57,03	33.924	12.436	36,66	1.296	463	35,70	512	234	45,79
2010	6.733	3.936	58,46	33.646	12.362	36,74	1.309	529	40,37	516	230	44,66
2011	6.753	3.956	58,59	33.475	12.333	36,84	1.322	531	40,20	519	231	44,59
2012	6.766	3.972	58,70	33.399	12.354	36,99	1.333	534	40,03	521	232	44,49

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA: A taxa de inatividade mede a população em idade para trabalhar que não está inserida no mercado de trabalho e nem à procura de emprego

Tabela 2.1 - MERCOSUL: Taxa de Inatividade Juvenil Masculina (15-24 anos)

Ano	Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai		
	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)
1995	3.090	1.139	36,86	15.727	3.312	21,06	459	60	13,16	270	72	26,73
1996	3.157	1.229	38,94	16.084	3.919	24,37	474	73	15,51	272	76	27,87
1997	3.214	1.312	40,84	16.466	3.896	23,66	491	89	18,20	272	79	28,97
1998	3.259	1.389	42,63	16.847	4.097	24,32	509	108	21,24	271	82	30,07
1999	3.293	1.463	44,43	17.190	4.268	24,83	528	117	22,24	269	84	31,04
2000	3.318	1.537	46,34	17.468	4.537	25,97	546	127	23,25	267	86	32,14
2001	3.331	1.584	47,54	17.676	4.788	27,09	563	137	24,29	264	83	31,34
2002	3.334	1.631	48,93	17.818	4.772	26,78	579	141	24,37	260	91	34,77
2003	3.331	1.680	50,44	17.892	4.872	27,23	594	146	24,49	257	99	38,44
2004	3.329	1.460	43,87	17.900	4.658	26,02	608	150	24,66	254	99	38,82
2005	3.333	1.465	43,96	17.848	4.443	24,90	621	155	24,89	253	99	39,10
2006	3.344	1.478	44,20	17.730	4.696	26,49	632	159	25,19	253	99	39,29
2007	3.361	1.537	45,73	17.553	4.753	27,07	641	164	25,57	255	95	37,23
2008	3.381	1.596	47,21	17.351	4.758	27,42	649	163	25,16	257	96	37,14
2009	3.400	1.654	48,64	17.166	4.810	28,02	657	145	22,11	260	96	37,01
2010	3.415	1.666	48,78	17.028	4.845	28,45	664	176	26,57	263	94	35,81
2011	3.426	1.678	48,98	16.946	4.855	28,65	670	178	26,51	264	95	35,79
2012	3.433	1.688	49,17	16.914	4.887	28,89	676	179	26,46	265	95	35,74

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA: A taxa de inatividade mede a população em idade para trabalhar que não está inserida no mercado de trabalho e nem à procura de emprego

Tabela 2.2 - MERCOSUL: Taxa de Inatividade Juvenil Feminina (15-24 anos)

Ano	Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai		
	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)
1995	3.030	1.783	58,83	15.716	7.539	47,97	447	193	43,18	261	124	47,47
1996	3.095	1.872	60,49	16.037	7.966	49,67	461	220	47,77	263	125	47,49
1997	3.149	1.951	61,94	16.373	8.042	49,12	477	250	52,39	263	125	47,43
1998	3.192	2.018	63,23	16.700	8.173	48,94	495	282	56,96	262	124	47,35
1999	3.224	2.078	64,46	16.990	8.141	47,92	513	287	56,05	260	125	47,98
2000	3.246	2.133	65,72	17.221	8.329	48,37	530	292	55,13	258	126	48,74
2001	3.257	2.128	65,34	17.386	8.480	48,77	546	296	54,19	255	121	47,40
2002	3.256	2.120	65,09	17.491	8.245	47,14	562	306	54,50	252	128	50,75
2003	3.250	2.111	64,94	17.535	8.265	47,13	577	316	54,74	249	134	54,11
2004	3.245	2.039	62,84	17.519	7.965	45,46	591	325	54,95	246	134	54,41
2005	3.246	2.090	64,38	17.450	7.654	43,86	604	333	55,12	245	134	54,62
2006	3.254	2.037	62,59	17.322	7.784	44,94	615	340	55,27	245	134	54,60
2007	3.269	2.083	63,71	17.144	7.718	45,02	624	346	55,42	247	133	54,09
2008	3.287	2.127	64,73	16.943	7.676	45,30	632	334	52,81	249	136	54,51
2009	3.304	2.169	65,66	16.759	7.626	45,50	639	317	49,66	252	138	54,87
2010	3.318	2.270	68,44	16.618	7.517	45,23	646	352	54,55	254	136	53,82
2011	3.327	2.278	68,48	16.529	7.478	45,24	652	354	54,27	255	137	53,71
2012	3.333	2.284	68,52	16.485	7.466	45,29	657	355	53,99	256	137	53,56

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA: A taxa de inatividade mede a população em idade para trabalhar que não está inserida no mercado de trabalho e nem à procura de emprego

Tabela 2.3 - MERCOSUL: Taxa de Inatividade (15-64 anos)

Ano	Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai		
	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)
1995	21.355	7.577	35,48	101.184	27.771	27,45	2.657	647	24,36	2.017	545	27,00
1996	21.683	7.703	35,53	103.589	30.452	29,40	2.735	710	25,97	2.031	544	26,79
1997	21.999	7.813	35,51	106.056	30.352	28,62	2.816	781	27,72	2.043	542	26,55
1998	22.309	7.909	35,45	108.533	31.079	28,64	2.900	856	29,52	2.055	541	26,31
1999	22.618	7.999	35,37	110.957	30.890	27,84	2.986	869	29,12	2.064	537	26,02
2000	22.930	8.089	35,28	113.277	31.903	28,16	3.072	881	28,69	2.071	534	25,79
2001	23.247	8.137	35,00	115.477	32.872	28,47	3.158	894	28,30	2.075	509	24,51
2002	23.566	8.190	34,75	117.566	32.328	27,50	3.244	910	28,06	2.077	527	25,36
2003	23.885	8.248	34,53	119.557	32.666	27,32	3.331	927	27,83	2.077	546	26,27
2004	24.204	7.420	30,66	121.474	32.019	26,36	3.419	943	27,59	2.079	544	26,16
2005	24.520	7.569	30,87	123.336	31.373	25,44	3.508	958	27,31	2.084	544	26,08
2006	24.834	7.648	30,80	125.141	32.257	25,78	3.597	973	27,04	2.093	519	24,80
2007	25.144	7.785	30,96	126.884	33.003	26,01	3.688	987	26,77	2.104	521	24,77
2008	25.449	7.920	31,12	128.587	33.125	25,76	3.779	1.009	26,71	2.118	517	24,39
2009	25.749	8.053	31,28	130.274	33.220	25,50	3.869	986	25,49	2.132	512	24,03
2010	26.042	8.372	32,15	131.962	33.224	25,18	3.959	1.076	27,17	2.145	512	23,88
2011	26.328	8.423	31,99	133.656	33.561	25,11	4.049	1.092	26,98	2.158	513	23,78
2012	26.607	8.468	31,83	135.347	33.925	25,07	4.137	1.108	26,79	2.171	514	23,67

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA: A taxa de inatividade mede a população em idade para trabalhar que não está inserida no mercado de trabalho e nem à procura de emprego

Tabela 2.4 - MERCOSUL: Taxa de Inatividade Masculina (15-64 anos)

Ano	Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai		
	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)
1995	10.552	1.861	17,63	49.837	5.999	12,04	1.348	93	06,89	988	124	12,58
1996	10.718	1.933	18,04	51.009	7.076	13,87	1.388	108	07,81	995	130	13,06
1997	10.877	2.000	18,38	52.216	7.043	13,49	1.429	127	08,86	1.002	136	13,52
1998	11.033	2.062	18,69	53.432	7.442	13,93	1.472	149	10,09	1.008	141	13,98
1999	11.189	2.124	18,98	54.621	7.655	14,01	1.516	162	10,66	1.013	143	14,15
2000	11.347	2.188	19,28	55.758	8.110	14,55	1.559	176	11,26	1.017	146	14,39
2001	11.507	2.267	19,70	56.832	8.556	15,06	1.603	189	11,80	1.019	140	13,71
2002	11.668	2.350	20,14	57.849	8.540	14,76	1.646	196	11,88	1.020	152	14,87
2003	11.829	2.437	20,60	58.816	8.826	15,01	1.690	201	11,91	1.021	165	16,17
2004	11.990	2.074	17,30	59.747	8.575	14,35	1.733	207	11,95	1.022	165	16,11
2005	12.150	2.107	17,34	60.652	8.477	13,98	1.777	213	12,01	1.025	165	16,08
2006	12.308	2.124	17,26	61.529	8.940	14,53	1.822	220	12,06	1.029	136	13,23
2007	12.465	2.213	17,75	62.378	9.192	14,74	1.866	226	12,09	1.035	151	14,56
2008	12.620	2.303	18,25	63.207	9.137	14,45	1.911	224	11,73	1.042	150	14,43
2009	12.773	2.395	18,75	64.032	9.310	14,54	1.955	219	11,18	1.050	150	14,29
2010	12.922	2.389	18,49	64.860	9.471	14,60	1.999	246	12,29	1.057	152	14,34
2011	13.069	2.407	18,42	65.694	9.594	14,60	2.043	249	12,20	1.064	152	14,32
2012	13.212	2.422	18,33	66.530	9.735	14,63	2.086	253	12,11	1.071	153	14,29

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA: A taxa de inatividade mede a população em idade para trabalhar que não está inserida no mercado de trabalho e nem à procura de emprego

Tabela 2.5 - MERCOSUL: Taxa de Inatividade Feminina (15-64 anos)

Ano	Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai		
	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)	População ('000)	População Inativa ('000)	Taxa de Inatividade (%)
1995	10.803	5.717	52,92	51.347	21.772	42,40	1.309	554	42,35	1.029	420	40,84
1996	10.965	5.770	52,62	52.581	23.375	44,46	1.347	602	44,69	1.035	414	39,98
1997	11.122	5.813	52,27	53.840	23.309	43,29	1.387	654	47,16	1.041	407	39,09
1998	11.276	5.847	51,85	55.101	23.637	42,90	1.428	708	49,56	1.046	400	38,19
1999	11.429	5.875	51,41	56.336	23.235	41,24	1.470	708	48,15	1.051	394	37,47
2000	11.584	5.901	50,94	57.520	23.792	41,36	1.512	705	46,65	1.054	388	36,80
2001	11.740	5.870	50,00	58.646	24.316	41,46	1.555	705	45,31	1.056	369	34,93
2002	11.898	5.840	49,09	59.717	23.788	39,83	1.598	715	44,73	1.056	375	35,48
2003	12.056	5.811	48,20	60.741	23.840	39,25	1.641	726	44,22	1.057	381	36,03
2004	12.214	5.346	43,77	61.727	23.444	37,98	1.685	736	43,67	1.057	379	35,86
2005	12.370	5.463	44,16	62.684	22.896	36,53	1.730	745	43,03	1.060	379	35,74
2006	12.525	5.523	44,10	63.612	23.318	36,66	1.776	753	42,40	1.064	383	36,00
2007	12.678	5.572	43,95	64.507	23.811	36,91	1.822	762	41,80	1.069	370	34,66
2008	12.829	5.617	43,78	65.379	23.988	36,69	1.868	785	42,03	1.075	366	34,06
2009	12.977	5.658	43,60	66.242	23.910	36,09	1.914	767	40,09	1.082	362	33,48
2010	13.120	5.982	45,60	67.102	23.753	35,40	1.960	830	42,35	1.088	361	33,15
2011	13.260	6.016	45,37	67.962	23.967	35,27	2.006	843	42,04	1.094	361	32,99
2012	13.395	6.046	45,14	68.817	24.190	35,15	2.051	856	41,72	1.099	361	32,81

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA: A taxa de inatividade mede a população em idade para trabalhar que não está inserida no mercado de trabalho e nem à procura de emprego

Tabela 3 - Brasil: Emprego por Setor

Ano	Emprego Total ('000)	Agricultura ('000)	Agricultura (%)	Indústria ('000)	Indústria (%)	Serviços ('000)	Serviços (%)
1995	69.629	18.154	26,07	13.640	19,59	37.835	54,34
1996	67.920	16.541	24,35	13.516	19,90	37.863	55,75
1997	69.332	16.771	24,19	13.864	20,00	38.696	55,81
1998	69.963	16.338	23,35	14.072	20,11	39.553	56,53
1999	71.676	17.372	24,24	13.805	19,26	40.498	56,50
2000	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2001	75.458	15.534	20,59	15.066	19,97	44.858	59,45
2002	78.959	16.277	20,61	16.862	21,36	45.618	57,77
2003	80.163	16.568	20,67	16.742	20,88	46.656	58,20
2004	84.596	17.734	20,96	17.757	20,99	48.877	57,78
2005	87.189	17.831	20,45	18.655	21,40	50.503	57,92
2006	89.318	17.264	19,33	19.073	21,35	52.765	59,08
2007	90.786	16.579	18,26	19.954	21,98	54.043	59,53
2008	92.395	16.100	17,43	20.900	22,62	55.194	59,74
2009	92.689	15.715	16,95	20.492	22,11	56.280	60,72
2010	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2011	92.466	14.124	15,28	20.220	21,87	57.991	62,72
2012	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA: os dados excluem a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

Tabela 3.1 - Argentina: Emprego por Setor

Ano	Emprego Total ('000)	Agricultura ('000)	Agricultura (%)	Indústria ('000)	Indústria (%)	Serviços ('000)	Serviços (%)
1995	4.157	26	0,62	1.121	26,97	2.992	71,97
1996	7.370	56	0,76	1.834	24,89	5.444	73,87
1997	7.858	62	0,79	1.997	25,41	5.752	73,20
1998	8.279	63	0,76	2.053	24,80	6.130	74,05
1999	8.285	62	0,74	1.955	23,60	6.239	75,30
2000	8.261	55	0,67	1.873	22,67	6.294	76,19
2001	8.143	67	0,82	1.786	21,93	6.259	76,86
2002	8.016	78	0,98	1.617	20,17	6.294	78,52
2003	8.956	124	1,39	1.939	21,65	6.831	76,27
2004	9.415	109	1,16	2.169	23,04	7.104	75,45
2005	9.638	107	1,11	2.263	23,47	7.237	75,09
2006	9.926	104	1,05	2.345	23,62	7.456	75,12
2007	10.176	94	0,92	2.463	24,20	7.579	74,48
2008	10.280	122	1,19	2.455	23,88	7.641	74,33
2009	10.401	127	1,22	2.400	23,07	7.819	75,18
2010	10.532	133	1,26	2.446	23,22	7.894	74,95
2011	10.766	129	1,20	2.564	23,82	8.008	74,38
2012	10.844	66	0,61	2.537	23,39	8.170	75,35

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

(1) de 1995 a 2005 inclui 28 aglomerações urbanas

(2) de 2006 a 2012 inclui 31 aglomerações urbanas

Tabela 3.2 - Paraguai: Emprego por Setor

Ano	Emprego Total ('000)	Agricultura ('000)	Agricultura (%)	Indústria ('000)	Indústria (%)	Serviços ('000)	Serviços (%)
1995	2.366	948	40,06	395	16,69	1.023	43,24
1996	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1997	2.038	567	27,82	379	18,59	1.092	53,59
1998	2.151	618	28,72	392	18,22	1.141	53,06
1999	2.195	668	30,43	398	18,14	1.129	51,44
2000	2.413	768	31,83	408	16,91	1.236	51,22
2001	2.413	768	31,83	408	16,91	1.236	51,22
2002	2.260	774	34,25	344	15,22	1.136	50,26
2003	2.350	764	32,51	361	15,36	1.224	52,09
2004	2.560	852	33,28	422	16,48	1.286	50,23
2005	2.617	847	32,37	411	15,71	1.358	51,89
2006	2.554	797	31,21	440	17,23	1.315	51,51
2007	2.716	801	29,48	491	18,08	1.424	52,42
2008	2.810	745	26,51	531	18,90	1.532	54,52
2009	2.960	871	29,43	510	17,23	1.573	53,14
2010	2.918	782	26,80	549	18,81	1.584	54,28
2011	3.034	801	26,41	518	17,07	1.709	56,31
2012	3.247	883	27,20	522	16,08	1.840	56,67

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA: os anos 2011 e 2012 excluem os departamentos de Boquerón e Alto Paraguay

Tabela 3.3 - Uruguai: Emprego por Setor

Ano	Emprego Total ('000)	Agricultura ('000)	Agricultura (%)	Indústria ('000)	Indústria (%)	Serviços ('000)	Serviços (%)
1995	1.206	58	4,78	321	26,62	827	68,56
1996	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1997	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1998	1.104	43	3,91	272	24,64	788	71,37
1999	1.082	42	3,86	272	25,14	768	70,96
2000	1.067	43	4,06	263	24,68	761	71,30
2001	1.076	45	4,22	256	23,82	777	72,21
2002	1.038	44	4,21	233	22,42	764	73,55
2003	1.032	47	4,54	222	21,50	765	74,16
2004	1.075	54	5,01	231	21,45	791	73,59
2005	1.115	52	4,64	244	21,87	819	73,49
2006	1.414	157	11,11	300	21,24	954	67,51
2007	1.482	163	11,00	322	21,73	997	67,25
2008	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2009	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2010	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2011	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2012	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

Tabela 3.4 - Brasil: Emprego Masculino por Setor

Ano	Emprego Total ('000)	Agricultura ('000)	Agricultura (%)	Indústria ('000)	Indústria (%)	Serviços ('000)	Serviços (%)
1995	41.864	11.908	28,44	11.056	26,41	18.900	45,15
1996	41.244	11.285	27,36	10.959	26,57	19.000	46,07
1997	41.978	11.254	26,81	11.245	26,79	19.477	46,40
1998	42.312	10.996	25,99	11.409	26,96	19.907	47,05
1999	42.813	11.470	26,79	11.064	25,84	20.279	47,37
2001	44.748	10.577	23,64	12.019	26,86	22.152	49,50
2002	46.334	10.892	23,51	12.727	27,47	22.535	48,64
2003	46.935	11.228	23,92	12.496	26,62	23.039	49,09
2004	49.242	12.063	24,50	13.193	26,79	23.778	48,29
2005	50.494	11.955	23,68	13.773	27,28	24.582	48,68
2006	51.400	11.571	22,51	14.135	27,50	25.493	49,60
2007	52.363	11.250	21,48	14.881	28,42	26.057	49,76
2008	53.193	10.952	20,59	15.600	29,33	26.466	49,75
2009	53.196	10.892	20,48	15.297	28,76	26.819	50,42
2011	53.362	9.831	18,42	15.606	29,24	27.828	52,15
2012	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA: os dados excluem a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

Tabela 3.5 - Argentina: Emprego Masculino por Setor

Ano	Emprego Total ('000)	Agricultura ('000)	Agricultura (%)	Indústria ('000)	Indústria (%)	Serviços ('000)	Serviços (%)
1995	2.574	20	00,79	888	34,49	1.658	64,38
1996	4.604	50	01,09	1.500	32,57	3.033	65,86
1997	4.897	55	01,11	1.665	34,00	3.145	64,23
1998	5.057	56	01,11	1.718	33,98	3.263	64,52
1999	4.971	54	01,09	1.603	32,25	3.297	66,31
2000	4.942	48	00,96	1.537	31,09	3.333	67,45
2001	4.832	58	01,20	1.448	29,97	3.316	68,61
2002	4.654	62	01,34	1.300	27,94	3.280	70,48
2003	5.151	87	01,68	1.506	29,24	3.518	68,30
2004	5.447	74	01,36	1.708	31,35	3.646	66,93
2005	5.557	81	01,46	1.816	32,67	3.645	65,58
2006	5.754	83	01,45	1.895	32,93	3.762	65,38
2007	5.953	77	01,30	2.017	33,89	3.836	64,44
2008	5.997	107	01,78	2.013	33,57	3.839	64,01
2009	6.005	110	01,83	1.970	32,81	3.888	64,75
2010	6.148	116	01,89	2.029	33,00	3.964	64,47
2011	6.324	114	01,80	2.113	33,41	4.061	64,20
2012	6.333	53	00,84	2.107	33,26	4.127	65,17

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

(1) de 1995 a 2005 inclui 28 aglomerações urbanas

(2) de 2006 a 2012 inclui 31 aglomerações urbanas

Tabela 3.6 - Paraguai: Emprego Masculino por Setor

Ano	Emprego Total ('000)	Agricultura ('000)	Agricultura (%)	Indústria ('000)	Indústria (%)	Serviços ('000)	Serviços (%)
1995	1.402	596	42,50	318	22,72	488	34,78
1996	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1997	1.309	468	35,76	298	22,78	543	41,46
1998	1.392	511	36,69	311	22,31	571	41,00
1999	1.395	535	38,34	306	21,91	554	39,73
2000	1.491	581	38,97	313	20,96	597	40,05
2001	1.491	581	38,97	313	20,96	597	40,05
2002	1.431	609	42,58	263	18,39	556	38,82
2003	1.461	582	39,81	272	18,60	607	41,56
2004	1.562	608	38,95	309	19,82	644	41,22
2005	1.598	620	38,77	320	20,03	658	41,20
2006	1.593	590	37,07	354	22,25	648	40,68
2007	1.654	551	33,33	397	24,03	705	42,63
2008	1.726	537	31,12	427	24,74	762	44,14
2009	1.815	624	34,39	393	21,65	795	43,79
2010	1.808	570	31,55	455	25,15	782	43,26
2011	1.818	556	30,60	415	22,80	844	46,40
2012	1.910	575	30,10	415	21,70	921	48,20

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA: os anos 2011 e 2012 excluem os departamentos de Boquerón e Alto Paraguay

Tabela 3.7 - Uruguai: Emprego Masculino por Setor

Ano	Emprego Total ('000)	Agricultura ('000)	Agricultura (%)	Indústria ('000)	Indústria (%)	Serviços ('000)	Serviços (%)
1995	707	50	07,06	238	33,68	419	59,26
1996	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1997	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1998	635	36	05,73	207	32,58	392	61,67
1999	624	36	05,80	210	33,59	378	60,61
2000	613	38	06,21	202	33,00	373	60,74
2001	618	38	06,10	195	31,50	386	62,44
2002	598	38	06,36	179	29,95	381	63,69
2003	590	39	06,66	168	28,54	382	64,80
2004	617	46	07,42	174	28,15	398	64,43
2005	620	44	07,14	180	29,09	395	63,76
2006	822	127	15,41	227	27,54	468	56,93
2007	853	133	15,58	243	28,47	477	55,95
2008	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2009	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2010	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2011	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2012	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

Tabela 3.8 - Brasil: Emprego Feminino por Setor

Ano	Emprego Total ('000)	Agricultura ('000)	Agricultura (%)	Indústria ('000)	Indústria (%)	Serviços ('000)	Serviços (%)
1995	27.765	6.246	22,50	2.585	09,31	18.934	68,19
1996	26.677	5.256	19,70	2.558	09,59	18.863	70,71
1997	27.354	5.516	20,17	2.620	09,58	19.219	70,26
1998	27.650	5.342	19,32	2.663	09,63	19.645	71,05
1999	28.864	5.902	20,45	2.741	09,50	20.221	70,06
2001	30.711	4.957	16,14	3.047	09,92	22.707	73,94
2002	32.625	5.384	16,50	4.135	12,67	23.082	70,75
2003	33.228	5.341	16,07	4.247	12,78	23.617	71,08
2004	35.354	5.671	16,04	4.564	12,91	25.100	71,00
2005	36.696	5.876	16,01	4.882	13,30	25.923	70,64
2006	37.918	5.692	15,01	4.936	13,02	27.269	71,92
2007	38.423	5.329	13,87	5.072	13,20	27.985	72,83
2008	39.202	5.149	13,13	5.300	13,52	28.728	73,28
2009	39.493	4.822	12,21	5.195	13,15	29.460	74,60
2011	39.104	4.293	10,98	4.615	11,80	30.163	77,14
2012	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA: os dados excluem a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

Tabela 3.9 - Argentina: Emprego Feminino por Setor

Ano	Emprego Total ('000)	Agricultura ('000)	Agricultura (%)	Indústria ('000)	Indústria (%)	Serviços ('000)	Serviços (%)
1995	1.583	5,6	00,35	234	14,79	1.335	84,36
1996	2.766	5,9	00,21	335	12,10	2.413	87,24
1997	2.962	7,2	00,24	332	11,21	2.607	88,03
1998	3.222	7,0	00,22	335	10,40	2.867	89,00
1999	3.314	7,5	00,23	352	10,63	2.942	88,78
2000	3.320	7,7	00,23	337	10,15	2.961	89,18
2001	3.311	9,4	00,28	339	10,24	2.944	88,92
2002	3.363	16	00,48	316	09,40	3.015	89,67
2003	3.805	38	00,99	433	11,38	3.313	87,06
2004	3.968	35	00,88	462	11,64	3.459	87,18
2005	4.081	26	00,64	447	10,95	3.592	88,02
2006	4.172	21	00,50	450	10,80	3.694	88,54
2007	4.223	17	00,39	446	10,55	3.743	88,64
2008	4.283	15	00,36	442	10,32	3.802	88,79
2009	4.397	18	00,40	430	09,78	3.931	89,40
2010	4.384	17	00,39	418	09,53	3.931	89,66
2011	4.441	15	00,33	452	10,18	3.948	88,88
2012	4.510	13	00,29	429	09,52	4.044	89,65

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

(1) de 1995 a 2005 inclui 28 aglomerações urbanas

(2) de 2006 a 2012 inclui 31 aglomerações urbanas

Tabela 3.10 - Paraguai: Emprego Feminino por Setor

Ano	Emprego Total ('000)	Agricultura ('000)	Agricultura (%)	Indústria ('000)	Indústria (%)	Serviços ('000)	Serviços (%)
1995	965	352	36,52	77	07,94	536	55,54
1996	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1997	729	99	13,63	81	11,05	549	75,31
1998	758	107	14,11	81	10,71	570	75,18
1999	801	133	16,62	92	11,54	575	71,84
2000	922	188	20,34	96	10,42	639	69,23
2001	922	188	20,34	96	10,42	639	69,23
2002	828	166	19,98	82	09,84	580	70,03
2003	890	183	20,53	90	10,13	617	69,34
2004	999	244	24,40	113	11,31	642	64,28
2005	1.019	228	22,32	92	08,99	700	68,68
2006	961	207	21,57	86	08,91	667	69,46
2007	1.063	249	23,47	94	08,87	719	67,63
2008	1.084	208	19,19	105	09,65	771	71,11
2009	1.146	248	21,62	117	10,21	779	67,97
2010	1.111	212	19,11	95	08,53	803	72,26
2011	1.217	246	20,20	103	08,50	866	71,20
2012	1.337	307	23,00	108	08,10	921	68,90

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA: os anos 2011 e 2012 excluem os departamentos de Boquerón e Alto Paraguay

Tabela 3.11 - Uruguai: Emprego Feminino por Setor

Ano	Emprego Total ('000)	Agricultura ('000)	Agricultura (%)	Indústria ('000)	Indústria (%)	Serviços ('000)	Serviços (%)
1995	499	8	01,56	83	16,68	408	81,74
1996	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1997	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1998	468	7	01,47	66	14,11	395	84,42
1999	458	6	01,24	64	13,90	389	84,86
2000	454	5	01,14	61	13,41	388	85,45
2001	459	8	01,68	62	13,46	389	84,91
2002	440	6	01,29	54	12,22	381	86,49
2003	442	8	01,70	54	12,16	381	86,16
2004	461	9	01,85	58	12,59	394	85,56
2005	494	7	01,50	64	12,84	424	85,66
2006	591	31	05,16	74	12,47	486	82,25
2007	629	30	04,83	79	12,61	519	82,51
2008	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2009	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2010	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2011	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2012	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

Tabela 4 - Brasil: Emprego por Setores Econômicos (CIIU, Rev. 2, 1968)

Ano	Emprego total ('000)	1 ('000)	1 (%)	2 ('000)	2 (%)	3 ('000)	3 (%)	4 ('000)	4 (%)	5 ('000)	5 (%)	6 ('000)	6 (%)	7 ('000)	7 (%)	8 ('000)	8 (%)	9 ('000)	9 (%)
1995	69.629	18.154	26,07	863	1,24	8.548	12,28	xx	xx	4.229	6,07	9.117	13,09	2.543	3,65	1.334	1,92	24.841	35,68
1996	67.920	16.541	24,35	769	1,13	8.410	12,38	xx	xx	4.337	6,39	9.071	13,36	2.553	3,76	1.308	1,93	24.931	36,71
1997	69.332	16.771	24,19	774	1,12	8.507	12,27	xx	xx	4.583	6,61	9.223	13,30	2.759	3,98	1.278	1,84	25.436	36,69
1998	69.963	16.338	23,35	862	1,23	8.230	11,76	xx	xx	4.980	7,12	9.417	13,46	2.787	3,98	1.309	1,87	26.040	37,22
1999	71.676	17.372	24,24	783	1,09	8.279	11,55	xx	xx	4.743	6,62	9.618	13,42	2.815	3,93	1.344	1,88	26.721	37,28
2000	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2001	75.458	15.534	20,59	844	1,12	9.300	12,32	xx	xx	4.922	6,52	10.785	14,29	3.168	4,20	1.341	1,78	29.564	39,18
2002	78.180	16.141	20,65	252	0,32	10.569	13,52	310	0,40	5.558	7,11	16.316	20,87	3.654	4,67	2.111	2,70	23.068	29,51
2003	79.251	16.409	20,71	310	0,39	10.749	13,56	328	0,41	5.158	6,51	16.906	21,33	3.681	4,64	2.219	2,80	23.295	29,39
2004	84.596	17.734	20,96	325	0,38	11.724	13,86	354	0,42	5.354	6,33	17.676	20,89	3.894	4,60	2.275	2,69	25.033	29,59
2005	87.090	17.814	20,45	317	0,36	12.322	14,15	359	0,41	5.636	6,47	18.668	21,44	3.962	4,55	2.336	2,68	25.478	29,25
2006	89.318	17.264	19,33	343	0,38	12.496	13,99	396	0,44	5.837	6,54	19.143	21,43	4.064	4,55	2.530	2,83	27.027	30,26
2007	90.786	16.579	18,26	379	0,42	13.105	14,44	363	0,40	6.107	6,73	19.660	21,66	4.374	4,82	2.696	2,97	27.315	30,09
2008	92.395	16.100	17,43	355	0,38	13.266	14,36	375	0,41	6.905	7,47	19.685	21,31	4.596	4,97	2.733	2,96	28.180	30,50
2009	92.395	16.100	17,43	355	0,38	13.266	14,36	375	0,41	6.905	7,47	19.685	21,31	4.596	4,97	2.733	2,96	28.180	30,50
2010	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2011	92.466	14.124	15,28	376	0,41	11.715	12,67	346	0,37	7.783	8,42	20.987	22,70	5.101	5,52	2.791	3,02	29.112	31,48

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

(1) os dados excluem a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

(2) não há dados disponíveis para os anos de 2000, 2010 e 2012

(3) os setores se baseiam na Classificação Industrial Internacional Uniforme das Atividades Econômicas (CIIU, Rev. 2, 1968)

(4) utilizou-se a CIIU de 1968 pois não havia dados disponíveis para o Paraguai e o Uruguai na CIIU, Rev. 3 de 1990, prejudicando a análise comparativa

LEGENDA

1 - Agricultura, caça, pecuária e silvicultura	6 - Comércio em geral, restaurantes e hotéis
2 Exploração de minas e pedreiras	7 - Transportes, armazenamento e comunicações
3 - Indústrias manufatureiras	8 - Estabelecimentos financeiros, seguros, bens imóveis e serviços prestados a empresas
4 - Eletricidade, gás e água	9 - Serviços comunitários, sociais e pessoais
5 - Construção	

Tabela 4.1 - Argentina: Emprego por Setores Econômicos (CIIU, Rev. 2, 1968)

Ano	Emprego total ('000)	1 ('000)	1 (%)	2 ('000)	2 (%)	3 ('000)	3 (%)	4 ('000)	4 (%)	5 ('000)	5 (%)	6 ('000)	6 (%)	7 ('000)	7 (%)	8 ('000)	8 (%)	9 ('000)	9 (%)
1995	4.170	18	0,43	xx	xx	846	20,28	25	0,59	267	6,41	811	19,45	373	8,95	464	11,13	1.345	32,25
1996	4.199	8	0,19	xx	xx	803	19,13	34	0,80	285	6,78	833	19,85	379	9,02	470	11,21	1.363	32,47
1997	4.508	16	0,35	xx	xx	852	18,91	26	0,57	305	6,77	836	18,54	399	8,86	516	11,46	1.516	33,64
1998	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1999	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2000	8.352	54	0,64	16	0,19	1.159	13,88	47	0,56	641	7,67	1.746	20,91	680	8,14	804	9,62	3.165	37,89
2001	8.010	64	0,80	19	0,23	1.105	13,79	48	0,60	563	7,03	1.682	21,00	630	7,86	717	8,96	3.160	39,46
2002	8.469	99	1,17	22	0,26	1.076	12,70	40	0,47	555	6,55	1.588	18,75	612	7,23	764	9,03	3.696	43,63
2003	8.957	124	1,39	28	0,32	1.231	13,74	47	0,53	633	7,07	2.077	23,19	589	6,57	805	8,99	3.364	37,56
2004	9.415	109	1,16	33	0,35	1.360	14,45	44	0,47	732	7,77	2.267	24,08	648	6,88	820	8,71	3.370	35,79
2005	9.639	107	1,11	31	0,32	1.360	14,11	49	0,51	823	8,54	2.267	23,52	649	6,73	906	9,40	3.419	35,47
2006	10.041	82	0,82	40	0,40	1.411	14,05	44	0,44	885	8,81	2.399	23,90	644	6,41	999	9,95	3.512	34,97
2007	9.415	109	1,16	33	0,35	1.360	14,45	44	0,47	732	7,77	2.267	24,08	648	6,88	820	8,71	3.370	35,79
2008	9.639	107	1,11	31	0,32	1.360	14,11	49	0,51	823	8,54	2.267	23,52	649	6,73	906	9,40	3.419	35,47
2009	10.041	82	0,82	40	0,40	1.411	14,05	44	0,44	885	8,81	2.399	23,90	644	6,41	999	9,95	3.512	34,97
2010	10.532	133	1,27	43	0,41	1.428	13,56	91	0,86	914	8,68	2.427	23,05	722	6,85	1.116	10,60	3.601	34,20
2011	10.766	129	1,20	49	0,45	1.473	13,68	106	0,98	971	9,02	2.474	22,98	728	6,76	1.123	10,43	3.651	33,91

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

(1) os dados de 1995 a 1997 correspondem a Buenos Aires metropolitana

(2) de 2000 a 2009 inclui 28 aglomerações urbanas e em 2010 e 2011 inclui 31 aglomerações urbanas

(2) não há dados disponíveis para os anos de 1998, 1999 e 2012

(3) os setores se baseiam na Classificação Industrial Internacional Uniforme das Atividades Econômicas (CIIU, Rev. 2, 1968)

(4) utilizou-se a CIIU de 1968 pois não havia dados disponíveis para o Paraguai e o Uruguai na CIIU, Rev. 3 de 1990, prejudicando a análise comparativa

LEGENDA

1 - Agricultura, caça, pecuária e silvicultura	6 - Comércio em geral, restaurantes e hotéis
2 Exploração de minas e pedreiras	7 - Transportes, armazenamento e comunicações
3 - Indústrias manufatureiras	8 - Estabelecimentos financeiros, seguros, bens imóveis e serviços prestados a empresas
4 - Eletricidade, gás e água	9 - Serviços comunitários, sociais e pessoais
5 - Construção	

Tabela 4.2 - Paraguai: Emprego por Setores Econômicos (CIU, Rev. 2, 1968)

Ano	Emprego total ('000)	1 ('000)	1 (%)	2 ('000)	2 (%)	3 ('000)	3 (%)	4 ('000)	4 (%)	5 ('000)	5 (%)	6 ('000)	6 (%)	7 ('000)	7 (%)	8 ('000)	8 (%)	9 ('000)	9 (%)
1995	2.366	948	40,06	3,8	0,16	262	11,09	10	0,42	119	5,02	491	20,75	67	2,84	59	2,49	406	17,16
1996	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1997	2.039	568	27,84	3,2	0,16	257	12,61	13	0,62	106	5,20	487	23,87	84	4,14	71	3,49	450	22,07
1998	2.151	618	28,72	3,4	0,16	268	12,45	13	0,62	107	4,98	520	24,16	85	3,94	73	3,41	463	21,54
1999	2.196	668	30,42	3,7	0,17	269	12,26	11	0,48	114	5,21	466	21,24	95	4,30	78	3,54	491	22,35
2000	2.414	769	31,85	3,1	0,13	281	11,65	11	0,45	113	4,70	583	24,17	86	3,55	81	3,34	486	20,15
2001	2.414	769	31,85	3,1	0,13	281	11,65	11	0,45	113	4,70	583	24,17	86	3,55	81	3,34	486	20,15
2002	2.260	775	34,29	3,4	0,15	228	10,07	12	0,54	102	4,50	519	22,98	79	3,48	77	3,41	461	20,40
2003	2.351	764	32,52	2,7	0,11	245	10,40	16	0,69	98	4,18	541	23,03	87	3,69	74	3,17	522	22,19
2004	2.561	852	33,28	2,4	0,09	290	11,31	16	0,64	114	4,45	584	22,82	95	3,73	72	2,82	534	20,85
2005	2.618	847	32,36	5,7	0,22	248	9,48	17	0,66	141	5,38	583	22,28	96	3,65	99	3,78	581	22,18
2006	2.554	798	31,24	12	0,47	260	10,17	19	0,73	149	5,85	584	22,88	99	3,87	84	3,29	548	21,46
2007	2.716	801	29,47	8,6	0,32	319	11,75	8,8	0,32	155	5,70	640	23,54	101	3,73	104	3,84	578	21,29
2008	2.811	745	26,52	6,6	0,23	340	12,10	11	0,38	174	6,19	674	23,98	118	4,21	121	4,30	620	22,06
2009	2.961	872	29,45	5,2	0,18	322	10,87	13	0,44	170	5,73	729	24,62	130	4,38	117	3,97	597	20,18
2010	2.919	783	26,81	3,9	0,13	319	10,93	16	0,56	210	7,21	711	24,37	112	3,83	131	4,49	630	21,60
2011	3.035	802	26,42	xx	xx	319	10,51	14	0,46	199	6,56	769	25,34	126	4,17	138	4,54	663	21,84

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

(1) os dados excluem os departamentos de Boquerón e Alto Paraguai

(2) não há dados disponíveis para os anos de 1996 e 2012

(3) os setores se baseiam na Classificação Industrial Internacional Uniforme das Atividades Econômicas (CIU, Rev. 2, 1968)

(4) utilizou-se a CIU de 1968 pois não havia dados disponíveis para o Paraguai e o Uruguai na CIU, Rev. 3 de 1990, prejudicando a análise comparativa

LEGENDA

1 - Agricultura, caça, pecuária e silvicultura	6 - Comércio em geral, restaurantes e hotéis
2 Exploração de minas e pedreiras	7 - Transportes, armazenamento e comunicações
3 - Indústrias manufatureiras	8 - Estabelecimentos financeiros, seguros, bens imóveis e serviços prestados a empresas
4 - Eletricidade, gás e água	9 - Serviços comunitários, sociais e pessoais
5 - Construção	

Tabela 4.3 - Uruguai: Emprego por Setores Econômicos (CIU, Rev. 2, 1968)

Ano	Emprego total ('000)	1 ('000)	1 (%)	2 ('000)	2 (%)	3 ('000)	3 (%)	4 ('000)	4 (%)	5 ('000)	5 (%)	6 ('000)	6 (%)	7 ('000)	7 (%)	8 ('000)	8 (%)	9 ('000)	9 (%)
1995	1.206	58	4,78	1,8	0,15	217	17,97	16	1,34	87	7,19	237	19,61	69	5,74	75	6,19	446	37,01
1996	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1997	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1998	1.104	43	3,91	1,6	0,14	178	16,12	11	0,99	83	7,47	224	20,26	67	6,06	70	6,38	427	38,67
1999	1.082	42	3,86	1,4	0,13	171	15,76	10	0,94	91	8,36	214	19,80	66	6,12	72	6,64	415	38,39
2000	1.068	42	3,97	1,7	0,16	158	14,82	13	1,23	89	8,31	214	20,05	62	5,76	72	6,74	416	38,92
2001	1.076	1,3	0,12	153	14,23	11	1,06	85	7,86	237	21,99	67	6,22	104	9,68	372	34,53	1,5	0,14
2002	1.038	1,3	0,12	140	13,44	13	1,25	75	7,21	227	21,85	62	5,93	102	9,82	375	36,16	0,9	0,09
2003	1.032	1,2	0,11	138	13,40	10	0,97	68	6,62	222	21,52	61	5,88	98	9,50	386	37,42	1,3	0,13
2004	1.077	1,5	0,14	147	13,62	10	0,89	70	6,52	238	22,12	63	5,85	97	9,02	396	36,79	1,0	0,10
2005	1.115	0,6	0,06	155	13,91	10	0,87	74	6,67	252	22,64	61	5,51	109	9,77	399	35,83	0,9	0,08
2006	1.210	1,7	0,14	172	14,22	13	1,10	80	6,59	278	22,98	67	5,58	93	7,65	428	35,39	2,5	0,21
2007	1.210	1,7	0,14	172	14,22	13	1,10	80	6,59	278	22,98	67	5,58	93	7,65	428	35,39	2,5	0,21
2008	1.210	1,7	0,14	172	14,22	13	1,10	80	6,59	278	22,98	67	5,58	93	7,65	428	35,39	2,5	0,21
2009	1.210	1,7	0,14	172	14,22	13	1,10	80	6,59	278	22,98	67	5,58	93	7,65	428	35,39	2,5	0,21

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

(1) os dados se limitam às áreas urbanas

(2) não há dados disponíveis para os anos de 1996, 1997, 2010, 2011 e 2012

(3) os setores se baseiam na Classificação Industrial Internacional Uniforme das Atividades Econômicas (CIU, Rev. 2, 1968)

(4) utilizou-se a CIU de 1968 pois não havia dados disponíveis para o Paraguai e o Uruguai na CIU, Rev. 3 de 1990, prejudicando a análise comparativa

LEGENDA

1 - Agricultura, caça, pecuária e silvicultura	6 - Comércio em geral, restaurantes e hotéis
2 Exploração de minas e pedreiras	7 - Transportes, armazenamento e comunicações
3 - Indústrias manufatureiras	8 - Estabelecimentos financeiros, seguros, bens imóveis e serviços prestados a empresas
4 - Eletricidade, gás e água	9 - Serviços comunitários, sociais e pessoais
5 - Construção	

Tabela 4.4 - Brasil: Emprego Masculino por Setores Econômicos (CIIU, Rev. 2, 1968)

Ano	Emprego total ('000)	1 ('000)	1 (%)	2 ('000)	2 (%)	3 ('000)	3 (%)	4 ('000)	4 (%)	5 ('000)	5 (%)	6 ('000)	6 (%)	7 ('000)	7 (%)	8 ('000)	8 (%)	9 ('000)	9 (%)
1995	41.864	11.908	28,44	718	1,72	6.213	14,8	xx	xx	4.125	9,85	5.553	13,26	2.327	5,56	872	2,08	10.148	24,24
1996	41.244	11.285	27,36	645	1,56	6.080	14,7	xx	xx	4.234	10,27	5.573	13,51	2.304	5,59	825	2,00	10.298	24,97
1997	41.978	11.254	26,81	658	1,57	6.101	14,5	xx	xx	4.486	10,69	5.614	13,37	2.507	5,97	818	1,95	10.538	25,10
1998	42.312	10.996	25,99	712	1,68	5.910	14,0	xx	xx	4.787	11,31	5.639	13,33	2.501	5,91	842	1,99	10.925	25,82
1999	42.813	11.470	26,79	657	1,53	5.849	13,7	xx	xx	4.558	10,65	5.731	13,39	2.542	5,94	844	1,97	11.162	26,07
2000	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2001	44.748	10.577	23,64	712	1,59	6.516	14,6	xx	xx	4.791	10,71	6.299	14,08	2.877	6,43	817	1,83	12.159	27,17
2002	45.877	10.801	23,54	233	0,51	6.694	14,6	257	0,56	5.412	11,80	9.931	21,65	3.257	7,10	1.354	2,95	7.761	16,92
2003	46.401	11.118	23,96	282	0,61	6.758	14,6	270	0,58	5.037	10,86	10.260	22,11	3.262	7,03	1.425	3,07	7.816	16,85
2004	49.242	12.063	24,50	303	0,62	7.370	15,0	300	0,61	5.220	10,60	10.562	21,45	3.428	6,96	1.467	2,98	8.321	16,90
2005	50.436	11.943	23,68	293	0,58	7.678	15,2	299	0,59	5.488	10,88	11.140	22,09	3.438	6,82	1.479	2,93	8.497	16,85
2006	51.400	11.571	22,51	314	0,61	7.831	15,2	325	0,63	5.665	11,02	11.281	21,95	3.535	6,88	1.628	3,17	9.049	17,61
2007	52.363	11.250	21,49	343	0,65	8.320	15,9	297	0,57	5.921	11,31	11.574	22,10	3.780	7,22	1.691	3,23	9.013	17,21
2008	53.193	10.952	20,59	321	0,60	8.306	15,6	309	0,58	6.665	12,53	11.404	21,44	3.966	7,46	1.685	3,17	9.411	17,69
2009	53.193	10.952	20,59	321	0,60	8.306	15,6	309	0,58	6.665	12,53	11.404	21,44	3.966	7,46	1.685	3,17	9.411	17,69
2010	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2011	53.362	9.831	18,42	335	0,63	7.401	13,9	291	0,55	7.579	14,20	11.682	21,89	4.437	8,31	1.708	3,20	10.002	18,74

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

(1) os dados excluem a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

(2) não há dados disponíveis para os anos de 2000, 2010 e 2012

(3) os setores se baseiam na Classificação Industrial Internacional Uniforme das Atividades Econômicas (CIIU, Rev. 2, 1968)

(4) utilizou-se a CIIU de 1968 pois não havia dados disponíveis para o Paraguai e o Uruguai na CIIU, Rev. 3 de 1990, prejudicando a análise comparativa

LEGENDA

1 - Agricultura, caça, pecuária e silvicultura	6 - Comércio em geral, restaurantes e hotéis
2 Exploração de minas e pedreiras	7 - Transportes, armazenamento e comunicações
3 - Indústrias manufatureiras	8 - Estabelecimentos financeiros, seguros, bens imóveis e serviços prestados a empresas
4 - Eletricidade, gás e água	9 - Serviços comunitários, sociais e pessoais
5 - Construção	

Tabela 4.5 - Argentina: Emprego Masculino por Setores Econômicos (CIIU, Rev. 2, 1968)

Ano	Emprego total ('000)	1 ('000)	1 (%)	2 ('000)	2 (%)	3 ('000)	3 (%)	4 ('000)	4 (%)	5 ('000)	5 (%)	6 ('000)	6 (%)	7 ('000)	7 (%)	8 ('000)	8 (%)	9 ('000)	9 (%)
1995	2.582	15	0,58	xx	xx	607	23,52	25	0,95	261	10,09	506	19,59	334	12,93	280	10,86	545	21,11
1996	2.601	7	0,27	xx	xx	583	22,39	28	1,09	278	10,67	541	20,81	343	13,18	275	10,57	535	20,55
1997	2.794	14	0,52	xx	xx	642	22,96	21	0,77	301	10,77	518	18,54	351	12,58	328	11,76	589	21,09
1998	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1999	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2000	4.992	45	0,91	16	0,31	856	17,14	39	0,79	622	12,46	1.040	20,83	589	11,80	512	10,26	1.250	25,04
2001	4.734	56	1,18	18	0,38	800	16,91	39	0,82	554	11,71	993	20,98	560	11,82	433	9,15	1.271	26,85
2002	4.877	75	1,54	19	0,38	766	15,70	32	0,66	542	11,12	947	19,42	534	10,96	461	9,45	1.492	30,59
2003	5.151	86	1,68	26	0,50	829	16,09	35	0,68	617	11,98	1.330	25,82	510	9,90	538	10,45	1.142	22,16
2004	5.447	74	1,36	31	0,56	925	16,99	34	0,62	718	13,18	1.398	25,66	562	10,31	528	9,70	1.158	21,27
2005	5.557	81	1,45	23	0,42	947	17,04	44	0,79	801	14,42	1.398	25,16	548	9,87	552	9,94	1.148	20,66
2006	5.787	67	1,17	34	0,59	988	17,08	38	0,66	855	14,77	1.477	25,53	557	9,63	624	10,79	1.131	19,55
2007	5.447	74	1,36	31	0,56	925	16,99	34	0,62	718	13,18	1.398	25,66	562	10,31	528	9,70	1.158	21,27
2008	5.557	81	1,45	23	0,42	947	17,04	44	0,79	801	14,42	1.398	25,16	548	9,87	552	9,94	1.148	20,66
2009	5.787	67	1,17	34	0,59	988	17,08	38	0,66	855	14,77	1.477	25,53	557	9,63	624	10,79	1.131	19,55
2010	6.148	116	1,89	37	0,60	1.053	17,13	75	1,22	888	14,44	1.471	23,93	622	10,12	651	10,60	1.195	19,45
2011	6.324	114	1,80	41	0,66	1.069	16,90	88	1,39	946	14,96	1.487	23,51	633	10,01	681	10,76	1.230	19,45

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

(1) os dados de 1995 a 1997 correspondem a Buenos Aires metropolitana

(2) de 2000 a 2009 inclui 28 aglomerações urbanas e em 2010 e 2011 inclui 31 aglomerações urbanas

(2) não há dados disponíveis para os anos de 1998, 1999 e 2012

(3) os setores se baseiam na Classificação Industrial Internacional Uniforme das Atividades Econômicas (CIIU, Rev. 2, 1968)

(4) utilizou-se a CIIU de 1968 pois não havia dados disponíveis para o Paraguai e o Uruguai na CIIU, Rev. 3 de 1990, prejudicando a análise comparativa

LEGENDA

1 - Agricultura, caça, pecuária e silvicultura	6 - Comércio em geral, restaurantes e hotéis
2 Exploração de minas e pedreiras	7 - Transportes, armazenamento e comunicações
3 - Indústrias manufatureiras	8 - Estabelecimentos financeiros, seguros, bens imóveis e serviços prestados a empresas
4 - Eletricidade, gás e água	9 - Serviços comunitários, sociais e pessoais
5 - Construção	

Tabela 4.6 - Paraguai: Emprego Masculino por Setores Econômicos (CIU, Rev. 2, 1968)

Ano	Emprego total ('000)	1 ('000)	1 (%)	2 ('000)	2 (%)	3 ('000)	3 (%)	4 ('000)	4 (%)	5 ('000)	5 (%)	6 ('000)	6 (%)	7 ('000)	7 (%)	8 ('000)	8 (%)	9 ('000)	9 (%)
1995	1.402	596	42,50	3,8	0,27	187	13,33	9,0	0,64	119	8,48	226	16,15	61	4,32	39	2,75	162	11,57
1996	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1997	1.309	468	35,76	3,2	0,24	179	13,70	11	0,85	105	7,99	231	17,64	76	5,77	48	3,67	188	14,38
1998	1.392	511	36,69	3,4	0,24	189	13,61	12	0,86	106	7,60	253	18,17	76	5,44	50	3,61	192	13,79
1999	1.395	535	38,34	3,7	0,27	181	12,94	8,9	0,64	113	8,07	223	15,95	84	6,04	46	3,30	201	14,44
2000	1.491	581	38,97	3,1	0,21	189	12,65	8,4	0,57	112	7,53	305	20,46	77	5,16	56	3,73	159	10,69
2001	1.491	581	38,97	3,1	0,21	189	12,65	8,4	0,57	112	7,53	305	20,46	77	5,16	56	3,73	159	10,69
2002	1.431	609	42,58	3,1	0,22	150	10,46	11	0,80	99	6,92	272	18,98	66	4,64	49	3,41	169	11,79
2003	1.461	582	39,81	2,7	0,18	159	10,91	13	0,89	97	6,61	304	20,79	75	5,17	50	3,39	178	12,22
2004	1.562	608	38,95	2,0	0,13	184	11,77	12	0,79	111	7,13	329	21,05	82	5,23	49	3,16	184	11,78
2005	1.598	620	38,77	5,6	0,35	160	10,00	14	0,88	141	8,80	323	20,24	81	5,06	67	4,17	188	11,73
2006	1.593	590	37,07	12	0,75	178	11,17	17	1,08	147	9,25	318	19,93	85	5,32	53	3,35	192	12,08
2007	1.654	551	33,33	8,6	0,52	227	13,71	8,0	0,49	154	9,31	355	21,49	86	5,18	66	3,97	198	11,98
2008	1.726	537	31,12	6,4	0,37	238	13,81	8,8	0,51	174	10,05	364	21,11	101	5,88	79	4,55	218	12,61
2009	1.815	624	34,39	5,0	0,28	211	11,60	10	0,55	168	9,23	392	21,59	113	6,21	80	4,42	210	11,58
2010	1.808	570	31,55	3,9	0,21	229	12,69	14	0,78	207	11,47	381	21,08	94	5,20	84	4,63	223	12,35
2011	1.818	556	30,60	xx	xx	219	12,03	10	0,54	196	10,76	418	23,00	104	5,70	82	4,54	230	12,65

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

(1) os dados excluem os departamentos de Boquerón e Alto Paraguai

(2) não há dados disponíveis para os anos de 1996 e 2012

(3) os setores se baseiam na Classificação Industrial Internacional Uniforme das Atividades Econômicas (CIU, Rev. 2, 1968)

(4) utilizou-se a CIU de 1968 pois não havia dados disponíveis para o Paraguai e o Uruguai na CIU, Rev. 3 de 1990, prejudicando a análise comparativa

LEGENDA

1 - Agricultura, caça, pecuária e silvicultura	6 - Comércio em geral, restaurantes e hotéis
2 Exploração de minas e pedreiras	7 - Transportes, armazenamento e comunicações
3 - Indústrias manufatureiras	8 - Estabelecimentos financeiros, seguros, bens imóveis e serviços prestados a empresas
4 - Eletricidade, gás e água	9 - Serviços comunitários, sociais e pessoais
5 - Construção	

Tabela 4.7 - Uruguai: Emprego Masculino por Setores Econômicos (CIU, Rev. 2, 1968)

Ano	Emprego total ('000)	1 ('000)	1 (%)	2 ('000)	2 (%)	3 ('000)	3 (%)	4 ('000)	4 (%)	5 ('000)	5 (%)	6 ('000)	6 (%)	7 ('000)	7 (%)	8 ('000)	8 (%)	9 ('000)	9 (%)
1995	707	50	7,06	1,6	0,23	139	19,58	13	1,88	85	11,99	135	19,13	59	8,31	44	6,19	181	25,62
1996	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1997	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1998	635	36	5,73	1,4	0,22	116	18,27	9	1,34	81	12,75	128	20,10	57	8,97	40	6,22	168	26,38
1999	624	36	5,80	1,4	0,22	112	17,99	7	1,15	89	14,22	121	19,34	54	8,67	40	6,43	163	26,17
2000	613	37	6,06	1,6	0,26	104	16,94	10	1,63	87	14,15	121	19,73	52	8,53	38	6,26	162	26,39
2001	618	1,1	0,19	98	15,83	8,6	1,40	82	13,35	144	23,30	56	9,03	64	10,38	125	20,31	0,9	0,15
2002	598	1,1	0,19	91	15,22	10	1,68	73	12,24	141	23,62	52	8,75	60	10,06	131	21,97	0,5	0,09
2003	590	1,1	0,18	89	15,07	7,9	1,34	67	11,36	140	23,66	51	8,67	58	9,90	137	23,19	0,6	0,11
2004	617	1,4	0,23	94	15,29	7,5	1,21	68	11,09	148	23,93	52	8,36	59	9,62	142	22,93	0,6	0,09
2005	620	0,6	0,10	97	15,66	7,1	1,15	73	11,76	151	24,28	49	7,85	66	10,72	132	21,29	0,5	0,08
2006	673	1,6	0,23	109	16,24	10	1,44	78	11,56	162	24,01	54	8,04	54	8,02	141	20,97	1,4	0,21
2007	673	1,6	0,23	109	16,24	10	1,44	78	11,56	162	24,01	54	8,04	54	8,02	141	20,97	1,4	0,21
2008	673	1,6	0,23	109	16,24	10	1,44	78	11,56	162	24,01	54	8,04	54	8,02	141	20,97	1,4	0,21
2009	673	1,6	0,23	109	16,24	10	1,44	78	11,56	162	24,01	54	8,04	54	8,02	141	20,97	1,4	0,21

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

(1) os dados se limitam às áreas urbanas

(2) não há dados disponíveis para os anos de 1996, 1997, 2010, 2011 e 2012

(3) os setores se baseiam na Classificação Industrial Internacional Uniforme das Atividades Econômicas (CIU, Rev. 2, 1968)

(4) utilizou-se a CIU de 1968 pois não havia dados disponíveis para o Paraguai e o Uruguai na CIU, Rev. 3 de 1990, prejudicando a análise comparativa

LEGENDA

1 - Agricultura, caça, pecuária e silvicultura	6 - Comércio em geral, restaurantes e hotéis
2 Exploração de minas e pedreiras	7 - Transportes, armazenamento e comunicações
3 - Indústrias manufatureiras	8 - Estabelecimentos financeiros, seguros, bens imóveis e serviços prestados a empresas
4 - Eletricidade, gás e água	9 - Serviços comunitários, sociais e pessoais
5 - Construção	

Tabela 4.8 - Brasil: Emprego Feminino por Setores Econômicos (CIU, Rev. 2, 1968)

Ano	Emprego total ('000)	1 ('000)	1 (%)	2 ('000)	2 (%)	3 ('000)	3 (%)	4 ('000)	4 (%)	5 ('000)	5 (%)	6 ('000)	6 (%)	7 ('000)	7 (%)	8 ('000)	8 (%)	9 ('000)	9 (%)
1995	27.765	6.246	22,50	145	0,52	2.336	8,41	xx	xx	104	0,37	3.564	12,84	216	0,78	462	1,66	14.692	52,92
1996	26.677	5.256	19,70	124	0,46	2.330	8,73	xx	xx	104	0,39	3.498	13,11	249	0,93	483	1,81	14.633	54,85
1997	27.354	5.516	20,17	116	0,42	2.406	8,80	xx	xx	98	0,36	3.609	13,19	252	0,92	460	1,68	14.898	54,46
1998	27.650	5.342	19,32	150	0,54	2.320	8,39	xx	xx	193	0,70	3.778	13,66	285	1,03	467	1,69	15.115	54,67
1999	28.864	5.902	20,45	126	0,44	2.430	8,42	xx	xx	185	0,64	3.887	13,47	274	0,95	500	1,73	15.560	53,91
2000	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2001	30.711	4.957	16,14	132	0,43	2.784	9,07		0,00	131	0,43	4.486	14,61	291	0,95	524	1,71	17.406	56,68
2002	32.302	5.341	16,53	19	0,06	3.875	12,00	54	0,17	146	0,45	6.385	19,77	397	1,23	757	2,34	15.307	47,39
2003	32.850	5.291	16,11	28	0,08	3.991	12,15	59	0,18	121	0,37	6.646	20,23	418	1,27	794	2,42	15.479	47,12
2004	35.354	5.671	16,04	22	0,06	4.354	12,31	54	0,15	134	0,38	7.114	20,12	466	1,32	808	2,29	16.711	47,27
2005	36.654	5.871	16,02	25	0,07	4.644	12,67	60	0,16	148	0,40	7.528	20,54	525	1,43	857	2,34	16.981	46,33
2006	37.918	5.693	15,01	28	0,07	4.665	12,30	71	0,19	172	0,45	7.862	20,73	529	1,39	902	2,38	17.977	47,41
2007	38.423	5.329	13,87	36	0,09	4.785	12,45	65	0,17	186	0,48	8.086	21,05	594	1,55	1.005	2,61	18.301	47,63
2008	39.202	5.149	13,13	35	0,09	4.959	12,65	66	0,17	240	0,61	8.281	21,12	630	1,61	1.048	2,67	18.770	47,88
2009	39.202	5.149	13,13	35	0,09	4.959	12,65	66	0,17	240	0,61	8.281	21,12	630	1,61	1.048	2,67	18.770	47,88
2010	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2011	39.104	4.293	10,98	42	0,11	4.314	11,03	55	0,14	204	0,52	9.306	23,80	664	1,70	1.083	2,77	19.110	48,87

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

(1) os dados excluem a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

(2) não há dados disponíveis para os anos de 2000, 2010 e 2012

(3) os setores se baseiam na Classificação Industrial Internacional Uniforme das Atividades Econômicas (CIU, Rev. 2, 1968)

(4) utilizou-se a CIU de 1968 pois não havia dados disponíveis para o Paraguai e o Uruguai na CIU, Rev. 3 de 1990, prejudicando a análise comparativa

LEGENDA

1 - Agricultura, caça, pecuária e silvicultura	6 - Comércio em geral, restaurantes e hotéis
2 Exploração de minas e pedreiras	7 - Transportes, armazenamento e comunicações
3 - Indústrias manufatureiras	8 - Estabelecimentos financeiros, seguros, bens imóveis e serviços prestados a empresas
4 - Eletricidade, gás e água	9 - Serviços comunitários, sociais e pessoais
5 - Construção	

Tabela 4.9 - Argentina: Emprego Feminino por Setores Econômicos (CIU, Rev. 2, 1968)

Ano	Emprego total ('000)	1 ('000)	1 (%)	2 ('000)	2 (%)	3 ('000)	3 (%)	4 ('000)	4 (%)	5 ('000)	5 (%)	6 ('000)	6 (%)	7 ('000)	7 (%)	8 ('000)	8 (%)	9 ('000)	9 (%)
1995	1.588	3,0	0,19	xx	xx	239	15,02	xx	xx	6,8	0,43	305	19,22	39	2,47	184	11,58	800	50,37
1996	1.597	1,0	0,06	xx	xx	221	13,82	5,4	0,34	7,2	0,45	292	18,28	36	2,25	195	12,24	829	51,87
1997	1.714	1,1	0,06	xx	xx	211	12,30	4,2	0,24	4,1	0,24	318	18,53	48	2,80	188	10,97	927	54,09
1998	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1999	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2000	3.360	8,6	0,26	0,3	0,01	304	9,04	7,6	0,22	19	0,56	706	21,02	91	2,71	292	8,68	1.915	56,99
2001	3.276	7,8	0,24	0,9	0,03	304	9,29	10	0,29	9,2	0,28	689	21,04	70	2,13	284	8,68	1.889	57,67
2002	3.593	24	0,68	3,8	0,11	310	8,63	7,4	0,21	12	0,35	641	17,84	78	2,16	303	8,45	2.204	61,34
2003	3.806	38	0,99	2,7	0,07	402	10,57	12	0,32	16	0,42	747	19,63	79	2,07	267	7,01	2.223	58,41
2004	3.968	35	0,88	2,6	0,07	435	10,96	10	0,26	14	0,35	869	21,90	86	2,18	292	7,36	2.212	55,73
2005	4.081	26	0,65	7,7	0,19	413	10,11	5,0	0,12	22	0,54	869	21,29	101	2,47	353	8,65	2.271	55,64
2006	4.254	14	0,34	5,7	0,13	422	9,93	6,0	0,14	30	0,70	922	21,68	87	2,04	375	8,81	2.381	55,96
2007	3.968	35	0,88	2,6	0,07	435	10,96	10	0,26	14	0,35	869	21,90	86	2,18	292	7,36	2.212	55,73
2008	4.081	26	0,65	7,7	0,19	413	10,11	5	0,12	22	0,54	869	21,29	101	2,47	353	8,65	2.271	55,64
2009	4.254	14	0,34	5,7	0,13	422	9,93	6	0,14	30	0,70	922	21,68	87	2,04	375	8,81	2.381	55,96
2010	4.384	17	0,39	6,3	0,14	375	8,55	16	0,35	27	0,61	956	21,80	100	2,27	464	10,59	2.406	54,88
2011	4.441	15	0,33	7,2	0,16	404	9,10	18	0,41	25	0,57	987	22,22	95	2,14	443	9,97	2.421	54,51

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

(1) os dados de 1995 a 1997 correspondem a Buenos Aires metropolitana

(2) de 2000 a 2009 inclui 28 aglomerações urbanas e em 2010 e 2011 inclui 31 aglomerações urbanas

(2) não há dados disponíveis para os anos de 1998, 1999 e 2012

(3) os setores se baseiam na Classificação Industrial Internacional Uniforme das Atividades Econômicas (CIU, Rev. 2, 1968)

(4) utilizou-se a CIU de 1968 pois não havia dados disponíveis para o Paraguai e o Uruguai na CIU, Rev. 3 de 1990, prejudicando a análise comparativa

LEGENDA

1 - Agricultura, caça, pecuária e silvicultura	6 - Comércio em geral, restaurantes e hotéis
2 Exploração de minas e pedreiras	7 - Transportes, armazenamento e comunicações
3 - Indústrias manufatureiras	8 - Estabelecimentos financeiros, seguros, bens imóveis e serviços prestados a empresas
4 - Eletricidade, gás e água	9 - Serviços comunitários, sociais e pessoais
5 - Construção	

Tabela 4.10 - Paraguai: Emprego Feminino por Setores Econômicos (CIU, Rev. 2, 1968)

Ano	Emprego total ('000)	1 ('000)	1 (%)	2 ('000)	2 (%)	3 ('000)	3 (%)	4 ('000)	4 (%)	5 ('000)	5 (%)	6 ('000)	6 (%)	7 ('000)	7 (%)	8 ('000)	8 (%)	9 ('000)	9 (%)
1995	965	352	36,52	xx	xx	75,55	7,83	1,02	0,11	xx	xx	265	27,43	6,7	0,70	20	2,12	244	25,30
1996	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1997	729	99	13,63	xx	xx	77,75	10,66	1,5	0,21	1,4	0,19	256	35,06	8,9	1,22	23	3,15	262	35,89
1998	758	107	14,11	xx	xx	78,37	10,33	1,5	0,20	1,4	0,18	267	35,17	9,1	1,20	23	3,05	271	35,76
1999	801	133	16,62	xx	xx	88,79	11,09	1,7	0,21	2,0	0,24	244	30,46	10	1,28	32	3,96	289	36,14
2000	922	188	20,34	xx	xx	92,495	10,03	2,5	0,27	1,1	0,12	278	30,17	8,6	0,93	25	2,70	327	35,43
2001	922	188	20,34	xx	xx	92,495	10,03	2,5	0,27	1,1	0,12	278	30,17	8,6	0,93	25	2,70	327	35,43
2002	828	166	19,98	0,3	0,04	77,905	9,40	0,7	0,09	2,6	0,32	247	29,87	12	1,46	28	3,42	292	35,27
2003	890	183	20,53	xx	xx	85,119	9,57	3,3	0,37	1,7	0,19	238	26,71	11	1,27	25	2,79	343	38,57
2004	999	244	24,40	0,4	0,04	105,817	10,59	4,0	0,40	2,8	0,28	256	25,59	14	1,38	23	2,28	350	35,03
2005	1.019	228	22,32	0,1	0,01	88,135	8,65	3,3	0,32	0,2	0,02	260	25,49	15	1,45	32	3,17	393	38,57
2006	961	207	21,57	0,2	0,02	81,802	8,51	1,5	0,16	2,1	0,22	267	27,76	14	1,47	31	3,20	356	37,02
2007	1.063	249	23,47	xx	xx	92,502	8,70	0,8	0,07	1,0	0,09	284	26,74	16	1,48	39	3,63	380	35,78
2008	1.084	208	19,19	0,2	0,02	101,809	9,39	2,0	0,19	0,6	0,05	309	28,54	17	1,56	42	3,90	402	37,11
2009	1.146	248	21,62	0,2	0,02	111,318	9,72	3,2	0,28	2,2	0,19	337	29,42	17	1,49	37	3,25	387	33,81
2010	1.111	212	19,11	xx	xx	89,532	8,06	2,3	0,21	3,0	0,27	330	29,74	18	1,61	47	4,27	407	36,65
2011	1.217	246	20,18	xx	xx	100,274	8,24	4,3	0,36	3,4	0,28	351	28,83	23	1,87	55	4,55	433	35,57

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

(1) os dados excluem os departamentos de Boquerón e Alto Paraguai

(2) não há dados disponíveis para os anos de 1996 e 2012

(3) os setores se baseiam na Classificação Industrial Internacional Uniforme das Atividades Econômicas (CIU, Rev. 2, 1968)

(4) utilizou-se a CIU de 1968 pois não havia dados disponíveis para o Paraguai e o Uruguai na CIU, Rev. 3 de 1990, prejudicando a análise comparativa

LEGENDA

1 - Agricultura, caça, pecuária e silvicultura	6 - Comércio em geral, restaurantes e hotéis
2 Exploração de minas e pedreiras	7 - Transportes, armazenamento e comunicações
3 - Indústrias manufatureiras	8 - Estabelecimentos financeiros, seguros, bens imóveis e serviços prestados a empresas
4 - Eletricidade, gás e água	9 - Serviços comunitários, sociais e pessoais
5 - Construção	

Tabela 4.11 - Uruguai: Emprego Feminino por Setores Econômicos (CIU, Rev. 2, 1968)

Ano	Emprego total ('000)	1 ('000)	1 (%)	2 ('000)	2 (%)	3 ('000)	3 (%)	4 ('000)	4 (%)	5 ('000)	5 (%)	6 ('000)	6 (%)	7 ('000)	7 (%)	8 ('000)	8 (%)	9 ('000)	9 (%)
1995	499	7,8	1,56	0,2	0,04	78	15,68	2,9	0,58	1,9	0,38	101	20,29	10	2,09	31	6,19	265	53,17
1996	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1997	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1998	468	6,9	1,47	0,2	0,04	62	13,19	2,4	0,51	1,7	0,36	96	20,47	10	2,11	31	6,60	259	55,23
1999	458	5,7	1,24		0,00	59	12,76	3,0	0,65	2,2	0,48	94	20,44	12	2,68	32	6,92	251	54,82
2000	454	5,2	1,14	0,1	0,02	54	11,96	3,1	0,68	1,8	0,40	93	20,50	9	2,03	34	7,40	254	55,86
2001	458	0,13	0,03	55	12,06	2,7	0,60	2,1	0,47	93	20,22	11	2,43	40	8,74	246	53,70	0,6	0,13
2002	440	0,14	0,03	49	11,01	3,0	0,67	1,7	0,39	86	19,45	9,3	2,11	42	9,50	244	55,44	0,4	0,09
2003	442	0,09	0,02	49	11,17	2,1	0,48	1,4	0,31	83	18,67	10	2,16	40	8,96	249	56,39	0,7	0,15
2004	460	0,04	0,01	52	11,38	2,2	0,47	1,8	0,38	91	19,70	11	2,47	38	8,22	255	55,39	0,5	0,11
2005	494	xx	xx	58	11,71	2,5	0,51	1,5	0,29	102	20,59	13	2,58	42	8,57	267	54,08	0,4	0,07
2006	537	0,12	0,02	63	11,69	3,6	0,67	2,0	0,36	116	21,68	13	2,49	39	7,18	287	53,48	1,1	0,21
2007	537	0,12	0,02	63	11,69	3,6	0,67	2,0	0,36	116	21,68	13	2,49	39	7,18	287	53,48	1,1	0,21
2008	537	0,12	0,02	63	11,69	3,6	0,67	2,0	0,36	116	21,68	13	2,49	39	7,18	287	53,48	1,1	0,21
2009	537	0,12	0,02	63	11,69	3,6	0,67	2,0	0,36	116	21,68	13	2,49	39	7,18	287	53,48	1,1	0,21

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

(1) os dados se limitam às áreas urbanas

(2) não há dados disponíveis para os anos de 1996, 1997, 2010, 2011 e 2012

(3) os setores se baseiam na Classificação Industrial Internacional Uniforme das Atividades Econômicas (CIU, Rev. 2, 1968)

(4) utilizou-se a CIU de 1968 pois não havia dados disponíveis para o Paraguai e o Uruguai na CIU, Rev. 3 de 1990, prejudicando a análise comparativa

LEGENDA

1 - Agricultura, caça, pecuária e silvicultura	6 - Comércio em geral, restaurantes e hotéis
2 Exploração de minas e pedreiras	7 - Transportes, armazenamento e comunicações
3 - Indústrias manufatureiras	8 - Estabelecimentos financeiros, seguros, bens imóveis e serviços prestados a empresas
4 - Eletricidade, gás e água	9 - Serviços comunitários, sociais e pessoais
5 - Construção	

Tabela 5 - MERCOSUL: Desemprego de Trabalhadores (Acima de 25 anos)

Ano	Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai		
	Força de Trabalho ('000)	Desempregados ('000)	Taxa de Desemprego (%)	Força de Trabalho ('000)	Desempregados ('000)	Taxa de Desemprego (%)	Força de Trabalho ('000)	Desempregados ('000)	Taxa de Desemprego (%)	Força de Trabalho ('000)	Desempregados ('000)	Taxa de Desemprego (%)
1995	14.331	2.694	18,80	75.605	4.536	06,00	2.106	72	03,42	1.524	152	09,97
1996	14.532	2.499	17,20	75.222	5.115	06,80	2.115	93	04,40	1.538	174	11,31
1997	14.737	2.196	14,90	77.880	5.997	07,70	2.119	112	05,29	1.553	139	08,95
1998	14.947	1.913	12,80	79.726	7.096	08,90	2.121	112	05,28	1.566	170	10,86
1999	15.163	2.138	14,10	82.460	7.916	09,60	2.206	146	06,62	1.578	162	10,27
2000	15.381	2.307	15,00	83.779	7.954	09,49	2.283	174	07,62	1.586	154	09,71
2001	15.658	2.865	18,30	85.024	7.942	09,34	2.360	179	07,58	1.623	150	09,24
2002	15.930	2.852	17,90	87.741	7.985	09,10	2.434	260	10,68	1.602	138	08,61
2003	16.199	2.608	16,10	89.486	8.696	09,72	2.508	198	07,89	1.579	127	08,04
2004	17.446	2.198	12,60	92.053	8.175	08,88	2.584	191	07,39	1.585	145	09,15
2005	17.697	1.876	10,60	94.671	8.800	09,30	2.663	154	05,78	1.593	142	08,91
2006	17.926	1.811	10,10	95.790	8.033	08,39	2.743	184	06,71	1.632	173	10,60
2007	18.068	1.536	08,50	96.694	7.820	08,09	2.824	158	05,59	1.654	152	09,19
2008	18.208	1.420	07,80	98.397	6.977	07,09	2.895	162	05,60	1.676	127	07,58
2009	18.346	1.578	08,60	99.962	8.274	08,28	3.012	196	06,51	1.699	124	07,30
2010	18.340	1.412	07,70	101.784	8.014	07,87	2.999	171	05,70	1.709	116	06,79
2011	18.593	1.339	07,20	103.260	6.915	06,70	3.076	172	05,59	1.723	103	05,98
2012	18.844	1.351	07,17	104.714	7.255	06,93	3.154	198	06,28	1.736	105	06,05

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

Tabela 5.1 - MERCOSUL: Desemprego Masculino (Acima de 25 anos)

Ano	Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai		
	Força de Trabalho ('000)	Desempregados ('000)	Taxa de Desemprego (%)	Força de Trabalho ('000)	Desempregados ('000)	Taxa de Desemprego (%)	Força de Trabalho ('000)	Desempregados ('000)	Taxa de Desemprego (%)	Força de Trabalho ('000)	Desempregados ('000)	Taxa de Desemprego (%)
1995	9.070	1.520	16,76	45.330	2.323	05,12	1.312	41	03,13	898	70	07,80
1996	9.162	1.417	15,47	45.381	2.512	05,54	1.335	51	03,82	899	85	09,45
1997	9.254	1.199	12,96	46.668	2.901	06,22	1.356	61	04,50	900	58	06,44
1998	9.347	1.072	11,47	47.549	3.385	07,12	1.375	62	04,51	900	72	08,00
1999	9.439	1.240	13,14	48.592	3.812	07,84	1.416	86	06,07	902	68	07,54
2000	9.531	1.306	13,70	49.279	3.808	07,73	1.446	96	06,64	902	63	06,98
2001	9.622	1.812	18,83	49.915	3.753	07,52	1.477	98	06,64	915	61	06,67
2002	9.710	1.681	17,31	50.955	3.719	07,30	1.516	135	08,91	901	56	06,22
2003	9.795	1.403	14,32	51.723	4.019	07,77	1.556	102	06,56	886	51	05,76
2004	10.354	1.162	11,22	52.889	3.587	06,78	1.596	99	06,20	888	58	06,53
2005	10.515	972	09,24	53.929	3.812	07,07	1.636	80	04,89	891	57	06,40
2006	10.667	898	08,42	54.502	3.475	06,38	1.676	95	05,67	928	71	07,65
2007	10.709	725	06,77	54.994	3.298	06,00	1.717	73	04,25	928	61	06,57
2008	10.749	693	06,45	55.963	2.882	05,15	1.767	77	04,36	937	50	05,34
2009	10.785	827	07,67	56.631	3.475	06,14	1.820	98	05,38	947	49	05,17
2010	10.967	733	06,68	57.372	3.330	05,80	1.828	87	04,76	951	47	04,94
2011	11.106	696	06,27	58.154	2.834	04,87	1.871	86	04,60	958	44	04,59
2012	11.246	717	06,38	58.925	3.073	05,22	1.913	100	05,23	965	43	04,46

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

Tabela 5.2 - MERCOSUL: Desemprego Feminino (Acima de 25 anos)

Ano	Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai		
	Força de Trabalho ('000)	Desempregados ('000)	Taxa de Desemprego (%)	Força de Trabalho ('000)	Desempregados ('000)	Taxa de Desemprego (%)	Força de Trabalho ('000)	Desempregados ('000)	Taxa de Desemprego (%)	Força de Trabalho ('000)	Desempregados ('000)	Taxa de Desemprego (%)
1995	5.262	1.175	22,33	30.275	2.213	7,31	795	31	3,90	626	82	13,10
1996	5.369	1.083	20,17	29.842	2.603	8,72	780	42	5,38	639	89	13,93
1997	5.482	996	18,17	31.212	3.096	9,92	763	51	6,68	653	81	12,40
1998	5.601	841	15,02	32.176	3.711	11,53	746	50	6,70	666	98	14,71
1999	5.724	898	15,69	33.868	4.105	12,12	790	60	7,59	675	95	14,07
2000	5.851	1.001	17,11	34.500	4.146	12,02	837	77	9,20	684	91	13,30
2001	6.035	1.054	17,46	35.110	4.189	11,93	883	81	9,17	708	89	12,57
2002	6.220	1.170	18,81	36.786	4.266	11,60	918	125	13,62	701	83	11,84
2003	6.404	1.205	18,82	37.763	4.676	12,38	952	96	10,08	693	77	11,11
2004	7.092	1.036	14,61	39.164	4.588	11,71	988	92	9,31	697	87	12,48
2005	7.181	904	12,59	40.742	4.988	12,24	1.027	75	7,30	702	86	12,25
2006	7.260	912	12,56	41.289	4.558	11,04	1.067	89	8,34	704	102	14,49
2007	7.359	810	11,01	41.701	4.522	10,84	1.107	86	7,77	726	91	12,53
2008	7.459	728	9,76	42.434	4.095	9,65	1.129	85	7,53	739	77	10,42
2009	7.561	751	9,93	43.331	4.799	11,08	1.192	97	8,14	752	75	9,97
2010	7.374	679	9,21	44.412	4.684	10,55	1.171	84	7,17	758	69	9,10
2011	7.486	643	8,59	45.106	4.081	9,05	1.206	87	7,21	764	59	7,72
2012	7.598	635	8,36	45.789	4.182	9,13	1.241	97	7,82	771	62	8,04

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

Tabela 5.3 - MERCOSUL: Desemprego Juvenil (15-24 anos)

Ano	Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai		
	Jovens Desempregados ('000)	Força de Trabalho Juvenil ('000)	Taxa de Desemprego Juvenil (%)	Jovens Desempregados ('000)	Força de Trabalho Juvenil ('000)	Taxa de Desemprego Juvenil (%)	Jovens Desempregados ('000)	Força de Trabalho Juvenil ('000)	Taxa de Desemprego Juvenil (%)	Jovens Desempregados ('000)	Força de Trabalho Juvenil ('000)	Taxa de Desemprego Juvenil (%)
1995	1.058	3.198	33,07	2.357	20.592	11,45	39	652	6,00	71	335	21,13
1996	963	3.151	30,57	2.550	20.236	12,60	52	641	8,06	70	334	21,10
1997	784	3.100	25,29	3.001	20.901	14,36	63	629	10,05	71	331	21,38
1998	686	3.043	22,54	3.650	21.277	17,15	62	614	10,14	87	328	26,65
1999	699	2.976	23,50	3.955	21.771	18,17	74	636	11,56	82	321	25,42
2000	758	2.893	26,21	3.937	21.824	18,04	90	657	13,74	76	314	24,22
2001	876	2.876	30,44	3.886	21.795	17,83	93	677	13,76	73	316	23,09
2002	973	2.839	34,27	4.003	22.292	17,96	129	694	18,61	64	294	21,94
2003	1.000	2.791	35,82	4.235	22.290	19,00	107	710	15,04	57	272	20,84
2004	857	3.075	27,88	4.104	22.797	18,00	103	725	14,15	64	267	24,10
2005	739	3.024	24,42	4.489	23.200	19,35	82	737	11,14	62	265	23,48
2006	778	3.083	25,23	3.985	22.571	17,65	97	747	12,93	74	265	28,06
2007	614	3.010	20,40	3.705	22.227	16,67	91	755	12,04	67	273	24,61
2008	555	2.944	18,85	3.370	21.861	15,42	91	784	11,59	54	275	19,51
2009	610	2.881	21,16	3.812	21.488	17,74	107	833	12,82	53	277	19,22
2010	544	2.797	19,46	3.655	21.284	17,17	93	781	11,87	57	286	19,82
2011	525	2.796	18,77	3.215	21.142	15,21	94	790	11,86	50	288	17,29
2012	489	2.794	17,49	3.258	21.046	15,48	104	800	13,00	47	289	16,34

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

Tabela 5.4 - MERCOSUL: Desemprego Juvenil Masculino (15-24 anos)

Ano	Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai		
	Jovens Desempregados ('000)	Força de Trabalho Juvenil ('000)	Taxa de Desemprego Juvenil (%)	Jovens Desempregados ('000)	Força de Trabalho Juvenil ('000)	Taxa de Desemprego Juvenil (%)	Jovens Desempregados ('000)	Força de Trabalho Juvenil ('000)	Taxa de Desemprego Juvenil (%)	Jovens Desempregados ('000)	Força de Trabalho Juvenil ('000)	Taxa de Desemprego Juvenil (%)
1995	581	1.951	29,80	1.204	12.415	9,70	21	398	5,32	35	198	17,66
1996	536	1.928	27,79	1.252	12.165	10,29	29	400	7,16	36	196	18,15
1997	421	1.901	22,12	1.476	12.570	11,74	36	402	8,96	33	193	17,28
1998	388	1.870	20,74	1.754	12.749	13,76	36	401	9,08	41	190	21,84
1999	415	1.830	22,67	1.936	12.922	14,98	43	411	10,50	39	186	20,74
2000	402	1.780	22,60	1.921	12.932	14,86	49	419	11,71	36	181	19,69
2001	522	1.747	29,88	1.887	12.889	14,64	50	426	11,69	34	181	18,67
2002	554	1.703	32,56	1.900	13.046	14,56	66	438	14,96	30	170	17,70
2003	544	1.651	32,98	1.966	13.020	15,10	54	449	11,98	27	158	16,78
2004	473	1.869	25,29	1.880	13.243	14,20	52	458	11,34	31	155	19,81
2005	410	1.868	21,94	2.050	13.404	15,29	42	466	8,93	30	154	19,22
2006	388	1.866	20,79	1.797	13.033	13,79	49	473	10,36	35	154	22,87
2007	311	1.824	17,04	1.649	12.801	12,88	41	477	8,51	33	160	20,39
2008	296	1.785	16,59	1.485	12.594	11,79	42	486	8,56	26	162	15,81
2009	329	1.746	18,83	1.707	12.356	13,82	52	512	10,18	25	164	15,53
2010	294	1.750	16,81	1.632	12.183	13,40	46	487	9,48	27	169	15,95
2011	290	1.748	16,62	1.449	12.091	11,98	44	492	9,02	24	170	14,31
2012	273	1.745	15,64	1.480	12.027	12,31	51	497	10,25	22	170	12,99

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

Tabela 5.5 - MERCOSUL: Desemprego Juvenil Feminino (15-24 anos)

Ano	Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai		
	Jovens Desempregados ('000)	Força de Trabalho Juvenil ('000)	Taxa de Desemprego Juvenil (%)	Jovens Desempregados ('000)	Força de Trabalho Juvenil ('000)	Taxa de Desemprego Juvenil (%)	Jovens Desempregados ('000)	Força de Trabalho Juvenil ('000)	Taxa de Desemprego Juvenil (%)	Jovens Desempregados ('000)	Força de Trabalho Juvenil ('000)	Taxa de Desemprego Juvenil (%)
1995	476	1.247	38,18	1.153	8.177	14,10	18	254	7,06	36	137	26,13
1996	427	1.223	34,95	1.298	8.071	16,08	23	241	9,55	35	138	25,29
1997	363	1.199	30,30	1.525	8.331	18,31	27	227	11,98	37	138	27,11
1998	298	1.174	25,41	1.896	8.528	22,23	26	213	12,14	46	138	33,27
1999	285	1.146	24,84	2.019	8.849	22,82	30	225	13,51	43	135	31,83
2000	356	1.113	31,99	2.016	8.892	22,67	41	238	17,32	40	132	30,43
2001	353	1.129	31,32	1.999	8.906	22,45	43	250	17,29	39	134	29,06
2002	419	1.137	36,82	2.103	9.246	22,75	64	256	24,86	34	124	27,74
2003	455	1.140	39,94	2.270	9.270	24,48	53	261	20,30	30	114	26,46
2004	385	1.206	31,89	2.223	9.554	23,27	51	266	18,99	34	112	30,04
2005	329	1.156	28,44	2.439	9.796	24,90	40	271	14,94	33	111	29,38
2006	390	1.217	32,05	2.187	9.538	22,93	48	275	17,34	39	111	35,23
2007	303	1.186	25,56	2.056	9.426	21,82	50	278	18,11	35	113	30,58
2008	259	1.159	22,32	1.885	9.267	20,35	49	298	16,53	28	113	24,79
2009	281	1.135	24,75	2.105	9.133	23,05	55	322	17,02	28	114	24,56
2010	250	1.047	23,90	2.023	9.101	22,23	47	293	15,85	30	117	25,38
2011	234	1.048	22,36	1.766	9.051	19,51	49	298	16,55	25	118	21,57
2012	216	1.049	20,55	1.778	9.019	19,71	53	303	17,51	25	119	21,14

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

Tabela 6 - Brasil: Força de Trabalho por Nível de Educação

Ano	Força de Trabalho ('000)	Menos de 01 ano ('000)	Menos de 01 ano (%)	Ensino Pré-escolar ('000)	Ensino Pré-escolar (%)	Ensino Primário ('000)	Ensino Primário (%)	Ensino Secundário ('000)	Ensino Secundário (%)	Ensino Superior ('000)	Ensino Superior (%)
1995	54.786	3.516	06,42	30.727	56,09	8.219	15,00	8.448	15,42	3.693	06,74
1996	54.977	3.128	05,69	29.451	53,57	9.037	16,44	9.374	17,05	3.780	06,87
1997	56.875	3.143	05,53	30.132	52,98	9.268	16,30	10.001	17,58	4.089	07,19
1998	59.022	3.256	05,52	30.047	50,91	10.101	17,11	11.017	18,67	4.278	07,25
1999	61.233	3.278	05,35	30.484	49,78	10.779	17,60	11.935	19,49	4.392	07,17
2000	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2001	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2002	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2003	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2004	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2005	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2006	95.620	8.028	08,40	10.189	10,66	40.583	42,44	28.171	29,46	8.428	08,81
2007	97.039	7.880	08,12	10.304	10,62	39.867	41,08	29.707	30,61	9.044	09,32
2008	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2009	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2010	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2011	99.092	xx	xx	9.012	09,10	36.660	37,00	36.108	36,44	17.049	17,21
2012	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) os dados excluem a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá
- (2) não há dados disponíveis de 2000 a 2005 e para 2008, 2009, 2010 e 2012
- (3) os critérios dos níveis educacionais estão baseados na Classificação Internacional Normatizada da Educação (CINE-97)
- (4) não há dados disponíveis para jovens
- (5) não há dados disponíveis para homens e mulheres separadamente

Tabela 6.1 - Argentina: Força de Trabalho por Nível de Educação

Ano	Força de Trabalho ('000)	Menos de 01 ano ('000)	Menos de 01 ano (%)	Ensino Pré-escolar ('000)	Ensino Pré-escolar (%)	Ensino Primário ('000)	Ensino Primário (%)	Ensino Secundário ('000)	Ensino Secundário (%)	Ensino Superior ('000)	Ensino Superior (%)
2002	9.953	57	00,58	22	00,22	4.072	40,91	3.158	31,72	2.611	26,23
2003	10.143	61	00,61	19	00,19	4.005	39,48	3.302	32,55	2.716	26,78
2004	10.740	69	00,64	13	00,13	4.099	38,17	3.515	32,73	2.936	27,33
2005	10.723	67	00,62	14	00,13	3.993	37,24	3.449	32,16	3.127	29,16
2006	11.052	71	00,64	12	00,11	3.880	35,11	3.729	33,75	3.276	29,64
2007	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2008	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2009	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2010	11.412	xx	xx	41	00,36	2.801	24,54	4.602	40,33	3.952	34,63
2011	11.598	xx	xx	38	00,32	2.625	22,63	4.914	42,37	4.022	34,68
2012	11.687	xx	xx	501	04,28	4.096	35,05	4.640	39,70	2.403	20,56

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) de 2002 a 2005 inclui 28 aglomerações urbanas
- (2) de 2006 a 2012 inclui 31 aglomerações urbanas
- (3) não há dados disponíveis para os anos anteriores a 2002 e de 2007 a 2009
- (4) os critérios dos níveis educacionais estão baseados na Classificação Internacional Normatizada da Educação (CINE-97)
- (5) não há dados disponíveis para jovens
- (6) não há dados disponíveis para homens e mulheres separadamente

Tabela 6.2 - Paraguai: Força de Trabalho por Nível de Educação

Ano	Força de Trabalho ('000)	Menos de 01 ano ('000)	Menos de 01 ano (%)	Ensino Pré-escolar ('000)	Ensino Pré-escolar (%)	Ensino Primário ('000)	Ensino Primário (%)	Ensino Secundário ('000)	Ensino Secundário (%)	Ensino Superior ('000)	Ensino Superior (%)
1995	2.448	xx	xx	0,9	00,04	1.556	63,54	619	25,27	171	07,00
2007	2.771	xx	xx	74	02,66	1.660	59,93	743	26,82	292	10,55
2008	2.834	xx	xx	74	02,60	1.656	58,43	757	26,72	345	12,17
2009	3.022	xx	xx	13	00,45	1.666	55,12	778	25,74	488	16,16
2010	2.977	xx	xx	10	00,35	1.689	56,71	815	27,38	398	13,36
2011	3.123	xx	xx	64	02,06	1.642	52,58	900	28,81	516	16,52

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) não há dados disponíveis para os anos anteriores a 1995, de 1996 a 2006 e em 2012
- (2) os critérios dos níveis educacionais estão baseados na Classificação Internacional Normatizada da Educação (CINE-97)
- (3) no ensino pré-escolar estão incluídos os dados referentes a menos de 1 ano de educação
- (4) não há dados disponíveis para jovens
- (5) não há dados disponíveis para homens e mulheres separadamente

Tabela 6.3 - Uruguai: Força de Trabalho por Nível de Educação

Ano	Força de Trabalho ('000)	Menos de 01 ano ('000)	Menos de 01 ano (%)	Ensino Pré-escolar ('000)	Ensino Pré-escolar (%)	Ensino Primário ('000)	Ensino Primário (%)	Ensino Secundário ('000)	Ensino Secundário (%)	Ensino Superior ('000)	Ensino Superior (%)
2002	1.250	4,5	00,36	xx	xx	639	51,11	380	30,43	226	18,07
2003	1.240	4,8	00,39	86	06,97	631	50,88	291	23,48	227	18,27
2005	1.269	4,3	00,34	314	24,71	700	55,16	81	06,41	169	13,31
2006	1.580	8,6	00,54	xx	xx	859	54,33	425	26,90	288	18,21
2007	1.631	7,9	00,49	xx	xx	878	53,84	441	27,00	305	18,67
2008	1.644	xx	xx	0,09	00,01	444	27,03	857	52,10	259	15,75
2009	1.662	xx	xx	xx	xx	425	25,59	933	56,11	296	17,83
2010	1.664	xx	xx	0,05	00,003	438	26,33	931	55,96	288	17,29
2011	1.746	xx	xx	xx	xx	403	23,11	992	56,86	343	19,67

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) não há dados disponíveis para os anos anteriores a 2002 e em 2012
- (2) os critérios dos níveis educacionais estão baseados na Classificação Internacional Normatizada da Educação (CINE-97)
- (3) os dados se referem às áreas urbanas e excluem os conscritos
- (4) não há dados disponíveis para jovens
- (5) não há dados disponíveis para homens e mulheres separadamente

Tabela 7 - Brasil: Desemprego por Nível de Educação

Ano	Desemprego Total ('000)	Menos de 01 ano ('000)	Menos de 01 ano (%)	Ensino Pré-escolar ('000)	Ensino Pré-escolar (%)	Ensino Primário ('000)	Ensino Primário (%)	Ensino Secundário ('000)	Ensino Secundário (%)	Ensino Superior ('000)	Ensino Superior (%)
2001	7.853	488	6,22	799	10,17	4.468	56,89	1.828	23,28	205	2,61
2002	7.959	402	5,06	756	9,49	4.394	55,22	2.140	26,88	214	2,69
2003	8.640	453	5,25	738	8,54	4.701	54,41	2.438	28,22	262	3,03
2004	8.264	409	4,95	643	7,79	4.410	53,36	2.509	30,36	247	2,99
2005	8.953	376	4,20	621	6,94	4.797	53,58	2.823	31,53	289	3,23
2006	8.210	331	4,03	560	6,82	4.237	51,61	2.757	33,58	298	3,63
2007	8.060	309	3,83	533	6,61	3.974	49,31	2.880	35,73	330	4,09
2008	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2009	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2010	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2011	6.627	xx	xx	413	6,23	2.262	34,14	3.129	47,22	795	11,99

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) não há dados disponíveis para 2008, 2009, 2010 e 2012
- (2) os critérios dos níveis educacionais estão baseados na Classificação Internacional Normatizada da Educação (CINE-97)
- (3) não há dados disponíveis para o desemprego de jovens
- (4) não há dados disponíveis para o desemprego masculino e feminino separadamente

Tabela 7.1 - Argentina: Desemprego por Nível de Educação

Ano	Desemprego Total ('000)	Menos de 01 ano ('000)	Menos de 01 ano (%)	Ensino Pré-escolar ('000)	Ensino Pré-escolar (%)	Ensino Primário ('000)	Ensino Primário (%)	Ensino Secundário ('000)	Ensino Secundário (%)	Ensino Superior ('000)	Ensino Superior (%)
1995	1.959	xx	xx	219,8	11,22	1.096	55,95	549	28,05	94	4,78
1996	2.047	xx	xx	221,0	10,80	1.140	55,70	587	28,66	99	4,84
1997	1.375	9,3	0,68	4,5	0,33	739	53,75	414	30,12	201	14,62
1998	1.203	9,6	0,80	5,0	0,42	658	54,66	359	29,83	167	13,89
1999	1.360	9,7	0,71	2,5	0,18	700	51,45	437	32,13	206	15,13
2000	1.461	9,1	0,62	4,3	0,29	753	51,53	473	32,36	216	14,81
2001	1.710	10	0,58	4,9	0,29	849	49,68	571	33,38	269	15,71
2002	1.956	14,7	0,75	4,4	0,22	901	46,04	668	34,17	360	18,40
2003	1.633	10,9	0,67	2,7	0,17	694	42,50	593	36,29	317	19,43
2004	1.362	5,1	0,37	1,3	0,10	573	42,08	513	37,70	252	18,51
2005	1.142	6,4	0,56	1,7	0,15	460	40,30	455	39,84	210	18,38
2006	1.049	5,3	0,51	0,9	0,09	392	37,32	439	41,79	206	19,66
2007	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx		xx	xx
2008	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx		xx	xx
2009	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx		xx	xx
2010	880	xx	xx	2,3	0,26	223	25,35	415	47,09	239	27,17
2011	833	xx	xx	1,5	0,18	177	21,27	425	51,06	229	27,49
2012	843	xx	xx	38,3	4,54	335	39,74	396	46,90	72	8,51

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) de 1995 a 2005 inclui 28 aglomerações urbanas
- (2) de 2006 a 2012 inclui 31 aglomerações urbanas
- (3) os critérios dos níveis educacionais estão baseados na Classificação Internacional Normatizada da Educação (CINE-97)
- (4) não há dados disponíveis para o desemprego de jovens
- (5) não há dados disponíveis para o desemprego masculino e feminino separadamente

Tabela 7.2 - Paraguai: Desemprego por Nível de Educação

Ano	Desemprego Total ('000)	Menos de 01 ano ('000)	Menos de 01 ano (%)	Ensino Pré-escolar ('000)	Ensino Pré-escolar (%)	Ensino Primário ('000)	Ensino Primário (%)	Ensino Secundário ('000)	Ensino Secundário (%)	Ensino Superior ('000)	Ensino Superior (%)
2007	68,2	xx	xx	3,0	04,36	38	55,19	22,9	33,59	4,7	06,87
2008	72,4	xx	xx	2,7	03,66	43	59,92	17,3	23,92	9,1	12,49
2009	95,1	xx	xx	xx	xx	33	35,11	38,3	40,33	22,7	23,85
2010	84,6	xx	xx	xx	xx	39	45,87	27,0	31,89	18,6	22,02
2011	74,6	xx	xx	1,0	01,37	40	53,88	19,1	25,56	14,3	19,19

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) não há dados disponíveis para os anos anteriores a 2007 e em 2012
- (2) os critérios dos níveis educacionais estão baseados na Classificação Internacional Normatizada da Educação (CINE-97)
- (3) não há dados disponíveis para o desemprego de jovens
- (4) no ensino pré-escolar estão incluídos os dados referentes a menos de 1 ano de educação
- (5) não há dados disponíveis para o desemprego masculino e feminino separadamente

Tabela 7.3 - Uruguai: Desemprego por Nível de Educação

Ano	Desemprego Total ('000)	Menos de 01 ano ('000)	Menos de 01 ano (%)	Ensino Pré-escolar ('000)	Ensino Pré-escolar (%)	Ensino Primário ('000)	Ensino Primário (%)	Ensino Secundário ('000)	Ensino Secundário (%)	Ensino Superior ('000)	Ensino Superior (%)
2008	122	xx	xx	xx	xx	30	24,38	71	58,66	14	11,65
2009	124	xx	xx	xx	xx	30	24,60	77	62,43	15	12,41
2010	114	xx	xx	xx	xx	28	24,41	73	63,43	14	11,82
2011	104	xx	xx	xx	xx	20	19,65	67	64,74	16	15,35

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) não há dados disponíveis para os anos anteriores a 2007 e em 2012
- (2) os critérios dos níveis educacionais estão baseados na Classificação Internacional Normatizada da Educação (CINE-97)
- (3) não há dados disponíveis para a educação pré-escolar e de menos de 1 ano
- (4) não há dados disponíveis para o desemprego de jovens
- (5) não há dados disponíveis para o desemprego masculino e feminino separadamente

Tabela 8 - Brasil: Situação do Trabalho - Homens e Mulheres

Ano	Postos de Trabalho ('000)	Empregados Assalariados ('000)	Empregados Assalariados (%)	Trabalhadores por conta própria ('000)	Trabalhadores por conta própria (%)	Trabalhadores familiares ('000)	Trabalhadores familiares (%)
1995	66.330	39.845	60,07	18.628	28,08	5.117	07,71
1996	65.435	40.318	61,61	17.903	27,36	4.706	07,19
1997	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1998	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1999	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2000	65.630	43.694	66,58	15.396	23,46	2.609	03,97
2001	76.098	47.234	62,07	20.025	26,31	5.625	07,39
2002	78.959	48.955	62,00	20.844	26,40	5.805	07,35
2003	80.163	49.756	62,07	21.379	26,67	5.665	07,07
2004	84.596	53.172	62,85	22.062	26,08	5.883	06,95
2005	87.189	54.709	62,75	18.853	21,62	5.920	06,79
2006	89.318	56.838	63,64	18.924	21,19	5.402	06,05
2007	90.786	58.815	64,78	19.213	21,16	5.311	05,85
2008	92.395	60.813	65,82	18.689	20,23	4.587	04,97
2009	92.689	61.537	66,39	18.979	20,48	4.299	04,64

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) no total dos postos de trabalho estão incluídas outras formas de trabalho além daquelas analisadas na tabela
 (2) não há dados disponíveis para os anos de 1997 a 1999

Tabela 8.1 - Argentina: Situação do Trabalho - Homens e Mulheres

Ano	Postos de Trabalho ('000)	Empregados Assalariados ('000)	Empregados Assalariados (%)	Trabalhadores por conta própria ('000)	Trabalhadores por conta própria (%)	Trabalhadores familiares ('000)	Trabalhadores familiares (%)
1995	4.178	2.951	70,64	950	22,73	59	01,41
1996	7.370	5.212	70,72	1.684	22,85	123	01,66
1997	7.858	5.632	71,67	1.736	22,10	121	01,54
1998	8.279	5.969	72,10	1.817	21,95	110	01,33
1999	8.285	6.000	72,42	1.799	21,71	112	01,35
2000	8.262	5.976	72,33	1.790	21,66	95	01,15
2001	8.143	5.846	71,78	1.846	22,67	89	01,09
2002	8.016	5.743	71,65	1.879	23,44	89	01,11
2003	8.956	6.590	73,58	1.869	20,87	148	01,66
2004	9.415	6.978	74,11	1.921	20,41	128	01,35
2005	9.639	7.182	74,51	1.943	20,16	118	01,22
2006	10.041	7.608	75,78	1.906	18,98	112	01,12
2007	10.176	7.770	76,36	1.856	18,23	96	00,94
2008	10.280	7.845	76,31	1.890	18,38	74	00,72
2009	10.402	7.901	75,96	1.963	18,87	75	00,72
2010	10.532	8.051	76,44	1.924	18,26	83	00,78
2011	10.766	8.278	76,89	1.927	17,90	77	00,72
2012	10.844	8.349	77,00	2.004	18,48	60	00,55

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) de 1995 a 2005 inclui 28 aglomerações urbanas
 (2) de 2006 a 2012 inclui 31 aglomerações urbanas
 (3) no total dos postos de trabalho estão incluídas outras formas de trabalho além daquelas analisadas na tabela

Tabela 8.2 - Paraguai: Situação do Trabalho - Homens e Mulheres

Ano	Postos de Trabalho ('000)	Empregados Assalariados ('000)	Empregados Assalariados (%)	Trabalhadores por conta própria ('000)	Trabalhadores por conta própria (%)	Trabalhadores familiares ('000)	Trabalhadores familiares (%)
1996	1.286	747	58,08	388	30,21	63	04,91
1997	2.039	947	46,43	793	38,91	178	08,74
1998	2.151	984	45,77	801	37,24	245	11,39
1999	2.196	1.018	46,37	802	36,54	262	11,91
2000	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2001	2.414	1.084	44,92	895	37,10	294	12,18
2002	2.260	968	42,82	866	38,34	340	15,05
2003	2.351	1.038	44,15	921	39,19	291	12,38
2004	2.561	1.101	43,00	1.018	39,77	335	13,07
2005	2.618	1.223	46,70	971	37,10	307	11,72
2006	2.554	1.183	46,31	937	36,70	319	12,50
2007	2.716	1.307	48,13	997	36,71	273	10,06
2008	2.811	1.417	50,44	951	33,84	298	10,61
2009	2.961	1.424	48,10	1.032	34,87	335	11,31
2010	2.919	1.506	51,58	971	33,27	291	09,98
2011	3.035	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2012	3.247	xx	xx	xx	xx	xx	xx

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) os dados excluem os departamentos de Boquerón e Alto Paraguai
- (2) no total dos postos de trabalho estão incluídas outras formas de trabalho além daquelas analisadas na tabela
- (3) não há dados disponíveis para os anos de 1995, 2000, 2011 e 2012

Tabela 8.3 - Uruguai: Situação do Trabalho - Homens e Mulheres

Ano	Postos de Trabalho ('000)	Empregados Assalariados ('000)	Empregados Assalariados (%)	Trabalhadores por conta própria ('000)	Trabalhadores por conta própria (%)	Trabalhadores familiares ('000)	Trabalhadores familiares (%)
1998	1.067	777	72,79	224	20,98	16	01,51
1999	1.026	743	72,47	225	21,91	15	01,51
2000	1.068	778	72,86	233	21,81	16	01,46
2001	1.076	766	71,19	253	23,48	15	01,38
2002	1.038	706	68,02	274	26,39	11	01,09
2003	1.032	724	70,18	258	25,03	14	01,36
2004	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2005	1.115	795	71,35	261	23,38	15	01,33
2006	1.414	989	69,94	327	23,11	29	02,02
2007	1.482	1.036	69,88	345	23,30	26	01,78
2008	1.305	936	71,70	288	22,10	17	01,30
2009	1.448	1.043	72,06	316	21,82	20	01,37
2010	1.347	984	73,07	285	21,15	15	01,09

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) os dados se limitam as áreas urbanas
- (2) no total dos postos de trabalho estão incluídas outras formas de trabalho além daquelas analisadas na tabela
- (3) não há dados disponíveis para o ano de 2004 e para 2011 e 2012

Tabela 8.4 - Brasil: Situação do Trabalho - Homens

Ano	Postos de Trabalho ('000)	Empregados Assalariados ('000)	Empregados Assalariados (%)	Trabalhadores por conta própria ('000)	Trabalhadores por conta própria (%)	Trabalhadores familiares ('000)	Trabalhadores familiares (%)
1995	39.699	23.811	59,98	11.609	29,24	2.077	05,23
1996	39.555	23.936	60,51	11.625	29,39	2.028	05,13
1997	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1998	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1999	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2000	40.860	25.484	62,37	11.312	27,69	1.247	03,05
2001	45.127	27.123	60,10	12.963	28,73	2.579	05,71
2002	46.334	27.943	60,31	13.286	28,67	2.621	05,66
2003	46.935	28.208	60,10	13.635	29,05	2.564	05,46
2004	49.242	30.012	60,95	13.975	28,38	2.673	05,43
2005	50.494	30.934	61,26	12.895	25,54	2.606	05,16
2006	51.400	31.811	61,89	12.816	24,93	2.339	04,55
2007	52.363	32.980	62,98	12.962	24,75	2.342	04,47
2008	53.193	34.134	64,17	12.476	23,45	1.936	03,64
2009	53.196	34.217	64,32	12.626	23,74	1.794	03,37

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) no total dos postos de trabalho estão incluídas outras formas de trabalho além daquelas analisadas na tabela
 (2) não há dados disponíveis para os anos de 1997 a 1999

Tabela 8.5 - Argentina: Situação do Trabalho - Homens

Ano	Postos de Trabalho ('000)	Empregados Assalariados ('000)	Empregados Assalariados (%)	Trabalhadores por conta própria ('000)	Trabalhadores por conta própria (%)	Trabalhadores familiares ('000)	Trabalhadores familiares (%)
1995	2.588	1.760	68,01	622	24,02	25	00,98
1996	4.604	3.156	68,54	1.122	24,36	44	00,96
1997	4.897	3.410	69,63	1.143	23,33	50	01,02
1998	5.057	3.536	69,92	1.178	23,29	39	00,78
1999	4.971	3.486	70,12	1.150	23,14	45	00,90
2000	4.942	3.440	69,60	1.167	23,62	34	00,69
2001	4.832	3.325	68,81	1.197	24,77	30	00,62
2002	4.654	3.119	67,01	1.260	27,07	36	00,78
2003	5.151	3.601	69,90	1.234	23,95	57	01,10
2004	5.447	3.858	70,82	1.254	23,02	40	00,74
2005	5.557	3.956	71,19	1.265	22,75	39	00,70
2006	5.787	4.197	72,53	1.240	21,42	43	00,74
2007	5.953	4.355	73,16	1.217	20,44	35	00,59
2008	5.997	4.388	73,16	1.239	20,66	23	00,38
2009	6.005	4.381	72,95	1.269	21,13	24	00,40
2010	6.148	4.518	73,49	1.255	20,41	28	00,46
2011	6.324	4.669	73,82	1.264	19,99	25	00,40
2012	6.333	4.686	73,99	1.314	20,75	21	00,34

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) de 1995 a 2005 inclui 28 aglomerações urbanas
 (2) de 2006 a 2012 inclui 31 aglomerações urbanas
 (3) no total dos postos de trabalho estão incluídas outras formas de trabalho além daquelas analisadas na tabela

Tabela 8.6 - Paraguai: Situação do Trabalho - Homens

Ano	Postos de Trabalho ('000)	Empregados Assalariados ('000)	Empregados Assalariados (%)	Trabalhadores por conta própria ('000)	Trabalhadores por conta própria (%)	Trabalhadores familiares ('000)	Trabalhadores familiares (%)
1996	746	451	60,44	202	27,11	24	03,27
1997	1.309	601	45,87	495	37,80	119	09,09
1998	1.392	627	45,03	501	35,99	169	12,17
1999	1.395	640	45,84	474	33,95	189	13,55
2000	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2001	1.491	668	44,81	511	34,29	199	13,35
2002	1.431	598	41,76	522	36,45	241	16,82
2003	1.461	634	43,39	546	37,38	202	13,80
2004	1.562	673	43,09	582	37,27	221	14,18
2005	1.598	726	45,41	571	35,74	209	13,08
2006	1.593	733	46,02	554	34,77	215	13,50
2007	1.654	810	48,98	557	33,67	179	10,80
2008	1.726	884	51,23	546	31,60	179	10,39
2009	1.815	879	48,43	582	32,06	221	12,20
2010	1.808	945	52,28	555	30,70	190	10,54
2011	1.818	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2012	1.910	xx	xx	xx	xx	xx	xx

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) os dados excluem os departamentos de Boquerón e Alto Paraguai
- (2) no total dos postos de trabalho estão incluídas outras formas de trabalho além daquelas analisadas na tabela
- (3) não há dados disponíveis para os anos de 1995, 2000, 2011 e 2012

Tabela 8.7 - Uruguai: Situação do Trabalho - Homens

Ano	Postos de Trabalho ('000)	Empregados Assalariados ('000)	Empregados Assalariados (%)	Trabalhadores por conta própria ('000)	Trabalhadores por conta própria (%)	Trabalhadores familiares ('000)	Trabalhadores familiares (%)
1998	613	427	69,67	144	23,43	4,6	00,75
1999	589	409	69,43	145	24,56	4,4	00,75
2000	613	426	69,50	152	24,76	5,1	00,83
2001	618	419	67,77	163	26,36	3,7	00,60
2002	598	392	65,63	171	28,57	5,2	00,87
2003	590	387	65,54	171	28,96	5,2	00,88
2004	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2005	620	419	67,62	164	26,45	4,1	00,66
2006	822	556	67,62	207	25,11	8,2	01,00
2007	853	577	67,70	214	25,06	7,7	00,90
2008	587	437	74,49	120	20,36	12	01,96
2009	651	487	74,72	132	20,27	13	02,07
2010	726	514	70,79	163	22,51	4,5	00,63

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) os dados se limitam as áreas urbanas
- (2) no total dos postos de trabalho estão incluídas outras formas de trabalho além daquelas analisadas na tabela
- (3) não há dados disponíveis para o ano de 2004 e para 2011 e 2012

Tabela 8.8 - Brasil: Situação do Trabalho - Mulheres

Ano	Postos de Trabalho ('000)	Empregados Assalariados ('000)	Empregados Assalariados (%)	Trabalhadores por conta própria ('000)	Trabalhadores por conta própria (%)	Trabalhadores familiares ('000)	Trabalhadores familiares (%)
1995	26.630	16.033	60,21	7.019	26,36	3.039	11,41
1996	25.880	16.382	63,30	6.277	24,26	2.678	10,35
1997	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1998	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1999	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2000	24.770	18.210	73,52	4.084	16,49	1.362	05,50
2001	30.972	20.110	64,93	7.062	22,80	3.046	09,83
2002	32.625	21.012	64,40	7.558	23,17	3.184	09,76
2003	33.228	21.548	64,85	7.744	23,31	3.101	09,33
2004	35.354	23.161	65,51	8.087	22,87	3.210	09,08
2005	36.696	23.774	64,79	5.958	16,24	3.313	09,03
2006	37.918	25.027	66,00	6.108	16,11	3.063	08,08
2007	38.423	25.835	67,24	6.251	16,27	2.969	07,73
2008	39.202	26.679	68,06	6.213	15,85	2.651	06,76
2009	39.493	27.319	69,18	6.352	16,08	2.505	06,34

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) no total dos postos de trabalho estão incluídas outras formas de trabalho além daquelas analisadas na tabela
 (2) não há dados disponíveis para os anos de 1997 a 1999

Tabela 8.9 - Argentina: Situação do Trabalho - Mulheres

Ano	Postos de Trabalho ('000)	Empregados Assalariados ('000)	Empregados Assalariados (%)	Trabalhadores por conta própria ('000)	Trabalhadores por conta própria (%)	Trabalhadores familiares ('000)	Trabalhadores familiares (%)
1995	1.590	1.191	74,94	328	20,63	33	02,11
1996	2.766	2.056	74,34	563	20,35	79	02,85
1997	2.962	2.222	75,04	594	20,05	71	02,41
1998	3.222	2.433	75,52	639	19,84	71	02,19
1999	3.314	2.514	75,87	648	19,56	68	02,04
2000	3.320	2.536	76,40	622	18,74	61	01,85
2001	3.311	2.521	76,13	649	19,59	59	01,78
2002	3.363	2.625	78,06	619	18,42	53	01,57
2003	3.805	2.989	78,56	636	16,70	92	02,41
2004	3.968	3.120	78,63	668	16,82	87	02,19
2005	4.081	3.226	79,04	679	16,63	79	01,93
2006	4.254	3.411	80,19	666	15,67	69	01,63
2007	4.223	3.415	80,86	638	15,12	61	01,44
2008	4.283	3.457	80,73	651	15,20	51	01,19
2009	4.397	3.520	80,06	694	15,78	51	01,16
2010	4.384	3.533	80,58	669	15,25	54	01,24
2011	4.441	3.609	81,25	663	14,92	52	01,18
2012	4.510	3.663	81,22	689	15,28	38	00,85

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) de 1995 a 2005 inclui 28 aglomerações urbanas
 (2) de 2006 a 2012 inclui 31 aglomerações urbanas
 (3) no total dos postos de trabalho estão incluídas outras formas de trabalho além daquelas analisadas na tabela

Tabela 8.10 - Paraguai: Situação do Trabalho - Mulheres

Ano	Postos de Trabalho ('000)	Empregados Assalariados ('000)	Empregados Assalariados (%)	Trabalhadores por conta própria ('000)	Trabalhadores por conta própria (%)	Trabalhadores familiares ('000)	Trabalhadores familiares (%)
1996	540	296	54,81	186	34,48	39	07,17
1997	729	346	47,43	298	40,90	59	08,13
1998	758	357	47,12	300	39,52	75	09,94
1999	801	379	47,28	329	41,04	73	09,07
2000	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2001	922	416	45,09	384	41,64	95	10,28
2002	828	370	44,66	345	41,62	99	12,01
2003	890	404	45,38	375	42,14	89	10,04
2004	999	428	42,87	436	43,69	113	11,34
2005	1.019	497	48,74	400	39,24	98	09,58
2006	961	450	46,81	384	39,92	104	10,83
2007	1.063	497	46,81	440	41,44	95	08,89
2008	1.084	533	49,17	406	37,41	119	10,97
2009	1.146	545	47,57	450	39,32	114	09,91
2010	1.111	560	50,44	416	37,46	101	09,07
2011	1.217	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2012	1.337	xx	xx	xx	xx	xx	xx

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) os dados excluem os departamentos de Boquerón e Alto Paraguai
 (2) no total dos postos de trabalho estão incluídas outras formas de trabalho além daquelas analisadas na tabela
 (3) não há dados disponíveis para os anos de 1995, 2000, 2011 e 2012

Tabela 8.11 - Uruguai: Situação do Trabalho - Mulheres

Ano	Postos de Trabalho ('000)	Empregados Assalariados ('000)	Empregados Assalariados (%)	Trabalhadores por conta própria ('000)	Trabalhadores por conta própria (%)	Trabalhadores familiares ('000)	Trabalhadores familiares (%)
1998	454	350	77,01	80	17,68	12	02,57
1999	437	335	76,56	80	18,33	11	02,53
2000	454	352	77,39	81	17,81	11	02,33
2001	459	348	75,79	90	19,61	11	02,42
2002	440	314	71,23	103	23,43	6,1	01,39
2003	442	338	76,37	88	19,78	8,9	02,01
2004	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2005	494	376	76,03	97	19,54	11	02,16
2006	591	433	73,18	120	20,32	20	03,43
2007	629	457	72,69	132	21,05	19	02,97
2008	718	498	69,42	169	23,52	5,5	00,77
2009	797	557	69,88	184	23,10	6,3	00,79
2010	621	470	75,73	121	19,57	10	01,63

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) os dados se limitam as áreas urbanas
 (2) no total dos postos de trabalho estão incluídas outras formas de trabalho além daquelas analisadas na tabela
 (3) não há dados disponíveis para o ano de 2004 e para 2011 e 2012

Tabela 9 - Brasil: Jornada de Trabalho Semanal

Ano	Emprego Total (‘000)	Menos de 25 horas (‘000)	Menos de 25 horas (%)	De 25 a 34 horas (‘000)	De 25 a 34 horas (%)	De 35 a 39 horas (‘000)	De 35 a 39 horas (%)	De 40 a 48 horas (‘000)	De 40 a 48 horas (%)	De 49 a 59 horas (‘000)	De 49 a 59 horas (%)	50 horas ou mais (‘000)	50 horas ou mais (%)	60 horas ou mais (‘000)	60 horas ou mais (%)
1995	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1996	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1997	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1998	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1999	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2000	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2001	74.148	5.748	07,75	11.437	15,42	2.935	03,96	38.184	51,50	7.471	10,08	15.773	21,27	8.302	11,20
2002	77.008	6.380	08,28	12.423	16,13	3.115	04,05	39.239	50,95	7.785	10,11	15.800	20,52	8.015	10,41
2003	78.279	6.646	08,49	12.557	16,04	3.122	03,99	40.402	51,61	7.732	09,88	15.515	19,82	7.784	09,94
2004	82.713	6.881	08,32	13.728	16,60	3.390	04,10	43.335	52,39	7.698	09,31	15.341	18,55	7.644	09,24
2005	84.977	7.578	08,92	14.152	16,65	3.512	04,13	44.424	52,28	7.647	09,00	15.284	17,99	7.637	08,99
2006	87.015	7.942	09,13	14.418	16,57	3.770	04,33	45.519	52,31	7.912	09,09	15.321	17,61	7.409	08,51
2007	88.317	7.493	08,48	14.555	16,48	3.556	04,03	47.581	53,88	8.042	09,11	15.132	17,13	7.089	08,03
2008	91.071	7.506	08,24	14.942	16,41	3.856	04,23	49.936	54,83	7.870	08,64	14.831	16,29	6.961	07,64
2009	91.419	7.154	07,83	15.296	16,73	3.790	04,15	51.222	56,03	7.457	08,16	13.956	15,27	6.499	07,11
2011	92.466	6.779	07,33	13.931	15,07	3.698	04,00	55.361	59,87	6.832	07,39	12.697	13,73	5.865	06,34
2012	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA: os dados se referem ao número de trabalhadores que exercem as respectivas jornadas de trabalho

Tabela 9.1 - Argentina: Jornada de Trabalho Semanal

Ano	Emprego Total (‘000)	Menos de 25 horas (‘000)	Menos de 25 horas (%)	De 25 a 34 horas (‘000)	De 25 a 34 horas (%)	De 35 a 39 horas (‘000)	De 35 a 39 horas (%)	De 40 a 48 horas (‘000)	De 40 a 48 horas (%)	De 49 a 59 horas (‘000)	De 49 a 59 horas (%)	50 horas ou mais (‘000)	50 horas ou mais (%)	60 horas ou mais (‘000)	60 horas ou mais (%)
1995	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1996	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1997	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1998	7.995	763	09,54	826	10,33	1.036	12,96	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1999	8.025	802	09,99	832	10,37	1.027	12,80	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2000	7.987	853	10,68	838	10,49	1.107	13,86	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2001	7.874	936	11,89	868	11,02	1.089	13,83	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2002	8.266	1.035	12,52	1.423	17,22	1.101	13,32	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2003	8.290	1.042	12,57	1.384	16,69	1.061	12,80	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2004	9.119	2.353	25,81	1.015	11,13	528	05,79	2.668	29,26	1.086	11,91	xx	xx	xx	xx
2004	6.734	1.723	25,58	782	11,61	407	06,05	2.158	32,04	758	11,26	xx	xx	xx	xx
2004	2.385	631	26,44	233	09,75	121	05,08	510	21,40	328	13,75	xx	xx	1.420	59,53
2005	9.639	1.460	15,15	1.154	11,97	1.239	12,86	2.923	30,33	xx	xx	2.824	29,30	xx	xx
2006	10.041	1.470	14,64	1.120	11,16	1.383	13,77	3.187	31,74	xx	xx	2.846	28,35	xx	xx
2007	10.227	1.364	13,34	1.063	10,39	1.355	13,25	3.503	34,25	xx	xx	2.895	28,31	xx	xx
2008	10.477	1.449	13,83	1.138	10,86	1.475	14,08	3.698	35,30	xx	xx	2.689	25,66	xx	xx
2009	10.491	1.416	13,50	1.104	10,53	1.492	14,22	3.753	35,77	xx	xx	2.690	25,64	xx	xx
2010	10.593	1.316	12,43	1.084	10,24	1.518	14,33	4.024	37,98	xx	xx	2.628	24,81	xx	xx
2011	10.766	1.778	16,52	1.238	11,50	660	06,13	3.957	36,76	1.224	11,37	xx	xx	1.471	13,66
2012	10.844	2.346	21,63	1.259	11,61	638	05,88	4.006	36,94	1.166	10,75	xx	xx	1.380	12,72

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA: (1) de 1998 a 2002 os dados são da região metropolitana de Buenos Aires

(2) de 2003 a 2010 inclui 28 aglomerações urbanas

(3) de 2010 a 2012 inclui 31 aglomerações urbanas

(4) os dados se referem ao número de trabalhadores que exercem as respectivas jornadas de trabalho

Tabela 9.2 - Paraguai: Jornada de Trabalho Semanal

Ano	Emprego Total ('000)	Menos de 25 horas ('000)	Menos de 25 horas (%)	De 25 a 34 horas ('000)	De 25 a 34 horas (%)	De 35 a 39 horas ('000)	De 35 a 39 horas (%)	De 40 a 48 horas ('000)	De 40 a 48 horas (%)	50 horas ou mais ('000)	50 horas ou mais (%)
1995	1.822	82	04,50	219	12,02	256	14,05	xx	xx	xx	xx
1996	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1997	1.947	61	03,13	185	09,50	274	14,08	xx	xx	xx	xx
1998	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1999	1.980	42	02,12	196	09,90	280	14,14	xx	xx	xx	xx
2001	2.414	402	16,68	279	11,57	336	13,92	594	24,60	799	33,11
2002	2.260	350	15,47	246	10,88	339	15,01	523	23,14	795	35,18
2003	3.100	331	10,68	257	08,30	322	10,37	572	18,45	868	28,01
2004	2.653	372	14,03	299	11,28	351	13,23	603	22,72	936	35,27
2005	2.886	332	11,50	250	08,67	362	12,55	630	21,83	1.043	36,13
2006	3.283	290	08,85	258	07,87	351	10,68	632	19,26	1.021	31,11
2007	2.716	364	13,41	279	10,25	351	12,93	647	23,81	1.074	39,53
2008	2.811	379	13,49	306	10,88	358	12,75	640	22,76	1.126	40,06
2009	2.961	325	10,99	401	13,53	402	13,58	699	23,62	1.122	37,90
2010	2.919	293	10,04	306	10,48	389	13,32	811	27,79	1.114	38,17
2011	3.035	279	09,18	302	09,94	401	13,21	792	26,10	1.256	41,38
2012	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) os dados se referem ao número de trabalhadores que exercem as respectivas jornadas de trabalho
 (2) não há dados disponíveis para as jornadas de trabalho de 49 a 59 horas e acima de 60 horas

Tabela 9.3 - Uruguai: Jornada de Trabalho Semanal

Ano	Emprego Total ('000)	Menos de 25 horas ('000)	Menos de 25 horas (%)	De 25 a 34 horas ('000)	De 25 a 34 horas (%)	De 35 a 39 horas ('000)	De 35 a 39 horas (%)	De 40 a 48 horas ('000)	De 40 a 48 horas (%)	De 49 a 59 horas ('000)	De 49 a 59 horas (%)	50 horas ou mais ('000)	50 horas ou mais (%)	60 horas ou mais ('000)	60 horas ou mais (%)
2000	1.068	179	16,73	126	11,76	67	06,26	442	41,40	79	07,42	xx	xx	175	16,44
2001	1.076	89	08,24	104	09,62	137	12,75	461	42,79	xx	xx	286	26,60	xx	xx
2002	1.131	91	08,05	103	09,13	141	12,45	445	39,33	xx	xx	258	22,81	xx	xx
2003	1.237	100	08,06	102	08,22	126	10,22	461	37,27	xx	xx	243	19,67	xx	xx
2004	1.078	206	19,11	112	10,43	61	05,65	469	43,48	84	07,76	xx	xx	146	13,57
2005	1.259	107	08,48	107	08,50	146	11,58	487	38,65	xx	xx	268	21,27	xx	xx
2006	1.442	142	09,84	112	07,74	171	11,89	475	32,98	xx	xx	309	21,46	xx	xx
2007	1.159	137	11,83	108	09,33	167	14,40	454	39,21	xx	xx	292	25,23	xx	xx
2008	1.308	167	12,80	140	10,72	215	16,43	359	27,42	xx	xx	426	32,53	xx	xx
2009	1.451	159	10,99	132	09,13	211	14,54	594	40,95	xx	xx	354	24,39	xx	xx
2010	1.349	145	10,71	122	09,02	195	14,42	572	42,40	xx	xx	316	23,45	xx	xx

FONTE: Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

LEGENDA:

- (1) os dados se referem ao número de trabalhadores que exercem as respectivas jornadas de trabalho
 (2) não há dados disponíveis para os anos anteriores a 2000 e posteriores a 2010
 (3) os dados estão limitados às áreas urbanas

Tabela 10 - Brasil: Emprego por Classe Econômica

Ano	Emprego (‘000) - GET Point Estimate	(A) <US\$1,25, PPP (‘000)	(A) <US\$1.25, PPP (%)	(B) ≥US\$1.25 & <US\$2, PPP (‘000)	(B) ≥US\$1.25 & <US\$2, PPP (%)	(C) ≥US\$2 & <US\$4, PPP (‘000)	(C) ≥US\$2 & <US\$4, PPP (%)	(D) ≥US\$4 & <US\$13, PPP (‘000)	(D) ≥US\$4 & <US\$13, PPP (%)	(E) ≥US\$13, PPP (‘000)	(E) ≥US\$13, PPP (%)
1995	71.069	4.502	6,33	4.611	6,49	12.257	17,25	31.489	44,31	18.210	25,62
1996	70.107	4.848	6,92	4.476	6,38	11.689	16,67	31.042	44,28	18.052	25,75
1997	71.883	4.947	6,88	4.523	6,29	12.106	16,84	31.839	44,29	18.469	25,69
1998	72.630	4.482	6,17	4.658	6,41	12.387	17,06	32.372	44,57	18.732	25,79
1999	74.544	4.758	6,38	4.999	6,71	13.061	17,52	33.423	44,84	18.303	24,55
2000	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2001	77.082	5.097	6,61	5.169	6,71	13.117	17,02	34.827	45,18	18.873	24,48
2002	79.756	4.713	5,91	5.190	6,51	13.782	17,28	35.998	45,14	20.074	25,17
2003	80.790	5.062	6,27	5.111	6,33	14.162	17,53	37.047	45,86	19.408	24,02
2004	83.878	4.557	5,43	4.983	5,94	14.518	17,31	38.930	46,41	20.890	24,91
2005	85.871	4.016	4,68	4.565	5,32	14.279	16,63	40.376	47,02	22.635	26,36
2006	87.757	3.662	4,17	3.911	4,46	13.647	15,55	41.700	47,52	24.836	28,30
2007	88.875	3.440	3,87	3.541	3,98	12.618	14,20	43.251	48,67	26.025	29,28
2008	91.420	2.964	3,24	3.157	3,45	12.238	13,39	44.620	48,81	28.442	31,11
2009	91.688	3.032	3,31	2.829	3,09	11.570	12,62	45.111	49,20	29.146	31,79

FONTE: Trends Econometric Models - Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

(1) não há dados disponíveis para 2000, 2010, 2011 e 2012

(2) não há dados disponíveis para homens e mulheres separadamente

LEGENDA

A - Extremamente pobre (*extremely poor*)
 B - Moderadamente pobre (*moderately poor*)
 C - Quase pobre (*near poor*)
 D - Próximo à classe média (*developing middle class*)
 E - Classe média e acima (*developed middle class and above*)
 PPP - per person per day (por pessoa ao dia)

Tabela 10.1 - Argentina: Emprego por Classe Econômica

Ano	Emprego (‘000) - GET Point Estimate	(A) <US\$1,25, PPP (‘000)	(A) <US\$1.25, PPP (%)	(B) ≥US\$1.25 & <US\$2, PPP (‘000)	(B) ≥US\$1.25 & <US\$2, PPP (%)	(C) ≥US\$2 & <US\$4, PPP (‘000)	(C) ≥US\$2 & <US\$4, PPP (%)	(D) ≥US\$4 & <US\$13, PPP (‘000)	(D) ≥US\$4 & <US\$13, PPP (%)	(E) ≥US\$13, PPP (‘000)	(E) ≥US\$13, PPP (%)
1995	11.637	292	2,51	276	2,37	1.497	12,86	6.232	53,55	3.340	28,70
1996	12.032	333	2,77	327	2,71	1.665	13,84	6.217	51,67	3.491	29,01
1997	12.541	306	2,44	345	2,75	1.646	13,12	6.331	50,48	3.913	31,20
1998	13.034	338	2,60	386	2,97	1.894	14,53	6.500	49,87	3.915	30,03
1999	13.025	356	2,73	411	3,15	1.953	15,00	6.601	50,68	3.705	28,44
2000	13.074	435	3,32	520	3,98	2.121	16,22	6.225	47,62	3.773	28,86
2001	12.792	688	5,38	636	4,97	2.307	18,04	5.977	46,73	3.183	24,88
2002	13.079	1.086	8,30	1.023	7,82	3.066	23,44	6.017	46,00	1.888	14,43
2003	13.591	871	6,41	818	6,02	2.934	21,59	6.460	47,53	2.507	18,45
2004	15.248	637	4,18	686	4,50	2.686	17,61	7.357	48,25	3.882	25,46
2005	15.821	478	3,02	572	3,61	2.275	14,38	7.653	48,37	4.844	30,62
2006	16.116	392	2,43	441	2,74	1.980	12,29	7.534	46,75	5.769	35,79
2007	16.532	294	1,78	338	2,05	1.602	9,69	7.697	46,56	6.601	39,93
2008	16.788	214	1,27	218	1,30	1.212	7,22	6.719	40,03	8.425	50,19
2009	16.768	221	1,32	169	1,01	989	5,90	6.311	37,64	9.078	54,14
2010	16.928	102	0,60	120	0,71	714	4,22	5.668	33,48	10.325	60,99

FONTE: Trends Econometric Models - Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

(1) não há dados disponíveis para 2011 e 2012

(2) não há dados disponíveis para homens e mulheres separadamente

LEGENDA

A - Extremamente pobre (*extremely poor*)
 B - Moderadamente pobre (*moderately poor*)
 C - Quase pobre (*near poor*)
 D - Próximo à classe média (*developing middle class*)
 E - Classe média e acima (*developed middle class and above*)
 PPP - per person per day (por pessoa ao dia)

Tabela 10.2 - Paraguai: Emprego por Classe Econômica

Ano	Emprego (‘000) - GET Point Estimate	(A) <US\$1,25, PPP (‘000)	(A) <US\$1.25, PPP (%)	(B) ≥US\$1.25 & <US\$2, PPP (‘000)	(B) ≥US\$1.25 & <US\$2, PPP (%)	(C) ≥US\$2 & <US\$4, PPP (‘000)	(C) ≥US\$2 & <US\$4, PPP (%)	(D) ≥US\$4 & <US\$13, PPP (‘000)	(D) ≥US\$4 & <US\$13, PPP (%)	(E) ≥US\$13, PPP (‘000)	(E) ≥US\$13, PPP (%)
1995		10	0,51	203	10,00	439	21,56	856	42,08	325	15,96
1996	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1997	2.007	12	0,58	181	9,00	397	19,78	824	41,04	371	18,46
1998	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
1999	2.060	13	0,62	182	8,85	474	23,02	834	40,48	306	14,87
2000	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx	xx
2001	2.181	10	0,46	199	9,12	525	24,08	942	43,20	295	13,52
2002	2.173	15	0,67	295	13,56	584	26,88	790	36,34	190	8,75
2003	2.310	10	0,42	262	11,35	628	27,19	920	39,83	273	11,81
2004	2.393	7,5	0,31	237	9,91	673	28,14	1.029	43,01	275	11,48
2005	2.508	6,5	0,26	194	7,74	610	24,33	1.158	46,15	383	15,25
2006	2.559	10	0,39	271	10,57	664	25,96	1.089	42,55	282	11,02
2007	2.665	7,9	0,30	207	7,78	661	24,81	1.235	46,34	351	13,18
2008	2.733	5,0	0,18	223	8,16	672	24,58	1.285	47,02	417	15,27
2009	2.816	6,8	0,24	202	7,17	615	21,83	1.350	47,93	458	16,26
2010	2.828	6,3	0,22	182	6,45	578	20,44	1.410	49,85	479	16,92

FONTE: *Trends Econometric Models* - Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

(1) não há dados disponíveis para 1996, 1998, 2000, 2011 e 2012

(2) não há dados disponíveis para homens e mulheres separadamente

LEGENDA

A - Extremamente pobre (*extremely poor*)
 B - Moderadamente pobre (*moderately poor*)
 C - Quase pobre (*near poor*)
 D - Próximo à classe média (*developing middle class*)
 E - Classe média e acima (*developed middle class and above*)
 PPP - per person per day (por pessoa ao dia)

Tabela 10.3 - Uruguai: Emprego por Classe Econômica

Ano	Emprego (‘000) - GET Point Estimate	(A) <US\$1,25, PPP (‘000)	(A) <US\$1.25, PPP (%)	(B) ≥US\$1.25 & <US\$2, PPP (‘000)	(B) ≥US\$1.25 & <US\$2, PPP (%)	(C) ≥US\$2 & <US\$4, PPP (‘000)	(C) ≥US\$2 & <US\$4, PPP (%)	(D) ≥US\$4 & <US\$13, PPP (‘000)	(D) ≥US\$4 & <US\$13, PPP (%)	(E) ≥US\$13, PPP (‘000)	(E) ≥US\$13, PPP (%)
2006	1.459	6,9	0,48	29	2,00	226	15,49	757	51,84	441	30,19
2007	1.502	4,7	0,31	26	1,71	213	14,15	756	50,35	503	33,48
2008	1.549	2,6	0,17	18	1,15	165	10,65	775	50,02	589	38,01
2009	1.575	2,8	0,18	14	0,92	145	9,19	767	48,72	646	40,99
2010	1.593	2,1	0,13	11	0,69	138	8,65	782	49,11	660	41,43

FONTE: *Trends Econometric Models* - Key Indicators of the Labour Market (KILM), 8ª Edition

(1) não há dados disponíveis para os anos anteriores a 2006 e para 2011 e 2012

(2) não há dados disponíveis para homens e mulheres separadamente

LEGENDA

A - Extremamente pobre (*extremely poor*)
 B - Moderadamente pobre (*moderately poor*)
 C - Quase pobre (*near poor*)
 D - Próximo à classe média (*developing middle class*)
 E - Classe média e acima (*developed middle class and above*)
 PPP - per person per day (por pessoa ao dia)